

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Juliana Carolina da Silva

Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura: trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo (1946-1969)

Porto Alegre
2023

Juliana Carolina da Silva

Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura: trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo (1946-1969)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Rui Vicente Oppermann

VICE-REITORA

Jane Tutikian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Claudia Wasserman

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Izabel Saraiva Noll

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS

Sérgio de Moura Menuzzi

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Beatriz Cerisara Gil

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Vladimir Luciano Pinto

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva, Juliana Carolina
Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura:
trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e
no Médio Paranapanema em São Paulo (1946-1969) /
Juliana Carolina da Silva. -- 2023.
445 f.
Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Ditadura civil-militar. 2. Resistência política.
3. Paraná. 4. São Paulo. 5. Cidades pequenas. I.
Rodeghero, Carla Simone, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Juliana Carolina da Silva

Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura: trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo (1946-1969)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História.

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2023.

Resultado: aprovado.

Prof^a. Dr^a. Carla Simone Rodeghero (orientadora e presidenta)
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof^a. Dr^a. Alessandra Gasparotto
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Prof^a. Dr^a. Natália Pietra Méndez
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Janeiro de 2023

Este trabalho é dedicado a memória de Candida Francisca de Moraes.

Agradecimentos

Ao longo de anos de pesquisa contei com o apoio e ajuda de muitas instituições e pessoas, como professores, colegas, amigos e familiares, aos quais reservo meu reconhecimento e gratidão.

Agradeço ao apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que financiou a realização desta pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que acolheu a minha proposta de tese e forneceu os suportes e apoios necessários para a realização dos estudos.

A UFRGS também possibilitou a convivência intelectual com companheiros de linha de pesquisa, de disciplinas e com outros estudantes nos corredores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que compartilharam comigo esperanças, perspectivas e aprendizados valiosos.

Agradeço aos professores e professoras que me conduziram e incentivaram ao longo dessa trajetória, na Universidade Estadual do Norte do Paraná, na Universidade Estadual de Maringá e a na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Espero que essa tese esteja à altura dos ensinamentos.

Agradeço também a banca de qualificação e de defesa, que teve a paciência e a generosidade de compartilhar comigo apontamentos, discussões, críticas e discordâncias, às quais foram valiosas no processo de reflexão e escrita. As considerações das professoras Alessandra Gasparotto e Natália Pietra Méndez, e dos professores Ângelo Priori, Clifford Welch e Fernando Teixeira foram essenciais para as revisões e capítulos deste texto e com as quais, segui adiante, com novos desafios e mais atenção.

Agradeço a Carla Simone Rodeghero, minha orientadora, que com paciência e excelência, compartilhou comigo ensinamentos sobre o tema, sobre escrita, sobre a história e me ensinou muito mais do que o necessário para essa tese. Percebo há alguns anos que me ensina, com posicionamentos e ações, sobre a própria humanidade, sempre trabalhando com humildade, gentileza e compaixão.

A minha família, que com apoio incondicional se fez fortaleza e refúgio. Quando a realidade pesava ou o passado se fazia tristemente presente, foi a Jéssica e a dona Maria que me recomfortaram. Obrigada, pois seria impossível sem vocês. No mesmo sentido, expresso aqui minha gratidão a Priscila, Merli, Dora e Pedro, que com gentileza e empatia me

acompanharam ao longo dos anos mais difíceis e aos quais deve-se parte do mérito pelo medo e o cansaço não me vencerem. Seguimos conversando sobre empatia, coragem e resistências.

Agradeço a disposição de Ibá dos Santos Silva em compartilhar sua experiência, mesmo sendo tão difícil recordar sobre o que houve com seus familiares. Também sou grata a solicitude de Marta Cabral e Maria Nazaré Cabral, que de maneira generosa me concederam informações.

Sobre as instituições, agradeço a disponibilização de acervos e fontes por parte dos Fórum da Comarca de Jacarezinho, da Divisão de Documentação Permanente do Arquivo Público do Paraná, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Museu Sacro-Histórico “Dom Ernesto de Paula”, da Prefeitura Municipal de Jacarezinho, da Casinha da Memória de Ourinhos e do Centro de Documentação e Pesquisa História da Universidade Estadual de Londrina. Da mesma maneira, foi essencial o acesso aos bancos de dados da Rede de Informações Museus Paraná, ao Projeto Brasil: Nunca Mais e ao Projeto "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985” da Casa Civil e do Arquivo Nacional, a Hemeroteca dos jornais Terra Livre e Voz Operária e a Hemeroteca Digital Brasileira, que possibilitaram a pesquisa num imenso contingente de documentos digitalizados.

Por fim, agradeço aos advogados Celso Rossi (em memória) e Wilson Quinteiro, que contribuíram com informações e documentos.

Úrsula era feliz no meio da parentela irreal que as crianças descreviam sem omissão de detalhes, como se a tivessem conhecido de verdade. Úrsula conversava com seus antepassados sobre acontecimentos anteriores à sua própria existência, desfrutava as notícias que contavam, e choravam juntos por mortos muito mais recentes que eles. (GARCÍA MARQUEZ, Cem anos de solidão, 2021, p. 353).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo central analisar, através de cartas, requerimentos, informes do Serviço Nacional de Informações, de periódicos e relatos orais os desdobramentos da lógica da suspeição e das resistências do campo em pequenas cidades do Norte Velho do Paraná e do Médio Paranapanema, no sul do Estado de São Paulo. Buscamos observar como os militantes desta região de divisa estabeleceram contatos, conexões e interações em tempos democráticos (1946-1964) e quais violências sofreram aos serem atingidos pela ditadura, nos anos de 1964 a 1969. Os posseiros, meeiros, parceiros e demais lavradores, junto aos militantes do Partido Comunista, advogados do trabalho, professores, vereadores, deputados e outros, criaram relações de resistência intermunicipais e interestaduais, com uma lógica de territorialidade própria, elaboraram e fizeram circular projetos de lutas políticas. Tais projetos, de forma imbricada, tinham como finalidade a criação de espaços de expressão e mudança social, congregando esforços individuais e coletivos que deram continuidade as lutas pela terra durante décadas na região. Para essas observações, a narrativa que escolhemos ao longo dos capítulos é tecida pelas trajetórias de homens e mulheres que dedicaram-se pela justiça social. Reescrevemos a história do campo através das persistências, conquistas e (des)rotas desses personagens. Portanto, as histórias que esta tese traz constituem um espaço privilegiado para compreendermos as especificidades desses processos, de dominações e resistências, e dos grupos que resistiram a apoiar a ditadura. Grupos estes, que estiveram em disputa pela construção dos modos de vida e do futuro na região e que haviam sido permeados por silenciamentos impostos ao longo do tempo. Na leitura das greves, mobilizações, reivindicações, dos conflitos e das violências, bem como, no esboço de como eram aquelas cidades pequenas, reconhecemos as intersecções de desigualdades e as próprias relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura civil-militar; Resistência política; Paraná; São Paulo; Cidades pequenas.

ABSTRACT

The central objective of this thesis is to analyze, through letters, requests, reports from the National Information Service, periodicals and oral reports, the unfolding of the logic of suspicion and resistance in the countryside in small towns in the Old North of Paraná and Middle Paranapanema, in the south of the State of São Paulo. We seek to observe how the militants of this border region established contacts, connections and interactions in democratic times (1946-1964) and what violence they suffered when they were affected by the dictatorship, in the years 1964 to 1969. The squatters, sharecroppers, partners and other farmers, together with Communist Party militants, labor lawyers, teachers, councilors, deputies and others, they created inter-municipal and inter-state resistance relations, with their own territoriality logic, elaborated and circulated projects of political struggles. Such projects, in an intertwined way, had the purpose of creating spaces for expression and social change, bringing together individual and collective efforts that continued the struggles for land for decades in the region. For these observations, the narrative we choose throughout the chapters is woven by the trajectories of men and women who dedicated themselves to social justice. We rewrite the history of the countryside through the persistence, conquests and (dis)routings of these characters. Therefore, the stories that this thesis presents constitute a privileged space for us to understand the specificities of these processes, of domination and resistance, and of the groups that resisted supporting the dictatorship. These groups, which were in dispute for the construction of ways of life and the future in the region and which had been permeated by silencing imposed over time. In reading the strikes, mobilizations, claims, conflicts and violence, as well as in the outline of what those small towns were like, we recognize the intersections of inequalities and power relations themselves.

KEY WORDS

Civil-military dictatorship; Political resistance; Paraná; São Paulo; Small towns.

Lista de Imagens

Imagem 1. Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, junho de 1975, n. 8, p. 15. Acervo CDPH/UEL.....	40
Imagem 2. Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, junho de 1975, n. 8, p. 01. Acervo CDPH/UEL.....	40
Imagem 3 – Foto de Francisco Alves Cabral, 1965.....	82
Imagem 4 – Foto de Maria Lorena Santos e Silva, 1970.....	83
Imagem 5 – Foto de Edmundo Bonesso, 1966.....	84
Imagem 6. Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, março de 1978, ano IV, n. 23, p. 02. Acervo CDPH/UEL.....	82
Imagem 7 – Ourinhos na década de 1940.....	89
Imagem 8 – Estrada de Ferro Sorocabana.....	90
Imagem 9 – Seus nomes anunciam o Brasil livre de amanhã - fragmento do jornal <i>Voz Operária</i>	100
Imagem 10 – Manuel do Exército Chinês de Libertação.....	105
Imagem 11 – Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, junho de 1977, n. 19, p. 04. Acervo CDPH/UEL.....	138
Imagem 12 – Linhas Ferroviárias do Estado de São Paulo.....	116
Imagem 13 – Fotografia I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.....	152
Imagem 14 – Atores e rede de atuação no campo (1961-1964).....	158
Imagem 15 – Carteira do Partido Comunista.....	165
Imagem 16 – Conferência com Hermano Sosthenes Jambo na Granja 1º de Maio, em Ourinhos/SP.....	171
Imagem 17 – Festejos do 1º de Maio de 1963 na Granja 1º de Maio, em Ourinhos/SP.....	172
Imagem 18 – Matéria do jornal <i>Terra Livre</i> , de março de 1964.....	199
Imagem 19 – Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, agosto de 1976, n.º 14, p. 05. Acervo CDPH/UEL.....	200
Imagem 20 - Localização de Palmital no Estado de São Paulo.....	201
Imagem 21 – Mapa do município de Palmital/SP.....	203
Imagem 22 – Fragmento do Mapa do Município de Palmital/SP.....	205
Imagem 23 – Carroças.....	207
Imagem 24 – Fonte de água.....	207

Imagem 25 – Estação da Estrada de Ferroviária Sorocabana, em Palmital (década de 1970)...	209
Imagem 26 – Fazenda Boa vista.....	219
Imagem 27 – Planta da Cidade de Palmital.....	220
Imagem 28 – Inauguração.....	222
Imagem 29 – Diretoria do Sindicato.....	223
Imagem 30 – Carteira de Identidade Funcional do Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz.....	231
Imagem 31 – Fotografia de David dos Santos e Márcio Prudente Cruz.....	245
Imagem 32 – “Operação tartaruga”.....	255
Imagem 33 – Sindicato.....	269
Imagem 34 – Morte e destruição no rastro do fogo.....	283
Imagem 35 – Organizações e eventos de diálogo.....	289
Imagem 36 – Bandeira Reforma Agrária Radical.....	297
Imagem 37 – Tiro de Guerra n.º 86 – Cambará/PR.....	309
Imagem 38 – Fotografia de Maria Lorena dos Santos Silva.....	311

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Exemplos de violência contra trabalhadores rurais (Andirá/PR e Itambaracá/PR, 1963).....	54
Tabela 2 – Organizações e sua atuação nas décadas de 1940 e 1950 no Norte do Paraná e Sul de São Paulo.....	91
Tabela 3 – Atuação política de Mário Urias de Melo registrada pelos órgãos de repressão (1946-1949).....	112
Tabela 4 – Atuação política de Mário Urias de Melo registrada pelos órgãos de repressão (1951-1955).....	114
Tabela 5 – Reuniões na colônia da Fazenda Lageadinho (abril de 1951).....	136
Tabela 6 – Ações de mobilização na região do Médio Paranapanema (1961-1964).....	160
Tabela 7 – Reclamações de Canitar e Chavantes, entre 1960 e 1964.....	186
Tabela 8 – Publicações entre março de 1963 e março de 1964.....	191
Tabela 9 – Prisões, abril e maio de 1964 – Delegacia de Polícia de Palmital.....	236
Tabela 10 – Assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Lavoura de Cambará (1963).....	272
Tabela 11 – Testemunhas BNM 139 / IPM 406.....	302

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Dados dos depoentes do BNM 139 / IPM 406 - Categorias de Trabalho.....	305
Gráfico 2 - Dados dos depoentes do BNM 139 / IPM 406 – Sexo.....	306
Gráfico 3 - Dados dos depoentes do BNM 139 / IPM 406 – Idade.....	307

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

Sumário

Introdução	17
Localização	19
Ditadura civil-militar	25
Pesquisas anteriores	26
Em outras palavras, a pesquisa	30
A composição dos capítulos	34
Capítulo 1 - Cave a terra roxa – a trajetória de Francisco Alves Cabral	40
Militância sindical.....	45
Repressão institucionalizada.....	54
Prisões.....	59
De preso a informante.....	75
Desaparecimento.....	77
Capítulo 2 - Partido Comunista Brasileiro e primeiras associações	85
<i>Nestor Vera</i>	86
<i>Dário de Paula</i>	95
<i>Mário Urias de Melo</i>	103
<i>Maurino Brandão</i>	123
Considerações	131
Capítulo 3 – “Um sistema sindical subversivo”	133
<i>João Bento Vieira da Silva Neto</i>	134
Partido Comunista Brasileiro.....	147
“Respeitem a lei ou a paciência acaba”	177
Considerações	196
Capítulo 4 - “Antes que o mal cresça, diz o velho adágio, convém suprimi-lo”	200
<i>Daniel Ferraz da Cunha</i>	200
Café, cana, algodão, milho, jornais, revistas, livros e ideias	208
Construindo os debates	213
A sede e o jogo pelo reconhecimento	218
O peso do papel.....	224
Na ausência do fazendeiro, aos cuidados do delegado	227
“Antes que o mal cresça”: a violência do Estado	234
Considerações	243

Capítulo 5 – O corpo dela descansa feito semente	247
<i>Maria Lorena dos Santos e Silva</i>	247
Professora Lorena	252
Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará.....	263
Mobilização dos camponeses.....	272
Tessitura da rede	279
A cooperativa, o empréstimo e o hospital.....	283
Planos políticos, construções para o futuro	293
Desfazendo os nós	298
O que veio depois	312
Considerações finais	321
Fontes	329
Referências	337
Anexos	347
Trilhas	347
Imagens	350
Levantamento de dados sobre ações repressivas na região Norte Velho do Paraná e Médio do Rio Paranapanema em São Paulo (1948-1971)	356

Introdução

Observaremos ao longo desta pesquisa a construção de redes de relações que se estenderam por trinta e seis cidades da região Norte do Paraná e Sul de São Paulo, no período de 1946 a 1969. Essas redes eram compostas por pessoas, que viveram, trabalharam, militaram e organizaram ações e estruturas de resistências. Delimitamos o nosso tema em entender os coletivos rurais organizados, dentre os quais, o Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Ourinhos, Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital, Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Chavantes, Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Salto Grande, União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, entre outros. Por sua vez, esses sindicatos e associações relacionavam-se e eram apoiados também por coletivos de outros setores, como a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos de Ourinhos, União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, Sindicato da Construção Civil de Ourinhos, a União Bandeirantense de Estudantes Secundaristas, Associação dos Professores do Paraná.

As relações entre as diversas instituições eram tecidas por pessoas, atuantes no campo político partidário, militância clandestina, funcionalismo público, âmbitos jurídicos cíveis, justiça do trabalho, que possuíam posições decisivas na tomada de decisões, pois tinham maior número de canais de informações e possuíam relações diversificadas, provenientes de níveis de atuação e locais distintos. As pessoas que faziam parte dessas estruturas coletivas organizaram-se em busca de mudanças sociais, através de questões do mundo do trabalho. As motivações individuais podem ter sido muitas e variadas, mas na maior parte dos depoimentos estudados nessa tese, as pessoas relataram fazerem parte dos coletivos pois viam nestes uma possibilidade de melhorarem as suas condições de labor, de vida e também, as condições de seus filhos e de suas famílias. Mobilizando esses interesses de melhorias e os valores individuais, como justiça, os militantes estabeleceram pautas em comum entre os trabalhadores, que igualmente dialogavam com os diretrizes de instituições maiores, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Então, no vértice entre as militâncias, as diretrizes e as necessidades locais dos trabalhadores do campo, os atores dessa rede conseguiram estabelecer pautas que refletissem

anseios como os aumentos salariais, efetivação dos direitos à salário mínimo e outros direitos, que agiam como questões aglutinadoras. Uma vez atuando para benefícios coletivos, que convergiam com os interesses individuais, as pessoas uniram-se e passaram a realizar ações coletivas, como passeatas, greves, assembleias, entre outras, coordenadas pelos sindicatos, associações e pelo PCB. Essas ações tinham amplitudes bem maiores, pois conseguiam através dos atores descritos, mobilizar centenas de pessoas e em toda a região, milhares de pessoas engam-se ao longo dos anos de 1946 a 1988, construindo uma longa trajetória nos próprios movimentos de esquerda e lutas democráticas.

Nesse sentido, propomos investigar as trajetórias de pessoas que foram tidas como “subversivas” pelo governo ditatorial e tiveram suas vidas atingidas pelo golpe civil-militar de 1964. Buscamos contribuir com o registro sistematizado da resistência política na região do Norte do Paraná e Sul do Estado de São Paulo, enfocando atuações ligadas aos movimentos de trabalhadores rurais. Entendemos o Estado de Direito como um patrimônio conseguido com a participação social de grupos e pessoas que também estiveram ou viveram nestas cidades do interior, participando dos espaços públicos que hoje ainda lutamos para que sejam verdadeiramente democráticos. Nesse caminho, nossa proposta é a busca pelas memórias e experiências compartilhadas por estes atores na ação da resistência. Essa tentativa por encontrar as trajetórias e pelo entendimento dos territórios de atuação nos possibilita estarmos mais próximos da efetivação do direito à memória de vítimas do sistema de perseguição política durante a ditadura-civil militar brasileira no Norte do Paraná e Sul do Estado de São Paulo.

Queremos responder aos seguintes problemas de pesquisa: Os trabalhadores do campo resistiam à quê? Como era organizada a resistência na região? Foram construídas redes, devido à proximidade das cidades? Se sim, essas redes eram formadas pela ligação dos militantes dentro de organizações políticas, estudantis, de trabalho ou por relações pessoais, de amizade, parentesco ou demais afinidades? Ainda sobre as redes, quais eram as lógicas de organização e de territorialidades utilizadas? Como as cidades, em ambos os Estados, se integravam ou se distanciavam na composição das movimentações? Aspectos da cultura local influenciaram na tessitura das resistências e em suas estratégias? Quais eram os projetos políticos de resistência em circulação nessas cidades? Seria possível, através das fontes disponíveis, delinear os ou contribuirmos com a sistematização das histórias da resistência da região? Por fim, se existem, porque não nos lembramos dessas histórias?

Localização

Portanto, para compormos essa história, entenderemos as redes e observaremos as trajetórias de pessoas que participaram e teceram articulações para construir e fazer circular projetos políticos e sociais. Para tanto, imagino que para começarmos, esta introdução deve ser como um guia de como será o seu caminho de leitura nesta pesquisa. Após sabermos o objeto, o segundo ponto será nos localizarmos, afinal, todo trajeto parte de algum lugar. O mapa visual está na página seguinte, e abrange a divisa dos estados, marcando com pontos cada um dos municípios. São localidades que ficam no interior, pequenas em número de habitantes, mas com grandes áreas rurais. Ainda no início do século passado, eram chamados de sertões, com a maior parte da população nas áreas agrícolas. A partir da década de 1960, com as mudanças econômicas, trabalhistas e sociais que levaram ao fim dos sistemas de colonato, a maior parte dos trabalhadores passaram a ocupar espaços urbanos.

Nesses municípios e em seus distritos, os museus contam as histórias de pioneiros, bispados e bravos ex-moradores que foram para a Segunda Guerra Mundial. Estudamos as cidades que se inserem na divisa do Estado de São Paulo com o Paraná, entre a mesorregião Norte Pioneiro do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo. Para a presente tese, observaremos esses fragmentos dos Estados de São Paulo e Paraná, na região da divisa, como um território. Este, construído por reocupação demográfica e traços culturais semelhantes, bem como, simetrias com relação aos grãos cultivados e aos processos de exclusões sociais, violências e resistências, conforme observaremos.

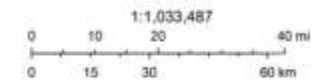
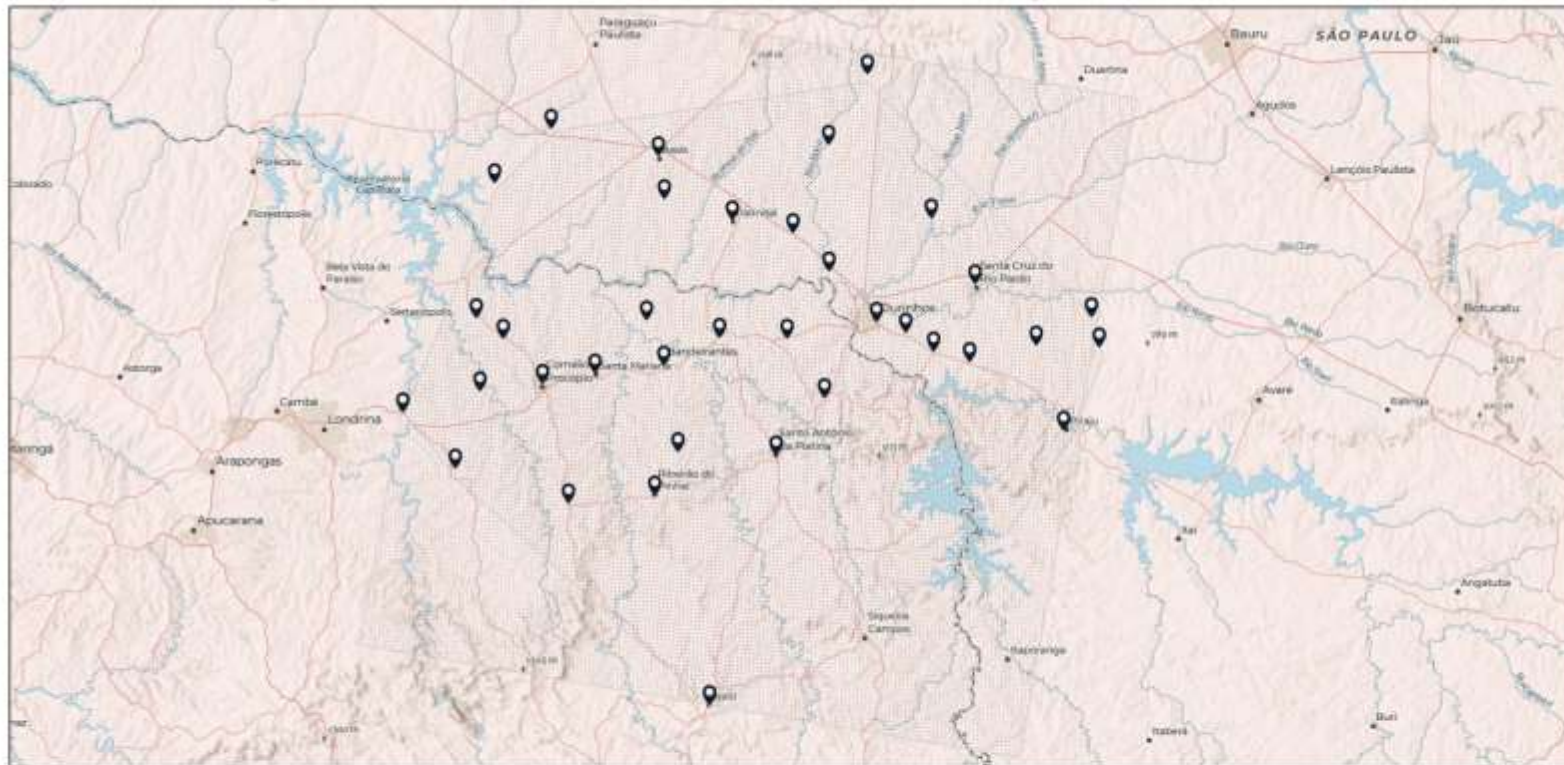
Esse local, entre os dois Estados, possui o processo de reocupação feita em fins do século XIX. A sua tomada foi promovida, principalmente, por mineiros e paulistas de outras regiões do Estado, tendo como objetivo a abertura de mais áreas para o cultivo do café. Essas reocupações se deram devido ao grande desgaste que em poucos anos o café gera ao solo, criando a necessidade de expandir ou encontrar novas áreas de plantio. As buscas por mais terrenos para lavouras moveram a reocupação do Oeste de São Paulo e Norte do Paraná e nesse processo, essa região era imprescindível.

Aliada à busca por expansão do plantio, com a promulgação da Lei de Terras de 1850, o governo considerou devolutas as terras dessas regiões, pois os seus ocupantes não possuíam títulos de que lhes foram doadas ou adquiridas, tendo em vista que estes se inseriam em outras dinâmicas de relações com a natureza, a terra e a propriedade. Naquela época, os moradores dessas localidades eram indígenas Kaingang, Oti e Guarani, caboclas/os, posseiras/os de

comunidades caipiras tradicionais e trabalhadoras/es que haviam fugido da escravização e constituído quilombos na região. A partir daquele momento, para serem consideradas oficialmente donos/as das terras, essas pessoas teriam que possuir o título de compra.

Esse processo de expulsão e de reocupação das terras nos dois lados da divisa foi semelhante, sendo, posteriormente, ocupadas por fazendeiros, vindos principalmente do próprio Estado de São Paulo e de Minas Gerais. As fazendas de café e de outras culturas empregaram muitos outros migrantes e os imigrantes que chegariam no início do século XX. Com o tempo, os cafezais foram cedendo lugar à cana de açúcar e às indústrias com capital estrangeiro. Atualmente, grandes extensões de cana para a produção do açúcar e álcool em usinas fazem parte da paisagem da região, junto com as florestas de eucalipto. A população excluída faz parte das periferias urbanas e os fazendeiros, construíram uma memória coletiva de seu grupo como pioneiro, alicerçados no mito do vazio demográfico.

Região - Norte Velho do Paraná e Médio do Rio Paranapanema em São Paulo



Ext.: HERE, Garmin, Foursquare, FAO, METANSA, USGS, Esri, CGAR

Polígono formado pelas redes de atuação

Retângulo de mapeamento da área de abrangência das organizações de resistência observadas

Campos Novos Paulista/SP

Ribeirão do Pinhal/PR

Abatiá/PR

Sertaneja/PR

Santa Cruz do Rio Pardo/SP

São Pedro do Turvo/SP

Maracá/SP

Piraju/SP

- | | | | | | | | |
|----------------|----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Ibaté/PR | Uraí/PR | Jacarezinho/PR | Palmital/SP | Cruzália/SP | Santa Mariana/PR | Ipaussu/SP | Santa Cruz do Rio Pardo/SP |
| Nova Fátima/PR | Cornélio Procopio/PR | Ourinhos/SP | Ocaúçu/SP | Itambaracá/PR | Santo Antônio da Platina/PR | Bernardino de Campos/SP | São Pedro do Turvo/SP |
| Assaí/PR | Leopólis/PR | Salto Grande/SP | Assis/SP | Bandeirantes/PR | Canitar/SP | Manduri/SP | Maracá/SP |
| Jataizinho/PR | Cambará/PR | Ibirarema/SP | Cláudio Mota/SP | Andará/PR | Chavantes/SP | Óleo/SP | Piraju/SP |

Embora a distância em relação aos grandes centros, tais cidades não são Macondo¹: inserem-se em estruturas e contextos políticos nacionais e internacionais, no sentido de que são regiões que produzem para exportação. Em contraponto, as histórias das cidades não abordam todos os períodos que vivemos, de modo que não há nos museus e nos centros de memória relatos sobre o período da ditadura, nem menção às opressões, violências e resistências. Nesse sentido, frente aos lapsos e harmonizações presentes nas histórias oficiais da região, acreditamos que as memórias sobre a ditadura civil-militar brasileira sejam memórias impedidas. Irrememorações, residentes nos espaços mais profundos das memórias, dissimuladas em ressignificações patológicas. Ao invés de gerarem memórias coletivas para positivação da realidade, levam a personificação do passado e à desumanização das vítimas e das testemunhas.

Então, não podemos dizer que possuímos uma memória da ditadura que seja organicamente partilhada pelo tecido social. Até mesmo na esfera do rastro escrito, a memória coletiva difundida nos livros de história da região, nos livros memorialísticos, nas histórias oficiais dos municípios, é transcrição de uma memória manipulada uma memória enquadrada como diria Michael Pollak (1989). Esta é resultante do desapossamento dos atores sociais de narrarem a si mesmos, seja por coerção, perseguição, suspeição, outras formas de terrorismo de Estado, ou pela privação dos meios de se fazerem ouvir e registrarem suas vozes. Que fique claro, não que esse passado nunca existiu na região, que os dias não foram cruéis ou que as memórias dessa população não existam. Existem, mas são impedidas de se tornarem coletivas, de alcançarem o espaço público, pois ainda fazem parte de um passado que nunca passou (ROUSSO, 2016), num *continuum* presente de silenciamentos, omissões, repetições e violências.

Nesse sentido, no presente trabalho buscamos fazer um levantamento de fontes que possibilitem nos aproximar desse passado e entrever como militantes desta região estabeleceram contatos, conexões e interações e, no seio dos circuitos desenhados, elaboraram e fizeram circular projetos de lutas que, de forma direta ou indireta, tinham como finalidade a criação de espaços políticos de expressão e mudança social. As dificuldades de acesso e os materiais disponibilizados para pesquisa também se relacionam ao tema e são passíveis de uma historicização.

¹ Povoado fictício e mágico, sem localização definida, presente no livro “Cem anos de solidão” (2021), de García Marquez.

Justificativa

O terceiro ponto deste guia será falarmos do motivo de estudarmos esse passado e desde já, saliento que as motivações partem do presente, pois na busca pela história reside o reencontro com algumas verdades que até hoje constituem campos em disputa. Pensar sobre os lugares de memória e a própria justiça da transição é reconhecer que o passado ainda mantém íntima relação com o tempo atual. Seja pela falta de acesso às informações, seja pela forma como se deu o processo de anistia e de transição política, como “reconciliação extorquida” (BREPOHL, 2012), seja pela forma como o Estado atual busca falsear e encobrir a história ou mesmo, à ausência da responsabilização, punição e a recusa aos espaços de luto. Como pondera Marion Brepohl (2012) em “Censura e Repressão (1964-1982) Lembrar, mas do que?”, os números que quantificam as pessoas atingidas pela repressão da ditadura são apenas estimativas e os efeitos, imensuráveis. Os traumas se dão na perda dos entes queridos, pela tortura, pela desumanização das vítimas, familiares e amigos, bem como pelo convívio com a culpa, recalque ou também pela repetição e pelo não reconhecimento do próprio passado. Ademais, não assumir as práticas de violências do período e a ausência de punição pública levam ao trauma como sintoma social.

Ao andar pelas cidades do interior, que compõem a região do Sul do Estado de São Paulo e do Norte do Estado do Paraná, nos deparamos com a ausência de lugares que guardem as memórias do período da ditadura civil-militar brasileira. Imaginando o passado, a ausência nos conta bastante sobre aquele período e o próprio tempo presente. Em 2015, com a disponibilização pública dos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), através do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH/UEL), tive a oportunidade de pesquisar sobre a ditadura civil-militar em nível local. Busquei pensar como havia sido aquele passado que se mostrava tão próximo e, ao mesmo tempo, tão inexistente. Como haveria sido a trajetória dos militantes que andaram pelas mesmas ruas que nós andamos hoje, que de variadas formas buscaram resistir e construir projetos políticos alternativos ao autoritarismo crescente? Entretanto, para entender a resistência, teríamos que pensar também a repressão, tendo em vista que estes dois lados compõem jogos que se entrelaçam.

Dessa maneira, a minha pesquisa de mestrado, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, teve por objetivo compreender a forma como foram pensadas e legitimadas as práticas de controle político durante o período de 1964 a 1982,

na região nordeste do Estado do Paraná. Para tanto, tomamos como estudo de caso os processos em torno da atuação da União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá/PR (ULTGA) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá, descritos no Inquérito Policial Militar (IPM) de nº 384 ou Brasil Nunca Mais (BNM) nº 238 e no Inquérito 23 de 1969, do Departamento de Polícia Federal do Paraná.

Ao longo do trabalho, vimos como se constituíam as principais instituições locais, desde o poder público ao privado, e o embaralhamento dos mesmos. Através do IPM 284/BNM 238, me deparei com a arbitrariedade, nitidamente presente na motivação do processo, nas prisões e na escolha das testemunhas de acusação. A busca por conservar velhas relações de poder e de trabalho, tentando resistir às novas disposições e às mobilizações que se levantava por melhores condições de vida dos trabalhadores foram, a meu ver, motivações aos processos estudados. Observei, ainda, que a repressão era apoiada por discursos mitificadores calcados especialmente no anticomunismo cristão, como na construção histórica do mito do levante comunista e do trabalhador inocente e manobrado pelos comunistas.

O anticomunismo presente na região também contribuiu para o silenciamento desses acontecimentos e para a construção de outras memórias, que colocam os atores sociais então ligados à repressão, hoje, como democráticos. Passaram a ser esquecidos sindicatos, ligas, uniões, associações, enfim, as lutas de trabalhadores por melhores condições de vida. Os silêncios também atuam para que haja poucos estudos sobre as ações e reverberações da ditadura na região, alimentando um ciclo contínuo de esquecimento.

Esses meandros do porque não nos lembramos coletivamente, essa imemorialização passa a ser também um sintoma de um trauma social, como um passado, atrelado a violações, que nunca passou. Nesse sentido, adotamos a perspectiva de que em certos locais algumas lembranças traumáticas existem enquanto memórias individuais, mas não enquanto bens ou lembranças coletivas, como nos lembrou Pollak (1989). Sendo assim, no corpo social seus vestígios se manifestariam como psicopatologias sociais e não como conscientização. Essa imemorialização coletiva se faz pelo esquecimento, ressignificação individual, repetição como trauma ou no silenciamento. Dialogaremos nesse ponto com a figura de esquecimento profundo, proposta por Paul Ricoeur (2010) na terceira parte do livro “A memória, a história e o esquecimento”, por ele denominada de apagamento dos rastros. Para nos explicar os rastros que compõem os enigmas da memória, o autor os distingue em três tipos, sendo:

[...] o rastro escrito, que se tornou no plano da operação historiográfica, rastro documental; o rastro psíquico, que é preferível chamar de impressão no sentido de afecção, deixado em nós por um acontecimento marcante ou, como se diz, chocante;

enfim, rastro cerebral, cortical, tratado pelas neurociências. (RICOEUR, 2010, p. 425).

O apagamento dos rastros poderia ser por deterioração do próprio cérebro, pela memória manipulada ou pela memória impedida pela repetição. Esta última ocorreria uma vez que a vítima pode passar a repetir ao invés de se lembrar, manifestando-se como compulsão que impede a conscientização do acontecimento traumático. Isso é possível uma vez que o trauma permanece mesmo quando inacessível e surgem substituições e sintomas que mascaram o motivo de modos diversos. Usando alicerces freudianos, o autor pontua que o passado vivenciado é indestrutível, mesmo que seja inaudito ou irrelembável. O trabalho de rememoração não se daria “sem o trabalho do luto pelo qual nos desprendemos dos objetos perdidos do amor e do ódio” (RICOEUR, 2010, p. 453). No contexto coletivo, de nossas comunidades, territórios e povos, os esquecimentos também geram lembranças encobertas, repetições e atos falhos, formando psicopatologias, ou seja, sintomas sociais de traumas individuais. No plano coletivo, o trabalho de memória não feito em relação às violências do passado, convidando a repeti-las no presente. Daí a permanência do anticomunismo, a retirada de direitos, o agravamento das desigualdades sociais, o avanço das memórias negacionistas e tantos outros processos que marcaram o tempo da escrita desta tese.

Ditadura civil-militar

Considerando que as principais fontes que utilizamos foram produzidas entre 1946 a 1988, as contextualizo e sinalizo que essa periodização nos levará a pensar os impactos do golpe civil-militar e da ditadura. Entendo que os projetos políticos e lutas sociais que aqui elenco foram construídas durante as décadas de 1940 a 1950 e caminhavam num amplo debate de reformas, direitos, acesso à justiça e democracia nos anos de 1950 até a década de 1960, quando sofreram o golpe. Também entendo a violência no campo como um processo longo, que dialoga com questões sobre a própria desigualdade no Brasil, distribuição de terras e as lutas dos segmentos e grupos sociais que o laboram e nele vivem.

Nesse sentido, veremos as construções e elaborações coletivas de projetos políticos, que caminharam pela região durante 1946 a 1969, sobre os quais, a ditadura deixou marcas duradouras na vida das pessoas cujas trajetórias descrevi, devido às repressões, violências e perseguições e também, na biografia de nosso próprio país. Por conta disso, o conceito de

ditadura perpassará o nosso trabalho e será o início e o fim da tese que escrevi. Além das trajetórias, redes e dos projetos políticos, parte do nosso trajeto será percebermos o impacto que o golpe e as perseguições tiveram na própria política que estava sendo construída.

Sobre o conceito de ditadura, ao longo do trabalho adotaremos a terminologia ditadura civil-militar para nos referirmos à ditadura brasileira iniciada em 1964, que se manteve institucionalizada até 1985. Consideramos ser esse termo útil para salientarmos o caráter de classe do golpe de 1964, como um esforço para manter os privilégios dos empresários e grandes proprietários rurais, além de buscar refrear as movimentações rurais e de oposição. Também, consideramos que o autoritarismo faz parte de uma tradição longa no Brasil e que isso, embora não deva ser naturalizado, precisa ser lembrado.

Entretanto, levando em conta as reflexões de Marcelo Ridenti (2018) não utilizaremos o termo civil-militar no sentido de diluir a responsabilidade dos militares como categoria social. Entendemos que os setores golpistas e autoritários dos órgãos militares foram os principais atores no golpe, em sua manutenção, consequências e que carregam até nossos dias, de pretensões ao poder. A especificidade dos militares enquanto setor golpista, repressor e autoritário é essencial para entendermos o processo político do período.

Por um lado, olhando para a região na qual nos debruçamos, veremos prefeitos, juízes, vereadores e fazendeiros e comerciantes, que se utilizaram da estrutura que foi institucionalizada com o golpe, para benefício próprio. Militares e policiais de nossa região também atuaram na repressão e na tortura. Veremos que a Igreja atuou na propaganda e na vigilância. Prefeituras, cartórios e outros foram cúmplices das encenações daquele tempo. Por outro lado, em determinado momento, a atuação de alguns políticos, juízes, militares, comerciantes e de religiosos na resistência e no processo de democratização, foi essencial para a circulação de projetos políticos mais inclusivos.

Nesse sentido, buscamos salientar as complexidades das relações entre civis e militares e, com a análise tecida ao longo da tese, atentarmos-nos às nuances dessas imbricações na resistência e na repressão. Buscamos que as lacunas existentes na terminologia que adotamos sejam preenchidas pela própria pesquisa e que de fato este trabalho contribua para o melhor entendimento sobre o tema nas cidades pequenas e nos ajude a pensar sobre nossas memórias e nossas ausências.

Pesquisas anteriores

As pesquisas sobre o regime militar e repressão na região norte e nordeste do Estado do Paraná vêm aumentando em quantidade ao longo das últimas décadas. A fonte da maioria das pesquisas são os documentos do Projeto Brasil Nunca Mais e periódicos que registram os processos de constituição e desenvolvimento das instituições de esquerda, como o Grupo dos 11 Companheiros, a luta dos trabalhadores rurais e o movimento de direita para conter as demandas sociais. Além da atuação da imprensa no período, a formação dos sindicatos, memória e repressão, bem como, a cultura política e anticomunismo.

A tese de Verônica Ipólito (2016), “O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná”, retoma o período de 1945 a 1953 para analisar os mitos políticos que se formaram da relação da DOPS/PR com o comunismo e atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Paraná. A autora percorre o tema através da trajetória de um militante comunista, Manoel Jacinto Corrêa, que atuava no norte do Estado. Angélica Ramos Alvares (2017), no estudo “Luta por direitos, memória e repressão no alvorecer da ditadura civil-militar: o caso do sindicalismo rural na cidade de Andirá/PR”, utilizou o IPM nº 384/BNM nº 238, para estudar a luta dos trabalhadores rurais por direitos sociais no início da ditadura civil-militar. A autora busca entender o período através da trajetória das lideranças do movimento sindical de trabalhadores rurais da cidade de Andirá, mantendo bastante o enfoque em questões acerca do anticomunismo e do silenciamento sobre as vozes dos trabalhadores e movimentos rurais.

A dissertação de João Paulo de Medeiros Reggiani (2015), “Repressão aos "Grupos de Onze" na Região Norte do Estado do Paraná (1963/1964)”, buscou observar a formação do Grupo dos Onze Companheiros na região Norte do Estado do Paraná, utilizando os processos da “Operação Limpeza”. Para tanto, o autor faz um recorte entre 1963 e 1964 e utiliza os casos relativos ao Grupo dos Onze em Querência do Norte e Itaguajé. No trabalho de Fabiana Aline Alves (2012), “Fotojornalismo e regime militar: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968)” vemos a atuação dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, durante o ano de 1968, analisando a cobertura fotojornalística sobre temáticas polêmicas. As temáticas separadas pela autora foram mobilizações estudantis, censuras, subversivos e comunistas e políticos e militares, analisando 15 imagens destes temas. As considerações tomadas no texto mostram a busca por parte dos periódicos em não mostrarem oposição e nem tampouco resistência em suas páginas, dando preferência por noticiarem fatos internacionais. Notícias nacionais de resistência ao regime foram vistas como contextos

isolados, desvinculadas de um panorama nacional ou foram apresentadas de maneira breve. Quando tratavam das políticas nacionais e estaduais, as fotografias denotavam um alinhamento entre estas esferas do governo, o que foi visto pela autora como um sinal de apoio do veículo de comunicação ao regime.

Observando o apoio mais enfático ao regime, o texto “Sociedade Rural do Paraná: Organização e atuação da fração agrária da classe dominante regional”, de Juliana Valentini (2014) aborda a elite rural através de duas entidades, a Mobilização Agrária do Paraná e a Ação Democrática do Paraná, ambas com membros que participavam também da Associação Rural de Londrina. Através da observação da relação destas entidades e da relação delas com discursos semelhantes, como no jornal *Folha de Londrina*, a autora busca evidenciar uma rede de contatos e mobilizações no norte do Estado. As fontes utilizadas por Juliana Valentini (2014) são a Carta de Princípios e Atas de reuniões da Associação Rural de Londrina (ARL), um discurso de Omar M. Guimarães, diretor da ARL, um documento com os Objetivos da Ação Democrática do Paraná e notícias do jornal *Folha de Londrina*. Mas, para além de observar o apoio de tal elite no período, a autora tenta espreitar a reconstituição da memória de participantes, através de discursos presentes numa publicação da Associação Pró-Memória de Londrina, de 2004, encontrando suavização dos posicionamentos.

Em minha pesquisa de mestrado, “Política, Controle e Poder: um estudo da violência e repressão política em Andará (1964-1982)” (SILVA, 2019), tomei como ponto de partida que as elites locais, em disputa, produziram narrativas que se apropriavam do discurso de Segurança Nacional para atingirem objetivos próprios, retomando as ideias de cultura política e indústria do anticomunismo. Busquei pensar as elites a fim de entender de quais grupos estas se formavam, como poderiam ser caracterizadas e principalmente, como utilizaram a lógica da suspeição em suas intencionalidades, através da análise do BNM 238 e de fragmentos dos autos do Inquérito Policial n.º 152/69. A partir dessas narrativas foram tecidas as acusações e os depoimentos presentes nos processos, contra Edmundo Bonesso, Raul Gomes Cardoso, entre outros. Dentro desse escopo, além dos discursos, havia também as ações, práticas de terror e o uso da violência, que nesse sentido, foram vistas como elemento político e utilizadas na esfera pública, através da lógica da suspeição.

A análise dos documentos DOPS no Paraná, presente na IPM 384/BNM 238, permitiu observar mais claramente a hierarquia entre as delegacias de polícia e as superintendências regionais. Mesmo se tratando de delegacias institucionalmente separadas, o trabalho delas sempre se realizava de forma conjunta. Jacarezinho/PR possuía uma Delegacia Regional, para

onde todos os documentos eram primeiro enviados antes de serem reconduzidos para as cidades menores da região, como para Andirá. Os presos políticos também passavam por Jacarezinho, bem como as ordens de prisão. Por sua vez, Itambaracá/PR aparece como dependente de Andirá/PR, uma vez que os presos políticos, reforços e decisões são primeiro reportados a Andirá. A contribuição mútua entre essas esferas do setor policial era de âmbito criminal, mas também abrangia questões políticas, sociais e morais, como nas defesas dos bons costumes, da família, da propriedade e da ordem pública.

Além disso, com a observação dos depoimentos do IPM 384/BNM 238, notei que os testemunhos centraram-se em dois temas, sendo o primeiro recorrente na mídia regional, isto é, a busca por tentar explicar a agitação política no campo focando de maneira maniqueísta um inimigo, o “comunismo”. O outro assunto era a busca por tentar justificar as prisões ocorridas na primeira semana de abril de 1964 em Andirá. Já no Inquérito 23 de 1969, do Departamento de Polícia Federal do Paraná, a denúncia principal dizia respeito à corrupção. Ambos os casos, entretanto, escondiam que as testemunhas de acusação, base para a existência dos processos, eram pessoas ligadas a propriedades rurais e empregadoras que sofreram greves ou perderam causas em ações trabalhistas. Em 1964, as denúncias acarretaram o fechamento da União dos Trabalhadores em Geral de Andirá e, em 1969, o do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá. A minha compreensão na época era de que, por mais que os processos inocentassem os réus, os objetivos da elite local haviam sido cumpridos, pois as referidas instituições trabalhistas foram reprimidas e tiveram sua atuação cessada. Após as detenções, os presos políticos e parentes foram demitidos, tiveram empregos negados, passaram por dificuldades financeiras, sofreram discriminações e foram estigmatizados como comunistas. O anticomunismo presente na região contribuiu para o silenciamento desses acontecimentos e para a construção de outras memórias, que colocam os atores sociais então ligados à repressão, hoje, como democráticos.

Então, podemos observar, através dos diversos estudos algumas intencionalidades políticas de grupos, como o dos lavradores de Andirá que recorriam por melhores condições de vida (ALVARES, 2017) e as pessoas de Querência do Norte e Itaguajé (REGGIANI, 2015) que identificavam-se com as propostas de reformas sociais de Goulart e queriam contribuir para o cenário de esperança que se colocava. Nessa vontade, enviavam documentos assinando sua adesão e apoio a Brizola e formavam grupos de onze companheiros, e pessoas fizeram este movimento por todo o país, chegando a cerca de 60 a 70 mil em cálculos do deputado Neiva Moreira (FERREIRA, 2007). Estas pessoas foram perseguidas e muitas tiveram seus direitos cassados no período após maio de 1964. Ademais, vimos também a atuação de uma elite local

e rural que atuava através de entidades do pré-golpe (VALENTINI, 2014), associações patronais que buscavam se organizar após o golpe (ALVARES, 2017) e utilizavam veículos de comunicação para a formação da opinião pública urbana (ALVES, 2012).

Os enfoques mostraram bem algumas ferramentas de atuação das direitas e das esquerdas, e nos detivemos na temática das políticas locais, das elites locais e dos jogos de apropriação destas pelo discurso da Segurança Nacional. Vimos a perspectiva do anticomunismo e de mitos políticos modernos como motores da atuação da DOPS/PR (IPÓLITO, 2016), o maniqueísmo que estes causam e tivemos nossa visão aproximada dos acontecimentos da década de 1960 em Andirá, com o trabalho de Alvares (2017). As pesquisas que descrevemos são as que se encontram mais próximas de nosso objeto e do espaço a ser estudado na presente tese. Elas foram desenvolvidas na Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá e na Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Foram orientadas por professores que, em sua maioria, iniciaram suas pesquisas na década de 1990. A observação destes dados nos leva aos incentivos do governo brasileiro na pós-graduação durante o período de 1980 e 1990, e ao interesse em pesquisar as minorias, que aparece como um movimento da historiografia do período e que gerou bons frutos.

Em outras palavras, a pesquisa

Agora, tratemos com maior proximidade das minhas motivações pessoais para essa pesquisa, pois em muitos aspectos, as relações entre os tempos e os lugares interligam a minha trajetória com a da própria pesquisa e do meu país. Durante a graduação morei na moradia estudantil, em Jacarezinho/PR. Muitas vezes, após o almoço, eu e os demais estudantes que lá residiam, jogávamos xadrez e conversávamos sobre as filosofias, teorias e sobre o nosso tempo. Não sabia muito bem como seria o futuro, mas hoje, nele, concebo exatamente a saudade que sinto daquelas pessoas, daqueles jogos e daquelas cidades. Éramos todos de municípios diferentes, que precisávamos daquela moradia para conseguirmos permanecer na universidade, devido sermos de famílias de baixa renda. Mesmo a universidade sendo pública, sem as políticas de permanência, não teríamos condições de ter trilhado nossos caminhos de maneira tão profunda e ampla. Conforme o tempo passou e as amizades cresciam, passamos a conhecer os familiares dos estudantes que moravam na moradia conosco. Visitei diversas cidades da região ao longo da faculdade, em aniversários, finais de semana nos sítios, idas a cachoeiras,

ajudas em mudanças, velórios, festivais, congressos, feiras. Então, morar naquele local unia muitas cidades, das quais passamos a conhecer, através de visitas que fizemos às famílias dos moradores/estudantes que lá estavam, conhecendo suas cidades de origem.

O tempo muda as coisas e às vezes nos leva para longe do que entendemos como nossa casa e a nossa terra. Essa expressão “minha terra” me acompanharia por muitos anos, nos mais diferentes lugares deste país em que estive, em que aprendi a andar e decorei as paisagens de novas ruas e outros biomas. No frio de junho do Rio Grande do Sul me lembraria com saudades do tempo ameno, e na secura agrária, plana, das imensas plantações de soja no Mato Grosso, recordaria as curvas que faziam em meus olhos a Mata Atlântica, e mesmo diante na imponência da floresta amazônica, em Rondônia e no Amazonas, no início do ano sempre pensaria saudosa se a chuva também estaria caindo naquele instante na casa de meu pai. Morei em diversos Estados ao longo da trajetória de escrita desta tese, pois as grandes crises políticas, sociais, sanitárias e financeiras de nosso país nos últimos anos, me levaram a buscar melhores condições de trabalho e de vida na região Centro-Oeste e Norte do Brasil.

A expressão da minha terra continuaria como um porto seguro, uma idealização e uma reminiscência de um passado. Os primeiros anos foram muito difíceis e mesmo aprendendo e construindo afetividades em locais novos, o verso “As aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá”, como já diria Castro Alves, seria uma constante. Nos últimos anos, me senti algumas vezes num exílio em meu próprio país, onde a desvalorização da ciência, das pesquisas, da verdade e da memória foi outra infeliz permanência, pois fiz esta pesquisa estando em paralelo às vivências do Governo Bolsonaro. Participei da seleção do doutorado após as eleições de outubro de 2018, iniciando o curso em fevereiro de 2019 e finalizo após a posse do Lula, em janeiro de 2023. Talvez até mesmo por viver nesse meio tempo, procurar ver o passado teve uma urgência maior e um sentido político e social foi amplamente sentido ao longo deste trabalho. Há um posicionamento de entender as resistências, os levantes e as lutas, para que quando as observemos, consigamos não nos ver sós, mas sempre acompanhados de uma longa e rica trajetória construída por muitas mãos, que mesmo em meio a tristezas e injustiças, floresceram riquezas, sonhos e mudanças.

Dos vestígios do passado, guardo afetuosamente tudo o que me lembra a minha região, com uma saudade imensa. Guardo inclusive o passado que nunca vivi e o procuro, como numa arqueologia, revirando vestígios a muito tempo escondidos. Esses vestígios são ofícios, informes, jornais, processos judiciais, fotografias, memórias em áudio, transcrições de audiências públicas, fragmentos de bilhetes, cartas, anotações. Às vezes inclusive, perguntei

para as pessoas idosas, como era o tempo que elas se lembravam, buscando projetar das imagens das memórias as arquiteturas dos tempos aonde não vivi. Numa realidade fantástica, relembro as cenas, ouço as músicas e encontro caminhos dentro das terras, colecionando as areias e tentando refazer temporalidades.

Nessa pesquisa, fui olhando sob os ombros de outras pessoas, tentando enxergar, o que escreveram, o que viram, como viram, como eram as paisagens e até mesmo, imaginar como se sentiram. Me lembro de andar pelas ruas de Jacarezinho/PR, Fartura/SP, Piraju/SP, Cornélio Procópio/PR, Bandeirantes/PR e Santo Antônio da Platina/PR, imaginando, quais daquelas casas haviam visto o tempo se desenrolar. Quais paralelepípedos de Wenceslau Braz/PR sustentaram os pesos dos corpos das pessoas que apareciam nos documentos. Quais árvores dos caminhos viram os indígenas caminharem, quais plantações sentiram o suor pingar das peles negras e se as pessoas, vindas de países distantes, cansadas, haviam sentido o vento e a alegria de descansar sob o sol da tarde, imenso e amarelo, que cai sob o morro do cruzeiro ou desce ao lado do morro do Bim.

Continuo separando cuidadosamente, com medo de se esfarelar, o que era o passado e as pessoas da região, o que era a visão de quem estava a escrever o que li agora a pouco, e o que são as minhas próprias lembranças e o impacto desta pesquisa na minha própria trajetória como pesquisadora. Os tempos se relacionam e estão intimamente ligados nesse estranho trabalho, que por vezes, me sinto fantasma de minha terra. Não estou lá, não estive lá no passado que observo e olho há anos, incessantemente, para pessoas que escreveram esses papéis, que não nasceram lá e com certeza, não estão mais, a não ser nos vestígios do que fizeram e dos caminhos que construíram, em suas rotas e (des)rotas. O tempo separa as minhas fontes de mim e a região, de mim e das fontes. Eu, as fontes, a região e mesmo o tempo, somos locais de passagem a essa tese.

Dos papéis antigos que mencionei, os observei, confrontei, busquei contextos para entendê-los e juntei um mosaico, que compõem uma paisagem do que foi aquela localidade, quando ainda não era minha. É um retrato do que seria uma herança a todos que lá nasceram, moraram ou trabalharam. Essa paisagem é observada de um ponto específico, pois me localizo olhando as resistências, os enfrentamentos, os gestos contrários a uma hegemonia que se colocava. Desenrolo a tese como um novelo emaranhado de nós. Esses nós são formados por pessoas simples, como meus bisavós, meus avós, meu pai e minha mãe. Pessoas do campo, que trabalharam por muito tempo nas colônias, nas fazendas, nas chácaras, entendendo e vivendo o tempo das plantações e dos rios.

Pessoas que construíram aquela região, vivenciaram suas mudanças, do colonato para os espaços urbanos, experimentaram esperanças, nas conquistas com Getúlio Vargas às leis e aos direitos sobre o trabalho, que apareciam vívidas na memória de minha avó. E mais recentemente, aos direitos dos pescadores e as possibilidades dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, já no tempo de meu pai. Acredito que essa pesquisa se trata da sobrevivência dos enfrentamentos e esperanças, como um resultado e um processo. Busquei entender os rastros e o trabalho do tempo, através das relações das pessoas, de seus projetos, mudanças e empreendimentos. Os homens e mulheres do campo fizeram circular ideias e criaram possibilidades reais de melhorias de vida, que por si só, já eram atos de contestação. Inseriam-se num ambiente que a herança que receberam era a desigualdade social, de gênero, raça e classe, que conjugavam outras violências. Além disso, os cafezais que já tinham donos e das terras férteis que eram recusadas a eles e elas, recheadas por perseguições e ameaças a própria existência. Mesmo com esses limões, fizeram limonadas saborosas, adoçadas com teorias políticas, que partilharam, às vezes sem darem-se conta, mas que as traduziam para a realidade em que estavam inseridas e as usaram como ferramentas.

Esse texto é um convite a entendermos aquele cenário, como numa sala de estar, onde haviam esses refrescos e um jogo de xadrez. No jogo, a rainha é a justiça. Ela avança para todos os lados, modifica o trabalho e dá chances reais de ganhar, entretanto, para os peões conseguirem a justiça é difícil. Para acessá-la faz-se necessário a ajuda dos bispos, que possuem um movimento oblíquo, em diagonais do tabuleiro. Como os militantes José Alves Portela, Nestor Vera, Antônio Mendonça Conde e Mário Urias de Melo, que transitam dos camponeses aos órgãos estaduais e federais. Já as torres, levaram ideias, reclamações, queixas e ajudaram no acesso a Justiça do Trabalho. Os advogados João Bento Vieira Silva Neto e Francisco de Assis Pereira, o fiscal do trabalho José Mania, a professora Maria Lorena dos Santos e Silva e o tenente da reserva, dentista Edson Campos Silva, movimentam-se amplamente sobre nosso tabuleiro metafórico e podem ser representados pela torre. Diante das ameaças, as torres podem executar o movimento especial “roque”, que faz um T, e usando as suas conexões, criam posições de defesa para protegerem o Rei.

Já outras pessoas, moviam-se em L, pois tiveram que ainda muito cedo (na década de 1940 e início dos anos de 1950) estar na clandestinidade e mudar suas vidas, alterando os cursos de seus caminhos, como Alberto Gabeloni, Dário de Paula, Ana de Souza, Maria de Souza, entre outros. Por último, a única peça que não se move pra trás, que não captura da mesma maneira que se move e que é a única que pode tornar-se rainha, o peão. Nas cidades peão é uma

géria que designa aqueles que realizam os trabalhos braçais. As mulheres e homens do campo são os peões, que na medida em que vivem e constroem suas experiências, movimentam toda a estrutura das possibilidades desse jogo, como o posseiro Roque Pedroso da Silva, o sitiante Daniel Ferraz Cunha e o mensalista Francisco Alves Cabral.

Na tentativa duradora dos trabalhadores em competirem com seus adversários pelos espaços de participação política e direitos sociais, os bispos, os cavalos e as torres, passaram a moverem-se com a rainha, auxiliando os peões, que se tornaram rainhas com maior facilidade, no início de 1960. Acessando a justiça, estiverem por algum tempo na mesma mesa redonda, com direito a voz, com seus oponentes, os conservadores de uma velha ordem. Mas estes, não acostumados ao jogo com regras iguais, conspiraram para tirarem os peões e afundarem as rainhas conseguidas. Decifrar as jogadas, sonhar com as possibilidades e adormecer em meio às casas, é o movimento que faremos nessa escrita. O tempo nos saltará aos olhos como um movimento complexo, difícil como um xadrez jogado há muito tempo, onde tentamos entender as jogadas através dos vestígios do tabuleiro. Minuciosamente, encontramos tensões nas coisas, no tempo e universos culturais e temporais que habitaram aquela região. Estamos na dobra entre a arqueologia do que sobreviveu e a memória do que nunca vivemos.

A composição dos capítulos

Na realização desse estudo utilizaremos a construção das biografias políticas e as concepções sobre o paradigma indiciário, na ótica da micro-história. Observaremos homens e mulheres do campo, que de formas singulares, ajudaram a construir ações que impactaram as comunidades nas quais se inseriam. Para tanto, nos apoiaremos nas considerações de Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Maíra Ines Vendrame. Dentro da historiografia italiana, Grendi (1977 *apud* VENDRAME, 2013), Levi (1989) e Ginzburg (1991) tiveram influência primordial nos estudos sobre micro-história, observando as atuações de indivíduos, percebendo as lógicas autônomas de funcionamento de determinadas estruturas sociais.

Sobre o paradigma indiciário, Carlo Ginzburg (1991) em “El juez y el historiador”, trabalha com o caso de Adriano Sofri, buscando remontar o inquérito a partir de comparações entre a investigação dirigida pelo inquisidor e informações levantadas pelo próprio historiador italiano. No texto, são apontados aspectos metodológicos acerca dos documentos e fontes utilizadas. Dentre suas ponderações, destacamos a que argumenta que “la historiografia, cuando está basada em los documentos puede levantarse por encima de los acontecimientos y

converter-se em um tribunal nocivo igual para todos” (GINZBURG, 1991, p. 19-20), pois esta recai na necessidade de perceber as interações que são silenciadas na produção da fonte. Quando fala dos processos que analisou, Ginzburg sugere que o pesquisador é instado a seguir os passos do inquisidor, se atentando a intencionalidade dos documentos produzidos nos processos de inquisição. A intencionalidade dos documentos produz verdades convenientes aos objetivos políticos e isso se mostra ainda mais claro quando pensamos que a pesquisa sobre a ditadura civil-militar brasileira ecoa na atualidade sob as vozes dos processos recentes. Utilizando as considerações de Ginzburg, buscamos os detalhes aparentemente tidos como secundários, mas que observados atentamente no contexto e nas trajetórias dos indivíduos, pretendemos que seja a chave de entendimento da atuação e possibilidades dos trabalhadores rurais no período de tempo e na região estudada.

No texto “Usos da biografia”, Giovanni Levi (1989) investigou a utilização dessa metodologia, através da qual o historiador poderia perceber aspectos de escolhas, liberdades e coações individuais e quais foram os contextos que as produziram. O autor se esforçou em pensar a possibilidade de entender além de comportamentos ligadas às condições sociais mais frequentes, com formas típicas de comportamento. Por um lado, a observação das ações dos personagens específicos possibilita o encontro das singularidades e das estratégias, e por outro, o entendimento sobre os contextos que possibilitaram tais singularidades. De maneira que, as ações de cada personagem podem ser vistas como pertinentes para entendermos seus protagonismos e construções dentro das estruturas sociais maiores, além de nos levarem ao encontro de homens e mulheres que em outros momentos foram silenciados pela história e/ou marginalizados socialmente.

Na tese “Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)”, Maíra Ines Vendrame utilizou o mapeamento da constituição das redes sociais que ligavam os camponeses, para entender a forma como resolviam questões relacionadas à honra familiar e praticavam lógicas próprias sobre uma ideia de justiça. As investigações de Grendi, Levi e Vendrame buscaram realizar o cruzamento de fontes para identificar as redes que ligavam os indivíduos e investigaram redes sociais para identificarem as escolhas específicas (individuais e coletivas) inseridas em contextos sociais amplos. Os autores e a autora instrumentalizaram a concepção de redes sociais como uma metodologia inserida na micro-história, uma vez que, mapear as relações poderia mostrar fios condutores para as ações dos camponeses, interligando aspectos biográficos com as tessituras das sociabilidades.

Num movimento metodológico semelhante, através da utilização da documentação levantada nesta tese, buscamos mapear a atuação das redes sociais utilizadas para moverem projetos políticos no campo. Nos debruçando sobre as trajetórias políticas de homens e mulheres do campo, tentamos entender as ligações entre os diversos indivíduos que se uniam por relações familiares, de trabalho, vizinhança ou amizade. As conexões que estabeleceram criaram lógicas autônomas locais, dialogando e articulando ações políticas por meio dos laços de parentesco, compadrio e solidariedade entre grupos envolvidos. Não iremos nos deter nas obrigações e trocas que essas redes sociais envolviam, mas buscamos perceber quais ações políticas essas redes possibilitaram no âmbito dos trabalhadores rurais no Médio Paranapanema e por quais municípios se estendiam, percebendo determinada territorialidade. Nas margens da liberdade e da coação das realidades em que os personagens estudados viveram, as relações pessoais constituíram formas de solidariedade. Nas redes formadas pelas relações pessoais, articularam recursos físicos, econômicos, culturais e religiosos para criarem espaços de lutas e atuações e por décadas moveram projetos de emancipação política.

Esta investigação caminha buscando revelar não só a complexidade do objeto de estudo, como a interação com a rede de atores que operam e concorrem para a sua produção. Nos passos iniciais da investigação, buscamos fazer uma biografia dos personagens que aparecem nos documentos dos acervos e fundos pesquisados e um texto dizendo as informações gerais que os documentos contam, em ordem cronológica. Isso nos permitiria dividir as atuações em três grandes grupos, sendo eles 1) o movimento de trabalhadores rurais, 2) o movimento estudantil e os sindicatos urbanos e 3) o dos bancários e da construção civil. Em alguns momentos, essas atuações se misturam, em outros, se distanciam.

Iniciada a investigação, percebemos que unir as duas atividades, escrever as trajetórias e listar os documentos, em uma só, seria mais interessante ao trabalho e que a ordem dos capítulos não precisaria ser cronológica. Ainda, adentrando na leitura das fontes e nos deparando com as complexidades e riquezas da história dos movimentos sociais na região, optamos por trabalhar apenas com o movimento dos trabalhadores rurais e seus diálogos com as demais organizações. Logo, o desenho da pesquisa permitirá ao/à leitor/a observar os documentos e as trajetórias como narrativas, enleando as diferentes formas de resistência da vida e trabalho no campo em diferentes períodos. Observaremos as transformações das formas de trabalho, das lutas, de seus espaços e das próprias organizações, através das trajetórias dos militantes.

As atuações e seus espaços aparecerão como mosaicos, pois é em fragmentos que os

documentos nos possibilitam olhar esse passado, como linhas que se ramificam em direções variadas de acordo com a posição particular dos atores em questão. Como fragmentos, pontos das trajetórias dos personagens aparecem nos documentos e são ligados ao longo dos capítulos, pois buscamos ler nos entrecortes dos vestígios que restaram, as trajetórias e as movimentações, os projetos políticos e as organizações às quais os militantes participavam.

Nesse sentido, visto que reunimos uma narrativa com os fragmentos e recortes, não conseguimos dimensionar a totalidade dos militantes ou o trajeto completo de suas vidas. Entretanto, diante das possibilidades que encontramos, narramos os fragmentos das histórias como exemplos do que foi a luta dessas pessoas que viveram e laboraram por essas terras. Não conseguimos narrar ou encontrar todos os militantes, mas do conjunto que encontramos, narramos atuações que consideramos significativas sobre as lutas e os projetos das organizações de trabalhadores rurais na região.

No primeiro capítulo, tentamos observar os caminhos de Francisco Alves Cabral e de sua família, em meio ao contexto de violências estruturais, sistêmicas e cardiais e as dificuldades da vida e do trabalho². Buscamos pensar no capítulo inicial as formas de resistências que estudamos nessa tese e a quais violências e ações estas práticas estavam resistindo. Em outras palavras, "resistiam a quê?". Nesse sentido, buscamos nos aproximar de resistências do cotidiano, resistências institucionais e resistências individuais, principalmente, frente aos agentes do Estado.

No segundo capítulo, tratamos do Partido Comunista Brasileiro buscando mostrar as primeiras articulações, de 1946 a 1961 e as atuações do Partido Comunista do Brasil, de 1962 a 1964 na região, pois essa organização em seus diferentes períodos foi significativa na mobilização dos trabalhadores rurais e no auxílio aos levantes. Além de que, suas formas de organização e construções de luta coletiva reverberariam pelas décadas seguintes em instituições sindicais. O capítulo se compõe através de pontos da trajetória de Mário Urias de Mello, Nestor Vera, Dário de Paula e Maurino Brandão, que atuaram na divisa entre os Estado de São Paulo e Paraná.

² Sobre os conceitos citados, utilizamos a violência sistêmica na definição de Slavoj Žižek (2008), para o qual esta seria a dimensão de quando o capitalismo global fomenta a criação de indivíduos socialmente excluídos e dispensáveis, gerando um sistema simbólico e objetivo de desumanidade. Álvaro Abos conceitua a violência radial no texto "La Racionalidad del Terror", como uma violência do terrorismo de Estado, que irradia terror à sociedade. Esse autor pontua que "es aquella que expande el objeto de la punición, alcanzando a otras víctimas, unidas a la primera por algún tipo de relación: familiar, amistosa, profesional, de vecindad, etc" (1979, p. 10) e será essa perspectiva que utilizaremos. Sobre violência estrutural, usamos o conceito de Milton Santos (1994), no qual essa seria derivada das estruturas que não atendem às suas funções, que não acompanharam as mudanças a partir do tempo e do espaço, gerando distribuição desigual dos recursos e criando um modus operandi da manutenção da sociedade arcaica, racista e patriarcal e que afetam os modos de vida e a sobrevivência nos territórios.

No capítulo três, trataremos dos movimentos sindicais, adentrando na década de 1960 novamente, para observarmos a rede de sindicatos que foi formada na divisa e as formas de atuação junto com a comunidade e com a Justiça do Trabalho. De maneira mais específica, focaremos na atuação conjunta ou relacionadas entre sindicatos de Ourinhos/SP, Cambará/PR, Palmital/SP, Canitar/SP e Ipaussu/SP, atuando juntos em passeatas, comemorações e ações de formação, entre os anos de 1951 a 1964, através da trajetória de João Bento Vieira Neto.

No capítulo quatro buscamos trabalhar com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, através das ações, processos e objetos de Daniel Ferraz da Cunha. As ações em um sindicato específico, localizado na periferia de uma rede de relações maior, nos auxiliarão a entender como as políticas, orientações e projetos eram elaborados e percebidos ao longo das grandes ramificações dos atores envolvidos. Veremos como foi a trajetória de militância de Daniel, as relações que teceu no município de Palmital/SP, as ações de mobilização das mulheres e homens do campo e quais as motivações de alguns destes. Ademais, observamos o processo de fundação do Sindicato e as ações de repressão dos quais foram alvos e como essa repressão foi utilizada e promovida pelos poderes, dialogando entre a política local e o contexto regional e nacional.

No capítulo cinco, entenderemos a trajetória de Maria Lorena dos Santos e Silva e de seus familiares, tangenciando as ações dos sindicatos de Andirá/PR, Bandeirantes/PR, Santa Mariana/PR, Cambará/PR e Jacarezinho/PR. Estes foram relacionados através da atuação da professora Maria Lorena, de Edson Campos Silva, Francisco Alves Cabral, José Mania, Manoel Trindade, entre outros, nos anos de 1962 a 1969. A trajetória dela nos permitirá entender uma rede de atuação montada do lado da divisa paranaense. Também tentei ser atenta aos aspectos das construções de Maria Lorena em meio às diversas intersecções de desigualdades que permearam sua existência enquanto mulher e militante.

Nas considerações finais, deixaremos abertos caminhos sobre aspectos, trajetórias e as histórias que não foram tratados nessa pesquisa, mas que são importantes para servirem de possíveis trilhas a novos estudos. Essa parte da tese começa com a atuação do advogado Francisco de Assis Pereira, que coordenou processos trabalhistas ligados a sindicatos em Ourinhos/SP, Candido Mota/SP, Piraju/SP, Assis/SP, Jacarezinho/PR, Andirá/PR e Bandeirantes/PR, entre os anos de 1969 a 1973. Após, elenco o período de 1970 a 1985 a luta pela posse da terra, a organização do Movimento Sem Terra, além da atuação da Igreja Católica em Cornélio Procópio/ PR e do Dom Filipak, em Jacarezinho/PR, com questões de moradia e habitação popular. Após, listaremos as fontes, as referências e apresentaremos as

tabelas produzidas ao longo da tese, sobre as violências sistêmicas observadas nas fontes utilizadas. Acredito que esses dados podem servir de suporte para uma compreensão melhor acerca do contingente de pessoas vitimadas pela ditadura no Norte Velho do Paraná.

Ademais, convém explicarmos que as imagens que antecedem os capítulos são do *Jornal Poeira*, que foi um veículo de resistência do movimento estudantil da Fundação Universidade Estadual de Londrina e foi também impresso em Ourinhos/SP. Nesta tese não enfocaremos o movimento estudantil, pois o nosso recorte se volta às organizações rurais e suas lutas, mas diante da consideração pelo significado e importância do movimento dos estudantes, começaremos todos os nossos capítulos a partir das provocações do *Jornal Poeira*. Dando início ao ponto de partida dessa investigação: cave a terra roxa.

Capítulo 1 - Cave a terra roxa – a trajetória de Francisco Alves Cabral



Imagem 1. Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, junho de 1975, n. 8, p. 15. Acervo CDPH/UEL.

Imagem 2. Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, junho de 1975, n. 8, p. 01. Acervo CDPH/UEL.

O objetivo desse capítulo é apresentar a trajetória de Francisco Alves Cabral, liderança sindical de Andirá, na década de 1960. Para tanto, serão explorados os seguintes tópicos: 1) Militância sindical; 2) Repressão institucionalizada; 3) Prisões; 4) De preso político a informante; e 5) Desaparecimento. As fontes utilizadas são documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas, do Projeto Brasil: Nunca Mais, do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Arquivo Público do Estado do Paraná. O conhecimento dessa trajetória é importante para compreendermos as manifestações da violência estrutural, sistêmica e cardinal. A partir do entendimento das diferentes opressões e coerções e de suas inflexões no sistema cultural, político e econômico de reprodução das desigualdades, poderemos ter ferramentas para entender as complexidades das resistências.

Na primeira metade do século XX havia muitos migrantes que iam para a região do Norte do Paraná em busca de melhores condições de vida, na esperança de produzirem em uma terra considerada fértil, de muitas fazendas e com novas oportunidades de recomeços de suas vidas. Francisco Alves Cabral era um desses migrantes, nascido em 1923, homem negro, de baixa estatura, vindo da Paraíba. Casou-se com Maria Nazaré Cavalcante Oliveira, mulher negra e migrante também, nascida em Gradaú, no Estado do Pará, filha de maranhenses. Ambos migraram para Andirá, PR, em 1956, com três filhos e se casaram oficialmente em 1957. Quando se casaram no cartório, Cabral era motorista, colhia café e cortava cana e Nazaré, fazia “prendas domésticas” e auxiliava o marido no corte de cana e nas colheitas. A família Cabral residia na Fazenda Santa Terezinha, de Giovane Possamai. Em 1961, com os filhos, Cabral e

Nazaré se mudam para a Fazenda Barreirão S/A, de Andrez Castilho. Nessa fazenda, de junho a agosto, Cabral colheu algodão, café e milho por empreita e, em outubro, foi chamado para ser mensalista, contratado para o cargo de feitor de turma. O salário inicial de Cabral era Cr\$ 5.000,00 e posteriormente Cr\$ 6.000,00 mensais, abaixo do salário mínimo estipulado em lei, que era Cr\$ 6.560,00. Além do trabalho contratado, Cabral também fazia serviços biscates, de eletricista e cortava cana-de-açúcar³.

Cabral exercia uma função de chefia, pois o cargo de feitor de turma era encarregado direto do administrador. O feitor era um gestor ou capataz, supervisor dos trabalhadores, e Cabral era um feitor negro, que geria o trabalho de homens brancos migrantes e imigrantes e de homens negros. Essa diversidade étnica se dava, muitas vezes, em relações de colaboração, amizade e intimidade, mas as ameaças e violências também permeavam e moldavam essas convivências, de forma semelhante a que Karl Monsma (2016) encontrou em seu estudo sobre a reprodução do racismo na relação de brancos imigrantes italianos com negros brasileiros em fazendas da região de São Carlos/SP no início do século XX, no capítulo “Conflitos simbólicos, consequências mortais: as relações entre imigrantes e negros”, do livro “A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista”. E, embora na função de chefia, também é interessante considerarmos que os feitores de fazendas no século XX, em algumas circunstâncias, se juntaram aos demais trabalhadores para reclamarem dos patrões, observando-se no mesmo patamar de condição social e subordinação.

No corte de cana também trabalhavam seus filhos, José Alves Cabral, de doze anos, Joel Alves Cabral com dez anos e Raimundo Alves Cabral, com então sete anos. Ao serem contratados pelos colonos-chefe, as famílias escolhidas eram aquelas mais numerosas, que deveriam ter no mínimo três enxadas, não sendo contratados trabalhadores solteiros. Entretanto, por mais que a família toda de Cabral trabalhasse, além do salário abaixo do estipulado em lei, eram descontados valores referentes a habitação, lenha, abatimento de 60% do valor do litro de leite (conforme corrente no comércio), taxa fixa de Cr\$ 100,00 de uso de energia elétrica, fornecimento de mercadorias, como óleo, açúcar, feijão, café e do terreno utilizado para o cultivo particular. Como Cabral, muitas outras pessoas quando chegavam à região se deparavam com um forte sistema de exclusão social e acabavam trabalhando nas colônias das fazendas,

³ Documentos consultados: ESTADO DA PARAÍBA, Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória. Relatório Final. João Pessoa: A União Editora, 2017. BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Certidão de Casamento. In: Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997. p. 06; BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997.

com salários baixos, em diferentes cultivos. Além disso, os patrões infligiam descontos salariais, que muitas vezes deixavam os trabalhadores em dívidas, pois esta era uma estratégia dos proprietários de terras para manter os colonos dependentes das fazendas, podendo apenas subsidiar a sua subsistência. Esse sistema influía no domínio sobre a terra, uma vez que a luta pela condição básica de vida impedia a acumulação de capital e aquisição de terra por parte dos trabalhadores e o aproveitamento dos lucros advindos desta, visto que o plantio de alimentos para sobrevivência e a terra utilizada passavam a ser custeados pelo trabalhador. A pobreza e, muitas vezes, a fome demonstravam assim sua funcionalidade para a sustentação da ordem existente.

Mas, em específico, a cobrança pelo cultivo particular não era costume no Paraná, pois, de acordo com o estudo de Ângelo Priori e Luciana Pomari (2012, p. 108) sobre o DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná, nas décadas de 1940 e 1950, nas demais regiões do Estado “a agricultura de subsistência era fator decisivo no contrato de trabalho sob o regime de colonato”. Essa importância era devido a ser uma garantia ao colono a possibilidade de cultivar gêneros de primeira necessidade, a fim de assegurar para si e para a sua família uma renda anual maior. Nesse sentido, a cobrança pelo uso da terra, através de uma taxa a mais pelo plantio de culturas de subsistência, no caso da fazenda em que Cabral trabalhava, é também um fator a considerarmos sobre a brutalidade do trabalho na região, pois nas demais propriedades não era comum a cobrança, conforme observou Priori (2012, p. 108). Ainda, o tempo da vida dessa família era o tempo do trabalho e, nesse âmbito, conforme a pesquisa de Ângela Caíres (2008) a respeito da constituição do trabalho e das práticas ligadas ao sistema de colonato numa fazenda de Araraquara, no Oeste Paulista, no trabalho “O colonato na Usina de Tamoios”, os maridos muitas vezes “desempenhavam o papel de verdadeiros feitores de seus próprios parentes, o que dispensava um custoso trabalho de apontamento, o sistema de colonato encontrava nesse aspecto mais uma vantagem em relação ao assalariamento puro” (CAÍRES, 2008, p. 175). Devido a semelhanças do sistema de colonato implantado na região do Norte do Paraná, da divisão sexual do trabalho e às fortes imbricações entre a vida e o trabalho, inferimos que o papel desempenhado por Cabral fosse semelhante ao dos maridos mencionados na pesquisa de Ângela Caíres (2008).

Em documento datado de 1964, que relata a audiência de conciliação do processo trabalhista promovido por Cabral e por João Doriguello ao exigirem seus direitos após saírem da Fazenda Barreirão S/A, e que está disponível no acervo do Projeto Brasil Nunca Mais (BNM), além da precária condição para criar os filhos, devido ao excesso do trabalho e à

necessidade de trabalho infantil, também é registrado o cotidiano violento para as mulheres. O documento mencionado também é portador de um relato de estupro que teria sido cometido por Cabral contra duas mulheres na fazenda: “o reclamante Francisco Alves Cabral, meses antes de pedir sua demissão, invadiu o domicílio de viúva, altas horas da madrugada, pretendendo, à força, manter relações sexuais com esta mulher, e sua filha”⁴. Após, a mulher teria levado o chapéu e um sapato de Francisco à administração, como provas e reclamado contra a violência. A administração, mesmo sabendo do ocorrido e sendo responsável por seus funcionários, não levou o caso à justiça, não confrontou Francisco e nem o expulsou da fazenda. Acreditamos que esse fato foi exposto durante o processo trabalhista, meses após o ocorrido, como forma de enfatizar o mau caráter de Francisco para que este não ganhasse seus direitos ao trabalho.

Sobre o relato da violência, chamamos atenção à normalização sobre o fato, pois a narrativa se deu para desmoralizar o acusado e não para justificar a vítima. A própria justiça, uma vez que soube, não apurou a denúncia e não puniu o responsável. As vítimas, no relato não possuem nomes, são apenas a viúva e a filha, como se estas não fossem pessoas recorrentes na lida da administração e esta tivesse se esquecido de seus nomes. Nisso influi o fato de que quem negociava e recebia pelo trabalho destas, era o marido, que naquele momento, já não existia. Então, estas duas mulheres, frente à administração, à justiça e a um vizinho da colônia (violador), com a ausência do marido, não possuíam nomes, individualidades e direitos.

Muitas outras senhoras e jovens trabalhavam em exaustivas jornadas, sem registro, sem direitos trabalhistas, a partir de acordos realizados pelos maridos ou pais e com os salários sendo recebidos por estes, ou seja, sem autonomia sobre seus trabalhos e, conseqüentemente, sobre seus corpos. Conforme Daniele Kergoat no texto “Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo” (2009), como um aspecto social e histórico da destinação das atividades, a divisão sexual do trabalho é fruto de relações de poder entre homens e mulheres. Nesse sentido, as tarefas reprodutivas seriam desenvolvidas por mulheres e as produtivas, por homens, sendo as últimas dotadas de maior prestígio social.

A partir disso, na realidade que estudamos, o trabalho que Maria Nazaré (casada com Francisco) exercia fora do espaço doméstico, na colheita, era também visto como inferior ao do marido, embora as mesmas atividades fossem realizadas. Na inferiorização do trabalho da mulher, esta não recebia pagamento por sua atividade, pois era pago ao homem. Além da ausência de registros trabalhistas de Nazaré, ela não tinha possibilidades de reclamação ou de

⁴Audiência de conciliação – Fazenda Barreirão S/A, João Doriguello e Francisco Alves Cabral. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 353.

⁵ Ao longo desta pesquisa, manteremos a grafia original em todas as citações dos documentos consultados.

direitos sobre a sua atividade laboral. Assim, as relações de trabalho hierarquizavam os corpos e subordinavam a mulher à dependência financeira. Numa escala de hierarquização do trabalho na colheita, no topo estaria as atividades realizadas por homens brancos, seguidas pelas dos homens negros, como superiores ao valor das atividades do corpo da mulher, e na conjugação de ausências de direitos, como inferior, somente estaria o trabalho infantil. Ademais, fora do espaço do trabalho na colheita, Nazaré também desempenhava as atividades domésticas, que não eram reconhecidas como atividade laboral, não sendo resguardadas por direitos. A única fonte da sua pequena remuneração da família e do reconhecimento social estava condicionada à existência de seu marido e ao trabalho deste. Socialmente, a segurança do corpo de Nazaré e das outras mulheres da fazenda também dependia da existência dos respectivos maridos.

Aquela estrutura de regulação da vida se mostrava uma engrenagem que conjugava a fome, a miséria e a violência para a maximização dos lucros sobre o trabalho e assecuração da ordem social. A estrutura de fortes opressões e as valorações sobre os corpos condicionava a permissão implícita de violências do cotidiano e de lesões à humanidade. É importante que percebamos que as violências e opressões estavam presentes no cotidiano de mulheres e homens, tendo sido construídas historicamente e naturalizadas. Tais elementos, serviam à manutenção da ordem hierarquizada do trabalho e eram uma consequência dela, atribuindo valor aos corpos e conseqüentemente, às próprias pessoas. Entendemos que sob um mesmo corpo convergem marcadores sociais, como gênero, raça e classe, que estando hierarquizados socialmente, conjugam desigualdades. Observando a trajetória de Maria Nazaré e os marcadores que seu corpo abrigava, percebemos a conjugação das opressões raciais, de gênero e de classe se manifestavam na exploração do trabalho. Maria era uma mulher negra e pobre, migrante e analfabeta, cuja posição hierárquica na escala de valor sobre o seu trabalho era inferior àquela de seu marido. Com esta posição aliada à ausência de justiça que assegurasse direitos trabalhistas e a normalização da subordinação da mulher ao homem, Maria tinha sua segurança condicionada à existência de Francisco, financeira e socialmente. A partir dessa percepção, nos aproximamos da compreensão do peso do cotidiano e os limites dos direitos, da justiça e da própria democracia naquela sociedade.

Soma-se a este contexto que a criação do município de Andirá se deu na década de 1940 e as poucas regulações do poder público municipal e do Estado chegavam aos trabalhadores rurais através de indivíduos advindos de famílias ditas pioneiras e de famílias cuja atuação política se pautou na exclusão social da maior parte da população. A repressão e a coerção sob o cotidiano e sobre aspectos políticos eram recorrentes. Ademais, no estudo de Ximena Barraza,

“Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária” (1980), nestas sociedades de coerção “o desemprego, a fome, a miséria, a solidão, toda a força implacável das “condições sociais” fazem parte de sistemática ameaça de morte” (BARRAZA, 1980, p. 148). Entendemos que a região era uma sociedade de coerção no período que antecedeu o golpe de 1964 e que a ditadura possibilitou a institucionalização de aspectos autoritários que já eram embrionários naquele espaço e a estes, somaram-se novos elementos, como o terrorismo de Estado e a lógica da suspeição.

Militância sindical

As migrações, fome, saques, medo e demais formas de violências, bem como as maneiras de resistências, fazem parte das histórias das transformações do Norte do Paraná nas décadas de 1950 a 1970. Além de todas as violências estruturais e de exploração do trabalho que adentrava o cotidiano e as relações afetivas dos indivíduos, as violências também se intensificaram no contexto das mudanças políticas desse período. O agravamento das péssimas condições de vida entre os trabalhadores do campo favoreceu a formação de organizações camponesas e sindicais. De 1950 em diante, figurava-se o processo de organização dos trabalhadores rurais na região.

O surgimento da primeira organização coletiva de trabalhadores rurais do Norte do Paraná é datado de 1956, com sua fundação em Londrina, mas possuindo atuação e influência em municípios vizinhos. Nesse mesmo ano, foram fundadas organizações em Nova Fátima, Centenário do Sul e Maringá. Segundo Piori e Pomari (2012), a sindicalização foi favorecida, de um lado, pela fundação de uma entidade nacional, coordenadora do movimento dos trabalhadores rurais: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954; e de outro, pela desestruturação das relações de trabalho, há muito arraigadas no contexto cultural do homem do campo, com o fim do sistema de colonato, o fim da agricultura de subsistência e a cobrança do aluguel de moradia, que exerceram uma força de desestruturação, tornando piores as condições de vida do trabalhador rural. Buscando na organização encontrar formas de melhorar esse quadro, a primeira entidade de caráter sindical de Andirá foi a União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá (ULTGA). Fundada em 1962, a ULTGA teve Cabral como presidente nos anos de 1963 a 1964. Mas os

trabalhadores rurais enquanto novos atores políticos não foram aceitos pelas forças políticas dominantes na região, a cujos interesses se opunham. A melhoria de vida do trabalhador rural não era uma pauta vista como importante pelos proprietários de terras, pelo contrário, era uma ameaça.

No ano de 1963, houve eleições para prefeitos e vereadores. Euclides Casseмиro Teixeira concorreu a Prefeito em Andirá pelo PTB e perdeu a eleição. Em 23 de outubro de 1963, Teixeira enviou uma carta a Amaury de Oliveira e Silva, Ministro do Trabalho e Previdência Social, relatando que a derrota eleitoral ocorreu devido “a intromissão astuta e altamente dos acirrados elementos comunistas no ‘Sindicato dos Trabalhadores Rurais’” e suplicando por uma ação aos líderes, para que estes, como políticos, pudessem salvar o país da “derrocada” e da ameaça comunista⁶.

De acordo com o estudo de Ângelo Priori, Luciana Pomari, Silvia Maria Amâncio e Verônica Karina Ipólito (2012), sobre o Partido Comunista e os movimentos sociais do campo no estado do Paraná, nas décadas de 1940 e 1950, os jornais como o Folha de Londrina (19 de maio, 29 de junho, 27 de agosto de 1956) e Diários Associados, “publicavam, quase que diariamente, notícias de assembleias de trabalhadores rurais, acusando estes de ‘baixo nível mental’ e de querer atear fogo nas lavouras de café” (2012, p. 174). A elite mobilizou meios discursivos, como a imprensa e a tribuna do Congresso Nacional para uma campanha anti-sindicato. O trabalhador sindicalizado passou a ser retratado como um inocente, massa de manobra na agitação no campo, que estaria sendo manobrado por comunistas, subversivos e agitadores. O “desequilíbrio econômico da região” e a queda da “produção agrícola”, provocados pela agitação nos meios rurais, ainda de acordo com o estudo mencionado, são expressões que aparecem em quase todos os discursos jornalísticas dos anos 1950 e 1960. “O que acarretaria esse ‘desequilíbrio’, segundo seus interlocutores, seria o espírito de divergência de classe, que estava sendo incutido entre os trabalhadores rurais por ‘perigosos subversivos’” (PRIORI et. al, 2012, p. 173).

Era um momento difícil para a organização sindical e para a militância que Cabral havia começado a empreender. Em Andirá, como em Jandaia do Sul/PR, município paranaense próximo, havia uma disputa entre trabalhadores e patrões pelo controle do sindicato. Em Jandaia do Sul, os empregadores criaram um sindicato fantasma, dirigido por um proprietário de terras. Aqui observamos uma notícia do Jornal *Terra Livre*, órgão representativo na orientação da organização e regularização sindical, que publicava pautas políticas e levava

⁶AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 16.

experiências e notícias de trabalhadores rurais de todo o país. O jornal aponta que esses “sindicatos fantasmas” geralmente eram criados “por um patrão, um comerciante interessado na política do latifúndio, e muitas vezes fundados pelos padres, com a finalidade de desviar a luta dos homens do campo e desenvolver o peleguismo nas organizações e entidades rurais de classe” (JORNAL TERRA LIVRE, 1962 *apud* PRIORI et. al, 2012, p. 174). Ou seja, a Igreja Católica atuava também diretamente nestes embates de lutas políticas do campo, através de propagação, seja em intenções de orações, marchas, campanhas, cartilhas de catequese ou em ações como a criação de organizações de trabalhadores⁷.

Conforme estudo realizado por Carla Simone Rodeghero, publicado no texto “Campo x Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul (1997)”, a atuação da Igreja visava superar aspectos que entendia como problemas do campo naquele período, como o êxodo rural e as mudanças culturais, ideológicas e políticas. Dessa forma, a Igreja atuava buscando propagandear a adoção de técnicas modernas de agricultura, incentivar a conservação de aspectos identificados pela instituição como elementos da vida no campo (“fé, conservadorismo político, trabalho árduo e poupança”). Além disso, buscou atuar na eliminação da propagação do comunismo, entendendo esta como formas de “defender o campo”, garantindo a manutenção da lealdade religiosa e mantendo essa população da zona rural (RODEGHERO, 1997, p. 149). Nesse contexto, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro, concorriam para atuarem de maneira próxima ao camponês. A criação dos sindicatos era um espaço de disputa, pois era uma ferramenta importante de luta e congregação das pautas e demandas dessa classe. No trecho citado acima, quando o *Jornal Terra Livre* argumenta que a intenção dos sindicatos fundados por padres era “desviar a luta dos homens do campo e desenvolver o peleguismo” (2012, p. 174). O texto expressa a interpretação não somente do *Jornal*, mas também, do próprio Partido Comunista sobre a atuação desenvolvida pela Igreja, tendo em vista que o *Jornal* era uma ferramenta discursiva do Partido. Além do trabalho de organização, o PCB editava o jornal, elaborado especialmente para os trabalhadores rurais e que pretendia ser um canal de troca de experiências e guia político.

Nesse cenário, os empregadores protestaram contra os sindicatos criados pelo PCB, de maneira legal, fazendo uso da imprensa, das tribunas das casas legislativas e dos tribunais de justiça. Entretanto, de acordo com o estudo de Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012), houve

⁷Ainda sobre a atuação e discursos anticomunistas ligados a Igreja e ao Bispo Dom Sigaud, mostram-se interessantes as análises realizadas por Rodrigo Alberto Toledo e Aline Loretto Garcia no artigo “Sentidos Vermelhos nos Anos Dourados: uma análise do anticomunismo católico em Londrina no período de 1955 a 1958” (2013), disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/6368/5022>>.

casos mais extremados em que os patrões se utilizaram de meios ilegais, como a invasão aos sindicatos, apedrejamento, incêndios, ameaças com armas de fogo, voz de prisão, cerceamento da locomoção, entre outros, com o objetivo de destruir as entidades dos trabalhadores rurais. Ainda segundo o jornal *Terra Livre*, na assembleia de fundação da ULTGA em dezembro de 1962, participaram 50 trabalhadores do campo. Lá foram discutidos problemas de interesse dos camponeses e se buscou traçar planos para a luta e organização da classe⁸. Os motivos das reivindicações, prioritariamente ligados à melhoria de condições de vida, eram geralmente levados ao tribunal em forma de processos trabalhistas contra os patrões, orientados pela União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá/PR. Cabral, como presidente da organização, participou de todas as reuniões que ocorreram do período, acompanhando os demais trabalhadores rurais sindicalizados. Dessa maneira, a orientação e os esclarecimentos sobre a legislação trabalhista e os direitos já garantidos em lei estavam muito presentes na luta no campo no período pré-1964 e eram uma das pautas primordiais da ULTGA⁹.

Existem diversas evidências de que os dirigentes sindicais de Andirá tinham relações com o Partido Comunista: a) Considerando a comunicação dos trabalhadores rurais de Andirá com o jornal *Terra Livre*, através da publicação de cartas e matérias sobre suas lutas; b) A criação da instituição denominada União dos Lavradores e Trabalhadores, sendo uma alusão a ULTAB - Entre as instituições de esquerda que se articulavam na organização dessas lutas, fundamentalmente com a orientação do Partido Comunista Brasileiro, havia sido criada em 1954, em São Paulo, a ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - com a finalidade de coordenar as associações camponesas então existentes. Esta organização funcionava como instrumento de articulação e organização do Partido, na condução e unificação do processo de luta camponesa no seio da luta dos trabalhadores assalariados em geral no país; c) Com a participação de membros da ULTGA na Assembleia Geral Ordinária da ULTAB, em São Paulo; d) A aplicação das diretrizes da Assembleia nas ações da ULTGA¹⁰.

Entretanto, num primeiro momento, a repressão a entidade se deu devido ao incômodo que a organização trabalhista causava aos proprietários de terras. Como se pode ler no jornal *Terra Livre*, logo após a criação da ULTGA, começaram os processos de repressão sistemática contra os sindicalizados. José Hidalgo Romero, trabalhador rural, relata ao Jornal:

⁸TERRA LIVRE, Dezembro de 1962, n. 17, ano XIII. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>>.

⁹ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 241.

¹⁰TERRA LIVRE, março de 1963, ano XIV, n. 120, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&PagFis=5243&Pesq=Andir%c3%a1>>.

Peço que o TERRA LIVRE leve ao conhecimento de todos a situação dos trabalhadores da roça aqui no município de Andirá. As leis existem mas só para os ricos. Só pelo fato de ser sócio do nosso Sindicato recém-formado, fui chamado para depor na delegacia e me deixaram sem comer e sem comunicação alguma. A pergunta mais importante para o delegado Artur Cuelho foi se eu estava ou não tocando demanda contra a fazenda São Gabriel, de Gabriel Ribeiro, onde moro. A detenção foi feita a mando do latifundiário e a justiça feita aqui no Brasil somente para casos como este agiu prontamente¹¹.

No trecho acima, publicado em fevereiro de 1963, encontramos um relato de detenção ilegal pela polícia local, visto a inexistência de um processo e de um crime. Ademais, o interrogatório sendo utilizado para coagir o trabalhador, a privação de comunicação e alimentação, a instrumentalização da polícia para os interesses dos donos de terras são elementos de repressão e desmobilização utilizados naquele momento. Ainda, Artur Cuelho (sic), apontado por José como delegado, no trecho mencionado, não era funcionário da delegacia. Tratava-se, na verdade, de Arthur Coelho, um proprietário de terras de 46 anos que, ao longo dos anos de 1962 a 1967, exerceria forte influência política na região. Além disso, esteve presente em ações e depoimentos em inquéritos policiais, contra a ULTGA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá. Então, no fragmento apresentado vemos o embaralhamento das instituições públicas e privadas e o interrogatório na Delegacia de Polícia de Andirá tendo a participação ou sendo conduzido por um proprietário rural, quando na verdade, o delegado do período era Albino Pontara, conforme declaração prestado pelo mesmo, em documento produzido pelo Departamento de Polícia Federal em 1969¹².

Os proprietários de terra buscavam reprimir os trabalhadores através da demissão dos sindicalizados, sem seus direitos, servindo estes de exemplo aos demais. Essa disciplinarização foi aplicada também ao senhor José Hidalgo Romero. De acordo com matéria publicada no *Terra Livre*, “sem razão o trabalhador foi despedido, sem pagamento da indenização. O motivo mesmo de sua demissão foi ser filiado ao Sindicato”¹³. A recorrência dessas demissões fez que com que a ULTGA passasse a orientar aos trabalhadores a não desocuparem suas casas até o pagamento das indenizações¹⁴.

¹¹TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, ano XIV, n. 199, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>>.

¹²DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Termo de Declarações prestadas por Albino Pontara em 1969 ao Departamento de Polícia Federal. Fundo DOPS/PR, 1969.

¹³TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, ano XIV, n. 199, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>>.

¹⁴TERRA LIVRE, novembro de 1963, ano XIV, n. 128. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&PagFis=5263&Pesq=Andir%c3%a1>>.

Também com relação às resistências dos trabalhadores, uma das mais importantes frentes de luta dos anos 60 foram as greves. Algumas delas englobavam diversas fazendas, indicando um processo inicial de articulação. Outro sinal de articulação era a comunicação e visitas realizadas por dirigentes de organizações trabalhistas de cidades vizinhas, como as de Maria Lorena dos Santos e Silva, do sindicato de Cambará, município situado na mesorregião Norte Pioneiro do Paraná, ao sindicato de Andirá. Esses encontros eram realizados na sede da ULTGA ou no bar de Edmundo Bonesso, sob um cartaz com o rosto de Carlos Prestes, como ficamos sabendo pelos processos nº 238 – IPM 384/64 e nº 139 – IPM 406¹⁵.

Voltando à questão das greves: como as reivindicações, no geral, eram salariais e pela obtenção dos direitos trabalhistas, as greves pressionavam os patrões e a justiça para o cumprimento das leis, dos acordos ou de melhorias na condição do trabalho. O artigo “Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais”, de Marcus Dezemone (2008), através da produção legislativa do Estado Novo, de entrevistas orais, cartas à Presidência da República e processos judiciais, nos traz uma importante análise sobre o uso da legislação trabalhista e as mobilizações anteriores ao golpe de 1964. Segundo a pesquisa, através dos discursos veiculados, principalmente, pelo rádio e imprensa, os trabalhadores rurais souberam de iniciativas do governo Vargas, como o decreto-lei de sindicalização rural, através das quais o regime buscava apoio e legitimidade. Depois do Estado Novo, esse instrumento legal não integrou a Constituição de 1946. O processo de sindicalização rural ocorreu apenas nos anos de 1960, sob a tutela do Ministério do Trabalho e com a criação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da CONTAG e com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, uma legislação específica sobre a sindicalização no campo.

Entretanto, a análise da recepção dessas iniciativas pelo trabalhador do campo demonstrou que “não era a inexistência de uma lei que versasse sobre a matéria específica que impedia o acesso de trabalhadores rurais ou de qualquer outro grupo ao Poder Judiciário” (DEZEMONE, 2008, p. 231). Os trabalhadores rurais foram aos tribunais e as décadas de 1950 e 1960 foram momentos do aumento do número de processos trabalhistas movidos por esse setor social. Ainda, o autor argumenta que o acesso à Justiça não se dá pela existência de uma lei, tendo em vista que os juízes poderiam avaliar por jurisprudência, analogia e princípios gerais do direito. Além disso, elementos de natureza simbólica moveram o camponês para a decisão de ocupar os espaços judiciais. Essa mudança de percepção se deu entre o período de

¹⁵AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64; AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406.

1950 e 1960, em que o legalismo teria sido apropriado pelos camponeses e contribuído para as mobilizações rurais.

Conforme Ângelo Priori (1996) nos explica no livro “O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964”, o debate jurídico sobre se competiria à Justiça do Trabalho julgar os processos trabalhistas do campo foi intenso ao longo da década de 1950 e início de 1960. Segundo o autor, um marco para os direitos legais dos trabalhadores do campo no Paraná foi o ano de 1956, com a criação do primeiro sindicato e ano de forte procura da Justiça do Trabalho. As mobilizações dessa década ampliaram o debate político em torno da Reforma Agrária e da Legislação Social do Trabalho, que se mostravam imperativos, frente às movimentações dos trabalhadores rurais. Posteriormente, em 1960, o Deputado Fernando Ferrari, apresentaria o projeto de Lei que visava criar o Estatuto de Trabalhador Rural, que previa garantia de salário mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, estabilidade no emprego, regularização da sindicalização rural, entre outros (PRIORI, 1996). Para a historiadora Verena Stolcke (1986), no livro “Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)”, o Estatuto seria um paliativo concedido pelos proprietários rurais frente às ameaças de reforma agrária e teria elementos que desconsideravam as especificidades e complexidades do trabalho no campo. Isso se dava, segundo a autora, devido ao Estatuto ter sido pensado a partir da estrutura social da cidade, do trabalho na indústria e no comércio.

No ano de 1963, intensificam-se as greves e as iniciativas dos trabalhadores rurais no sentido de fazerem valer às leis. Como demonstra a tabela abaixo, construída com fontes diversas, no cotidiano dos conflitos havia muitas formas de ação, que contemplavam as marchas, passeatas e acampamentos nas cidades, para pressionar as instâncias de poder e mobilizar o apoio da opinião pública. A essas mobilizações, a polícia local passava a intensificar suas formas de repressão, conforme vemos na tabela:

Tabela 1 – Exemplos de violência contra trabalhadores rurais (Andirá/PR e Itambaracá/PR, 1963)

Ano e ação dos trabalhadores considerada crime	Ação de Repressão	Repressor	Ação posterior	Fonte
Fevereiro de 1963 – sindicalização de José Hidalgo Romero	Interrogatório sem processo, privação de contato externo e de alimentação	Delegacia de Polícia de Andirá – Delegado Albino Pontara Artur Coelho Gabriel Ribeiro – Fazenda São Gabriel	Denúncia ao Jornal Terra Livre	TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, ano XIV, n. 119, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Fevereiro de 1963 - sindicalização de José Hidalgo Romero	Demissão	Gabriel Ribeiro – Fazenda São Gabriel	Processo judicial	TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, ano XIV, n. 119, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Maio de 1963 – recusa a pedido de adiantamento de pagamento do trabalhador rural José Gonçalves	Despejo do trabalhador, de sua família (esposa e dez filhos), de suas roupas e do corpo morto de seu filho. Humilhações.	Sr. João – Fazenda Nazaré	Conciliação, através de conversa dos dirigentes do Sindicato com o administrador da fazenda.	TERRA LIVRE, maio de 1963, ano XIV, n. 122, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Junho de 1963 - Greve em 18 de abril, reivindicando salário mínimo previsto em lei, descanso semanal remunerado, férias, abono de natal e 8 horas de trabalho diário.	Os trabalhadores não podiam sair de suas casas, sendo vigiados dia e noite por policiais. Ronda entre as casas e os algodoais, duas vezes por dia. Disparos de arma de fogo. Ameaça de despejo. Mataram cachorros dos trabalhadores quando estes brigavam com os cachorros das fazendas.	Delegacia de Polícia de Itamaracá Fazenda Santa Alzira – Sanluca Cia. Agrícola Industrial	Denúncia ao Jornal Terra Livre e contato com outras organizações de classe da região, para a criação de uma rede de solidariedade.	BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64; AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 34.

Entretanto, a recusa dos proprietários em negociar com os trabalhadores organizados, impulsionava um processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas e da acentuação da violência. Na tabela acima notamos diversas formas de violência utilizadas pela polícia em conjunto com proprietários rurais, indo desde privação de alimentação e deslocamento até a coação física e ameaças, de maneira que a tortura mental (com as ameaças e humilhações) e a tortura física eram formas de violência sistêmicas. Atentemo-nos ao fato que, de acordo com Nancy Cardia e Fernando Salla (2014) no estudo “Um Panorama da Tortura no Brasil”, historicamente, no Brasil, a tortura foi utilizada à revelia, contra pessoas cumprindo pena e suspeitos da prática de crimes comuns. Mas é importante notarmos a inexistência de crimes relacionados a essas práticas “punitivas”, tendo em vista que estas práticas eram utilizadas como instrumentos políticos por determinados grupos sociais.

Retornaremos à família de Cabral, nos anos iniciais da década de 1960, através da entrevista concedida por Maria Nazaré ao jornal Folha de Andirá, em 06 de agosto de 2004, que faz parte do conjunto de documentos que integra seu pedido de indenização à Comissão

Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Nesse documento, Nazaré relata que quando migraram para Andirá, vieram o casal e seus três filhos, José Alves Cabral, Raimundo Alves Cabral e Joel Alves Cabral. Nos anos iniciais da década de 1960 também haviam nascido Delzina Alves Cabral e Israel Alves Cabral, o que fez com que a família buscasse primeiro trabalho em outras propriedades além da Fazenda Barreirão S/A e, depois, com os processos e perseguições políticas, se mudasse para a cidade, para uma pequena casa na Vila Industrial de Andirá. Ali nasceram os outros três filhos de Cabral e Nazaré, Moisés, Verani e Dario Alves Cabral. Cabe aqui mencionar que o trabalho-infante juvenil e número elevado de filhos se relaciona diretamente à pobreza da família, pois a mão-de-obra infantil ajudaria a aumentar a renda, uma vez que possuiriam mais “enxadas”. Entretanto, o trabalho-infantil expunha as crianças a diversos riscos que comprometiam seu desenvolvimento físico e mental, negando-lhes o direito à escola e ao lazer. Nas palavras de Dário A. Cabral (1996), em carta endereçada à Comissão Especial do Ministério da Justiça:

Fui crescendo, passando as vezes até fome mas consegui sobreviver. Quando cheguei a idade de ir para a escola não pude ir, porque o que minha mãe e meus irmãos ganhavam mal dava para o aluguel e o sustento da casa. Então eu não podia ir para a escola, porque não tinha como me manter.¹⁶

Nesse sentido, considero a pobreza uma violência causada pela desigualdade social e por estruturas de manutenção dessa desigualdade, que atuava na vida de Nazaré, Cabral e continuaria a deixar marcas nas vidas de seus oito filhos. Também mais tarde, no ano 1963, a família voltou a residir na zona rural¹⁷.

Se uma das marcas do início da década de 1960 foi a organização dos trabalhadores rurais e as reações a esta, na mesma época era forte a instrumentalização da ameaça do “comunismo internacional”. Como nos explica Enrique Serra Padrós (2008, p. 155), no texto “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”, “as exigências de mudanças profundas, estruturais, promovidas por fortes movimentos sociais populares, levaram os setores dominantes e seus sócios estrangeiros a desenvolver uma percepção de insegurança para a sua privilegiada situação política e econômica”. No início da

¹⁶ Carta de Dário Alves Cabral, do dia 22 de maio de 1996, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Ministério da Justiça. BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 42.

¹⁷FOLHA DE ANDIRÁ. Família de andiraense quer reparação do Estado pelo seu desaparecimento. 20 de ago. 2004. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 71.

década de 1960, com o acirramento dos conflitos locais e das disputas que estavam em curso, seja com a SUPRA, com a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, com a Crise da Legalidade, com o complexo IPES/IBAD. Com os “ensaios da guerra revolucionária” (LE MOS, 2018), que culminariam no golpe civil-militar, entra em curso uma sequência de prisões na região do Norte do Paraná, justificadas pela Doutrina de Segurança Nacional, mas que vinha na esteira dos interesses dos proprietários rurais, na desmobilização da ULTGA e de outras organizações trabalhistas da região¹⁸.

No período, além de Cabral, a ULTGA e o Sindicato possuíam mais quatro lideranças e todos foram punidos. Edmundo Bonesso e seus irmãos, Alexis e Alcides, foram presos em 1964, acusados de subversão em sua atuação na ULTGA; Cabral foi preso em 1964, 1967, 1968 e 1969; Raul Gomes Carvalho duas vezes, em 1964, por suposto envolvimento com o Grupo dos 11, e em 1969, por promover agitação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá.

Repressão institucionalizada

Nos dias 04 e 05 de abril de 1964, logo após o golpe, também foram realizadas prisões em Bandeirantes, Cambará e Itambaracá, Wenceslau Braz, municípios localizados na mesorregião Norte Pioneiro do Paraná. Segundo depoimento de Edmundo Bonesso, nos autos do BNM 238 / IPM 384/64, ele havia sido levado no dia 06 de abril a Curitiba, junto com outras 28 pessoas. Além destes, foi preso em Wenceslau Braz, no dia 08 de abril, Altamiro Loureiro de Mello, electricista. Ainda, em Andirá foram detidos Euclides Cassemiro Teixeira (solto em Jacarezinho), e Cabral, que ficou detido no Batalhão da Polícia Militar, em Jacarezinho. As prisões contaram com a cooperação das delegacias da região, das prefeituras e da Igreja¹⁹.

Entretanto, de acordo com minha pesquisa de mestrado, “Controle, violência e política: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá-PR (1964-1982)” (SILVA, 2019), diferentemente do momento anterior a 1964, essas prisões buscavam uma aparente justificativa

¹⁸JORNAL DO BRASIL. Brasil já começou o ensaio da guerra revolucionária. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1960, p. 10.

¹⁹As fontes para a lista das prisões na região são: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64; AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406. DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Delegacia de Andirá. Fundo DOPS/PR. Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.

legal²⁰. Durante as prisões foram violados os parágrafos 20, 21 e 25 da Constituição de 1946, que vigorava na época do golpe 1964, pois não ocorreu flagrante dos supostos crimes, a prisão não havia sido comunicada ao juiz, não houve direito de plena defesa aos acusados e não foi informado os motivos das prisões para algumas das pessoas detidas.

É importante explicarmos que, após o golpe, em 9 de abril, é decretado o Ato Institucional nº1 e através deste as garantias constitucionais eram suspensas por seis meses, estabelecia-se a eleição indireta para o presidente da República. Além disso, o decreto tornava possível à suspensão dos direitos políticos, a demissão, a aposentadoria, a cassação de mandatos legislativos e a transferência de militares para a reserva. Essas medidas seriam validadas uma vez que se comprovasse que o acusado atentou contra a Segurança do País. Em outras palavras, que houvesse praticado qualquer ato ou se possuísse alguma inclinação contrária aos preceitos do golpe. A partir do AI-1, foram postas em prática várias operações policiais em todo o país, que visavam a repressão e desarticulação da oposição. Essas operações ficaram conhecidas como Operação Limpeza.

As prisões realizadas nesse momento deram início aos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) desenvolvidos no período. Maria Helena Moreira Alves (2005), no livro “Estado e oposição no Brasil (1964-1984)”, nos explica que o IPM era um procedimento investigativo integrante da Justiça Militar, previsto nos códigos normativos das Forças Armadas e também na Lei de Segurança em vigor. A partir de 1964, apoiados no AI-1, os IPMs foram usados de maneira generalizada, para investigar crimes militares e políticos. Conforme Rodrigo Patto Sá Motta, em levantamento realizado no livro “As universidades e o regime militar”, calcula-se que apenas em 1964 foram estabelecidos aproximadamente 760 IPMs espalhados pelo Brasil (MOTTA, 2014, p.49)

Nesse contexto, como padrão da Operação Limpeza, mesmo diante da ausência do cumprimento normativo, houve a tentativa de apagar as ilegalidades ao longo do processo, em justificativas que foram sendo argumentadas nos depoimentos. Durante as apurações do IPM 384/64, houve a tentativa de minimizar a ilegalidade das prisões ao afirmarem (as testemunhas) que um juiz foi consultado antes das prisões serem realizadas e ao juntarem ao processo uma denúncia (não assinada) de que ocorreria um levante comunista. A busca por uma aparência de legalidade foi um novo *modus operandi* nas ações policiais e pode ser entendida através do conceito de terrorismo de Estado. Este compreende as políticas de terror que foram aplicadas

20 Conferir SILVA, Juliana Carolina da. Controle, violência e política: um estudo da vigilância e repressão política em Andará-PR (1964-1982). 102 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, BR-PR, 2019.

na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980. Estas políticas se orientavam na Doutrina de Segurança Nacional e na forma da guerra contrarrevolucionária, sendo um terrorismo em grande escala, promovido pelo Estado, dentro e fora das fronteiras do país (PADRÓS, 2008).

Recorreremos ao texto “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”, em que Enrique Serra Padrós retoma um fragmento do Prefácio escrito por Miguel Bonasso para o livro “Terrorismo de Estado”, de Jan Pieterse. O texto nos ajuda a compreender que em países nos quais essas políticas foram aplicadas, o Estado utilizou meios terroristas, “‘métodos não convencionais’, extensivos e intensivos, para eliminar a oposição política e o protesto social, sejam estes armados ou desarmados” (BONASSO, 1990 *apud* PADRÓS, 2008, p. 153), para a dominação social, ao mesmo tempo em que negou estas ações. Muitas vezes, o Estado não somente negava, mas buscava justificar com deturpações do rito legal, com vazamento de versões oficiais do ocorrido que eram noticiadas de forma a legitimar a repressão empreendida e, também, em alguns casos, plantando provas, estereotipando as vítimas e coagindo as testemunhas. A busca por justificar as prisões, as humilhações e os abusos realizados durante as ações que iniciam o IPM 384 e IPM 406 se inserem na ótica do terrorismo de Estado e da Doutrina de Segurança Nacional, onde as violações eram permitidas na caça ao inimigo interno, mas deviam ser maquiadas com traços de legalidade.

Nesse sentido, o terror impetrado contra opositores políticos, grupos sindicais e demais setores da esquerda, passou a complementar as ações de violência já utilizadas na região contra os trabalhadores rurais. Naquele momento, surgia a oportunidade de não só desmobilizar os trabalhadores, mas de reprimir e “exterminar” suas iniciativas de organização sindical. As prisões das lideranças de trabalhadores rurais da região foram efetuadas em horários diversos, no local de trabalho e em outros locais que seriam públicos, de modo que a operação policial para prender os trabalhadores servisse para gerar constrangimento social a estes. Após, os presos foram levados à Delegacia de Andirá, a qual, com veículos da Prefeitura Municipal e em ação conjunta com delegacias de cidades próximas, como Jacarezinho, organizou um comboio para as prisões. Levados a Curitiba, os presos políticos foram transportados ao Presídio do Ahú, onde foram interrogados informalmente. Em fala do senhor Hermógenes, trabalhador rural, preso em 4 de abril em União da Vitória, em entrevista concedida a Milton Heller, vemos que

Todos os dias chegavam e saíam uns dez presos e dos mais de duzentos que estavam no Ahu poucos eram comunistas. Muitos eram agricultores e arrendatários que viviam em terras de latifundiários no norte do Paraná. [...] No Ahu chegava gente às dúzias, que não tinha nada a ver com o comunismo, nem sabia o que é isso. (HELLER, 1988, p. 190).

Após a passagem por esse presídio, os presos foram conduzidos ao DOPS/PR e passaram por um novo interrogatório. Enquanto isso, em Andirá a polícia buscava construir um inquérito, encontrar provas e interrogar testemunhas. Então, se deu a busca por justificar as prisões numa legalidade baseada na Constituição de 1946 (BRASIL, 1946) e no Ato Institucional n. 1. É importante que tenhamos em vista que a partir desse momento, do golpe de 1964, muitos trabalhadores foram presos com a justificativa de estarem praticando algum crime político, atentando contra a segurança nacional. No caso do Paraná, uma vez presos, eram enviados a Curitiba, para apuração dos “crimes políticos” pelos quais estavam sendo acusados e quando apurada a inexistência do crime, os acusadores não eram processados. Entretanto, o trabalhador havia já passado pela humilhação da prisão, pelo tempo decorrido enquanto seria preso, conduzido a capital do Estado e interrogado, pelo constrangimento público a si e a seus familiares e amigos. Dessa forma, a própria acusação passou a ser uma forma de repreender e punir os trabalhadores que eram sindicalizados e que buscavam seus direitos.

De acordo com as fontes observadas, o IPM 384/64 e a Pasta Temática 421.47 - Delegacia de Andirá, do DEAP/PR e no relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná - Teresa Urban (2014), grande parte das prisões realizadas por agentes da repressão nos primeiros dias após o golpe, era ilegal e arbitrária, como ocorrido em Andirá, e pode ser reconhecida nos critérios: 1) as pessoas eram detidas por meios ilegais, desproporcionais ou desnecessários, como o uso de veículos da Prefeitura Municipal. Consta no Ofício n.º 085/67 que, “por ocasião da revolução de 31 de março, o Sr. Mauro Cardoso de Oliveira então Prefeito Municipal [...] acompanhou as diligências e prestou tôda a assistência, inclusive com veículos e gasolina dentro da Comarca, à Polícia, na prisão de elementos apontados como subversivos” (DEAP/PR, PT 421.47, 1967, p. 46). O ofício citado é uma correspondência interna dos órgãos de segurança, tendo sido enviado pelo Delegado de Polícia em Comissão de Andirá, Albino Pontara, ao Delegado da DOPS/PR, Ozias Algauer. Durante as prisões, as pessoas eram mantidas sem informações sobre os fundamentos da prisão, conforme apontam diversos depoimentos, a exemplo o de Jayme Jorge Vicente e João Francisco da Silva, prestados a Ozias Algauer no DOPS/PR, em Curitiba²¹; 2) Foram feitas prisões coletivas e programadas, sem a individualização de condutas puníveis; 3) Os presos foram mantidos durante longos períodos em incomunicabilidade, como no caso da detenção de Cabral no Batalhão da Polícia Militar em Jacarezinho, relatada no IPM 384/64; 4) Não havia registro formal da detenção, o que obstava

²¹Depoimentos de acusação. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo n° 238 – IPM 384/64.

seu controle judicial; 5) A integridade física e psíquica do detido era sistematicamente violada, como foi o caso da acusação de culpa sobre Jaime Vicente, mesmo sem este saber o motivo de sua prisão, e do relato de tortura sofrida, em Jacarezinho, por Edmundo Bonesso. Dessa maneira, as prisões eram, de fato, expressões do poder coercitivo arbitrário empregado pelos órgãos de repressão da ditadura, auxiliados pelo poder local. Havia nesse momento uma instrumentalização da violência para finalidade política, por meio das ações policiais, principalmente.

Observando as profissões das testemunhas de acusação do BNM 238 / IPM 384/64, contra o Sindicato Rural dos Trabalhadores em Geral de Andirá, notamos que todas eram advindas da elite local do município. Além dessas pessoas, encontravam-se como personagens coadjuvantes no processo contra a ULTGA, o Juiz de Paz de Andirá, Durval Ramos, eleito primeiro suplente como vereador em 1959, pelo PDC, e vereador em 1963, pelo PSD; Mauro Cardoso de Oliveira, prefeito eleito no ano de 1963 pelo PSD, filho de José Cardoso de Oliveira, prefeito de Abatiá eleito em 1951, pelo PRB, e, em 1955, vereador no mesmo município, pelo PTB; Euclides Cassemiro Teixeira, candidato a vereador em Andirá pelo PTB em 1963 e, em 1967, pela legenda do ARENA.

Antes de 1964 já havia perseguição àqueles sujeitos que, não pertencendo à elite proprietária de terras na região, ousavam se manifestar politicamente. Depois do golpe, alguns políticos locais, de classes médias ou altas, como Euclides Cassemiro Teixeira e Durval Ramos, os mesmos que depuseram contra o sindicato, também foram presos por motivos políticos. Essa abrangência do perfil dos atingidos pela repressão é um dos aspectos do terrorismo de Estado e que influenciou sobre a lógica da suspeição, uma vez que todos podem ser puníveis quando considerados inimigos internos, subversivos, não só lideranças sindicais e trabalhadores, mas também, políticos e juízes. Podemos constatar que Durval Ramos foi acusado como retaliação aos casos que julgou favorável aos trabalhadores. Um exemplo disso foi noticiado, em junho de 1963, no Jornal Terra Livre:

[...] o magistrado local, fazendo cumprir a lei, determinou que o latifundiário pagasse no ato e em moeda corrente os salários atrasados. [...] teve apenas 30 minutos para atender a decisão, tendo que correr da sala para a cozinha a fim de juntar a importância necessária ao referido pagamento, apanhando dinheiro até de seu advogado, pois o juiz estava indignado com as suas trapaças.²²

²²TERRA LIVRE, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra, p. 02.

Já Euclides Cassemiro Teixeira, possivelmente foi preso devido à sua proximidade com Amaury de Oliveira e Silva, a quem havia enviado cartas após o pleito das eleições de 1963. Amaury foi Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de João Goulart e como Euclides, era do Partido Trabalhista Brasileiro.

Em um trabalho publicado na *Revista Brasileira de História*, a professora Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (1997) estudou a lógica da suspeição a partir da observação dos aparelhos repressivos durante a ditadura de 1964. Seu argumento, nesse artigo, é que, embora muitos historiadores apontem a tortura como núcleo do sistema repressivo, a lógica da suspeição foi uma alternativa que, em muitos casos, se mostrou mais eficiente e produtiva. Esta se caracterizaria como uma repressão preventiva, exercida na vigilância e controle cotidiano sobre a sociedade por meio da espionagem exercida pela comunidade de informações, formada por oficiais e pela sociedade civil.

Concordamos com a perspectiva de Magalhães sobre a eficiência da lógica da suspeição e do medo como ferramentas de coerção social, sendo estes instrumentos usados para fins políticos tanto quanto a violência. A violência como instrumento de exclusão, desmobilização e contenção social, promovida pela polícia, por proprietários rurais e pelas desigualdades estruturais dos sistemas de trabalho, é muitas vezes naturalizada na narrativa sobre a região. No entanto, essa violência é elemento central para entendermos a operação das formas de dominação política.

Prisões

Segundo Mariana Jofilly (2008), que estudou os interrogatórios realizados durante a Operação Bandeirante, pelo DOI de São Paulo (1969-1975), estes são os testemunhos do funcionamento de uma engrenagem em que os procedimentos eram clandestinos e os produtos destituídos de valor jurídico. A intenção dos interrogatórios era a de angariar informações para chegar a novas prisões e “transmitir ao Dops material suficiente para que o declarante fosse indiciado” (JOFILLY, 2008, p. 364). Nos períodos em que Cabral ficou preso no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, provavelmente, houve interrogatórios preliminares. Em 1964 em Andirá, Francisco Alves Cabral era a única liderança sindical que de fato trabalhava na lavoura e que era negro, visto que os irmãos Bonesso eram comerciantes, brancos, descendentes de italianos. Nesse sentido, também devemos considerar que a violência sistemática e a tortura

para obtenção de informações, possivelmente foram utilizadas, uma vez que também se relacionavam à violência estrutural e ao fato de Cabral ser de classe baixa e afro-brasileiro. De acordo com Jofilly, o uso de métodos de tortura é mais recorrente quando o alvo é investido de considerável dose de desumanização e “no caso de indivíduos oriundos das classes mais desfavorecidas, o processo de construção de um olhar que não reconhece o outro como um igual remonta a uma longa tradição de exclusão social, cujas raízes podem ser encontradas na instituição da escravidão” (JOFILLY, 2008, p. 379).

No fichário individual de Cabral, produzido pela DOPS/PR, consta que o mesmo, vulgo Cabralzinho, foi preso novamente em 08 de junho de 1964, acusado de ações subversivas, e posto em liberdade em 16 de junho do mesmo ano. Neste momento, teria sido colhido o depoimento oficial, prestado em 15 de junho. Essa segunda prisão teria relação com a repressão e coerção da atuação sindical e, também, visava a coleta e formalização de informações acerca da atuação de personagens como a professora Maria Lorena Santos e Silva, o dentista Edson Campos e Silva, os senhores Agliberto Vieira de Azevedo e Alaor Figueiredo, entre outros, que seriam ligados ao Partido Comunista. As informações colhidas pelos interrogatórios, os materiais apreendidos e as pessoas presas nos meses iniciais de 1964, foram encaminhadas a DOPS.

Nesse momento, convém contextualizarmos que no dia 9 de abril de 1964 a polícia apreendeu 20 cadernetas escritas por Luís Carlos Prestes, que naquele período era secretário-geral do Partido Comunista, durante uma repressão às forças que apoiavam o governo deposto. As cadernetas continham os relatos de reuniões partidárias e nomes de membros do partido e mencionavam os contatos políticos que a organização possuía a partir de 1961. Esses documentos serviram de base ao Inquérito Policial-Militar instaurado em 21 de setembro de 1964 sob a chefia de Ferdinando de Carvalho para apurar as atividades do Partido Comunista. Com a promoção a coronel em 1965, Ferdinando de Carvalho prosseguiu na condução do IPM, que recebeu o nº 709. De acordo Rodrigo Czajka (2015), no artigo ““Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe”, o general Ferdinando de Carvalho, integrava o corpo permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) no momento do golpe de 1964. De 1953 a 1954, havia cursado *Command and General Staff Officer Course* nos Estados Unidos da América, sendo promovido a tenente e em 1960, recebeu a promoção a coronel em 1965. O IPM 709 contém uma pasta chamada Pasta 16 PR, que foi enviada a Procuradoria Geral da Justiça Militar em agosto de 1966 e resultou no arrolamento de diversos militantes e na cassação dos direitos políticos, com

base no AI-2. Com este trabalho, Carvalho se tornou especialista em repressão ao comunismo e foi promovido a general de brigada em 1973.

Embora não sejam citados diretamente, acreditamos que os depoimentos colhidos durante as sessões de interrogatório com Francisco Alves Cabral e as interceptações de documentos realizadas em Andirá também compuseram as informações presentes na Pasta 16 Paraná. Estas, buscam sistematizar uma rede de “subversão” processada ao longo dos IPMs Zona Norte do Paraná. Em outras palavras, os IPMs Zona Norte do Paraná foram resultado de inquéritos que se desdobraram em vários municípios do Estado do Paraná, o que acabou sendo denominado “IPM Zona Norte do Paraná”, um conjunto de processos que visavam condenar e prender militantes políticos e sindicais, que se desdobravam sobre a estrutura e os militantes descritos na Pasta 16. Por sua vez, esta foi uma tentativa de mapear as atuações, diretrizes e indivíduos que seriam comunistas e infiltrados em instituições públicas. A tentativa era imbuída do objetivo de conhecer o inimigo e encontrar as suas infiltrações dentro de instituições. As concepções de que haveria um inimigo a ser combatido, cuja atuação era ideológica e extremamente perigosa, que se infiltrariam em instituições ou no tecido social, são elementos da ideia de guerra contrarrevolucionária.

Os insucessos franceses na Guerra da Indochina, que ocorreu entre 1946 e 1954, e a ação crescente das forças de libertação nacional na Guerra de Independência da Argélia (1954-1962), foram repensados por oficiais do Exército da França como um efeito da orientação daquilo que chamaram de guerra revolucionária. A principal característica dessa forma de conflito seria a indistinção entre os meios militares e não militares e a relação entre política e ideologia na formação e atuação dos inimigos. De acordo com a leitura de Renato Luís do Couto Neto e Lemos (2018), no livro “Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)”, muitos adidos militares franceses após 1960 eram veteranos da guerra da Argélia, oficiais de inteligência e especialistas em combater a guerra revolucionária e para enfraquecer os setores contrários às negociações com a força de libertação argelinas, parte desses oficiais foram transferidos para a América do Sul. Militares desses setores e militares formados na França, como Carlos Rosas, iniciaram ciclos de estudos na América Latina, sobre guerra revolucionária comunista e estratégias contrarrevolucionárias. Para as aulas, em 1961 estavam inscritos oficiais brasileiros, argentinos, norte-americanos, chilenos, colombianos, venezuelanos, peruanos, entre outros (LEMOS, 2018).

De acordo com José dos Santos Abreu (2015), em seu estudo sobre o DOI-CODI no Paraná e a Operação Pequeno Príncipe, em 1964, no período de confecção da Pasta 16, no interior do aparato de segurança paranaense

[...] houve a configuração gradual de um tipo de *modus operandi* pautado pela intransigência e pelo radicalismo por parte do Estado, pautado em elemento da guerra revolucionária, cuja face extremamente repressiva moldou-se de acordo com a visão maniqueísta e fanática de alguns expoentes da linha-dura oriundos de outros Estados – Ferdinando de Carvalho (RJ) e Waldyr Coelho (SP). O coronel Ferdinando de Carvalho foi designado responsável entre os anos de 1964 e 1966, pela condução do famoso IPM-709, Inquérito Policial Militar instaurado para investigar as atividades do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Waldyr Coelho foi superior imediato do comandante do DOI-CODI local e comandou a Operação Marumbi (1975). Estes, no Paraná puderam agir com maior desenvoltura. Além disso, para compor o grupo, cite-se o delegado Ozias Algauer, que chefiou a DOPS paranaense nos anos de 1960-1970, impondo sua marca de extrema crueldade para com os opositores e de visível leniência ante ações clandestinas operadas por agentes policiais suspeitos de participação em grupos paramilitares como o CCC, operando a prática de sequestros dos quais a própria DOPS foi acusada de envolvimento (ABREU, 2015, p. 116).

A concepção da guerra revolucionária criou uma permissividade para as políticas de terrorismo de Estado. Na região em que estudamos, podemos visualizar essas práticas ao longo das prisões, dos processos, das suspeições e, também, nas condições que tornaram possíveis a instrumentalização de Francisco Cabral por parte da polícia. Para dialogarmos sobre essa afirmação, iniciaremos observando o depoimento de Maria Lorena Campos e Silva presente no IPM 139 / IPM 406. Antes, é importante informar que não houve nenhum IPM em que Cabral figurasse como réu e nem processo iniciado antes 1967 contra o mesmo. Então, nos IPMs citados, Cabral constava como testemunha e não como acusado. Os acusados do IPM 238 eram os irmãos Bonesso e os acusados do IPM 406 eram Maria Lorena Campos e Silva, Edson Campos e Silva e Miguel Dinizo. Abaixo, discorreremos sobre os depoimentos de Maria Lorena e Edson Campos, para traçarmos um paralelo e os compararmos com a estrutura do depoimento de Francisco Cabral. Acreditamos que essa comparação seja importante para entendermos o peso dos aspectos como raça, gênero e categoria de trabalho na composição dessas fontes.

No dia 17 de junho de 1964, Maria Lorena Campos e Silva (sic) foi levada às dependências da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná, para a realização do interrogatório que tinha por tema atividades subversivas na cidade de Andirá/PR. As informações iniciais foram de identificação, informando que Maria Lorena era natural de Taquara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul e que possuía 41 anos, sendo professora e residindo em Cambará/PR. Sobre as perguntas da temática, a primeira foi se Maria Lorena era comunista e quais suas atividades no Partido Comunista. “RESPONDEU que, NÃO, e como

não é COMUNISTA, não tinha nenhuma atividade no Partido Comunista” (BNM 139 / IPM 406, p. 232, grifos no documento). Após, foi perguntado se a indiciada gostaria de retificar alguma declaração anterior, o que informou que sim, que não havia sido presa, mas se apresentado voluntariamente ao Delegado de Recrutamento Militar, em Ourinhos/SP. A seguir, foi questionada se esteve na madrugada do dia 01 de abril em Bandeirantes, visitando Manoel Nascimento Trindade, e respondeu: “[...] de fato esteve, por saber que o referido Senhor havia perdido um filho” (BNM 139 / IPM 406, p. 232). Teria conhecido Manoel por intermédio de Francisco Cabral. Sobre se esteve na reunião inaugural do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá, informa que não esteve, mas que havia ido ao Sindicato algumas vezes, para “inteirar-se, junto ao Senhor CABRAL de procedimento e do funcionamento dos casos dos trabalhadores, no Sindicato” (BNM 139 / IPM 406, p. 232, grifos no documento). Interrogada se conhecia Antônio Mendonça Conde, respondeu que Francisco Cabral o havia levado algumas vezes até sua residência e ao longo das visitas destes, nunca viu o presidente do sindicato de Cambará, Noel Soares, recebendo materiais considerados subversivos. Ademais, indica que devido a Noel “ser elemento incapaz para a função”, ela própria “ajudava com a sua orientação, para que o Sindicato não morresse e os trabalhadores não ficassem desamparados” (BNM 139 / IPM 406, p. 232-233). Após, foi perguntada e respondeu sobre a atuação de Francisco Cabral na região, sobre eventos aos quais foram juntos, sobre informações acerca de Mauro Lucio Cardoso (prefeito de Andirá), José Mania (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes), Ivete Menezes (esposa do gerente do Banco do Brasil) e sobre a atuação da família Bonesso (junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá). Após, os interrogadores questionam se a acusada teria provas que justificassem a sua inocência, a qual, conforme o documento, Maria Lorena “RESPONDEU que, tudo o que fez, não considera Ato Subversivo; que, o que tinha para dizer a Comissão, já foi dito, conforme depoimento” (BNM 139 / IPM 406, p. 234). A sessão se encerra com o fim do interrogatório e a assinatura dos capitães André Luiz dos Santos, João Baptista Bezerra Leonel e Affonso Henrique Coelho, do Delegado Adjunto da DOPS, Jorge Cunha da Gama Malcher e de Maria Lorena dos Santos e Silva.

Como se lê nas transcrições contidas no BNM 238, Maria Lorena era professora, morava em Cambará, esposa de Edson e atuava na regularização de sindicatos na região e na sindicalização dos trabalhadores rurais. No trecho “[...] elemento que conheceu por intermédio de Francisco Alves Cabral”, mostra uma frase escrita em terceira pessoa que não foi uma transcrição literal da fala de Maria Lorena. Pois, se fosse uma transcrição da fala, estaria em

primeira pessoa e possivelmente ela não chamaria o senhor Conde de “elemento”, denotando que além de ser o registro feito por um terceiro, há aspectos da interpretação do próprio escrivão. Entretanto, mesmo que utilize nessa narrativa palavras do jargão policial, o depoimento não possui um enquadramento ideológico com o discurso do agente repressor. A ausência do enquadramento é percebida pela inexatidão de datas, com trechos em que consta “não se lembra quando foi apresentada”²³ e pelas expressões que minimizam o envolvimento de Maria Lorena com ações que poderiam ser interpretadas como suspeitas. A exemplo, os fragmentos “uma única vez, muito rapidamente”, “conheceu através [...]”²⁴, ao se referir a encontros com pessoas que poderiam ser consideradas suspeitas. Consta no processo que Maria Lorena alegou, sobre o seu envolvimento no sindicato, que se dava devido à falta de instrução dos funcionários da organização. Essas expressões de minimização do envolvimento, como veremos adiante, não são encontradas no depoimento de Cabral já que a fala dele possuía precisão de datas e nomes, como se houvesse uma pesquisa anterior ao depoimento, uma memorização das informações ou a repetição, em outras ocasiões, das mesmas perguntas e respostas sobre aquele conteúdo narrado.

No dia 17 de junho de 1964, Edson Campos e Silva foi levado às dependências da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná, em Curitiba, para prestar depoimentos. As informações iniciais foram de identificação, informando que Edson nasceu em 1908, em Pacatuba, no estado do Ceará e que era dentista, oficial reformado do Exército e morava em Cambará/PR. Após, os interrogadores questionam se Edson havia estado em Bandeirantes/PR na madrugada de primeiro de abril de 1964, o que teria respondido que não sabia se no dia 01 ou 02, mas que esteve em Bandeirantes na residência de Manoel Nascimento Trindade, fazendo uma visita por ocasião de um velório. Mas que, após o evento fúnebre, teria ido passar a noite em Londrina/PR. Seguindo, foi perguntado se esteve em uma reunião do Sindicato de Andirá, com Mauro Cardoso e sobre isso, conforme o documento, respondeu que “o senhor MAURO CARDOSO Candidato a Prefeito ofereceu um terreno para a Séde do Sindicato e que foi oferecido também certa quantia em dinheiro, para o Sindicato” (BNM 139 / IPM 406, p. 235). Ademais, relata que,

[...] sempre quis que a minha Pátria fôsse rica e feliz que, vendo o progresso e a felicidade que goza os Estados Unidos da América do Norte, chegou a conclusão que o grande progresso daquela Nação, depende do perfeito entendimento que existe entre

²³ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 58.

²⁴ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 58.

todos os cidadãos; que, êsse entendimento é grandemente proporcionado pela organização modelar dos Sindicatos. (BNM 139 / IPM 406, p. 235)

No trecho acima, Edson informa que Francisco Alves Cabral e Antônio Mendonça Conde se diziam credenciadas pelo Ministério do Trabalho para fundar um sindicato e que estes foram a Cambará e lá os conheceu. De acordo com o documento, Cabral e Conde teriam pedido auxílio de Maria Lorena para a criação de um sindicato e Edson teria achado muito razoável sua esposa ajudá-los. Conforme a transcrição, havia a “intenção desde o início do Sindicato funcionasse como elemento de entendimento entre trabalhadores e empregadores” (BNM 139 / IPM 406, p. 235).

Após, foi perguntado sobre o motivo da briga com Francisco Alves Cabral, sobre o que relata que não houve briga, mas atritos em alguns momentos, pois não concordava com ideias violentas de Cabral. Quando perguntado se a briga foi antes de Francisco ir para Cuba, se limitou a responder que foi em 1964. Adiante, foram realizadas perguntas sobre a atuação da família Bonesso e sobre viagens que Maria Lorena teria realizado para outras cidades. Seguindo, inquiriram sobre a existência de provas que justificassem a inocência, como objetos ou documentos e foi respondido que não. O documento finda com o encerramento da sessão e as assinaturas dos capitães Afonso Henrique Coelho e João Baptista Bezerra Leonel, com a do Delegado Adjunto da DOPS, Jorge Cunha da Gama Malcher e do indiciado, Edson Campos e Silva.

O depoimento de Edson, colhido em 17 de junho de 1964, oscila entre 1º e 3º pessoa do singular, não sendo um resumo ou interpretação de sua fala em todos os momentos do texto. Não possui enquadramento ideológico com o discurso do repressor e utiliza estratégias discursivas como traçar elogios ao Estados Unidos da América e justificar que Mendonça Conde e Cabral se disseram credenciados pelo Ministério do Trabalho. No trecho “tendo pedido auxílio de minha espôsa, para tal fim, achei muito razoável”, o fato de Edson dizer que a criação de um sindicato era algo “razoável” denota que seu discurso foi transcrito de maneira próxima a como ele enunciou, não havendo a instrumentalização por meio do agente repressor²⁵. Inferimos que a não instrumentalização desse discurso se deu pelo fato de que Edson era um dentista, de 55 anos, e fora tenente do Exército, de maneira que estas características o colocam em posição de prestígio, se comparado aos discursos de Francisco Cabral e de Maria Lorena. Tal que, em trechos do depoimento, ele justifica as ações da esposa e pondera que julgou ou que concordou com ela, numa busca de aceder e legitimar as atitudes de Maria. Essas operações

²⁵AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 54.

que diferem daquelas empregadas nos depoimentos de Maria Lorena e de Francisco Cabral mostram uma ordem hierárquica da legitimidade dos discursos.

No depoimento prestado por Francisco Alves Cabral, presente no BNM 238 / IPM 384/64 e IPM 139 / IPM 406, colhido em 15 de junho de 1964, na DOPS/PR, em Curitiba, constam inicialmente as perguntas de identificação, informando que o depoente possuía quarenta anos, sendo natural de Campina Grande/PB, sua filiação e que trabalhava como lavrador em Andirá. Após, perguntado sobre como teria se envolvido em atividades subversivas, Cabral teria respondido que trabalhava na lavoura, quando em 1961 havia sido procurado pelos irmãos Bonesso e por Maria Lorena Campos e Silva (sic), para que assumisse a função de presidente da Associação dos Trabalhadores em Geral de Andirá. Sobre a fundação deste sindicato, Cabral teria contado que a “associação, escondia, na finalidade de tratar de assuntos referentes, à vida social do trabalhador, o verdadeiro propósito COMUNISTA, como ficou logo demonstrado, nas pregações, durante as reuniões que faziam” (BNM 238 / IPM 384/64, p. 89, grifo no documento). Mais adiante, perguntado sobre as atividades que o sindicato realizava:

respondeu que, de início, havia grande confusão, porque, digo, porque, sem advogado, eram os IRMÃOS BONESSOS junto com MARIA LORENA, que intimavam os Fazendeiros, a comparecerem à Séde da Associação, onde se tratavam grandes discursões, nas quais concitavam os trabalhadores a PEITAR OS PATRÕES, tomando-lhes as TERRAS, INVADINDO-LHES AS FAZENDAS; que nas reuniões de assembleia, os assuntos que se tratavam eram sempre REFERENTES AO PARTIDO COMUNISTA, À SUA IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. (BNM 238 / IPM 384/64, p. 89, grifo no documento).

Seguindo, foi questionado sobre a motivação de ter aceitado ser presidente do Sindicato e teria contado que havia como recompensa um pagamento de Cr\$20.000,00, mantimentos e aluguel de casa, que seria pago pelos proponentes. Em outro trecho do depoimento, a recompensa seria de Cr\$ 40.000,00, pagos pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná e mais a mesma quantia, paga pela família Bonesso e por Maria Lorena. O documento narra que o valor serviria “para o sustento de sua numerosa família” e “como não andasse bem de finanças, sem recursos, pois era trabalhador na lavoura, o declarante, achou mirabolante a proposta, e, não titubeou em aceitar”, mas “que para tal teria o declarante que se converter num dêles, isto é, um COMUNISTA” (BNM 238 / IPM 384/64, p. 90, grifo no documento). Teria recebido o pagamento até outubro de 1963, quando rompeu com os irmãos Bonesso e com Maria Lorena Campos e Silva, “fato êste, que relatará posteriormente”. E, quando perguntado se poderia comprovar o pagamento recebido, teria respondido que não possuía documentos,

mas sim, que Pedro Lopes da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, poderia confirmar a versão. Também perguntaram em qual local era a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá e a origem deste, que teria sido fundado como ULTGA a partir da documentação levada por Antônio Mendonça Conde (primeiro presidente da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Paraná, de 1963 até 1964). Este teria ido muitas vezes a Andirá, “sempre munido de MATERIAL SUBVERSIVO, o qual fazia distribuição aos trabalhadores, ensinando-lhes, como foi feita a Revolução em CUBA, ilustrando com folhetos” (BNM 238 / IPM 384/64, p. 90, grifo no documento). Ademais, questionado sobre uma imagem em que aparece junto aos trabalhadores da Fazenda Santa Alzira em greve, justificou que esta movimentação havia sido promovida por Lindolfo Silva (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais) e insuflada pela família Bonesso e que as diversas greves que ocorreram no período “eram de fundo COMUNISTA, com rótulo de salário mínimo, horário de trabalho, etc” (BNM 238 / IPM 384/64, p. 91, grifo no documento). Sobre as ligações do sindicato com outras entidades, teria respondido que mensalmente Edmundo Bonesso recebia instruções de Agriberto Vieira de Azevedo, de Curitiba, de Lindolfo Silva, de São Paulo e do Comando Geral dos Trabalhadores, do Rio de Janeiro, que eram difundidas no meio rural, se estendendo de Jacarezinho/PR a Londrina/PR. Seguindo, Cabral teria relatado a relação do Sindicato com dirigentes de outros sindicatos, com candidatos a cargos políticos, com o juiz do trabalho, entre outros acontecimentos em eventos de organização de sindical. Além disso, o documento descreve a função que cada membro da família Bonesso teria dentro do Partido Comunista. Após, foi perguntado se naquele período Cabral possuía a inteira confiança dos comunistas e:

RESPONDEU que, sim, a pondo, digo, ponto de ter sido escolhido por EDMUNDO BONESSO para ir apreender em CUBA OS MÉTODOS E PROCESSOS UTILIZADOS PARA ORGANIZAR GRUPOS DE LAVRADORES, afim de [?] com eles, aplicar êsses métodos à REVOLUÇÃO que pretendiam deflagrar no Brasil. (BNM 238 / IPM 384/64, p. 93, grifos no documento).

A viagem teria durado dois meses e sido custeada por Edmundo Bonesso. Junto com mais doze pessoas de diferentes estados, orientadas por José Leandro, que seria um importante nome do Partido Comunista no Rio de Janeiro, partiram de São Paulo em um avião para Cuba. Ao voltar para o Brasil, Cabral teria trazido material para servir de propaganda à revolução, mas não concordou com os irmãos Bonesso e rompeu com estes. “Decidiu então dedicar-se exclusivamente a Sindicalização pura do lavrador procurando com os meios que despusesse afastá-los ou impedi-los de cair nas garras dos comunistas” (BNM 238 / IPM 384/64, p. 93-94).

Seguindo em seu depoimento, Cabral teria narrado as tentativas de Maria Lorena de fazer com que ele retornasse ao Partido, as ameaças que teria sofrido por parte de Edmundo Bonesso, as buscas destes por fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho. Ele ainda teria tecido redes de relações que iam desde os militantes locais até figuras de abrangência nacional. Os personagens citados foram Amaury de Oliveira e Silva, Deputado Miguel Dinizo, Lindolfo Silva (presidente da CONTAG), Luiz Tenório de Lima (membro do Comitê Central do Partido Comunista e fundador do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), João Pinheiro Neto (presidente da Superintendência de Política Agrária), entre outros²⁶.

A análise do depoimento de Cabral indica que os agentes falam através do testemunho, instrumentalizando a fala do depoente, como percebemos através dos seguintes aspectos: 1) o depoimento de Cabral foi um resumo ou uma narrativa do depoimento, escrito totalmente em terceira pessoa; 2) O narrador já possuía o conhecimento das sequências de perguntas que seriam feitas; 3) Houve o emprego do vocabulário repressivo e a inclusão de informações completas e com exatidão de datas e nomes completos. Por isso, no depoimento de Cabral nota-se que a fala deste é muito próxima da forma como um agente da repressão discursaria. Aliado aos jargões policiais usados pelo escrivão, havia uma tentativa de não enquadrar o investigado como comunista, mas sim, como um infiltrado, uma vez que houve uma ruptura com os “comunistas”, que seriam os irmãos Bonesso e Maria Lorena.

Sobre os fatos narrados, o documento porta muitas incoerências, como a variação do valor do pagamento pelo cargo de presidente e a ida para Cuba. O valor pago pela função de presidente do Sindicato seria de Cr\$20.000,00, mantimentos e aluguel de casa e em outro momento, consta no depoimento que seria de Cr\$40.000,00 e vale mencionarmos que o salário mínimo na época era de Cr\$6.650,00, maior do que o salário recebido por Cabral no ano de 1963, como vimos no início deste capítulo. Nesse sentido, a incoerência se dá devido ao valor pago pelo cargo de presidente ser demasiado alto, em que, se houvesse mesmo ocorrido os pagamentos, possivelmente Cabral não precisaria mais trabalhar naquele período, o que não ocorreu. Ainda, há as muitas citações às figuras de renome nacional e a atuação política de Cabral sendo descrita com uma dimensão grande, como se Cabral tivesse ligações e posições semelhantes às de um dirigente do PCdoB nacional. Ademais, as informações que constam no depoimento transportam as organizações locais e o sindicato para uma abrangência nacional.

²⁶ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 89-102.

Acreditamos que essas sejam incoerências que mais denotam a delírio dos policiais do que a veracidade das informações.

Além disso, nos momentos em que Cabral estereotipa os militantes como comunistas, se isenta do protagonismo das ações, conta que rompeu com os “comunistas” e narra situações que claramente seriam de interesse dos interrogadores. A aproximação com os interlocutores é um elemento discursivo que pode ser lido como uma estratégia ao lidar com os interrogadores, servindo-se de determinadas posições para diminuir a distância e a “desumanização” que os separava. O depoimento de 1964 prestado por Cabral foi utilizado em dois processos, no BNM 238 / IPM 384 e no BNM 139 / IPM 406. O primeiro processo (BNM 238/ IPM 384) foi aberto em 05 de julho de 1966, a partir dos desdobramentos dos interrogatórios e da coleta de materiais considerados subversivos, na operação limpeza que se seguiu nos primeiros dias após o golpe. Esse processo foi julgado pela Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (5ª CJM), em Curitiba/PR, tendo como acusados Edmundo Bonesso, Alcides Bonesso e Alexis Bonesso. As acusações eram: “tentativa de supressão da independência do Brasil, tentativa de subversão, associação prejudicial à segurança nacional, agrupamento perigoso à segurança nacional, propaganda subversiva e incitação a crime contra a segurança nacional”, usando a regulamentação jurídica do 2º da Lei 1.802, de 1953²⁷. O processo teve uma sentença mais de dois anos após a sua abertura, em 09 de agosto de 1968, indicando a absolvição de todos os acusados. A esta, o Ministério Público Militar recorreu, sendo dado o resultado da apelação em 16 de dezembro de 1968, negando o apelo no Ministério e mantendo a sentença recorrida. O segundo processo (BNM 139 / IPM 406) foi aberto em 02 de dezembro de 1966 e teve como órgão responsável pela condução a Auditoria da 5ª CJM, em Curitiba, que julgaria os acusados Miguel Dinizo, Edson Campos Silva, Maria Lorena Campos Silva e Sebastião Machado de Oliveira. As acusações eram: “propaganda subversiva, incitação a crime contra a segurança nacional e crime contra a administração militar”, baseado nos artigos 11 e 12 da Lei n.º 1802, de 1953 e no artigo 248, do Código Penal Militar. O Código Penal Militar era aplicável a Edson Campos Silva, tendo em vista que este era um tenente da reserva. A sentença do processo foi registrada em 29 de julho de 1968, indicando a absolvição de todos os acusados, à qual o Ministério Público Militar recorreu. No novo julgamento foi dado provimento parcial à apelação, passando a condenar Edson Campos Silva, Maria Lorena dos Santos e Silva e

²⁷Projeto BNM Digital. Sumário. BNM 238 / IPM 384/64. Disponível: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/300/238.html>>. Acesso em 12 abr. 2021.

Sebastião Machado de Oliveira à pena de 6 meses de reclusão. Mantiveram a absolvição somente do deputado Miguel Dinizo²⁸.

Finalizadas as buscas policiais, o encarregado do IPM, André Luiz dos Santos, em 29 de julho de 1964, escreveu o relatório terminativo do caso de Andirá. Salienta que, Francisco Cabral, homem simples, pobre, passando privações, ante as propostas de remuneração, moradia e suprimento feitas pelos Bonesso, aceitou assumir a presidência da União Geral de Trabalhadores de Andirá, se tornando o “testa de ferro” dos Bonesso. Para o capitão, Cabral se envolveu nas ações da União movido por questões econômicas e por simples persuasão dos Bonesso que o manobraram rumo a objetivos subversivos que desconhecia. Mas como ali depunha, “desviou-se a tempo do erro e da subversão”. Posto isto, a comissão de IPM afirma que Cabral seria uma preciosa testemunha não devendo ser arrolado como indiciado²⁹.

Nesse momento, podemos traçar duas possibilidades de interpretação sobre esse depoimento de Cabral. A primeira é que o depoimento tenha sido forjado pela polícia, escrito conforme seus interesses e entregue para Cabral assinar, sob ameaça ou demais violências, conforme prática utilizada em outros momentos. A segunda possibilidade é que, para evitar a violência, Cabral tenha usado como estratégia aproximar as informações prestadas do que seriam os interesses do agente repressivo, buscando manter a sua integridade e de seus familiares. Ambos os cenários nos remetem às intencionalidades do agente repressor e constata práticas de terror e intimidação. Cabral foi solto em 16 de junho de 1964. Ele reapareceria nos documentos da Polícia Civil de Jacarezinho como informante em 1967.

Conforme o IPM 709, o Partido Comunista teria um Comitê Estadual, diretamente ligado ao Comitê Municipal de Curitiba, Londrina, Maringá, Paranavaí e Campo Mourão. Abaixo desses comitês, estariam os comitês municipais de Ponta Grossa, Paranaguá, Cruzeiro D’Oeste e Mandaguari. Havia, ainda, organizações de base, que atuavam em educação comunista, com cursos, escolas, seminários e panfletos, também com penetração nas classes sociais, através de federações e sindicatos e com infiltração no governo do estado e em municípios. Entre as diversas cidades com organizações de base, estaria Cambará, tendo como integrantes Sebastião Machado de Oliveira, Miguel Dinizo, Antônio Teixeira, Edson Campos e Silva e Maria Lorena Santos e Silva (citada nos documentos como Maria Lorena Campos e Silva). Em Andirá, os irmãos Bonesso seriam integrantes do setor de educação comunista, sendo distribuidores do jornal *Novos Rumos*. A Pasta 19 data de 27 de novembro de 1964 e não

²⁸Projeto BNM Digital. Sumário. BNM 139 / IPM 406. Disponível: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/200/139.html>>. Acesso em 12 abr. 2021.
²⁹ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 103-104.

elencava nenhuma atividade de Francisco Alves Cabral. Ele reaparece, no entanto, nos documentos da Polícia Civil de Jacarezinho como informante em 1967.

Cabral, no depoimento de junho de 1964, usou da estratégia de aproximar as informações do que seria útil à lógica discursiva e aos interesses do agente repressivo, numa busca de manter a sua integridade e de seus familiares. Mas, tendo em vista o seu papel de liderança no movimento sindical da região, Cabral foi solto em 16 de junho e passou a ser instrumentalizado pela polícia local.

Para compreendermos melhor esse caso e a estrutura de vigilância e espionagem, recorreremos ao texto “Democracia e Espionagem”, em que Marco Cepik (2003) explica o conceito de *humint* e que se refere às informações de inteligência obtidas através de fontes humanas. Estas fontes eram formadas basicamente por dois atores, os funcionários de carreira que trabalham para o serviço de inteligência e são responsáveis pelas operações de coleta de informações e as demais as fontes, que poderiam ser agentes e outros atores sociais (CEPIK, 2003). Inferimos que, a partir de sua soltura, Cabral passou a ser uma fonte de informação aos policiais e que os depoimentos de Cabral auxiliaram como fonte na montagem de relatórios sobre o Partido Comunista no Paraná. Nos interrogatórios, os policiais teciam as perguntas considerando as necessidades informacionais, que eram requeridas através dos escritórios do SNI e da DOPS.

Conforme Cepik (2003), a produção de inteligência na ditadura brasileira era feita de maneira cíclica, ininterrupta e inter-relacionada entre seus diferentes atores. O ciclo completo é composto pelo requerimento da informação, passando pelo planejamento e gerenciamento dos meios técnicos da coleta, com esta feita a partir de meios singulares (diferentes fontes). Após, as informações seguem para processamento, análise e produção de relatório. Seguindo, as informações tratadas por essas equações são disseminadas e consumidas pelos usuários e por eles avaliadas. Nesse sentido, de acordo com o Processo nº 238 – IPM 384/64 (p. 103-104), no depoimento de Albino Pontara, percebemos que os policiais da região norte do Paraná se inseriam como parte do setor de coleta de inteligência do período. A partir da análise da composição do mesmo processo, constata-se que houve coletas de informações informais na comunidade, a apreensão de panfletos, jornais, cartazes e livros, a coleta de depoimentos e a realização de interrogatórios preliminares.

Como parte do processo mencionado, temos um documento de uma página, assinado por Nilson Bachega (sic), na verdade trata-se de Nilson Bachiega, também por João Batista Soares e Francisco Alves Cabral, datado de 11 de abril de 1967. Neste dia, os três senhores

estariam na pensão de Nilson, localizada na rua Mato Grosso, número 108, Andirá/PR. O encontro deles se tratava de uma reunião para relatar “assuntos referente conhecimento de que tinham com elementos subversivos”, tendo “iniciado a palestra ozou da palavra João Batista Soares”, seguido das informações dadas por Nilson Bachiega e “a seguir falou Francisco Alves Cabral”³⁰. Esse documento possivelmente faz parte de uma sequência de encontros para prestarem informações, visto que, em determinado trecho, Soares afirma que “em reunião anterior tive vontade de concluir o que era de meu conhecimento, com referência ao Sr. Durval Ramos, mais não pode por questão de tempo”. O documento aparece nos moldes semelhantes ao dos depoimentos formais, uma vez que contém informações de dia, horário, local. Além disso, ele finda com a frase “nada mais sendo perguntado”, o texto é escrito em oscilação entre 1º e 3º pessoas do singular e apresenta diálogos, com interrogações e comentários dos três informantes.

No mesmo dia, Francisco Alves Cabral assinou uma declaração afirmando que esteve na reunião narrada no “relatório”, e a declaração teve firma reconhecida no cartório do vereador Olavo Arieta Negrão. Consta na declaração que a reunião terminou por “motivo de passar-ser mais de Onze horas da noite”, horário em que o cartório já estaria fechado. Tal fato denota a existência de uma colaboração entre o cartório do vereador Negrão e o sistema repressor do período ou a antecipação da necessidade de comprovar em cartório a fidedignidade do encontro, devido alguma pressão do agente repressor³¹. As declarações, relatórios e um envelope contendo uma fita magnética de áudio, supostamente entregue por Francisco Alves Cabral, foram enviadas ao promotor público em Curitiba, no dia 28 de abril daquele ano³². De acordo com Janaina Almeida Teles (2011, p. 144), em “Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil”, as fitas gravadas em k7 eram também uma forma de conferir legitimidade aos testemunhos e informações, além de que em alguns casos, os agentes repressores faziam os militantes registrarem em gravação uma declaração em que diziam ser agentes do Estado ou estarem sendo bem tratados, quando presos.

Michael Herman, professor e ex-agente da inteligência britânica, no livro “Intelligence Power in Peace and War” (1996 *apud* CEPIK, 2003) propôs que o valor das informações de *humint* – inteligência obtida através de fontes humanas - poderiam ser elencadas na representação de uma pirâmide, criando a noção de “pirâmide de sensibilidade informacional”. Na base da pirâmide estariam as informações abundantes, mas com menor valor isolado e

³⁰ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 233.

³¹ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 233.

³² AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 232.

menor “sensitividade”, como as entrevistas com a população. Essas entrevistas poderiam ser feitas por agentes informais ouvindo os boatos e histórias, baseadas em “ouviu falar” e “soube que”. O segundo segmento da pirâmide seria composto por tentativas mais ativas de solicitar certas informações, através de informantes *had hoc* e, às vezes, essas informações eram dadas sem consciência, através da manipulação ativa do órgão de inteligência para obtê-las. Nesse segundo segmento, no caso da região em análise, percebemos como informante o ex-delegado de Andirá, Albino Pontara, que atuou de 1964 a 1967 como informante *had hoc*³³. O topo da pirâmide, ainda de acordo com o texto de Marco Cepik (2003), é composto por informações de maior valor agregado e alta sensibilidade, formada por agentes regulares e conscientes de que espionavam e forneciam informações mais ou menos vitais para a segurança nacional. Nesse grupo, poderiam estar agentes remunerados, pessoas que eram violentadas para desempenhar esse papel ou líderes de organizações, que mudavam de lado.

Para o caso que está sendo estudado nessa tese, no topo da pirâmide que se encontravam os depoimentos de Francisco Alves Cabral, Nilson Bachiega e João Batista Soares. As informações eram coletadas por agentes como o Delegado, major Dinalberto Cardoso Moreira, o tenente José Marinho da Silva (ambos de Jacarezinho) e o capitão Índio do Brasil, que, de acordo com Milton Heller (1988, p. 182), “servia no quartel da Artilharia Divisionária, em Ponta Grossa” e logo após o golpe, em 1964, “foi a Santo Antônio da Platina para fazer uma investigação a respeito dos subversivos que deveriam ser punidos”³⁴.

Entretanto, ainda de acordo com Cepik (2003, p. 39),

De modo geral, a inteligência obtida a partir de fontes humanas (humint) não é apenas a forma mais antiga e barata de se obter informações secretas, mas também a mais problemática. Os problemas de gerenciamento vão desde a enorme pressão sofrida por agentes recrutados, não importa o tipo de motivação que os tenha levado a espionar, até as dificuldades associadas ao controle da credibilidade da fonte da confiabilidade/acurácia das informações.

No período em estudo, a Doutrina de Segurança Nacional, aliada ao terrorismo de Estado, a lógica da suspeição, as violências estruturais e aos interesses militares e privados dos proprietários rurais, por um lado, faziam com que o processo de coleta de depoimentos fosse embrenhado por ações de violência, de maneira que as ferramentas utilizadas na apreensão de informações também produzissem narrativas e informações conforme as preocupações e

³³ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64.

³⁴ Índio do Brasil é reconhecido como torturador por Hiran Ramos de Oliveira, por ações conduzidas contra este, em 1967. Cabe mencionar que quando Hiran Oliveira denunciou as ameaças de tortura ao Cel. Ferdinando, este tomou o ato como desacato (SILVA, 2018).

interesses desses agentes. Por outro lado, a verificação da legitimidade e acurácia também se fazia muitas vezes sob meios autoritários e violentos. Em entrevista coletada por Angélica Alvares com Edmundo Bonesso, este relata que:

O Cabral foi escolhido por nós porque ele era um [...] participante da classe trabalhadora, mas ele pensando de agradar a classe dominante dos militares né, os governantes militares, ele acabou se tornando nosso inimigo e inventando as maiores mentiras contra nós. E os militares acharam que ele era uma grande fonte de informações e começaram a torturar pra conquistar, pra conseguir mais informações e acabaram até destruindo a vida dele³⁵. (ALVARES, 2017, p. 141).

Embora não tenhamos como dimensionar o terror causado pela tortura, de acordo com Janaína Teles (2011), este era tamanho que havia recorrência que alguns militantes se antecipassem às torturas e fornecessem informações sobre localização e pontos de encontros, mesmo quando não eram diretamente interrogados a respeito. Segundo a autora, o próprio corpo dos indivíduos passou a ser um “meio”, onde a tortura “configurou-se como a exceção política originária na qual a vida exposta ao terrorismo de Estado foi incluída no ordenamento social e político” (TELES, 2007 apud TELES, 2011, p. 76). É preciso lembrar, no entanto, que muitos torturados como Cabral já viviam em um sistema social excludente e desigual que, de outras maneiras, lhes ameaçava constantemente a vida.

De acordo com o estudo realizado sobre os documentos BNM 238 / IPM 384/64 e BNM 139 / IPM 406/66, percebemos que Cabral não havia figurado como investigado em nenhum inquérito ou indiciado em algum processo, tendo sido somente testemunha nesses processos pelos quais foi preso para ser levado a “interrogatório”. Ao longo de 1964 até o início do ano de 1965, ele havia sido preso pela polícia ao menos três vezes. A primeira prisão foi entre os dias 04 e 05 de abril de 1964 e foi mantido no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, momento em, provavelmente, houve interrogatórios preliminares. Os documentos dessa prisão e das investigações contra Francisco Cabral não constam nos arquivos das Delegacias de Andirá ou de Jacarezinho, somente em narrativas de outros. A exemplo, a prisão aparece descrita nas falas do Delegado Albino Pontara, de Edmundo Bonesso e no testemunho de Nilson Bachiega³⁶. Já no fichário individual de Cabral, produzido pela DOPS/PR, consta que o mesmo, vulgo Cabralzinho, foi preso novamente em 08 de junho de 1964, acusado de ações subversivas, e

³⁵ BONESSO, Edmundo Dantês. Entrevista concedida a autora Angélica Ramos Alvares. Londrina (PR), 24 de abril de 2015.

³⁶ Conferir os documentos: DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Termo de Declarações prestadas por Albino Pontara em 1969 ao Departamento de Polícia Federal. Fundo DOPS/PR, 1969. BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997.

posto em liberdade em 16 de junho de 1964. Antes de ser libertado, teria sido colhido o depoimento oficial, prestado em 15 de junho de 1964, que consta no BNM 238 / IPM 384/64 e BNM 139 / IPM 406/66, como testemunho³⁷. Em um termo de interrogatório do IPM 384/64, de 04 de novembro de 1965, do Juiz de Direito da Vara Criminal de Andirá, Cabral afirmava que nunca tinha sido processado³⁸.

Dessa forma, as prisões pelas quais Cabral passou durante os anos de 1964 a 1965, foram realizadas sem qualquer formalidade legal ou controle judicial, pois embora levado a depor na DOPS e no Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho, não houve justificativa para as detenções. Além disso, nas Delegacias locais não houve nem mesmo os registros nos inquéritos que estavam sendo conduzidos para apurar atos de Cabral considerados subversivos. Logo, as prisões pelas quais passou podem ser caracterizadas como sequestros. Nestes momentos, Cabral já não era mais reconhecido como militante por seus pares e era visto como informante pela polícia. Assim, os traumas e a sua posição perante os demais militantes e os militares conferiram um outro tempo a sua condição social, passando a estar em uma espécie de não-lugar absoluto.

De preso a informante

De acordo com a Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega, constante no processo 303/96, encaminhado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, o trabalho de informante realizado por Francisco Alves Cabral e Nilson Bachiega foi comandado pelo major Dinalberto Cardoso Moreira e o tenente ou sargento José Marinho da Silva, ambos da Delegacia de Polícia de Jacarezinho. Estes pretendiam que Francisco e Nilson colaborassem na delação de militantes comunistas, “em troca, Cabral que fora detido por alguma razão, ficaria em liberdade; que Cabral cumpriu o acordo e denunciou algumas pessoas”. Pouco tempo depois, Nilson mudou-se para Taguatinga/DF e para lá Cabral fora mandado e ambos passaram a prestar informações a Polícia Federal³⁹. Nisso, Nilson “soube através do policial conhecido por Índio, que Cabral estava se complicando em contradições e

³⁷ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64; AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406 e Processo nº 139 – IPM 406. DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Delegacia de Andirá. Fundo DOPS/PR.

³⁸ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997, p. 22.

³⁹ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega. In: Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997. p. 26.

que seria “apertado” para esclarecer de vez suas atividades”⁴⁰. Sobre o termo “apertado”, este é uma maneira informal e enganosa de se referir a tortura e essas maneiras implícitas de falar sobre essa prática são comuns nos espaços de fala dos perpetradores. Pois, como nos explica Martha K. Huggins no texto “Tortura em Dez Lições” (2014), a denominação enganosa acerca da tortura é um dos aspectos dos elementos que auxiliariam na promoção, ocultação e justificativa da prática. Os agentes citados por Nilson Bachiega são Deusdeth Cruz Sampaio, delegado da Polícia Federal de Brasília, que em 16 de abril de 1971 iria fazer um curso especializado nos Estados Unidos da América; Geraldo Porci Araújo, agente também da Polícia Federal de Brasília; Índio Bugre Machado, agente da Polícia Federal de Minas Gerais.

Convém destacar que entre as informações verídicas que Cabral havia apresentado, também estavam as informações inventivas e circenses, como a sua ida a Cuba, a ligação com Francisco Julião, o fato de ser membro da guarda de Stroessner, sendo essas informações falseadas uma maneira de resistir aos agentes repressivos. Alex Polari, mencionado no trabalho de Janaína Teles (2011, p. 166), aponta que havia basicamente dois tipos de resistência em tortura, sendo o “método turco”, que consistiria em negar sempre e dizer o mínimo possível, e o “método francês”, que se pautava na contação de muitas histórias, contra-informações, pontos frios, disfarces e simulação de colaboração”.

Considerando que o risco de contra-informação é um dos possíveis problemas de gerenciamento no sistema de inteligência, pois as próprias fontes podem tender a preencher certos vácuos informacionais com informações fabricadas, existia um *modus operandi* do que fazer nesses casos. Nesse sentido, a forma de verificação das informações, utilizada na Polícia Federal em Taguatinga, segundo consta na declaração de Nilson Bachiega, enviada à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, foi a tortura e as atenções dos agentes repressivos recaíam sobre as informações acerca da ida de Cabral a Cuba. Havia lacunas com relação ao financiamento utilizado por Cabral, à finalidade da viagem e à utilização dos conhecimentos aprendidos no país caribenho. Durante o período em que Cabral passava pelas sessões de tortura no Distrito Federal, o mesmo conseguiu fugir e voltou para Andirá. Ou seja, depois de ele ter sido informante, ainda foi preso e torturado.

Já em 17 de novembro de 1967, no prontuário individual sobre Cabral, a DOPS/PR, salienta que ele era atuante na área compreendida entre Londrina e Jacarezinho, agitador,

⁴⁰ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega. In: Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997. p. 27.

doutrinador, afeito da tática marxista e mestre em difusão de boatos⁴¹. No prontuário, afirma-se ainda que estava “arrependido [...] faz-se passar por informante de confiança do SNI e Exército Nacional”, “Aparentando humildade procura insinuar-se entre as autoridades civis e militares da região objetivando conquistar-lhes a confiança”. No mês de maio de 1968 foi preso novamente, agora figurando como réu, acusado de roubo. De acordo com relato de familiares no processo encaminhado à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, “ele foi arrancado de sua casa na frente de sua esposa e de seus filhos menores, os mais velhos estavam na roça” e foi condenado a dois anos de reclusão, na Colônia Penal de Piraquara, em Curitiba/PR⁴².

Desaparecimento

Das muitas complexidades do período da vida de Cabral, a violência vivida não se deu só na vida. Também apropriou-se da morte dele. No dia 03 de novembro de 1969, a Colônia informa a família que Cabral teria se “esvaído”. Apesar de todo o esforço despendido até aquele momento para dar notícias à família, e sua ida para casa, em Andirá, quando fugiu de Taguatingua, Cabral não mais retornou a sua casa. Mesmo após a lei da Anistia, que possibilitaria o retorno dos clandestinos, exilados e presos políticos, Cabral não voltou para seus entes queridos. O sequestro do corpo de Cabral foi também a privação de um enterro, de uma tumba e do luto de seus familiares. Conforme Ximena Barraza (1980, p. 152), o desaparecimento de presos e militantes políticos “é a tentativa desesperada de apagar inclusive a memória e fomentar o esquecimento”. Das muitas vezes que Cabral foi preso ilegalmente e não foi lhe dada uma sentença legal, esta lhe foi transmitida em seu corpo vivo, através da tortura e aos seus familiares e demais, através do desaparecimento. Retomando o estudo da autora citada sobre sociedades coercitivas, esta argumenta que “o fato fundamental é bem este: a efetividade da ordem autoritária radica na onipresença da violência. Violência física que não se exerce sobre todos, mas da qual todos sabem que poderiam ser suas vítimas possíveis” (BARRAZA, 1980, p. 147). Eis o terrorismo de Estado.

⁴¹ DEAP. BR Prontuário individual PI 1226.342. Francisco Alves Cabral. Fundo DOPS/PR, 1967.

⁴² Informações e relato presente em: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Cartas dos filhos – Raimundo Cabral. In: Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 31. FOLHA DE ANDIRÁ. Família de andiraense quer reparação do Estado pelo seu desaparecimento. 20 de ago. 2004. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004. p. 71.

Em 1996, Maria Nazaré Oliveira Cabral, esposa de Francisco, requereu à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos o reconhecimento da morte do marido na prisão de Curitiba, visto ser ele sindicalista e tido como comunista pela DOPS. Segundo os relatores João Grandino Rodas e Belisário dos Santos Júnior, o

Documento datado de 3/11/1969, do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, declara que Cabral fugiu enquanto cumpria pena de reclusão de dois anos na Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas. Segundo o relator, mesmo tendo sido provada a militância política de Cabral, nada leva a firmar a convicção de que, realmente, Francisco tenha sido morto na prisão⁴³.

Assim, através do relator, a família recebeu a informação do Estado, que ilustra o último tempo de Cabral, sendo outra vertente de seu não-lugar absoluto produzido após a tortura. Agora, era alguém cuja existência está suspensa pois não está vivo, embora não seja reconhecido como morto, pelo Estado.

Sobre o reconhecimento da morte de Francisco, em meu exame de qualificação desta tese (2021), Angelo Priori, pesquisador que assessorou a Comissão Estadual da Verdade do Paraná, apontou que o principal argumento do não reconhecimento da morte de Francisco Alves Cabral é a existência de uma anotação feita pela DOPS/PR, em 1976, como prova de sua vida após o cárcere. Sobre essa anotação, consta numa das páginas que compõe a Pasta Individual 1226.342, “em 16 09 76 Recorte do jornal do Est. do Paraná de 01 08 76, o fichado foi recolhido na convenção que se realizou na cidade de Paranaguá/PR, para concorrer na próxima eleição a vereador da cidade. (V/P MDB/PR)”. Conferimos a informação e de fato, em Paranaguá nas eleições concorreu um senhor chamado Francisco Cabral, pelo MDB⁴⁴.

Porém, numa busca pelas eleições anteriores se nota que se fossem a mesma pessoa, Cabral teria concorrido também nos pleitos de 1963 e 1972, além de em 1968, quando teria obtido 670 votos, elegendo-se vereador. Não teria como serem o mesmo personagem justamente porque no ano da engajada campanha de Francisco Cabral, em 1968, Francisco Alves Cabral já estava preso. Sobre esses dados em desconformidade, são registros que corroboram um descrédito sobre as experiências do que as vítimas e seus familiares viveram. As notícias falsas e o vazio de informações são uma constante na busca da verdade pelos

⁴³ BRASIL. Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007, p. 445.

⁴⁴ Resultado eleitoral de 1976. Município de Paranaguá. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19761115A77453.pdf>>. Acesso em 05 de dez. 2022. Resultado eleitoral de 1972. Município de Paranaguá. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19721115A77453.pdf>>. Resultado eleitoral de 1968. Município de Paranaguá. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19681115A77453.pdf>>.

familiares das pessoas que faleceram na luta contra a ditadura e agem como ferramentas do próprio Estado para omitir a verdade.

Durante a ditadura, as mortes nas dependências públicas e por agentes de repressão tiveram versões oficiais falseadas. Quando havia o corpo, alegavam que a morte havia se dado em fuga, em decorrência de tiroteio ou por suicídio. Na ausência do corpo, os agentes do Estado justificavam que os desaparecidos fugiram, abandonaram seus entes queridos, sem explicações. Dessa maneira, o Estado dificultava a informação e ficava a critério dos familiares a busca e proveniências das provas, mas nas famílias mais empobrecidas e das zonas rurais, a busca pela verdade era esmagada pela própria necessidade de sobreviver. O luto, sufocado, viveu uma espera constante e com os anos e o fim da ditadura, o Estado Brasileiro criou instrumentos de transição para a democracia, onde caberiam ações de reparação, de memória, verdade e justiça. Nesse contexto, Maria Nazaré, através de um sobrinho que morava em Curitiba/PR, soube da possibilidade de pedir o reconhecimento de seu marido como desaparecido político.

É importante, na posição de historiadores refletirmos criticamente sobre as fontes, a fim de que a nossa busca pela história, memória e verdade, não seja uma prática condenatória e de perpetuação das violências de Estado. Pois, a interpretação dos membros da Comissão Especial de Reconhecimento de Mortos e Desaparecidos Políticos e dos historiadores da Comissão Estadual da Verdade do Paraná em reconhecer a anotação da DOPS/PR e os documentos da instituição de privação de liberdade, ambas instituições punitivas do período ditatorial, como fontes da verdade, negaram a família de Maria Nazaré o direito à justiça, ao luto e a qualquer forma de “reparação”, sobre a morte de Francisco. Quando negam que Francisco teria morrido devido a existir uma anotação da DOPS/PR, ou mesmo, quando negam a ação política de Francisco e seu enquadramento na Comissão da Anistia, por ele ter denunciado seus companheiros, sem atentar às condições dessa denúncia e às diversas violências da qual foi vítima, novamente, o Estado age à favor da própria injustiça, mesmo que com boas intenções.

No momento das perseguições de Cabral e em seu desaparecimento, também se exerce o que Álvaro Abos (1979) denomina de violência “radial”, sendo a que expande o objeto da punição à família, aos amigos e às pessoas próximas. As dificuldades e violências derivadas à família de Francisco Alves Cabral são temas tratados nas cartas dos filhos, presentes no processo de indenização movido pela senhora Maria Nazaré e na matéria do dia 06 de agosto de 2004, da *Folha de Andirá*. Esta retrata que a esposa de Francisco Cabral, após a prisão do marido, perdeu o emprego e passou a sofrer preconceito e até na escola as crianças eram muito

discriminadas. Conforme a narrativa de Maria Nazaré no Jornal, “diziam que a família era comunista”.

Esse preconceito e o desprezo por parte de alguns segmentos da sociedade, aos familiares dos presos políticos é recorrente também na entrevista dada por Edmundo Bonesso à Verônica Ipólito, na qual se percebe a desestruturação da família:

Não sentimos condições de permanecer em Andirá [...] eu fui obrigado a me mudar de Andirá, né, eu fui morar em São Paulo né [...] porque eu não me sentia bem ver os meus denunciante [...] tão felizmente colocados na vida e eu tendo lembrança tão desagradável [...] o Alexis [foi] para Americana (SP). (BONESSO, 2015 *apud* IPÓLITO, 2017).

Essa estigmatização de pessoas vistas como divergentes é um aspecto recorrente em sociedades autoritárias. Sobre o cotidiano em tais sociedades, Álvaro Abos (1979, p. 10) argumenta que, “El terror se abate sobre un círculo de víctimas vicarias: madres, hijos, parientes, amigos, clientes, vecinos, homónimos [...] El subversivo es en si mismo un generador de terror. Lo rodea un aura contaminante”. O medo e o terror são frutos e ferramentas do terrorismo de Estado.

Nessa forma de política do medo, havia uma abrangência, sobre a qual foram atingidos “Cabrais”, “Nazarés” e “Euclides Cassemiros”, não havendo imunidade. Houve um prolongamento dessas políticas, tendo duração por toda a existência da ditadura no país e com sequelas que se projetaram para períodos posteriores. Além de que suas práticas serviram de modelo e colaboração para ditaduras em outros países, sendo extraterritorial, através de cooperações, manuais e informações que giravam numa rede de terror não delimitada por fronteiras físicas. Um exemplo da criação de manuais foi o manual de técnicas de interrogação produzido pelo gabinete central do Ministério do Exército e seu respectivo Centro de Informações (CIEIX) em 1971, descoberto mais tarde em um arquivo de segurança da polícia no Estado do Paraná. O emprego da tortura pelas forças de segurança era política oficial aprovada e, como tal, sua prática tornou-se institucionalizada⁴⁵.

Havia a indiscriminada escolha de alvos, que independia de limites ideológicos, religiosos, de classe, idade ou outros marcadores sociais. Ainda, as ações das políticas do terror eram retroativas, pois havia a prática de vasculhar no passado e no presente nas pessoas aspectos que seriam cabíveis de punição ou desconfiança. Exemplos disso foram o processo contra os irmãos Bonesso, reaberto em 1967, e a trajetória do jovem Mário Stasiak, de Santo Antônio da

⁴⁵ Conferir em: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Interrogatório. Brasília: Ministério do Exército, 1971.

Platina, que foi impedido de assumir um concurso público em 1992, devido ter antecedentes como “esquerdista”⁴⁶. Por fim, tais políticas são caracterizadas como preventivas (PADROS, 2008), pois um de seus principais objetivos era gerar a “cultura do medo”, que isolaria as vítimas e combateria as redes de solidariedade. Compondo essa cultura do medo, “hay tambien el rumor, el dato incierto, la sorpresa, el desconocimiento de las formas de dolor y sufrimientos posibles” (GARRATON, 1988, p. 316).

No período, frente a essa esmagadora engrenagem, o silêncio se fazia como autodefesa. Ocultava-se assim o assassinato, ocultavam o assassino impune, se ocultava o que era sabido sobre o assassinato e ocultava-se o corpo de Cabral e de outros desaparecidos. Entretanto, naquele momento, o silêncio era uma estratégia de sobrevivência na sociedade repressiva que conjugava ameaças estruturais, sistêmicas e cardiais de morte. “O silêncio, tão opaco como expressivo, não é fácil de escutar. Pode expressar um desejo de esquecimento, ou então a incomunicação pura e simples” (BARRAZA, 1980, p. 155). No desejo de esquecer as atrocidades cometidas pelo Estado e por microdespostismos (SOLIS, 2006, p. 79), contribuindo em zonas cinzentas ou se alienando delas, o corpo social criava formas de conviver com tais violências. O mundo afetivo da solidariedade passava a existir num setor geográfico e não mais territorial, onde “o que foi um dia foi uma experiência social, agora é uma experiência habitacional” (BARRAZA, 1980, 156) e a realidade das experiências coletivas passaram a ter a validade do que os conhecidos próximos ou os próprios olhos pudessem ver. O “ouvir dizer” e as experiências narradas por outros passavam a ser alvo de suspeição.

Nesse sentido, silêncios, silenciamentos e suspeições também se inseriram na construção das memórias coletivas sobre o período, apagando os relatos e as lembranças. Para o presente texto, observamos a trajetória de Cabral, mas na conjugação da repressão e da resistência no período poderíamos ter muitas outras pessoas como Maria Nazaré, Maria Lorena, Edson Campos, Edmundo, Alexis, Alcides, Vicente, Jaime, Dário, entre diversos outros que atuaram em sindicatos e em resistências de movimentos sociais na divisa do Paraná com o Estado de São Paulo. No peso desse país e dessas cidades onde há poderes que até hoje se veem como impunes, onde o temor parece paralisador, vimos resistências com projetos políticos ligados ao Partido Comunista que Cabral ajudava na circulação, com suas interpretações e reformulações, através das atividades da ULTGA, com projetos de melhoria das condições de vida e de trabalho, levados a cabo em reivindicações e em processos da Justiça do Trabalho.

⁴⁶ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Mário Stasiak. In: Informe 02/90 / ARQ / ACT / 75. Difusão AMA/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1975. p.01-26.

Vimos resistências do cotidiano, nas manobras para conseguir conciliar discursos em falsos jogos de colaboração. Ainda, havia resistências nas maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar e dos militares, num reemprego que substituía as formas e os métodos dos usos dos discursos hegemônicos, seja para fugir as ameaças, seja para resistir mais um dia ou para que a vida em tortura durasse mais uns minutos. Continuaremos a falar sobre essas resistências e seus/suas protagonistas no próximo capítulo.

Imagem 3 – Foto de Francisco Alves Cabral, 1965.



Fonte: Ficha Criminal da Polícia Civil. In: Processo 303/96.

Imagem 4 – Foto de Maria Lorena Santos e Silva, 1970.



Fonte: Registro Geral. In: Solicitação de dados pessoais. Serviço Nacional de Informações, 1988.

Imagem 5 – Foto de Edmundo Bonesso, 1966.



Fonte: Carteira Profissional de Trabalho. In: Processo nº 238 – IPM 384/64.

Capítulo 2 - Partido Comunista Brasileiro e primeiras associações



Imagem 6. Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, março de 1978, ano IV, n. 23, p. 02. Acervo CDPH/UEL.

Uma das organizações políticas que contribuíram para as lutas dos trabalhadores na região que estamos estudando foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e nesse capítulo buscamos observar as redes e relações estabelecidas na resistência organizada. O Partido Comunista foi fundado em 1922 no Brasil e sua história na região do Norte do Paraná e no Sul de São Paulo data da década de 1940⁴⁷. Em ambas as regiões, os registros sobre a atuação do PCB são fragmentados, tendo em vista as perseguições aos comunistas, os períodos de ilegalidade do partido e a própria deterioração dos arquivos locais. Nesse sentido, a história do PCB, como da resistência em geral, será uma história fragmentada, contada a contrapelo. Buscamos tecer observações sobre o PCB, através de pontos da trajetória de Mário Urias de Melo, Nestor Vera, Dário de Paula e Maurino Brandão, militantes que atuaram na divisa entre os Estado de São Paulo e Paraná.

As fontes a serem usadas para tanto são fichas individuais e certidões de antecedentes, produzidas pelas Delegacias de Ordem Política e Social de São Paulo e do Paraná. Além dessas fichas, utilizamos periódicos como *Voz Operária*, *Terra Livre* e *Novos Rumos*. Também, tomamos como fonte processos e documentos produzidos pela Delegacia de Sertaneja, presentes na pasta temática DP Sertaneja, fundo Delegacias de Ordem Política e Social, do Arquivo Público do Estado do Paraná.

⁴⁷ O Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro no Paraná foi fundado em 1945, em Londrina, sendo transferido posteriormente para Curitiba (ADUM, 2002).

De acordo com a pesquisa “Na luta de Nestor Vera: Os comunistas, os camponeses e a Revolução”, de Diego Becker da Silva (2018), os imigrantes espanhóis Manoel Vera e Pilar Velásques se inserem na população de lavradores que se deslocou para o oeste paulista após a imigração. Ambos se instalaram na zona rural de Ribeirão Preto/SP, devido à abertura de novas terras para o cultivo e povoamento no início do século XX e à demanda de mão de obra para as plantações de café (SILVA, 2018). Em 1915, com a família se tornando mais numerosa, com o nascimento do terceiro filho, chamado de Nestor Vera, o casal Manoel e Pilar seguiram os caminhos da expansão das estradas de ferro, onde teriam mais empregos com a demanda de exportação e, talvez, salários melhores, estabelecendo-se nas proximidades de Santo Anastácio/SP, região oeste do estado de São Paulo.

Ainda segundo Diego Becker da Silva (2018), juntado certo pecúlio com seu trabalho, Manoel comprou um pequeno sítio nos arredores de Santo Anastácio e do trabalho da família na propriedade, ele, a esposa e os filhos retiravam o sustento. Os filhos trabalharam na lida com a terra e aprenderam o ofício de lavrá-la. Na mesma década, próximo de seus 30 anos, Nestor entrou para as fileiras do Partido Comunista Brasileiro. Os primeiros dados que constam nas fichas individuais sobre Nestor Vera, produzida pela Delegacia Especializada de Ordem Social do DEOPS são sobre a forte atuação na região de Presidente Prudente/SP no fim do Estado Novo. Não conseguimos datar os seus primeiros passos dentro do PCB, mas podemos dimensionar que sua atuação foi vigiada pelo órgão de investigação e repressão, sendo considerado o líder do PCB na cidade de Santo Anastácio, em 1945⁴⁸. Nestor se destacava pela diversidade de suas atividades e na primeira metade da década de 1940, pois além de lavrador, esteve próximo à trabalhadores ferroviários, possuía uma forte participação política em jornais e nas instituições públicas. Em 1947, foi eleito vereador na cidade de Santo Anastácio e concorreu a uma vaga de deputado estadual pelo Partido Comunista. De acordo com a ficha individual de Nestor Vera, posteriormente, quando o partido foi novamente declarado ilegal, o militante teve seu mandato cassado⁴⁹.

As fichas individuais produzidas pela Delegacia de Ordem Política e Social às quais nos referimos eram produzidas para uso interno dos agentes de segurança pública e possuíam

⁴⁸Certidão de antecedentes de Nestor Vera, 12 de abril de 1949. In: Fundo DEOPS, AESP. Prontuário 82.320 – Nestor Vera.

⁴⁹Ficha policial de Nestor Vera. Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

informações como a data de nascimento, filiação, endereço, citações de títulos dos artigos que Vera havia publicado em jornais. Além disso, havia menção a pastas temáticas que possuíam citações sobre Vera, como a Pasta de Ferroviários e Pasta Comunismo, um histórico de supostas atividades e das vezes em que foi preso ou que constou em algum processo. As articulações descritas na documentação policial são narradas como atos clandestinos, subversivos, malignos e causadores de desordem. Nesse sentido, o discurso policial presente nas fichas individuais e em outras documentações, estereotipava as atividades de Nestor e em modo geral dos comunistas. Essas narrativas e a vigilância sobre os comunistas moveram a escrita de muitos documentos, mesmo no período de legalidade do partido, tendo em vista o estigma do comunismo presente nos arquivos policiais.

Em meio a esses cerceamentos, na década de 1940, o PCB buscou angariar lugares entre os parlamentares e colocou seus militantes para a organização das trabalhadoras e trabalhadores do campo, a tática foi a formação de ligas camponesas por todo o interior do país. Segundo a pesquisa de Diego Becker da Silva (2018), a primeira liga camponesa que se conhece na região é a Liga de Dumont. Dumont é um município paulista, que atualmente faz parte da região metropolitana de Ribeirão Preto. Segundo a ficha individual (nomenclatura SNV000546), Nestor Vera aparece como liderança camponesa, ligado à Liga Camponesa de Santo Anastácio, organizada por posseiros em luta junto aos comunistas, datada de 1946. Ainda de acordo com a ficha individual SNV000546, em 1947, Vera passou a fazer parte do Comitê da Zona da Alta Sorocabana, militando junto aos ferroviários, por questões como melhoria dos salários e de condições de trabalho⁵⁰. A Alta Sorocabana é a região que se estende próxima ao rio Paranapanema e nesse local, a partir de 1925, Ourinhos/SP havia se tornado a principal ligação com o Estado do Paraná, através da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, conforme Paulo Passini Marques (2009), na pesquisa “Um estudo sobre o papel da estrada de ferro nas transformações sócio-espaciais na Zona da Alta Sorocabana”.

Especificamente, de acordo com a ficha individual sobre Nestor Vera, este havia ido militar com a Associação dos Ferroviários em Ourinhos e a atuação do PCB na região naquele momento se estendia por organizações da categoria dos ferroviários nas cidades de Ourinhos/SP, Bauru/SP, Assis/SP, entre outras. Como mencionado, na Alta Sorocabana,

⁵⁰Ficha individual de Nestor Vera. In: Fundo DEOPS, AESP. Nomenclatura BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNV000546.

Ourinhos e as cidades próximas da divisa se colocavam como local estratégico, por ser local de encontro e trânsito de mercadorias entre os dois estados (São Paulo e Paraná)⁵¹.

Sobre a implantação e o prolongamento das ferrovias para o oeste paulista, estas contribuíram para o escoamento da produção cafeeira e para o processo de urbanização, com as migrações que levaram a família de Vera e muitas outras irem para as regiões do estado em que a malha ferroviária estava demandando mais trabalho. Como explicado no trabalho “A ocupação da terra na formação do município de Ourinhos-SP”, de Débora Fernandes de Araújo e de Fabiana Lopes da Cunha (2011), assim como outras diversas cidades que foram surgindo no interior de São Paulo, a formação da pequena vila que posteriormente será municipalizada e denominada de Ourinhos, é fruto da expulsão das comunidades originárias para a ampliação das áreas de cultivo. Esse processo de expulsão e (re)territorialização se estendeu na região Norte do Paraná e Sul de São Paulo entre meados do século XIX até, aproximadamente, a década de 1940. No início do século XX, alguns povoados que foram surgindo passaram pelo processo de municipalização, conforme o jogo de interesses dos proprietários de terras locais e dos poderes estaduais. Ademais, como havia produções e precisão de transportes, houve a criação e expansão das linhas férreas no interior do Estado.

O pesquisador Eraldo Leme Batista (2013), em sua tese “Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT”, teve acesso ao documento “Centro administrativo do município: Uma intervenção no pátio de manobras de Ourinhos-SP”. A citação que Batista fez do documento ilustra bem a significação da linha férrea no município: “o trem passou a ser o principal meio de transporte, tanto de passageiros quanto de cargas, com isso muitas cidades surgiram através da construção dessas linhas e estações férreas e Ourinhos-SP foi um exemplo disso, com o passar do tempo a cidade se desenvolveu ao redor da linha” (GUIMARÃES; GOMES; BENTE; S/D, p. 1 *apud* BATISTA, 2013, p. 174).

A imagem abaixo traz uma vista aérea da cidade de Ourinhos, com a malha ferroviária da Sorocabana e do trecho São Paulo-Paraná serpenteando a cidade, cujos limites se encerram nas propriedades familiares com plantações, com a lateral esquerda do quadrante superior da imagem se perdendo em grandes cafezais. A imagem provavelmente tem finalidade de divulgação e venda das possibilidades da cidade, com a proximidade das propriedades com o espaço urbano, a linha férrea e o tamanho da cidade, ainda em julho de 1940.

⁵¹ No artigo *A Penetração Imperialista em Nossa Agricultura*, Nestor Vera comenta sobre essa posição de Ourinhos, em que ligaria a Alta e Baixa Sorocabana e Arapongas/PR, tendo em vista ser essa a rota da linha ferroviária. Conferir: *Voz Operária*, Rio de Janeiro, ano I, n. 18, 24 set. 1949, p. 13.

Imagem 7 – Ourinhos na década de 1940



Imagem 8 – Fonte: MEMÓRIAS OURINHENSES. Ourinhos no limiar dos anos quarenta. 01 de agosto de 2006. Disponível em: <<https://ourinhos.blogspot.com/2006/08/ourinhos-no-limiar-dos-anos-1940.html>>. Acesso em 04 fev. 2020.

As ferrovias auxiliavam o transporte de mercadorias entre as localidades, davam mais rapidez à exportação e importação de equipamentos para a lavoura e para a indústria. Em pesquisa desenvolvida por Amauri Mascaro Nascimento e Sônia Mascaro Nascimento (2014, p. 69), os autores fazem um levantamento sobre as greves envolvendo operários das ferrovias no estado de São Paulo, no qual consta que em 1890 ocorreu uma greve, seguida de duas em 1891, quatro em 1893, uma em 1894, uma em 1895, uma em 1896 e intensificando-se a partir de 1919. A luta sindical por melhores condições de trabalho e salariais acompanhará toda a história das ferrovias no estado de São Paulo, conforme observamos no artigo “Sindicalismo e trabalho ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre o início do século XX e sua estatização”, de Guilherme Grandi e Ivanil Nunes (2019).

Em 24 de setembro de 1949, o jornal *Voz Operária* no Rio de Janeiro publicou o texto “A Penetração Imperialista em nossa Agricultura”, de Nestor Vera. O artigo trata das grandes empresas, maquinários, terras e cultivos que estavam em expansão na região Alta Sorocabana. Segundo o autor, esse processo se relaciona com a expansão imperialista, representada pelas empresas SANBRA e Anderson Clayton, pois estas seriam de capital estrangeiro. Havia dois fatores agravantes da situação para Vera. O primeiro era o processo de expulsão das populações originárias, pois, em suas palavras, “essas terras pertencem de direito às famílias de índios” (1949, p. 13). O segundo era o fato de que as empresas citadas se localizavam em Ourinhos e para o autor, “Ourinhos é o ponto estratégico para o controle de toda a produção agrícola da Alta e Baixa Sorocabana” (1949, p. 13). Com o texto, Vera disserta sobre a questão partindo de

uma visão nacionalista, de defesa da produção e dos bens nacionais. Ademais, o autor compartilha da perspectiva de que aquela localidade era importante e a referência geográfica que ele utiliza (Alta e Baixa Sorocabana), são marcos das zonas em que se dividem as ferrovias em São Paulo. Veras no momento da escrita do texto era um militante incluído nas discussões internas da atuação do PCB. Para o Partido, a ferrovia também teria importância para a mobilidade dos materiais e dos militantes, como lembra Alair Souza Figueiredo, um dos dirigentes do PCB no Paraná, cuja entrevista foi transcrita no texto “Memórias transcritas: depoimentos”, de Célia Alves e Vera Cortês (2013). Em um trecho da transcrição da entrevista de Alair Souza, lemos que “A Sorocabana foi de muita importância para a disseminação de material nosso e para a transferência de companheiros, foi muito boa. Já a outra parte de São Paulo, Paraná não tinha grande importância nisso, é que ia de Ourinhos até Apucarana. A Sorocabana era uma via ideológica nossa, podemos dizer isso” (2013, p. 39), beirando grande parte da faixa da divisa de São Paulo, como vemos na imagem 8.

Imagem 8 – Estrada de Ferro Sorocabana



Imagem 9 – Fonte: CAVALCANTI, Flavio R. Ferrovias do Brasil 1970: Estrada de Ferro Sorocabana. Centro Oeste Brasil, 201[?]. Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1970efSorocabana.shtml>>. Acesso em 04 fev. 2020.

Assim, seguindo os processos migratórios também, na década de 1945 e 1955, vemos a criação de comitês municipais do PCB e associações trabalhistas na região próxima à divisa dos estados de São Paulo e Paraná. O texto “Vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista”, de Airton Souza de Lima (2010), nos explica que havia reuniões preparatórias para a criação das células, com ações como círculos de leitura de jornais, discussão sobre salários e sobre a situação dos trabalhadores. Na década de 1950, houve também a organização do partido e diversos congressos e conferências, buscando uma articulação maior entre as células, mobilização social e orientação aos trabalhadores.

Para termos uma melhor dimensão dessas atuações, fizemos um levantamento sobre as organizações na região que pode ser visto abaixo.

Tabela 2 – Organizações e sua atuação nas décadas de 1940 e 1950 no Norte do Paraná e Sul de São Paulo

Organização	Localidade	Ano	Fonte
Diretório do PCB	Jataizinho/PR	1946	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Fundo Serviço Nacional de Informações, 1977.
Diretório do PCB	Ourinhos/SP	1946	Investigação n.º 203, da sub-chefia de Ordem Social do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. O documento foi produzido por Balthazar Lopes de Lima e José Antônio Leitão e se destinava a João Guedes Tavares, Delegado Especializado de Ordem Social. O assunto descrito na Investigação é Agitação comunista nas fazendas de Chavantes e Ourinhos, neste Estado e o documento é datado de 18/05/1951.
Liga Camponesa de Santo Anastácio	Santo Anastácio/SP	1946	WELCH, Cliff. <i>The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964.</i> University Park, PA, The Pennsylvania State University Press, 1999.
Liga Camponesa de Lins	Lins/SP	1946	SILVA, Emiliana Andréo. O Despertar do campo: lutas camponesas no interior do Estado de São

			Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.
Associação dos Ferroviários	Ourinhos/SP	1947	Ficha individual de Nestor Vera. In: Fundo DEOPS, AESP. Nomenclatura BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNV000546.
Tentativa de formação da União dos Trabalhadores da lavoura da Alta Paulista	Marília/SP e Tupã/SP	1949	Ficha individual de Dário de Paula. In: In: Fundo DEOPS, AESP. Nomenclatura SNP000701.
A Associação dos Camponeses Livres	Chavantes/SP	1951	Investigação n.º 203, da sub-chefia de Ordem Social do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo. O documento foi produzido por Balthazar Lopes de Lima e José Antônio Leitão e se destinava a João Guedes Tavares, Delegado Especializado de Ordem Social. O assunto descrito na Investigação é Agitação comunista nas fazendas de Chavantes e Ourinhos, neste Estado e o documento é datado de 18/05/1951.
Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo	Santa Cruz do Rio Pardo/SP	1953	Citado no texto “Vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista”, de Airton Souza de Lima (2010), nas páginas 125-126.
Associação dos Trabalhadores Rurais e Urbanos	Ibaiti/PR	1955	Depoimento 5 – Odílio Cunha Malheiros Jr. In: CODATO, KIELLER, 2008, p. 187-188.
Sindicato Rural de Nova Fátima	Nova Fátima/PR	1956	PRIORI, A., et al. O Partido Comunista e os movimentos sociais no campo. In: História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. pp. 159-177.
Sindicato Rural de Centenário do Sul	Centenário do Sul/PR	1956	PRIORI, A., et al. O Partido Comunista e os movimentos sociais no campo. In: História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. pp. 159-177.
Sindicato Rural de Maringá	Maringá/PR	1956	PRIORI, A., et al. O Partido Comunista e os movimentos sociais no campo. In: História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. pp. 159-177.
Sindicato Rural de Mandaguari	Mandaguari/PR	1956	PRIORI, A., et al. O Partido Comunista e os movimentos sociais no campo. In: História do

			Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. pp. 159-177.
Envio de pedido de reconhecimento do Sindicato de Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina e Região	Londrina/PR	1956	PRIORI, A., et al. O Partido Comunista e os movimentos sociais no campo. In: História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. pp. 159-177.

Fontes: Documentos do SNI constantes no CDPH/UEL, Banco de Dados Memórias Reveladas e revisão sobre a literatura do tema.

A criação dessas organizações foi embrenhada em processos de negociação, resistências ou repressões. Muitas dessas entidades, como as Ligas de Tupã e Lins, a Associação dos Ferroviários de Ourinhos, a tentativa de criação da União dos Trabalhadores e outras, tiveram Nestor Vera como um importante articulador. Algumas das instituições da região resistiram por anos, construindo junto aos trabalhadores as lutas por melhores condições de vida ou pela posse da terra, como as atividades da célula do PCB em Ourinhos, conforme veremos no próximo capítulo. Outras, enfrentaram forte violência sistêmica para a desmobilização, como o caso da célula do PCB em Tupã/SP.

Conforme a pesquisa “A semente foi plantada, as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964”, de Clifford Welch (2010), próximo à região de Presidente Prudente, Assis e Ourinhos, na cidade de Tupã, em 1947, os comunistas começaram a se organizar para a formação de uma associação dos trabalhadores do campo. O fato de haver uma movimentação e militância comunista na região desagradou o prefeito que deu ordens à polícia para desarticular qualquer organização. Edgard Almeida Martins era o militante do PCB que tinha a tarefa de organizar os camponeses da cidade e as primeiras intervenções foram nas campanhas em prol do petróleo nacional puxadas pelos comunistas em todo o Brasil. Conforme considera Pedro Estevam da Rocha Pomar (2010), na pesquisa “Dutra, Adhemar e a repressão ao PCB: o incidente de Ribeirão Preto (1949)”, no âmbito nacional, a campanha “O petróleo é nosso!”, representou um importante êxito do PCB no terreno prático da luta institucional. Isso porque o tema reforçava o viés nacionalista do partido, por ter resistido à pesada repressão governamental, além de que, por fim no segundo governo de Getúlio Vargas, em 1953, a campanha se conclui com a criação da Petrobrás.

A principal manifestação dos camponeses organizados em Tupã, com questões locais, foi pelo transporte da zona rural para a cidade e ocorreu em julho de 1949, numa grande passeata por toda a cidade contra as cobranças abusivas do transporte público. Dessas manifestações

surgiu a oportunidade de organizar os trabalhadores e o início da articulação para um congresso regional dos trabalhadores rurais. No dia 17 de setembro de 1949, o jornal *Voz Operária* publicou na coluna “Voz dos Campos”, que em Tupã/SP haviam 200 camponeses enviando uma mensagem de solidariedade e apoio ao Comitê Paulista de Defesa da Paz⁵². O número de camponeses que estavam se articulando em uniões e associações no período, era animador ao PCB.

O Partido estava mobilizando os trabalhadores a partir da organização das próximas pautas e necessidades destes, que muitas vezes não convergiam necessariamente com a revolução. Entretanto, diante da forte repressão do Estado, da violência dos proprietários rurais e dos longos períodos de exploração aos quais os trabalhadores eram submetidos, alguns locais vivenciaram conflitos armados. Esses episódios ocorreram tanto em Porecatu/PR, quanto em Tupã/SP e em outras regiões do interior de São Paulo, do Paraná e de outros estados. Em artigo que publicou sobre a comemoração do *Terra Livre*, em 1963, Nestor Vera refletiu sobre a violência em Tupã e em outros municípios de forte organização naquele período do fim dos anos de 1940. “Assembleias, reuniões, Ligas Camponesas, Conferências e Congressos eram dissolvidos à bala, como em Santo Anastácio, Marília [...]”⁵³. Quando Vera escreveu esse texto ele era responsável pelas publicações do *Terra Livre*, atuava como membro da direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e foi tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1963. Por sua atuação, se tornou uma referência nacional na luta dos camponeses e como veremos adiante, também foi um dos organizadores do Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte (MG), em 1961, com Francisco Julião, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Alberto Passos Guimarães.

Posteriormente, em 1964, Nestor Vera teria seus direitos políticos suspensos por dez anos, em consequência do Ato Institucional nº 1 (AI-1) editado logo após o golpe. Com a repressão cada vez mais rígida, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) e condenado a cinco anos de prisão no processo conhecido como “Cadernetas de Prestes”. Conforme apurado pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”, passou a viver na clandestinidade e adotou nomes falsos para si e para toda a sua família⁵⁴. Suas

⁵² *Voz Operária*, Rio de Janeiro, ano I, n. 17, 17 set. 1949, p. 09.

⁵³ *Terra Livre*, São Paulo, suplemento de aniversário, ed. 122, 5 mai. 1949 a 5 mai. 1963, p. 03.

⁵⁴ Nestor Vera. Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”. 2013. Disponível: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/nelson-vera>>. Acesso em 04 de set. 2021. Sobre a violência à qual a família de Nestor Vera foi submetida, conferir o texto “Perseguição e assassinato de Nestor Veras: silêncios e ‘esquecimentos’ nos relatos de violações”, pp. 25-27, do Tomo IV - Contribuições - Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho Sobre a Repressão no Campo no Estado de São Paulo, 1946-1988, da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”, publicado em 2013. Disponível:

atividades continuaram sendo monitoradas, sendo indiciado, em 1971, em inquérito conduzido pelo DOPS de São Paulo, que tematizava a atuação da Ação Libertadora Nacional (ALN). Segundo a Comissão, em abril de 1975, aos 59 anos, Nestor Vera desapareceu depois de ter sido sequestrado por agente do Estado brasileiro na Operação Radar, uma grande ação do Exército com o objetivo de dizimar a direção do PCB. Segundo depoimento de Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, ele matou Nestor Vera em uma mata próxima de Belo Horizonte e lá deixou o corpo do militante⁵⁵.

Vera foi muito importante na luta pela organização e busca de direitos dos trabalhadores rurais e dos operários ferroviários. Atuou na região da Alta Sorocabana, principalmente, nas cidades de Santo Anastácio/SP, Ourinhos/SP, Presidente Prudente/SP, Tupã/SP e em diversos outros municípios, tendo em vista sua posição como integrante do Comitê Central do PCB, encarregado do setor camponês. Sua atuação nos traz os projetos políticos com vieses anti-imperialistas, a busca por publicar e comunicar nos periódicos das categorias trabalhistas e a tentativa do PCB em articular operariado e campesinato.

Dário de Paula

Como observamos até este momento, há muitos indícios de articulações na região que abarca Assis, Ourinhos, Presidente Prudente, Bauru e Marília, para a fundação de uniões de trabalhadores rurais. Possivelmente tentando interligar os diretórios e associações, o PCB local tentou formar uma organização que as unificasse, a União dos Trabalhadores da Lavoura da Alta Paulista. Conforme consta na ficha individual do militante Dário de Paula (nomenclatura SNP000701), no fundo DEOPS, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, os agentes de repressão e vigilância política perceberam e registraram esse esforço de criação da União, em 1951⁵⁶. Considerando essa intenção, os militantes da região organizariam um congresso para reunir os trabalhadores, dirigentes e discutir questões trabalhistas no campo e efetivar a União. De acordo com o texto “Vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista”, de Airton Souza de Lima (2010), houve uma tentativa de realizar o congresso em Marília/SP, em 1949, tendo sido divulgado o evento nas cidades ao redor, com a convocação

<<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2016/06/repressao-no-campo-em-sao-paulo.pdf>>. Acesso em 05 de set. 2021.

⁵⁵ Depoimentos sobre desaparecidos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - Parte 1 - 28 de fevereiro de 2013. Youtube. Disponível: <<https://youtu.be/NsJQSFh4nig>>. Acesso em 04 de set. 2021.

⁵⁶ Ficha individual de Dário de Paula. In: In: Fundo DEOPS, AESP. Nomenclatura SNP000701.

de trabalhadores da lavoura, sitiantes, camaradas, colonos, entre outros. O evento seria realizado no dia 08 de maio de 1949, mas na véspera o DOPS e as delegacias locais fizeram prisões de alguns militantes e reprimiram a realização do congresso⁵⁷. Conforme apurado pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva” (2013), a repressão foi realizada pelos proprietários rurais com o apoio do DOPS/SP, da Delegacia de Tupã e do Batalhão do Exército de Bauru. Os materiais de divulgação estavam assinados com os nomes dos organizados, o que auxiliou na identificação destes. Foram presos todos os membros do partido que constavam na convocação para o evento. Segundo o Relatório da CEV Rubens Paiva, Edgard de Almeida Martins, em suas memórias políticas, conta que teria sido preso em Tupã, juntamente com os irmãos Cano e Perez, também membros do PCB, que passaram pelas delegacias de Tupã, Marília e Garça e à época, Edgard teria sido torturado diversas vezes.

A ficha individual do militante Dário de Paula, citada anteriormente, transcreve a suspeita de que posteriormente, houve a tentativa de realizarem o evento em Tupã, com a finalidade de criar a União. Já o texto de Lima (2010), utilizando um depoimento de Edgard de Almeida Martins (liderança do Partido Comunista local), prestado ao DOPS em 1971, cita que seria fundada a “Associação Camponesa do Estado de São Paulo” (2010, p. 100). Apesar da divergência das fontes sobre a dimensão da organização que seria criada, se regional ou estadual, em ambos os documentos, na ficha individual de Dário de Paula e no depoimento de Edgard de Almeida, há o relato da intenção dos militantes do PCB de criar uma entidade que articulasse as movimentações no campo em variadas cidades do interior⁵⁸.

De acordo com Lima (2010), para organizar o congresso em Tupã, a reunião dos comunistas fora marcada para ocorrer na casa de Dário de Paula e Ana Paula de Souza. Recorrendo novamente à ficha individual de Dário, nesta consta que ele era um lavrador e militante do PCB, nascido em 1911, filho de Vicente Antonio de Paula e Ambrosina Maria da Conceição, natural do norte do estado, da cidade de Bananal/SP. Nos documentos da DOPS não constam informações detalhadas sobre Ana Paula. Lima (2010) traz dados complementares, que Dário junto com sua companheira, Ana Paula de Souza, morava num pedaço de terra na Fazenda Luar, de um latifundiário ligado ao prefeito Souza Leão. Uma das militantes que haviam ido para região ajudar no evento era Maria Aparecida Benjamin Rodrigues (conforme ficha individual nomenclatura OSFTEXSNR002016), codinome “Vani”, que havia chegado no

⁵⁷ Comunicado da Chefia, 11 de mai. De 1949, n.º 372. Pasta Temática Camponeses/Agitação Rural. In: Fundo DEOPS, AESP.

⁵⁸ Declaração de Edgard Almeida ao DOPS, 1971. Prontuário Edgard Almeida Martins. Pasta Nominais. In: Fundo DEOPS, AESP.

dia 23 de setembro em Tupã e era de Vera Cruz/SP. A ficha traz dúvidas sobre o nome correto de Maria, se seria Maria Aparecida de Lourdes Rodrigues, Benjamin Rodrigues ou apenas Maria Aparecida Rodrigues. A militante teria na época (1949) 20 anos, trabalhava como doméstica e morava em Vera Cruz/SP. Era natural de Brodósqui/SP e filha de José Benjamin Rodrigues e Maria Isabel Rodrigues. Maria começou a trabalhar aos 10 anos, como bóia-fria, no corte de cana-de-açúcar, foi operária aos 13 e entrou para o PCB aos 16 anos, em 1946, segundo matéria de Cleomar Almeida (2019) no portal *Fundação Astrojildo Pereira*⁵⁹.

Sabendo que, com alegações variadas, os proprietários da fazenda já haviam prestado queixas sobre Dário, Maria recomendou que a reunião não se realizasse naquele local. A apreensão se dava pela ligação dos donos da fazenda com Souza Leão, que tinha fama de ser muito violento, possuir capangas, pelo anticomunismo cristão que havia sido muito explorado na eleição de 1947 e, além disso, Dário havia encontrado ossadas na propriedade, enquanto arava a terra. Entretanto, também não havia outro local em que fosse viável realizar a reunião e, por esse motivo, mantiveram a decisão de fazer no sítio, de acordo com Airton Souza de Lima (2010).

Nesse momento também contaremos com os documentos levantados no livro “O movimento operário e popular na abordagem dos agentes de segurança do Estado (1946-1955)”, de Candido Giraldez Vieitez (2018). Conforme a transcrição do relatório de 24 de janeiro de 1950, produzido em Marília pelos agentes de segurança do estado, no ano anterior, no dia 25 de setembro de 1949 diversas lideranças comunistas estiveram em um mesmo local, mas tentaram não mostrar pistas do que estava acontecendo, porém, um morador denunciou à polícia a movimentação de diversas pessoas na fazenda. De imediato o chefe de polícia local juntou quatro investigadores, oito guardas civis e oito “praças” e foram para a reunião (VIEITEZ, 2018, p. 89).

De acordo com o relatório policial, chegando lá, após a abordagem, o soldado Sebastião Jacinto de Lima aproximou-se “do bolchevista PEDRO DE GODOY”. Segundo o documento, Godoy estaria “empunhando um fuzil com uma das mãos, com o cano da arma voltado para cima, em situação que excluía qualquer intenção agressiva de sua parte” (VIEITEZ, 2018, p. 87). Entretanto, o relatório policial narra que o soldado Sebastião teria sido atingido, iniciando o tiroteio e neste faleceram os integrantes do PCB Pedro Godoi de Souza (ou Pedro Godoi ou Pedro de Godoy), Áfono Marmo (Affonso Marma) e ainda, “apresentava grave ferimento o

⁵⁹ Conf. Livro *A pintura como conto de fadas*, de Ivan Alves Filho, é adotada pela pós-graduação da UFMS. Disponível em: <<http://www.fundacaoastrojildo.com.br/2015/2019/02/01/livro-a-pintura-como-conto-de-fadas-de-ivan-alves-filho-e-adotado-pela-pos-graduacao-da-ufms/>>. Acesso em 09 set. 2021.

comunista Miguel Rossi, o qual foi incontinenti, por determinação do Delegado de Polícia de Tupã, removido para a Santa Casa daquela cidade, onde veio a falecer” (VIEITEZ, 2018, p. 87). Uma versão do acontecido foi descrita na matéria “O Massacre de Tupã”, publicada pelo jornal *Voz Operária*, no Rio de Janeiro no dia 25 de outubro de 1949. Ali se afirma que a repressão chegou na casa atirando ao esmo e atingiu de imediato um dos camponeses que caiu morto, Pedro de Godói. Como explica Lima (2010) em seu estudo sobre a chamada “chacina de Tupã”, havia apenas um camponês armado, que portava uma velha garrucha, com a qual atirou contra o rosto do soldado, matando-o. Outros dois militantes foram presos, Maria Aparecida e Honório Tavares. Em entrevista concedida à Airton Souza de Lima (2010), Maria Aparecida (Aparecida Azedo – nome adotado após seu casamento, em 1952, com o jornalista Raul Azedo Neto) considera que os policiais plantaram provas para justificar como auto de resistência as mortes ocorridas na Fazenda Luar⁶⁰. Conforme as palavras de Aparecida, “Além do mais eles tinham posto arma nas mãos dos nossos e disseram que eu também estava armada. Eles tentavam me ridicularizar me chamando de ‘Cavaleira da Esperança’” (AZEDO *apud* LIMA, 2010, p. 103).

Apesar das contradições acerca de como aconteceram os assassinatos, podemos perceber que a busca por melhores condições de vida e pela posse da terra se constituiu como luta de sobrevivência e resistência no processo longo das lutas de classes e de seus golpes e ditaduras. Os três militantes assassinados (Pedro, Áfono e Miguel) tornaram-se heróis na imprensa comunista, o jornal *Voz Operária* disponibilizou diversas páginas para homenagens e denúncia contra a repressão da polícia. Como se lê nas páginas da *Voz Operária*, também teve início naquele contexto um movimento de solidariedade a Honório e Maria, que estavam presos em Tupã. Maria, além de muito jovem, estava com alguns problemas de saúde. O jornal *Voz Operária* noticiou a realização da Caravana de Tupã, organizada pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, cujo objetivo era visitar e prestar solidariedade à Maria Aparecida,

⁶⁰ Sobre o auto de resistência, convém explicarmos que juridicamente esta justificativa para os assassinatos promovidos pela polícia só foi institucionalizada em 02 de out. 1969, com a Ordem de Serviço N, nº 803, da Superintendência da Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara – depois ampliada pela Portaria E, nº 30, de 06.12.74, do Secretário de Segurança Pública. De acordo com o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Verani (2020), no texto “Cinquenta anos do auto de resistência”, com o documento se “dispensa a lavratura do auto de prisão em flagrante ou a instauração de inquérito policial” para apurar o óbito, quando uma morte promovida pela polícia é realizada durante a abordagem na qual houve resistência armada dos suspeitos. E determina a aplicação do art. 292, do Código de Processo Penal, que prevê a lavratura do “auto de resistência” na hipótese específica de resistência à ordem legal de prisão (VERANI, 2020). Dessa forma, o auto de resistência é um documento feito por policiais, em que se justifica as mortes em determinadas abordagens, como motivadas pela resistência dos suspeitos, sem que precise apurar as circunstâncias. Mas mesmo sem uma legislação que acobertasse as abordagens policiais, a partir dos documentos pesquisados, não localizamos a abertura de um inquérito policial para apurar os assassinatos ocorridos naquela ação policial em Tupã, em setembro de 1949.

presa fazia quatro meses em condições insalubres. Naquele momento, a violência e as mortes em Tupã representavam uma política de contenção aos movimentos e organizações consideradas comunistas, buscando a desmobilização clandestina do PCB⁶¹. Essas ações de perseguição política, mesmo em 1949, eram ligadas a uma concepção de segurança nacional.

Em 26 de novembro de 1949, no Rio de Janeiro, o *Voz Operária* noticiaria “Hoje repete-se a chacina de Tupã, tenta-se aprovar uma lei celerada, a Lei de Segurança, que visa arrastar o nosso povo à aventura guerreira dos imperialistas. Mas os tempos são outros” e em 1950 o jornal daria continuidade à campanha de libertação dos presos políticos de Tupã⁶². Entretanto, em 1953, foi promulgada uma nova Lei de Segurança Nacional nos moldes da competição ideológica da Guerra Fria que, posteriormente, seria reformulada nos anos de 1967, 1969, 1972, 1978 e 1983.

No mesmo jornal citado anteriormente, lembrando a chacina de Tupã, foi publicada no dia 05 de maio de 1952, a imagem abaixo:

Imagem 9 – Seus nomes anunciam o Brasil livre de amanhã - fragmento do jornal *Voz Operária*

⁶¹ Sobre o tema, no texto “O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura de 1945-1947”, Carla Simone Rodeghero (2007) trabalha com a construção discursiva anticomunista e seus alvos. Um desses, era o processo de reorganização do PCB, entre o período de 1946 e 1947, contra o qual atuaram a Igreja Católica, imprensa, parte dos partidos políticos e da Justiça Eleitoral. Conforme a autora, esses setores e órgãos estavam ávidos por cassar o partido e poder ocupar as vagas dos parlamentares cassados.

⁶² VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1949, n. 27, ano I, p. 08; VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 11 de março de 1950, n. 42, ano I, p. 02.

★

PEDRO GODOY — Nasceu em Lins em 17-1-1920. Portuário. Entrou para o Partido em 1945. Participou com destaque da heróica greve dos portuários santistas contra o bandido Franco e de outras lutas, do povo santista. Jovem de grande despreendimento, modelo de comunista, jamais se preocupava consigo. Herói de nosso povo, morreu em Tupã, no dia 23-9-1949.

★

AFFONSO MARMA (Camponês) — Nasceu em 23-1-1903. Preso e deportado em 1930 como redator de «ECO» defensor dos seus patrícios. Voltou para o Brasil em 1935, trabalhando como metalúrgico. Entrou para o Partido, onde sempre deu exemplo de disciplina e de amor ao Partido e à classe operária. No cumprimento do seu dever, morreu no posto de honra, varado pelas balas assassinas da reação, em Tupã, no dia 23-9-1949.

★

MIGUEL ROSSI — Nasceu em Itu em 14-9-1907 — Camponês: Entrou para o Partido em 1933. Participou da gloriosa A.N.L., sendo preso em Marília em 1936. Ficou um ano encarcerado no «Maria Zélias». Sempre esteve à frente dos camponeses na luta pela Terra, e pela Paz. Foi nessa grandiosa luta que morreu, na infame chacina de Tupã, no dia 23-9-1949.

★

SEUS NOMES ANUNCIAM O BRASIL LIVRE DE AMANHÃ

Fonte: VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1952, ano IV, n. 150, p. 15.

A imagem compõe a matéria “Glória aos heróis que tombaram”, na sessão “O 30º aniversário do P.C.B. em S. Paulo”. A matéria faz uma homenagem aos militantes Augusto Pinto, Olavo Lopes, Deoclecio Augusto Santana, Pedro Godoy, Affonso Marma e Miguel Rossi, que faleceram por conta das ações do Estado em repressão às suas atuações políticas. O documento busca enfatizar as mortes desses militantes por uma causa, embrenhado do signo dos heróis-mártires, buscando salientar o significado dessas perdas ao mesmo tempo que às incorpora na história de luta do partido. Ademais, o documento delineia o que o partido considerava ser o militante ideal, como aquele que jamais se preocupava consigo (trecho sobre Pedro Godoy), como aquele que era exemplo de disciplina e do amor ao Partido (trecho sobre Affonso Marma). Sendo um metalúrgico (como Marma e Godoy) ou um camponês (como Rossi), a função do comunista ideal também é sempre estar à frente dos camponeses pela luta (como no trecho sobre Miguel Rossi). Essa perspectiva da ligação entre os trabalhadores do campo e do espaço urbano e as ações do partido em aproximar às atuações sindicais em ambos

os espaços foi colocada em prática, principalmente, durante o início da década de 1950, como veremos adiante.

Em 02 de agosto de 2019, ano em que se completaram 70 anos da chacina de Tupã, o portal *Vermelho*, mantido pela Associação Vermelho em convênio com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), publicou uma matéria lembrando os eventos ocorridos. Em lembrança aos militantes assassinados, o texto trazia mais informações sobre a sua atuação. Conforme o *Vermelho*, Pedro Godoy nasceu em 1920 e era estivador na baixada santista, tendo se filiado ao PCB em 1946, durante o breve período de legalidade. Candidatou-se a vereador por aquele partido no município de Guarujá, no litoral paulista. Destacou-se nas greves de 1947 e 1948, e perseguido, mudou-se para Alta Paulista, onde passou a se envolver com as lutas camponesas. Miguel Rossi nasceu em 1907 e entrou para o Partido em 1933 e participou da ANL, conforme o portal. Havia sido preso em Marília em 1936 e permaneceu um ano no presídio Maria Zélia. Trabalhava e militava na cidade de Garça na época em que foi assassinado em Tupã.

Em outra parte do texto, a matéria acrescenta que Affonso Marma (24-01-1908) nasceu na Lituânia, chegou ao Brasil em 1927 e logo se vinculou ao Partido Comunista Brasileiro. Trabalhou para a organização da comunidade lituana, na criação de clubes e jornais que tinham como público-alvo os imigrantes. Devido a seu trabalho militante, havia sido preso e deportado em julho de 1930. O periódico online não informa se Marma foi deportado para a Lituânia de maneira legal ou se havia sido levado para fora das fronteiras do Brasil, sem passar pelos trâmites jurídicos. Conforme Mariana Cardoso dos Santos Ribeiro (2008), em estudo sobre a expulsão de comunistas durante o Estado Novo, muitos estrangeiros foram presos e compelidos a deixarem o Brasil sob acusação de “nocividade”, termo que, segundo a autora, auxiliou na construção imaginária do “inimigo-político” e deu margem às arbitrariedades. O controle sobre os estrangeiros, através da vigilância tornou-se prática comum desde os primeiros anos do governo Vargas e a partir de 1937, institucionalizou as práticas intolerantes como expressão de repúdio às diferenças étnicas e políticas, dentre elas, as leis de expulsão do país (RIBEIRO, 2008). Entretanto, também havia casos de militantes estrangeiros serem levados por transportes terrestres até as fronteiras da Argentina ou do Uruguai para serem expulsos do país. Seguindo, a matéria relata que Marma trabalhou na Argentina e no Uruguai, também organizando os imigrantes lituanos. Teria voltado ao país em 1935 e continuado seu trabalho como operariado até meados de 1949, quando foi deslocado pelo Partido para ajudar na organização dos camponeses da Alta Paulista. Por fim, o texto informa que a morte de Marma, na chacina de Tupã, teve repercussão internacional, inclusive na Lituânia soviética.

Mas, retornando ao momento da chacina, no entremeio da história, Dário de Paula havia conseguido fugir dos policiais no tiroteio. Em alguns dias, através do Jornal *Voz Operária*, Dário explicou:

Consegui escapar das garras dos policiais. Mas os outros tombaram. O carrasco Renato Imparato só batia a farolete e matava os nossos companheiros, como se matado no matadouro. Escapei, mas não fugi da luta. Havemos de vencer e topa frente a frente com esses bandidos. Auxiliai as famílias que ficaram sem pai, cuidai dos órfãos como se fossem vossa família e vossos filhos. VIVA A PAZ MUNDIAL! VIVA O BRASIL, OS OPERÁRIOS E CAMPONESES! Em algum lugar de São Paulo, 2[?] de setembro de 1949.⁶³

Após alguns anos na clandestinidade, de acordo com Lima (2010), Dário e Ana Paula vão para Ourinhos e lá se juntam às atuações do PCB para a formação de associações e sindicatos na divisa. Mesmo em meio à dificuldade das perseguições, das violências e dos traumas destas, Dário exerceu um papel de liderança na organização do trabalhador rural em Ourinhos, planejando passeatas, greves e orientando os trabalhadores, junto com o advogado João Bento Vieira Neto, Roque Pedroso e Orlando Urias de Melo⁶⁴. As tentativas do PCB de estabelecer um trabalho de base forte para a revolução, conscientizando e estando presente com os trabalhadores rurais, movimentaram militantes por várias cidades da região. Ademais, em algumas das cidades, as organizações criadas funcionaram por décadas, como é o caso das movimentações promovidas pelo Diretório do PCB de Ourinhos, integrado por João Bento Vieira Neto, Roque Pedroso e Orlando Urias de Melo. Observamos mais detidamente essa organização e suas movimentações de 1950 a 1964 no capítulo 3.

A trajetória de Dário de Paula nesse primeiro momento se ligou à chacina de Tupã e nos permitiu entender que esta foi uma repressão violenta para desmobilizar os camponeses antes mesmo que estes pudessem se organizar de fato. Como utilizada com Aparecida Azedo, as buscas por ridicularizar ou abordagens humilhantes se acentuaram nas próximas décadas e seriam utilizadas pelas polícias políticas inseridas no terrorismo de Estado durante a ditadura civil-militar. O evento em Tupã se conecta com acontecimentos próximos, onde tanto a repressão quanto a resistência estavam em movimentos e conflitos caminhando para a ampliação de suas ações. Como observado através da atuação dos militantes do PCB, a resistência buscava fortalecer redes, movimentar os trabalhadores a partir de suas pautas, organizando congressos, passeatas, greves e conscientizando os camponeses e os operários de que os coletivos organizados poderiam gerar mudanças práticas. Essas mudanças poderiam ser

⁶³ VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1949, n. 22, ano 01, p. 01.

⁶⁴ Também encontramos o nome Orlando de Melo Silva referindo-se a essa pessoa. Os documentos portam as duas grafias, mas os mesmos dados de naturalidade, data de nascimento e filiação.

vistas nos transportes coletivos, como em Tupã ou em questões trabalhistas, como em reivindicações e greves nos períodos de cultivo. Já a repressão, intensificava o uso da força e agia continuamente próxima aos interesses dos proprietários de terras. Afora, interligou as delegacias da região em momentos de movimentar presos políticos, como no caso de Edgard de Almeida Martins, que triangulou entre as delegacias de Garça, Marília e Tupã/PR. Também, houve a ação conjunta entre o Batalhão do Exército de Bauru, do DOPS e da Delegacia de Marília, para o impedimento do evento de maio de 1949. Na chacina de Tupã vimos a coordenação da polícia militar e da polícia civil do município. A criação das ligas, dos diretórios do PCB, dos congressos, os levantes de Fernandópolis/SP, Porecatu/PR, entre outros, entrelaçaram a trajetória de muitos militantes com as longas trajetórias dos levantes populares, movimentos sociais e as suas buscas por justiça e igualdade.

Mário Urias de Melo

De acordo com o Pedido de Busca n.º 140/115/ACG 76, produzido pelo Serviço Nacional de Informações, Agência Campo Grande, para a Agência de Curitiba, Mário Urias de Melo nasceu em 16 de março de 1906, em São Sebastião do Paraíso/MG. Em 1908, sua família foi para Santa Cruz do Rio Pardo/SP, onde nasceu sua irmã Leonor, e seu irmão Orlando Urias de Melo, em 1923. Com 40 anos, Mário era carpinteiro, morava em Jataizinho/PR, cultivava a terra e viajava regularmente à Fazenda da Santa Maria de Água Branca, em Ibaiti/PR, onde moravam suas irmãs Alice e Leonor. Na esfera pública, possuía uma forte atuação política na região de Jataizinho/PR e Assaí/PR, participando de comitês do PCB, como Secretário Político do Comitê Estadual e como Secretário Político do Comitê Distrital de Jataizinho.

Nas suas atuações políticas, além de participar e proferir falas em comícios, Mário também cuidava da distribuição do *Jornal do Povo*, que era um órgão do Partido Comunista no Paraná, conforme o texto “A luta por um partido de massas: o PCB e os comitês democráticos populares no Paraná (1945-1947)”, de Claudia Monteiro (2015). Em 1947, foi eleito vereador, sendo o quarto mais votado, com 68 votos, pela legenda do Partido Social Democrático, em Jataizinho. Mário havia concorrido pela legenda do PSD pois no mês de novembro daquele ano o registro do PCB já havia sido cassado e devido a isso, Urias e outros candidatos eram anunciados somente como “vereadores de Prestes” ou como “candidatos de Vieira Neto”, deputado estadual e liderança de prestígio do PCB no Paraná e concorriam por outras legendas.

Com a ilegalidade do partido, toda a atuação da organização, como as reuniões dos diretórios, os periódicos, as panfletagens e os congressos, passou a ser criminalizadas. Além disso, havia por parte dos órgãos de repressão e dos grandes proprietários rurais um receio quanto ao surgimento de novos movimentos de levantes populares na região, como a Guerrilha do Porecatu. A Guerrilha ocorreu na região do Vale do Paranapanema, no município de Porecatu/PR e os conflitos armados tiveram início no final de 1948. Conforme Priori (*et al.*, 2009, p. 04), os comunistas “Aos poucos, conseguiram organizar os posseiros em grupos, “conscientizando-os” da importância de defenderem suas posses: primeiro legalmente, depois pelas armas”. Os conflitos armados se encerraram em julho de 1951, quando foram desmobilizados pela atuação da força policial militar do Estado e da atuação das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná (PRIORI, *et al.* 2012). Ademais, com o governo Dutra (1946-1951), o anticomunismo ganhou força na sociedade e embalado pelas influências da Guerra Fria, os órgãos de fiscalização e repressão política fichavam os comunistas pelo país, acirrando a vigilância sobre as atuações consideradas comunistas, sendo comuns os pedidos de busca acerca de Ligas Camponesas na região do Sul do estado de São Paulo e buscas por células e apreensões de livros e periódicos no Norte Pioneiro do Paraná⁶⁵.

Uma importante análise sobre o PCB no estado do Paraná é a dissertação de Márcio Mauri Kieller Gonçalves (2004), “Elite Vermelha: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná - 1945-1964”. Conforme a pesquisa, desde os anos finais de 1940, o PCB havia construído duas estruturas de direção intermediárias, uma estrutura estadual centralizada e fortes organizações municipais. Essas organizações teriam as células como base, podendo ser formadas a partir do local de trabalho ou de estudo dos militantes. O autor salienta que na maioria das vezes as células agiam na clandestinidade, pois havia o risco de serem abordadas pela polícia, devido à criminalização das atuações do PCB. Seguindo, Gonçalves (2004, p. 49-50) nos explica que no Paraná, assim como em outros estados, “as células se organizavam de acordo com repartições, como: células de empresas, sindicatos, associações, diretórios municipais, um dos dois comitês distritais e por último, o Diretório Regional”. Nessa estrutura, Mário Urias de Melo pertencia à célula de Jataizinho/PR.

Conforme observamos no histórico das informações que constavam no Ofício n.º 1810/76-S.I., de 03 de dezembro de 1976, da Delegacia de Ordem Política e Social, Mário

⁶⁵ Conferir “O movimento operário e camponês na abordagem dos agentes de segurança do Estado (1946-1955)”, de Candido Giraldez Vieitez (2018).

estava sendo vigiado pelos órgãos de repressão desde o ano de 1946. Como se depreende da análise da documentação, os policiais submetiam a uma vigilância contínua os principais líderes de esquerda e na categoria de "agentes reservados", participavam de reuniões, comícios e demais manifestações, interceptavam cartas, remessas de jornais e, muitas vezes, contavam com a colaboração de servidores públicos formando já naquele período uma rede de coleta de informações no setor de inteligência. Por fim, efetuavam as prisões dos “subversivos”.

Entretanto, mesmo na ilegalidade e com forte vigilância, os militantes do PCB na região que estamos estudando avançaram no diálogo com os camponeses, no sentido das lutas pela posse da terra, através ideia da revolução e, posteriormente, da reforma agrária e da luta por melhores condições de vida. Com a legenda cassada, os militantes voltaram suas posições políticas mais radicais à esquerda com o Manifesto de Janeiro de 1948, que propunha uma postura de enfrentamento com o governo de Dutra. Esse manifesto havia sido assinado por Prestes e tinha por título “Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista”, no qual o partido fazia autocrítica por ter apostado no “jogo democrático burguês e reformista”. Nesse sentido, as experiências com as ligas e associações camponesas poderiam ser um mote para o avanço na luta de libertação nacional. Inferimos que os militantes do PCB estavam animados com o exército popular e camponês de Mao Tsé-Tung na China, o qual, pouco tempo depois, conseguiu a vitória em 1949. Abaixo, a imagem 7, é um fragmento do manual que mostrava o que seriam as práticas do exército chinês, publicado em setembro de 1949, pelo *Voz Operária*, para ser difundido entre os operários e camponeses:

Imagem 10 – Manual do Exército Chinês de Libertação



Fonte: *Voz Operária*, Rio de Janeiro, ano I, n. 18, 24 set. 1949, p. 14.

A imagem traz quatro quadros em desenhos, com o título sinalizando que é um “Manual do Exército Chinês de Libertação”. Na primeira imagem há três pessoas, sendo duas abaixadas conversando e sob a instrução “Quando falar com o povo seja cortês”. A segunda imagem ilustra uma casa de comércio e normatiza que nas relações comerciais, o preço pago

pelos produtos deve ser sempre justo. Na imagem 3, há dois homens e um cachorro, em que as pessoas estão em atitudes de conversa e troca ou devolução, demonstrando a legenda “Restitua tudo o que pegar emprestado”. Na imagem 4, vemos duas pessoas em pé, com as mãos estendidas novamente em posição de contato, um cachorro próximo, recipientes grandes e a orientação de restituir, sempre que algo for quebrado. A imagem flerta com a idealização da luta armada, reflete uma inspiração construída sobre o Exército Chinês da Libertação e busca inspirar os militantes.

Nas memórias de Odílio Cunha Malheiros Jr., que havia trabalhado na redação da *Tribuna do Povo*, como correspondente, cobrindo a Guerrilha do Porecatu, desde 1945 o Partido Comunista

desenvolveu-se muito em Ibaiti, no meio dos trabalhadores rurais. Em determinada época foi até trágico, porque o Comitê Central lançou [em 1950] um daqueles [manifestos], o Manifesto de Agosto⁶⁶, que preconizava a criação do Exército Revolucionário. Em Ibaiti nós levamos aquelas diretrizes a sério e discutimos o que fazer com elas. Havia mil agricultores numa fazenda do Watanabe. Era um vale. Quando nós estávamos com uma mobilização aqui e no Norte do Paraná (o João Saldanha⁶⁷ fez uma série de grupos lá, que já estavam armados, inclusive. Mal armados, mas armados) [...]. (Depoimento 5 – Odílio Cunha Malheiros Jr. In: CODATO, KIELLER, 2008, p. 187-188).

O fragmento das memórias de Odílio Cunha é significativo no reforço sobre a proximidade dos militantes do PCB com os trabalhadores rurais e denota a percepção e o entusiasmo que os militantes possuíam naquele período, inspirados nos levantes locais e na história de luta do comunismo. Pensando o incentivo do PCB a lutas armadas, se traçarmos algumas linhas entre os conflitos agrários que comunistas estiveram presentes com os caminhos feitos na ilegalidade por Gregório Bezerra, um dos dirigentes do PCB no período, iremos encontrar indícios que corroboram a ideia que os comunistas estavam empenhados em um levante camponês, aos moldes chineses, em que “o campo cerca as cidades”. Naquele período, nem sempre a orientação dada pelos militantes do partido era de seguir por “vias legais” dentro de sindicatos legalizados ou associações institucionalizadas.

⁶⁶ O Manifesto reforçava a ideia de enfrentamento direto contra o governo e o capital, denominado de *Prestes Aponta aos Brasileiros o caminho da libertação*, conclamando uma frente de libertação nacional para desenvolvimento de uma política nacional-democrática, com direcionamento de ir contra o imperialismo e o latifúndio que mantinham o Brasil no atraso econômico. Para o campo a linha diretiva era “pela entrega da terra a quem a trabalha” conclamando o fim do latifúndio para o fim do sentido semicolonial e semifeudal do Brasil, conforme a perspectiva do texto.

⁶⁷ Personagem de destaque no cenário nacional, João Saldanha participou efetivamente da Guerra de Porecatu como militante comunista do PCB. Mais tarde, viria a ser o técnico da seleção brasileira até as vésperas da Copa do Mundo de 1970, depois substituído por Zagalo, devido a divergências com o governo militar brasileiro.

Gregório Bezerra foi um destacado militante do partido e eleito deputado em 1946. Bezerra passou por São José do Rio Preto/SP, próximo de Américo de Campos, onde Nestor Vera participava nas lutas da Fazenda Gariroba, além de ser visto na região dos levantes de Votuporanga/SP e Fernandópolis/SP. Segundo conta em suas memórias, Bezerra esteve por lá para ministrar cursos do Partido e foi de lá se encaminhou, em 1955, para Porecatu/PR, Londrina/PR e Nova Fátima/PR (78 km de Ibaiti/PR) para reorganizar os sindicatos dos trabalhadores rurais (BEZERRA, 2011, p. 478), mas não obstante, manteve seu caminho apenas em locais de levantes camponeses ou onde havia possibilidade para tal e comitês do PCB atuantes. Para Reginaldo Junior Fernandes (2007) na pesquisa “O Delito dos Proscritos: A marginalidade política em Londrina (1956-1967)”, a atuação de Gregório Bezerra fortaleceu uma área regional do PCB que formava um polígono dentro da região Norte do Paraná, abrangendo Nova Fátima, Cornélio Procópio, Apucarana, Astorga, Marialva, Maringá, Paranaíba, Cruzeiro do Oeste, Paraná do Oeste, Campo Mourão, Cascavel, entre outras. O dirigente do PCB estaria buscando organizar para a revolução uma região estratégica e ampla, próxima por um lado da fronteira com o Paraguai e com a Argentina. E, por outro, do sul de São Paulo.

O início da movimentação armada no Norte do Paraná se deu pela oportunidade surgida com o levante dos camponeses em Porecatu/PR, em 1946. A pedido dos próprios camponeses e de comunistas locais e estaduais, o comitê executivo nacional mandou homens, como os dirigentes Irineu Luiz de Moraes e João Saldanha, para ajuda-los. Essa vertente revolucionária armada forma um setor próprio do PCB, que está presente em toda a sua história. No livro “Aconteceu Longe Demais: a luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a Revolução brasileira (1950-1964)”, Paulo Ribeiro da Cunha (2007) nos explica que o PCB havia organizado um setor chamado “Trabalho Especial” o qual tinha por tarefa orientar, planejar e disponibilizar armamentos para a luta armada. Conforme o autor, esse setor era muito operativo, pois sua função se mantinha, independente da legalidade ou ilegalidade do partido e tinha como objetivo a “preparação de resistência localizada a golpes de reação e de suporte à intervenção armada” (CUNHA, 2007, p. 86). Isso corrobora a ideia de que o Partido Comunista manteve duas linhas de atuação, sendo uma na luta pelos direitos fundamentais e direitos trabalhistas – como as realizadas por Nestor Vera em Santo Anastácio/SP e na região de Presidente Prudente/SP, por Mário Urias de Melo na região de Jataizinho/PR e Ibaiti/PR e por João Bento Vieira da Silva Neto na região de Ourinhos/SP; e outra pela via armada – que tinha como princípio a tomada do poder pela classe trabalhadora, na qual estiveram envolvidos os

camponeses da fazenda Watanabe (desmobilizada antes dos conflitos armados), em Ibaiti/PR, os posseiros de Porecatu/PR (Guerrilha de Porecatu, de 1948 a 1951), de Fernandópolis/SP (Associação Feminina e levante em 1949), Santa Fé do Sul/SP (Guerra do Capim, de 1959 a 1960) em Tombas/GO e Formoso/GO (revolta de Trombas e Formoso, de 1955 a 1957).

Os camponeses de Porecatu, constatando sofrimento e injustiça inaceitáveis frente às violências promovidas por jagunços e fazendeiros locais, tomaram a iniciativa do levante e buscaram resistir através do poder do conjunto de seus corpos e do armamento conseguido. Entretanto, após anos de luta, a repressão coordenada impossibilitou a continuação da resistência, e a polícia dos estados de São Paulo e Paraná terminou com a rebelião, em 1951, com muitos dos camponeses sendo retirados da região, presos ou como clandestinos, conforme a pesquisa realizada por Ângelo Priori (2011), publicada no livro “O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo”. O trabalho de Priori discute com precisão os conflitos, atentando sobre a intervenção do PCB na disputa, ao mesmo tempo em que, num paralelo, nos faz entender as articulações utilizadas pela comissão de terras, pela polícia política e pelo poder judiciário.

Diante das movimentações rurais, aliada aos proprietários rurais, a repressão apertava o cerco aos comunistas. Conforme percebemos com o Ofício n. 1810/76 (ACT/SNI), em meados de 1948, houve um agravamento do cerco policial a Mário Urias de Melo e no dia 20 de agosto de 1948, a Delegacia de Jataizinho comunicou que efetuou a sua prisão em uma “reunião comunista, acobertado com a capa do Partido Republicano, sob sua chefia na residência de BENEDITO (Dentista), onde se encontravam MÁRIO URIAS DE MELLO e MANOEL NOWISKI, tendo apreendido o livro de ata”⁶⁸. Naquela reunião, também teriam sido presos, além de Mário e Manoel, mais treze participantes da reunião. Em decorrência disso, Urias foi preso e investigado na Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio, citado como “elemento comunista e perigoso na arte de sabotagem”⁶⁹. Ainda em 1948, de Jataizinho, o militante foi processado e o seu processo esteve sob a jurisdição do Juiz de Direito de Assaí/PR, enquanto Mário foi enviado à Penitenciária Central do Estado do Paraná, em Piraquara/PR.

Após Mário e Manoel terem sido libertados, conforme o registro posterior, de 1949, no Ofício n. 1810/76 (ACT/SNI), o primeiro teria continuado com os mesmos procedimentos políticos, o que lhes valeu novas perseguições. Os documentos da vigilância política relatam

⁶⁸ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977. p. 09.

⁶⁹ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977. p. 07.

que em janeiro de 1949, membros da comissão do PCB organizaram um piquenique, na chácara de Virgílio Fernandes Barbosa, em Jataizinho, e estando em liberdade, Mário e sua família compareceram. De acordo com a pesquisa “Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)”, de Cláudia Monteiro (2013), esses encontros de confraternização eram comuns em momentos de reorganização do partido ou em coletas de fundos, uma vez que podiam ser cobradas entradas ou eram dadas contribuições voluntárias, que eram revertidas para a organização. Nesses momentos, também se discutiam a situação brasileira e a situação internacional e nessa reunião do dia 02 de janeiro, foi festejado o aniversário de Luís Carlos Prestes, com falas sobre a vida deste militante. Ainda conforme o relato do agente infiltrado ou do informante, Mário teceu considerações sobre a política internacional, da relação entre a URSS e a China e sobre a repressão no Brasil, estimando que “já não existia mais opressão ao comunismo, por ser o governo impotente para dominar a valanche cada vez maior e que consistia os companheiros a estarem cada vez mais unidos, que a vitória estava por pouco”⁷⁰. Pelo que se pode depreender do registro, era festivo o encontro e grande a esperança na organização social, além da fala soar otimista possivelmente para persuadir os companheiros também à esperança, evitando desarticulações.

Ainda conforme o Ofício n. 1810/76 (ACT/SNI), naquele piquenique em Jataizinho, compareceram Nelson Torres Galvão, que era um comerciante que havia se destacado no I Conferência Estadual do PCB em Curitiba no ano de 1945 e foi personagem importante na atuação do PCB em Cascavel. Além dele, do médico Newton Câmara, que havia sido um dos fundadores do Comitê de Londrina e um dos políticos mais votados naquela cidade em 1945. Newton em 1951 seria preso devido às ações na Guerrilha do Porecatu e o delegado do DOPS Eduardo Louzadas Rocha, ao saber do relaxamento da prisão, protestaria, pois “o Dr. Newton Câmara constituía um dos principais responsáveis pelos acontecimentos, é conhecido, reconhecido e proclamado como o dirigente máximo do comunismo na zona [norte do Paraná]” (ARQUIVO DOPS, pasta n. 599)” (PRIORI, POMARI, 2012, p. 793). Então, nota-se que Mário era uma figura importante na região, devido a sua popularidade, por ser militante a vários anos e prestigiado pelos pares. Possuía uma posição de destaque no Diretório Estadual e além disso, percebe-se que a região passava a ter maiores atenções do PCB, pois um diretório municipal forte poderia alicerçar a atuação do PCB no Norte Velho do Paraná.

⁷⁰ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977. p.10.

A este cenário se somava um movimento animador em que estavam ocorrendo as movimentações em Porecatu e a possibilidade da estratégia revolucionária de Gregório Bezerra. Em outro momento, em 30 de janeiro de 1949, Manoel Jacinto Correa, um dos protagonistas da Guerrilha do Porecatu,⁷¹ foi acusado, de organizar um churrasco para carroceiros às margens do rio Tibagi, em Jataizinho, com o objetivo de arrecadar dinheiro para o PCB. Na ocasião, de acordo com o Prontuário individual de Leonor Urias de Mello produzido pela DOPS/PR em 1975, Manoel foi detido com outras 11 pessoas, entre elas, alguns operários. Na época, já era vereador e gozava de estima por parte de seus colegas da Câmara Municipal, de forma que os protestos contra sua prisão mobilizaram não apenas seus correligionários, mas também opositores (CARNEIRO, CIOCCARI, 2011).

Por volta de 1946, Leonor, irmã de Mário, ingressou também no PCB. Na época, ainda morava em Água Branca, em Ibaiti, conforme a ficha individual FI25.124, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná⁷². O documento traz a informação de que Mário viajava constantemente para a região e que Leonor e sua irmã Alice (que também residia em Água Branca) eram muito corajosas e que possuíam iniciativas próprias. Como consta no Ofício 1810/76, produzido pela DOPS/PR, “há manifestações comunistas abertamente, orientadas por essas duas senhoras”⁷³. Posteriormente, Leonor se mudaria para Paraná do Oeste/PR, sendo lá, professora do primário. Mas viajando para o Norte do Paraná, por volta de 1957, em outra reunião do PCB em Jataizinho, Leonor conheceria os militantes Flavio Ribeiro, Manoel Jacinto, Pedrão e Rosa⁷⁴. Os contatos estabelecidos por Leonor eram de nomes importantes na atuação de Porecatu e também por esse período, Leonor conheceria Newton Câmara, junto a quem ela formaria um núcleo do PCB em Maringá/PR. Posteriormente, Leonor seria responsável pela recepção e distribuição do jornal *Voz Operária* na região, atuaria junto às ações da categoria dos professores ao longo da década de 1970.

Outro membro da família com atuação do PCB era Orlando Melo e Silva (ou Orlando Urias Melo). Conforme a ficha individual de Orlando, produzida pela DOPS/SP, era operário da construção civil, natural de Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Orlando seria conhecido do DOPS/PR, por atuação na em Jataizinho/PR. Por volta de 1951, atuava no PCB na região de

⁷¹ Manoel Jacinto Correia nasceu em 1917, em São João do Cariri, na Paraíba. Entrou para o Partido Comunista no Paraná na década de 1940, por meio do médico Newton Câmara, vereador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e se tornou um dos protagonistas da “Guerrilha de Porecatu”, atuando na região do Norte do Estado do Paraná (FERNANDES, 2007).

⁷² DEAP/PR. Prontuário individual FI 25.124. Leonor Urias de Mello. DOPS/PR. 1950.

⁷³ Ofício 1810/76. DOPS/PR. CDPH/UEL. p. 22.

⁷⁴ DEAP/PR. Prontuário individual PI 2367.412. Leonor Urias de Mello. DOPS/PR. 1975.

Ourinhos. Segundo o documento, “Ultimamente vem instigando os colonos das fazendas da região levando-os á greve. Com esse trabalho de agitação conseguiu fazer eclodir na Fazenda S. Bento – município de Chavantes, uma gréve”⁷⁵. Nesse momento, é interessante percebermos a atuação da família na militância política e a célula de Pinhalzinho como mote inicial da atuação de comunistas que seriam importantes em outras regiões, como Leonor em Maringá/PR e Orlando em Chavantes/SP e Ourinhos/SP.

Entretanto, a previsão da continuidade da repressão trazia o perigo de uma desarticulação dos quadros do partido. Nas fichas individuais de Mário, redigidas pela DOPS/PR, constam as buscas por implantar e reorganizar a célula do PCB em Jataizinho em dois momentos, em 1946 e em 1955. Refletindo sobre essa informação, considero que evitar a desagregação dos grupos locais e manter reuniões contínuas devia ser uma tarefa urgente e difícil. Em 1945 tinha ocorrido a realização a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que promulgaria a nova Carta de 1946, e ainda, tarefas e questões internas do Comitê Central do PCB, que incentivariam a intensa movimentação do partido nesses primeiros anos de legalidade no Paraná. Naquele momento, com a nova constituição e com Prestes eleito senador, o futuro e a democracia se mostraram como esperanças. Então, as reuniões apontadas como busca por implantação da célula do Partido, possivelmente eram reuniões onde buscaram estratégias de atuação junto à comunidade e que buscavam pensar os rumos do PCB. Conforme Marisângela T. A. Martins (2007) na pesquisa “De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)”, as células eram unidades fundamentais no partido. Os anseios populares observados através das células, seriam discutidos e levados gradualmente pelos comitês distritais, estaduais, até aos dirigentes. Nesse sentido, naquele momento o PCB buscava a construção de suas ações coletivamente, com disciplina e obediência por parte de seus membros. Estas atuações teriam que driblar os órgãos policiais e a Igreja Católica, pois no ano de 1946 o bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud assume o comando da Diocese de Jacarezinho. De acordo com trabalho “Usos do conservadorismo como política no Norte Pioneiro do Paraná (1947-1964)” de minha autoria conjunta com Márcio Luiz Carreri (2021), o bispo começaria uma atuação anticomunista na região, com ações educativas, religiosas e políticas contra o PCB e as pessoas consideradas “subversivos”. Nesse sentido, vemos um aumento das ações repressivas em 1948:

⁷⁵ Ficha Individual de Orlando de Melo Silva. In: Fundo DEOPS, AESP. Nomenclatura OSFTEXSN005809.

Tabela 3 – Atuação política de Mário Urias de Melo registrada pelos órgãos de repressão (1946-1949)

Data	Local	Tipo	Fonte	Observação
26/04/1946	Arapongas/PR	Comício	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13. Ficha Individual 25.139. Fundo DOPS/PR. DEAP/PR.	
26/04/1946	Assaí/PR	Membro suplente do Comitê Municipal de Assaí/PR	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	
Set. 1946	Ibaiti/PR	Reuniões na casa de Leonor e Alice Urias de Melo	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	
03/11/1946	Londrina/PR	Membro da Comissão de Resoluções na Câmara Municipal de Londrina, representando Jataizinho/PR.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	
15/10/1946	Paraná	Secretário Político do Comitê Estadual do PCB	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	
1947	Jataizinho/PR	Eleito vereador pelo MDB (PTB)	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	
14/03/1947	São Paulo/SP	Foi a posse de Adhemar de Barros	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	
Abril de 1948	Jataizinho/PR	Acusado de ser orientador do núcleo comunista de Jataizinho	Ficha Individual 25.139. Fundo DOPS/PR. DEAP/PR.	Preso em 19 de abril de 1948.

20/08/1948	Jataizinho/PR	Reunião na casa de Benedito	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	Foram presas 15 pessoas encontradas na reunião.
21/09/1948	São Paulo/SP	Viagem para São Paulo/SP	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	
30/01/1949	Jataizinho/PR	Churrasco para carroceiros, organizado por Manoel Jacinto Correa.	DEAP/PR. Prontuário individual FI 25.124. Leonor Urias de Mello. DOPS/PR. 1950.	Foram presas 11 pessoas encontradas no churrasco.
02/01/1949	Jataizinho/PR	Piquenique na chácara de Virgílio Fernandes Barbosa.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.	Homenagem ao aniversário de Luiz Carlos Prestes.

Fontes: Documentos do SNI constantes no CDPH/UEL, Fundo DOPS/SP, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e Fundo DOPS/PR, do Arquivo Público do Paraná.

O acirramento das ações repressivas em 1948 possivelmente se deu à atuação maior da Igreja Católica na propaganda anticomunista e ao temor policial de que um levante camponês se repetisse, tendo em vista o início da Guerrilha de Porecatu. Mas da mesma forma, esse levante possivelmente inspirou a maior movimentação em Pinhalzinho e como vimos, o diálogo entre os militantes dessas cidades próximo. Nesse sentido, os dados da tabela 3 possivelmente refletem apenas uma parte das atividades desenvolvidas pelo militante Mário Urias, mas é interessante para podermos visualizarmos a diversidade de ações. Estas, iam desde a escrita de cartas, participação em manifestos, viagens, atuação institucional na política, realização de eventos como piquenique, churrasco, comícios, entre outros. Essas atividades se realizavam em meio ao aumento da repressão, o que mostra uma forte resistência e engajamento dos militantes locais.

Outro ano apontado como de articulação foi 1955. Este, segundo Priori (2012), foi um ano de geadas que prejudicaram a economia cafeeira na região. O “desequilíbrio econômico da região” e a queda da “produção agrícola”, são expressões que aparecem em quase todos os discursos jornalísticas das décadas de 1950 e 1960: “o que acarretaria esse ‘desequilíbrio’, segundo seus interlocutores, seria o espírito de divergência de classe, que estava sendo incutido

entre os trabalhadores rurais por ‘perigosos subversivos’” (PRIORI *et. al*, 2012, p. 173) e não o clima ou os problemas da economia nacional, segundo as explicações correntes dos periódicos de direita. Ademais, ainda em 1955, houve eleições estaduais nas quais foi eleito Moyses Lupion (coligação PSD, PDC e PTN) para o governo do Paraná. Naquele momento, na ilegalidade, a participação do PCB na vida política se desenrolava principalmente por meio do jornal *Tribuna do Povo* e da atuação junto aos trabalhadores. Também é a primeira eleição após o suicídio de Vargas, na qual foi eleito Juscelino Kubitschek para presidente da República. Naquele momento, ainda era intensa a repressão, pois em 1951 tinha findado o levante de Porecatu e foi o ano de criação da Liga Camponesa, em Pernambuco. Foi o ano seguinte ao I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, de 1954, que havia sido um momento importante de um trabalho contínuo na região e de reorganização e de expansão das ações de base do PCB entre 1946 a 1955. Considerando todos esses elementos, 1955 parece ter sido um ano de acirramento da repressão.

Entretanto, de acordo com Frederico José Falcão (2006), no artigo “O “Relatório Secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e Crise” com a realização do XX Congresso do PCUS, em 1956, e a denúncia de Krushev contra Stálin, haveria um abalo nas estruturas dos partidos comunistas em todo o mundo. A crise política dos comunistas teve inflexão também nas suas finanças e as publicações dos jornais se tornaram mais esparsas, além de que, dentro do PCB já estavam ocorrendo, há alguns anos, disputas internas e questionamentos pelo culto à personalidade que foi característica herdada da entrada dos tenentes da década de 1930. Nesse momento, encontramos poucos registros da atuação de Mário:

Tabela 4 – Atuação política de Mário Urias de Melo registrada pelos órgãos de repressão (1951-1955)

Data	Local	Tipo	Fonte
1951 a 1955	Jataizinho/PR	Vereador pelo PTB	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76. Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.
24/05/1952	Paraná	Publicação no jornal <i>Tribuna do Povo</i> , de manifesto contra processo movido tendo como réu Luiz Carlos Prestes.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.

30/10/1955	Jataizinho/PR	Vereador suplente pelo PTB	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.
28/11/1955	Jataizinho/PR	Reunião para rearticulação da célula.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76 . Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.

Fontes: Documentos do SNI constantes no CDPH/UEL, Fundo DOPS/SP, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e Fundo DOPS/PR, do Arquivo Público do Paraná.

Em âmbito nacional, o início da década de 1950 até 1955, o Partido buscou construir ligações mais amplas, com as camadas médias, mas de certa maneira, essa política já estava em curso no Paraná na questão de formação dos quadros. Nas eleições municipais para vereadores, ocorridas em novembro de 1947, foram eleitos vários candidatos comunistas que eram trabalhadores provenientes das camadas populares, como Mário Urias em Jataizinho, que é identificado como lavrador ou carpinteiro; o pedreiro Manoel Jacinto Correa, em Londrina; o padeiro Adão Toledo Aghar do Nascimento, em Antonina; João Batista Teixeira, da célula dos estivadores do porto em Paranaguá; a professora primária Maria Olímpia Carneiro e o estudante Hédel Jorge Azar, os dois últimos em Curitiba (MONTEIRO, 2013). Nos primeiros anos de atuação política, como vimos na tabela 3, houve muitas ações junto aos trabalhadores, como camponeses, carroceiros, entre outros. Já na tabela 4, vemos, possivelmente, houve uma atuação institucional maior, na qual os órgãos repressivos não registraram. Inferimos isso devido o período em que Mário atuou como vereador, que compreendeu os anos de 1951 a 1955 e ser esse o período após a guerrilha do Porecatu (1948-1951), em que a região devia também estar sob forte vigilância.

O ano de 1955 aparece na tabela com uma tentativa de rearticulação do PCB local. Somamos a essa informação que, a partir de 1956 o Partido ampliaria a criação de organizações no interior, mas focando na estruturação de sindicatos e associações rurais que pudessem, através da justiça do trabalho, contribuir para as mudanças das condições de vida e labor dos camponeses. Junto a essas questões, seriam iniciados e aprofundados os debates pela reforma agrária, direcionando a luta para a posse da terra. De 1947 a 1954, segundo Claudia Monteiro (2013), o PCB em nível nacional buscou cultivar a participação dos trabalhadores do campo, se aproximar destes e incentivar que houvesse uma participação dos próprios trabalhadores na política. Ainda, a partir dos anos 1950, o PCB também traçou como objetivo a organização dos trabalhadores do campo, mesmo que a legislação trabalhista não previsse esse direito para a

área rural. Em 1954 aconteceria a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, no Parque Ibirapuera no IV Centenário da Cidade de São Paulo, com 136 delegados, identificados como posseiros, camponeses, arrendatários e lavradores, além de pessoas de fora do PCB, o que demonstrava uma tentativa de ampliar a base do movimento no período e unificar trabalhadores urbanos e rurais.

Na região que estamos estudando, já em 1955, vemos iniciativas nesse sentido, como a fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais e Urbanos, em Ibaiti/PR (1955), que teve como primeiro presidente João Cresqui, seguindo as intenções de aproximação dos camponeses aos trabalhadores urbanos, pontuada na II Conferência⁷⁶. Essa foi outra ação do PCB a buscar a conscientização, melhoria da condição de trabalho e a legalidade como caminhos para a mudança social. Vindo de Marília/SP, nos mais de dez anos em que atuou em Ibaiti/PR, João Cresqui trabalhou junto aos trabalhadores rurais, organizado no PCB e na formação da associação. Lembrando do depoimento de Odílio Cunha apresentado anteriormente, sobre os trabalhadores armados na fazenda de Watanabe, podemos perceber a passagem da resistência armada dos trabalhadores rurais em 1950 para uma posição mais legalista, com a formação da associação e união do trabalhador urbano e rural em 1955⁷⁷. A II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas também resultou na fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), e esta ajudaria na formação de uma agenda nacional para a reforma agrária e a diminuir o isolamento das lutas. Nesse sentido, o fim da década de 1950 foi um momento de rearticulações do partido e muitos militantes buscaram adotar vieses mais legalistas, como o incentivo intenso à sindicalização rural na região e a luta pela reforma agrária por meio da criação de leis que a assegurassem.

Explorando o contexto da atuação política de Mário Urias de Melo, vimos que até este foi um militante que atuou junto aos camponeses da região de Jataizinho, também envolvendo cidades como Ibaiti/PR e Assaí/SP. Mário era responsável pela distribuição do jornal *Tribuna do Povo*, fez eventos de arrecadação de recursos e para articulação das células do PCB. Foi vereador em dois momentos em Jataizinho, pela legenda do PTB, devido à ilegalidade do Partido Comunista. Sua trajetória até este momento nos mostra o acirramento da repressão por volta de 1948 e as ações por vias mais institucionais da militância no início da década de 1950.

⁷⁶ TERRA LIVRE, 2^a quinzena de 1955, n. 55, ano VII.

⁷⁷ Uma geração após, os filhos de João e Helena, sendo Cezar Cresqui nascido em Ibaiti e Mailde Cresqui, nascida em Marília/SP, se mudaram para o Estado do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, Cezar (Zeca) e Mailde (Chênia) entraram para a resistência armada, fazendo parte do Movimento Comunista Revolucionário. Essas informações e a trajetória do movimento podem ser conferidos no texto “Oposição armada aos governos militares brasileiros (1964-1985): a trajetória do Movimento Comunista Revolucionário (MCR)”, de Fabrício Trevisan Florentino da Silva (2011).

Ademais, percebemos que a trajetória de suas irmãs Alice e Leonor e de seu irmão Orlando, possivelmente se ligaram aos núcleos do PCB com a sua influência na célula de Jataizinho. A partir desta, foram tecidas redes e contatos com militantes de outras localidades, como Maringá, Porecatu e Londrina.

Até aqui, também observamos que o PCB possuía uma via mais institucional, voltada para a criação de organizações camponesas para a conscientização e outra, voltada para a busca da libertação pela luta armada. No início de 1950, o partido passou a ter uma perspectiva mais legalista para a luta pela terra, se envolvendo ativamente com a fundação de organizações trabalhistas na região, em fins de 1950 e no início de 1960. Mas o processo de organização dos trabalhadores rurais na região encontrou forte resistência dos proprietários de terras e da Igreja, ocasionando mais força na perseguição política e prisão dos militantes.

Na Diocese de Jacarezinho, através da administração de Dom Geraldo de Proença Sigaud (1946-1960), a mídia local e instituições de cunho patronais, investiram em campanhas anticomunistas. Este cultivo da demonização no comunismo, junto a outras sementes regadas pela carestia de vida, instabilidade do mercado financeiro, decadência do cultivo do café, rendeu como frutos as diversas formas de violências e exclusões sociais, repressão política e embates institucionais para o impedimento das organizações trabalhistas. Além das campanhas e repressão diretas, alguns aspectos trabalhistas que passaram a ser adotados com o fim do sistema de colonato, mudariam a relação dos trabalhadores com os fazendeiros.

Sobre os eventos que ajudaram na organização das lutas e das pautas dos trabalhadores, entre 5 e 7 de agosto de 1960, foi realizado o I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, organizado pelos entidades de representação dos trabalhadores rurais de Londrina e Maringá, que ocorreu em Londrina. Segundo Clifford Welch (2010), o objetivo era conscientizar o trabalhador rural da importância da luta por seus direitos e houve grande defesa pela legislação trabalhista para amparar o trabalhador rural. No ano seguinte, em novembro, aconteceria o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, após um hiato de eventos em nível nacional que discutissem pautas dos trabalhadores no campo, tendo em vista que o último havia sido a conferência de 1954. Então, ainda de acordo com Welch, foi planejado de ocorrer nos dias 12 a 15 de agosto em Maringá, o II Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, que buscou aprovar propostas para serem levadas ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

O II Congresso no Paraná ocorreu na sede do sindicato em Maringá. Conforme fala de um participante publicada no jornal *Diário de Notícias*, “veio (gente) de tudo que é município...

aquela sala tava tudo cheia... O nosso (Congresso) de Maringá foi tumultuado, mas foi.... muito bem organizado... guentamos 4 dias de congresso... dando comida pra aquele povão” (Diário de Notícia 03 de set. 1961 *apud* SILVA, 2006, p. 142). De acordo com o Ofício n. 1810/76 (ACT/SNI), Mário viajou de Jataizinho a Maringá para participar do Congresso e compôs a 4ª Comissão de Reforma Agrária.

Ainda segundo o Ofício n. 1810/76 (ACT/SNI), a Comissão de Reforma Agrária foi formada por Mário Urias de Melo, José Ribeiro, José dos Santos, Ausano Clementino, Durval Ferreira, Coutinho Joaquim Chagas, Belmiro Ribeiro da Silva, Lídio Gonçalves, João Clemente, Manoel Jacinto Correia, José Bispo, João Zacarias de Matos, além do jornalista Sosthenes Jambo, do deputado Josué de Castro, de Agliberto Vieira de Azevedo, Nestor Vera e do deputado Francisco Julião. O evento foi importante para a região e teve repercussão no debate nacional, em vista do renome e da diversidade dos participantes, uma vez que congregava militantes do PCB, como Mário, Vera e Manoel Jacinto; representante das Ligas Camponesas, como Francisco Julião figuras que fariam parte da legenda do PTB, como o senador Nelson Maculan e, ainda, pessoas que não eram organizadas em partidos ou movimentos.

Após os congressos e a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962 e 1963 houve uma intensificação dos registros de formação das entidades trabalhistas e de sindicatos na região no Norte Pioneiro, com a fundação de instituições sindicais em Andirá/PR (1962), Bandeirantes/PR (1964), Cambará/PR (1962) e Santa Mariana/PR (1964). Mário também teria sido ativo nas movimentações trabalhistas, tal como cita um documento da 5ª Região Militar, de 28 de maio de 1962, segundo o qual o militante seria “elemento comunista, infiltrado no movimento grevista [...] com propósitos firmes de agitar as massas e conturbar a vida da cidade”⁷⁸.

O ano de 1963 foi um marco na disputa pelo avanço das reformas de base, tendo o PCB e a ala nacionalista revolucionária encampando apoio ao governo João Goulart (1961-1964) para que avançasse em suas propostas. Contudo, do outro lado da mesa, os golpistas já estavam preparando a destituição de Goulart e a oposição do Congresso Nacional às suas medidas; o governo de Kennedy investiu forte orçamento via IPES e IBAD contra Jango. No âmbito da reforma agrária, o governo havia criado, em fins de 1962, a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), que visava dar andamento e planejar a reforma. Segundo o pesquisador

⁷⁸ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76. Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977, p. 13.

Clifford Welch (2010), a SUPRA proporcionou um impulso na regulamentação dos sindicatos rurais. Além disso, houve a sanção do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que regulamentava direitos como a sindicalização rural, salário mínimo, fixação na terra, descanso semanal, entre outros. De acordo com Welch,

Quando a lei entrou em vigor, no dia 18 de junho [de 1963], o ETR simbolizava o coroamento de mais de duas décadas de debate entre as elites, disputas legislativas, e manifestações dos camponeses, em defesa da formalização dos direitos camponeses. Fruto de muitos ramos, o estatuto de base continuou em vigor até o fim do século, dando forma às vidas dos trabalhadores rurais e fazendo com que o Brasil fosse o país com o maior movimento sindical de trabalhadores rurais do Ocidente. (WELCH, 2010, p. 360).

Ainda conforme Welch, apesar de suas limitações, o ETR abriu espaço para a constituição da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), instituição de caráter nacional que seguia a legalidade da luta que o estatuto lhes proporcionava. A CONTAG era constituída por centenas de sindicatos rurais e milhares de camponeses de todo o país, sendo que quase todos os estados foram representados na sua fundação, ocorrida em janeiro de 1964, na sede do Sindicato dos Bancários da Guanabara. A manchete do *Terra Livre* de janeiro de 1964 era “CONTAG: Poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo”, a mesa estava composta pelas forças que lhe deram vida: Lyndolpho Silva e Nestor Vera da ULTAB, Padre Lage representando a ala progressista da Igreja Católica, além da Ação Popular, grupo de esquerda derivado da juventude católica. Após acordo entre AP e comunistas, com apoio já advindo da ULTAB, o PCB consegue ganhar a direção da CONTAG tendo postos estratégicos, Lyndolpho Silva como presidente e Nestor Vera, como primeiro tesoureiro (WELCH, 2010, p. 389).

No mesmo mês, de acordo com Diego Becker da Silva (2018), Nestor Vera em Governador Valadares (MG), representando a CONTAG esteve inserido em um conflito onde os camponeses reivindicavam terras da Fazenda do Ministério. Em seu discurso aos trabalhadores rurais, Nestor reivindicava a reforma agrária radical. Ao longo da sua atuação política, Vera tinha discutido e revisado muitas das políticas do PCB e questões sobre a revolução, a luta anti-imperialista e questões ligadas a organização do trabalhador rural, publicando vários textos nos jornais *Terra Livre*, *Novos Rumos* e *Voz Operária*⁷⁹. Nesse sentido,

⁷⁹ Conf. VERA, Nestor. Milhares de camponeses protestam contra o processo. *Voz operária*, 12 de maio de 1950. VERA, Nestor. Intensificar as lutas na época das colheitas. *Voz Operária*, 20 de maio de 1950. VERA, Nestor. Experiências na luta na fazenda Gariroba. *Voz Operária*, 15 de julho de 1950. VERA, Nestor. Terra Livre e a luta dos camponeses. 1963. Retidado de http://r1.ufrrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_nvera.htm, acesso 30 de ago. 2021. VERA, Nestor. A garantia da posse da terra e o programa do PCB. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 24 de abril

Vera foi um militante crítico e intensamente comprometido com a luta por justiça social e igualdade. No dia 14 de março de 1964, um dia após o celebre Comício da Central do Brasil, foi aberto um inquérito policial em Junqueirópolis/SP contra Nestor Vera, Alcyr Raineri, presidente do Sindicato dos Produtores Autônomos de Junqueirópolis/SP, Sergio Francisco Barguill e Orlando Rodrigues, comunistas da região⁸⁰. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de estarem incitando a luta de classes e a invasão das fazendas.

Enquanto o Partido Comunista e João Goulart contavam com o apoio dos trabalhadores para as reformas de base, uma rede conspiratória tomava o país. Militares, empresários, latifundiários, deputados da oposição e o governo dos Estados Unidos concretizavam uma parceria para findar os anos democráticos no Brasil. Um duro golpe foi concretizado contra o presidente Jango, que para camponeses e trabalhadores urbanos foi mais forte por interromper seus avanços políticos na construção da democracia brasileira. No âmbito da reforma agrária, logo nos primeiros meses do golpe os militares, que receberam total apoio e financiamento dos latifundiários ligados à Sociedade Rural Brasileira (SRB), acabaram com o avanço da organização camponesa.

Segundo Ana Carneiro e Marta Ciocari (2011) no livro “Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985” um dos primeiros atos foi à invasão ao escritório da SUPRA, momento em que todos os funcionários foram presos e interrogados, além da retirada de seu presidente João Pinheiro Neto, que foi preso e substituído pelo coronel Vital Queiroz. Em novembro de 1964, a SUPRA desarticulada se transformou em duas instituições: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Entretanto, o golpe foi uma surpresa para muitos trabalhadores rurais, como lemos na avaliação de Ana Carneiro e Marta Ciocari (2011)

O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte no ano de 1961, aparece em diversas das trajetórias pessoais, influenciando-as direta ou indiretamente. Finalmente, manifestações diversas da “luta camponesa” uniam-se ali em nome da reforma agrária e alcançavam o centro do debate político nacional. Não é à toa que o acontecimento do golpe militar aparece nos relatos de alguns lavradores como uma “surpresa”. (CARNEIRO, CIOCCARI, 2011, p. 182)

de 1954. VERA, Nestor. Os sindicatos rurais e a ajuda fraternal da classe urbana. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 08 de março de 1958. VERA, Nestor. O papel dos camponeses na Revolução. *Novos Rumos*, nº 66, ano II, Rio de Janeiro, 3 a 9 de junho de 1960. VERA, Nestor. Ainda sobre os camponeses. *Novos Rumos*, Tribuna de Debates, ano II, nº 73, 22 a 28 de julho de 1960.

⁸⁰ Relatório da Delegacia de Polícia de Junqueirópolis. 19 de maio de 1964. Dossiês Delegacias do Interior. Fundo DEOPS-AESP.

Além dessa surpresa pela impossibilidade de leitura política ampla do período, pois os acontecimentos ainda estavam se desenrolando, havia a questão da distância. Muitos trabalhadores estavam distantes dos centros urbanos, nos campos, interiores e em muitos lugares, a eletricidade, com a geladeira e o rádio, havia chegado há pouco tempo ou ainda nem tinham chegado, dificultando a comunicação e gerando, algumas vezes, expectativas e leituras disformes sobre a realidade. Os tempos e as condições de vida eram outras e divergiam com relação campo ou espaço urbano, meios de locomoção utilizados pelos trabalhadores e com relação às comunidades em que estes se inseriam.

Logo após o golpe, em abril de 1964, Mário Urias de Melo estava residindo em Ibaiti/PR, quando sua casa foi invadida e ele foi preso, acusado de participar do Grupo dos Onze. Em março de 1964, Guilherme Silvério da Silva, funcionário da Prefeitura de Jataizinho, recebeu a informação de que havia materiais para a formação do Grupo dos Onze sendo enviados para Mário. Conforme ficou registrado no informe 25/00/69, da Polícia Militar, Guilherme fala ao Tenente Idílio Tureck, delegado de Ibiporã e este, abre um inquérito contra Mário, em abril. Naquele período, Mário havia se formado engenheiro agrônomo e trabalhava com medição e cuidado de terras em Ibaiti/PR.

Então, por ter passado um ano em Ibaiti, trabalhando como medidor de terras, o processo o acusa a tentativa de formação do Grupo dos 11 em Ibaiti, mas os documentos só seriam apurados institucionalmente em 1969, tendo em vista o aspecto punitivo retroativo do terrorismo de Estado. Naquela cidade, o presidente do grupo seria Cordeiro (irmão de Ary Cordeiro que havia concorrido nas eleições de 1963 a prefeito, pela legenda do PTB), Ary Moser (alfaiate que havia sido primeiro suplente a vereador nas eleições de 1963, pela legenda do Partido Democrata Cristão) e Mário Sá, respectivamente como primeiro e segundo secretários. As reuniões teriam sido feitas na casa de João Klaus e os materiais e armas eram guardadas por Mário Urias, segundo o informe 25/00/69, da Polícia Militar⁸¹. Também no informe da DOPS/PR, de 1969, consta que Mário teria guardado em sua residência “material subversivo” e “inclusive armamento”⁸². O armamento ao qual a DOPS/PR e a Polícia Militar se referiam não consta no informe de ambos os órgãos repressivos, mas o exame do Instituto Nacional de Criminalística, anexo ao documento da DOPS/PR, nos relata o que foi enviado para análise. Conforme o exame, o Instituto recebeu um recipiente metálico cilíndrico, de 11,5 por 6,5 milímetros (munição) e realizou perícia no material, afirmando que se tratava de

⁸¹ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Atividades Subversivas. In: Informe n. 25/CO/69. Difusão E2/5ª RM/ A2 EOEG /SNI/ACT /DOPS/PR /RVPSC. Serviço Nacional de Informações, 1969.

⁸² DEAP/PR. Prontuário individual FI 25139. Mario Urias de Mello. 1969. p. 6.

“pólvora *BRASIL*, de fabricação nacional, da Fábrica Piquete. Pólvora de tal tipo destina-se, normalmente, a constituir carga propelente de cartuchos de munição diversa, inclusive de caça”⁸³. A polícia política pediu seus antecedentes de Mário em mais duas ocasiões, em 1973 e 1976. Após, nada mais consta.

Muitos aspectos convergem nos fragmentos observados das trajetórias de Nestor Vera, Dário de Paula e Mário Urias de Melo. As ações destes militantes se inserem dentro das políticas do Partido Comunista para o período e dialeticamente, constroem as políticas do partido. São os militantes que estão junto aos trabalhadores, nos campos, ferrovias e construções, que dialogam, articulam e criam pontes entre as teorias e os pesos dos dias de trabalho. Através das pautas de seus próprios labores, se articularam com seus pares em busca de melhores condições de vida para a coletividade. Essas pautas figuravam sobre transportes, salários, moradias, saúde, educação, através de reuniões feitas nas casas dos próprios militantes, em chácaras, nos congressos, comícios, posses, em visitas familiares, entre outras oportunidades. O cotidiano dessas três pessoas se modificou através da militância, inserindo-se no cenário político institucional, como Urias de Melo e em debates em periódicos, eventos e nas direções de órgãos nacionais, como Vera. Entretanto, foi modificado devido a repressão cada vez mais acirrada, unida à imprensa, Igreja e aos proprietários rurais. As vidas dos militantes mudaram também devido a necessidade de atuarem clandestinamente, uma vez que foram submetidos à diversas prisões e a tentativa de assassinato, como Dário de Paula e Nestor Vera. Este último, de fato assassinado pela repressão. Talvez seja simbólico o fato de que as fontes utilizadas até esse momento são em sua maioria, produzidas pelos órgãos policiais do Estado. Como na imagem no princípio deste capítulo nos diz, “A história da opressão é também a história da resistência”⁸⁴.

Conforme a pesquisa “Imigração Internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1980-1920”, de Ilana Peliciari Rocha (2007), acostumados à mão-de-obra advinda da escravização e idealizando uma sociedade estratificada, os fazendeiros de café dispensaram aos colonos praticamente o mesmo trabalho que estavam acostumados a empregar no trato com os trabalhadores escravizados. Então, as condições de moradia, labor e subsistência, dificultavam a fixação no campo e grande número dos migrantes e imigrantes se deslocaram por vários destinos no Brasil, como os estados da região sul ou muitas vezes, migraram entre as fazendas de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, procurando melhores condições do que as encontradas

⁸³ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Auto de exame. Instituto de Nacional de Criminalística, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Justiça. 1969. Nomenclatura ZD.31A.12.D0014.

⁸⁴ Imagem do Jornal Poeira. Londrina, março de 1978, ano IV, n. 23, p. 02. Acervo CDPH/UUEL.

nas fazendas iniciais. Como podemos visualizar através dos registros sobre Mário Urias de Melo e de seus familiares, muitos trabalhadores rurais das fazendas do Norte do Paraná e do Sul e Oeste de São Paulo, naquele momento, por mais diferentes que fossem suas origens étnicas e culturais, possuíam pontos em que suas histórias individuais e coletivas convergiam. Esses pontos os ligavam pela busca de uma condição de vida melhor, encontrando alternativas na esperança, seja costurando organizações, negociações e levantes, criando representações dentro das instituições municipais ou mesmo, na divulgação de jornais entre os trabalhadores letrados ou em leituras coletivas em piqueniques organizados à beira do rio Tibagi.

Maurino Brandão

A relação do camponês com a terra na região estudada foi sempre variada e além do trabalho por parceria, foreiro ou por empreita, com o fim do colonato, alguns fazendeiros passaram a alugar suas terras para plantio através do uso de contratos, as arrendando, como na Fazenda Modelo, de Charles Naufal, em Sertaneja/PR. Nessa fazenda, cerca de 450 a 500 famílias arrendavam terras para plantio, de modo que a venda das colheitas produzidas daria a subsistência das famílias e pagaria o arrendamento para o proprietário de terras. Em geral, muitos trabalhadores arrendavam terras sonhando em acumular recursos para comprarem suas próprias propriedades, visando tornarem-se sujeitos com terras e deixar a condição de arrendatário e ou parceiro. Na Fazenda Modelo trabalhavam imigrantes japoneses, migrantes nordestinos, sudestinos e pessoas que vieram de outros locais e migraram dentro dos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, como Maurino Brandão.

Maurino era natural de Santa Rosa do Panasco, no Estado da Bahia, e antes de trabalhar em Sertaneja, havia trabalhado por muitos anos na zona rural de Cruzália/SP, próximo de Assis/PR. No ano de 1964, Maurino estava com sessenta anos de idade, era casado, arrendava cinco alqueires de terra na Fazenda Modelo desde julho de 1963, nas quais cultivava cereais e algodão e residia no arrendamento. Apesar de suas esperanças, o cultivo não foi conforme o esperado, pois houve um forte período de geadas naquele ano, deixando o clima seco, ocasionando grandes queimadas na região do Norte Pioneiro do Paraná e do Sul de São Paulo.

O maior dos incêndios ocorreu em setembro de 1963, atingindo toda a região. Para defender as plantações nas quais haviam laborado, conforme o jornal Liga, publicado em Curitiba/PR, em 21 de setembro de 1963, muitos trabalhadores tentaram apagar o incêndio,

ocasionando muitos acidentes, como em Jacarezinho, em que “18 camponeses que defendiam uma propriedade (que não é sua) morreram carbonizados”, além de gado queimado em Itatinga, casas de camponeses queimadas em Maracaí⁸⁵. Pela linha férrea Sorocabana, muitos migrantes que perderam entes queridos, casas, trabalho e animais, foram buscar providências no Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria de Agricultura em São Paulo. De acordo com a mesma fonte,

Um dos imigrantes contou aos jornalistas como viu morrer queimado seu filho de três anos. Narrou que quando o fogo se aproximou de sua casa, correu com sua mulher a buscar água; de volta, viu sua casa em chamas, ouvia seu filho gritando e quando corria para tirá-lo de dentro, a casa desabou.⁸⁶

Tamanha era a intensidade do incêndio que mesmo as lavouras que não foram queimadas, foram prejudicadas. Maurino e as 450 ou 500 famílias da Fazenda Modelo, em Sertaneja, sofreram com a improdutividade das suas colheitas. Ao final do ano de plantio, as famílias não tinham produção boa para a venda e não conseguiriam pagar o proprietário rural e se sustentarem. As famílias viam a miséria e a fome se aproximando conforme os meses. Nesse cenário, conforme apurado pelos depoimentos prestados à Delegacia de Sertaneja/PR, Maurino ouvia falar sobre as políticas de reforma agrária, a SUPRA e os discursos de Brizola, através da emissora de rádio Mayrink Veiga e em seu desespero, buscou organizar os trabalhadores da fazenda para encontrarem uma saída⁸⁷.

Então, conforme se lê no documento da Delegacia, Maurino e seu amigo José Rezino tiveram a ideia de ir conversar com o presidente João Goulart para relatar a sua situação de vida e “pedir interceção do Presidente da República”⁸⁸ para que lhe perdoasse o não pagamento do arrendamento de áreas de terras que ocupavam. Nesse sentido, a ideia de ir até Brasília demonstrava a crença dos trabalhadores nessa possibilidade e mesmo, nas políticas que beneficiavam o trabalhador rural e no poder das leis. Aliada a essa crença ou esperança, estava o desespero frente à fome e algum senso de proximidade na leitura das sociabilidades e das instituições. O nível pessoal de relação que eles tinham na comunidade, de poder falar, contar os problemas, a ajuda mútua dos grupos camponeses, foi transportada para o cenário político e para os seus trabalhos, achando ser mesmo possível falarem pessoalmente com Goulart em Brasília e contar que não estavam sozinhos, pois nas mesmas condições “e que desejavam as

⁸⁵ LIGA, 21 de setembro de 1963, n. 4[?], ano I, p. 01.

⁸⁶ LIGA, 21 de setembro de 1963, n. 4[?], ano I, p. 01.

⁸⁷ DEAP/PR Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 27.

⁸⁸ DEAP/PR. Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 27.

mesmas providências, existia cêrca de 450 à 500 famílias, [...] que essas famílias estavam em condição de sofrer misérias”⁸⁹.

Ainda de acordo com documento produzido pela Delegacia de Sertaneja/PR, que compõe a pasta temática DP Sertaneja, do Arquivo Público do Estado do Paraná, José Rezino e Maurino Brandão buscaram falar com as famílias, explicar a ideia, pedir auxílio para a viagem e também conversaram com um velho amigo de Brandão, chamado Saturnino Ribeiro dos Santos. Este era advogado no município de Sertaneja, mas havia conhecido e trabalhado com Brandão ainda no tempo em que estiveram em Cruzália, no final da década de 1940. Da conversa com Saturnino ou com outras pessoas que tinham ligações com o Partido Comunista, resultou que algum tempo antes de março, o militante Manoel Silva esteve na Fazenda Modelo e orientou que Maurino e outros camponeses, que fossem a Londrina, no Sindicato que este dirigia. Manoel Silva havia sido um dos protagonistas na Guerrilha do Porecatu. Desde então, mesmo em meio às perseguições políticas, buscava viajar pela região Norte do Paraná e orientar os trabalhadores rurais e os orientava no sentido jurídico (atuava como advogado trabalhista) e concebia o partido e o sindicato como instâncias necessárias e complementares, tal que o convite a irem no sindicato possivelmente era para verem e pensarem sobre a fundação de um sindicato na Fazenda Modelo. Também de acordo com o documento da Delegacia de Sertaneja, os trabalhadores ficaram animados, pois “já no dia imediato os colonos se reuniram, tomaram o caminhão de DINIZ FERREIRA e rumaram à Londrina”⁹⁰.

Entretanto, a burocracia da fundação de um sindicato e de um processo judicial podem ter parecido morosos frente à possibilidade personalista de conversar com os “donos do poder”, que pareciam poder mudar aquela situação em que os trabalhadores se encontravam. Como os monarcas do Império ou os santos padroeiros, a “intercessão do Presidente da República” parecia dotada do poder de alterar as coisas que estavam aquém da organização destes trabalhadores. Na busca de fugir da miséria, os trabalhadores se organizaram coletivamente, mas não contra o proprietário da fazenda, como em Porecatu/PR ou Fernandópolis/SP ou reivindicando terras. Os trabalhadores de Sertaneja se organizaram para buscar uma saída a suas plantações que não vingaram, vendo os seus insucessos e a miséria que se aproximava como acasos do azar e do mau tempo, pois em certa medida, se viam como responsáveis por aquelas plantações, como quem não trabalha para alguém, mas para si próprio. Estando nos contratos de arrendamento, com os rendimentos atrelados à colheita e com o infortúnio do mau tempo,

⁸⁹ DEAP/PR. Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 26.

⁹⁰ DEAP/PR. Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 21.

após o ano de esforço limpando a terra, trabalhando com a enxada, capinando o solo e plantando, os lavradores ficariam sem rendimentos suficientes. Mesmo assim, conforme se lê no documento produzido pela Delegacia de Sertaneja/PR, Antonio Gomes Sobrinho, por exemplo, narrava que “os seus negócios não correram satisfatoriamente bem, [mas] não culpa por isso a Fazenda ou a Administração desta”⁹¹.

Então, essa fala pode ser parte da atuação frente o que a administração da fazenda esperava ou de fato uma autorrepresentação. Mas de fato, mesmo em situação de pobreza e com medo da fome, os trabalhadores tomaram consciência de seus corpos em coletividade, mas não se levantaram. Interpretamos que a relação construída com o arrendamento da terra poderia gerar uma perspectiva deles próprios como responsáveis pelas suas situações, não culpando o proprietário rural ou o Estado pela sua pobreza. Nessa perspectiva, talvez não tivessem notado que a exploração da terra servia ao lucro do proprietário, a quem compraria a baixo custo parte dos cereais e todo o algodão, sem os gastos do plantio e sem os encargos trabalhistas. Esse algodão abasteceria indústrias semelhantes a Naufal & Cia, cuja produção era tão diversa que ia desde a produção de vidros e parafina até a produção de chapas de ferro⁹², atendendo o mercado interno e externo, pelo porto de Santos/SP.

Os trabalhadores de Sertaneja buscaram a alternativa da negociação, conversaram com os demais, perguntaram quem poderia ajudar financeiramente na viagem, coletaram fundos, organizaram uma comissão, coletaram assinaturas das demais famílias que tinham interesse e combinaram a pauta, que seria não pagar o valor do arrendamento, explicando as suas situações. Após, Brandão e seus amigos José Rezino, Aparicio Neves da Silva, Antonio Ferreira, Saturnino Ribeiro dos Santos e Antonio Gomes Sobrinho foram procurar o Presidente da República. Na viagem a Brasília, no dia 10 de março, não conseguiram falar com o Presidente, mas conversaram com o um assessor do diretor da SUPRA. O assessor os orientou a voltarem para Sertaneja/PR que dentro de oito dias o caso estaria solucionado. Passaram oito dias e os lavradores não viram nenhuma medida ser tomada pela SUPRA e Brandão, ainda segundo o documento da Delegacia de Sertaneja, “entendeu por bem retornar à Brasília, o que ocorreu em 25 de março”⁹³, levando consigo José Rezino e Antonio Ferreira, custeando essa empreitada, visto que lhe parecia a única saída.

Novamente em Brasília, os três lavradores conseguiram um horário para conversarem com Pinheiro Neto, diretor da SUPRA, que os aconselhou, elaborou um ofício que deveria ser

⁹¹ DEAP/PR. Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 39.

⁹² CORREIO DA MANHÃ, terça-feira, 15 de dezembro de 1953, n. 18.628, ano LIII, p. 01.

⁹³ DEAP/PR. Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 26.

entregue a Mário Motta, Delegado Regional da SUPRA, em São Paulo, e disponibilizou recurso para custear a viagem de volta. No retorno, passaram em São Paulo e entregaram o ofício a Mário Motta, que “após tomar conhecimento dos termos do expediente, ponderou ao interrogado que poderia retornar e aqui aguardar, pois, que, até o dia 3 de abril do corrente ano, ele pessoalmente viria esta Fazenda, a fim de dar a solução a pendência entre os colonos e o proprietário da Fazenda”⁹⁴.

Com o golpe de 1964, a organização da SUPRA foi sendo desmanchada, pois Pinheiro Neto foi preso, as superintendências foram destituídas de poder com a repartição do órgão, as resistências e lutas por melhores condições de vida como a que estava sendo encabeçada por Maurino, foram vistas como “rebeldia e prática de atos inquietantes, num movimento típico de subversão e perturbador da ordem”, conforme se lê no documento da Delegacia de Sertaneja/PR assim como desobediência civil, foram reprimidas e foi realizada uma investigação “ouvindo-se pessoas e os próprios apontados como cabeças do movimento”. Nessa mudança de rota, Brandão “viu frustrado os seus planos e entendeu por bem retirar-se desta Fazenda”⁹⁵.

Essa narrativa é tecida através do processo que buscou “apurar” o movimento dos trabalhadores da Fazenda Modelo, pertencente à pasta temática da DP Sertaneja, do Arquivo Público do Paraná. O documento foi produzido pela Chefatura de Polícia de Sertaneja e data de 21 de maio de 1964. No documento, vemos além da auto-responsabilização pela pobreza, de aspectos da luta por uma causa coletiva da comunidade, da personalização das políticas de terras nas figuras de Goulart e da proximidade das relações da comunidade sendo lidas na ótica do cenário político, ainda vemos nos depoimentos dados uma característica de bravura, “no fazer honrar a palavra” e na sinceridade dos depoimentos. No depoimento de Maurino Brandão há trechos como aqueles em que o escrivão transcreve que “as suas viagens a Brasília foram por seu livre alvitre, e assim o fez, procurando o então Presidente da República, porque calculou que na Comarca de Cornélio Procópio não encontrasse Justiça”⁹⁶. Após voltarem da primeira viagem, a Administração da Fazenda procurou Brandão e ofereceu um acordo e este, “reconhecendo hoje, como reconheceu naquela época, ter sido uma excelente proposta que vinha ao encontro de seus anseios, contudo, não a aceitou sob o fundamento de que já havia sido feita suas queixas ao presidente da S.U.P.R.A.”. Esse trecho demonstrava uma confiança nas políticas agrárias do governo Goulart e ideia da isenção do pagamento dos arrendamentos

⁹⁴ DEAP/PR. Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 26.

⁹⁵ DEAP/PR. Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 27.

⁹⁶ DEAP/PR. Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR, p. 27.

e/ou a significação da escolha de procurar outra instância de poder e da crença na sustentação das promessas, pelo valor das palavras.

Agravando a instabilidade dos sistemas de vida do interior, o sistema de colonato estava chegando ao seu fim. Até o começo de 1950, a cana-de-açúcar no estado de São Paulo era cultivada em grande medida com as fazendas ainda usando as colônias, pois o sistema trazia a vantagem adicional de levar à apropriação do trabalhado de todos os membros da família. A partir dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, houve uma aceleração do processo de extinção do colonato em São Paulo (SILVA, 2016). Com o desenvolvimento da cultura de cana e o avanço da concentração de terras, os fazendeiros passaram a usar para plantio as áreas que antes os trabalhadores usavam para autossustistência. Foram contratando a força de trabalho assalariada, pagando por diárias estes trabalhadores volantes, contratados em maior número no momento de pico da safra e que passariam a ser chamados de boias-frias, em alusão ao almoço frio, distante de casa.

No Norte do Paraná esse processo do fim do colonato pode ser percebido principalmente entre as décadas de 1960 a 1980, quando as pessoas progressivamente deixaram de residir nas fazendas e passaram a ocupar os espaços urbanos, em muitos casos, residindo nas periferias precárias. Tomando como referência os dados de Jacarezinho, a população que ainda era majoritariamente rural na década de 1960, tornou-se igualmente rural e urbana na década de 1970 e, em 1980, era, em sua maioria, urbana, conforme a pesquisa de Marcus Selonk (1999). A construção e melhorias da infraestrutura, o esgotamento da economia cafeeira, bem como o incentivo do governo Ney Braga à diversificação de produtos, propiciaram facilidades de venda e transporte dos gêneros que antes pertenciam ao comércio interno. A partir de 1960 e 1970, a economia de base local esteve relacionada a soja, trigo, milho, algodão, frangos e principalmente, cana-de-açúcar, passando a utilizar, majoritariamente, o trabalho volante no Norte Pioneiro do Paraná.

Em “Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964” (2016), Fernando Teixeira da Silva observou que também no início dos anos de 1960 houve o aumento de reclamações trabalhistas, pois eram momentos em que os trabalhadores estavam sendo demitidos pelos proprietários de terras. Então, ocorreu um aumento abrupto de trabalhadores temporários. Os contratos se dividiam em empreitada e de diaristas ou mensalistas. Na empreita, os donos de terras assinavam termos com empreiteiros que assalariavam os trabalhadores para cumprir o acordo estabelecido para a atividade, mantendo os gastos baixos para conseguir lucros explorando o máximo possível às famílias. Os

empreiteiros ganhavam seus lucros através do contrato (ao fim de quatro a seis anos, dependendo do tempo de maturação do café), da mais-valia sobre o trabalho dos lavradores que eram contratados para o ajudar a limpar e formar as plantações (diaristas ou mensalistas) e ainda, muitas vezes, ganhavam também através da associação com os comerciantes da cidade, que cobravam preços mais altos pelo alojamento e alimentação dos lavradores, de modo que, os empreiteiros pagavam as contas dos trabalhadores enganando-os “com o clássico círculo de débito, beirando a escravidão. Aqueles que tentavam economizar dinheiro eram mandados embora” (WELCH, 2010, p. 179). Nas tentativas de fuga, pulando do caminhão para escapar, após serem forçados a pagar seus débitos, “eram perseguidos pelo gato [empreiteiro] que apontava à polícia “os malandros que [eram] presos e surrados”” (CHAVES NETO, [s/d], *apud* WELCH, 2010, p. 179).

No livro “Os parceiros do Rio Bonito”, Antônio Cândido (2010), nos insere em suas observações etnográficas sobre uma comunidade tradicional caipira de Bofete/SP. Essas comunidades eram formadas pelo entrelaçamento de elementos culturais dos bandeirantes que passaram a viver distantes, no interior do Estado e do contato com as etnias indígenas. O autor nos explica que essas comunidades, principalmente, a partir da década de 1930, viram seus filhos e netos mudarem-se para locais próximos de fazendas, irem para os centros urbanos e deixarem às comunidades. Mas, conforme Cândido (2010) instalando-se nas colônias ou como posseiras, essas pessoas continuariam por reproduzir sua cultura, buscando exercer as margens de lazer, práticas religiosas e muitas vezes, o auxílio mútuo, de maneira que, “Por toda parte, as mesmas práticas festivas, a mesma literatura oral, a mesma organização da família, os mesmos processos agrícolas, o mesmo equipamento material” (CANDIDO, 2010, p. 97). Os espaços das colônias eram privilegiados para a manutenção dessas culturas tradicionais, uma vez que a estrutura colonial era semelhante aos bairros e vilas caipiras, com casas próximas, em espaços abertos e com congregação de sociabilidades entre os moradores. Consideramos importante pontuar que, de acordo com Antônio Cândido (2010), nas comunidades caipiras, “o controle social da violência não destroem os valores de honra e solidariedade que são a condição da identidade e da existência do camponês. Acabam sendo parte da vida e, por isso, invadem o cotidiano de trabalho, os dias de festa, as modas de viola, os rituais devotos dos mundos do sertão” (BRANDÃO, 2017, p. 16).

O deslocamento dos caipiras para as lógicas do trabalho próximo das fazendas e sítios e em alguns casos, trabalhando nas próprias fazendas, gerou determinadas trocas, fora de sua comunidade tradicional. Os homens e mulheres que buscavam condições de sobrevivência ou

uma vida melhor se inseriram em outras formas de sociabilidade, tempos e culturas e mesmo havendo “uma continuidade impressionante, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície”, conforme Antônio Candido (2010), o caipira se “urbanizou” e se inseriu em outras comunidades. Passou a conviver com italianos, japoneses, espanhóis, nordestinos, nortistas e muitos outros grupos, havendo trocas culturais e em alguns momentos, possivelmente, compartilhamento das formas de leitura da realidade, diminuindo as distâncias, em relações de proximidade, ora de credulidade ora de desconfiança. Nesse sentido, devido ao longo tempo em que Maurino Brandão residiu nessas regiões do interior de São Paulo e do Estado do Paraná, morando nas colônias, ele partilhou desses espaços e relações tecidas em uma cultura marcadamente caipira, marcada pelo peso da oralidade, pelos seus códigos de honra e de religiosidade. Buscamos pensar sobre essas questões para entender o motivo pelo qual Maurino não aceitou a oferta do administrador, se julgava que esta era boa e a motivação pela qual ele juntou seus próprios e escassos recursos para voltar à Brasília pedir a “intercessão do presidente” e tentamos encontrar algumas explicações na simbiose entre política e cultura.

A euforia com as políticas de auxílio ao trabalho rural, além da busca por contribuir com aquelas melhorias que estavam surgindo, mobilizaram muitos camponeses. Conforme observou Marli de Almeida Baldissera (2003), em estudo sobre os Grupos dos Onze, longe da ideia de colocar em vigor uma luta mais acirrada para a conquista de direitos sociais e políticos, os trabalhadores rurais sonhavam com a terra e os urbanos, com melhores salários e condições de trabalho. Em Sertaneja, Maurino ouvia no rádio de Mayrink Veiga informações sobre a reforma agrária e as políticas da SUPRA. Ele acreditou e apostou, junto com outros, numa vida mais possível de se viver do que aquela marcada pela estiagem e destruição da plantação. Na rádio Mayrink Veiga também podiam-se ouvir os discursos de Brizola, pressionando em prol das reformas estruturais do país e criando uma resistência ao golpe que poderia estar em curso. Essa resistência se daria através da formação dos Grupos dos Onze Companheiros. De acordo com Baldissera (2003), a montagem dos Grupos dos Onze em 1963, estava atrelada às condições políticas e consistia em formar grupos de onze pessoas, inspirada na quantidade de pessoas de um time de futebol. No momento certo, que seria anunciado por Brizola na frequência da Mayrink Veiga, essas pequenas unidades iriam se articular e se reunir num imenso contingente de pessoas para a defesa dos direitos democráticos.

Então, essas organizações eram formadas por listas de onze pessoas, enviadas para o endereço da Rádio e eram lidas pelo político, durante as transmissões de suas falas. Na maioria das vezes, eram pessoas simples, que ao ouvirem seus nomes pronunciados em uma rádio de

cadeia nacional, por um grande líder político da época, ficavam envaidecidas, pois ele encarnava as aspirações de mudança que a maioria da população precisava. Ao assinarem a lista, não imaginavam que após o golpe, seus nomes constando naquelas listas seriam utilizados como prova evidenciando que eles haviam cometido um “crime” contra a ordem política e social.

Considerações

Portanto, através de Mário Urias de Melo, Dário de Paula, Nestor Vera e Maurino Brandão, revisando alguns aspectos que observamos durante o presente texto, até aqui, vemos que:

- a. A luta de todos os trabalhadores rurais por melhores condições de vida dialogou com negociações, resistências ou acomodações, uma vez que trabalhar no campo implicava sobreviver às condições de existência no meio rural que na maioria das vezes, implicava a luta contra a pobreza, conflitos de terras e demais formas de violência e para isso, houve intensa comunicação entre diversos atores, sejam eles autoridades públicas, posseiros, fazendeiros, sitiantes ou agregados;
- b. A cultura das etnias presente na região influenciou ações de resistências que congregaram traços específicos de seus valores e culturas nas ações políticas;
- c. O PCB buscou se organizar ao longo da divisa dos Estados de São Paulo e Paraná entre as décadas de 1940 a 1960, com forte atuação na formação de associações e uniões, prestando auxílio aos levantes populares que ocorreram no período;
- d. Nesse sentido, o PCB, seus comitês e suas atuações seguiram o curso dos processos migratórios do interior do Estado de São Paulo e Paraná, mesmo que buscasse orientar pautas sob a ótica de suas lutas pela revolução ou pela reforma agrária, floresceu junto e partir dos anseios e lutas dos trabalhadores;
- e. Em fins da década de 1940 até o período de 1956, existiram discussões e iniciativas em prol da luta armada na região estudada, conforme vimos nas movimentações em Ibaíti, de acordo com fala de Odílio Cunha Malheiros Jr e também, no estudo de Reginaldo Junior Fernandes (2007) sobre a atuação de Gregório Bezerra.
- f. As relações que os atores sociais estabeleceram como elos as amizades, parentesco ou locais de trabalho e essas ligações possibilitaram conexões entre as histórias dos

comitês, associações e uniões de diversas cidades. Essas ligações também foram possíveis devido a mobilidade e a migração dos sujeitos entre os municípios, facilitada pela Estrada de Ferro Sorocabana. As ligações de melhor aspecto organizacional, que de fato geraram atuações conjuntas entre organizações de diversas cidades, foram aquelas condicionadas pelo PCB. E dentro das ações deste, vemos:

- Organização de reuniões, greves, passeatas.
- No período de clandestinidade, as reuniões foram organizadas em domicílios e as confraternizações em locais privados e afastados, como chácaras e propriedades em beiras de rio.
- As greves deveriam ser mobilizadas na época de colheita, visando à exigência de necessidades imediatas.
- Organização de passeatas nas áreas urbanas, com apelos como faixas, caixões (para críticas severas ou denúncias de violências) e a mobilização de trabalhadores em frente de prédios públicos, como nos fóruns e durante as audiências trabalhistas.
- Organização de comunicação entre membros das organizações trabalhistas maiores e as menores, buscando o auxílio e orientação mais próxima.
- Divulgação das experiências e de orientações através de imprensa própria.
- Atenção às pautas de cada categoria de trabalhadores, não homogeneizando as reivindicações de posseiros com as de parceiros, arrendatários e sitiantes, por exemplo. Cada categoria tinha realidades e problemas específicos, que foram vistos e passaram a ser diversificados nas pautas a partir do fim dos anos de 1940, bem como, a buscar por aliar operários e camponeses, aumentando a atuação e ampliação da base na década de 1950.

Capítulo 3 – “Um sistema sindical subversivo”

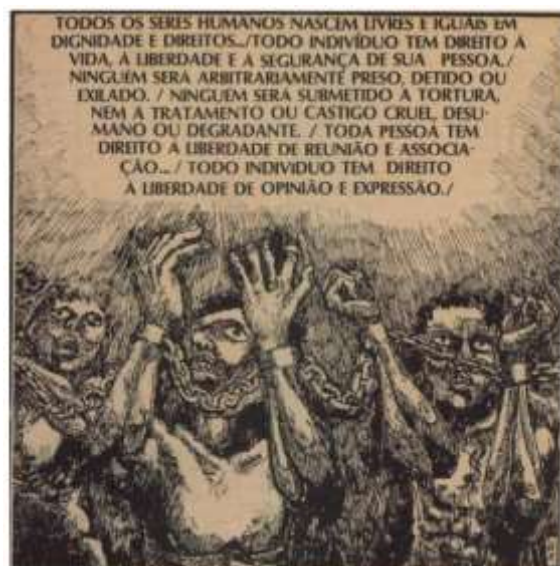


Imagem 11 – Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, junho de 1977, n. 19, p. 04. Acervo CDPH/UEL.

Os operários das fábricas
Os diplomata, os dotô
Os homens aqui do campo
Gente de todas as có⁹⁷

João Bento nasceu em Mococa/SP, em 1912 e foi um advogado com atuação política em Ourinhos/SP. Auxiliou na fundação de diversas organizações trabalhistas na região do Médio Paranapanema em São Paulo e na organização dos trabalhadores rurais em eventos locais. Ademais, foi ponto de ligação entre organizações camponesas na região e o Partido Comunista Brasileiro. Através da atuação de João Bento, buscamos observar o processo de criação e as ações dos sindicatos e associações de Ourinhos/SP, Chavantes/SP, Salto Grande/SP, Palmital/SP e Ipaussu/SP. Estes, construíram atuações em conjunto, formando passeatas, comemorações e atividades de conscientização entre os anos de 1960 a 1964. Ainda, buscamos observar as mudanças e continuidades nas práticas de organização e mobilização dos trabalhadores no campo na região, utilizando como objetos de comparação as greves na Fazenda Lageadinho (Ourinhos/SP), em abril de 1951 e em fevereiro de 1963. As fontes a serem

⁹⁷ AESP. Fragmento do livreto Conversa de Camponês, Bolação de Zé Taveira. Documentos pertencentes aos comunistas Marcos Batista da Silva e Roque Pedroso da Silva. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951.

utilizadas são fichas individuais e documentos da investigação n.º 203, do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, além de pastas Delegacias do Interior e dos Dossiês Comunismo, ambos do fundo DEOPS, do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ademais, consultaremos os eventos narrados por Jefferson Del Rios no livro “Ourinhos: memórias de uma cidade paulista” e matérias dos jornais *Terra Livre* e *Voz Operária*.

João Bento Vieira da Silva Neto

No início do século XX, Tônico Leite era um coronel de antiga família da oligarquia agrária, que possuiu poder político no século anterior, mas com a queda da República Velha, via-se perdendo poder político. Tônico morou em Ourinhos até por volta de 1935, quando com a possibilidade de ir e vir com o conforto dos vagões caboose da Estrada de Ferro Sorocabana, passou a viver alternadamente na fazenda em Ourinhos e em São Paulo, onde faleceu em 1959. No livro *Ourinhos: memórias de uma cidade paulista*, Jefferson Del Rios (2015) realiza um levantamento sobre a história de Ourinhos, através das memórias de antigos moradores. Com as narrativas memorialistas, Del Rios conta que Mário Cintra Leite, um dos nove filhos que Tônico Leite teve com Cândida Cintra, foi o mais votado dos candidatos ourinhenses a deputado federal na eleição de janeiro de 1947. Em uma época na qual a maior parte da população era analfabeta, Cintra Leite foi eleito com 596 votos, contra 174 de João Bento Vieira da Silva Neto e 76 de Christiano da Costa Júnior⁹⁸.

Segundo Del Rios, Cintra Leite teria sido o responsável pela continuidade da Fazenda Lageadinho, em Ourinhos, que, segundo o autor, “ele transformou num original e bem-sucedido modelo de administração” (2015, p. 43). Esse modelo foi baseado na financeirização da fazenda, tornando-a uma companhia limitada (Cia Ltda), dividindo-a em ações e construindo um conselho executivo para gerir o empreendimento dos acionistas. Também na administração de Cintra Leite, este conduziu a retirada do sistema de colonato e a mudança do cultivo do café para a cana-de-açúcar naquela propriedade.

Derrotado nas eleições de 1946, João Bento era um adversário político de Cintra Leite. Eles possuíam projetos diametralmente opostos para a política e a sociedade. Cintra Leite era

⁹⁸ Conferir Resultado Eleitoral, nos anexos do livro de Jefferson Del Rios (2015, p. 261) e lista dos candidatos considerados comunistas em: AESP. Relação de elementos comunistas que se candidataram às eleições de 19 de janeiro de 1947. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 2 (doc. 158-221). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1903. Nessa lista também consta que a Escolástica de Souza, telefonista, ourinhense, que estaria concorrendo.

um fazendeiro capitalista e João Bento era um advogado comunista. João Bento nasceu em Mococa/SP, em 1912, filho de Antenor Augusto da Silva e Leonor A. da Silva. Era branco, solteiro, não tinha filhos, morava na zona urbana de Ourinhos, na rua Euclides da Cunha, n.º 642. Além da residência, João Bento era proprietário de uma chácara, chamada Granja 1º de Maio, localizada na zona rural do município. O advogado advinha de uma antiga oligarquia cafeeira da região norte do Estado de São Paulo, que havia perdido poder político e estava em decadência econômica. Mas, devido aos privilégios sociais de pertencer a essa antiga elite, João Bento conseguiu uma boa formação acadêmica naquela época, formando-se em Direito na Faculdade do Largo do São Francisco, na capital paulista. Havia construído bens, comprado imóveis e possuía depósitos em bancos. Entretanto, mesmo tendo origem na mesma classe social de Cintra Leite, optou pela defesa e auxílio aos camponeses e operários. Um dos exemplos foi João Bento ter empregado e abrigado a família de Dário de Paula. Quando Dário, Ana e sua filha Maria fugiram da chácara de Tupã, passaram alguns meses na clandestinidade e em 1950, foram residir em Ourinhos, na chácara 1º de Maio e trabalhar no local, para João Bento.

Naqueles anos, as mobilizações e as violências no campo haviam se intensificado. Segundo reportagem de Calil Chade, publicada no *Voz Operária*, em 22 de julho de 1950, haviam greves em todo o interior do Estado de São Paulo, com paralizações nas fazendas de café. O texto cita que nos municípios de “Batatais, Lins, Guararapes, Jardinópolis, Ourinhos, Adamantina, Vera Cruz, Pompéia, Chavantes e Presidente Prudente já surgiram algumas lutas vitoriosas na maioria dos casos” (1950, p. 01). A possibilidade de greve intensificava a repressão policial, que trabalhava a favor do interesse dos fazendeiros. No ano de 1951, a família Cintra, em nome de Alberto Cintra, era proprietária da fazenda Santa Lucia, em Chavantes/SP. Nessa fazenda, devido a atrasos salariais sete famílias paralisaram os seus trabalhos no início de abril daquele ano.

A colheita começaria no dia 14 de maio, então uma paralização nesse momento propiciaria um poder de exigência maior para as famílias. Isso se dava pois havia um grande interesse do fazendeiro de que os trabalhadores/as retornassem ao labor e encaminhassem a colheita, além de que existia o temor de que os demais núcleos familiares da colônia aderissem à greve. Poucas semanas após, ao ficar sabendo da paralização, no dia 20 de abril, Orlando Melo e Silva e Gustavo “de Tal” foram até a fazenda e conversaram com alguns trabalhadores. Nos bancos de dados não constam informações sobre Gustavo, mas sobre Orlando há registros de forte vigilância em 1951.

Na época, Orlando estava com 28 anos de idade, era solteiro e trabalhava na construção civil. Orlando era filho de João Urias de Melo e Maria Cesário da Conceição, nasceu em Santa Cruz do Rio Pardo, sendo irmão de Mário Urias de Melo e Leonor Urias de Melo. Era branco, espírita e partidário do Partido Comunista Brasileiro. Segundo documento do DEOPS, Orlando foi fichado a primeira vez em 1945, quando tinha 22 anos, por ter participado de militância em Jataizinho/PR, possivelmente, junto de seu irmão Mário, que era uma forte liderança comunista naquela cidade⁹⁹.

Chegando na Santa Lucia, Orlando e Gustavo buscaram estruturar as paralizações, através de reuniões nos dias 20, 22 e 28, em casas de trabalhadores, na colônia dessa fazenda. Ao realizarem as reuniões, esses encontros, a paralisação e o ir e vir de pessoas de fora da colônia, chamaram a atenção e logo o Delegado Regional de Polícia A. C. Ferreira da Silva foi avisado. Ao saber dos fatos, ficou apreensivo, pois a Delegacia de Polícia de Chavantes não tardou a abrir um inquérito, para apurar e punir, apontando ações “subversivas” nessas reuniões. Após as investigações, a delegacia compartilhou as suas observações com o Juiz de Direito da Comarca de Ourinhos, Antônio Rocha Paes. Alguns meses a seguir, em 31 de janeiro de 1952, o juiz enviou uma denúncia para o Delegado do Departamento de Ordem Política e Social, pois temia o que poderia ocorrer a partir da mobilização dos trabalhadores.

Entretanto, diante do receio que se repetissem levantes de trabalhadores como Porecatu e Fernandópolis ou a expansão das Ligas Camponesas, o DEOPS/SP já mantinha vigilância, tendo encaminhado ainda no início de abril de 1951 dois agentes para apurarem a greve na fazenda Santa Lúcia. O Diretor do Departamento de Ordem Política e Social, Manoel Ribeiro da Cruz, enviou à região os investigadores José Antônio Leitão e Joaquim Alves Barbosa. Em 18 de abril de 1951, eles escreveram um relatório sobre as investigações e as informações que estudamos nesse texto são retiradas dessa sequência de documentos.

Segundo o juiz Antônio Rocha Paes, a denúncia que escreveu teria se baseado na investigação da Delegacia de Polícia. Ele aponta, como está demonstrado no quadro abaixo, que quando Orlando e Gustavo estiveram na fazenda conduziram três reuniões:

Tabela 5 – Reuniões na colônia da Fazenda Lageadinho (abril de 1951)

Reuniões	Local	Dados do anfitrião	Participantes
----------	-------	--------------------	---------------

⁹⁹ AESP. Prontuário Orlando de Melo e Silva. Pasta Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS005809.

20/04/1951	Casa de Gabriel Lopes Peres	Brasileiro, natural de Olímpia/SP, filho de José Lopes e Archila e de Conceição Peres Martins. Estava com 37 de idade, era branco, católico, lavrador e residia na Fazenda Santa Lúcia com a sua família.	15 pessoas
22/04/1951	Casa de José Pataquini	Brasileiro, natural de Cravinhos/SP, filho de Júlio Pataquini e Justina Aiza. Estava com 43 anos de idade, era branco, casado e residia com sua família na Fazenda Santa Lúcia. Nesta, desempenhava a função de lavrador.	Membros da Associação
28/04/1951	Casa de João Paulo Cesário	Brasileiro, natural de Cachoeira do Carmo/MG, filho de João Olímpio Cezario e Marcelina Purcina. Era negro, lavrador, católico e residia na fazenda Santa Lúcia.	40 pessoas

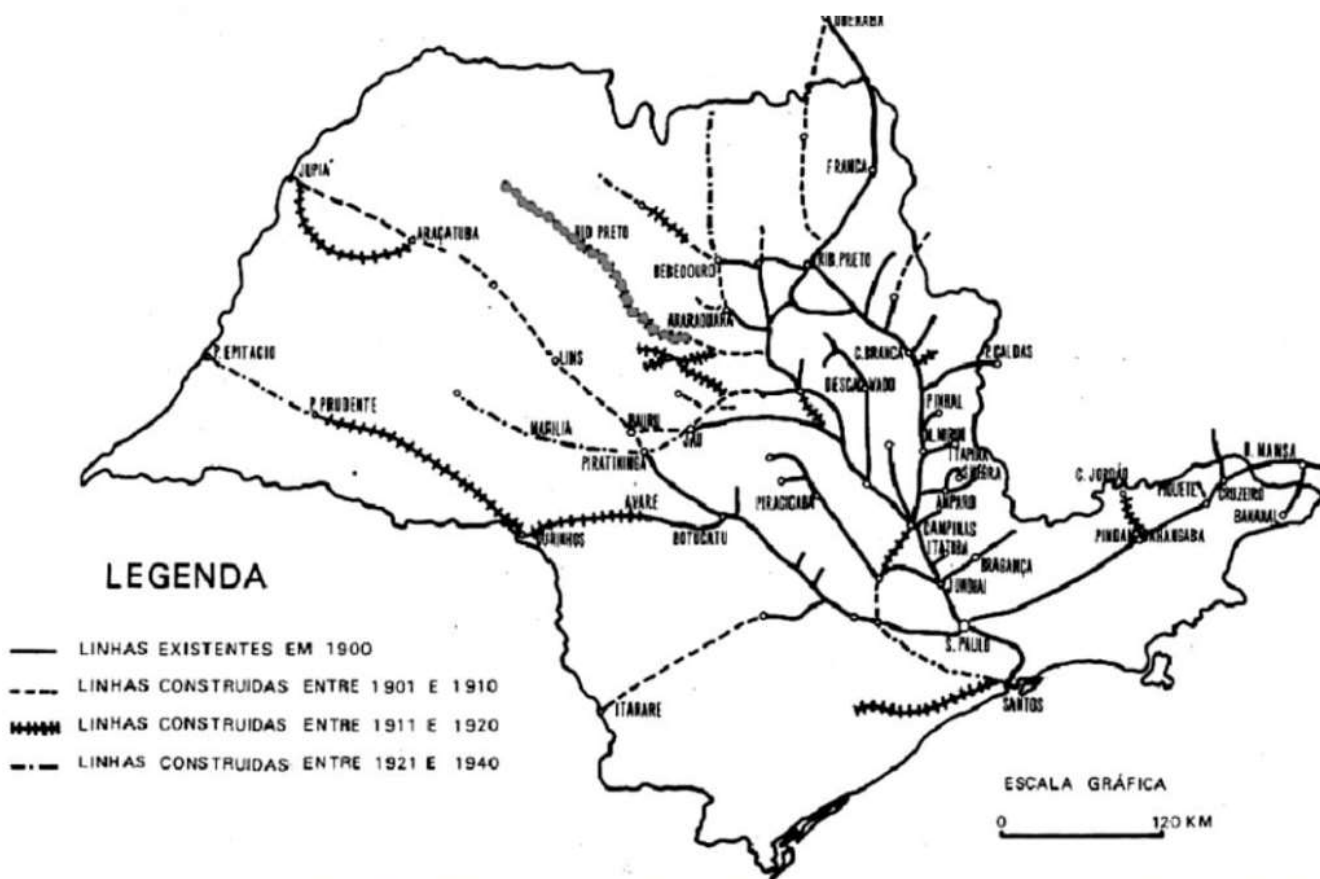
Fonte: AESP. Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498.

Na primeira reunião, segundo o Relatório Policial da Delegacia, os militantes fundaram a Associação dos Camponeses Livres. A Associação seria formada por Paulo Jacina, Antônio Peleja, Aparecido de Souza, Francisco Vara, entre outros. Paulo foi nomeado o presidente, ele era um homem branco, católico e imigrante, natural da Lituânia, tinha 28 anos e morava com sua família na colônia da Fazenda São Bento. Antônio havia migrado de Ribeirão Preto/SP, trabalhava na colônia com a sua família, tinha 37 anos, era branco, católico e foi nomeado vice-presidente. Aparecido era mineiro, nascido em Santa Rita do Sapucaí/MG, branco, católico, casado, também com 37 anos e ficou responsável por ser o tesoureiro da Associação. Francisco era um homem branco, natural de Botucatu/SP, tinha 43 anos, era lavrador na fazenda, residindo nesta junto de sua família¹⁰⁰.

Nota-se que todos os integrantes eram pessoas que vieram de outros lugares, não eram naturais das cidades próximas. Antônio Peleja, José Pataquini e Gabriel Lopes Peres eram advindos da região da Estrada de Ferro Mogiana, no noroeste paulista.

Imagem 12 – Linhas Ferroviárias do Estado de São Paulo

¹⁰⁰ AESP. Ficha Nominal de Paulo Jacina. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNJ000010. AESP. Ficha Nominal de Antonio Peleja. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNP001080. AESP. Ficha Nominal de Aparecido de Souza. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS007555. AESP. Ficha Nominal de Francisco Vara. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNV000210.



Fonte: MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias**. Campinas, SP: Pontes, 1990. p.172. [Realizamos alteração das cores originais].

Na imagem acima, vemos o mapa do Estado de São Paulo, no qual as linhas representam os trechos ferroviários que o recortavam na década de 1940. O trecho da Mogiana saía de Campinas, chegava a Casa Branca, subia até Ribeirão Preto e se estendia por Franca, indo até o sul de Minas Gerais. Assim, a Estrada Ferroviária Mogiana ligava importantes cidades daquela região, como Franca/SP, Ribeirão Preto/SP, Igarapava/SP, Jataí/GO, com uma complexa rede que buscava atrair as produções desde o Triângulo Mineiro. Articulando-se com a Estrada de Ferro Sorocabana, a Mogiana escoava toda a produção agrícola e pecuária dessa região em direção ao porto de Santos. Percebemos no mapa que os entroncamentos da Estrada de Ferro Mogiana eram alguns dos mais antigos do Estado de São Paulo, estando marcados pelas linhas contínuas e pouco pontilhadas, indicando sua construção como anterior a 1910. A maioria dos anfitriões das reuniões e as lideranças da Associação dos Camponeses Livres eram advindos daquela região, Noroeste Paulista e Sul de Minas Gerais e possivelmente, acompanhando as construções e possibilidades da linha férrea, migraram para as novas regiões da Estrada de Ferro Sorocabana após os anos de 1920. Nesse sentido, todos possuíam a

afinidade de serem pessoas que haviam enfrentado as dificuldades e os desafios de irem para locais desconhecidos tentarem encontrar melhores condições de vida e de trabalho. Muitos trabalhadores vinham de tradições das populações escravizadas, de garimpeiros, vaqueiros e pequenos agricultores e se inseriam na região advindos de gerações em deslocamentos.

Com a abolição da escravatura, o café deixou de ser uma atividade restrita à mão de obra escravizada. Assim, no início do século XX foi estimulada a migração de novas famílias de migrantes e imigrantes, mas ao invés de negros escravizados, seriam brancos contratados. Segundo os pesquisadores Ângelo Priori, Luciana R. Pomari, Silvia M. Amâncio e Verônica K. Ipólito no texto “A modernização do campo e o êxodo rural”, “a formação do complexo cafeeiro aumentou a divisão social do trabalho e estimulou a divisão entre campo/cidade e agricultura/indústria na economia brasileira” (PRIORI et. al., 2011, p. 116). Não sabemos ao certo as expectativas desses trabalhadores ao virem para a região do Médio Paranapanema, pois pode ter sido trabalhar na terra como colonos, encontrarem terras para as ocupar como posseiros ou as adquirir mediante pagamento ou trocas. Entretanto, como certeza, sabemos que ao chegarem na região, as muitas fazendas já se alargavam através das grilagens desde fins do século XIX. Gabriel, José, João Paulo, Paulo, Antônio, Aparecido, Francisco e muitos outros, foram alocados como lavradores nas colônias de fazendas que apresentavam condições ruins de trabalho. O trabalho, como explicam os mesmos autores, era marcado pela ausência de assistência médica, ausência de condições de acesso à educação formal, além de atrasos em pagamentos, demissões sem acertos de débitos devidos, expulsões arbitrárias de suas casas nas colônias, endividamento mediante preços abusivos, ameaças e outras formas de violências e perseguições.

Diante desse cenário, após negociações no âmbito particular, em abril de 1951, sete famílias paralisaram seus trabalhos para exigirem o pagamento dos salários atrasados, na fazenda Santa Lúcia, em Chavantes/SP. Ao chegar nessa fazenda, Orlando e Gustavo usaram a estratégia de auxiliarem a criação de um coletivo dos trabalhadores, a Associação dos Camponeses Livres. A palavra que alude a liberdade afirmava o elo de ligação entre todos os trabalhadores, fossem negros, não-brancos ou brancos, e poderia ter muitos sentidos também para os trabalhadores imigrantes, que fugiam das guerras e conflitos, além de que, aos comunistas, aludia à união proposta pelos socialistas utópicos. No depoimento que José Pataquini prestou à justiça, ficou registrado que a Associação era uma esperança de melhoria de vida e vendo possibilidades de conseguir um salário melhor, abrigou em sua casa a segunda reunião, onde participaram somente os membros da Associação. Nesse encontro, os

participantes definiram as reivindicações (pagamento dos valores atrasados e aumento salarial) e a possibilidade de ampliação das paralizações¹⁰¹.

No terceiro encontro, ainda de acordo com o registro judicial que nos serve de fonte, os membros convidaram mais trabalhadores da colônia e para esses, distribuíram folhetos, jornais e boletins. Além disso, está registrado que Paulo Jacina, o presidente da Associação, residia na Fazenda São Bento e seria um ponto de ligação com os trabalhadores daquela propriedade. A possibilidade de outros trabalhadores fazerem uma greve em várias colônias de fazendas do mesmo núcleo familiar de proprietários garantiria um poder de negociação maior aos trabalhadores. Segundo o mesmo documento, produzido pelo juiz da Comarca de Ourinhos, os trabalhadores estariam se organizando para deflagrarem uma greve, que se estenderia para as fazendas São Bento e Santa Eulália, em Chavantes e para a fazenda Lageadinho, em Ourinhos. Todas essas eram fazendas da família Cintra, de Mário Cintra Leite, adversário político de João Bento. Orlando, morando em Ourinhos e sendo do mesmo diretório do PCB que João Bento, começou a movimentar contatos para prestar auxílio ao movimento grevista dos trabalhadores rurais.

Ainda conforme está registrado no processo movido contra João Bento, para pensar essas ações, Orlando e Gustavo voltaram para Ourinhos e reuniram-se no Centro Espírita Allan Kardek, que era na residência de Alberto Gabeloni. Este, conforme ficha nominal no DEOPS, era natural de Catanduva/SP, filho de Joaquim Gabeloni e Angelina Abat e morava com sua família em Ourinhos. Era ferroviário, trabalhando na Estrada de Ferro Sorocabana e participava das lutas por melhorias salariais. Foi vigiado pelas autoridades de segurança pública durante mobilizações em Ourinhos nessa época (1951), em Santo Anastácio/SP (1952) e em 1953 retornaria para Ourinhos, na clandestinidade e assumiria o nome “José”. No imóvel que funcionava o Centro Espírita, Gabeloni possuía várias salas das quais alugava uma para João Bento, servindo de escritório ao advogado¹⁰².

Sobre o Centro Espírita, no relatório da Investigação n.º 203 (DOPS/SP), os investigadores Lima e Leitão lembram ao interlocutor que, em Palmital/SP, “há também um

¹⁰¹ AESP. Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 30.

¹⁰² Sobre Alberto Gabeloni, conf. AESP. Ficha Nominal de Alberto Gabeloni. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNG000006. Sobre o escritório de João Bento, conf. AESP. Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 29. Qual dos dois documentos é a fonte da informação da última frase do parágrafo? Acho melhor separar essas referências em duas notas.

Centro Espírita, dirigido pelo comunista João Barreiro, sapateiro, que distribue (sic.) propaganda comunista em profusão. Em Chavantes houve também essa denúncia”. O investigador José Antônio Leitão era experiente na busca por comunistas, pois havia sido destacado para procurá-los em Ribeirão Preto/SP entre 12 e 16 de junho de 1949, durante o Congresso Municipalista Paulista, investigando os candidatos de Prestes. Também esteve em Santo Anastácio durante a formação da Liga Camponesa de Santo Anastácio e foi membro da repressão empreendida aos levantes de Fernandópolis, investigando as atuações dos comunistas nas cidades de Votuporanga, Estrela D’Oeste, Jales, Três Fronteiras, Santa Fé do Sul, entre outras, todas no Estado de São Paulo¹⁰³.

Com esses antecedentes, José Antônio Leitão, junto com o investigador Joaquim Alves Barbosa, foram enviados ao Médio Paranapanema para encontrar as lideranças do movimento, que suspeitavam ser ligado ao PCB, para fazer cessar as paralizações e fornecer provas para um inquérito policial. Nesse propósito tiveram grande êxito, pois se o início da greve geral dos trabalhadores rurais estava previsto para o primeiro dia da colheita, dia 14 de maio de 1951, em 18 de maio o relatório dos investigadores já estava pronto, com dezessete interrogatórios realizados, dezoito indiciamentos e a expectativa de decreto de prisão para cinco acusados. Ao chegarem, os investigadores colheram informações nas delegacias da região (Ourinhos e Chavantes) e foram para as fazendas. Em paralelo às prisões, nas colônias, os policiais realizaram buscas e apreensões, recolhendo todos os materiais considerados subversivos, tendo destaque para os panfletos que haviam sido distribuídos na terceira reunião, na casa de João Paulo Cesário.

Naquele momento, se depreende dos documentos analisados que Orlando estava acompanhando as mobilizações na Fazenda Lageadinho e quando encontrado na colônia desta, foi detido e levado para prestar depoimento. Na primeira detenção possivelmente passou a informação de que era peixeiro e por isso estava naquele local. Após, indicando outros interrogatórios para complementar as informações, na denúncia do Juiz, consta que Orlando teria dito que trabalhou anteriormente por algum tempo na fazenda Santa Lucia, talvez para justificar o que estaria fazendo lá nos dias 20, 22 e 28 de abril, os dias das reuniões. Também

¹⁰³ Sobre o relatório da investigação, conf. AESP. Investigação n.º 203, de 18/05/1951. Relatório feito por Balthazar Lopes de Lima e José Antônio Leitão. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 11-12. Sobre as investigações anteriores de José Antonio Leitão, conf. Secretaria da Segurança Pública (Departamento de Ordem Política e Social). O II Congresso das Câmaras Municipais do E. S. Paulo em Ribeirão Preto. 20 de junho de 1949. Localizado em: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo do DEOPS-SP, Pasta OS0784, p. 442-443; Termo de declarações de José Antonio Leitão. Delegacia de Santo Anastácio. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP; Prontuário 67.621 – Delegacia Regional de Fernandópolis. Pasta. OS 532. DEOPS/SP, DAESP.

cedeu o dado de que atuava na construção civil e morava em Ourinhos, mas para não desfazer toda a história, estaria trabalhando na fazenda Lageadinho no período em que foi capturado¹⁰⁴. A suspeição que fazemos sobre os dados dos documentos se baseia nas negociações que o uso da violência implicava sobre o discurso das vítimas.

A partir das investigações feitas, os policiais prenderam ao todo dezessete trabalhadores, rurais, ferroviários e operários, e fizeram estes “confessarem” muitas informações. Nos registros, na maioria das considerações sobre cada um dos depoimentos consta alguma confissão que estes teriam feito. Conforme a “Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros”, João de Souza confessou ter comparecido em reuniões comunistas na fazenda Santa Lucia; Manoel Joaquim da Silva confessou que nunca foi comunista, mas que “foi agora tentado pelos mesmos [Orlando e Gustavo]”; Sebastião Francisco confessou ter sido secretário de divulgação do partido comunista, em 1946; Antônio Peleja confessou um convite, pois teria sido convidado a assumir cargos na Associação; Alberto Gabeloni confessou ter feito contato com João Bento; João Paulo Cesário confessou ter sido convidado a fazer parte “do núcleo comunista, mas recusou”; Antônio Pereira da Mota confessou ser comunista fichado e militante nas fileiras do partido há alguns anos e que o chefe em Ourinhos era João Bento; já Orlando, confessou ter organizado a célula comunista, iludido os colonos, não ter agido apenas em seu nome, mas também no de João Bento e ter planejado a organização de núcleos comunistas em outras fazendas¹⁰⁵. Além destas informações, o documento possui muitos detalhes das pessoas pretensamente envolvidas na greve, todos com nomes completos, naturalidade, filiação e outros dados, que indicam que as perguntas foram realizadas muitas vezes e complementadas por outros dados, pelos próprios agentes. Nesse sentido, embora não tenham registrado os depoimentos e os interrogatórios, podemos inferir que nestes não havia espaço para a inexatidão, de modo que, sendo a memória orgânica, formada por lacunas, hiatos ou brechas, os espaços haviam sido preenchidos pelo temor das violências, por ameaça, intimidação e outras formas de agressões.

Mas é preciso destacar que a ausência de “confissões” esteve presente em quatro momentos do relatório. Primeiro, em João Bento, que se recusou a prestar declarações na

¹⁰⁴ AESP. Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 28.

¹⁰⁵ AESP. Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 30-33.

Delegacia de Polícia de Ourinhos. Foi convidado a prestar depoimento e não detido, levado e preso, além disso, teve sua recusa atendida. Por seu *status* como neto de oligarcas, advogado, ex-delegado, político, branco e abastado, teve seus direitos respeitados. A segunda ausência foi no trecho sobre José Pataquini, que teria confirmado que compareceu a reuniões, mas complementou: “entretanto não tinha intenção de paralisar o seu serviço pois se sente bem na Fazenda, mas apenas concordou em solicitar aumento de salário, pois isso iria contribuir para melhoria da sua vida”. Terceiro, João Angelo, que teria dito gostar e estar contente de trabalhar na fazenda, não tendo participado da greve e que esta teria sido fomentada por Orlando e Gustavo “dois comunistas de Ourinhos”. Quarto, Francisco Vara teria dito que “foi tentado pela esperança de aumento de salário, mas que recusou-se a entrar na greve, pois via que isso não daria resultado”¹⁰⁶. No segundo, terceiro e quarto casos, os trabalhadores buscaram demonstrar apreço pelo trabalho na fazenda e dialogar com as expectativas que os investigadores tinham do que seria correto ou justificado para aquele contexto, tentando evitar consequências negativas para si mesmos.

Ao fim do documento, os investigadores da Delegacia de Polícia de Chavantes concluem que “Orlando e Gustavo souberam iludir os colonos e com tantas palavras de esperança em melhores dias, que eles estavam em ponto de satisfazerem a vontade dos chefes comunistas”¹⁰⁷. O trecho deixa entrever a visão de “inocentes úteis”, que além dos agentes do DEOPS, a polícia local também mantinha sobre os trabalhadores rurais. Essa perspectiva foi recorrente nas fontes analisadas para esta tese, aparecendo em outros momentos, como em 1964, quando o Delegado de Polícia de Palmital, Marcio Prudente Cruz, escreveu que os trabalhadores “cediam face sua ignorância e analfabetismo, os chamados inocentes úteis, que agora recebem sua punição por tramarem contra a segurança nacional [...]”¹⁰⁸.

Ainda, convém percebermos que a denúncia e as acusações feitas pelos investigadores, pela polícia local e pelo juiz, buscavam incriminar João Bento. Apesar deste não ter estado em nenhuma das fazendas naqueles dias e não ter conversado pessoalmente com os trabalhadores da colônia, teria sido citado nos depoimentos dos colonos João Paulo Cesário, Gabriel Peres

¹⁰⁶ AESP. Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 31-35.

¹⁰⁷ AESP. Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 28.

¹⁰⁸ AESP. Relatório, Documento n.º 10 de 05/03/1965. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Relatório feito pelo Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 30.

Lopes, Aparecido de Souza, Evaristo Elias, João de Souza, Antônio Peleja, Paulo Jacina e nos de João Ângelo. O relatório do processo crime da Delegacia de Polícia, produzido em 31 de janeiro de 1952, menciona, através dos depoimentos prestados pelos colonos, que teriam apurado que Orlando e Gustavo nas fazendas diziam-se enviados por João Bento Vieira da Silva Neto. Utilizando essas indicações, a delegacia abriu um processo crime contra João Bento e os outros militantes citados. No relatório dos investigadores do DOPS, produzido ainda em abril de 1951, era informado que “O P.C.B. de Ourinhos tem a sua linha mestra de agitação traçada pelo conhecido comunista dr. João Bento da Silva Neto, que tencionara ligar em um só movimento todas as fazendas daquela região”¹⁰⁹.

Na pasta da Delegacia de Polícia de Chavantes não constam as transcrições dos depoimentos, as ordens de prisões, os registros de detenção e nem a conclusão do inquérito. A falta de documentação é mais um elemento que corrobora os indícios de inveracidade, imparcialidade, apagamento e perfaz a ilegalidade. Não podemos nos fiar nesses documentos como fontes do que teria ocorrido naquele momento nas fazendas, mas através deles, conseguimos entrever a vigilância dirigida ao PCB, aos seus partidários e aos trabalhadores. As perseguições já ocorriam desde meados dos 1940, mas nesse momento havia o início das tentativas de suspeição e punição de qualquer pessoa, independente da classe social, como visto com João Bento. A inexistência de documentos sobre outras pessoas que fossem de classe econômica alta e agissem a favor da classe trabalhadora, naquele local e tempo, não indica que não existissem na região. Mas sim, que estes não foram alvo da perseguição do policiamento, estando envolvidos em outros contextos. Um exemplo que pode ser citado nesse sentido é o de professoras, normalistas ou “de notório saber”, que geralmente eram de classes altas e ensinavam nas fazendas de seus familiares, onde o ensino público não chegava ou era incipiente e precário. Eram mulheres que atuavam em espaços que demarcavam uma posição de atuação ainda delimitada pelo patriarcado e na fronteira entre os âmbitos públicos e privados. As ações de alfabetização dos filhos dos trabalhadores rurais empreendidas por elas foram no sentido de cobrir lacunas estatais, laborando para a democratização da educação primária. Tais práticas não foram descritas nos documentos, vigiadas ou reprimidas, pois não eram preocupações do DEOPS/SP, porém também possuíam um caráter social. Em contraposto, no campo das preocupações da vigilância política, as atuações ligadas à posse da terra sempre desafiaram a

¹⁰⁹ AESP. Investigação n.º 203, de 18/05/1951. Relatório feito por Balthazar Lopes de Lima e José Antônio Leitão. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 12.

desigualdade social do país, as heranças escravocratas e coloniais, as posições eurocêntricas e as normas patriarcais, tendo em vista que as mulheres assumiram papéis centrais.

Retomando a trajetória de João Bento, como recém-formado na Faculdade de Direito, prestou concurso para delegado de polícia, foi nomeado e tomou posse algumas vezes, sendo transferido de cidade, sucessivamente, para Santa Adélia/SP, Capão Bonito/SP e Salto Grande/SP. Segundo o memorialista Jefferson Del Rios (2015), as transferências davam-se por razões políticas, tendo em vista que era membro do Partido Comunista Brasileiro. Do cargo de delegado em Salto Grande, demitiu-se na década de 1940 e mudou-se para Ourinhos, onde alugou uma sala de Gabeloni, abriu um escritório e passou a advogar. Em Ourinhos, logo se tornou popular, envolvido com as causas dos trabalhadores rurais e de acordo com Del Rios (2015, p. 101), “embora um dos mais bem-sucedidos profissionais da cidade, com uma invejável clientela, sempre advogou causas trabalhistas em defesa de sindicatos locais e da região”.

Em junho de 1947, a Sub-Chefia de Investigações da Delegacia Especial de Ordem Social enviou uma carta para o Delegado Especial de Ordem Social, A. P. Pinto Moreira, na qual relatava movimentações políticas e partidárias na região de Ourinhos. Conforme esse documento, estava sendo apurado, já naquele período, que João Bento seria o “chefe comunista das zonas de Ourinhos, Chavantes, Fortuna, Salto Grande, ... etc”. Essa percepção dos investigadores se dava justamente por João Bento advogar em causas trabalhistas a favor dos trabalhadores do campo. Conforme o documento, em Ourinhos, colonos da Fazenda Lageado (propriedade do coronel Antônio Leite), Fazenda Boa Esperança (propriedade de Rubens de Moraes), Fazenda das Furnas (propriedade de Olavo de Sá e Jacinto de Sá Filho) e do bairro agrícola Água de São José possuíam cadernetas de pagamento a cuidados de João Bento. Este, também advogava a favor de trabalhadores de outros municípios, como de Fortuna/SP, Salto Grande/SP e de São Pedro do Turvo/SP. Nesta última cidade, a fazenda na qual os trabalhadores atendidos por João Bento laboravam era de propriedade de Renato Meirelles e localizava-se no distrito Água Suja, divisa com o Paraná, por isso, as causas teriam sido movidas no Fórum de Cambará/PR¹¹⁰.

O documento descreve que João Bento seria uma pessoa de “muitas atividades” naquela época, fazia visitas constantes às fazendas e aos sítios e que viajava semanalmente para o Paraná. Uma vez, quando procurado por um agente da polícia, que solicitava que fosse falar

¹¹⁰ AESP. Carta da Sub-Chefia de Investigações da Delegacia de Ordem Social ao Delegado Especial de Ordem Social A. P. Pinto Moreira, em 06 de junho de 1947. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 01 (doc. 01-157). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1902, p. 167.

com delegado da cidade de Ourinhos, segundo a carta, João Bento teria dito a este, “atrevidamente que não tinha tempo para atender ao delegado”¹¹¹. Era de conhecimento público que ele era membro do PCB, sendo um dos responsáveis pelo funcionamento da sede desse partido em Ourinhos nos anos de 1945 a 1947. Temendo por João Bento, os amigos o aconselharam que fosse à Delegacia. Ainda, segundo o documento, o assunto tratado entre o advogado e o delegado teria sido o fechamento da sede do PCB em Ourinhos, que até aquele momento, estava no período de legalidade. Nas eleições de janeiro de 1947, João Bento concorreu a deputado e não foi eleito, mas dois anos após, concorreu a vereador em Ourinhos e assumiu a gestão de 1948 a 1951, ocupando o cargo de Presidente da Câmara em 1950¹¹². Com o fim do mandato, não concorreu novamente para deputado e nem vereador, mas continuaria a ser alvo da vigilância política.

Poucos anos após a repressão de 1951 na Fazenda Lageadinho, os investigadores José Antônio Leitão (DOPS/SP) e Joaquim Alves Barbosa (DOPS/SP) voltaram para a região, para silenciarem as mobilizações em Santa Cruz do Rio Pardo/SP, onde os trabalhadores haviam fundado a Associação de Lavradores de Santa Cruz do Rio Pardo, em 1953. Encontramos informações sobre esse episódio no livro “Santa Cruz do Rio Pardo – Memórias, documentos e referências”, de Celso Prado e Junko Sato Prado. Os autores buscaram sistematizar as memórias, notícias e demais informações sobre o município, de modo que o livro traz um levantamento de trechos publicados em periódicos sobre a repressão coordenada pelos investigadores Barbosa e Leitão. A violência utilizada por estes gerou uma fratura do osso facial de Dario Nelli, líder da Associação. A fratura, realizada mediante agressões, foi comprovada por laudo médico de maio de 1953, assinado pelos médicos José Franco Barrios e Waldomiro Ferreira Neves (O REGIONAL, 17 de maio de 1953 *apud* PRADO; PRADO, 2015). Outro militante, Martin Stringes, faleceu na Santa Casa de Misericórdia do município, em decorrência da tortura que sofreu na prisão. O advogado dos acusados, Victor Tollendal Pachaco, foi agredido a socos pelo promotor público Salvador Lizerre de Almada, num dos corredores da Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Rio Pardo. Além dessas violências, no levantamento dos autores, as publicações do jornal *O Regional* dos dias 31 de maio, 07 de junho de 1953 e 13 de junho de 1954, contém denúncias sobre outras atrocidades promovidas pelos policiais locais, delegado, promotor e pelos investigadores José Antônio Leitão e Joaquim Alves Barbosa do

¹¹¹ AESP. Carta da Sub-Chefia de Investigações da Delegacia de Ordem Social ao Delegado Especial de Ordem Social A. P. Pinto Moreira, em 06 de junho de 1947. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 01 (doc. 01-157). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1902, p. 168.

¹¹² OURINHOS. Legislaturas 1948 a 1951 (1ª Legislatura). Câmara Municipal de Ourinhos, Poder Legislativo. Disponível em: <<https://www.camaraourinhos.sp.gov.br/vereadores/legislaturas>>. Acesso em 05 de ago. 2022.

Departamento de Ordem Social de São Paulo. Os documentos expõem que a lógica das autoridades de polícia no poder local era autoritária e violenta. Como vimos, João Bento possuía um prestígio social, político e econômico que o protegia, até aquele momento, das violências policiais. Então, usando esse elemento, protegeu e abrigou alguns militantes em Ourinhos e durante 1950 e o início de 1960, e foi um importante militante na ampliação das ações do PCB na região.

Partido Comunista Brasileiro

Quando João Bento recebeu Dário e Ana Paula, por volta de 1950, empregou estes na chácara, que funcionava como uma granja, para que nela laborassem. Dario ficou responsável por serviços de lavoura e Maria (filha de Ana) trabalhava com a limpeza da casa da chácara e da residência de João, na cidade. Morando na chácara, Ana cultivava algumas frutas e verduras, as quais vendia na cidade, para as quitandas. No início da década de 1960, vendia suas produções para a quitanda que José Alves Portela tinha na época, na vila Odilon, bairro operário de Ourinhos. Essas informações constam no depoimento que Ana prestou à Delegacia de Ourinhos, no dia 22 de abril de 1964. Consta também que Ana era uma mulher negra, lavradora, filha de Gregório de Souza e Maria José Fernandes. Ela tinha nascido em Salinas, Minas Gerais, mas desconhecia sua data de nascimento. Estimava que tivesse 40 anos em 1964. Antes de morar com Dário, ela havia se casado com João Alves Santa Rosa e teve uma filha, em 1941, Maria Alves de Souza. João havia falecido e estando viúva, Ana se tornou companheira de Dário. Os três, Dário, Ana e Maria residiam na chácara.

Na época que sobreviveram em Tupã, Maria, filha de Ana, ainda era criança e em 1964, estava com 22 anos. Com essa idade, era noiva de Ary Luiz de Souza. Sua família conheceu Ary por volta de 1959, que era lavrador, 29 anos, viúvo e tinha um filho. O padrasto de Ana, Dário, era um homem negro não retinto, lavrador, natural de Bananal/SP. Nasceu em 25 de outubro de 1911, filho de Vicente Antonio de Paula e Ambrosina Maria da Conceição. Antes de ser companheiro de Ana, Dário constituiu outra família, não teve filhos, mas ainda possuía o estado civil casado, decerto pelos custos da separação no cartório. Dário havia estudado até a escola primária e era alfabetizado.

Entre os anos de 1949 e 1951, o casal e a filha haviam observado a repressão e a perseguição sofrida pelos militantes em Santo Anastácio/SP, Assis/SP, Ourinhos/SP, Santa

Cruz do Rio Pardo/SP e Palmital/SP, bem como, tendo visto seus companheiros falecerem e conseguido sobreviver a chacina de Tupã/SP. Foram forçados a mudarem-se de município e passaram por muitas outras violências, enfrentadas pelas intersecções de marcadores sociais que possuíam, somadas as perseguições de seus ideais políticos.

Em 01 de setembro de 1951, na décima página, o jornal *Voz Operária*, publicou um texto de Dário, na coluna *Tribuna de Discussão*. Nessa publicação, abordava a questão da alta do custo de vida dos colonos e camaradas, onde com os elevados preços, além da fatia de mais-valia dos fazendeiros e usineiros, em suas palavras, “o pouco que nos sobra como saldo é furtado pelos tubarões do câmbio negro” (1951, p. 10). O texto também tratava dos altos impostos e dos valores baixos que os pequenos produtores conseguiam pelas colheitas, mas que, segundo ele, “quando caem nas mãos dos magnatas da cidade ganham um valor exageradamente elevado” (1951, p. 10). Ao fim, concluía que os caminhos estariam na direção do que apontava o *Manifesto de Agosto*, que para Dário, deveria ser conhecido por todos. No *Manifesto de Agosto de 1950*, o PCB havia acentuado uma posição já radicalizada desde janeiro de 1948. Nessa posição, o partido buscava a criação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e de um Exército Popular de Libertação Nacional, que avançaria uma revolução agrária e anti-imperialista, dando fim ao governo vigente para a instalação de um governo “democrático e popular”. Ainda, no manifesto o PCB defendia o confisco e a nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos e todas as propriedades que argumentavam ser “pertencentes ao imperialismo”¹¹³. Dessa maneira, ao escrever sobre o contexto local, mas destacando a busca da luta anti-imperialista, Dário estava dialogando com as publicações do PCB e inserindo-se nas construções pelas quais esses debates passaram.

A Frente não obteve muitos resultados, pois no início de 1950 as discussões na sociedade preocupavam-se com a questão do desenvolvimento nacional. A partir daí, em diálogo com os setores populares que tinham essa pauta como relevante, o PCB passou a trabalhar de forma tangencial a questão do anti-imperialismo, encampando campanhas sobre riquezas nacionais, fortalecendo assuntos que já vinha discutindo anteriormente, como o petróleo e posteriormente, os minerais. Mas mesmo atuando nessas lutas que setorizavam a mudança nacional concreta, o partido manteve ações de combate ao imperialismo, como na campanha contra a Guerra da Coreia. No âmbito local, nessas posições podemos citar as ações

¹¹³ Sobre o assunto, conferir: SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008, p. 225.

contra o secretário norte-americano Dean Acheson, em 1952. Acheson ocupou a Secretaria de Estado dos EUA entre janeiro de 1949 e janeiro de 1953, no período inicial da Guerra Fria, momento em que os EUA incentivaram que a Coreia do Sul invadisse a Coreia do Norte, sob governo comunista. Em protesto a este, em diversas cidades da região da Estrada de Ferro Sorocabana foram fixadas faixas e colocados caixões com frases contra o secretário¹¹⁴.

A partir de 1953, com as mudanças econômicas e sociais no Brasil, o PCB modificou o seu programa e passou a buscar ações que promovessem a revolução agrária e a instituição de um governo de libertação nacional. Em 1954 ocorreu a morte do presidente Getúlio Vargas, que também repercutiu como um importante elemento da direção política do PCB (FERREIRA, 2013). A comoção social após a morte do presidente indicava um grande apoio popular e da atuação das próprias instituições que representavam os trabalhadores (BUENO, 2006). Então, buscando combater o golpismo e as políticas reacionárias de Café Filho e Carlos Luz, o Partido Comunista Brasileiro apoiou a posse de Juscelino Kubitschek, em 1955. Posteriormente, em 1960, apoiou as candidaturas do Marechal Lott e João Goulart, contra Jânio Quadros e Milton Campos¹¹⁵. Coadunando com o PCB, mesmo que Dario e Ana fossem procurados pela Delegacia de Polícia de Tupã, por conta dos acontecimentos da chacina, o perigo da prisão não os impediu de que viajassem e militassem durante os anos de 1950 em algumas campanhas e eventos. Conforme depoimento prestado por Ana, na Delegacia de Política de Ourinhos, em 22 de abril de 1964, ela e Dario participavam de eventos políticos em Ourinhos e em outras cidades. No depoimento, Ana mencionou outros eventos em que participou, como um dia das mães em Rancharia/SP, um comício realizado em Presidente Epitácio/SP a favor de Kubitschek e na “candidatura do prefeito em Rancharia”¹¹⁶. Ainda, segundo seu relato na delegacia, era frequente que ela e Dário fossem para a cidade e um programa comum era sentarem-se para assistir as reuniões da Câmara Municipal. Assim, a partir dessas informações, podemos inferir que Dário e Ana participavam e debatiam as políticas e diretrizes do PCB, possuindo atuações que estavam em sintonia com os posicionamentos do partido.

¹¹⁴ Sobre as manifestações, conferir notícias do jornal Voz Operária, 09 de Agosto de 1952, p. 10 e sobre as políticas e diretrizes do PCB: CARONE, Edgar. **O PCB (1943 a 1964)**. São Paulo: Difel, 1982, v.2.

¹¹⁵ Sobre esse tema, indicamos as publicações de Karla Carloni (2012; 2014) e Sheldon Maram (2002). Conf. CARLONI, Karla G. **Forças Armadas e Democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2012. _____. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Uma biografia política**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2014. MARAM, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

¹¹⁶ AESP. Auto de Qualificação e de Interrogatório, de Ana de Souza, em 22 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 162.

Durante a década de 1950, Dario, Ana, João Bento e Orlando conheceriam mais uma pessoa para colaborar em suas discussões: Roque Pedroso da Silva. Roque era natural de São Roque/SP, filho de Bento Pedroso da Silva e Antônia Ferreira, nascido em 15 de fevereiro de 1911. Ele residia, aproximadamente, desde 1952 com sua família em Canitar, um distrito da cidade de Chavantes/SP. Nesse local, trabalhou uma época como ferreiro e em outra foi lavrador diarista e posseiro. Trabalhando em diárias, Roque conheceu várias cidades da região, como Chavantes/SP, Ipaussu/SP, Salto Grande/SP e Ourinhos/SP. Segundo o depoimento que Roque prestou à Delegacia de Polícia de Assis, em 13 de abril de 1964, ele havia trabalhado algumas vezes para João Bento, na chácara 1º de Maio, em Ourinhos.

Em maio de 1954, também de acordo com o depoimento de 1964, Roque foi um dos organizadores da “Campanha de Emancipação Nacional”, em Salto Grande/SP. Em 1960, criaram o Comitê Popular pró candidaturas do marechal Henrique Teixeira Lott à presidência da República, com João Goulart como vice-presidente, para a qual Roque alugou um salão em Canitar/SP, de Benedito Bernardo Filho, entre 1º de maio e 4 de outubro de 1960¹¹⁷. Nos Dossiês Comunismo, do Fundo DEOPS/SP, do Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontramos uma lista de tarefas de Roque Pedroso para o funcionamento do comitê. Nessa lista havia: Uma reunião que deveria ser marcada no dia 8 de junho de 1960; Preparar uma comissão, para estarem em Chavantes para a abertura do comitê; Tratar da procura de novos eleitores para requerer títulos; Fazer a leitura e esclarecimento a cada diretor sobre suas funções e tarefas; Designar uma comissão para finanças; Encontrar bancos, cadeiras e mesas para o comitê; Tratar dos alto-falantes e outros; Enviar um secretário a São Paulo, para trazer material de propaganda, entre outras. Através da lista podemos notar que ações eram organizadas mobilizando estruturas físicas (imóveis, mesas, cadeiras, equipamentos) com financiamento coletivo e distribuindo funções e atividades a partir dos contatos que possuíam, formando coletivos de trabalhadores para atuarem na militância.

No início dos anos de 1960, o PCB havia lutado contra os golpismos a favor da posse de Jango e passou a exigir que este governo fomentasse a votação das Reformas de Base e ao mesmo tempo, o partido voltou a buscar a sua legalização. Marcando esse contexto e expressando uma visão da possibilidade de convivência e diálogo pacífico, Luís Carlos Prestes escreveu em 1959: “[...] em consequência dos gigantes esforço dos povos amantes da paz e da

¹¹⁷ AESP. Declaração, de locação de imóvel de Benedito Bernardo Filho para Roque Pedroso da Silva, à rua Joaquim Bernardo de Mendonça, n.º 184, em Canitar distrito de Chavantes/SP. 01 de maio de 1960. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 117.

luta das grandes massas populares pela sua emancipação nacional e social, a idéia de coexistência pacífica e do entendimento universal vai ganhando terreno no mundo inteiro” (NOVOS RUMOS *apud* CARONE, 1982, p. 19). Assim, o PCB passou a criar meios de buscar reformas sociais e um dos engajamentos dos militantes nesse sentido era a sindicalização e a conquista de postos nas direções sindicais. As associações e uniões trabalhistas passaram a ser vistas como ferramentas, um meio que possibilitaria a mobilização e a unidade dos trabalhadores¹¹⁸. Em algumas situações, Roque pediu que João Bento o ajudasse com questões trabalhistas, advogando em suas causas e, em fins de 1950 e início de 1960, ambos, junto com Ana, Dário, José Alves, Joaquim Marana, José Pedro e outros, trabalharam na criação de sindicatos.

Em contato com os trabalhadores da região, Roque tomava conhecimento de queixas de outros camponeses e chegou a enviar denúncias algumas vezes para o jornal *Terra Livre*. Nesses contatos, Roque passou a levar os trabalhadores para conversar com João Bento, a fim de que os auxiliassem também, procurando a justiça. Mesmo após as perseguições sofridas no fim dos anos de 1940, João Bento continuou advogando a favor das mulheres e homens do campo por toda a década de 1950 e início dos anos 1960 em Ourinhos. Nesse momento, no início de 1960, tendo a sua parceria como advogado, os demais militantes (Dario, Roque, Ana, José Pedro, Joaquim) agiram por uma via legalista, marcando no período a intensificação das queixas dos trabalhadores na Justiça do Trabalho na região. Os trabalhadores queriam “direitos concretos”, como pagamento de férias, descanso semanal, condições de higiene, saúde, possibilidade de plantios de subsistência, salário mínimo, coisas rotineiramente negadas pelos donos das fazendas e usinas. Quando no âmbito privado esses direitos lhes eram negados, os militantes levavam os trabalhadores para conhecerem o advogado. A possibilidade de entrarem na justiça e conseguir esses direitos, tornava-se uma esperança de conseguirem o que haviam trabalhado para ter e lhes fora recusado. Então Roque, Dario, Ana e outros, coletavam junto aos trabalhadores as suas queixas, incentivavam a sindicalização e organizaram as assembleias para fundação desses coletivos e os trabalhadores destas participavam pois seriam caminhos para mitigar as injustiças das quais eram vítimas.

Na intensificação da sindicalização rural e visando a eleição de delegados para os representarem na 1ª Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (01 a 03 de setembro), os militantes da região se articularam rapidamente na fundação de

¹¹⁸ Conf. NOVOS RUMOS, 07 a 13 de agosto de 1959. In: CARONE, Edgar. **O PCB (1943 a 1964)**. São Paulo: Difel, 1982, v.2, p. 301.

associações. Roque Pedroso da Silva articulou a fundação da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes, fundada em 28 de agosto de 1961¹¹⁹. Em Chavantes também foi fundado o Sindicato da Lavoura de Chavantes, com Marcos Batista da Silva como presidente. Marcos residia na Fazenda Santana, na mesma colônia que Roque Pedroso. José Pedro da Silva organizou a criação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande, em 22 de agosto de 1961. Após o evento, Joaquim Marana e Daniel Ferraz Cunha organizariam a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital, fundada em 17 de setembro de 1961. Dario de Paula, Ana Paula de Souza e Antônio Gusmão fundaram em Ourinhos o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Ourinhos, tendo Sebastião Rodrigues como presidente eleito, em janeiro de 1963¹²⁰.

No início de novembro de 1961, Roque se tornou Delegado da Federação das Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FATAESP). Entre 15 e 17 de novembro de 1961, participou do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas¹²¹. Viajou para uma cidade grande, Belo Horizonte/MG, encontrou seus pares, debateu com possibilidade de falar tendo a atenção de outras pessoas com interesses semelhantes e participou com direito a voto, fazendo das decisões tomadas coletivas. Esse evento possivelmente foi para Roque uma oportunidade de impulsionar as ações que já estava realizando e, com certeza, foi um dos momentos de reconhecimento da importância de suas lutas. Do evento, Roque havia guardado uma fotografia:

Imagem 13 – Fotografia I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

¹¹⁹ AESP. Relatório de Investigação [s/n], assunto Greve na Fazenda Lageadinho, de 16 de fevereiro de 1963. Relatório feito por investigadores 1858 e 1349. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 59.

¹²⁰ AESP. Auto de Qualificação e de Interrogatório de Antônio Gusmão, em 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 151.

¹²¹ AESP. Credencial do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, Belo Horizonte/MG, 15, 16 e 17/11/1961. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 152.



Fonte: AESP. Credencial do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, Belo Horizonte/MG, 15, 16 e 17/11/1961. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 378.

Acima, vemos a fotografia da ocasião do evento, apreendida com Roque durante uma busca da Delegacia de Polícia de Chavantes¹²². A imagem retrata em primeiro plano uma fileira com quatro pessoas em uma auditório, e neste, as demais fileiras, com muitos bancos de madeira, estão vazias. Próximo ao fotógrafo, estão as quatro pessoas da imagem, sendo três homens e uma mulher, cujo rosto não pode ser identificado. Dos homens, que aparecem nitidamente, também não conseguimos identificar quem são. Mas inferimos que Roque esteja ao centro, por sua idade (50 anos na época), cor (branco) e por ter mantido a fotografia como recordação.

Após a fundação dos sindicatos e associações, os delegados da FATAESP, junto com João Bento, organizavam o pedido de formalização da entidade. Esse pedido foi enviado para José Alves Portela (ex-dono da quitanda para a qual Ana vendia as suas frutas) representante do Ministério do Trabalho e, posteriormente, da FATAESP, para o registro legal do sindicato. Das queixas trabalhistas, João Bento acionava a Delegacia Regional do Trabalho de Assis para

¹²² AESP. Auto de exibição e apreensão. Delegacia de Polícia de Chavantes, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 75-76.

a fiscalização, notificação dos empregadores e realização e acordos. Essa instância administrativa era subordinada ao Ministério do Trabalho e nelas ocorreram as primeiras tentativas de conciliação e quando não fossem favoráveis, poderiam prosseguir para a segunda instância, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo. Com os acordos firmados ou as causas ganhas, os trabalhadores conseguiam uma melhora efetiva de suas condições de trabalho e notavam benefícios claros das suas organizações e mobilizações. A partir disso, o sindicato atuaria na formação dos camponeses e os militantes do PCB buscavam fomentariam a consciência crítica e atuante na política, com a intenção de gerar líderes para uma transformação por vias legais.

Ao buscarem auxílio para a resolução das situações de queixas dos trabalhadores, as lideranças das entidades estavam cumprindo com as normativas legais e com o Estatuto da Associação. Conforme o Estatuto da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes, ao qual temos acesso por ter sido recolhido pelo DEOPS, a entidade foi constituída em fins de solidariedade, defesa e representação legal dos trabalhadores e empregados rurais daquele município. De acordo com o documento, ela representava os interesses e buscava colaborar com os poderes públicos e demais entidades, “no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural e ligados aos interesses dos trabalhadores e empregados rurais”¹²³. Ainda, informa o documento que, “na medida do possível”, intentava manter serviços de assistência médica e jurídica aos sócios. A categoria “sócio” seria composta pelos participantes da assembleia de fundação, os trabalhadores, os beneméritos (“aqueles que, sócios ou não, fizeram contribuições valiosas para a Associação”) e empregados rurais que pedissem admissão. Para solicitar a admissão, deveriam preencher a proposta, tendo como proponente um sócio que já estivesse a mais de seis meses na Associação. Sobre os deveres, tinham que pagar as mensalidades (podendo ser excluídos se ficassem sem pagar por mais de seis meses consecutivos), participarem das assembleias, “prestigiar a Associação por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo entre os lavradores” e respeitar os estatutos¹²⁴.

Em contrapartida, os sócios poderiam tomar parte, votar e serem votados nas assembleias e os beneméritos não lavradores poderiam ter voz, mas não votariam. Afora, os associados poderiam requerer ou convocar assembleias, as justificando e utilizarem os serviços

¹²³ AESP. Estatutos da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes – Estado de São Paulo, aprovados em Assembleia Geral de fundação, realizada em 28 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 65.

¹²⁴ AESP. Estatutos da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes – Estado de São Paulo, aprovados em Assembleia Geral de fundação, realizada em 28 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 65.

da Associação. Esta, seria dirigida por uma diretoria, conselho fiscal e suplentes de ambas as funções. No dia da fundação da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes, estiveram presentes, juntos aos trabalhadores do município, Ogélio Pereira de Assis, Delegado da Seção Ourinhos da União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana e José Alves Portela, membro auxiliar da Comissão Executiva da Conferência Estadual dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas do Estado de São Paulo.

Segundo entrevista concedida a Clifford Welch em 1988, José Alves Portela era natural de Sergipe e emigrou para São Paulo em 1941, aos 17 anos, enfrentando os 3000 quilômetros de distância numa viagem de caminhão¹²⁵. Mudou de Estado em busca de melhores condições de trabalho, tornando-se parceiro no cultivo do algodão. Após alguns anos, sua família mudou-se também para morar com Portela, passando a viverem como arrendatários, do cultivo da hortelã e após, do algodão, em Santo Anastácio/SP. Nesse município, Portela se engajou politicamente e passou a atuar na organização dos trabalhadores rurais. Posteriormente, sofrendo perseguições, ele e a família mudaram-se para Ourinhos/SP. Em meados de 1950, Portela atuaria junto a ULTAB, como secretário e em 1962, passaria a presidente da FATAESP.

Ogélio era natural de São João do Itatinga/SP, nascido 01 de junho de 1916, sendo filho de Osório Pereira de Assis e de Maria Antônia de Jesus. Era casado e morava com sua esposa e os quatro filhos no Jardim Matilde, em Ourinhos/SP. Na época, início dos anos de 1960, Ogélio era ferroviário e presidente da diretoria de Ourinhos da União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, que havia sido fundada em 1951¹²⁶. Sobre a presença próxima dos ferroviários com o PCB no interior de São Paulo, convém salientarmos que esta possivelmente não foi uma exclusividade da região do Médio Paranapanema. Pesquisas anteriores, como no livro “Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)”, Beatriz de Miranda Brusantin (2003), apontou que de 1930 a 1945 havia a existência de uma relação estreita entre o PCB, PSB (Partido Socialista Brasileiro) e outras organizações de esquerda com o movimento sindical dos ferroviários. Conforme a autora, na década de 1930, “o PCB, a ANL, o movimento sindical operário e a Juventude Comunista na zona noroeste agiam em conjunto na luta contra o imperialismo e a burguesia” (BRUSANTIN,

¹²⁵ PORTELA, José Alvez. Transcrição de entrevista concedida a Clifford Welch, São Paulo, 23 de agosto de 1988. AEL/Unicamp. In: WELCH, Clifford. A semente foi plantada. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

¹²⁶ Sobre a União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, conf. Nossa História. Site Sindicato Sorocabana. Disponível em: <<https://www.sorocabana.org.br/index.php>>. Sobre os dados de Ogélio, conf. AESP. Relatório de indiciamento de João Bento Vieira da Silva Netto, Infração Penal Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953. Produzido em 19 de maio de 1964, pelo Delegado de Polícia Ewerton Fleury Curado. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 97.

2003, p. 49) A autora também notou que dentre os sindicatos de São Paulo oficialmente reconhecidos pelo Estado, os sindicatos ferroviários estavam entre os mais ativos e organizados do ponto de vista político. Há indícios de terem construído um movimento unificado entre as diferentes linhas férreas e que auxiliavam a intensa organização dos operários de diversas fábricas do interior paulista.

Alguns dias antes do evento de fundação da Associação em Chavantes, ocorreu a fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande, em 22 de agosto de 1961. Na mesma ocasião, foi efetuada a eleição dos delegados que representariam na 1ª Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, que seria realizada no início de setembro, no mês seguinte. No evento estiveram presentes setenta e quatro trabalhadores rurais do município, o sindicalista Benedito Lucas Salles e representantes da Câmara Municipal de Salto Grande. José Pedro da Silva foi eleito presidente da Associação.

Sobre Benedito Lucas Salles, também conforme ata apreendida pela polícia, este era do Sindicato dos Gráficos do Estado de São Paulo e conversou com os trabalhadores sobre a importância de se unirem “para terem a possibilidade de se defenderem da desenfreada exploração de que são vítimas, impondo melhores condições de vida e de trabalho”¹²⁷. Salles estava sendo perseguido pelo DOPS/SP por movimentações grevistas em outubro de 1957 e foi preso pelos policiais no dia 01 de setembro de 1961, durante o período da Campanha da Legalidade, enquanto participava de uma reunião em meio aos operários da fábrica Irmão Spina, em São Paulo¹²⁸. Essa fábrica na qual foi preso localizava-se na Mooca, bairro operário paulistano, de muitas fábricas têxteis, de cerveja, calçados e móveis, que haviam se instalado na primeira metade do século XX. O PCB tinha uma forte atuação nesse bairro desde a década de 1940, promovendo a criação de uma cozinha comunitária, realização de greves, representações femininas, entre outros¹²⁹. Nesse sentido, a fala de Benedito articulava-se com a militância realizada por este, na promoção da sindicalização pelo PCB e sua presença no evento possivelmente foi articulada pelas lideranças comunistas que atuavam na região, como João Bento, Roque Pedroso e Dário de Paula. Os contatos entre trabalhadores de diferentes

¹²⁷ AESP. Ata de fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande, Estado de São Paulo, de 22 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 74.

¹²⁸ AESP. Ficha Nominal de Benedito Lucas Salles. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXTSNS000230.

¹²⁹ Conf. DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973**. Campinas, Unicamp, tese de doutorado. 2002.

idades, que passavam por condições de trabalho semelhantes, possibilitaram que os militantes organizassem uma complexa rede de atuação.

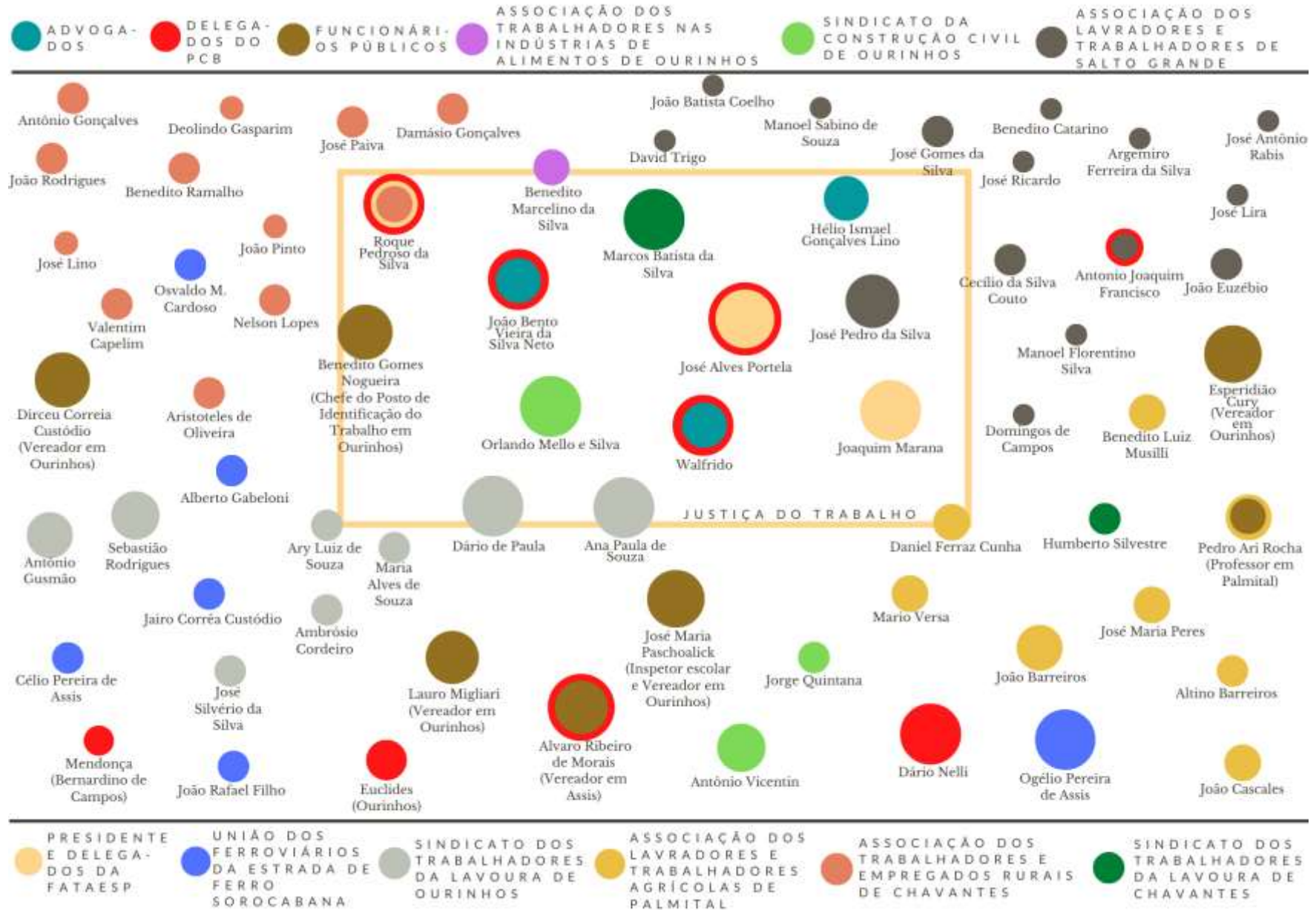
Observamos essa rede através da atuação de João Bento e ao centro, interligando com os demais atores, estão as pessoas que eram pontos de acesso para a Justiça do Trabalho junto ao Fórum da Comarca de Ourinhos e a Delegacia Regional do Trabalho de Assis. Essas pessoas também possuíam centralidade por terem conseguido comunicarem-se diretamente com muitas outras. Então essas figuras centrais eram:

- João Bento e os advogados Waldomiro e Hélio Ismael Gonçalves Lino.
- Os militantes José Alves Portela, Roque Pedroso e Joaquim Marana, representantes da FATAESP.
- Benedito Gomes Nogueira, chefe do Posto de Identificação do Trabalho em Ourinhos.
- Os militantes Dário de Paula, Ana Paula de Souza, Orlando Mello da Silva, Marcos Batista da Silva, Benedito Marcelino da Silva, José Pedro da Silva e Daniel Ferraz Cunha, que buscaram a Justiça do Trabalho através de cartas, solicitações e reclamações em periódicos.

Todos esses atores compartilhavam informações, conhecimentos, interesses e objetivos e estabeleciam relações entre si e com os demais membros dos sindicatos que fundaram e/ou pertenciam, formando nessas relações uma rede social. Entendo rede como sendo o conjunto de pessoas, organizações e entidades que estavam conectadas pelos relacionamentos sociais. Como vimos, essas relações eram traçadas por amizades, relações familiares ou de trabalho, possibilitando a troca de informações pela qual os/as militantes construíram uma estrutura social de mobilização no pré-golpe de 1964.

Nesse cenário, as pessoas organizaram-se no processo de sindicalização, movendo diversas relações no sentido de buscar melhorias trabalhistas. Os direitos trabalhistas eram vistos como uma forma de melhorarem a realidade em que viviam, conseguindo melhores condições de trabalho e de vida. As associações e sindicatos eram organizações que serviam como ferramentas para a efetivação desses direitos. Então as pessoas uniram-se e buscaram criar as associações e sindicatos, formando uma rede, que visava a efetivação desses direitos. Representamos as ligações da seguinte forma:

Imagem 14 – Atores e rede de atuação no campo (1961-1964)



Fonte: Imagem produzida pela autora, a partir de atas e das fichas nominais. Acervos consultados: Fichas nominais e Delegacias do Interior, Pasta Temática Ourinhos (OS 0707). Ambos do Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, AESP.

Na imagem anterior, para melhor inteligibilidade ao leitor, tentamos representar essa rede, mas como as redes são formadas como organismos em movimento, nossa representação é inexata e apenas ilustrativa. Os círculos representam os indivíduos que participaram da rede entre o período de 1961 a 1964, possuindo tamanhos maiores ou menores conforme o grau de influência e relevância dentro da atuação que observamos nos documentos pesquisados. O espaço geográfico que tomamos como referência é a região do Médio Paranapanema e as cores representam as diferentes instituições de esquerda que possuíam ações no campo. Os principais coletivos rurais, eram o Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Ourinhos, Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital, Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes, Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Chavantes, Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Salto Grande. Por sua vez, esses sindicatos e associações relacionavam-se e eram apoiados também por coletivos de outros setores, como a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos de Ourinhos, União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana e pelo Sindicato da Construção Civil de Ourinhos.

Ao centro da imagem, vemos as pessoas atuantes no campo da justiça do trabalho, que possuíam posições decisivas na tomada de decisões, pois tinham maior número de canais de informação e possuíam relações diversificadas, provenientes de níveis de atuação e locais distintos. A exemplo, João Bento atuava junto aos trabalhadores, mantinha relações com políticos locais, trabalhava no Fórum, viajava a São Paulo, Assis e para o Estado do Paraná, além de receber jornais, cartas e telegramas. Nesse sentido, detinha informações de toda a rede e a ampliava para outras localidades, da mesma forma que os demais atores no centro da imagem, que também detinham maior contingente informacional e relações intermunicipais. Fora desse quadrado da imagem, vemos os mediadores, que eram pessoas que faziam parte dos sindicatos ou outras organizações, e circulavam as informações recebidas pelos indivíduos centrais, mobilizando outras pessoas, trabalhando em prol da sindicalização, dos eventos e captando reclamações trabalhistas.

As pessoas que faziam parte dessas estruturas coletivas organizaram-se em busca de mudanças sociais, através de questões do mundo do trabalho. As motivações individuais podem ter sido muitas e variadas, mas na maior parte dos depoimentos estudados nessa tese, as pessoas relataram fazerem parte dos coletivos pois viam nestes uma possibilidade de melhorarem as suas condições de labor, de vida e também, as condições de seus filhos e de suas famílias. Então, mobilizando esses interesses de melhorias e os valores individuais, como justiça, os militantes estabeleceram pautas em comum entre os trabalhadores, que igualmente dialogavam com os

diretrizes de instituições maiores, como o Partido Comunista, a ULTAB, CONTAG e o CGT. Então, no vértice entre as militâncias, as diretrizes e as necessidades locais dos trabalhadores do campo, os atores dessa rede conseguiram estabelecer pautas que refletissem anseios como os aumentos salariais, efetivação dos direitos ao salário mínimo e outros direitos, que agiam como questões aglutinadoras. Uma vez atuando para benefícios coletivos, que convergiam com os interesses individuais, as pessoas uniram-se e passaram a realizar ações coletivas, como passeatas, greves, assembleias, entre outras, coordenadas pelos sindicatos, associações e pelo PCB.

A seguir, inserimos outra tabela, com os dados das passeatas e greves realizadas na região, seguindo as informações do jornal *Terra Livre* e das atas de fundações das entidades locais, presente nos processos estudados.

Tabela 6 – Ações de mobilização na região do Médio Paranapanema (1961-1964)

Cidade	Ação	Data	Participantes	Fonte
Salto Grande	Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande	22 de agosto de 1961	69 pessoas	AESP. Ata de fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande, Estado de São Paulo, de 22 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 74-77.
Chavantes	Fundação da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes	28 de agosto de 1961	113 pessoas	AESP. Ata da Assembleia Inaugural da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes, realizada em 28 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 70-71.
Assis	Fundação da Associação de Lavradores e	07 de janeiro de 1962	50 camponeses	TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 07. In: Armazém

	Trabalhadores Agrícolas de Assis.			Memória: Hemeroteca Luta pela Terra
Palmital	Fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital.	17 de dezembro de 1961	Mais de 100 camponeses	TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Assis	Greve nas Usinas Nova América e Maracaí.	Junho de 1962	2000 trabalhadores	TERRA LIVRE, São Paulo, junho de 1962, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Ourinhos	Conferencia com Sosthenes Jambo na Granja 1º de Maio.	Setembro de 1962	300 trabalhadores	TERRA LIVRE, São Paulo, setembro de 1962, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Salto Grande	Fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande.	Setembro de 1962	200 trabalhadores	TERRA LIVRE, São Paulo, setembro de 1962, p. 03. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Ourinhos	Greve na Fazenda Lageadinho.	Fevereiro de 1963	132 famílias	Jornal Terra Livre, março de 1963, p. 01.
Ourinhos	Passeata.	Fevereiro de 1963	4000 trabalhadores rurais e outros moradores de Ourinhos	TERRA LIVRE, São Paulo, março de 1963, ano XIV, n. 120, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Ourinhos	Festividade na Granja 1º de Maio.	01 de maio de 1963	Mais de 300 pessoas	TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Salto Grande	Greve de 24 horas na Fazenda São João.	22 de maio de 1963	42 famílias	TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 05. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Palmital	Reunião de entrega da carta sindical.	20 de outubro de 1963	Descrita como “grande concentração”. Através das imagens do evento, estimamos tenham sido aproximadamente 100 camponeses	TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, p. 01, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.
Chavantes	Reunião em frente ao cinema local para discutir problemas trabalhistas.	16 de fevereiro de 1964	300 camponeses	TERRA LIVRE, São Paulo, março de 1964, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

As atas apresentaram números próximos da realidade, uma vez que consta os nomes dos trabalhadores. Já os dados do *Terra Livre*, possivelmente apresentam números superestimados, com a intenção discursiva de mobilizar mais integrantes, mostrando que muitos também estariam se engajando. Diante do possível falseamento de alguns dos números, a tabela acima não nos mostra a quantidade de pessoas nas ações, mas representa o engajamento das organizações de esquerda e o anseio de mobilização que os militantes, sindicalistas, funcionários públicos e advogados buscavam engajar. Sobre os/as trabalhadores/as rurais que de fato participavam das ações, não temos como saber se todos/as sempre estavam a par da dimensão do movimento que estavam participando. Mas é possível supor que essas pessoas não iam visando as ações ligadas à órgãos nacionais e talvez não refletissem que estavam inseridas e construía políticas e diretrizes relevantes para o processo democrático em nosso país. Possivelmente seus interesses eram ligados às questões imediatas, agarrando-se as chances sanarem queixas ou questões de injustiça em seus trabalhos, na busca de direitos concretos que poderiam ajudar na melhoria de suas vidas. Porém, mesmo sem a percepção do movimento social amplo no qual faziam parte, todos os participantes, por mais simples que possam ter sido, foram elos de ligações importantes e possibilitaram a relevância política que o movimento possuiu.

Como vimos, essa rede de relações compreendia Salto Grande/SP, Ourinhos/SP, Palmital/SP, Ipaussu/SP, Chavantes/SP, além de Bernardino de Campos/SP, Santa Cruz do Rio Pardo/SP e Maracá/SP. Ademais, se ramificava para Assis/SP, Presidente Prudente/SP e São Paulo/SP e das ramificações perceptíveis nos documentos que estudamos, Ogélio e Manoel Pinheiro estendia para Assis e Alberto Gabeloni, para Presidente Prudente, através de suas ligações pela Estrada de Ferro Sorocabana. Já Roque Pedroso, João Bento, Joaquim Marana, Pedro Ari Rocha e José Alves Portela, as levavam também para São Paulo e outros centros,

através de ligações com o PCB, a ULTAB, o Jornal *Terra Livre* e a FATAESP. Além das ligações já citadas, nos Dossiês Comunismo constam anotações com endereços e telefones, como o da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Viação Alvorada (Belo Horizonte/MG a São Paulo/SP), escritório de advocacia de Neris, Pinho e Nogueira, em Ourinhos, o endereço de José Alves Portela em São Paulo e indicação para irem pela agência de ônibus da Viação Garcia. Na pasta da Delegacia de Ourinhos, no fundo DEOPS/SP, consta também um telegrama enviado pelo deputado José Guimarães Neiva Moreira para João Bento e indicações de atuação ligada com Eros Trench durante os anos de 1940¹³⁰. Nessa década, Trench residiu em Chavantes e teve atuação ligada a greves naquele município e mobilizações em Bernardino de Campos/SP e, posteriormente, na década de 1960, participou da direção do PCB, em São Paulo¹³¹.

Os contatos citados acima, na imagem e na tabela, são pontos que indicam a existência dessa rede, mas é difícil dimensionar a exata tessitura que os militantes do Médio Paranapanema fizeram, pois, as relações em muitos momentos davam-se no âmbito privado. Como nas relações familiares ou proximidades fomentadas pela amizade, bem como as atuações na clandestinidade tornam ainda mais nebulosos esses cruzamentos. Ademais, os documentos disponíveis são mosaicos, entrecortados e com lacunas, vistos sob os ombros dos sistemas de informação e repressão do Estado. Entretanto, podemos perceber que essa rede era extensa e complexa, feita por muitos nós, possuindo centralidade de, principalmente, militantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro.

Para compreendermos melhor a militância empregada por atores dessa rede, voltaremos no tempo para observarmos o PCB e ação da Aliança Nacional Libertadora. No texto “Notas sobre as primeiras movimentações comunistas na Bahia e na região cacauzeira”, Marcelo da Silva Lins (2016) aborda o surgimento do Partido Comunista no Estado da Bahia, a partir da revisão da literatura sobre o tema e de documentos produzidos pela repressão do Estado. Lins explica que no final de 1934 e início de 1935, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL),

¹³⁰ AESP. Certidão escrita por José Lobo Moreira, escrivão de Polícia, Chefe do Cartório da Ordem Social, da Delegacia de Especializada de Ordem Social, do Departamento de Ordem Política e Social. A certidão atesta os documentos recebidos através do registrador, referente ao Inquérito Policial instaurado pela Delegacia de Polícia de Ourinhos, contra Joao Bento da Silva Neto e outros. [s/d]. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 278.

¹³¹ Dados sobre residência de Eros Trench: AESP. Ficha Nominal de Eros Trench. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNT001168. Sobre a atuação de Eros Trench na direção do PCB em São Paulo, conf.: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/a-questao-agraria-no-brasil-vol-4-historia-e-natureza-das-ligas-camponesas-1954-1964/>>. Acesso em 05 de ago. 2022. FERRAZ, Socorro. *Às vésperas do Golpe Militar de 1964... Clío Série História do Nordeste*, v 22, n. 01, p. 127-148, 2004.

formada por democratas, tenentistas, comunistas e liberais que se opunham a Getúlio Vargas, ao imperialismo, latifúndio e integralismo. Em 1935, a ANL possuiu cerca de 1600 núcleos no país. Após o surgimento desta e embora houvesse ressalvas, o PCB apoiou publicamente a ANL. As ressalvas se davam pelo receio das pautas do partido se dissolverem no movimento que era tido como um movimento de massa. Em 11 de julho de 1935, a Aliança foi posta na ilegalidade e perseguida, momento em que passou a ocorrer uma mudança na estrutura interna do movimento, pois vários setores se afastaram e as principais lideranças que permaneceram eram ligadas ao PCB. Assim, segundo o autor, o PCB passou a dirigi-la, com a criação de diversos núcleos e em São Paulo ela obteve significativa expressão.

No livro “O Despertar do Campo: Lutas Camponesas do interior do Estado de São Paulo”, “Módulo VIII – Geopolítica do Controle, da Coleção Inventários do DEOPS”, Emiliana Andréo da Silva (2003), realizou a sistematização de prontuários do DEOPS com informações sobre as movimentações rurais. Nesse trabalho há um resumo do Prontuário n.º 340, da Delegacia de Polícia de Chavantes, no qual foi registrada a instalação da ANL no município e os documentos presentes nesse prontuário teriam sido produzidos entre 19 de junho de 1933 a 01 de junho de 1953. Conforme a síntese dos documentos, ocorreram greves em algumas fazendas do município e estas foram denunciadas pelas representações dos fazendeiros, com um abaixo-assinado endossado pelo prefeito de Chavantes, Julio Francisco Peres da Silva (2003, p. 93). Para complementar essas informações consultamos o livro “Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)”, de Beatriz de Miranda Brusantín (2003), no qual a autora comenta que nesse episódio em Chavantes houve a intervenção de Caio Prado Júnior junto ao Secretário da Segurança Pública. O intelectual teria pedido para que o Secretário cessasse a opressão dos integralistas e fazendeiros, os “inimigos disfarçados do Brasil” (2003, p. 81), contra a ANL daquele município. No início de 1935, Prado Junior era uma vice-liderança da Aliança Nacional Libertadora e no mesmo ano, seria preso por conta do seu envolvimento com ações consideradas subversivas.

Retomando o livro *O Despertar do Campo*, este também traz registros da ALN em outras cidades do interior do Estado de São Paulo, como em Pedregulho/SP (1935), Ourinhos (1935), Penápolis (1935), Ribeirão Preto (1936), Santos (1935), Cruzeiro (1935), Nova Granada (1936), Glicério (1935) e Itararé (1936). Alguns dos prontuários expressam uma grande preocupação com a atuação dos comunistas com a ALN. A autora relata que no Prontuário n.º 3750 estão presentes documentos do ano 1936 a 1945, nos quais consta um boletim com o título *Aliança Nacional Libertado ao Povo*. Segundo Emiliana Silva, “esse

boletim apresentava o programa da Aliança Nacional Libertadora e as suas estratégias de luta em prol da população do campo” (2003, p. 155) e junto a este documento, teriam sido encontradas publicações e livros comunistas. Da mesma forma, em 1936, no Prontuário 3803, consta a apreensão de publicações comunistas com Herculano Oliveira, no cais do Porto de Santos, acusado de ser comunista e atuar a favor da ALN (2003). Nesse sentido, a história do PCB foi marcada por uma repressão sistemática e também houve a perseguição à ANL, por seu caráter contestador e anti-imperialista, e a vigilância das relações entre ambos os movimentos e suas incorporações. Os militantes tiveram que atuar na clandestinidade por uma longa parte da trajetória do PCB, ao ser colocado na ilegalidade e conseqüentemente, o mesmo havia acontecido quase uma década antes com a ANL, incorporada pelo partido. Apesar da forte repressão, o PCB continuou trabalhando de diferentes formas para empreender seus interesses e ações.

Imagem 15 – Carteira do Partido Comunista

53

PARTIDO COMUNISTA
DO
BRASIL

CARTEIRA

Art. 21 - O membro do Partido que sem motivo justificado deixar de pagar as suas contribuições durante 6 meses, será excluído do Partido pela organização de base a que pertence, podendo obter sua readmissão dentro dos 6 meses seguintes desde que, ao solicitá-la, pague as contribuições atrasadas e não tenha, nesse período, desenvolvido alguma atividade política em nome do Partido ou em interesse da classe operária e do povo.

Art. 22 - O membro do Partido que sem motivo justificado, atrasar as contribuições deve ser, por escrito, notificado nos termos do Art. 21 e convidado a regularizar sua situação financeira perante a organização.

Art. 23 - O membro do Partido que sem motivo justificado, não pagar as suas contribuições durante 6 meses, será excluído do Partido pela organização de base a que pertence, podendo obter sua readmissão dentro dos 6 meses seguintes desde que, ao solicitá-la, pague as contribuições atrasadas e não tenha, nesse período, desenvolvido alguma atividade política em nome do Partido ou em interesse da classe operária e do povo.

Extrato dos Estatutos

Nome Marcos Batista da Silva

Profissão Camponês

Célula Aliança N. Libertadora

Pertence ao:

Comité Estadual de São Paulo

Municipal de Chavantes

Distrital de _____

A Célula é de Bairo

Numero 050362 Matrícula 050362

Fluorêncio Ribeiro
Vice da Sec. da Célula

Fonte: AESP. Carteira do Partido Comunista. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 390.

A imagem é da carteira da célula do Partido Comunista em Chavantes/SP. Esse documento faz parte dos documentos dos Dossiês Comunismo e encontrava-se junto dos documentos apreendidos de Roque Pedroso. Na imagem, no quadrante superior esquerdo vemos as indicações de que se trata da carteira do Partido Comunista e o número 53, possivelmente indicando uma ordem de série. No quadrante superior direito, vemos o extrato do estatuto do partido, reproduzindo os artigos 21, 22 e 23. O artigo 21 informava que os membros que atrasassem durante três meses o pagamento ficariam sem os direitos partidários. O artigo 22 afirmava que o membro com atraso de cinco meses, sem motivo justificado, seria notificado. Já o artigo 23 tratava da exclusão do partido, por falta das contribuições por seis meses. O quadrante inferior esquerdo traz as informações de que o nome da célula era Aliança Nacional Libertadora, em alusão ao movimento anti-imperialista de 1935. Possivelmente o presidente era Marcos Batista da Silva e o vice, conforme o documento, era Humberto Silvestre. Ao lado, as indicações de que a pertencia ao Comitê Estadual de São Paulo, localizava-se no município de Chavantes, como uma célula de bairro. A matrícula da célula foi realizada no dia 05 de março de 1962, que demonstra a criação de novas células pelo PCdoB na região.

Em outra pasta, da Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Rio Pardo, encontramos uma Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos, em 29 de abril de 1962¹³². Essa Ata havia sido apreendida na casa de João Bento, pela Delegacia Regional de Polícia, em Ourinhos, e enviada uma cópia para a Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Rio Pardo. Segundo esse documento, na região estruturava-se uma Zona do PCdoB, formada por comitês das seguintes cidades: Maracáí, Assis, Palmital, Ourinhos, Salto Grande, Xavantes, Bernardino de Campos, Paraguaçu Paulista e Santa Cruz do Rio Pardo. Na ocasião da reunião, votariam os membros efetivos da Zona da Média Sorocabana, ficando decidido que os membros efetivos seriam Zico, Ari, Euclides, João Bento, Roque Pedroso, Dário Nelli e Walfrido. Os suplentes eram Dario de Paula e Benedito. A conferência estadual seria feita por João Bento e Ari. O Comitê da Zona criado nessa ocasião coordenaria os comitês municipais. As lideranças dos comitês dos municípios eram chamadas de delegados, sendo estes:

- Benedito – Maracáí/SP.
- Zico – Assis/SP.
- [Ilegível] – Palmital/SP.
- João Bento, Portela e Euclides – Ourinhos/SP.

¹³² AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 360.

- Francisco – Salto Grande/SP.
- Roque Pedroso – Chavantes/SP.
- Mendonça – Bernardino de Campos/SP.
- Ausente – Paraguaçu Paulista/SP.

No evento, dos oito comitês, sete faziam-se representar com delegados, estando ausente o delegado de Santa Cruz do Rio Pardo. Ademais, havia convidados, como Dário de Paula (Ourinhos), José Pedro (Salto Grande), Pacheco e Aristóteles (Chavantes) e Dário Nelli (Santa Cruz do Rio Pardo). Ao todo haviam sido convidados quinze militantes e dez estavam presentes, além dos sete delegados. As propostas da reunião eram fazer um balanço das atividades do Partido na Zona, elegerem o Comitê de Zona, os delegados e os suplentes para participarem da Conferência Estadual e terminariam elencando as resoluções.

Os militantes que realizaram falas foram José Alves, José Peres, Roque Pedroso, Ari e Dário de Paula, João Bento, Nilo, Benedito e Zico. O evento foi realizado no período da manhã e da tarde, possuindo uma pausa para o almoço. Ao longo da realização, as tarefas citadas como urgentes foram: levar a plataforma política as massas durante a campanha eleitoral, abrir comitês eleitorais para os candidatos do partido, qualificar novos eleitores, realizar trabalhos de esclarecimentos públicos, ligando as campanhas eleitorais às reivindicações das massas, intensificar a luta pelas reformas de base, “como a nacionalização das empresas imperialistas, a reforma agrária radical e a defesa das liberdades”¹³³. Assim como, reforçar as organizações, o Partido na Zona, recrutar novos membros, ampliar a divulgação da imprensa, melhorar arrecadação e elevar o nível político dos militantes e preparar uma delegação para o Congresso de Libertação Nacional, em julho de 1962, em Goiânia. Para esse evento, realizariam “assembleias das classes operárias e camponesas, dos estudantes e de mulheres para debaterem os seus problemas”¹³⁴.

João Bento era o presidente da conferência e após ele abrir os trabalhos, José Alves Portela foi o segundo militante a tomar a fala, explicando que a realização daquelas conferências “tem em vista a reorganização do Partido, além da verificação das atividades deste

¹³³ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 363.

¹³⁴ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 363.

no período anterior à Conferência”¹³⁵. Essa consideração nos indica que os militantes tinham determinados trabalhos a cumprir nos períodos, agindo coordenadamente na região, mas passariam por mudanças solicitadas pelo Comitê Estadual. Portela prosseguiu explicando que o partido dissolveu os Comitês Regionais, medida esta que, segundo ele, havia sido exigida pela prática e que a criação das zonas seria vantajosa. Em suas palavras, a organização em zonas “incentiva suas criações” e auxiliaria o trabalho no Comitê Estadual, tendo em vista o aumento dos quadros partidários.

A seguir, Portela expôs uma leitura de conjuntura, pontuando que a luta de libertação dos povos na África, Ásia e América Latina demonstravam os duros golpes que o colonialismo sofria. Em sua observação, “reunimo-nos num momento em que a situação internacional se caracteriza pelo enfraquecimento incessante do sistema mundial do imperialismo e pelo fortalecimento incessante do sistema socialista”¹³⁶. Naquele contexto, estaria ocorrendo uma crescente conscientização das massas pela busca das reformas de base, como a reforma agrária, a estatização, entre outras políticas que ajudariam a mitigar a miséria do povo. Seguindo, construiu algumas críticas ao governo estadual, que realizaria “uma política em favor dos latifundiários e da oligarquia financeira paulista, dos trustes estrangeiros, suprimindo, ou melhor, reprimindo, policialmente, os movimentos de massa, como aconteceu na crise de agosto, na greve pelo abono de Natal e na greve dos ferroviários da Sorocabana”¹³⁷. As greves aconteceram em 1960 (de 11 a 16 de março) e 1961 (de 1 a 2 de junho)¹³⁸, em que houve a paralização dos ferroviários da Paulista e inserem-se nas mobilizações entre os anos de 1961 a início de 1964, que ultrapassaram a esfera econômica e exigiam a participação do operariado na vida política do país. Isso se dava porque mais do que luta por abono, assistências e melhores salários, as greves dos ferroviários influenciaram nas decisões políticas sobre estatizações, haja vista, por exemplo, a estatização da Estrada de Ferro Sorocabana em 1961, e pressionaram para a conquista de direitos desse setor e do operariado¹³⁹.

¹³⁵ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 360.

¹³⁶ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 360.

¹³⁷ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 361.

¹³⁸ Conf. ZAMBELLO, Marco Henrique. A história do sindicalismo ferroviário paulista (1930-1961). In: ARAÚJO, Silva Maria; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos, *O sindicalismo equilibrista: entre o continuísmo e as novas práticas*, Curitiba: UFPR/NUPESPAR/Gráfica Popular, 2007.

¹³⁹ Conf. BUZAID, Alfredo. Mandado de Segurança no 109.361, São Paulo, 1961. ZAMBELLO, Marco Henrique. **A história do sindicalismo ferroviário paulista (1930-1961)**. Sindpaulista.org.br, [s/d]. Disponível em:

Conforme a Ata, após as considerações iniciais, José Alves Portela passou a fazer um balanço sobre o partido e a atuação da zona, comparando aquele momento com o período anterior ao V Congresso. Em 1960, o PCB publicou as teses que seriam tratadas no evento, para discussão e o primeiro pressuposto pontuava que o objetivo do partido era o estabelecimento do socialismo, mas que as condições daquele momento colocavam uma fase “prévia e necessária no caminho para o socialismo” (1960, p. 09). Essa fase era a busca pela emancipação do país frente ao imperialismo, “a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares” (1960, p. 09). Para realizarem essas tarefas, os comunistas se empenhariam “ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas” (1960, p. 09). O debate central sobre essas perspectivas dividiu o partido, estando de um lado o núcleo hegemônico formado em torno dos dirigentes: Prestes, Giocondo Dias, Marighella, Jacob Gorender, Mário Alves, Armênio Guedes, entre outros. Esse grupo defendia a luta pelas pequenas reformas de base, com a possibilidade de aplicar uma orientação a realidade brasileira com atividades políticas abertas, emergindo da clandestinidade de forma contundente e pressionando para a legalidade do partido. De outro, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, entre outros, teceram duras críticas, nas quais essa posição política era uma conciliação, oportunista, revisionista de direita, que encarava a revolução brasileira pelo ponto de vista da burguesia, negando assim a luta revolucionária (CUNHA, 2007, p. 98).

As falas de José Alves Portela o posicionam em conformidade à política de reformas sociais, pois com esta, consideravam as necessidades dos trabalhadores e organizados, mas com autonomia de mobilização. Nas palavras de Portela,

Antes do V Congresso não havia nem uma direção organizada aqui na média sorocabana. Hoje temos comitês municipais. Não havia também antes do V Congresso, nenhuma organização de massa, temos atualmente 8 na zona que foram julgadas com nosso trabalho, sendo que 6 delas estão sob nossa orientação e 2 sob orientação de amigos. Temos 6 organização [sic.] de camponeses sob nossa orientação¹⁴⁰.

No meu entendimento, a organização de sindicatos, associações e uniões havia se mostrado uma ferramenta eficiente no contato com os camponeses na região. Através dos

<<http://sindpaulista.org.br/arquivos/materias/historia-do-sindicalismo-ferroviario-paulista.pdf>>. Acesso em 01 de ago. 2022.

¹⁴⁰ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 363.

sindicatos o Partido Comunista orientou, mas também, dialogou com as demandas dos trabalhadores, realizando um efetivo esforço para auxiliar na melhoria do cotidiano destes. As formas mais comuns de atividades das organizações sindicais rurais do Médio Paranapanema, eram: 1. As organizações grevistas, realizadas a partir de questões advindas de reivindicações dos trabalhadores; 2. As campanhas de mobilização em pautas políticas, originadas nos posicionamentos do Partido Comunista; 3. As atividades de formação e debates, tecendo um diálogo do Partido Comunista com as possibilidades e demandas dos trabalhadores. A exemplo dessa última, em meados de 1962, a ULTAB junto a Hermano Sosthenes Jambo, realizou uma sequência de conferências, onde através de palestras, ele informaria, explicaria e conversaria com os trabalhadores rurais do interior. Na época, Sosthenes Jambo era o diretor executivo do jornal *Terra Livre* e atuando nesse papel, as conferências “seriam no sentido de colocar os camponeses em maior contato com os problemas da imprensa independente, em face das lutas no campo e nas cidades pela reforma agrária” (TERRA LIVRE, setembro, 1962, p. 01).

A publicação também informa que estiverem presentes aproximadamente 300 camponeses, reunindo lideranças da região:

Fizeram-se representar Associações camponesas de vários municípios vizinhos, entre eles: Chavantes e Canitar, através de delegação chefiada por Roque Pedroso; Salto Grande, delegação chefiada por José Pedro da Silva; Ourinhos, através dos líderes Dário de Paula e Ana de Paula, e o advogado Dr. João Bento. Compareceu também, José Alves Portela, presidente da Federação das Associações dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FETAESP), além de Joaquim Marana, da Associação de Palmital. O ato foi prestigiado, ainda, pelo Sindicato da Construção Civil de Ourinhos, através de Orlando Melo e Silva e pelos estudantes Emeliano e Euclides Rozinholi¹⁴¹.

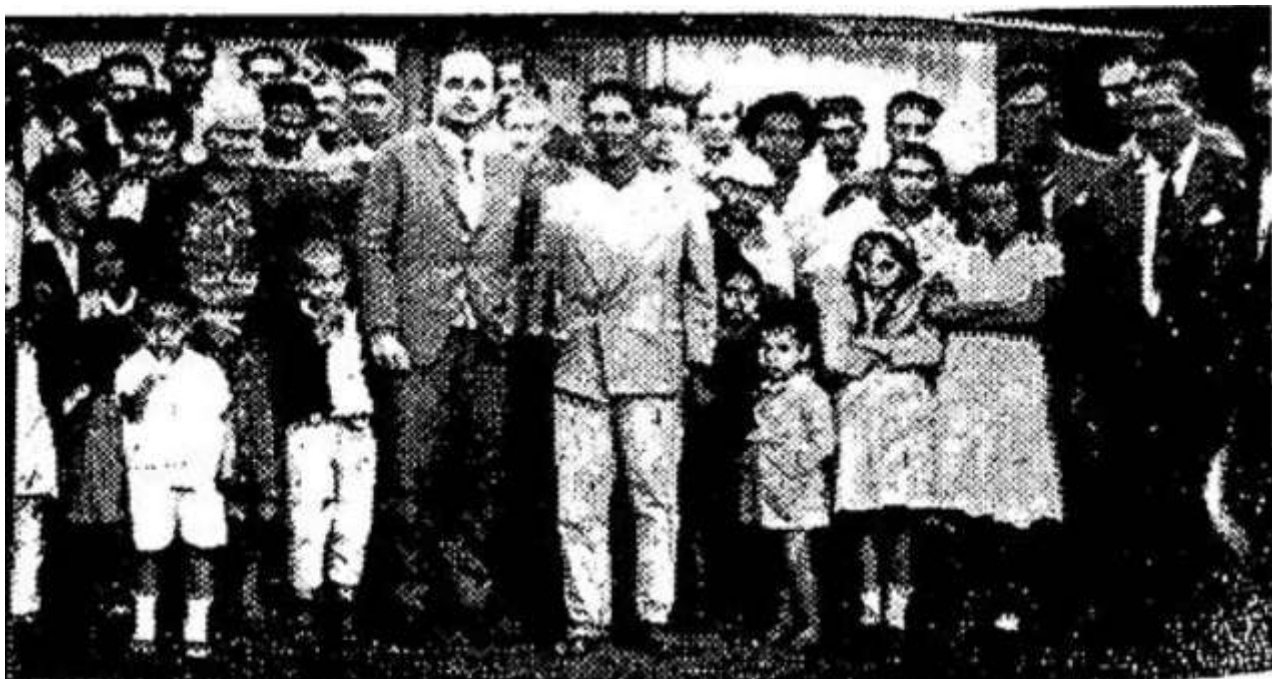
Naquele momento, na conferência, Ana, seu companheiro Dario, João Bento e os trabalhadores dialogavam, se fortaleciam na presença dos seus pares e celebravam algumas conquistas importantes que vinham realizando no processo de sindicalização. Tais como: Daniel Ferraz Cunha e Joaquim Marana alicerçaram a fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital e haviam conseguido ajudar trabalhadores a entrar com processos na Justiça do Trabalho e estas foram vitoriosas (janeiro de 1962); Em Assis, os camponeses criaram a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do município (janeiro de 1962); Os trabalhadores da Usina Nova América conseguiram paralisar por seis dias

¹⁴¹ TERRA LIVRE, São Paulo, setembro de 1962, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

e tiveram suas reivindicações atendidas e ampliadas à Usina Maracaí, ambas em Assis (junho de 1962)¹⁴².

Com a presença de lideranças sindicais de Ourinhos, Salto Grande, Palmital, Chavantes e Canitar, além de representantes da FATAESP e do jornal *Terra Livre*, a conferência era um evento político, uma ferramenta para as articulações do movimento empreendido. Entusiasmados, ao final do evento, os organizadores fizeram um leilão festivo em contribuição ao *Terra Livre*. A matéria publicada no jornal *Terra Livre*, em setembro de 1962, traz a imagem a seguir.

Imagem 16 – Conferência com Hermano Sosthenes Jambo na Granja 1º de Maio, em Ourinhos/SP



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, setembro de 1962, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Na fotografia vemos Dário de Paula sorrindo ao centro, vestido com roupas claras, ao seu lado esquerdo está Hermano Sosthenes Jambo, alto, de terno e gravata. Ao lado de Sosthenes Jambo, com um pano prendendo os cabelos, braços cruzados na frente do corpo, usando um vestido estampado, está Ana. Do lado direito, próximo ao canto da imagem, de terno escuro e gravata, João Bento. Ao redor vemos muitos adultos e crianças, homens e mulheres, todos na frente de uma construção, olhando para a foto. Algumas crianças cruzam os braços,

¹⁴² TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 06-07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. TERRA LIVRE, São Paulo, junho de 1962, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

talvez em contrariedade por terem que parar as festividades para tirarem a foto. Era um momento importante de ser registrado.

No ano seguinte, os militantes fariam outro evento importante, no dia 01 de maio de 1963. Novamente noticiado no jornal *Terra Livre*, em julho de 1963, com o texto *1º de Maio em Ourinhos teve verdadeiro sentido popular*. A matéria era sobre um festejo em comemoração ao Dia do Trabalho, ocorrido na propriedade de João Bento, que começou no fim da tarde, às 17h e contou com a presença de mais de 300 pessoas, entre os trabalhadores rurais e os membros da “Congada Paranaense”. Conforme o texto “durante toda a tarde o grupo paranaense da Congada, todos elementos de côr, dançaram e cantaram peças do nosso folclore, num esforço por conservar as boas tradições da influencia africana nos nossos folguedos populares”. Os participantes eram camponeses paranaenses e líderes sindicais operários e da lavoura de Ourinhos e o texto informa que “debateram problemas de sindicalização e de lutas por melhores condições de vida”¹⁴³.

Imagem 17 – Festejos do 1º de Maio de 1963 na Granja 1º de Maio, em Ourinhos/SP.



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Na fotografia acima, um registro desse evento, estão os trabalhadores rurais ao redor e ao centro, em destaque, estão os religiosos de matriz africana com os atabaques, e possivelmente o babalorixá ou a yalorixá, segurando um estandarte de São Benedito. Do lado

¹⁴³ TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 05. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

direito dos religiosos, de terno e gravata sorrindo, está João Bento e ao lado direito deste, com adorno na cabeça, está Dário de Paula. Sobre o discurso da publicação, o texto mostra o não pertencimento religioso do narrador, por tratar como folclore, destacando aspectos culturais e não religiosos. Mas ao mesmo tempo, havia um esforço claro pela valorização, ao centralizar os membros na imagem e textualmente destacaram como “boas práticas” a permanência religiosa. Nesse sentido, o diálogo com os religiosos afro-brasileiros se dava em parte por consciência histórica e pertencimento de alguns militantes e, em outra parte, para oposição clara à Igreja Católica.

O estandarte de São Benedito representa o sincretismo que marca uma das formas de continuidade da história das religiões de matriz africana no Brasil. Os religiosos provavelmente eram de Jacarezinho/PR, que entre as cidades próximas, possui um importante patrimônio da história das comunidades afro-brasileiras na edificação da capela São Benedito. A pesquisadora Vanessa Fernanda Mayrinck abordou esse lugar de memória no seu artigo “História, Memória e Patrimônio Cultural: uma articulação entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial no município de Jacarezinho (PR)”, publicado em 2020. Segundo a autora, as narrativas que abordam a construção da capela apresentam a figura de “escravos ou ex escravos”, que residiam em uma sociedade que insistia em manter vestígios de um modelo escravista. Nessa afirmação, Vanessa Mayrinck se apoia no seguinte trecho, escrito pelo memorialista Thomaz Aimone:

Aos domingos e dias santos, os senhores iam a igreja de São Sebastião e não era permitido que seus escravos, que oficialmente já eram libertos mas não sabiam, [frequentassem a igreja] [...] a lei de 13 de maio de 1888 não era conhecida pelos escravos, e os senhores procuravam sempre abusar dos negros escravos, razão porque faziam seus festejos no largo São Benedito (AIMONE, 1988 *apud* MAYRINCK, 2020, p. 08).

Diante dessas violências e buscando preservar suas tradições religiosas no sincretismo, aos domingos, homens e mulheres negros cantavam e dançavam as congadas, ao lado de um altar de bambus que acolhia a imagem de São Benedito. Conforme os autores retomam, com o passar do tempo, as pessoas negras teriam passado a vender quitutes a fim de arrecadar dinheiro para a construção de um templo onde pudessem cultuar seu sagrado, uma vez que “padre Melo, único padre do município somente pregava para brancos” (AIMONE, 1988 *apud* MAYRINCK, 2020, p. 08). Ainda em diálogo com Thomaz Aimone, Vanessa Mayrinck explica que, “com a doação do terreno onde esse grupo de pessoas se reunia para a venda de seus quitutes e sob a liderança de Euzébio de Oliveira, iniciou-se, então, em 1895, [...] a construção de uma igreja onde os negros pudessem professar a sua fé” (MAYRINCK, 2020, p. 08)

Portanto, voltando ao encontro de 1963, esse evento constituía-se como tentativas do PCB de se inserir na cultura dos trabalhadores, incitar seus aspectos de união e para isso, mobilizavam elementos caros da cultura e da história nacional. No depoimento de Ana à Delegacia de Polícia de Ourinhos, ela mencionou que na chácara 1º de Maio foram realizadas várias festas, onde distribuía balas e quitutes aos trabalhadores. Realizando esses eventos reuniam os camponeses e nesses encontros, debatiam suas causas, davam cursos de formação de dirigentes sindicais, distribuía panfletos, livros e jornais. Os militantes também levantavam informações, contribuições financeiras e fomentarem ações de conscientização. Nos jornais, nos congressos estaduais e nacionais, bem como nesses eventos locais, os trabalhadores trocavam informações, debatiam leituras e planejavam suas ações. Nas reuniões na Granja 1º de Maio, os participantes eram camponeses, operários e também os ferroviários, como Ogélio Pereira de Assis¹⁴⁴.

Retomando a Ata da reunião do PCdoB, de 29 de abril de 1962, João Alves Portela salienta que o jornal *Terra Livre* era um importante periódico, de ampla difusão na região. Para Portela, o efeito da propaganda que estavam empreendendo junto aos camponeses, com as publicações, campanhas, eventos e demais diálogos, era perceptível na luta dos trabalhadores, funcionários públicos, entre outros, que estariam mostrando-se mais firmes em suas reivindicações. Ainda, o efeito também seria visível, conforme a Ata, no “desespero dos padres, que não tomavam conhecimento do Partido, mas que atualmente já saem a público para nos combater”. Seguindo, Portela menciona que a realização de uma frente única, como em Ourinhos, estava mostrando-se uma boa experiência e que havia também a possibilidade de levarem em conta a “imprensa como instrumento de educação das massas”. Essa possibilidade seria promovida cinco meses após essa reunião, em setembro de 1962 em Ourinhos, com a conferência de Sosthenes Jambo e no 1º de maio de 1963, citados anteriormente. Para o presidente da FATAESP, conforme a Ata da reunião, naquele momento, “o Partido ganhou a legalidade de fato, dobrou seus efetivos, melhorou as finanças e tornou-se mais ativo. A reação não conseguiu isolar como antes”. Continuando, a ata apontava que, entretanto, “pouco se fez no sentido de melhorar o nível político dos militantes, de fazer como que os novos membros compreendessem seus direitos e deveres”. Portela aponta que muitos militantes eram faltosos às conferências e não realizavam a leitura dos periódicos do partido. Somado a isso,

¹⁴⁴ AESP. Relatório de indiciamento de João Bento Vieira da Silva Netto, Infração Penal Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953. Produzido em 19 de maio de 1964, pelo Delegado de Polícia Ewerton Fleury Curado. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 97.

considerando o número total de operários da Estrada de Ferro Sorocabana e da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, Portela ponderava que, “veremos que são poucos os nossos companheiros e, sobretudo baixo o nível político e ideológico. Nas concentrações de colonos assalariados também somos fracos”¹⁴⁵.

A Ata ainda aponta que Portela comentou, positivamente, “este jornal é vendido e lido pelas massas camponesas em 6 municípios. Nesse sentido, temos feito um bom trabalho em Xavantes. Apesar nas mudanças constantes dos colonos e diaristas, temos assegurado a venda mensal de 50 exemplares”¹⁴⁶. Em Chavantes, Roque Pedroso era um vendedor do *Terra Livre*, tendo vendido Cr\$ 2000,00 em jornais, conforme recibo do pagamento por remessas em maio de 1963 e Cr\$ 4000,00 conforme recibo de 26 de janeiro de 1964¹⁴⁷. Entretanto, na fala atribuída a Roque Pedroso, este mostrou-se crítico a alguns aspectos do periódico naquele momento, citando a Ata, “disse o camarada Roque, não tratou do Congresso Camponeses de Minas e não comentou a Conferência Estadual. Disse ainda que o jornal está com atraso de seis meses em sua correspondência, e que carta de Xavantes não tem recebido resposta”. O documento salienta a fala de Roque, na qual, “quando o jornal não publica estas cartas, está colaborando com latifundiário”¹⁴⁸.

As críticas são elementos importantes para conseguirmos visualizar os tensionamentos que os militantes teciam frente aos instrumentos do Partido. No ano de 1960, o jornal *Terra Livre* publicou quatro textos abordando especificamente cidades da região e após a reunião do Partido Comunista. Após a queixa de Roque, somente no segundo semestre de 1961 o jornal publicou três notícias, sendo as três sobre Chavantes e Canitar, município e distrito de atividades do militante. No ano posterior, seriam publicados mais seis textos sobre a região. Nesse sentido, consideramos que o aumento das publicações reflete a intensificação das mobilizações e, também, que em certa medida as críticas tecidas por Roque foram atendidas. As conferências confirmavam-se como instrumentos da difusão das diretrizes e ações do

¹⁴⁵ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 362.

¹⁴⁶ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 361.

¹⁴⁷ AESP. Recibo de pagamento a Roque Pedroso, assinado por Hermano Sosthenes Jambo, diretor do jornal *Terra Livre*, 6 de maio de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 151. AESP. Recibo de pagamento a Portela, de Roque Pedroso em pagamento de sua dívida ao *Terra Livre*, em 26 de janeiro de 1964. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 152.

¹⁴⁸ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 363.

Comitê Estadual do PCB para os comitês de zona e municipais, mas também, da veiculação das demandas locais sobre órgãos estaduais do partido.

Porém, observamos outras tensões, sobre as formas como o Comitê Estadual do Partido Comunista conduzia algumas decisões, que pareciam não serem corretas na perspectiva de alguns militantes locais. A exemplo, na fala de João, conforme a Ata, “disse que o camarada Portela foi retirado do trabalho da zona à revelia da região toda. Isto disse, é um exemplo do mandonismo. Disse que o camarada Portela era a chave do Partido na região e que este não ia morrer com sua saída, mas ia sofrer atrazo” (p. 365). O “mandonismo” era um aspecto citado na reunião como minimizado após o V Congresso, mas, na crítica de João Bento, manteve-se quando José Alves Portela passou a atuar como presidente da FATAESP (novembro de 1961) e por isso, passou a residir em São Paulo/SP e a coordenar em âmbito estadual. Conforme o documento, Nilo “justificou a saída do camarada Portela da Zona, dizendo que este era, no momento, o único elemento que poderia presidir a F.A.T.A.E.S.P. Disse que, no entanto, aceitava as críticas pela maneira como foi encaminhada a saída de Portela”¹⁴⁹.

A Ata traz diversos aspectos interessantes de serem observados. O último que destacaremos é com relação a um trecho da fala de José Alves Portela, que apontou que faltavam militantes jovens na direção da Zona, o que posteriormente seria debatido por José Peres. Esse aspecto é relevante pois marcava do perfil dos militantes na região, bem como, a ideia de continuidade dos trabalhos que vinham empreendendo. Segundo Ata, Peres “achava que, na verdade, deve se aproveitar para os postos de direção também os membros que recentemente entraram para o Partido, mas que os antigos não devem ser afastados simplesmente por serem antigos”¹⁵⁰. Esse aspecto da idade dos militantes estava sendo pensado naquele período devido ao fato dos dirigentes possuírem idades entre 38 e 72 anos. No documento da Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Rio Pardo, produzido em 22 de março de 1965, o Delegado José Octavio Carneiro da Silva fez algumas considerações sobre a idade dos militantes. No documento, citou Eufimi e Abílio, ambos de Santa Cruz e pontou que “Abílio é homem velho e doente [...]. Diabético, idoso, vencido. [...] Quando a Eufimi Kokinoff, também idoso, registra várias passagens por esta Delegacia como alcóolatra [...]. Outro homem vencido. Fóra de forma como elemento atuante ou que possa oferecer perigo á Segurança Nacional. Um pobre dia, digo,

¹⁴⁹ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 366.

¹⁵⁰ AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 363.

pobre diabo hoje em dia...”¹⁵¹. No relatório da Delegacia de Polícia de Palmital, de 21 de maio de 1964, João Barreiros, militante daquele município, seria descrito como “velho e intransigente comunista, já processado duas vezes por crimes dessa natureza”¹⁵². Embora esses documentos policiais tenham sido escritos em tom pejorativo, eles registram a continuidade da luta que essas pessoas empreenderam e dos vestígios desse tempo. Muitos realizaram por cerca de trinta anos a militância política, numa busca equânime pela justiça social e transformações reais do país, com vistas ao fim ou à minimização das desigualdades da sociedade brasileira. Permaneceram mesmo diante das inúmeras violências e torturas que sofreram, carregando consigo vestígios e cicatrizes dessas dores.

“Respeitem a lei ou a paciência acaba”

A partir de 1962, a opção pela sindicalização ganharia ainda mais força, pois nesse contexto o Estado passou a fomentar a sindicalização rural, uma vez que foram criados mecanismos, como a SUPRA (Superintendência Política de Reforma Agrária) e o Estatuto do Trabalhador Rural. Em um panfleto [s/d] da Associação dos Trabalhadores Rurais de Marília, apreendido com Roque Pedroso, esta esclarecia sobre o Estatuto do Trabalhador Rural que:

4 – Todo Trabalhador Rural, terá direito ao amparo da lei:

- a) – por acidente no trabalho;
- b) – por moléstias profissionais;
- c) – assistência médica;
- d) – salário maternidade;
- e) – oito horas diárias de trabalho;
- f) – repouso semanal remunerado;
- g) – férias remuneradas;
- h) – indenização por despedida do trabalho;
- i) – pagamento de aviso prévio;
- j) – estabilidade após dez anos de serviço prestado;
- k) – auxílio doença;
- l) – aposentadoria;
- m) – salário mínimo da região;
- n) – abono por trabalho noturno;

¹⁵¹ AESP. Relatório de investigação. Indiciado: Dário Neli. Produzido pelo Delegado de Polícia José Octavio Carneiro da Silva, em 22 de maio de 1964. Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Rio Pardo, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 226-227.

¹⁵² AESP. Relatório, Documento n.º 10 de 05/03/1965. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Relatório feito pelo Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 112.

- o) – décimo terceiro salário;
- p) – intervalo para refeições;
- q) – horas extras com 25% de acréscimo;
- r) – pagamento em dobro por indenização quando houver estabilidade e por dispensa injusta causa;
- s) - o valor do salário mensal é de Cr\$ 20.000,00, o do salário por dia é Cr\$ 666,60, o do salário por hora é de Cr\$ 83,33 e o da hora com acréscimo de 25% é de Cr\$ 108,30¹⁵³.

O Estatuto criou uma única categoria para todas as muitas formas do trabalho no campo, garantiu o direito à sindicalização, organização, mobilização, assim como, o direito a férias, salário mínimo, décimo terceiro salário, aposentadoria e diversos outros¹⁵⁴. Além de que, garantia que não somente o homem tivesse direito ao pagamento, mas também as mulheres e os jovens maiores de 16 anos, já as crianças menores de 16 anos que trabalhassem, teriam direito a meio salário mínimo. O Estatuto tabelou o aluguel da casa, não podendo ultrapassar a 20% o salário mínimo da região, garantiu condições de higiene, afastamento para mulheres grávidas por 42 dias antes e 42 dias após o parto e ainda, “sempre que houver aborto, mediante atestado médico, a mulher se afastará do serviço durante duas semanas (14) dias, sem prejuízo do seu salário mensal”. O documento também apresentava outros benefícios do ETR e alertava “NÃO ASSINAR PAPEL EM BRANCO PORQUE PERDERÁ SEUS DIREITOS”, alertando sobre uma trapaça comum¹⁵⁵. O Estatuto tornou possíveis melhorias reais nas condições de trabalho dos homens e mulheres do campo.

Entretanto, entre a lei aprovada e a aplicação da lei no cotidiano havia um caminho a ser percorrido. Então, no início de 1963, o PCdoB trabalhou para garantir que esses direitos chegassem de fato à população local. Para isso, promoveu a sindicalização dos trabalhadores do campo e quando estes sindicalizavam-se, os sindicatos e associações tornavam-se seus representantes legais. Isso implicava zelar pelas “cadernetas” dos trabalhadores, que antes de 1963 era representada pela ficha de pagamentos recebidos. Após essa data, formalizou-se na Carteira Profissional do Trabalhador Rural, obrigatória a todos os trabalhadores e fornecida

¹⁵³ AESP. Alerta Trabalhadores do Campo, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Marília chama a sua atenção para estes esclarecimentos a respeito do Estatuto do Trabalhador Rural. Produzido pelo presidente A. Moura em contribuição com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 119.

¹⁵⁴ BRASIL. Lei no 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, Brasília, DF, 18 mar. 1963. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm>. Acesso em 05 de dez. 2022.

¹⁵⁵ AESP. Alerta Trabalhadores do Campo, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Marília chama a sua atenção para estes esclarecimentos a respeito do Estatuto do Trabalhador Rural. Produzido pelo presidente A. Moura em contribuição com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 119.

pela Delegacia Regional de Trabalho e no extrato dos saldos e débitos. Quando estivessem pendências ou se existissem outras queixas, como a falta de pagamento por férias, dispensa, descontos arbitrários ou demais reclamações, os sindicatos enviaram cartas aos proprietários das fazendas, os notificando de irregularidades e alertando das punições.

No dia 8 de março de 1964, Roque Pedroso escreveu uma carta para Jerônimo, administrador da Fazenda Santo Antônio de propriedade de José Vergueiro, em Canitar/SP. Essa carta está na Pasta OS 5919, da Delegacia de Ordem Social, do Fundo DEOPS/SP, do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nas palavras escritas no documento: “Caricimo amigo Jerônimo comunico vos que compareceu a séde do sindicato da lavoura de Chavantes [...] o seu empregado diarista que é o senhor Rozauvo Lopes de Lima e que declarou que foi despachado de serviço dessa sitada fazenda”. No parágrafo seguinte a carta continuava,

E como este empregado precisa mudar ele precisa de arreceber o seu pagamento que tiver como sardo para depoiz mudar da fazenda e pela obrigação da lei do trabalho quando o administrador manda embora é obrigado pagar em mediatamente o que se arrefere sardo de serviço prestado e enquanto não for pago o trabalhador não esta despachado ele continuara ganhando seus dias até o momento que seja pago o seu serviço prestado. E não é legal e é desomano [...]. Esta assosseação e sindicato muito respeitosa mente pedimos a vossa senhoria fazer o pagamento do sardo serviço prestado ao trabalhador Rozauvo Lopes de Lima. Assinado Roque Pedroso da Silva¹⁵⁶.

Roque estava utilizando as leis para exigir do administrador que pagassem os direitos devidos e para isso, salientando o caráter ilegal e desumano da ausência do salário devido. Desse modo, a carta transcrita é um registro da confiança dos trabalhadores nas reformas sociais que o governo estava promovendo, além, de representarem uma convicção com relação às possibilidades da Justiça do Trabalho. Em outra carta, de 30 de janeiro de 1964, Marcos Batista Silva, representante dos trabalhadores do Sindicato Rural de Chavantes, argumentou a outro administrador, “o senhor deve auxiliar es homem para que ele não veja os seus filhos com fome. Um homen que trabalha, passar fome não é possível, ele alega que ficou deveno não por causa de ser malandro, foi por doença [...]”¹⁵⁷. Ao ensinar ao administrador o que este deveria fazer, Marcos e Roque exerciam um enfretamento que os direitos possibilitavam.

¹⁵⁶ AESP. Carta de Roque Pedroso da Silva para Jeronimo, administrador da Fazenda Santo Antonio, de José Vergueiro. Canitar, 08 de março de 1964. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 140.

¹⁵⁷ AESP. Carta de Marcos Batista Silva administrador desta propriedade. Chavantes, 30 de janeiro de 1964. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 141

Mas enfrentar os latifundiários acarretava riscos à vida do trabalhador e de sua família. A exemplo, após defender o trabalhador rural da mesma fazenda em que trabalhava, Marcos Batista da Silva e sua família foram demitidos sem pagamento e ameaçados de serem expulsos da colônia, no dia 27 de outubro de 1963. Devido a isso, no dia 02 de novembro de 1963, Roque Pedroso e Marcos Batista enviaram uma carta para Benedito Nogueira, secretário responsável pelo Posto de Identificação do Ministério do Trabalho de Ourinhos. Os sindicalistas escreveram, “procuvo vossa excelencia senhor Benedito Nogueira para que nessa Justiça do Trabalho seja tomada as devidas providências do qual estou sendo vítima de perseguição pelo administrador Antonio Ruge por eu pertencer a este novo Sindicato Rural”¹⁵⁸. Os escritos denunciavam que além da perseguição, “este administrador se nega de pagar meus direitos garantidos pela consolidação das leis do Trabalho e dos Estatutos Rural que até submete uma multa a fazenda de despachar órgão que pertença o corpo de sindicatos rural”. Após, Marcos Batista reiterava, “Eu quero indenização de tempo, e férias, e 13º salário e reajuste de salário”¹⁵⁹.

Em meio ao despejo e às arbitrariedades, Roque Pedroso escreveu uma nova carta no dia 20 de dezembro de 1963, buscando negociar com o proprietário da fazenda em que Marcos trabalhava. Roque escreveu para o fazendeiro José Vergueiro e o administrador Jerônimo Firmino, informando como deveriam proceder para indenizá-lo e alertando que “a não ser assim dis Marcos Batista da Silva que só mudará desta fazenda mediante uma importância que de para cobrir os meus dias parado e recuso para pagar adiantado um aluguel de uma casa no comercio a onde posso agasalhar, minha família e minha mudança [...]”. Acrescentou que “do contrario a fazenda pode procurar os seus direitos o que seja com a justiça quer que seja com a polícia a razão é minha, e irei até a última situação”, e escreveram os nomes de Marcos Batista da Silva e Roque Pedroso da Silva. Por fim, a carta concluía, quase como um pós escrito, que “ao patrão proponho ao sr. fazendeiro da fazenda Santo Antônio o vosso digno reconhecimento em proceder um acordo digno reconhecimento com o sr. Marcos Batista que é um viúvo que assume

¹⁵⁸ AESP. Reclamação, enviada por Marcos Batista da Silva à Benedito Nogueira. Canitar, 02 de novembro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 581.

¹⁵⁹ AESP. Reclamação, enviada por Marcos Batista da Silva à Benedito Nogueira. Canitar, 02 de novembro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 581.

duas responsabilidades de ser pai e ser mãe de duas meninas menores de idade. Assinado Roque Pedroso da Silva”¹⁶⁰.

Lendo as cartas de Roque e Marcos podemos notar a ênfase que utilizavam em meio à aflitiva situação, e essa coragem, muitas vezes foi recebida como afronta pelos empregadores. Em respostas às ameaças, na carta enviada para Benedito Nogueira, em 2 de novembro de 1963, haviam contado que na fazenda havia “cangaceiros ameaçando com violência trabalhadores e expulsando para fora da fazenda sem motivo famílias trabalhadeiras e honradas e humildes para recolher outras famílias que inconscientemente irão receber contratos fora da lei”¹⁶¹. Pela ótica das pessoas da roça, cercados pelas dificuldades da vida, que as desafiava cotidianamente, escapar das explorações e injustiças experimentadas era uma possibilidade a ser defendida com unhas e dentes. A sobrevivência dessas pessoas e suas respostas escritas nas cartas podem ser lidas como atitudes de rebeldia. Àquela existência, que por si só já era uma luta, conseguiram conquistar ferramentas e entraram num campo de disputas que até agora havia servido prioritariamente aos ricos, proprietários e herdeiros: a justiça.

Quando as irregularidades ligadas ao trabalho persistiam, Roque, Marcos e João Bento acionavam a Justiça do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que era responsável pela emissão das carteiras profissionais dos trabalhadores rurais e pela fiscalização do trabalho. A Delegacia analisava a queixa e se procedente, notificava os empregadores para prestarem explicações e regularizarem a carteira. Caso os empregadores desobedecessem a notificação, estes poderiam ser punidos com multa de 10% do salário mínimo local (BRASIL, 1963). Após as notificações, se os empregadores apresentassem justificativas resistentes ao pagamento, a Delegacia Regional do Trabalho poderia promover negociações para as partes chegarem a um acordo.

Segundo o relatório de dois investigadores do DEOPS/SP, no início de 1963 o administrador da Fazenda Lageadinho soube que alguns dos funcionários eram sindicalizados e em represália a estes, os transferiram do trabalho de diaristas no qual ganhavam Cr\$ 300,00, para a lavoura da cana-de-açúcar, por empreita, na qual ganhariam menos. Os trabalhadores sindicalizados José Moreno, Cristovão Moreno e Joaquim Marcelino comunicaram essa mudança a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Xavantes, relatando que não haviam

¹⁶⁰ AESP. Carta de Roque Pedroso da Silva para Jerônimo Firmino, administrador da Fazenda Santo Antonio, de José Vergueiro. Canitar, 20 de dezembro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 145.

¹⁶¹ AESP. Reclamação, enviada por Marcos Batista da Silva à Benedito Nogueira. Canitar, 02 de novembro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 582.

sido consultados e não concordavam. Com isso, Roque Pedroso enviou duas cartas, conforme o relatório, “dizendo da injustiça que estavam cometendo, prejudicando antigos trabalhadores, radicados há muitos anos na Fazenda”, e a estas correspondências, Mário Peres respondeu mantendo-os no canavial e colocando fiscais para observarem especificamente o trabalho dos sindicalizados. Conforme apurado sobre o administrador, em relatório produzido pelos investigadores 1.858 e 1.349 do DEOPS/SP, “Dias após, os referidos trabalhadores, chegaram atrasados 10 minutos, sendo-lhes comunicado que por ordem da administração seriam descontados em uma hora de suas diárias [...] quando retornaram para apresentar o ponto, foram descontados em duas horas e meia”¹⁶². Ainda segundo o documento das autoridades, “dizem que os lavradores são perseguidos por qualquer motivo e que Mário Peres é **HOMEM PARA CHEFIAR BURROS E NÃO SERES HUMANOS**” (grifo no documento)¹⁶³. Essa sequência de relatos narra as perseguições que sofreram devido à sindicalização, sobre às quais os trabalhadores conversaram com Roque em sua casa e este, teria proposto que paralisassem os serviços, em contestação. No dia seguinte, teriam organizados piquetes e ampliado as discussões para sanarem questões de irregularidades das quais todos os colonos da fazenda partilhavam. Então, a adesão à greve ocorreu devido às injustiças sofridas pelos sindicalizados, mas também, passaram a reivindicar melhorias salariais e pleitear direitos que estavam sendo discutidos em âmbito nacional naquele momento, que antecedia em um mês a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Essa propriedade, Fazenda Lageadinho, era do antigo adversário de João Bento, o fazendeiro Mário Cintra Leite e empregava aproximadamente 200 famílias. No dia 07 de fevereiro 1963, Mário e Rafael Cintra Leite deram uma entrevista ao jornal *Diário da Sorocabana*, na qual relataram estarem surpresos pela paralização. Citando a publicação, os proprietários teriam defendido que,

A fazenda funcionava como uma cidade pequena. Temos eletricista, encanador, pedreiros, carpinteiros. Oferecemos assistência médica e odontológica inteiramente gratuita. Mantemos a escola, o clube e os trabalhadores dispõem de campo de futebol iluminado. São tradicionais os jogos noturnos e bailes do grêmio da Fazenda Lageadinho. Todos tem terra para plantar e podem vender para a própria fazenda... se a vida está difícil para os trabalhadores agrícolas, a culpa não é nossa. Em nossa

¹⁶² AESP. Relatório de Investigação [s/n], assunto Greve na Fazenda Lageadinho, de 16 de fevereiro de 1963. Relatório feito por investigadores 1858 e 1349. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 60.

¹⁶³ AESP. Relatório de Investigação [s/n], assunto Greve na Fazenda Lageadinho, de 16 de fevereiro de 1963. Relatório feito por investigadores 1858 e 1349. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 63.

fazenda não tem ninguém passando fome. (DIÁRIO DA SOROCABANA, 7 de fevereiro de 1963).

A versão dos empregadores buscava mostrar os benefícios da vida naquela fazenda, com argumento central na ausência da fome e na disposição de instalações gratuitas. Argumentando que não estariam em uma vida difícil por não passarem fome, os fazendeiros consideravam o que seria desejável aos trabalhadores. Mas na esteira das discussões e conquistas daqueles anos de 1950 e início de 1960, não passar fome já não era mais o mínimo aos homens e as mulheres do campo. O trabalho daquelas pessoas também as garantiria direitos que iam além da subsistência, como direito a férias, 13º salário e outros benefícios que estavam sendo negligenciados. Naquele momento, os trabalhadores queriam não passar fome, mas também, ter seus planos e futuros respeitados, com a garantia de que poderiam fazer mais do que apenas sobreviver. Esse aspecto não era argumentado, visto ou mesmo considerado pela fala de Mário Cintra Leite e Rafael Cintra Leite. Sobre o segundo ponto, segundo a argumentação dos funcionários, havia um desconto pelas instalações de entretenimento e pelas despesas médicas, sendo debitados nas folhas de pagamentos.

Nesse contexto, João Bento protocolou uma solicitação de acordo junto à DRT de Assis e às 14 horas do dia 12 de fevereiro de 1963, reuniram-se na sala de reuniões do 5º andar. Conforme a Ata de Reunião do processo 655.521/63, como mediadores estavam presentes o Delegado Regional do Trabalho em São Paulo, Roberto H. Gusmão, com a assistência de Brenno de Oliveira Machado, Advogado Assistente do Serviço Sindical. Junto a estes, de um lado estava Roque Pedroso da Silva (representando a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Ourinhos), José Alves Portela (presidente da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo), Nestor Vera (presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), Luiz Tenório de Lima (presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação no Estado de São Paulo) e um grupo de trabalhadores da Fazenda Lageadinho, de Ourinhos/SP, tendo a assistência do advogado João Bento Vieira da Silva Neto. De outro lado, apresentava-se Mário Cintra Leite (proprietário majoritário da Fazenda Lageadinho), acompanhado dos advogados Osvaldo Baldi e Renato Ferreira Leite. A questão a ser discutida seria as diversas reivindicações trabalhistas dos funcionários que estavam em greve durante a ocasião¹⁶⁴.

¹⁶⁴ AESP. Processo 655.521/63. Ata de Reunião. 12 de fevereiro de 1963, Delegacia Regional do Trabalho, em Assis. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 395.

Os trabalhadores diaristas e mensalistas exigiam o pagamento do salário mínimo regional, férias e 13º salário e os colonos, pretendiam o pagamento de Cr\$ 25.000,00 pelo trato anual de 1.000 pés de café, férias e também 13º e a manutenção das regalias (possibilidade de plantio de subsistência, manutenção do campo de futebol e do salão de bailes, por exemplo). Diante dessas exigências apresentadas por João Bento, Cintra Leite ofereceu como contraproposta as premissas que os colonos já ganhavam acima da média regional, além de que, sobre os mensalistas argumentou queixosamente que estes “trabalham quando querem, precebendo uma mesada mensal” e a quanto às férias, pagaria a todos que fizessem jus ao trabalho. Dessa maneira, na oposição da fala de Cintra Leite a de João Bento, não houve um acordo naquele momento, situação em que o Delegado Regional do Trabalho entrevistou e apresentou uma possibilidade de acordo¹⁶⁵.

Após a discussão da reunião, no dia seguinte foi publicada uma matéria sobre o acordo realizado, em um jornal de grande circulação. Conforme a matéria *Cessou a greve na Fazenda Lageadinho*, do jornal *Estado*, de 13 de fevereiro de 1963, naquele mês foi realizada uma negociação e a questão debatida era intrincada, “em virtude da existência, numa mesma fazenda, de mensalistas, diaristas e colonos”¹⁶⁶. O texto relatou que a reunião foi conduzida no dia 12 de fevereiro e já no início da sessão o fazendeiro adiantou que algumas questões seriam discutidas apenas na Justiça do Trabalho, como o direito reivindicado do 13º salário. Continua a publicação, “após prolongadas discussões as partes aceitaram o termo conciliatório”. Segundo o jornal, essa conciliação acordava que os diaristas receberiam 424 cruzeiros diários, os colonos 212 e os mensalistas ganhariam 19 mil como salário mínimo. Entretanto, a Ata aponta que o acordo sobre os mensalistas era o pagamento de Cr\$ 12.730,00.

Sobre a divergência do valor, uma hipótese pode ser que, sendo esse jornal de circulação na capital, tratava-se de uma forma dos proprietários argumentarem que a Justiça do Trabalho como favorecedora apenas dos interesses dos trabalhadores. Outra possibilidade seria que o valor acordado era Cr\$ 7.270,00 inferior ao que seria tabelado após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, menos de um mês após o acordo. Então, já em fevereiro, sabendo-se da futura promulgação do Estatuto e existindo debates sobre o tabelamento de salários, o periódico pode ter optado por publicar um valor mais alto, que seria próximo da cifra aprovada para a

¹⁶⁵ AESP. Processo 655.521/63. Ata de Reunião. 12 de fevereiro de 1963, Delegacia Regional do Trabalho, em Assis. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 395.

¹⁶⁶ AESP. Recorte do Jornal Estado, com a matéria “Cessou a greve na Fazenda Lageadinho”, de 13 de fevereiro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 150.

região (Cr\$ 20.000,00). Essa publicação passaria impressão de que os debates trabalhistas não eram tão necessários nesse âmbito, afinal, nessa lógica, o empregador era justo mesmo sem a promulgação de uma lei específica que o obrigasse. A terceira hipótese seria que o valor apresentado pelo jornal somava os valores relativos à aluguel da casa, assistência médica, recreação, entre outras “regalias”, mas se assim o fosse, esses elementos custariam 57% do salário do trabalhador. Com a promulgação do ETR, o aluguel da casa (geralmente o gênero mais caro das despesas) não poderiam ultrapassar 20% do salário mínimo. Nesse sentido, em todas as hipóteses o erro da publicação reflete parcialidades e arbitrariedades.

Ademais, o jornal comentava que a greve teria sido inspirada pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, dirigida por Luís Tenório de Lima. Essa inspiração a que remetia a matéria era uma alusão a causa trabalhista que os 2000 assalariados da Usina Nova América, da cidade de Assis, haviam conquistado na justiça em junho de 1962. Na ocasião um dos líderes das reivindicações foi Luís Tenório Lima, que na época, estava à frente da Associação Profissional dos Trabalhadores em Alimentação, recém-formada. Os trabalhadores em Assis realizaram uma greve enquanto prosseguiam com o processo na Justiça do Trabalho e ao fim, conseguiram um acordo salarial e a extensão deste para a Usina Maracaí, do mesmo proprietário¹⁶⁷. As matérias nos periódicos nos deixam entrever que nesse processo, da Fazenda Lageadinho, em Ourinhos, os atores envolvidos, proprietários e trabalhadores rurais, mobilizaram diferentes ferramentas de discurso, convencimento e mobilização.

Sobre o 13º salário, que não obteve acordo na conciliação inicial da DRT, o sindicato prosseguiu para a Justiça do Trabalho, recorrendo ao Juiz do Fórum de Ourinhos. Sobre essa etapa da justiça, em outras circunstâncias, os trabalhadores organizados haviam denunciado a morosidade do andamento dos processos (publicação de junho de 1962, na tabela a seguir). Frente à demora, buscaram realizar ações de pressão política, para que estas causassem impacto no tempo das decisões e das estruturas burocráticas. Mesmo antes da existência das DRTs, os camponeses já publicavam suas queixas nos periódicos em circulação, o que era uma via de pressão e mobilização também. Do município de Chavantes e do distrito Canitar, locais em que Roque atuava, as queixas dos trabalhadores publicadas nesse periódico, no início de 1960, foram:

¹⁶⁷ Sobre o assunto recomendamos a leitura do *Capítulo 7 - A “Justiça de Classe” e entre “a roça e a fábrica”*, de Fernando Teixeira da Silva (2016), no qual estudou especificamente essa mobilização da Usina Nova América, em Assis/SP e o contexto de reivindicação de espaços e direitos através da Justiça do Trabalho, tendo como fio condutor as memórias de Luís Tenório Lima. Conf. SILVA, Fernando Teixeira da. A “Justiça de Classe” e entre “a roça e a fábrica”. In: SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda, 2016.

Tabela 7 – Reclamações de Canitar e Chavantes, entre 1960 e 1964

Cidade	Local	Assunto	Periódico	Data da publicação	Citação direta - Fragmentos da publicação do periódico
Canitar	Fazendas da região	Condições de trabalho das fazendas locais	Terra Livre, São Paulo	Março, 1960, p. 03.	Senhor redator. Tenho a dizer que as dificuldades dos trabalhadores daqui de Canitar são horríveis, com salários de 80 cruzeiros por dia, para custear a vida, com tudo caro. Não há jeito de se viver. As donas de casa fazem o almoço e levam para o marido que está trabalhando na roça; se sobrar alguma coisa, a mulher come, se não sobrar fica sem almoço. Tal é a situação de vida dos trabalhadores do campo neste município. [Carta enviada por Roque Pedroso].
Canitar	Fazendas da região	Matéria enviada por Roque Pedroso, que relata as condições de trabalho das fazendas locais	Terra Livre, São Paulo	Junho, 1960, p. 06.	A vida dos trabalhadores nas fazendas de café de Canitar está insuportável. A maioria das fazendas não paga mais do que a mesada mensal de 2.000 cruzeiros pelo trato de 5.000 pés de café. [...] Ainda há pouco tempo aconteceu aqui um caso que bem demonstra esta situação: uma senhora de São Paulo veio a Canitar visitar sua família, que trabalha numa fazenda. Lá chegando não encontrou o que comer; foram pedir alguma comida emprestada aos vizinhos, mas estes também não tinham nada em suas casas. Aí a visita teve que se contentar com o que os parentes vinham comendo, isto é, folha de quiabo cozida com sal, e só isso. [...] Não há no momento, entre os trabalhadores, maior reivindicação do que a do salário mínimo, pois atualmente é preciso reunir o ganho de 4 pessoas para chegar-se ao valor do salário mínimo. Ass. Roque Pedroso. Canitar. São Paulo.
Canitar	Fazendas da região de Canitar e Chavantes	Reclamações acerca do salário, custo de vida e assistência médica	Terra Livre, São Paulo	Setembro, 1961, p. 06.	Reclamam os colonos de Xavantes, Canitar e Irapé, dos fazendeiros que não querem reconhecer sua miséria e, ao contratá-los não se lembrar de que o dinheiro desvaloriza o dia a dia, mes a mes. “LAÇO DO HOSPITAL”. Na zona de Xavantes não existe mais Santa Casa de Misericórdia; os trabalhadores que ficam doentes são internados pelo patrão na ex-Santa Casa, que se transformou em Hospital, sem maiores recursos. Ficar doente é cair no “Laço do Hospital”: os patrões pagam a despesa do empregado, descontadas depois em fôlha de pagamento. Isto faz com que o empregado fique preso por um tempo muito longo ao patrão, até conseguir pagar sua dívida, com o salário de fome que recebe.
Canitar	Fazenda Santa Lúcia, São Bento e Santa Otália	Denúncias de exploração e perseguição	Terra Livre, São Paulo	Junho de 1962, p. 06.	Os irmãos Mafarrej, Acibe e Nacibe, milionários industriais da cidade de São Paulo e latifundiários da Sorocabana, têm três fazendas em Canitar: Santa Lúcia, São Bento e Santa Otália. Usam todos os meios para a exploração dos camponeses e trabalhadores. Para a administração das Fazendas empregam capangas para perseguir os trabalhadores e reduzi-los à condição de escravos. Os capangas são os srs. André, Jorge Morais e José Fernandes, que promovem os mal tratos aos trabalhadores, por ordem do latifundiário. AUTORIDADES PARADAS. Por meio da ajuda da Associação Rural dos Trabalhadores, por seu presidente Roque Pedroso, o colono procurou o promotor público de Ourinhos para a apresentação das reclamações às autoridades. Desde 15 de março do corrente ano as autoridades não tomam iniciativa de resolver o problema. No Fórum existem queixas já de dois anos e até agora nada se resolve. Diante disso, os

					grandes proprietários se gabam de que “com dinheiro comprar todas as autoridades que tratam das queixas dos trabalhadores contra suas fazendas”.
Canitar	Fazenda Santana - Xavantes	Dispensa de diaristas sem aviso prévio e falta de pagamentos.	Jornal Terra Livre, São Paulo	Janeiro de 1963, p. 03.	Com cínica desculpa de “fazer limpeza” na fazenda, o latifundiário Fernandes Quali[?], proprietário da Fazenda “Santana”, que não respeita as leis não pagou o salário mínimo da região nem registra nenhum dos seus empregados, resolveu dispensar 20 diaristas, sem pagamento do saldo dos serviços prestados, nem os 30 dias de aviso prévio. Os diaristas procuraram o líder Roque Pedroso, presidente da Associação dos Empregados e Trabalhadores Rurais de Xavantes, que discutindo à questão com os demais diretores, ficou resolvido que os trabalhadores somente se retirariam da fazenda mediante o pagamento do saldo devido pelos serviços prestados mais 30 dias de aviso prévio, tudo na base do salário mínimo [...]. O patrão não vacilou em ameaçar os seus empregados até mesmo com jagunços armados. Diante disso, os trabalhadores se dirigiram ao Fórum de Ourinhos, onde o Promotor tomou providências no sentido de conseguir um acôrdo [...]. [...] Os trabalhadores da Fazenda “Santana” estão dispostos à conquistar o salário mínimo através de uma luta organizada em que devem se unir a todos os trabalhadores agrícolas da região.
Ourinhos	Fazenda Lageadinho	Greve, passeata e acordo em mesa redonda.	Jornal Terra Livre, São Paulo	Março de 1963, p. 01.	Depois de dez dias de greve, as 132 famílias de trabalhadores da Fazenda Lageadinho (em Ourinhos, São Paulo) conseguiram, graças à sua unidade e firmeza, vencer o patrão e conquistar parcialmente o que exigiam. A Fazenda Lageadinho, propriedade do dr. Mário Cintra Leite, que vive na cidade gozando a vida com recursos arrancados dos seus explorados, não respeita nem mesmo os direitos trabalhistas já consagrados pela lei. Vinha pagando salário que não chegava, em média a Cr\$ 300,00 por dia de trabalho, quando a lei do Salário Mínimo manda pagar Cr\$ 633,33. Não pagava as férias e nem sequer respeita a última conquista dos trabalhadores, o décimo terceiro salário.

Sobre a penúltima denúncia transcrita na tabela anterior, de janeiro de 1963, sobre a Fazenda Santana, em Chavantes, em 4 de novembro de 1963, Roque havia escrito duas cartas, uma para Amauri Silva, Ministro do Trabalho e Previdência Social e outra para João Goulart, Presidente da República. Essas correspondências estão presentes na pasta Comunismo, no acervo do DEOPS/SP, e em ambas, descreveu que havia sido demitido da fazenda Santana, pois o administrador Antônio Ruge estaria perseguindo todos os funcionários que, em suas palavras, “pertenciam ao Sindicato Rural, do qual faço parte como presidente”. Ainda, explicou a situação e listou os nomes de outros sete trabalhadores que se encontravam em situação semelhante e solicitou “providências no sentido que seja resguardado os direitos do trabalhador”¹⁶⁸. Não encontramos registros sobre se as solicitações nessas cartas foram atendidas, mas além de constituírem-se como ferramentas de pressão, esses documentos nos deixam entrever a sensação de proximidade ou acesso que presidente e o ministro pareciam ter naquele período, aos líderes sindicais. Após as cartas e com o processo na justiça, esperaram mais dois meses, mas possivelmente não obtiveram o acordo desejado pelas reivindicações, tendo em vista que a matéria do *Terra Livre* presente na tabela relata que a situação continuava semelhante em janeiro de 1963. Esse texto dos periódicos tece a denúncia que, “o patrão não vacilou em ameaçar os seus empregados até mesmo com jagunços armados”¹⁶⁹. Diante da situação, os trabalhadores teriam levados as queixas de ameaças a Associação dos Trabalhadores da Lavoura de Xavantes e este organizou uma manifestação para o Fórum de Ourinhos, local onde a causa trabalhista estava sendo movida.

Então, além das publicações em jornais e envio de cartas, os trabalhadores também se mobilizaram em passeatas e em greves. No dia 15 de fevereiro de 1963, três dias após o acordo firmado na DRT, o Delegado de Polícia de Assis informou ao DEOPS/SP que havia chegado ao fim o movimento grevista. Segundo o documento, “Na Fazenda Lageadinho após o acordo feito na DRT, foram demitidas 44 famílias com total de 86 pessoas”. O relatório informava que “deverão ser demitidas algumas famílias o que será efetivado após uma reunião que haverá dos proprietários com o administrador”¹⁷⁰. Nesse cenário, os trabalhadores da fazenda Lageadinho

¹⁶⁸ AESP. Carta de Marcos Batista da Silva e Roque Pedroso da Silva para Amauri Silva, Ministro do Trabalho e Previdência Social. Ourinhos, 4 de novembro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 385.

¹⁶⁹ TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1963, p. 03. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

¹⁷⁰ AESP. Relatório de Investigação [s/n], assunto Greve na Fazenda Lageadinho, de 16 de fevereiro de 1963. Relatório feito por investigadores 1858 e 1349. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 63.

havia entrado em greve novamente no fim de fevereiro de 1963, mobilizando 132 famílias, conforme o jornal *Terra Livre*, publicação da última linha da tabela anterior, de março de 1963.

A greve foi aliada a uma passeata em Ourinhos, na qual, na busca por contrapor a narrativa dos fazendeiros os trabalhadores escreveram cartazes, explicando as suas condições de trabalho e quais eram as reivindicações. Segundo o jornal, “para desfazer calúnias dos fazendeiros e dos demais reacionários contra a greve, os grevistas, com objetivo de esclarecer o povo e reclamar seus direitos, realizaram pelas ruas principais de Ourinhos, passeata conduzindo cartazes [...] mostrando as injustiças de que são vítimas” (1963, p. 01). Em diálogo com a leitura traçada anteriormente na reunião do Partido Comunista, a associação buscou a estratégia de sensibilizar “as massas”, gerando o interesse público sobre o processo trabalhista que estava em curso. A pressão e mobilização popular ajudou os trabalhadores conseguirem o julgamento favorável do juiz. O periódico relata que, “numa verdadeira demonstração de carinho, aos trabalhadores, 4 mil pessoas compareceram ao Fórum levando a solidariedade moral e material ao povo de Ourinhos”¹⁷¹.

O jornal *Terra Livre* comemoraria em março de 1963: “Depois de dez dias de greve, as 132 famílias de trabalhadores da Fazenda Legeadinho (em Ourinhos, São Paulo) conseguiram, graças à sua unidade e firmeza, vencer o patrão e conquistar parcialmente o que exigiam” (1963, p. 01). Provocativa, a publicação argumentava que, “dr. Mário Cintra Leite, que vive na cidade gozando a vida com recursos arrancados dos seus explorados, não respeita nem mesmo os direitos trabalhistas já consagrados pela lei”. O salário mínimo na região instituía o pagamento de Cr\$ 633,33, mas segundo o jornal, Cintra Leite “Vinha pagando salário que não chegava, em média a Cr\$ 300,00 por dia de trabalho”. Ainda, conforme a denúncia, o fazendeiro não pagava as férias e o décimo terceiro salário e era sobre estes últimos que recorriam no Fórum de Ourinhos quando foram vitoriosos¹⁷².

Entretanto, em Ata da reunião do dia 4 de março de 1963, realizada às 14h na sala de reunião do 7º andar do prédio da Delegacia Regional do Trabalho de Assis, os trabalhadores pediram novamente uma reunião sobre o acordo firmado no dia 12 de fevereiro, naquele mesmo prédio, dois andares abaixo. Nessa nova reunião o empregador afirmou que estaria cumprindo aos trabalhadores contratados todo o acordo anterior e os trabalhadores concordaram. A ata explica que, segundo os trabalhadores, “o que pretendiam, na verdade, era um entendimento a

¹⁷¹ TERRA LIVRE, São Paulo, março de 1963, p. 01, ano XIV, n. 120. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

¹⁷² TERRA LIVRE, São Paulo, março de 1963, p. 01, ano XIV, n. 120. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

respeito de direitos que entendiam como devidos aos trabalhadores que foram despedidos antes mesmo da realização do acordo”¹⁷³. Na reunião do dia 4 de março, dois dias após a vitoriosa promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, estiverem presentes Luiz Tenório de Lima (Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo), Nestor Vera (União dos Lavradores Agrícolas do Brasil) e segundo o documento, Roque Pedroso da Silva era naquele momento o representante da Federação das Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FATAESP). Além destes, compareceu Mário Cintra Leite, presidente da Fazenda Lageadinho Ltda., assistido pelo advogado Renato Ferreira Leite.

Então, o advogado de Mário Cintra Leite argumentou que este não era o objeto da convocação da reunião e que conforme os termos do acordo anterior, o “seu objeto se limitaria no quantum salarial a ser pago aos empregados [...] e havia ficado claro na reunião anterior que a empregadora não assumia qualquer compromisso de readmitir qualquer de seus empregados já admitidos”¹⁷⁴. Ademais, o advogado contestava a veracidade das assinaturas presentes no abaixo-assinado dos trabalhadores reclamantes e caso os trabalhadores ainda se queixassem, que o processo fosse remetido à Justiça do Trabalho. O questionamento sobre as assinaturas dialogava com o relatório dos investigadores do DEOPS/SP, de 16 de fevereiro de 1963. Segundo o documento policial, “quando o trabalhador não sabia assinar o nome no livro da Associação, Roque Pedroso e JOSÉ ALVES PORTELA secretario da Associação assinavam pelos mesmos”¹⁷⁵. Essa proximidade das argumentações indica que em algum momento no mês de fevereiro houve a comunicação entre os investigadores e os proprietários da fazenda, com a troca de informações. Por fim, conclui a Ata, “Ante a impossibilidade de ser discutido amigavelmente o presente assunto, comprometeu-se o Dr. Cintra Leite a entrar em entendimento com o Dr. João Bento Vieira, na cidade de Ourinhos, a fim de que se possa chegar a uma solução satisfatória”¹⁷⁶.

A efetivação dos direitos conseguidos na Justiça do trabalho levava melhorias reais da condição de vida aos trabalhadores sindicalizados, gerava esperanças aos trabalhadores da

¹⁷³ AESP. Ata de Reunião DRT, 657 092/63, 04 de março de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 394.

¹⁷⁴ AESP. Ata de Reunião DRT, 657 092/63, 04 de março de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 394.

¹⁷⁵ AESP. Relatório de Investigação [s/n], assunto Greve na Fazenda Lageadinho, de 16 de fevereiro de 1963. Relatório feito por investigadores 1858 e 1349. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 62.

¹⁷⁶ AESP. Ata de Reunião DRT, 657 092/63, 04 de março de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 394.

região e intensificava a procura por se sindicalizarem. Após as conquistas de março de 1963, o jornal *Terra Livre* noticiaria:

Tabela 8 – Publicações entre março de 1963 e março de 1964

Município	Local	Assunto	Jornal	Publicação
Palmital	Palmital	Causas ganhas na justiça do trabalho, em fazer dos trabalhadores rurais Ramão Lozano e José Pachola.	Jornal Terra Livre, São Paulo.	Julho de 1963, p. 07.
Salto Grande	Fazenda São João	Greve de 24 horas e preparativos para greve geral do CGT.	Jornal Terra Livre, São Paulo	Julho de 1963, p. 05.
		Convocação para a II Conferência Estadual de Trabalhadores Agrícolas.	Jornal Terra Livre, São Paulo.	Julho de 1963, p. 07.
Palmital	Palmital	Reunião de entrega da carta sindical.	Jornal Terra Livre, São Paulo	Novembro de 1963, p. 01
Chavantes	Fazenda Santana - Chavantes	Denúncia contra fiscal do Trabalho que estaria perseguindo empregados em fazenda.	Jornal Terra Livre, São Paulo	Dezembro de 1963, p. 06.
Ipaussu	Delegacia de Polícia de Ipaussu	Tentativa de apreensão de jornal. Frente a Roque Pedroso, o Delegado de Polícia de Ipaussu teria recuado.	Jornal Terra Livre, São Paulo	Fevereiro de 1964, p. 05.
Chavantes	Chavantes	Convocação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Xavantes e comparecimento de 300 camponeses de toda a região.	Terra Livre, São Paulo	Março de 1964, p. 01.

A primeira publicação da tabela refere-se a causas trabalhistas individuais, auxiliadas pela Associação dos Trabalhadores Rurais da Lavoura de Palmital. A segunda publicação denota a expectativa e, também o diálogo que os movimentos locais estavam fazendo junto à movimentos nacionais, como o Comando Geral dos Trabalhadores. A terceira, era a convocação para a II Conferência Estadual de Trabalhadores Agrícolas, que seria realizada nos dias 6,7 e 8 de setembro de 1963 e que contou com a presença de alguns delegados da região, tais como Roque Pedroso, de Chavantes, e Daniel Ferraz Cunha, de Palmital. Sobre esse município refere-

se a quarta publicação, ocasião em que ocorreu a entrega da carta sindical, que regularizava a atuação da Associação, legalizando-a junto aos órgãos responsáveis. A quinta publicação denuncia as perseguições sofridas por Roque Pedroso, Marcos Batistas e outros, acompanhadas anteriormente neste texto, através das cartas dos sindicalistas. A sexta publicação referia-se a um episódio em que Roque Pedroso defendeu o seu direito de possuir o jornal *Terra Livre*.

A matéria *Camponês em Ipaçu fêz delegado engolir ameaça a Terra Livre*, narra que “O delegado de polícia daqui, a serviço dos latifundiários Ferraz, Igreja, da UDN, e Cunha Bueno, do PSD, tentou apreender o jornal TERRA LIVRE, intimando o agente Roque Pedroso a comparecer à delegacia local”. O texto, possivelmente escrito por um militante do PCB, aproveitava para denunciar a arbitrariedade das ações da polícia local e colocá-la como defensora de interesses da elite local. Segundo o texto, “Na presença do delegado de Ipaçu, com os jornais debaixo do braço, Roque Pedroso lembrou ao “beleguin” que existe uma lei que garante a circulação de jornais e revistas no País”. O militante ainda teria invertido a narrativa, conforme o periódico, argumentando que “a Polícia, isto sim, está promovendo a subversão da ordem, vez que TERRA LIVRE é um jornal legal e está registrado conforme as exigências da lei”¹⁷⁷.

Diante da segurança de Roque Pedroso e talvez em face da dúvida, o Delegado não apreendeu o periódico e Roque saiu da delegacia, livre. Relata o texto que “Sem mais desculpas para ameaçar Roque Pedroso, conhecido líder camponês de Canitar, o delegado de Ipaçu recuou de suas intenções de apreender os jornais e implicar o agente numa vergonhosa e cínica questão policial”. A publicação comemorou o episódio, que segundo sua didática e defesa característica, “Mais uma vez, um seu cão-de-fila é obrigado a recuar, diante do esclarecimento e do desembaraço do homem simples do campo”¹⁷⁸. Talvez o jornal, o Partido e o contexto fossem percebidos pelos trabalhadores do campo como um momento de vitórias reais e a leitura de conjuntura que José Alves Portela havia construído na reunião do Partido Comunista, em 1962, ainda prevalecesse. Os militantes mantinham ações de enfrentamento e altivez, construindo espaços verdadeiramente democráticos, onde atuavam e dialogavam de posição semelhante à dos demais atores sociais.

Diante das vitórias trabalhistas que os líderes das entidades trabalhistas estavam conseguindo no campo da Justiça do Trabalho, até mesmo o Delegado aconselhava aos fazendeiros que se adequassem. Conforme relatório da Delegacia de Ourinhos, “o sr. Delegado

¹⁷⁷ TERRA LIVRE, São Paulo, fevereiro de 1964, p. 05. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

¹⁷⁸ TERRA LIVRE, São Paulo, fevereiro de 1964, p. 05. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

de Polícia de Chavantes e que se encontrava respondendo pelo expediente de Ourinhos em reunião realizada pelos fazendeiros, aconselhou aos mesmos que pagassem nas mesmas bases da Fazenda Lageadinho”. Após a consideração, a autoridade de segurança pública, teria exposto a sua estratégia, onde os latifundiários deveriam pagar,

ANTES DA INTERFERÊNCIA DE ROQUE PEDROSO, O QUE AFASTARIA A OPORTUNIDADE DO MESMO GANHAR MAIOR CONCEITO NO MEIO DOS TRABALHADORES, MOSTRANDO BOA VONTADE DOS FAZENDEIROS EM FAZER JUSTIÇA AOS EMPREGADOS, ANULANDO QUALQUER INTERFERÊNCIA DE ROQUE NA COMUNIDADE RURAL DA REGIÃO¹⁷⁹.

Há no trecho a questão de que a manutenção dos salários abaixo do mínimo e do não pagamento dos direitos trabalhistas seria uma oportunidade de Roque ganhar mais conceito, ou seja, de conseguir mais vitórias na Justiça do Trabalho. Nesse sentido, um aspecto interessante desse trecho é a observação notória de que havia uma injustiça aos trabalhadores e era nesse campo que Roque atuava, por meio do sindicato. Entretanto, fazer justiça não se baseava no que era devido aos trabalhadores, mas sim, seria uma estratégia de diminuir a influência dos sindicatos. Isso porque havia o temor entre a autoridade de segurança sobre a possibilidade do sindicato ser vitorioso novamente na justiça. A segurança dos trabalhadores naquele momento baseava-se na Justiça do Trabalho.

A última notícia da tabela relata outra expressão de confiança, cujo título da matéria era *“Respeitem a lei ou a paciência acaba”*: *êste pode ser último aviso do povo*. O texto publicado em março de 1964 relatava uma reunião realizada em 16 de fevereiro, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Xavantes, em frente ao cinema daquela cidade, na área central da zona urbana. Na reunião teriam comparecido 300 camponeses e foram relatadas as perseguições sofridas por Roque Pedroso e Marcos Batista, perpetradas pelo administrador e pelo proprietário da Fazenda Santana. Além disso, haviam tentado impedir a realização da reunião do sindicato, sem êxito. Argumentava o Sindicato, “Sôbre isso, todos os camponeses presentes fizeram demonstração clara e indiscutível de sua impaciência diante da demora na solução dos seus problemas, ficando esclarecido para as autoridades presentes que “paciência é coisa que pode acabar de uma hora para outra”¹⁸⁰.

¹⁷⁹ AESP. Relatório de Investigação [s/n], assunto Greve na Fazenda Lageadinho, de 16 de fevereiro de 1963. Relatório feito por investigadores 1858 e 1349. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 57.

¹⁸⁰ TERRA LIVRE, São Paulo, março de 1964, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Aos trabalhadores rurais, suas ideias ressignificaram o contexto sob a ótica das conquistas que, pela primeira vez na história do país, estavam conseguindo no campo judicial. Diante dessas leituras, construídas principalmente, por e sob influência dos militantes do Partido Comunista Brasileiro, os trabalhadores empreenderam processos de resistências políticas na região, com ações que se construíram e reconstruíam ao longo de décadas. O principal exemplo que observamos nesse capítulo foi o da Fazenda Lageadinho, onde ainda em 1951 sete famílias de trabalhadores paralisaram suas atividades e o PCB buscou atuar e coordenar a greve, fundando a Associação dos Camponeses Livres junto aos trabalhadores. Pouco tempo após a ação do PCB, houve uma ampla adesão dos trabalhadores da colônia daquela fazenda, porém as mobilizações foram reprimidas pelo Departamento de Ordem Social do DEOPS/SP e pela Delegacia de Polícia de Chavantes e de Ourinhos, sem a conquista das reivindicações. Em 1963, na mesma fazenda, agora sindicalizados, os trabalhadores empreenderam uma nova greve. Mas ao longo dessa década que transcorreu entre a primeira e a segunda mobilização, firmaram apoios importantes, junto aos ferroviários, operários, funcionários públicos e outros. Ao lado destes, os camponeses construíram direitos, fundaram sindicatos, associações, federações e movimentaram debates no cenário nacional.

Essas políticas garantiram o acesso à direitos trabalhistas e um campo de luta novo: a Justiça do Trabalho. Assim, em 1963, mesmo em meio às perseguições, os trabalhadores da roça, dos cafezais e dos canaviais, puderam pleitear um lugar na mesa com o proprietário da Fazenda Lageadinho, Mário Cintra Leite. Argumentaram sobre as irregularidades e sobre os seus direitos de não somente subsistir, mas também, receber aquilo que de fato lhes valia pelo quanto que trabalhavam. Ganharam na justiça parcialmente o que solicitaram, porém, a vitória foi completa no campo simbólico, uma vez que, o que estava sendo disputado era também o direito de poder se fazerem ouvir e representar. Lutavam por possuir direitos à saúde, educação e trabalhos dignos, mas além dos direitos sociais, também almejavam lhes fossem respeitados os direitos civis, como a integridade física, igualdade perante a lei e a liberdade de pensamento.

Portanto, ao longo desse capítulo observamos os múltiplos empreendimentos traçados pelos homens e mulheres do campo, muitas vezes em conjunto com os militantes de esquerda. Destes projetos, alguns concretizavam-se apenas no ato de existirem. Isso se dava, pois, a violência cotidiana desafiava a própria existência naquele contexto, marcado pela ausência do Estado de Direito. Entendemos que o processo de construção desses direitos esteve relacionado com uma posição de enfrentamento construída sobre a razão da legalidade. Os homens e mulheres do campo passaram a verem-se, não amparados paternalmente, mas assegurados pelas

palavras escritas, que a justiça funcionaria para eles, da mesma forma que para os fazendeiros e demais proprietários.

Nesse momento, convém explicarmos que não pretendemos positivar o passado, mas sim, buscamos uma aproximação com universos culturais e temporais da luta no campo naquela região. A leitura de conjuntura que os militantes faziam naquele contexto, baseada nas mudanças que viam por meio da Justiça, fizeram estes e os demais moradores pobres da localidade considerarem que uma realidade diferente estava em curso. Mudanças reais estavam ocorrendo, com as indenizações, o direito ao descanso, aos salários dignos, à saúde, educação, e os espaços em mesas redondas, onde sentavam-se diante dos ricos e como estes, podiam falar e deles poderiam exigir.

Os fazendeiros, líderes religiosos católicos, lideranças de partidos de direita e outros setores conservadores, movimentavam-se para fortalecerem também suas bases e impedir que essas mudanças fossem contínuas ou permanentes. A exemplo, algumas ações empreendidas pelos conservadores foram:

- A vigilância e repressão dos policiais;
- O financiamento dos grandes proprietários rurais às ações de (des)mobilização popular, como os Círculos Operários Católicos;
- A propaganda anticomunista veiculada por bispos católicos em catequeses e missas;
- A publicação de livros e textos, com suas perspectivas e argumentos para fundamentação e veiculação dos discursos conservadores;
- Auxílio a campanhas de políticos conservadores, como Ney Braga no Paraná e Cunha Bueno no Estado de São Paulo, entre outros¹⁸¹.

De maneira que, os setores dessas classes possuíam diferentes interesses e representavam projetos de país distintos. Os trabalhadores buscavam o acesso aos direitos que lhes foram negados ao longo da história do labor e da posse da terra no Brasil. Já os setores que possuíam a terra e determinavam os preços, empreendiam esforços em continuar com os privilégios que já possuíam. Para isso, os conservadores optaram em promover e apoiar a continuidade da desigualdade, com ações de exclusão dos trabalhadores rurais no campo de disputas sociais e políticas. Não fizeram a justiça que o Delegado da Polícia de Chavantes recomendou, mas sim, apoiaram o golpe que estava em curso, e o autoritarismo e a violência

¹⁸¹ Sobre o conservadorismo como política na região do Norte Pioneiro do Paraná, conf. SILVA, Juliana Carolina da. CARRERI, Marcio Luiz. Usos do conservadorismo como política no Norte Pioneiro do Paraná (1947-1964). **Contemporâneos, Revista de Artes e Humanidades**, n. 22, abr/set., pp. 01-30, 2022.

trataram de cercear a voz dos trabalhadores e dá-los a vitória. Desse modo, num mesmo espaço existiam diferentes universos de interesses e culturas, construindo estruturas, ideias e práticas de formas diversas.

Considerações

No presente capítulo percebemos que o PCB¹⁸² desenvolveu uma atuação duradoura na região, desde a década de 1940 a 1964 e buscamos dar ênfase às atuações que concerniam no âmbito das reclamações trabalhistas, através da trajetória de João Bento Vieira Silva Neto. A atuação do partido passou por revisões, debates e mudanças ao longo do tempo. Da busca da revolução através da luta armada (priorizada no capítulo anterior), os pecebistas conversaram sobre a importância das reformas de base e empreenderam ações de aproximação com os trabalhadores do campo, os operários e os ferroviários, como entendemos no presente texto. Durante a década de 1950, realizaram campanhas, eventos, participaram de comícios e de discussões locais. No Médio Paranapanema vimos ações em muitas pautas estabelecidas pelo PCB, como a Frente Democrática de Libertação Nacional, as campanhas pró candidaturas de Juscelino Kubitschek, Marechal Henrique Lott, João Goulart, campanhas do petróleo e das riquezas minerais, entre outras.

Essas ações eram promovidas através da mobilização de pessoas, estruturas físicas e financiamentos coletivos. Como observamos, o jornal *Terra Livre* era um importante veículos de reclamação, difusão de ideias e de pautas, além de veiculação de informações e de união dos homens e mulheres do campo na região. O aumento das publicações sobre os municípios de Ourinhos/SP, Palmital/SP, Assis/SP, Ipaussu/SP, Chavantes/SP e o distrito Canitar, nos anos de 1961 a 1964 reflete a intensificação das mobilizações e, também, que a rede de atuação dos militantes locais possuía voz com os instrumentos do partido. As conferências do Partido Comunista na região eram veículos da difusão das diretrizes e ações do Comitê Estadual do PCB e do PCdoB, mas também, da veiculação das demandas locais sobre órgãos estaduais da legenda. Os militantes não apenas recebiam e aplicavam as diretrizes, mas dialogam e as (re)construíam em suas práticas.

¹⁸² Em 1962 houve a mudança do significado da sigla PCB, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro.

Ainda, vimos que as teses do V Congresso do PCB foram bem recebidas pelos militantes locais, pois coadunavam com suas próprias perspectivas e as suas leituras das demandas da realidade local, cercada pelos conflitos agrários das grandes fazendas. Em 1961, a estrutura do Partido Comunista passou por uma reorganização no Médio Paranapanema, primeiro com a saída de José Alves Portela, que foi atuar na FATAESP, em São Paulo. Após, com a criação do Comitê de Zona, que passaria a coordenar as ações dos comitês municipais, atuando com relativa autonomia, frente a uma descentralização do Comitê Estadual. Essa nova organização possivelmente buscava abarcar as especificidades de cada região do Estado de São Paulo e contribuir com a expansão das campanhas, número de militantes e quantidade de ações.

Embora a criação das organizações trabalhistas fosse possível desde a Constituição de 1946, nas vezes em que os militantes haviam buscado a organização em coletivos de caráter sindical, como a Associação dos Camponeses Livres ou o Sindicato Rural de Assis, foram fortemente reprimidos pelas delegacias locais e pelo DEOPS/SP. Então, desde a década de 1940, as organizações dos trabalhadores na justiça davam-se no âmbito privado e apenas nos corredores dos fóruns. Essa busca de melhorias trabalhistas na justiça era aplicada na região, através dos processos movidos pelo advogado João Bento, na defesa dos trabalhadores desde os anos de 1940, mas não era realizada através de órgãos sindicais. Passariam a ser organizadas as queixas nos sindicatos e movidas as ações como causas coletivas na justiça no início dos de 1960. Pois, nesse contexto o Partido Comunista havia estabelecido alianças junto aos governos estadual e federal, além de ter traçado uma ação de conciliação com alguns políticos considerados progressistas e, assim, conseguiram criar alguns instrumentos importantes, como a ULTAB, a SUPRA e o ETR. Portanto, foi no início dos de 1960 que as associações rurais passaram a ser uma ferramenta amplamente utilizada pelo PCB no Médio Paranapanema, inserindo-se num contexto nacional. A organização de sindicatos, associações e união passou a ser usada como um caminho na tentativa de mudança da estrutura agrária.

Nesse sentido, as diretrizes implementadas pelo PCB a partir de 1958, fortaleceram uma ação que já era buscada, a inserção das lutas na justiça, e tornaram coletivo esforços que antes eram individuais. Nas conferências, as novas diretrizes foram debatidas, criticadas e estudadas para aplicação, levantando ações que eram necessárias à realidade que os militantes viam e vivenciavam. As lideranças trabalhistas e os militantes privilegiaram as necessidades imediatas dos trabalhadores e usaram estas para atingir objetivos e pautas mais amplas. Dentro do espaço da coletividade, muitos militantes junto aos demais trabalhadores uniram-se, organizando e fundando os sindicatos e associações. Formaram redes de atuação que transitava informações

dos grandes centros até os homens e mulheres do campo, na roça, nos canaviais e nos cafezais dos interiores dos municípios. A esperança destes em conseguirem melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida, moviam essa ampla rede e promoviam uma maior expansão das informações e do poder de mobilização.

Como mencionado anteriormente, as formas mais comuns de atividades das organizações sindicais rurais do Médio Paranapanema, foram:

1. As organizações grevistas, que eram realizadas a partir de questões advindas de reivindicações dos trabalhadores;
2. As campanhas de mobilização em pautas políticas, originadas nos posicionamentos do PCB;
3. As atividades de formação e debates, tecendo um diálogo do Partido Comunista com as possibilidades e demandas dos trabalhadores.

Ainda, o maior trunfo da rede sindical era as conquistas trabalhistas que conseguiam, através dos embates na Justiça do Trabalho. Essas conquistas, como as da Fazenda Lageadinho em 1961, foram de todos os trabalhadores da mesma fazenda, haja vista que eram movidas como causas coletivas. As vitórias ensinavam aos demais camponeses e aos outros trabalhadores pobres do município os benefícios de unirem-se e lhes conferiam segurança. Nessa visão, as leis validavam que eles tinham a “razão”, tinham direitos e poderiam exigí-los na justiça e o veículo para isso, eram os sindicatos e associações. Assim, a justiça era uma ferramenta que, naquele momento, utilizavam frente às injustiças e arbitrariedades cometidas pelos empregadores e a acessavam por meio da rede sindical.

Esse êxito que os trabalhadores tiveram foi construído com muita perseverança e coragem, no enfrentamento das violências que lhes foram impostas ao longo do tempo, tanto por proprietários rurais, quanto por políticos, religiosos e autoridades de segurança pública. A permanência das desigualdades sociais e o esforço pela desmobilização dos trabalhadores eram buscas recorrentes dos setores conservadores. Observamos que no corpo dos militantes que resistiram durante décadas, na rebeldia do enfrentamento, ficaram marcados os vestígios dos pesos desses embates. Mas mesmo alguns estando idosos, com a saúde debilitada, permaneceram na busca pela justiça e na efetivação da democracia no país. Nesse sentido, como apontado por Clifford Welch (2009), a continuidade tanto quanto as mudanças são aspectos importantes para entendermos a rica história dos camponeses.

«Respeitem a lei ou a paciência acaba»: Este pode ser último aviso do povo

CANTAR, São Paulo (do enviado especial) — Mais de 300 camponeses de toda a região, que se transportaram de todos os meios, inclusive de caminhão e a pé, para atender a uma convocação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Xavantes, reuniram-se, em 16 de fevereiro último, no cinema local, a fim de discutir seus problemas mais prementes com o procurador da SUPRA em São Paulo, dr. Cícero Silveira Viana. Estiveram presentes, também, o sr. Benedito Gomes Nogueira, representante do Ministério do Trabalho, o sr. José Alves Portela, presidente da FATAESP, e o sr. Roque Pedrosa, presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais.

RESPEITEM A LEI

As questões levantadas por todos os que usaram da palavra, foi a que se prende ao desrespeito dos patrões, com relação às leis do país sobre os direitos dos trabalhadores. Nesse ponto, o camponês Dário de Paula fez o assunto, diretamente contra os latifundiários, dizendo que "respeitem as leis ou os camponeses serão obrigados a tomar medidas a seu modo, para conquistar seus direitos". Falando em nome da SUPRA, o dr. Cícero Viana esclareceu que aquele órgão do governo federal tem grande importância na solução dos problemas dos trabalhadores rurais, no que merece a confiança dos camponeses. Falou, também, o estudante Aureliano Siqueira, para afirmar que a união entre operários, estudantes e camponeses é de maior importância para a conquista das reformas de base, especialmente a reforma agrária, que já está contando com a mobilização de todo o povo brasileiro.

PERSEGUIÇÕES

Uma das denúncias mais sérias foi levantada pelo dirigente camponês Marcos Batista Silva, sô-

bre as perseguições de que vêm sendo vítimas os trabalhadores sindicalizados. Como presidente do Sindicato Rural de Xavantes, responsabilizou os latifundiários por tudo o que possa acontecer, em consequência do clima de pavor que eles estão tentando criar na região, visando fazer parar o movimento camponês.

O ESTATUTO

Com relação às provocações de fazendeiros e capangas em frente a casa de Roque Pedrosa, tentando amedrontá-lo para impedir a concentração, ficou demonstrado que de nada valem as ameaças dos "tubarões" de terra; o importante para os camponeses é que eles terão que respeitar o Estatuto do Trabalhador Rural e outras leis que possibilitam alguma vantagem para o homem do campo. Sobre isso, todos os camponeses presentes fizeram demonstração clara e indiscutível da sua impaciência diante da demora na solução dos seus problemas, ficando esclarecido para as autoridades presentes que "paciência é coisa que pode acabar de uma hora para outra".



Camponeses chegando para a concentração realizada em Cantar, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Xavantes. Vê-se, na porta, o dr. Cícero Silveira Viana, procurador da SUPRA em São Paulo, palestrando com alguns trabalhadores sindicalizados.



Apesar das chuvas que caíram fortes naquele dia, os camponeses atenderam à convocação de seu Sindicato, correndo todos a Cantar, transportando-se de caminhão ou de pés, para debater seus problemas com o representante da SUPRA, dirigentes sindicais do campo e o representante do Ministério do Trabalho, sr. Benedito Gomes Nogueira

Capítulo 4 - “Antes que o mal cresça, diz o velho adágio, convém suprimi-lo”



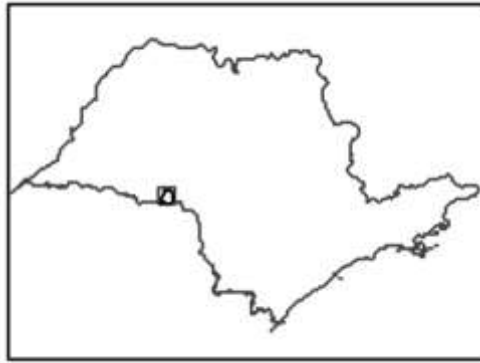
Imagem 19 – Fonte: Imagem do Jornal Poeira. Londrina, agosto de 1976, n.º 14, p. 05. Acervo CDPH/UUEL

Temos como enfoque neste capítulo a trajetória de Daniel Ferraz da Cunha, observando a luta dos camponeses por melhores condições de vida e de trabalho. O objetivo desse texto é entender o processo de construção de organizações trabalhistas nas cidades menores, como Palmital/SP, e como foram as atuações das pessoas que estavam na periferia da rede sindical. O recorte temporal a ser adotado nesse texto será de 1947 a 1969, abarcando os diretórios do PCB de Ourinhos e Chavantes e os sindicatos rurais de Bandeirantes/PR, Santa Mariana/PR, Nova Fátima/PR, Jacarezinho/PR, Candido Mota/SP, Piraju/SP, Assis/SP, com ênfase nos de Ourinhos/SP, Piraju/SP, Chavantes/SP, Palmital/SP, Canitar/SP, Ipaussu/SP, Andirá/PR e Cambará/PR.

Daniel Ferraz da Cunha

Daniel Ferraz da Cunha, filho de Benjamin Ferraz da Cunha e Maria Candida Ferraz, nasceu em Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Era branco, olhos e cabelos castanhos e estava com a barba e bigode raspados no dia de sua prisão em 1964, segundo a ficha de identificação da Delegacia de Polícia do município em que ele morava. Naquele momento, estava com 57 anos de idade, era alfabetizado, não tinha filhos, era solteiro e residia no bairro Água Clara, em Palmital/SP.

Imagem 20 - Localização de Palmital no Estado de São Paulo



Fonte: PORTAL MAPAS. 105237 MME – Palmital (SP). IBGE, 2011. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa105237>>. Acesso em 19 jul. 2022.

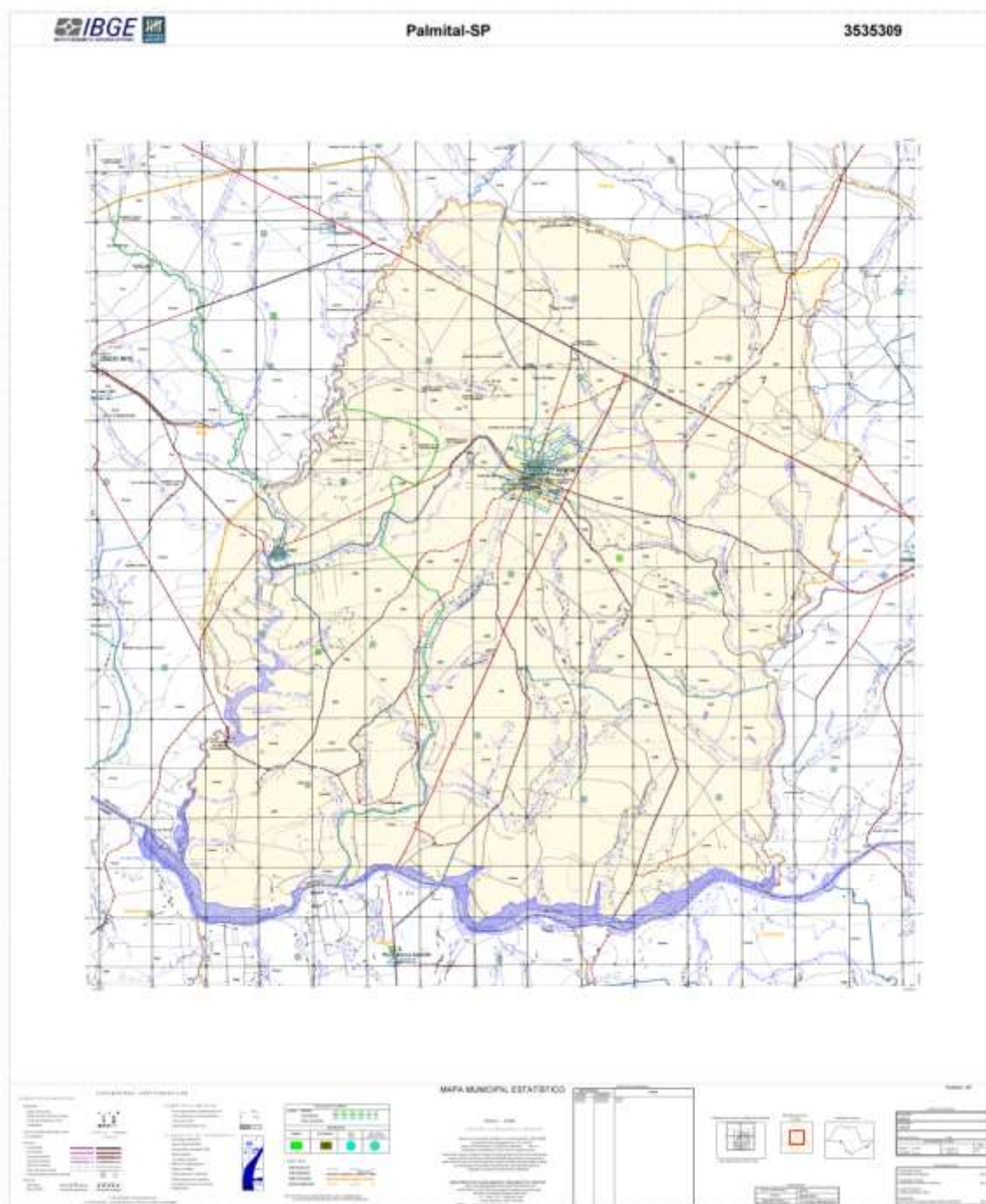
Palmital é uma cidade do interior paulista, que possui uma grande extensão de zona rural. Acima, vemos a sua localização dentro do Estado de São Paulo, ocupando lugar de divisa com o Estado de Paraná. Embora houvesse sido habitada desde tempos imemoriais por povos indígenas, com a Lei de Terras de 1850, a região foi dada como devoluta e abriu um leque de possibilidades de fraudes e irregularidades. O artigo 5º da Lei de Terras reconhecia o direito de quem já possuísse terras e que tivesse iniciado alguma cultura. Além das propriedades que detinham registros como sesmarias, concessões ou posses, havia mais duas maneiras de conseguir o título pela terra. Conforme a legislação, “2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco annos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 annos” (BRASIL, 1850). Esses prazos de não perturbação tornaram possíveis os registros de posses que resultavam de ocupação até aquele momento e passariam a proibir a aquisição de terras que não fossem adquiridas por meio da compra.

Para ser reconhecida a posse, os donos deveriam demarcar os limites, pagar as taxas e registrar as propriedades, tarefas que não eram fáceis aos homens e mulheres simples que ocupavam as terras e as comunidades tradicionais no interior do Estado, além de que havia comunidades e famílias no deslocamento constante. Já homens de posses, letrados, militares e outros, tornaram-se posseiros dessas terras devolutas do interior, acumulando grandes extensões de terras através dos registros arbitrários e grilagens. Conforme a pesquisadora Emília Viotti da Costa (1999), no livro *Da monarquia à república: momentos decisivos*, analisando a configuração da posse da terra em meados do século XIX, a criação de grandes latifúndios teria se agravado, uma vez que a demanda por produtos tropicais no mercado internacional favorecia a expansão das plantations. Nas palavras dessa autora, “no século XIX, o café, que não tinha sido importante no período colonial, tornou-se o mais importante produto da economia brasileira, suplantando o açúcar. A cada ano, novas áreas foram sendo ocupadas

pelos fazendeiros de café” (COSTA, 1999, p. 176). Essas pessoas migravam para as terras à fim de retirar os antigos ocupantes, estabelecer fazendas com extensa monocultura e geri-las. Nessas grandes propriedades, os limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais, como um rio, uma queda d’água, uma encosta. Segundo um relatório da polícia local, também existiam muitos sítios, além das grandes fazendas, que entre dois ou três proprietários, acumulavam a maior parte das terras da zona rural.

A seguir, observamos o mapa completo e atual, com muitas linhas percorrendo toda extensão do município. Linhas vermelhas, cinzas ou azuis. Esses riscos, representam os caminhos geográficos que cortam a paisagem.

Imagem 21– Mapa do município de Palmital/SP



Fonte: PORTAL MAPAS. 105237 MME – Palmital (SP). IBGE, 2011. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa105237>>. Acesso em 19 jul. 2022.

Algumas linhas e pontos são acidentes naturais, como rios, córregos e várzeas, e outras, são caminhos, estradas e vilas, construídas e formadas pelos fazendeiros, posseiros, sitiantes e demais produtores. Os traçados dessa região, a partir do repovoamento ocorrido após a segunda metade do século XIX, seguem os interesses dos grileiros, posseiros e grandes latifundiários. As fazendas e seus proprietários deram nomes a alguns córregos e ribeirões, como a Fazenda

dos Machados, pela qual passava o Córrego Machado, a Fazenda dos Aranhas, na qual passava o Córrego do Aranha, entre outros. Por sua vez, as vilas e os bairros rurais eram referenciados pelos nomes das águas que passavam próximas. De forma que havia o Água Clara, Água Bonita, Água da Aldeia, Água da Canela, Água da Corredeira, Água da Fatura, Água das Três Ilhas, Água das Anhumas, Água do Palmitalzinho, Água do Matão, Água do Meio, Água do Pau d'Alho, Água do Tombo, Água Sumida Água do Machado, Água dos Américos, Água dos Aranhas, Água dos Thomés, Água Nova, Água do Santo Antônio e Sussuí (origem indígena, cujo significado é “rios dos veados”)¹⁸³. A exceção era o bairro Espanholada, que obteve esse nome em referência aos imigrantes espanhóis que o habitavam.

Na imagem a seguir, um fragmento do mapa do município de Palmital, que mostramos acima, vemos em azul as indicações dos córregos da Aldeia, Palmitalzinho, Água Clara, Água Parada e Córrego Capixigui. Em Aldeia, Palmitalzinho e Água Clara havia comunidades rurais em meados do século XX. Na cartografia do IBGE, essas localidades são indicadas pelos pontos pretos. Além das colônias, nesses pontos localizavam-se sítios, os quais utilizavam a água dos córregos, para o consumo e produção. A força motriz das águas dos córregos poderia ser utilizada para movimentar máquinas de beneficiamento de alguns cultivos, como para moer milho e fazer quirera para as crias das galinhas ou na lavagem das roupas das famílias.

Nos bairros rurais ficava uma capela e geralmente, ao lado, havia uma venda e um campo de futebol¹⁸⁴. Daniel residia no sítio que havia herdado seu pai e trabalhava lá como lavrador, junto com sua família. Seus pais, Benjamim e Maria Cândida, haviam migrado algumas vezes pela região do Médio Paranapanema, buscando trabalhos melhores, a fim de acumularem algum dinheiro para comprarem sua terra. Por volta de 1905 a 1907, residiram em Santa Cruz do Rio Pardo/SP, local que nasceram Saulo (1905) e Daniel (1907). Pouco tempo depois, foram para Jacarezinho/PR, onde nasceu Elysa, em 1909 e José, em 1910. Migrando novamente, na época da construção da Estação Ferroviária no município de Palmital (1914), foram residir nessa localidade, onde conseguiram comprar um sítio. Lá nasceram mais dois filhos, Julia, em 1914 e Elizeu, em 1918, e foi onde a família morou por muitos anos, localidade em que as crianças cresceram, trabalharam e tiveram também os seus filhos. Benjamin faleceu em Palmital, no ano de 1960¹⁸⁵.

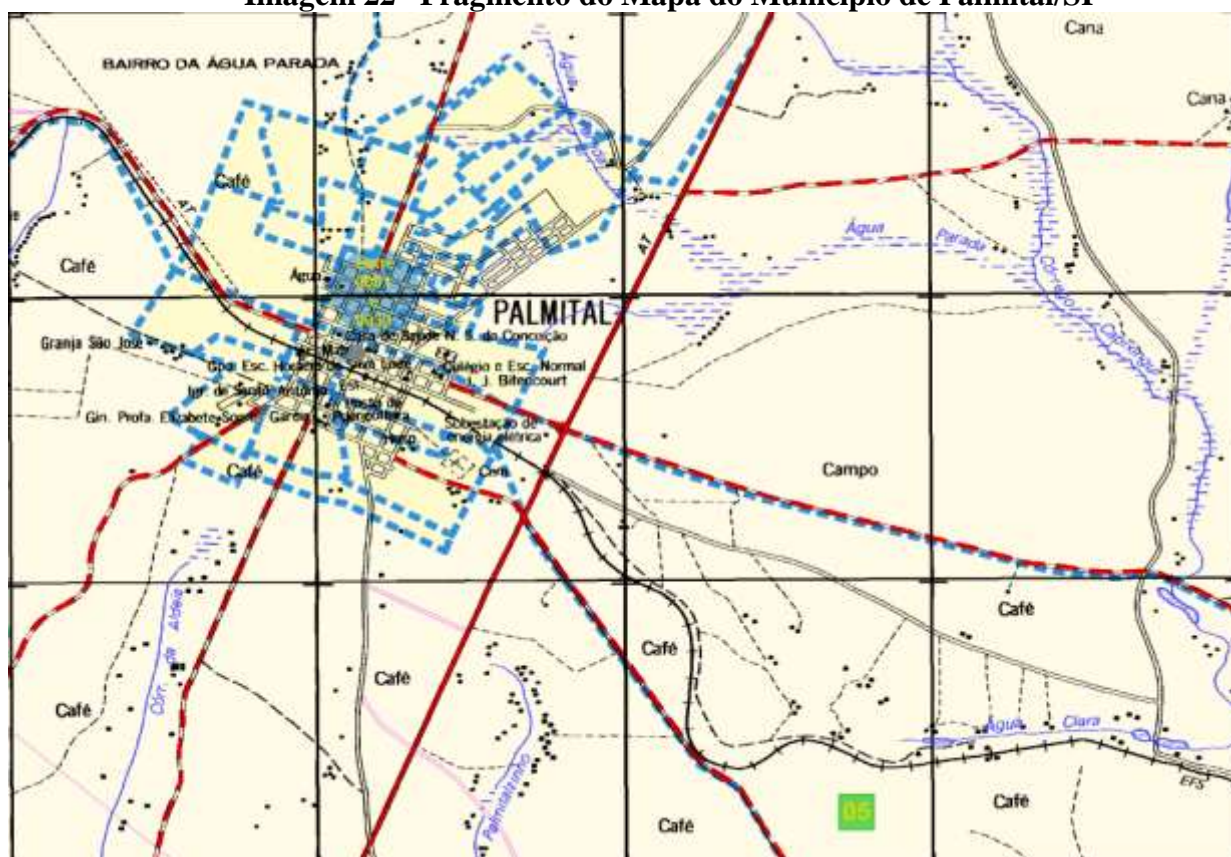
¹⁸³ História de Sussui. *Geornal*, [s/d]. Disponível em <<http://geornal.com.br/2020/04/16/historia-de-sussui/>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

¹⁸⁴ Paisagens rurais. *Geornal*, [s/d]. Disponível em <<http://geornal.com.br/category/galeria/rurais/>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

¹⁸⁵ Genealogia de Elizeu Ferraz da Cunha. *Family Search*. Disponível em: <<https://ancestors.familysearch.org/en/MN94-RW5/elizeu-ferraz-da-cunha-1918-1988>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

Na época, Benjamim e Maria Cândida já assistiam uma nova geração, como os filhos de Elizeu, que havia se tornado companheiro de Rita Maciel de Góes, em 1943, e tido com ela quatro filhos, nascidos entre 1943 e 1948. Essa nova família, uma época trabalhou e residiu no sítio da família e, em outro período, lavrou a terra como colonos, nas fazendas de café do município. Em 19 de novembro de 1948, quando nasceu a filha Sueli Ferraz da Cunha, residiam na colônia da Fazenda Pau d'Alho, na Água do Pau d'Alho, já próxima da cidade de Ibirarema/SP. Terem trabalhado em terras que não eram de sua família indica que o sítio era pequeno e possivelmente não comportava o sustento de todos, o que exigia que também trabalhassem para os fazendeiros ou em outros locais. Após o falecimento de Benjamim, a família de Elizeu iria morar no litoral paulista, onde ele trabalharia na Companhia de Docas do Porto de Santos e o restante de sua família, mãe e irmãos, continuaram a trabalhar na terra que haviam herdado¹⁸⁶.

Imagem 22– Fragmento do Mapa do Município de Palmital/SP



Fonte: PORTAL MAPAS. 105237 MME – Palmital (SP). IBGE, 2011. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#mapa105237>>. Acesso: em 19 jul. 2022.

¹⁸⁶ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Daniel Ferraz da Cunha, em 16 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 42.

A propriedade se localizava na zona rural da cidade, no quadrante inferior direito do mapa, no bairro Água Clara. Para essa propriedade, havia acesso por caminhos carroçáveis (linhas pontilhadas) feitos como ramificações da estrada de terra (mostrada no mapa com as linhas duplas), percorridos principalmente por moradores, com tráfego periódico. Próxima também passava a estrada de ferro (no mapa se apresenta pela linha cortada pelos traços). Além de um pouco mais distante, a estrada estadual (linha vermelha no quadrante médio direito), de tráfego permanente. Em direção à direita, essas estradas levavam para a cidade de Ibirarema/SP. Pela proximidade com as marcações “Café”, que resistem ao tempo, podemos inferir que próximo aos sítios ficavam colônias, cujos moradores laboravam, além dos plantios de subsistência, no cultivo dos cafezais.

Percebe-se também na imagem que os caminhos que podem ser trafegados à carroça e não somente pela caminhada, se esgueiram por todo o fragmento do mapa. Esses caminhos eram essenciais, pois facilitavam o ir e vir dos trabalhadores para as plantações, levando dos bairros rurais e colônias diretamente para as plantações, evitando gastos desnecessários da mão-de-obra. Esses caminhos também cruzavam-se com os que levavam às sedes das fazendas, à zona urbana e às residências dos administradores, para que estes também pudessem percorrer, mais facilmente, os campos cultivados. Os sitiantes, posseiros e pequenos produtores utilizavam esses caminhos para comercializar ou trocar suas produções, irem para as missas, batizados, festa de São João na Água dos Andrades, São Bom Jesus na Água dos Américos, para os jogos e mercearias. Às vezes, rumavam para a cidade, a fim de resolverem alguma situação no sindicato, no fórum, na delegacia, participarem de algum comício e passeata ou para passearem nas sorveterias, lanchonetes, feiras ou nos bares. Pela quantidade dessas estradas, podemos entender que a forma de transporte mais utilizada no período na região era a carroça puxada por burros e por bois.

Sobre o cultivo do café, este era plantado, cuidado, esperado, colhido, lavado, seco, despulpado, peneirado, torrado, moído e embalado em sacos, como os da imagem esquerda a seguir.

Imagem 23 – Carroças



Fonte: Paisagens rurais. *Geornal*, [s/d]. Disponível em <<http://geornal.com.br/category/galeria/rurais/>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

Imagem 24 – Fonte de água



À esquerda, vemos uma carroça puxada por bois, levando café. A utilização dos bois e a própria fotografia, produzida em meados século XX, denotam que esta imagem foi produzida num contexto de fazenda e com a intenção de demonstrar a fartura da produção, tanto de café quanto dos animais. Os pequenos produtores transportavam suas produções em carroças puxadas por burros e as vendiam nos comércios urbanos e nas vendas rurais. Ao adquirir mercadorias que não reuniam condições de produzir, tais como pólvora, sal, ferramentas, óleos, velas, calçados, tecidos, fitas, roupas entre outras, endividavam-se e utilizavam a caderneta de crédito, onde eram anotadas as suas retiradas. Com a colheita de suas produções, levavam parte de café, milho, feijão, entre outros e quitavam seus débitos com a parcela do que produziam. Na imagem da direita, vemos que para quem chegava na zona urbana dos caminhos à carroça ou a cavalos, havia uma fonte de água para os animais de transporte. Essa disponibilização, possivelmente era um serviço público municipal e seu registro é a intencionalidade da fotografia à direita, produzida em 1969.

Daniel Ferraz percorria esses caminhos para as vendas, nas quais com a comercialização, ele e sua família faturavam cerca de Cr\$ 60.000,00 por ano, conforme relatou no interrogatório da Delegacia de Polícia de Palmital, em 1964¹⁸⁷. Na época, seu irmão caçula, Elizeu, trabalhava na Companhia de Docas, no litoral santista e vinha visitar seus irmãos, mãe e sogros em Palmital¹⁸⁸. Provavelmente, o transporte que Elizeu e sua família utilizava era o trem, pois a estrada de ferro passava por Palmital e o tronco ferroviário ligava esta cidade e suas produções ao porto de Santos.

¹⁸⁷ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Daniel Ferraz da Cunha, em 16 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 42.

¹⁸⁸ AESP. Ficha Nominal de Elizeu Ferraz Cunha. Pastas Nominais. Ficha DOPS Santos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DOPSSANTOSC04424.

Café, cana, algodão, milho, jornais, revistas, livros e ideias

Como vimos no mapa, a Estrada de Ferro Sorocabana cortava a cidade ao meio. Foi inaugurada em 1914 e em pouco tempo, construções surgiram na forma de casas, armazéns e aumentou a movimentação nos entornos da estação, em função dos trabalhadores que chegavam para a região e das cargas enviadas na pujança dos plantios de café. Nessas décadas, de 1910 e 1920, houve a multiplicação do tamanho das colônias e bairros rurais, aumentando as casas dos feitores, os estaleiros, serrarias, olarias, padarias, boticas, assim como, as vendas de beira de estrada e as capelas. O local das antigas terras dos Coroados, Cayuás, Xavantes e dos Caingangues, expulsos desde 1880, deixou de ser uma vila e tornou-se distrito em 1916. Algumas personalidades locais e estaduais passaram a almejar a municipalização, que ocorreu em 21 de abril de 1920, quando Palmital foi elevado a município.

A partir daquele momento, passou a contar com mais instituições estatais, como uma Delegacia de Polícia e um Fórum. Quatro anos após, em 1926, foi construído o prédio da Estação Ferroviária, representando o “progresso”, o acesso e a própria “modernidade” à região.

A importância da presença da Sorocabana foi enorme, visto que o escoamento da produção agrícola era feito quase que exclusivamente pela Estrada de Ferro. Deve ser lembrado ainda que a Sorocabana era responsável também pela ligação do interior com a capital, pela circulação de mercadorias, e também de notícias, pessoas, novidades, jornais, revistas enfim, de todas as formas de interação social, econômica, política e cultural entre os grandes centros, e as cidades situadas ao longo dos trilhos do trem. (PALMITAL – Memórias de Uma Cidade do Interior *apud* PALMITAL, [s/d])¹⁸⁹.

A Estrada de Ferro Sorocabana ligava o interior aos grandes centros, levando e trazendo não apenas os produtos, mas também, às ideias. Todavia, ao passo que aproximou aos trabalhadores do interior às ideias e o acesso à informação, possibilitou que os fazendeiros da região a deixassem e fossem morar na capital, dado que, com as ferrovias, o deslocamento dos fazendeiros com a capital se tornou mais rápido e confortável e alguns passaram a habitar em São Paulo, como Roberto Leão Bittencourt, proprietário da fazenda Boa Vista. Na capital, os fazendeiros poderiam diversificar e gerir melhor os seus negócios, fazendo visitas periódicas

¹⁸⁹ PALMITAL – Memórias de Uma Cidade do Interior. In: PALMITAL, Prefeitura Municipal. História. Prefeitura de Palmital cidade feliz. Disponível em: <<https://www.palmital.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>>. Acesso em 07 de ago. 2022.

às terras, geralmente em períodos de colheita. Nesse cenário, surgiu a figura do administrador, que ficou responsável pelos assuntos cotidianos da propriedade.

Imagem 25 – Estação da Estrada de Ferroviária Sorocabana, em Palmital (década de 1970)



Fonte: Página do *Facebook* Palmital.SP – História através da Fotografia. 11 de dez. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/palmital.sp.historia.atravesdafotografia/photos/a.1407640209492474/2200413966881757/>>. Acesso em 07 de ago. 2022.

Na imagem acima, vemos a Estação da estrada ferroviária, em Palmital, e algumas carroças puxadas por burros, paradas no calçamento de paralelepípedos. Nota-se que na entrada e dentro da Estação estão algumas pessoas, observando o fotógrafo, no momento deste realizar o seu trabalho. Acima da estação passam os cabos de condução de eletricidade e estão duas antenas, do sistema de rádios e telégrafos. Essa fotografia da estação foi tirada em 1967.

A Estação Ferroviária de Palmital era um ponto de embarque e desembarque, retirada de correspondências e contava com um posto telegráfico. Um dos funcionários que operava o telégrafo era Manoel Pinheiro, ferroviário, que morava com sua família na rua em frente à entrada da Estação, Padre Martins, n.º 328¹⁹⁰. Anteriormente, na década de 1940, Pinheiro também havia residido em Santo Anastácio/SP, tendo lá sido fichado em 1949 como comunista¹⁹¹.

¹⁹⁰ AESP. Ficha Nominal de Manoel Pinheiro, vulgo Manoel Lopes Pinheiro. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNP002278.

¹⁹¹ AESP. Prontuário de Manoel Pinheiro. Prontuário n.º 99268. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DEOPSSPM002807.

Um dos jornais que chegava de trem e era retirado na Estação, clandestinamente como correspondência, era o *Terra Livre*. Segundo depoimento de Benedito Musilli¹⁹², esse jornal teria sido comprado por ele com o vendedor Joaquim Marana, por Cr\$ 20,00 o exemplar. Ainda segundo Musilli, Marana tinha uma caixa postal na Estação e recebia dez exemplares do jornal *Novos Rumos*, os quais eram distribuídos. Possivelmente, o fato de Manoel trabalhar na estação pode ter sido um facilitador do fluxo de livros e demais periódicos de esquerda, que lá eram retirados por outros militantes. Porém, desde fins da década de 1940, essas produções já estavam presentes na região e fomentavam organizações e eram perseguidas e vigiadas pelas autoridades.

A circulação de ideias diferentes era vista como um risco, fossem elas verbalizadas, publicadas ou somente escritas em cartazes. Em 20 de janeiro de 1949, Humberto Silvestre e Liberato Zambelli foram presos em Chavantes, denunciados anonimamente, por “pregar cartazes de propaganda comunista, nos muros e paredes desta cidade”¹⁹³. Humberto era motorista e vereador do município de Chavantes/SP, casado e tinha 46 anos de idade. Liberato era operário agrícola e era representante do jornal *Notícias de Hoje*, também já havia constituído família e possuía 28 anos, tendo residência em São Paulo. Essas informações constam na pasta da Delegacia de Polícia de Chavantes, no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Um manuscrito de texto, enviado ao redator do jornal *Notícias de Hoje*, informa sobre os ocorridos durante aquela prisão¹⁹⁴. Acrescenta que Adolfo Guimarães, advogado, fichado como comunista e residente em São Paulo, também esteve preso junto com Silvestre e Zambelli em Chavantes, embora este não tenha sido incluído nos registros policiais. O texto denuncia que, “os quais foram submetidos a um rigoroso interrogatório pelo delegado local J. C. Gomes dos Reis Neto, digno de [?] de Hitler”. Continua, “os presos foram atirados a uma cela imunda, onde se é obrigado a fazer as necessidades fisiológicas num canto e onde deixou os presos 4 ou 5 dias sem comer”. Nessa delegacia, Humberto, Adolfo e Liberato teriam passado por novos interrogatórios, “entremeados de ameaças, insultos pessoais” e ainda, segundo o documento, “o delegado disse que estava disposto a prender todo mundo para “manter a ordem” em Xavantes”. Decorridos os cinco dias presos, foram “retirados violentamente” e levados para Ipaussu e após,

¹⁹² AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Benedito Musilli, em 27 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 79.

¹⁹³ AESP. Cópia de texto jornal *Notícias de Hoje*. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 07.

¹⁹⁴ AESP. Cópia de texto jornal *Notícias de Hoje*. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 07.

para o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), em São Paulo. Esse episódio retrata a violência policial utilizada em fins dos anos de 1940 e a intensificação da perseguição empreendida contra os considerados “subversivos”. Em 1948, o Partido Comunista Brasileiro havia sido declarado ilegal e que seus militantes encontravam-se atuando na clandestinidade.

Sobre o patrulhamento da polícia na região, na pasta da Delegacia de Chavantes, após a repressão em Chavantes e Ourinhos, em 1951, constam relatórios escritos em 01 de maio de 1952¹⁹⁵. Referem-se a buscas feitas por investigadores em Ourinhos, Xavantes, Alvares Machado, Indiana, Regente Feijó, Rancharia, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Martinópolis e Santo Anastácio. Parte do documento está ilegível, mas os nomes referem-se a linhas da Estação Ferroviária Sorocabana, todas no Estado de São Paulo. O fluxo de informação e trabalhadores nas cidades e/ou fazendas que possuem estações era observado atentamente pelas autoridades.

João Barreiros era um importante nome local na circulação de impressos e ideias consideradas “subversivas”. João era natural de Ribeirão Preto/SP, nascido em 04 de janeiro de 1896. Nos anos de 1950 era sapateiro e dirigia um Centro Espírita em Palmital. Na década de 1960, abriu uma sapataria com seus filhos, chamada de Sapataria Barreiros, tornando-se comerciante, e também mantinha o Centro Espírita, sendo alguém de prestígio social. João era companheiro de Lucia Hespanhol desde a década de 1930. Nos órgãos de vigilância política, foi fichado pela primeira vez em 28 de agosto de 1945, indiciado em processo criminal por delito de “denúncia caluniosa”¹⁹⁶. O segundo registro com o seu nome aparece em 1949, quando já possuía 53 anos de idade, numa ficha nominal em branco. Alguns anos após, em 1951, consta que atuava como sapateiro e distribuía os tais jornais “subversivos”

Na manhã de 02 de julho de 1952 a polícia local teria encontrado em diversos pontos da cidade “algumas armações de madeira imitando pequenos caixões funerários, pintado a pixe, e que traziam em tinta branca, inscrições hostis ao senhor Dean Acheson, Secretário do Estado norte-americano, então em visita ao nosso país”¹⁹⁷. Diante daquelas obras de contestação, o delegado de polícia de Palmital, João Augusto de Moura Sobrinho, não titubeou: “Não restava dúvida que se tratava de obra de inspiração comunista”. Nessa certeza, para o delegado, o

¹⁹⁵ AESP. Relatório de 01 de maio de 1952. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 37-49.

¹⁹⁶ AESP. Relatório, Documento n.º 10 de 05/03/1965. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Relatório feito pelo Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 04.

¹⁹⁷ AESP. Relatório, Documento n.º 10 de 05/03/1965. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Relatório feito pelo Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 03.

principal suspeito seria João Barreiros, visto sua ficha anterior. Além de que, conforme o delegado Moura Sobrinho, “ésta Delegacia iniciou investigações, tendo recebido informações de que o antigo chefe do grupo comunista local, o comerciante JOÃO BARREIROS, recebia e tinha em seu poder material de propaganda vermelha”¹⁹⁸. Na ótica das autoridades de segurança pública, quem possuísse livros, jornais e revistas de esquerda era um potencial inimigo.

No fim daquele mesmo mês, no dia 31 de julho de 1952, o delegado fez uma busca na casa de João, que na época residia na rua João Pessoa, em Palmital. Foram encontrados exemplares dos jornais *Tribuna do Povo*, *Hoje*, *Voz Operária*, *Classe Operária*, *O Sol*, *Crítica*, *Notícias de Hoje*, *Emancipação*, *Terra Livre*, *Frente Democrática*, *Tiradentes*, *Novo Rumo*, *Tribuna Popular* e *Gazeta Sindical*, além de publicações avulsas, panfletos, cupons de assinaturas dos jornais *Terra Livre* e *Emancipação* e cupons de contribuição para defesa do petróleo. Quase dez anos após, em 6 de abril de 1964, a polícia local realizou novamente uma busca na casa de João, que desta vez, morava na rua Vereador Clóvis Camargo Bueno, n.º 235. Na sala possuía uma estante e nesta estavam os livros *Libertação Econômica*, *O Marxismo e o Problema Colonial*, *Juízes Brasileiros atrás da Cortina de Ferro* e *O Brasil na Era Atômica*¹⁹⁹, que a polícia julgou serem subversivos e os transportou para a delegacia, juntos com revistas e jornais que não foram nomeados.

Essas apreensões nos mostram a permanência da perseguição policial, bem como a busca de Barreiros por publicações de análise econômica marxista, como o livro escrito por Stálin, *O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial*. Conforme o artigo *A questão nacional em Stalin*, escrito por Leandro Magacho e Thiago Salvio (2017), o texto do autor russo foi escrito em 1913 e buscava mostrar a importância da luta anticolonial e da autonomia e desenvolvimento das culturas nacionais. Conforme citamos no *Capítulo 2 - Partido Comunista Brasileiro e primeiras associações*, os textos de Nestor Vera, publicados no jornal *Voz Operária* na década de 1950, dialogavam com essa ideia, abordando a temática da luta anticolonial e trazendo-a para as críticas aos grandes latifundiários e grandes empresas que produziam no interior paulista.

No registro do prontuário de João Barreiros, da Delegacia de Ordem Política e Social, de abril de 1964, este já recebia jornais políticos desde 1950, quando foi fichado como

¹⁹⁸ AESP. Relatório, Documento n.º 10 de 05/03/1965. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Relatório feito pelo Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 03.

¹⁹⁹ STÁLIN, Joseph V. **O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1946. PEREIRA, Osny Duarte. **Juízes brasileiros atrás da cortina de ferro**. Editora J. KONFINO, 1952. GUILHERME, Olympio. **O Brasil e a era atômica**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1957.

“distribuidor de jornais comunistas em Palmital”²⁰⁰. Nesse cenário, informações, propaganda ou ideias relacionadas ou que pudessem estar próximas às policiais sobre o comunismo, eram indicativos de um imaginário de criminalidade também. No mesmo sentido, possuir revistas, livros, jornais ou mesmo ter falas e ações dentro desses estereótipos, tornavam a pessoa “comunista” ou “subversiva”.

Após as buscas em sua residência, Barreiros foi detido, fichado, preso e interrogado. No depoimento que prestou, negou a realização dos caixões, mas teria confessado ser comunista. Consta que João foi interrogado dia 2 de julho de 1952, e conforme o documento, “Ao finalizar suas declarações, disse textualmente “que o interrogado se considera réu comunista, porque o seu maior desejo era trabalhar de todo o coração em favôr de Luiz Carlos Prestes, pela instalação do regime comunista no Brasil””, entretanto, sarcástico, teria pedido para informar que “não tem podido realizar esse trabalho, porque já é homem de idade e não goza de bôa saúde”. Foi indiciado pelo inciso 9º do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, e posteriormente, absolvido²⁰¹.

Construindo os debates

A circulação de ideias diferentes era vista como um risco. Apesar disso, assim como João Barreiros, Daniel também estava se movimentando para estar a par dos debates nacionais da luta camponesa. Em 1964, conforme apreensões da Polícia de Palmital, em seu sítio, Daniel possuía os livros *Libertação Econômica*, *Guia dos Dirigentes Sindicais*, *Carta de Alforria do Camponês*, *Canto da Liberdade*, *Vida de Luiz Carlos Prestes*, a revista *Problemas da Paz e do Socialismo* e o texto *O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o caso cubano*, todos publicados entre 1945 e 1963²⁰². Além das leituras, esteve presente no I Congresso Nacional

²⁰⁰ AESP. Ficha Nominal de João Berreiro. Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DEOPSSPOSFTEXSNB000713.

²⁰¹ AESP. Relatório, Documento n.º 10 de 05/03/1965. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Relatório feito pelo Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 03-04.

²⁰² Encontramos duas publicações relativas ao título citado no documento, sendo: GUIA DOS DIRIGENTES SINDICAIS. São Paulo, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/Comissão Técnica de Orientação Sindical, 1955; GUIA DOS DIRIGENTES SINDICAIS. Caderno de Orientação Social nº 03. Série Sindical nº 02. Serviço Social do Comércio/Divisão de Orientação Social. São Paulo, agosto de 1953. CARVALHO, Rafael de. **Carta de Alforria do Camponês**. São Paulo: Editora Jotape, 1962; DINIZ, Pompílio. **Canto da liberdade**. São Paulo: Fulgor, 1963; AMADO, Jorge. **Vida de Luiz Carlos Prestes**. São Paulo: Martins, 1945; BRIZOLA, Leonel. **“O Brasil, a América Latina, os Estados e o Caso Cubano”**. Conferência Nacional dos Estudantes, Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1961.

dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas, sobre o caráter da Reforma Agrária, em 15, 16 e 17 de setembro de 1961. Segundo matéria do jornal *Terra Livre* (Setembro de 1961) noticiando os acontecimentos durante o evento, naquele momento:

[...] foram criadas novas associações de trabalhadores rurais, nos seguintes municípios: Birigui e Andradina (na Noroeste); Ouro Verde (na Alta Paulista); Ourinhos, Xavante, Salto Grande, Palmital, Paraguaçu Paulista, Presidente Prudente e Presidente Bernardes (na Sorocabana); Getulina Macedônia e Guarani do Oeste (na Araraquarense); e Sertãozinho (na Mojiana)²⁰³.

Em novembro do mesmo ano, 1961, a ULTAB realizou em São Paulo a 1ª Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, entre os dias 10, 11 e 12 de novembro. Nesse evento, a União reuniu 189 delegados das organizações camponesas de São Paulo e visava à eleição de representantes para o Congresso de Belo Horizonte (WELCH, 2010, p. 328), que seria realizado no fim do mês. Nesses eventos, Daniel e Joaquim Marana representavam Palmital, defendendo e expondo as questões dos trabalhadores rurais. Também nesse evento, foi fundada a FATAESP (Federação de Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo), com a presidência de José Alves Portela e com Irineu Luís de Moraes como secretário²⁰⁴. Conforme o depoimento de Marana, a instrução vinda da FATAESP era “no sentido de ser formado um Sindicato de Trabalhadores Agrícolas nesta cidade, para posteriormente tratarmos da reforma agrária”²⁰⁵. Os eventos eram importantes instrumentos de visibilidade e congregação de ideias e diretrizes de reivindicações. Após o evento, Daniel se tornaria presidente do Sindicato Rural de Palmital e Joaquim Marana, foi eleito delegado da FATAESP.

A criação dos muitos sindicatos e da própria federação pela ULTAB eram ações de um contexto em que os militantes com vínculo com o PCB disputavam espaço com a Igreja Católica. A presença da Igreja no campo era antiga, mas sempre ligada com as classes dominantes. Nos anos de 1950, a Igreja buscou se aproximar dos camponeses e passou a rivalizar com os grupos de esquerda que já atuavam na zona rural. Com isso, padres católicos passaram a também atuar na organização do trabalhador e na sua (des)mobilização. Em

²⁰³ TERRA LIVRE, São Paulo, setembro de 1961, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

²⁰⁴ A trajetória de Portela foi mencionada no capítulo anterior, através dos dados da entrevista cedida por este a Clifford Welch (1988). Mas, para recordar ao leitor retomamos aqui alguns dados, conforme a ficha nominal de José Alves Portela, do DEOPS/SP: José Alves era agricultor, vindo de Sergipe, que havia residido em Ribeirão Preto, Santo Anastácio e se destacou na atuação política junto às usinas de cana-de-açúcar Nova América e Maracaí, em Assis. No momento da elaboração da ficha, José residia em Ourinhos/SP, na Rua dos Expedicionários, n.º 840.

²⁰⁵ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Joaquim Marana, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 67.

novembro de 1961, os pecebistas realizariam o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte e nos preparativos para o evento, a Igreja se moveu rapidamente para estabelecer sua presença no interior de São Paulo. Essa ação buscava se antecipar ao fortalecimento da sindicalização que seria promovida pelos pecebistas para o evento e após o Congresso. Desde 1959, a Federação de Círculos Operários do Estado de São Paulo (FECOESP), ligada à Igreja, fundou associações de camponeses em sete cidades. Os sindicatos formaram-se em Presidente Prudente, Assis, Guariba, Juquiá, Lins, Matão, Porto Feliz, Marília, Piracicaba, São João da Boa Vista e Rio das Pedras. Estas eram cidades importantes para a militância da ULTAB. Os Círculos Operários atuavam na assistência, em ações educativas e culturais, concorrendo com os comunistas e buscavam ampliar suas atuações no interior do Estado. Em 1962, em apoio, o deputado Cunha Bueno proporia um projeto para “a concessão de um auxílio de três milhões de cruzeiros” ao Círculo Operário de Assis²⁰⁶.

Retomando a discussão sobre os eventos, o 1º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, este foi realizado numa conjuntura política bastante tensa, tendo em vista o avanço da mobilização dos trabalhadores rurais durante a década de 1940 e 1950, na atuação das Ligas Camponesas e sindicatos, pelas lutas pela posse da terra nos levantes do Estado do Paraná, Goiás, Mato Grosso e Maranhão. Além das greves de trabalhadores rurais no interior de São Paulo, que se acirravam em maior número no fim dos anos de 1950 e início de 1960. Com a realização do evento, o movimento no sentido de promover a organização dos trabalhos, campo que, como mencionado, estava em forte disputa com a Igreja Católica, foi fortalecido pelo evento. Em Minas Gerais estiveram reunidos cerca de 1500 delegados camponeses, apresentando suas demandas, expectativas e exercendo forte pressão política (WELCH, 2010).

Nas declarações de Daniel, foi em “Belo Horizonte, Est. De Minas Gerais, nos anos de 60 ou 61 mais ou menos; que para participar de um dos congressos a esposa de Prestes Maia, ofereceu três ônibus, que os levaram até Belo Horizonte”²⁰⁷. Daniel esteve presente nos dois congressos realizados em Belo Horizonte naquele ano, o 1º Congresso Nacional, sobre a

²⁰⁶ Conferir Projeto n. 3979, de 1962, de autoria de Cunha Bueno. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7F4C8ADEDEDDAFCC3A8C05DD13878144.node2?codteor=1202771&filename=Avulso+-PL+3978/1962>. Acesso em: 21 de jul. 2022. A proposta foi noticiada na edição de 21 de março de 1962, do jornal *Diário do Paraná*, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1962_02081.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

²⁰⁷ Refere-se a importante militante do Partido Comunista e atriz portuguesa Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia, esposa de Francisco Prestes Maia, prefeito de São Paulo entre os anos 1938 e 1945 e 1961 a 1965. Da citação do depoimento de Daniel, esta foi retirada de: AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Daniel Ferraz da Cunha, em 16 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 43.

reforma agrária, em setembro de 1961, e I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte, em novembro do mesmo ano. Em ambos, junto com Joaquim Marana, Daniel representou Palmital. Joaquim era lavrador e exercia serviços volantes. Havia nascido em 1913, filho de Emiliano Marana e Joana Escalera Marana, natural de Barra Bonita/SP. Como muitos, migrou com sua esposa e filhos, tendo como destino Palmital/SP, a fim de procurar condições melhores de trabalho. A família residia na rua Rio Branco, 546. Joaquim não sabia ler, mas havia decorado a forma da caligrafia do seu próprio nome. Essas são informações que constam na ficha do depoimento de Joaquim Marana, colhidas em 22 de abril de 1964, pela Delegacia de Polícia de Palmital.

Quando questionado sobre os temas do Congresso, declarou que as questões foram “reforma agrária – voto ao analfabeto, cabo e soldados – remessa dos lucros das empresas estrangeiras – relação com todos os povos do mundo”²⁰⁸. Possivelmente a reforma agrária aparece como primeiro item na lista pois havia sido no Congresso de 1961 que a campanha sobre esse tema começou a assumir dimensões importantes na política nacional. Em Belo Horizonte, tanto o Presidente Goulart como o primeiro-ministro Tancredo Neves e o governador Magalhães Pinto se pronunciaram sobre causas caras aos camponeses, demonstrando o avanço dos trabalhadores na mobilização de suas reivindicações. Para o pesquisador Clifford Welch, no livro *A semente foi plantada*, no Congresso de 1961 “[...] também avançou sua agenda de reforma agrária radical” (2010, p. 308-309). Na mesma direção, conforme a *História dos movimentos sociais no campo*, da socióloga Leonilde Medeiros, após o Congresso, “realizar transformações profundas na estrutura agrária aparecia como uma questão essencial do desenvolvimento nacional” (1989, p. 60).

Retornando desse importante evento, trazendo debates e diretrizes, Joaquim Marana e Daniel Cunha Ferraz empreenderam ações para mobilizar os trabalhadores de Palmital, através de reuniões. Nestas, orientavam os camponeses sobre os benefícios de se sindicalizarem e os instruíam sobre os direitos trabalhistas, com questões ligadas principalmente a ajustes salariais. Paralelamente, reuniram outros militantes para a atuação no sindicato e alguns dos encontros com os partidários dessas ideias foram realizadas na casa de João Barreiros, com a presença de João Cascales, Pedro Ari Rocha, Mario Versa, José Maria Peres, Benedito Luiz Musilli, bem como, João Barreiros, Daniel Ferraz da Cunha e o Altino Barreiros²⁰⁹.

²⁰⁸ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Joaquim Marana, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 67.

²⁰⁹ Sobre os encontros, conf.: AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Altino Barreiros, em 29 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 85.

Segundo o Estatuto do Trabalhador Rural, todos os associados do Sindicato e seus cargos deveriam ser preenchidos por pessoas que trabalhassem no campo. Por isso, alguns militantes tinham ações definidas, como Daniel (presidente) e José Maria Peres (2º Secretário – tesoureiro), e outros possuíam uma posição indefinida, como o professor Pedro Ari Rocha, que orientava e incentivava a criação do sindicato. Outros que não tinham cargos definidos eram Altino (comerciante) e o próprio Joaquim Marana, que trabalhavam na distribuição do jornal *Terra Livre*²¹⁰. Joaquim não ocupava cargo no sindicato, mas era representante da FATAESP e encaminhava os trabalhadores para Ourinhos/SP, na sua perspectiva, “ao Dr. Promotor de Justiça para que os mesmos ganhassem salário mínimo”²¹¹. Além disso, conforme o mesmo documento, era encarregado de receber os jornais *Terra Livre*, que conforme consta em seu depoimento à Delegacia, “era remetido de São Paulo, via D.C.T. por José Alves Portela”. A sigla corresponde a Departamento de Correios e Telégrafos, que na localidade funcionava na Estação Ferroviária de Palmital, local de trabalho de Manoel Pinheiro.

Pela Estação também passavam outras publicações. O testemunho de Dilmar Góis, prestado em 18 de maio de 1964, relata que conversava frequentemente com Manoel e quando ia à Estação, “na sua mesa de trabalho sempre era encontrado o “Jornal – Novos Rumos””. Dilmar era ferroviário, sendo colega de Manoel e conhecido dos militantes, além de ser cunhado de Elizeu, irmão de Daniel Ferraz da Cunha²¹². Em sentido semelhante ao depoimento de Dilmar, Dermival de Castro Dourado, outro colega de trabalho de Manoel, relatou no seu testemunho que viu um exemplar desse jornal na mesa de trabalho e “no armário de documentos na secção onde Manuel Pinheiro trabalha”. Manoel não tinha um cargo dentro do Sindicato Rural, mas os auxiliava e se animava em suas vitórias. Como auxílio, transmitia informações e possuindo no trabalho equipamentos, Manoel foi quem datilografou o rascunho do convite para inauguração do sindicato²¹³. Nas ações dos ferroviários, era militante ativo. “[...] Durante as

²¹⁰ Sobre as atividades citadas, conf.: AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de José Maria Peres, em 21 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 60. AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Joaquim Marana, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 67. AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Benedito Musilli, em 27 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 79. AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Altino Barreiros, em 29 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 85.

²¹¹ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Joaquim Marana, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 67.

²¹² AESP. Assentada do depoimento de Dilmar Góis, de 18 de maio de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 96. Genealogia de Rita Maciel de Góes. *Family Search*. Disponível em: <<https://ancestors.familysearch.org/en/KHML-99P/rita-maciel-de-goes-1922-1980>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

²¹³ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Joaquim Marana, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 67.

greves da Estrada de Ferro Sorocabana, Manuel Pinheiro solicitava que seus colegas de serviço para entrassem em greve e quando estes se recusavam eram taxados por Manuel Pinheiro de sem vergonhas e puxa sacos”, conta Dermival de Castro Dourado, também ferroviário²¹⁴.

Segundo Relatório da Delegacia de Polícia de Palmital, de 6 de agosto de 1963, “Existe dois sindicatos de trabalhadores rurais, sob vigilância desta Delegacia. Ambos limitam-se a orientar os trabalhadores rurais no que concerne a postulação de seus direitos”²¹⁵. O mesmo documento ainda informa que um dos sindicatos “obedece orientação religiosa (católica)”. A presença dos Círculos Operários na região, competindo na sindicalização dos trabalhadores rurais, aumentava a pressão pelo reconhecimento jurídico e social do sindicato presidido por Daniel. Talvez por esse motivo, em janeiro de 1962, menos de dois meses após o evento da ULTAB, Joaquim Marana já havia encontrado um imóvel, na rua Dr. Antônio Prado, 757, na zona urbana da cidade, para fundar a sede social do coletivo dos trabalhadores.

A sede e o jogo pelo reconhecimento

A sede ficaria numa rua paralela à Estação Ferroviária, no centro da cidade, e para a inauguração os militantes decidiram procurar um local de visibilidade e também de afinidade com a população. Quando Manoel saía do trabalho na estação e rumava para sua casa, na mesma direção, dois quarteirões adiante, passava pela sede do Operário Futebol Clube. Esse time havia sido fundado no ano de 1929, pelo professor Adolfo Sanches, pelo advogado Clóvis de Camargo Bueno, além de Abílio Tarcha, fichado como integralista pela DEOPS/SP e Leone Vicente, fichado como fascista pela mesma instituição, entre outros²¹⁶.

Os jogos de futebol movimentavam a cidade, pois como ao lado das capelas nos bairros rurais ficava um campo para os jogos, as fazendas formavam times, que competiam entre si. Da mesma forma, os funcionários dos postos da Estrada Ferroviária também se movimentavam em grupos de onze jogadores. Havia uma organização de disputas entre as fazendas, municípios e

²¹⁴ AESP. Assentada do depoimento de Demirval de Castro Dourado, de 18 de maio de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 98.

²¹⁵ AESP. Relatório n.º 3, produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, 1963. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 118.

²¹⁶ AESP. Prontuário de Abílio F. Tarcha. Prontuário n.º 73784. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DEOPSSPA000496. AESP. Prontuário de Leone Vicente. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DEOPSSPL001909. Operário Futebol Clube, que deu origem ao PAC, completa 90 anos de fundação. *Jornal da Comarca*, 18 de dez. 2019. Disponível em: < <https://jornaldacomarca.com.br/operario-futebol-clube-que-deu-origem-ao-pac-completa-90-anos-de-fundacao/>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

postos de trabalho. A seguir, a imagem da sede do time de futebol da Fazenda Boa Vista, da família Bittencourt.

Imagem 26 – Fazenda Boa vista



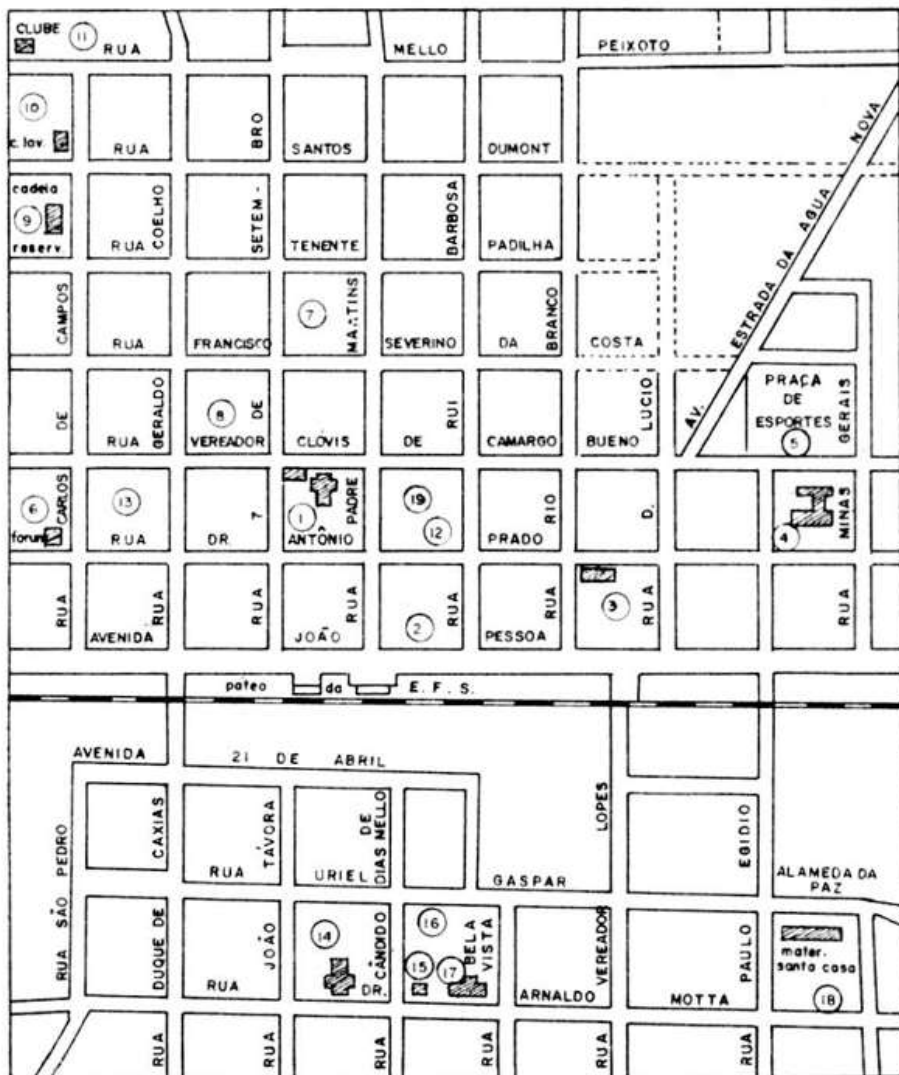
Fonte: 79 Geornal – Fazenda Boa Vista. Vídeo 4min30seg. Página do *Facebook* Geornal Professor Detto. 05 de abr. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=677305169687172>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

Na imagem notamos numa área plana duas construções da sede do Boa Vista Futebol Clube, com uma construção de alvenaria à esquerda e uma de madeira, a direita. Nesses espaços eram realizados bailes nos fins de semana e em um gramado lateral, os jogos de futebol. A fazenda abrigava na década de 1960 uma colônia com aproximadamente 70 famílias. Os jogadores eram funcionários das fazendas e ganhar as competições contra times de outras propriedades lhes agregava *status*. Devido a isso, tinham uma sede própria e alguns trabalhadores eram contratados por suas habilidades futebolísticas e não somente da lavoura²¹⁷.

Já a sede do “Galo do Pontal” (n.º 19), o Operário Futebol Clube (já chamado de Palmital Futebol Clube), ficava no centro da cidade, ao lado da Igreja Matriz (n.º 1), conforme vemos na imagem da próxima página.

²¹⁷ Entrevista de Waldemar Gomes concedida a Juliana Carolina da Silva, em 20 de junho de 2020. Trecho 57min10seg, sobre o *status* dos jogos de futebol entre as fazendas

Imagem 27 – Planta da Cidade de Palmital



- 1 — Matriz de São Sebastião
- 2 — Prefeitura Municipal
- 3 — Grupo Escolar
- 4 — Colégio Estadual e Escola Normal Cel. José Joaquim Bittencourt
- 5 — Praça de Esporte
- 6 — Fórum
- 7 — Agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- 8 — Pôsto de Fiscalização Estadual
- 9 — Cadeia Pública
- 10 — Casa da Lavoura
- 11 — Country Clube
- 12 — São Paulo Clube
- 13 — Casa de Saúde N. S. da Conceição
- 14 — Igreja Santo Antônio
- 15 — Pôsto de Puericultura
- 16 — Pôsto de Saúde
- 18 — Santa Casa de Misericórdia
- 17 — Grupo Escolar
- 19 — Palmital Atlético Clube

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Palmital. Fundação IBGE: São Paulo, 1967. Coleção Monografias, n.º 465. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n465_palmital.pdf>. Acesso em: 19 de jul. 2022.

Na imagem, estão listadas 19 instituições, como a Igreja Santo Antônio e a Igreja Matriz, Grupo Escolar, Casa de Saúde, Fórum, Clube, Posto de Saúde, entre outros. Cada instituição recebe um número e estes estão representados no mapa, indicando a localização dos lugares numerados. Além destes locais, também vemos os nomes das estradas e ruas. Estas recebem o nome de personalidades e datas consideradas importantes. Das personalidades homenageadas nesses logradouros, estão a rua Melo Peixoto, que indica a importância de João Baptista de Mello Peixoto, filho de coronel que atuava em Pernambuco, formado em direito, mudou-se para o Estado de São Paulo, foi promotor e político, traçando alianças com Bernardino de Campos,

tendo sido Secretário da Fazenda e da Agricultura nos governos deste, entre outras atuações²¹⁸. A rua Tenente Padilha é uma alusão ao tenente Bernardo de Araújo Padilha, de Rio Claro/SP, que aderiu e conspirou para a Revolta Paulista de 1924, que tentou derrubar o governo do presidente Artur Bernardes²¹⁹. A rua Francisco Severino da Costa recebe o nome de um fazendeiro que loteou terras de sua fazenda, no processo de municipalização de Palmital. Essas homenagens aos “grandes nomes” também se refletem no Colégio Estadual, fundado em 1949, que recebeu alusão ao patriarca da família de fazendeiros e políticos da região, do coronel José Joaquim Bittencout. A imagem foi retirada da monografia sobre a cidade de Palmital, produzida como um estudo atento do IBGE sobre as especificidades daquele município. Em 1967, data da publicação da edição, vemos a indicação do Operário Clube já com o nome que havia adotado naquele ano, “Palmital Atlético Clube”. Ainda, é interessante notarmos que assim como a origem operária do clube foi retirada de seu nome, as edificações públicas urbanas eram monumentos da narrativa da história que o poder público elegeu como símbolos. Não a memória operária ou dos trabalhadores rurais, mas sim, como num movimento do invento de Santos Dumont, flanaram e, na intenção de deixarem de ser o sertão, elevaram em homenagens o que consideravam moderno e próspero. As ruas carregam nomes dos grandes donos da agricultura e pecuária, da política regional, de suas origens, religiosidade e de símbolos da modernidade.

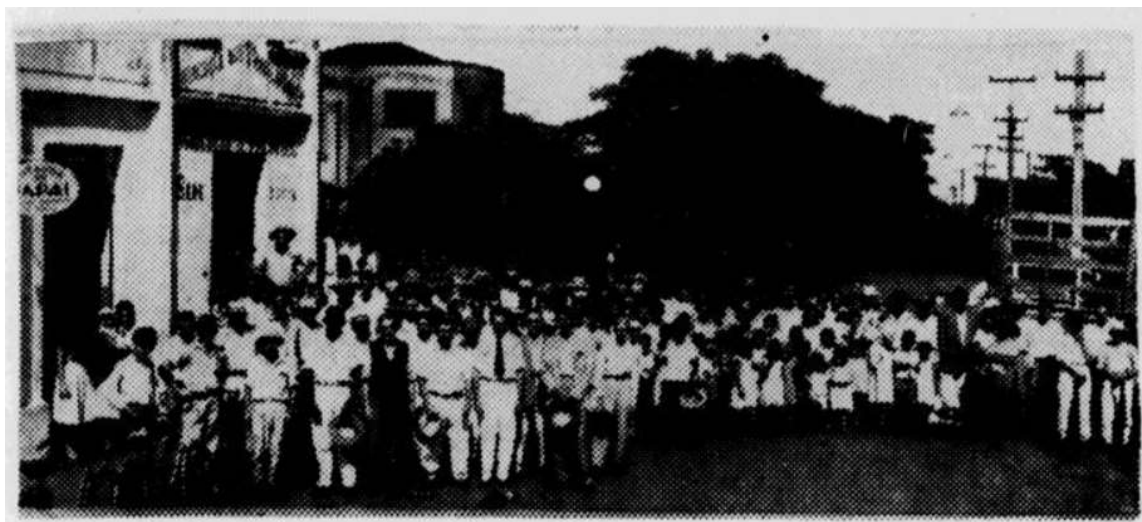
O local de jogos de futebol foi palco também da disputa por reconhecimento, onde no centro da cidade, no dia 17 de setembro de 1961, não houve jogo na sede, mas sim, a fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital. Segundo o jornal *Terra Livre*, cerca de uma centena de camponeses se reuniram na sede do Operário Futebol Clube naquele dia e a fundação foi comemorada como uma vitória. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a se chamar Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital e a diretoria tomou posse em assembleia. Ainda, o jornal nos relata que naquele momento também esteve presente o líder camponês Nestor Vera, secretário da ULTAB, sendo este, “convidado especial”. Sobre as demais autoridades, o periódico nos conta que, “A Câmara Municipal fêz representar pelo seu Vice-Presidente. Professores e dentistas da região estiveram presentes no

²¹⁸ NEVES, Juliana. Mello Peixoto: quem é o homem que dá nome para a principal praça de Ourinhos? *Solutudo*, 01 de dez. 2021. Disponível em: <<https://conteudo.solutudo.com.br/ourinhos/mello-peixoto-quem-e-o-homem-que-da-nome-para-a-principal-praca-de-ourinhos/>>. Acesso em 19 jul. 2022.

²¹⁹ SANT’ANNA, José Roberto. Revolução Esquecida: o movimento tenentista que derrubou o governo de SP. *Revista Efe*, 09 de jul. de 2020. Disponível em: <<http://revistaefe.com.br/geral/revolucao-esquecida-o-movimento-tenentista-que-derrubou-o-governo-de-sp/>>. Acesso em 19 de jul. de 2022.

local do encontro dando sua solidariedade ao movimento camponês do Município”²²⁰. A matéria acompanha a seguinte imagem:

Imagem 28 – Inauguração



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Na fotografia acima, vemos os trabalhadores diante da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital (a esquerda), em ocasião da assembleia de fundação, em janeiro de 1962. Na imagem também vemos que essa instituição se localizava no espaço urbano da cidade, o que contribuía para o reconhecimento dela como um órgão importante, com relações com o espaço urbano e não apartado deste, além de ser próxima do fórum, da estação e de acesso a viajantes. Além disso, nota-se o grande número de crianças na imagem, o que denota que as pessoas foram em famílias para a assembleia e, assim, a presença das mulheres naquele momento, mesmo que em primeiro plano estejam apenas os homens. Por possuírem muitos sítios na região, algumas famílias podem ter ido em carroças e se outrora eram utilizadas para levar os cultivos, agora voltariam para casa com sementes de ideias e esperanças.

Como no dia da foto, a mobilização das famílias se dava por conta de o trabalho rural envolver todo o núcleo familiar, com as crianças, jovens, adultos e os idosos. A luta por melhores condições de trabalho e ajustes salariais, dizia respeito a todos e trazia uma prospecção de futuro melhor. Manoel Pinheiro, no depoimento prestado em 20 de abril de 1964, registra que “de um ano pra cá passou a adotar idéias socialistas, sempre pensando numa melhoria das classes mais pobres, que nos dias de hoje não é possível viver com os salários que

²²⁰TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

percebem, principalmente os trabalhadores do campo”²²¹. O depoimento prestado no dia 22 de abril de 1964, por Milan Luigi, lavrador em serviços volantes, nos exemplifica essa perspectiva, quando comenta ter “ingressado no sindicato pensando em melhores dias para seus filhos”²²². Naquele ano, Milan estava com 62 anos, já contava com cabelos grisalhos e, segundo o depoimento, “uma vêz que com a idade avançada que possui é difícil arranjar serviço”, assim, “ultimamente para não perecer vem ajudando sua senhora a fabricar doces caseiros e vendendo-os”. Mesmo em situação financeira difícil, Milan havia se sindicalizado em fevereiro de 1963, e inicialmente pagava Cr\$ 30,00 e nos últimos tempos, em 1964, contribuía com Cr\$ 50,00 por mês.

O primeiro presidente da Associação foi Daniel Ferraz da Cunha, que aparece ao centro, de paletó preto, na imagem abaixo:

Imagem 29 – Diretoria do Sindicato



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

O paletó de Daniel, o local da inauguração e a sede na zona urbana e as lideranças convidadas eram elementos que representavam a importância da Associação. Essa instituição

²²¹ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Manoel Pinheiro, em 20 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 54.

²²² AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Milan Luigi, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 73.

era uma vitória para o movimento de luta camponesa na região, pois conseguiu mobilizar muitos trabalhadores a agir coletivamente. A fundação possibilitou que as leituras e formações que Daniel, Barreiros e outros empreenderam durante anos fossem instrumentalizadas como práticas coletivas organizadas sobre o âmbito do trabalho rural. Na escolha do local, do traje e dos convidados, havia a busca por comemorar e representar a importância interna do movimento, mas também, a intenção de que essa relevância fosse percebida e partilhada pelos demais moradores do município. Palmital era campo de greves e conflitos sobre as condições de trabalho no campo e a criação da associação representava uma vitória na construção das ações que os militantes estavam fazendo há algumas décadas naquela localidade. A partilha e a percepção da função social dessa instituição ajudariam na sindicalização de novos membros, que da mesma que Milan Luigi sindicalizou-se no mês seguinte, viriam outros a procurar pelas melhores possibilidades de futuro e reclamar dos conflitos passados em seus trabalhos.

O peso do papel

Com a fundação, a Associação passou a coletar causas trabalhistas e encaminhar os trabalhadores para o Fórum de Ourinhos. Em Ourinhos, eram orientados por advogados, principalmente por João Bento Vieira Silva Neto, através da ligação de Joaquim Marana. Em julho de 1963, o jornal *Terra Livre* noticiou causas ganhas na Justiça do Trabalho, em favor dos trabalhadores rurais Ramão Lozano (mensalista) e José Pachola (meeiro). Em comemoração, o periódico informava que “o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, recentemente fundado, vem de conseguir mais uma importante vitória que é fruto de seu trabalho e dedicação no esclarecimento do homem do campo”²²³. Através de causa julgada na Justiça do Trabalho o fazendeiro Calil João teria sido obrigado a pagar as horas extras do trabalhador sindicalizado Ramão Lozano. Este “procurou o seu sindicato e com a união de todo, fêz valer seus direitos”. Já o trabalhador José Pachola, meeiro de mandioca, havia sido despedido das terras dos Breve, segundo o jornal “por não poder manter-se o restante do ano como foi devido a exploração a que era submetido e o aumento cada vez maior das sementes, inseticidas e tudo o que precisava comprar para trabalhar na terra”. Tentando ilustrar os benefícios da sindicalização, continua:

²²³ TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Diante da violação de seus direitos pelo patrão, José foi até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de PALMITAL, onde o pres. Daniel Ferraz da Cunha tomou as medidas necessárias e José Pachola teve seu direito reconhecido pelas autoridades recebendo a importância de 175 mil cruzeiros de indenização pelo que havia deixado na terra que cultivava²²⁴.

O periódico buscava informar, reconhecer a ação dos militantes e estimular a sindicalização. Na mesma edição, publicou a convocação para o II Conferência de Trabalhadores Rurais, realizada em São Paulo, em setembro de 1963. Ao fim da convocação, o texto citava diversos sindicatos e suas lideranças, contando com os nomes de Roque Pedroso da Silva, Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Chavantes e de José Pedro Silva, Presidente da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande.

Naquele mesmo ano, a Associação seria notícia no *Terra Livre* num outro evento em Palmital, “No dia 20 de outubro último, os camponeses desta região [...] receberam das mãos do líder José Alves Portela, presidente da Federação das Associações dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, a “Carta Sindical” do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital”. A realização de eventos conferia maior visibilidade e reconhecimento social à Associação, bem como, eram utilizados politicamente para articulação de lideranças locais e estaduais. Segundo o documento, “A leitura da “Carta Sindical” foi feita pelo jornalista Sosthenes Jambo, que antes fêz uma rápida explicação sobre como vêm se processando as lutas camponesas em todo o Brasil, tendo despertado enorme interesse a sindicalização rural em Pernambuco e Ceará”.

Hermano Sosthenes Jambo foi diretor executivo do jornal *Terra Livre*, do nº 99, de maio de 1961 até 1964 e contribuiu com a realização de conferências em Ourinhos/SP, Chavantes/SP e esteve no evento de entrega da carta sindical, em Palmital/SP. Na atuação de Sosthenes Jambo no *Terra Livre*, contou com textos e informações de lideranças camponesas, tais como Lyndolpho Silva e Nestor Veras e buscou uma aproximação com as Ligas Camponesas, através de cartas enviadas à Francisco Julião²²⁵. A presença de Sosthenes Jambo era prestigiosa ao evento e essas movimentações também chamavam a atenção de setores contrários no município. A matéria relata que enquanto o jornalista falava, um fazendeiro chamado Jorge se aproximou e fez uma pergunta: “– “Os senhores que agitam os trabalhadores para eles exigirem sempre aumento de salários, por que não apertam as autoridades federais no sentido de fixar preços

²²⁴ TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

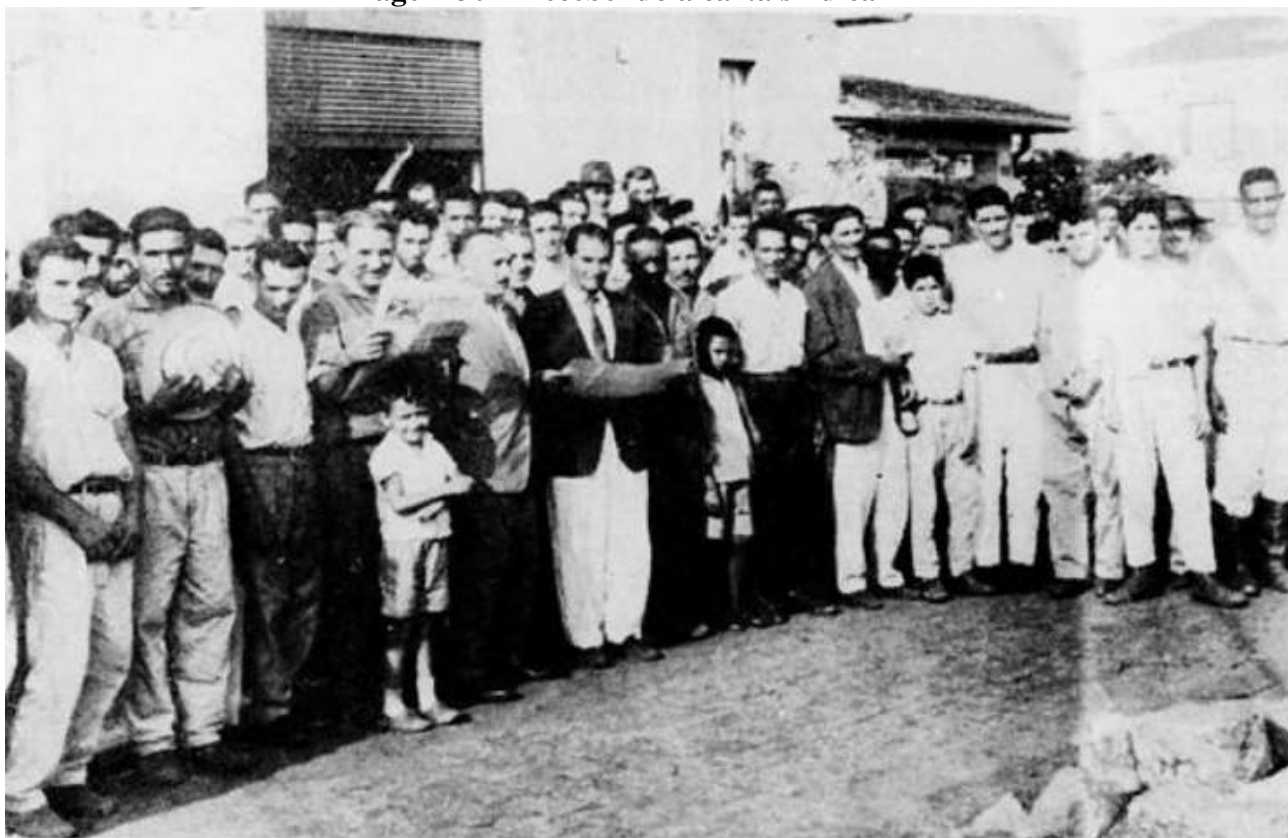
²²⁵ Conferir SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. Campo e Palavras: Dimensões da Questão Agrária no Ceará, 1954-1964. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp126266.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

compensadores para os produtos, a fim de dar possibilidade aos patrões de pagarem bem aos seus empregados?”. Conforme a publicação,

A resposta foi assim: - “Os preços dos produtos são os tubarões que fazem. Os tubarões estão também no Govêrno. Se cabe aos trabalhadores exigirem aumento de salário, para enfrentar o alto custo de vida, cabe aos produtores pressionar, também, os poderes, para conseguir o equilíbrio pretendido. Que lutem, também, os produtores, não contra os trabalhadores assalariados, mas contra ao açambarcadores e as máquinas estrangeiras. Fazendo assim, êles conseguirão ainda o apôio dos trabalhadores e, numa frente única, será possível uma solução [...]”²²⁶.

Nesse momento, Sosthenes Jambo buscou utilizar a presença para explicar a questão, sendo esta também uma maneira de demonstrar a altivez do movimento e atuação da democracia, como local de diálogo, de convivência pacífica. Abaixo vemos uma fotografia desse dia, publicada em novembro no *Terra Livre*.

Imagem 30 – Recebendo a carta sindical



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

²²⁶ TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, p. 01, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Na imagem, registro oficial do evento, vemos muitos homens, jovens, adultos e idosos, estando todos de calçado com sapatos e botas e alguns de chapéu, mais uma vez, indicando que era um momento relevante. O local escolhido para a foto é a frente da Associação, que mesmo sem conseguirmos ler o nome na fachada do imóvel, notamos que está aberta e com familiaridade, um homem apoia o braço na porta. O jornal nos informa que “No centro da imagem está o presidente do sindicato, Daniel Ferraz da Cunha, o presidente da FATAESP José Alves Portela, o dirigente Joaquim Marana e outros”²²⁷.

Na ausência do fazendeiro, aos cuidados do delegado

Após a oficialização do sindicato junto ao Ministério do Trabalho, Daniel, Marana e os demais sindicalistas passaram a articular mais trabalhadores e a organização de greves para reivindicações, para buscar melhorias trabalhistas. A primeira contestação coletiva foi pela aplicação do salário-mínimo, instituído a todos os membros da família que trabalhassem, com o Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963. Esta foi uma das pautas debatidas na II Conferência de Trabalhadores Rurais, bem como a luta pela previdência, a campanha pela sindicalização e o reforço da unidade entre trabalhadores da cidade e do campo, que havia se mostrado uma aliança profícua²²⁸. Os militantes da região acompanhavam e se inseriam nos debates nacionais e estadual, dialogando e apoiando os mesmos. Após ouvir o comício de 13 de março de 1964, utilizando o telégrafo da Estação Ferroviária, Manoel enviou para o Presidente da República João Goulart, uma mensagem entusiasmada: “Que decreto dia 13 sublime inalterado inesquecível data seja extensivo brevemente a terra invejável seja extinta dos maiores latifundiários que sonegam amável país sds Manoel Pinheiro ferroviário rua Padre Martins 328”²²⁹. Essa mensagem nos permite entrever a animação dos ferroviários e camponeses com a possibilidade da reforma agrária, que parecia próxima naquele momento. Além disso, uma vez que Manoel utilizou o sistema de telégrafos do seu trabalho, também nos mostra a confiança no próprio movimento de que fazia parte e na estabilidade da democracia no país.

²²⁷ TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

²²⁸ TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

²²⁹ AESP. Telegrama de Manoel Pinheiro para João Goulart. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 27.

Enleados por essas percepções, em 21 de março de 1964, apoiando os trabalhadores rurais, os militantes juntos deflagraram uma greve na Fazenda Boa Vista, “da Família Bittencourt”, exigindo ajuste salarial²³⁰. A paralização nessa fazenda foi estratégica e, também demonstra uma certa altivez do movimento, pois enfrentava simbolicamente a presença de dois adversários: o Círculo Operário e o deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno. Conforme observam Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira no artigo “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”, Cunha Bueno era “o braço político do complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional, encarnava o perfil típico do político conservador contra as Reformas” (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 292).

No texto, os autores discutem a atuação de grupos conservadores no Estado de São Paulo e no Paraná, que construíram discursos, símbolos e práticas de apoio ao golpe de 1964. Nesse sentido, através do projeto de Cunha Bueno de 1962, o auxílio com dinheiro público que haviam realizado ao Círculo Operário em Assis, inseria-se nas ações de fomento à conspiração contra as próprias lutas sociais. Isso se dava pois apesar dos Círculos levarem assistências médicas necessárias aos trabalhadores, esvaziavam suas exigências trabalhistas e pautas coletivas. O projeto havia sido proposto em 22 de março de 1962 e aprovado por unanimidade em 12 de junho de 1963. O deputado da Assembleia Legislativa de São Paulo, Antônio Sílvio Cunha Bueno, era filho do coronel Joaquim Cunha Bueno Júnior e se casou com Edi Bittencourt, que, por sua vez, era filha do coronel Joaquim José Bellarmino Bittencourt, falecido presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Então, realizar uma greve na fazenda da propriedade da família da esposa de Cunha Bueno, era um enfrentamento explícito ao conservadorismo e às oligarquias rurais²³¹.

Ademais, as fazendas dessa família na região eram alvos de queixas de abusos e violências no *Terra Livre* desde 1956. Na primeira quinzena de julho de 1956, o jornal noticiou o aumento dos fiscais no plantio dos cafezais na Fazenda Bittencourt e uma reunião de fazendeiros, que teria sido realizada em 17 de junho em Ourinhos. Conforme o texto, o juiz de

²³⁰ AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21.

²³¹ Sobre Cunha Bueno, conferir Verbetes Antonio Silvio Cunha Bueno. *FGV CPDOC*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-silvio-cunha-bueno>>. Acesso em 07 de ago. 2022. Sobre Edi Bittencourt, conferir Edy Bittencourt Cunha Bueno morre em SP aos 100 anos. *O Diário do Vale*, 2018. Disponível em: <<https://odiariodovale.com/edy-bittencourt-cunha-bueno-morre-em-sp-aos-100-anos/>>. Acesso em: 07 de ago. 2022. Sobre Joaquim José Bellarmino Bittencourt, consultar verbete da Assembleia Legislativa do Paraná. Disponível em: <<https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/joaquim-jose-bellarmino-bittencourt>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

Direito de Ourinhos, José dos Santos, tratando sobre o cenário agrário na região, “mostrou como os colonos e assalariados agrícolas vivem desamparados e em sua maioria mal alimentados por causa da pouca atenção que lhes dão os fazendeiros em mais de 90 por cento”²³². Mas embora a existência dessa perspectiva, o jornal relatava que era a exceção naquele encontro. Em outra publicação, no mês seguinte, na primeira quinzena de agosto de 1956, o *Terra Livre* publicou que “Catorze famílias de colonos de café da Fazenda Mumbuca, em Ipauçu, São Paulo, fizeram greve, no fim de julho, contra as violências policiais e contra a latifundiária Sebastiana Cunha Bueno”. As violências eram a prisões, invasões e perseguição, tendo o texto relatado que “tinha mandado prender colonos como ladrões, invadir suas casas de madrugada, deixando mulheres e crianças ao relento”²³³. As denúncias de atuações de autoridades policiais a favor dos interesses dos fazendeiros eram recorrentes nas páginas do jornal.

Retomando a greve de 21 de março de 1964, quando o responsável pela fazenda, Roberto Bittencourt, foi informado da greve, ainda no dia 21, mandou o administrador Luiz informar verbalmente que tomaria providências para pagar o novo salário mínimo e as diferenças salariais que faziam jus. No relatório enviado ao DEOPS, o Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz relata que “Com essa notícia uma boa parcela dos trabalhadores retornou ao serviço e os demais resolveram permanecer parados”²³⁴. A permanência em greve se dava pela falta de garantias por parte do empregador, de que de fato cumpriria sua fala de ir até a fazenda e regularizar os valores devidos.

Conforme relatório da Delegacia de Polícia de Palmital, no dia 22 (domingo), a fazenda esteve com um “ambiente calmo e pacífico”, já no dia 23, o Delegado notou que “Com diretores de Sindicato e comunistas agitadores, chegam a esta cidade dois funcionários do Departamento de Trabalho, com sede em Ourinhos para entrevista com Doutor Promotor da Comarca”. O delegado seguiu atento às movimentações e, no dia 24, “Mantivemos contato com a fazenda, através de elemento de ligação, estranho à Polícia, situação calma, parte dos trabalhadores em serviço e outra parte parados”. Além disso, ficou registrado que “três são os trabalhadores que agitaram os demais, sendo certo, que até o momento não pudemos levantar suas identidades, para não provocar suspeitas”. Sobre as movimentações no sindicato, o documento da polícia relatou que “elementos estranhos à cidade continuam indo e vindo a esta cidade”.

²³² TERRA LIVRE, 1º Quinzena de Julho de 1956, p. 01 Ano VII, n.º 67. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

²³³ TERRA LIVRE, 1ª Quinzena de Agosto de 1956, p. 03. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

²³⁴ AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21.

Uma dessas pessoas seria José Alves Portela. Já no dia 25, a greve estava sendo comentada pelos moradores da zona rural e urbana²³⁵.

O documento registra a espionagem e o serviço de informações tecido pelo Delegado Marcio Prudente Cruz. Sobre suas motivações, explica: “Tais informações foram por mim colhidas pessoalmente e espontaneamente pois, até o presente momento o proprietário da fazenda (dr. Roberto Leão Bittencourt [...]) não veio à fazenda e nem solicitou qualquer providência desta Delegacia, permanecendo na cidade de São Paulo”²³⁶. Mesmo que não tivesse nenhuma solicitação de auxílio policial ou queixa de ilegalidade, por nenhuma das partes envolvidas na greve, o delegado teceu comunicação com o Promotor Público e com o Juiz de Direito da Comarca.

Então, prestativo na defesa dos interesses dos fazendeiros, Prudente Cruz comunicou que, “segundo dizem, a reivindicação é justa”, entretanto, considerou que, “Antes que o mal cresça, diz o velho adágio, convém suprimi-lo”²³⁷. Assim, mesmo diante da legalidade da ação, para o delegado, “o Sindicato dos Trabalhadores Rurais sob orientação comunista está aproveitando-se da situação arvoreando-se de protetores dos trabalhadores”. Ainda, o oficial incluiu no documento uma sessão intitulada “Minha Opinião” e conjecturou buscando explicar: “O Sindicato dos Trabalhadores Rurais sob orientação comunista está aproveitando-se da situação [...], para isso tem contribuído desinteresse do proprietário Dr. Roberto Leão Bittencourt, que avisado no dia 21 do corrente, até a presente data não se dignou a vir”. O documento também considerava, “julgo de bom alvitre que V.S. através do D.O.P.S. localizem o mesmo no telefone ... 51-44-71 em São Paulo e lhe peçam para ficar à testa da fazenda para solucionar o problema surgido”, uma vez que, “pois, sendo o deputado federal Antonio Sylvio da Cunha Bueno um dos proprietários poderá ocorrer explorações políticas acerca dos fatos”²³⁸.

²³⁵ AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21-23.

²³⁶ AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 22.

²³⁷ AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 22-23.

²³⁸ AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21-22.

Por fim, o documento deixa o aviso de que “a qualquer momento posso dispor dos recursos desta Delegacia para sufocar qualquer violência ao patrimônio da fazenda” e considera que também teria à disposição os dispositivos do DEOPS. Esses trechos retratam a consideração das autoridades locais pelos interesses e pela imagem de Cunha Bueno.

Abaixo vemos uma Carteira Funcional de Delegado de Polícia Classe Especial, assinada pelo Secretário de Segurança Pública Delegado de Polícia Francisco José da Nova, expedida em 1960.

Imagem 30 – Carteira de Identidade Funcional do Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz



Fonte: Página do Facebook Memórias da Polícia Civil de São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/MemoriaDaPoliciaCivilDoEstadoDeSaoPaulo/photos/a.282966865159225/569775709811671/?_rdr>. Acesso em 07 de ago. 2022.

A carteira é do Delegado Márcio Prudente Cruz, que mostra a imagem deste ainda jovem, com 25 anos de idade. No início da carreira, cumprir o que concebia que fosse o seu dever e entrever as ordens e interesses dos superiores, possivelmente era a intenção de Prudente Cruz. A tese da pesquisadora Thaís Battibugli, “Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)”, realiza um estudo de caso sobre a estrutura policial paulista, buscando observar a influência do sistema político democrático de 1946 na cultura da Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil. Nesse trabalho a autora aponta que por serem uma das principais autoridades

nos municípios do interior e terem diversas atividades na segurança dessas localidades, os delegados eram instrumentos importantes da atuação dos políticos locais. Através dos delegados, os políticos poderiam privilegiar correligionários ou prejudicar adversários. Tratando da polícia como base eleitoral e de poder, a autora aponta que no fim dos anos de 1950 e início de 1960, as autoridades de segurança pública que se prestassem a essas funções, ligando-se à política, “teriam à sua disposição um poder legal quase incontestável” (2006, p. 82). Com essas considerações, podemos entender os trechos do relatório do Delegado Marcio Prudente Cruz, nos quais zelou pelos interesses políticos de Cunha Bueno. Ademais, também é interessante mencionarmos que em relatório de agosto de 1963, o Delegado de Polícia informava que existiam dois sindicatos sob sua vigilância, sendo um católico, mas, conforme suas palavras, “ambos limitam-se a orientar os trabalhadores rurais no que concerne a postulação de seus direitos perante o Juízo de Direito desta Comarca. Não movimentos subversivos”²³⁹. De agosto de 1963 a março de 1964, essa perspectiva do delegado se alteraria drasticamente, como a polarização política que tomava o país. Como uma autoridade na posição de poder que ocupava, escolheu pela defesa da propriedade dos fazendeiros e isso lhe renderia muitos elogios, como na carta do Delegado Regional de Polícia de Assis, Antônio Collesi, em que menciona sobre o bom trabalho do “competente, dedicado e esforçado colega Márcio Prudente Cruz”²⁴⁰.

Não conseguimos encontrar registros sobre o desfecho da greve, se está cessou no dia 26 de março, se durou até 01 de abril ou mesmo, se o fazendeiro Roberto Leão foi da capital para a fazenda. Mas a greve representava mais uma vitória para o movimento camponês na região, pois o êxito dos trabalhadores rurais naquela semana se dava pela mobilização e pelas articulações que as lideranças estavam conseguindo realizar. A exemplo, as ações de Barreiros em distribuir outras ideias, veiculando jornais, livros, revistas e discursos, de tornar-se “perigoso e altamente culto” ao sistema e sua resistência durante anos. Essa permanência contribuiu para a formação de novas gerações de militantes, como Altino Barreiros, para a luta por justiça social e pela melhoria das condições de trabalho na região.

No momento de escrita do relatório policial, no dia 25 de março de 1964, o Delegado Marcio Prudente Cruz solicitava que Roberto Leão Bittencourt fosse na fazenda para resolver

²³⁹ AESP. Relatório n.º 03. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 06 de agosto de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 115.

²⁴⁰ AESP. Informe n. 349, de 25 de março de 1964, do Delegado Regional de Polícia de Assis, Antônio Collesi para Andreas Aranha Schimdt, Delegado Auxiliar da 5ª Divisão Policial. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 20.

a situação, pois em sua ótica, esse movimento dos trabalhadores poderia “provocar qualquer outro movimento grevista nas outras fazendas se eles (os trabalhadores) perceberem que tem força e os patrões o temem”²⁴¹. A leitura feita pelo delegado considerava os movimentos grevistas crescentes na região, sob liderança da rede sindical que se articulava junto aos homens e mulheres do campo. Para a autoridade de segurança pública, os trabalhadores possuíam uma força de mobilização e exigência e tecia o seu relatório baseado na realidade que experienciava em Palmital, onde os trabalhadores vinham acumulando vitórias na Justiça do Trabalho e no campo simbólico. Possivelmente, essa leitura fosse fruto do reconhecimento conquistado pelo próprio movimento dos trabalhadores, que havia conseguido partilhar aos moradores da região uma visão sobre a grandeza de suas lutas. O Delegado preocupava-se apenas olhando a região, mas sem conseguir articular a sua conjectura com os movimentos conservadores e suas conspirações.

Sobre a ausência de resposta dos Bittencout e dos Cunha Bueno à greve, convém mencionarmos que estavam em intensa movimentação para apoio e promoção do golpe, que ocorreria na madrugada do dia 31 de março para 01 de abril de 1964, dez dias após o início da greve na Fazenda Boa Vista, em Palmital. Em 19 de março de 1964, dia de São José, padroeiro da família, o Deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno havia articulado uma manifestação na Praça da República, em São Paulo. O movimento foi apoiado pelo Governador Ademar Barros e saiu em passeata até a Praça da Sé, com discursos conservadores pró-família e anticomunismo. Nesse movimento organizado por Cunha Bueno começaram as Marchas da Família para com Deus e pela Liberdade, que se repetiriam por diversas cidades do país, entre 19 de março e 08 de junho de 1964. Esses eventos representaram um grande poder com convencimento e mobilização dos setores conservadores²⁴².

Após o golpe, o Deputado Cunha Bueno presidiria a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre agitação subversiva na zona rural, de sua autoria, criada em 08 de maio, pela Resolução n.º 51/1964 e em vigência desde essa data. A justificativa para a constituição dessa comissão era a crescente agitação no meio rural e os prejuízos que esses movimentos geravam para a economia e com o clima de desordem proporcionada por setores governamentais. Essa era a forma promovida por Cunha Bueno e outros conservadores para punir os antigos dirigentes

²⁴¹ AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 23.

²⁴² VELEZ, Érica Diniz. Sentinelas na vanguarda da defesa do futuro do Brasil. As mulheres da CAMDE entre os anos de 1964/69. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1898.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

da SUPRA, CONTAG, ULTAB, outros órgãos de proteção dos direitos dos trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Entretanto, consta que a aprovação dessa CPI ocorreu em 27 de outubro de 1965, no mesmo dia de promulgação do Ato Institucional n.º 2²⁴³. Esse ato, determinava punições mais severas contra quem fosse acusado por crimes políticos, oficializava o sistema bipartidário, estabelecia possibilidade de cassação de mandatos a parlamentares e dava competência à Justiça Militar sobre os crimes políticos cometidos por civis.

“Antes que o mal cresça”: a violência do Estado

Com o golpe instaurado entre 31 de março e o dia 01 de abril de 1964, o Delegado Márcio Prudente Cruz não tardou a fazer um inquérito policial, apreensões e buscas, para uma operação limpeza no município. O inquérito do dia 06 de março de 1964, tinha como foco as atividades e ideias tidas como comunistas “desenvolvida pelos indiciados nas diversas classes neste município e na cidade de Palmital, além de relações que mantinham aqueles com comunistas de outras cidades e regiões”²⁴⁴. Então, o Delegado de Polícia de Palmital acusou Mario Verza, Manoel Pinheiro, José Maria Peres, Joaquim Marana, Milan Luigi, João Maria Cascales, bem como, Daniel Ferraz da Cunha, João Barreiros e seu filho, Altino Barreiros.

O processo foi assinado dia 06 de abril e, nesse mesmo dia, começaram as apreensões nas casas, na Estação Ferroviária de Palmital, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a realizarem prisões. Ainda segundo algumas fichas de identificação, a vítima das ações teria sido o Estado e o motivo das prisões, por serem comunistas²⁴⁵. As autoridades mais uma vez dialogavam com os interesses dos fazendeiros e políticos conservadores ao taxarem os trabalhadores e sindicalistas de comunistas. Esse era o argumento sobre o qual legitimavam as

²⁴³ COUTINHO, Maria Laura; LINS, Maria Inês de Bessa. Comissões parlamentares de inquérito: 1946 a 2002. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14511/1/2013_MichelleNunesdeMoraes.pdf>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

²⁴⁴ Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 29.

²⁴⁵ AESP. Ficha de identificação de Daniel Ferraz da Cunha, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 45. AESP. Ficha de identificação de Mario Verza, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 52. AESP. Ficha de identificação de Manoel Pinheiro, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 58.

ações de violência contra os posseiros, parceiros, meeiros e aos colonos, que resistiam as expropriações e aos abusos.

Os policiais apreenderam jornais, livros, revistas abaixo-assinados, discursos, textos avulsos, documentos ligados ao Sindicato e houve a busca pelos valores das contribuições sindicais. Sobre as publicações apreendidas, a exemplo, no sítio de Daniel Ferraz também teriam sido apreendidas alguns livros, tais como *Libertação Econômica*, *Guia dos Dirigentes Sindicais*, *Carta de Alforria do Camponês*, *Canto da Liberdade*, *Vida de Luiz Carlos Prestes*, a revista *Problemas da Paz e do Socialismo* e o texto *O Brasil, a América Latina, os Estados Unidos e o caso cubano*²⁴⁶. Embora muitos livros, vários desses livros, como a *Vida de Luiz Carlos Prestes* fossem adquiridos clandestinamente, por serem utilizados como justificativas de contra crimes políticos, não existia uma lista oficial de livros proibidos.

Algumas publicações, além de não serem vetadas, eram inclusive produzidas por órgãos do próprio Estado, como o *Guia dos Dirigentes Sindicais*, produzido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Entretanto, a caça ao comunismo, a lógica da suspeição e a ideia de que a propagação de algumas ideias poderia ameaçar o poder vigente eram tão difundidas, que a lista de livros tidos como subversivos só surgiria em 1965, a partir daquele momento, amparando juridicamente uma perseguição já antiga aos livros. Na próxima página, tabelamos os dados da prisão, interrogatório, saída da delegacia, acusação, absolvição dos indiciados.

Como podemos observar na tabela, concomitante às apreensões do dia 06, foram efetuadas prisões, registradas entre os dias 06 e 09 de março, com a maioria nos horários vespertino e noturno. Após a prisão, os alvos foram mantidos na delegacia, transcorrendo vários dias até registro oficial do interrogatório. A exemplo, José Maria Peres foi mantido preso por 15 dias até a realização do interrogatório oficial, mas houve interrogatórios preliminares, sob condições desconhecidas. Os depoimentos foram realizados mais de uma vez, tendo trechos em que os depoentes reafirmam frases, indicando, “como já disse”²⁴⁷. Ainda, observando as

²⁴⁶ Encontramos duas publicações relativas ao título citado no documento, sendo: GUIA DOS DIRIGENTES SINDICAIS. São Paulo, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/Comissão Técnica de Orientação Sindical, 1955; GUIA DOS DIRIGENTES SINDICAIS. Caderno de Orientação Social nº 03. Série Sindical nº 02. Serviço Social do Comércio/Divisão de Orientação Social. São Paulo, agosto de 1953. CARVALHO, Rafael de. **Carta de Alforria do Camponês**. São Paulo: Editora Jotape, 1962. DINIZ, Pompílio. **Canto da liberdade**. São Paulo: Fulgor, 1963. AMADO, Jorge. *Vida de Luiz Carlos Prestes*. São Paulo: Martins, 1945. BRIZOLA, L. *O Brasil, a América Latina, os Estados e o Caso Cubano*. Conferência Nacional dos Estudantes, Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1961. Esta citação já apareceu acima.

²⁴⁷ AESP. Auto de Qualificação e de Interrogatório, de 21 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 61.

transcrições dos interrogatórios, notamos que o documento contém registros de encontros e negociações dos militantes. Num contexto estruturado por desigualdades, explorações e formas de apagamento, verbalizaram a permanência de suas convicções dentro dos aparelhos de violência, em atitudes que podem ser entendidas como buscas por conservar sua própria dignidade.

Tabela 9 – Prisões, abril e maio de 1964 – Delegacia de Polícia de Palmital

Nome	Data da Prisão	Data do interrogatório	Data da Saída	Acusação	Fim do Inquérito	Fontes
Milan Luigi	06/04/1964	16h00 do dia 22/04/1964	Não consta	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Consta como indiciado no processo nº 57/67, da 2ª Auditoria da 2ª CJM. Foi Indiciado mas não denunciado.	Milan Luigi. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNL002428.
José Maria Peres	06/04/1964	20h00 do dia 21/04/1964	21/04/1964	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Em 18/08/1970 foi absolvido no processo 57/57 da 2ª Auditoria da 2ª CJM, por inexistência de provas.	José Maria Peres. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNP001800
Manoel Pinheiro	06/04/1964	21h00 do dia 20/04/1964	20/04/1964	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Em 18/08/1970 foi absolvido no processo 57/57 da 2ª Auditoria da 2ª CJM, por inexistência de provas.	Manoel Pinheiro. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNP002278
Joaquim Marana	07/04/1964	13h30 do dia 22/04/1964	22/04/1964	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Consta como indiciado no processo nº 57/67, da 2ª Auditoria da 2ª CJM. Foi Indiciado mas não denunciado	Joaquim Marana. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNM001039
Daniel Ferraz da Cunha	07/04/1964	16h00 do dia 16/04/1964	16/04/1964	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Em 18/08/1970 foi absolvido no processo 57/57 da 2ª Auditoria da 2ª CJM, por inexistência de provas.	Daniel Ferraz da Cunha. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNC005785

Benedito Musilli	08/04/1964		27/04/1964	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Em 18/08/1970 foi absolvido no processo 57/57 da 2ª Auditoria da 2ª CJM, por inexistência de provas.	Benedito Musilli. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNM005454
Altino Barreiros	09/04/1964		29/04/1964	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Em 18/08/1970 foi absolvido no processo 57/57 da 2ª Auditoria da 2ª CJM, por inexistência de provas.	Altino Barreiros. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNB000711
João Maria Cascales	09/04/1964		01/05/1964	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Em 18/08/1970 foi absolvido no processo 57/57 da 2ª Auditoria da 2ª CJM, por inexistência de provas.	João Maria Cascales. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNC002194
Mario Verza	Não consta data da prisão, mas há uma ficha de identificação com data de 20/04/1964	14h30 do dia 18/05/1964		Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Não consta	
Pedro Ari Rocha	Residia em Botucatu, foi preso e detido no DOPS em 28/04/1964 ²⁴⁸		04/05/1964	Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Em 18/08/1970 foi absolvido no processo 57/57 da 2ª Auditoria da 2ª CJM, por inexistência de provas.	Pedro Ari Rocha. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNR001619. Pedro Rocha ou Pedro Ary Rocha. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNR001618

²⁴⁸ No texto *Imprensa e Manipulação: o caso das greves de Botucatu-SP na década de sessenta*, Marco Alexandre de Aguiar investiga a imprensa da época e realiza alguns levantamentos de informações em Botucatu. Nesse texto, consta sobre a prisão de Pedro: “No depoimento do jornalista e memorialista botucatuense João Carlos Figueroa, encontramos informações a respeito da prisão de Pedro Rocha logo após o golpe militar. Pedro Rocha escrevia os editoriais do jornal Correio de Botucatu, de 1964 a 1968 e

José Alves Portela	Desaparecido			Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Não consta	
João Barreiros	Foragido			Crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 5 de janeiro de 1953)	Em 18/08/1970 foi julgado e absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª CJM, nos autos do processo 57/64.	João Barreiros. Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNB000719

pertencia ao Partido Comunista. Sua prisão durou uma semana e foi Plínio Paganini, dono do jornal e político importante do período, quem entrevistou na sua defesa” (2003, p. 08). Plínio Paganini foi prefeito de Botucatu entre as gestões de 1963 e 1977 e proprietário do jornal *Correio de Botucatu*.

No depoimento de José Maria Peres, consta que “há vários anos vem participando como membro da organização ou Partido Comunista Brasileiro, desta cidade” e que “professa religião espírita é possuidor de sentimentos cristãos e professa ideologia comunista, como já disse enquanto essa defender ideais justos e pacificamente”²⁴⁹. No depoimento de João Barreiros em 1952, citado anteriormente, ele teria pedido para registrar que “seu maior desejo era trabalhar de todo o coração em favor de Luiz Carlos Prestes”²⁵⁰. Por sua vez, em 1964, exercendo a coragem que herdara, Altino Barreiros afirmara “que, as idéias que possui, acerca de justiça social e de igualdade de direitos ele as manterá”²⁵¹. As afirmações de resistência em suas causas exigiam coragem e eram uma forma de enfrentamento às violências policiais. Em prontuário produzido pelo DEOPS, Altino ficaria registrado como “comunista convicto”²⁵². Manter as convicções era um ato doloroso.

Entretanto, diante da violência dos interrogatórios, para cessar às punições e não serem levados à Justiça Militar, alguns militantes verbalizavam arrependimento (Benedito Musilli e José Maria Pires) ou terem sido ludibriados, “Lesado na sua boa-fé por José Alves Portela” (Joaquim Marana) ou, conforme Manoel Pinheiro, “tendo o interrogado assinado a pedido de Pedro Ari Rocha e o fêz enganado pensando que fosse para formação de algum Sindicato pois, se soubesse que fosse para legalização do P.C.B. não teria assinado”²⁵³.

Retomamos aqui um trecho da entrevista concedida pela ex-presidenta Dilma Rousseff, em que explica sobre a violência nas prisões políticas:

É isso que é a tortura. Dor e morte sistematicamente. E com algo terrível, que é fazer a pessoa perder a dignidade. Esse é o componente da dor psicológica. Eles querem que você perca a dignidade, que você traia as suas convicções, que você abandone o que você pensa. Isso é, talvez, a decorrência maior da prisão. Você é preso e é isso que fazem. Eu tenho imensa solidariedade por alguns dos companheiros que foram levados a renunciar às suas convicções depois de processos de tortura [...]. Esse processo de destruição de alguém, é um processo de fazer com que a pessoa se

²⁴⁹ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de José Maria Peres, em 21 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 60-61.

²⁵⁰ AESP. Relatório, Documento n.º 10 de 05/03/1965. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Relatório feito pelo Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 04.

²⁵¹ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Altino Barreiros, em 29 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 85.

²⁵² AESP. Ficha Nominal de Altino Barreiros. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNB000717.

²⁵³ AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de José Maria Peres, em 21 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 61. AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Joaquim Marana, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 67. AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Manoel Pinheiro, em 20 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 55.

transforme em um morto-vivo. O que faz uma pessoa depois de trair o que pensa, depois de trair a si mesmo? Fica morto andando pela rua²⁵⁴.

Abandonar as convicções devido ao processo de violenta repressão policial representava muitas vezes o forçado abandono de suas próprias histórias e implicava na exclusão da coletividade a que pertenciam. O ato de falsear, mentir ou abandonar os ideais colocava os militantes na posição de terem que ressignificar suas trajetórias, atribuía uma nova visão de seus pares, quando estes informavam-se das acusações. Além disso, no trecho citado também vislumbramos que as memórias das prisões podem se tornar dores que as vítimas são fadadas a carregar, quando sobrevivem, pelo restante de suas vidas. Ademais, diante da força policial também foi usado discurso de negociação, com promessas, como, “o interrogado esta arrependido de ter pertencido ao Partido Comunista e a contar desta data abandona-o para sempre”, na fala de José Maria Pires.

O documento da Delegacia de Polícia de Palmital é o registro de práticas ilegais, como:

1. A detenção arbitrária e sob condições desconhecidas;
2. O sequestro de Mario Verza tendo em vista que não constam pedido e nem registro de prisão;
3. Os interrogatórios preliminares, sem registros e realizados muitas vezes sob tortura;
4. Investigação judicial imparcial;
5. Busca por (re)incriminação, mesmo diante de absolvições anterior.

Ainda, no caso de Mario Verza, preso sem mandato, ficou sem a formalização do ato de prisão por aproximadamente 38 dias, desrespeitando, entre outros, o artigo 59 da Lei de Segurança Nacional vigente à época, de modo que, a prisão da vítima foi ilegal em todo o rito. Estimamos que Verza esteve preso ilegalmente na Delegacia de Polícia de Palmital desde antes do dia 20 de abril (data da identificação datiloscópica) até dia 18 de maio de 1964 (data do interrogatório), mas não há documentos disponíveis que comprovem dados exatos de prisão e soltura.

Sobre o tópico 5, destacamos o posicionamento do delegado Marcio Prudente com relação à João Barreiros. Em documento enviado ao DEOPS, o delegado destacou: “Principalmente JOÃO BARREIROS, velho e intransigente comunista, já processado duas vezes por crimes dessa natureza, infelizmente absolvido pela Justiça comum, que por sua

²⁵⁴ LEMOS, Mariana; MACIEL, Camila. Dilma Rousseff: “Tortura é dor e morte. Eles querem que você perca a dignidade”. Brasil de Fato, 15 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

posição social arrebanhava para o Partido Comunista mais adeptos” (p. 30). Ao mencionar a “justiça comum” o delegado fazia referência há alternativa de João ser julgado por um tribunal militar. Ainda em 23 de maio de 1964, tomando essa alternativa como válida, o General Secretário da Segurança Pública Aldévio Barbosa de Lemos do Estado de São Paulo pede instruções ao Marechal Taurino (Ministério da Guerra) para prosseguir com instauração de IPM. Aldévio Barbosa estava se antecipando ao que seria proposto no Ato Institucional n.º 2, que como citado anteriormente, ampliaria o poder da Justiça Militar, levando a esta a jurisprudência dos crimes políticos de civis.

O documento não traz informações sobre se a saída da delegacia referia-se à soltura dos presos ou ao encaminhamento destes para a delegacia de Assis ou para a DEOPS, na capital. Também, o documento não informa as decisões tomadas adiante e nem a abertura um Inquérito Policial Militar. O IPM contra os militantes de Palmital não está nas bases de dados dos arquivos da ditadura, mas podemos inferir que de fato o processo foi aberto. Pesquisando no Banco de Dados do fundo DEOPS no Arquivo Público de São Paulo, encontramos fichas dos nominados, nas quais constam resultados de um processo com abertura em 1965 contra eles. Esses processos teriam tramitado pela 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. A 2ª Circunscrição Judiciária Militar foi criada para julgar, principalmente, os crimes praticados por integrantes das Forças Armadas. Durante a ditadura civil-militar, com o AI-2, as auditorias assumiram também o julgamento dos “crimes políticos”, dos acusados de atentarem contra a Segurança Nacional. Na auditoria, os réus participavam de audiências, revestindo de aparente legalidade o autoritarismo do Estado²⁵⁵.

Ao fim, o documento da Delegacia de Polícia de Palmital, ainda em 1964, informa que naquele início do mês de abril de 1964, algumas prisões não foram possíveis, mas o delegado as justificou e recomendou providências. Ainda sobre João Barreiros, o delegado de polícia de Andirá informava que “Perigoso e altamente culto, tal qual raposa ao perceber a presença do dono no pomar, JOÃO BARREIROS, apesar do dispositivo de segurança montado, conseguiu ludibriar a ação policial e fugir para lugar incerto e não sabido”²⁵⁶. A intensificação da perseguição policial e da busca por penalizações criminais, ainda que mais tarde a justiça os tenha considerado inocentes, dava-se como reação autoritária e violenta às mobilizações,

²⁵⁵ AZEVEDO, Desirée. Verbete Auditoria da Justiça Militar. *Memorial da Revistância de São Paulo*, [s/d]. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/auditoria-da-justica-militar/>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

²⁵⁶ AESP. Relatório de indiciamento de Daniel Ferraz da Cunha e outros, produzido em 21 de maio de 1964, pelo Delegado Marcio Prudente Cruz. Infração crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Político-Social (Lei n.º 1802, de 05 de janeiro de 1953). Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 30.

articulações e formações realizadas por Daniel, João, Manoel, entre outros, no fim dos anos 1950 e início da década de 1960. Sobre José Maria Peres, Benedito Musilli, João Maria Cascales, Altino Barreiros e Milan Luigi, além da absolvição em 1970, não consta nenhum outro registro. Na pasta de Manoel Pinheiro, há a informação de que ele participou de protesto em 1980, no Paraná. Porém, o nome no registro é Manoel Lopes Pinheiro e acreditamos se tratar de outra pessoa, homônima. Manoel Lopes Pinheiro consta em outra ficha, do DOPS/Santos, com ações no litoral, ligado ao setor de transporte, filho do proprietário da Empresa de Transportes Mapin e vice-presidente do Lions Clube-Norte, em 1972²⁵⁷. Não se trata do militante de Palmital e embora na mesma ficha, este não esteve no protesto do Paraná e sobre ele não há nenhum outro registro nos bancos de dados da ditadura. Sobre Daniel Cunha Ferraz, encontramos um documento. Ele teria recebido a visita de seu irmão Elizeu, em 20 de abril de 1968. Na ocasião, Elizeu era suspeito de ter deixado “material subversivo c/finalidade de agitação, em Palmital”, a cerca de 400 metros da casa de Daniel, nos trilhos da Estação, no km 502. Essa informação era proveniente do II Exército, em informe 149/E2, de 16 de julho de 1968.

Considerações

Ao longo dessa história podemos entender que a organização coletiva dos trabalhadores na região de Palmital era um importante instrumento, mas também representava os esforços de mobilização, formação e articulação que Daniel, Barreiros, Marana, Nestor, Orlando, Manoel, Dario, Ana, Roque, João Bento e outros, vinham fazendo há algumas décadas. Os militantes conseguiram:

- Aproximar as questões das causas operárias às rurais, laborando junto ferroviários, operários e camponeses.
- Reuniram questões trabalhistas e conduziram os requerentes à Justiça do Trabalho.
- Criaram ligações com militantes de cidades diferentes, através da participação em eventos, com a escrita textos e cartas em periódicos e de laços familiares.
- Se movimentaram para outras cidades e fizeram transitar jornais, livros, abaixo-assinados, discursos e cartas, utilizando principalmente a Estrada de Ferro Sorocabana.

²⁵⁷ AESP. Ficha Nominal de Manoel Lopes Pinheiro. Ficha DOPS Santos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DOPSSANTOSP01829.

- Os dirigentes de Palmital auxiliaram na sindicalização de trabalhadores em outros municípios, como de Santo Grande/SP.
- Junto com a ULTAB, na figura de Nestor Vera e da FETAESP, com José Alves Portela, os militantes da região articularam a presença de lideranças rurais e urbanas em eventos locais.
- Pela união da rede sindical e das ações de reconhecimento das associações e sindicatos, conseguiram partilhar com o tecido social dos municípios do Médio Paranapanema a importância do movimento que haviam criado.

Ao longo dos anos de 1940 a 1960, os militantes, as lideranças das organizações trabalhistas e os trabalhadores rurais conseguiram construir um movimento sindical forte, pautado na luta pelas reformas de base, que levariam condições melhores para as vidas de quem laborava no campo. Na justiça do trabalho conseguiram algumas vitórias importantes, que levaram à aplicação real da legislação trabalhista. O movimento que empreenderam era tão duradouro e engajado que, por algum tempo, as autoridades de segurança pública da região visualizaram a força que tinham e temeram pelos fazendeiros. Entretanto, através das conspirações dos setores conservadores, utilizando a violência no campo político, a partir do golpe de 1964, os camponeses, sindicalistas e militantes comunistas, que já eram duramente perseguidos, foram severamente reprimidos. Em Palmital, as pessoas envolvidas na greve da Fazenda Boa Vista, que foram encontrados durante as buscas do Delegado Márcio Prudente Cruz, estiveram detidas, presas por vários dias e interrogadas. Após, não temos registros se foram soltas ou encaminhadas ao DEOPS/SP. Alguns anos após, em 1970 seriam absolvidos das acusações de crimes políticos, conforme consta em as fichas individuais constantes no Arquivo Público do Estado de São Paulo, por falta de provas. O movimento após esse período teve de manter-se na clandestinidade e sobre duras perdas, pois com o golpe, houve a intensificação das perseguições e prisões, e os desmontes dos órgãos públicos de auxílio aos camponeses. Nesse sentido, a continuidade dessa militância na região se tornou ainda mais perigosa. Segundo levantamento de Clifford Welch, “dentro de um ano, o governo fechou 2.381 sindicatos de produtores autônomos, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas e rurais pela mesma razão, deixando o país com apenas cerca de 490 sindicatos funcionando em agosto de 1965” (2010, p. 412). Nesse cenário, João Barreiros, Nestor Veras, José Alves Portelas e outros, entraram para a clandestinidade.

Entre o fim dos anos de 1960 e início de 1970, o delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz seria recrutado para trabalhar na capital, tendo em vista seus serviços prestados em

Palmital/SP. Primeiro, foi trabalhar na CIOP (Coordenadoria de Informações e Operações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo), junto com David dos Santos Araújo:

Imagem 31 – Fotografia de David dos Santos e Márcio Prudente Cruz



Fonte: Acervo de Richard Smith. Disponível em: <https://www.memoriapoliciacivilresp.com/policiais-civis-de-destaque?pgid=jwf7080k-5a304b6a-9e40-4292-8637-ab7203b08220&fbclid=IwAR0aJXg-ZTDzrxn5GyvI35aQ7_vUIpVTskM_0v5zuI9CoF9K1Hv123i5IAU>. Acesso em 07 de ago. 2022.

David dos Santos está à esquerda na imagem e a direita, Marcio Prudente Cruz. A fotografia foi retirada do site *Memória da Polícia Civil de São Paulo* e segundo este, ambos estariam em incursão em favela da Vila Prudente, em 1972, na capital paulista. Na imagem, os dois homens estão em pé sobre um muro de cimento, do qual atrás sobem capins, folhas e plantas. Prudente Cruz está de óculos escuros, jaqueta de couro e olha para o fotógrafo, com um binóculo pendurado a sua frente. David dos Santos, olha para a região em que estão, enquanto segura um objeto em sua mão direita. Santos é acusado de crimes contra a

humanidade, como a tortura de Ivan Seixas e o assassinato de Joaquim Alencar de Seixas, em 1971²⁵⁸. Foi delegado do DOI-Codi, atuava sob o nome falso de Capitão Lisboa e era subordinado ao então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Como se no silenciamento e na violência fosse possível existir paz, em 1981, David dos Santos recebeu do Exército a Medalha do Pacificador.

No fim dos anos de 1960, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo sofreu uma reestruturação e foi criada a Divisão de Comunicações da Polícia Civil (DICOM), da qual Marcio Prudente Cruz ficou como responsável, junto com José de Almeida Penteado. Em 1980, Prudente Cruz se tornou Delegado do 4º Distrito, no bairro Consolação, na capital paulista. Já em fevereiro de 1987, estava com 52 anos e era Delegado-Chefe do Departamento de Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (DEGRAN). Nesse cargo, instituiu uma ação que seria manchete em páginas de jornais da época e na história dos movimentos sociais sobre sexualidade no país: a Operação Tarântula. Conforme noticiou a *Folha de São Paulo*, em 19 de março de 1987, essa operação tinha como objetivo processar as travestis e homossexuais por ultraje ao pudor público e crime de contágio da AIDS, além de que previa a testagem compulsória. Conforme o texto *O desejo marginal*, de Antonio Sergio Spagnol (2008 apud LAJOLO, 2016, p. 88), “essa operação foi questionada pelos grupos que trabalham com problemas relacionados à comunidade gay em São Paulo e acabou sendo suspensa, não somente pela sua ilegalidade, como também pelo uso da violência para realizá-la”.

Trouxemos esses dados sobre o Delegado Márcio Prudente Cruz pois sobre a violência que este empreendeu, podemos inferir que foi construída ainda desde sua atuação em Palmital, a partir de 1963, quando optou por ocupar um lado nos conflitos de terras no município. Na época, ficou ao lado da defesa da propriedade dos Bittencourt e de Cunha Bueno, suas ações renderam promoções e passou a residir em São Paulo com a sua família, num posto de delegado na capital paulista. O delegado possivelmente ressignificou a violência que perpetrou contra os homens e mulheres do campo e passou a entendê-la como uma ação positiva, na busca de estabelecer uma ordem ilusória, que não seria nunca compatível com um cenário democrático. Foi aprendida num contexto de conspiração e como um trauma, reproduzida inúmeras outras vezes, na escolha arbitrária da defesa da violência, do poder e a serviço dos órgãos de repressão e vigilância da ditadura no Estado de São Paulo.

²⁵⁸ Conferir Verbete David Araujo dos Santos. **Memória da ditadura**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/david-dos-santos-araujo/>>. Acesso em 07 de ago. 2022.

Capítulo 5 – O corpo dela descansa feito semente

Maria Lorena foi professora e residiu em Cambará/PR. Sua atuação política se estendeu por várias cidades do Norte Pioneiro Paranaense e auxiliou na formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Andirá/PR, Bandeirantes/PR, Santa Mariana/PR, Cambará/PR e Jacarezinho/PR, entre os anos de 1962 e 1964. Observaremos a trajetória de Maria Lorena no município, as ações para a mobilização dos professores da rede estadual de ensino e dos camponeses, as relações tecidas com as lideranças do campo nos municípios em que atuou e os meandros da sua atuação. Tentaremos observar como ela dialogou, negociou e fez uso dos espaços de poder, veiculando um projeto político de ampliação dos espaços democráticos. Veremos como Maria Lorena aliou os seus campos de educação, no sindicalismo e na política, com projetos de melhoria nas condições de trabalho, na alfabetização, saúde e renda dos trabalhadores rurais. Além disso, atentaremos ao processo de repressão política sofrida por Maria Lorena e aos desdobramentos da ditadura civil-militar e do terrorismo de Estado em sua trajetória de vida e de seus familiares. Utilizaremos como fontes o BNM 238 / IPM 384, o BNM 139 / IPM 406, a requisição de arquivo feita por Maria Lorena em 1988 ao Serviço Nacional de Informações e matérias dos jornais *Terra Livre*, *Diário do Paraná* e *Novos Rumos*, além de entrevistas com seu filho, Ibá dos Santos Silva, entre outros. Maria Lorena foi indenizada pela Comissão da Anistia do Estado do Paraná e faleceu antes do julgamento de seu pedido de indenização à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o qual foi contemplado *post mortem*, em 2018²⁵⁹.

Maria Lorena dos Santos e Silva

Maria Lorena nasceu em 23 de setembro de 1922, em Taquara, no Rio Grande do Sul. Era filha de José Pedro dos Santos e Maria Amélia dos Santos. Seus pais eram pequenos produtores rurais e tiveram três filhos, uma menina, a qual não conseguimos localizar o nome, Maria e João Pedro. Maria Lorena foi casada com Edson Campos Silva, tenente reformado do

²⁵⁹ *Pauta da 10ª sessão de turma a ser realizada em 22 de maio de 2018*. Comissão da Anistia, Ministério da Justiça. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=32&data=15/05/2018&captchafield=firstAccess>>. Acesso em: 27 de nov. 2022.

Exército Brasileiro. Edson nasceu em 1909, em Pacatuba, no Ceará, filho de João de Deus e Silva e Jasmilina Campos Silva. Seus pais migraram para o Acre, afim de trabalharem nos seringais durante o ciclo da borracha²⁶⁰. O ciclo da borracha compreende um período da história da Amazônia, em que havia a prosperidade devido à exploração da economia do látex, porém, a opção pelo extrativismo trouxe à região vários aspectos negativos, piorando o abastecimento devido à diminuição da agricultura de subsistência. Conforme aponta Márcio Souza (2021), no livro *A História da Amazônia*, entre 1877 e 1879, estima-se que 65 mil pessoas partiram do Ceará para a região, em busca da prosperidade. O contingente humano serviu de mão de obra nos seringais, fazendo avançar a fronteira do extrativismo. Muitos trabalharam no Acre, que no período era território reivindicado por Bolívia, Brasil e Peru. Porém, como muitos outros trabalhadores, os pais de Edson acabaram falecendo de febre amarela e ele passou a ser criado por parentes próximos. Tentando melhores condições de vida, entrou para o Exército, na Escola de Sargentos e mudou-se para o Rio de Janeiro. Seguiu carreira por vinte e cinco anos nas Forças Armadas, fez parte da 3ª Infantaria do Exército em 1934, no Estado do Rio Grande do Sul, onde serviu em Caxias do Sul/RS, como 1º tenente. Naquela cidade, Maria Lorena conheceu Edson e casaram-se.

Em outubro de 1950, Edson Campos entrou no curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro²⁶¹ e conseguiu sua transferência como militar para Realengo, voltando ao Rio de Janeiro. Antes do casamento com Maria Lorena, ele teve duas crianças, Wilson e Hugo, dos quais o primeiro faleceu jovem, vítima de tuberculose e o segundo, residia com o pai. Edson e Maria Lorena juntos tiveram Ibá e Eni. Assim, quando Edson foi cursar faculdade, Maria acompanhou o marido e mudou-se para a capital fluminense, junto com os filhos, Ibá, Eni e Hugo. Após se formar cirurgião dentista, por volta de 1954, ele tirou sua Carteira do Conselho Regional de Odontologia e segundo seu filho Ibá, a “exibia com orgulho”²⁶².

Quando Edson se formou continuaram residindo em São Gonçalo/RJ e nessa cidade, ele estabeleceu um consultório na Venda Cruz, perto do 3º Regimento da Infantaria. Naquela cidade, Maria Lorena participou de reuniões do Partido Comunista Brasileiro²⁶³ e

²⁶⁰ Conf. SOUZA, Márcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

²⁶¹ Boletim Eleitoral, Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1934. Sobre a chapa estudantil de odontologia: Diário de Notícias, 14 de outubro de 1951, Segunda Seção, p. 08.

²⁶² SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

²⁶³ SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

possivelmente foi o local em que iniciou sua militância política, participando de abaixo-assinados e estabelecendo contatos com outros militantes, conforme veremos a seguir. Em 1954, em busca de melhores condições para a profissão de Edson, a família se mudou para Cambará, no interior do Estado do Paraná. Nessa cidade, ele abriu um consultório e passou a atuar como dentista particular. Quando Edson e Maria Lorena chegaram a Cambará as convenções sociais desenhavam para ambos os papéis que deveriam desempenhar. À Maria caberia ser mãe e tecer relações com outras esposas, em eventos sociais. Já as crianças, frequentaram os clubes, e Edson era dentista e militar reformado. Logo, foi convidado para fazer parte de reuniões da Loja Maçônica²⁶⁴.

Nesses espaços que se abriram e com a posição que possuíam, fizeram amizades e relações. Uma destas foi com Miguel Dinizo, que era médico, prefeito municipal e proprietário da Rádio Difusora de Cambará. Conforme as memórias de Ibá, o pai “criou amizade com o dono da rádio local e fazia um programa sobre a importância do tratamento dentário e começou a ficar conhecido no campo”. Além disso, mesmo sem o sobrenome de um “pioneiro”, mas com os distintivos de “doutor”, poderia tentar uma posição política. Do programa de saúde bucal na Rádio Difusora, logo Edson passou a ter um programa semanal sobre política, o que somado ao fato de atender muitas pessoas no consultório, ocasionou que ficasse conhecido na zona urbana e rural do município. Em 1955, um ano após chegarem à cidade, Edson Campos Silva concorreu ao cargo de vereador pelo Partido Social Democrático e obteve 46 votos. Como não foi eleito, ficou na lista de suplentes e embora fossem poucos votos, esteve na frente de outros 36 concorrentes.

Ibá e Eni haviam sido matriculados no curso ginásial do Colégio Estadual de Cambará. Sobre esse período da juventude, Ibá se recorda-se que frequentava os clubes e ia à exibição de filmes. Segundo relata, “tinha o Serviço de Água e Esgotos, cuja “piscina” desativada, mas muito suja de limo, que pertencia a um particular que cobrava um ingresso para que fôssemos nadar. Isso ficava ao lado do Rio Lambari, à jusante do Serviço de Água. Mulher não entrava. Assim como as “moças da sociedade” não frequentavam o Operário”. As posições sociais eram rígidas e a estrutura contemplava o lazer aos homens e meninos, sendo desencorajado às mulheres irem a bailes e piscina pública. Relembra Ibá que, “já o tempo que morei em Cambará, PR, meu pai queria que eu estudasse para me inserir na sociedade local”. Edson queria que os

²⁶⁴ Depoimento de Sebastião Machado de Oliveira. In: Depoimento de Nilton Gomes de Oliveira. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 251.

filhos se socializassem, que fizessem amizades e ocupassem lugares sociais também, tendo em vista que a família buscava construir suas vidas naquele local.

Com os filhos jovens Maria passou a se dedicar a outras atividades, que iam além da maternidade e do casamento, como a sua formação e atuação social. Tendo em vista que Maria Lorena possuía apenas o ensino primário, ela foi cursar o ginásio, também no Colégio Estadual, no período noturno. Nas memórias de Ibá ele explica que “a minha mãe só tinha o primário e entra na escola noturna no mesmo colégio estadual que eu estudava durante o dia. Aí entra em contato com outras esposas de trabalhadores no comércio, de trabalhadores dos Depósitos de Café, e com as professoras”²⁶⁵. Esses contatos seriam importantes para a sua sociabilidade, inserção social e, possivelmente, alguns desses contatos foram incentivadores de que continuasse os estudos. No município funcionava uma escola de formação de professoras normalistas, na qual Maria Lorena se matriculou em 1959.

Na documentação apreendida no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambará, a Delegacia de Ordem Polícia e Social do Paraná apreendeu um exemplar do jornal *Tribuna do Povo*, de 05 de abril de 1958, que entre as matérias trazia o texto “Prestes – Líder amado e respeitado do povo”. Maria Lorena possuía afinidade com as ações e políticas de Luiz Carlos Prestes, tendo a simpatia com este surgido ainda durante o Governo Vargas, como recorda-se Ibá no seguinte trecho: “Felinto Müller envia para a Alemanha Olga Benário que morre na mão dos nazistas. Meu pai e minha mãe se tornam simpáticos a Luís Carlos Prestes”. O Governo do presidente Getúlio Vargas deportou Olga Benário a Alemanha em 1936, uma militante, na condição de mulher gestante, para ser julgada. Naquele país, a levariam a morte e a descoberta das condições de seu falecimento ficaram conhecidos após o ano de 1945, com o fim da 2ª Guerra Mundial. Tanto a deportação como a morte de Benário foram no período em que Lorena e Edson iniciavam seu casamento e tiveram seus filhos, o que possivelmente aumentou a comoção e a identificação com a militante presa.

Quando publicado em 1958, o exemplar do jornal apreendido, descreve Prestes como “o maior exemplo de abnegação e magnimidade [...] o qual esquecendo as injustiças e arbitrariedades de que foi vítima, só se lembra de um fator: o de que é um verdadeiro brasileiro que no momento de salvar a mãe-pátria é necessário que todos irmanados o salvemos”. O texto usava essa perspectiva, da abnegação no momento necessário, para defender que, conforme o texto, “neste momento a única solução para o Brasil será um governo de coalizão democrática

²⁶⁵ SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

nacionalista”. Naquela época, no fim de 1950, Maria Lorena também teria uma posição de diálogo quando escolheu a legenda da qual concorreria pela primeira vez na política.

Em Cambará, nas eleições de 1947 e 1951, as legendas que lançaram candidatura eram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). No cenário regional, em meados da década de 1950, no cenário político estavam envolvidos o PTB, o PSD, a UDN, o Partido Republicano (PR) e o Partido Democrático Cristão (PDC). O aumento das legendas concorrendo refletia a pluralidade política do Brasil no período democrático e a presença destas propostas e governo se refletiam na composição da Câmara dos Vereadores da cidade. Com uma competição maior, em 1956 o Partido Social Democrático anunciava no *Diário do Paraná* que passava por uma reestruturação dos cargos, visando uma competitividade melhor nas eleições. Alceu Vezozzo passou a ocupar a presidência do comitê do partido, tendo como vice-presidente Josué Toledo de Godoy, Antônio Casquel e Raul Teixeira Marinho. O primeiro secretário era João Ribeiro de Faria e Ibiapaba Trench²⁶⁶. Alceu era engenheiro civil e proprietário de terras, Ibiapava era proprietário de terras em Ourinhos, a família Teixeira Marinho era considerada “pioneira” na região e possuía terras em Itambaracá, já Antônio Casquel possuía terras em Cambará e sobre Josué não conseguimos encontrar dados disponíveis. A partir dos labores dos membros da direção, podemos inferir que a legenda do PSD na região possuía fortes ligações com grupos patronais, de proprietários rurais e comerciantes. Edson havia integrado o PSD, mas não concorreu novamente às eleições e esse lugar passaria a ser ocupado por Maria Lorena, na mesma legenda.

Na eleição municipal de 1959, Maria Lorena estava com 38 anos de idade, era casada e sua atuação como professora passou a lhe conferir uma certa liberdade de circulação no espaço público do município, bem como, maior campo para atividade social e possibilidades que talvez antes fossem mais distantes. Assim, pleiteou a vaga de vereadora pela primeira vez, nas eleições de 1959 e ficou para suplente, assumindo no ano seguinte. Em 26 de outubro de 1960 o jornal *Diário do Paraná*²⁶⁷ informava, entre as dezenas de pessoas que tiveram audiências com o governador Moysés Lupion, o nome da vereadora Maria Lorena, da Câmara dos Vereadores de Cambará.

Sobre a política em meados de 1950, Ibá recorda-se:

Em 1954, no primeiro ano que chegávamos a Cambará, correu uma notícia como rastro de pólvora, o suicídio de Getúlio Vargas. Os outros jovens nos diziam que ia ter uma semana de feriado. Cheguei em casa e contei alegre para minha mãe e meu pai, e minha mãe me disse que não era para ficar alegre, pois ia haver uma revolta no

²⁶⁶ Diário do Paraná, 29 de fevereiro de 1956, Primeiro Caderno, p. 07.

²⁶⁷ Diário do Paraná, 26 de outubro de 1960, p. 03.

país e seria perigoso sair para a rua e que seria implantado o Estado de Sítio e as pessoas não poderiam sair de casa à noite. Chega pela Rádio Nacional a revolta com invasão da Embaixada Americana e grandes manifestações no Rio de Janeiro. Mais tarde chegaria pelos jornais e revista as crônicas e análises desse levante. Meu pai faz no rádio um pronunciamento em defesa do legado de Getúlio Vargas. Daí por diante faz um programa semanal sobre política.²⁶⁸

A defesa de Getúlio Vargas possivelmente não agradou aos grupos que Edson se inseria, como aos membros do PSD, mas certamente foi de acordo com as premissas dos Partido Trabalhista Brasileiro. Um dos políticos mais destacados dessa legenda na região era Miguel Dinizo, que concorreu a prefeito pelo PTB, em 1947, mas não foi eleito. Porém, retornaria ao pleito em 1951, elegendo-se prefeito municipal, em 1955 foi vereador no município e em 1959, elegeu-se deputado estadual. Na fala de Ibá também notamos a análise de conjuntura política que Maria teceu para o filho, sobre a situação política após a morte de Vargas, que demonstra um traço que, como veremos, seria marcante ao longo dos dez anos que ela viveu em Cambará. Maria foi muitas vezes descrita como inteligente, perspicaz e uma pessoa estratégica em suas ações nas organizações sociais.

Enquanto residiram em Cambará, no início, os espaços políticos abriram-se para Edson devido às próprias construções sociais de seu gênero, uma vez que a atuação social e política caberia aos homens. Para Maria, ela construiu os caminhos, a partir da ação como educadora. Aos poucos a atuação política de ambos foi mostrando-se ligada ao trabalhismo e às causas sociais. Ibá lembra-se que “os jovens de minha idade, até os filhos de fazendeiros, me aceitaram, mas eu sentia que seus pais tinham reservas em relação a mim, a meu pai e a minha mãe. Nunca expressaram nada diretamente. Mas expressavam em relação a suas preferências políticas opostas às de meus pais”.

Professora Lorena

Em 1960, Maria Lorena passou a atuar como professora do ensino primário na rede estadual de educação no município, no Grupo Escolar Santa Rita de Cássia. Como docente, Maria Lorena começou a promover a organização da categoria no município, tentando formar uma organização de professores, pois haviam muitas reclamações acerca dos salários e da

²⁶⁸ SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

carreira na rede pública no Paraná²⁶⁹. Em 1964, André Luiz dos Santos, Capitão Presidente da Comissão de Inquérito Policial Militar, escreveu o documento *Histórico de Maria Lorena dos Santos e Silva – Professôra Estadual*, produzida pelo DOPS/PR, no qual registrou que a mesma “tomava parte ativíssima em todas as manifestações de classe, como greves, etc, promovendo agitações, com invulgar perícia e técnica, como a “OPERAÇÃO TARTARUGA”. Essa operação seria, nas palavras do capitão, um “movimento reivindicatório das professôras estaduais, eclodido em CAMBARÁ no ano de 1963, quando conseguiu a adesão de quase todas as cidades do NORTE PARANAENSE”. No depoimento de Alcides de Souza Cardoso, de 29 de abril de 1964, este afirma que “é fato sabido e conhecido na cidade inteira, que MARIA LORENA e seu marido, chefiam a “OPERAÇÃO TARTARUGA” do professorado do norte dêste Estado, durante o qual desenvolveu uma atividade extraordinária no sentido de insuflar a classe contra o govêrno”²⁷⁰.

Ainda segundo o IPM, o movimento foi iniciado em janeiro de 1963, no fim das férias escolares e início do retorno às aulas, buscando protelar o início das mesmas, colocando a duração destas em 30 minutos, até que fossem aceitas pelo Estado as mudanças exigidas pelos professores. Alcides também relatou que o casal estaria “promovendo mesmo agitações em várias cidades da região, como BANDEIRANTES, CORNÉLIO PROCÓPIO, JACAREZINHO, etc” e que Edson a acompanhava. Em 01 de fevereiro de 1963, o jornal *Diário do Paraná* publicou uma matéria sobre o assunto, pois o Secretário de Educação Jucundino Furtado havia comentado sobre a questão. Conforme a matéria, “o prof. Jucundino disse que a “operação tartaruga que está sendo organizada pelo magistério, é ilegal”, pois o Estado não poderia arcar com o prejuízo que acarretaria em atender as exigências dos docentes. A matéria explica que o aumento do ônus público se daria pois, “como se sabe, professores do Norte do Estado ameaçam uma operação tartaruga, caso o govêrno não lhes pague salários condignos”²⁷¹.

No Paraná, o movimento sindical dos professores, organizado, já existia em nível estadual desde a década de 1940. Em 1947, foi fundada a Associação dos Professores do Paraná (APP), em Curitiba/PR e ao longo das décadas seguintes também foi criada a Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP), que assim como a APP, era uma organização sindical estadual. Nos municípios também surgiram outras organizações, bem como, nas

²⁶⁹ SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

²⁷⁰ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406.

²⁷¹ Diário do Paraná, 1 de fevereiro de 1963, p. 02.

regiões, a exemplo, a Associação dos Professores do Norte do Paraná (APNP). Ao longo das décadas de 1940 a 1960, a categoria abaixo-assinados, passeatas e criaram pautas coletivas. Conforme o Histórico da APP, esta entidade foi reconhecida oficialmente como órgão de direção da classe dos Trabalhadores da Educação em 1955, com a publicação da Lei 2.498, mas ainda havia a atuação das demais organizações²⁷².

Quando Maria Lorena e as demais professoras de Cambará começaram a se organizar coletivamente, elas inseriram-se na trajetória política que já havia iniciado com a APP. Em contato com a APP e APNP, as professoras e professores organizaram-se e fizeram uma passeata em Curitiba/PR, indo da rua Voluntários da Pátria até rua XV de Novembro. Na caminhada participaram cerca de duas mil pessoas. No texto *Há 40 anos – 9 de fevereiro de 1963*, o jornal *Folha de Londrina*, relembra que os professores manifestaram-se “reclamando contra os “salários de fome” pagos pelo Estado à classe. Os manifestantes percorreram de ponto a ponto a principal artéria de Curitiba, carregando com cartazes alusivos à “Operação Tartaruga”, como se tornou conhecido o movimento lançado pelos professores primários do Estado”²⁷³. O jornal *Folha de Londrina* ainda explicava que a manifestação seria contra o Plano de Classificação enviado à Assembleia Legislativa pela Secretaria de Educação e Cultura, porém a matéria omitia que a mobilização dava-se também devido as professoras e professores estarem desde novembro com salários atrasados. Em outra publicação, de um fragmento de jornal sem título, a matéria *Professorado do Ensino Médio vai aderir a Operação Tartaruga: Norte Comanda!* alertava para os valores atrasados, além dos salários serem baixos²⁷⁴. A não menção a questão salarial era uma forma de posicionar a greve como uma ação por uma reivindicação nova, específica pela contra a aprovação do Plano, sem que salientasse as condições anteriores de trabalho. Ademais, como a maioria das pessoas trabalhando na educação primária no Estado eram mulheres, é importante notarmos essa greve como uma

²⁷² Histórico da APP-Sindicato. APP Sindicato, [s/d]. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/historico/>>. Acesso em: 27 de nov. 2022.

²⁷³ Há 40 anos – 9 de fevereiro de 1963. Folha de Londrina, 09 de fevereiro de 2003. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/opiniaio/ha-40-anos---9-de-fevereiro-de-1963-434424.html>>. Acesso em 27 de nov. de 2022.

²⁷⁴ Recorte de jornal com a matéria “Professorado do Ensino Médio vai aderir a Operação Tartaruga: Norte Comanda!”. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Sindicato dos Professores de Ensino secundário e Primário de Curitiba. Ofício nº. 004033. Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, Departamento da Polícia Civil, Divisão de Segurança e Informações. Nomenclatura: BR_PRAPPR_PB4_0_PT_1899_d00001de00001, p. 12.

exigência que contribuía para a autonomia financeira das mulheres de classe média no período²⁷⁵.

Imagem 32 – “Operação tartaruga”



Fonte: Histórico da APP-Sindicato. APP Sindicato, [s/d]. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/historico/>>.

A imagem acima foi retirada do *site* da Associação dos Professores do Paraná e contém o histórico da entidade. Neste, a greve decorrida por conta dos movimentos iniciados pelas professoras de Cambará em 1963, é reconhecida como a primeira greve da instituição e que ficou nomeada como “Operação Tartaruga”. Após a passeata em Curitiba, mais professores de outros municípios e regiões do Paraná aderiram à mobilização e as delegacias de polícia e a DOPS/PR intensificaram ações de vigilância e repressão ao movimento. Conforme o depoimento de Nilton Gomes de Oliveira, oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná e morador de Cambará, “quando foi implantada a operação “tartaruga”, movimento paredista das professoras primárias estaduais, o declarante instou com muitas das professoas de Cambará a que desistissem daquele movimento porque estava infiltrado de elementos comunistas”. Para a

²⁷⁵ Sobre o tema e o coeficiente de mulheres na educação primária formadas na região, conferir a dissertação da pesquisadora Estefane Francisca Gonçalves, *A primeira escola normal do Norte do Paraná: Jacarezinho (1938-1973)*, publicada em 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

desmobilização, o Estado tentou classificar as manifestações como comunistas, alegando que existiriam infiltrados entre os professores e também entre os jornalistas, como supunha, Nilton em seu depoimento, “um homem de côr negra e uma mulher loira que se diziam repórteres e que o Delegado Chumiri, digo, Chueiri havia dito ao declarante se tratarem de comunistas notórios”²⁷⁶.

Entretanto, mesmo em meio às ações de desmobilização, de acordo com as publicações da imprensa no período, o movimento conseguiu se manter com as atividades organizadas até a aprovação de suas exigências. As professoras e professores expuseram para a sociedade suas pautas e as condições salariais ruins. Realizavam propaganda nas ruas, com alto-falantes, cartazes alusivos à greve e concederam entrevistas, que eram veiculadas em jornais e em programas de rádio²⁷⁷. Dessa maneira, o Governo do Estado viu-se obrigado a negociar e reuniu as professoras e professores com os deputados na Assembleia Legislativa do Paraná, conforme matéria publicada de 14 de fevereiro de 1963. A oferta do Governo não foi aceita pela organização do movimento e segundo o texto, “Aproximadamente 1.500 corajosas mestras reagiram imediatamente contra o absurdo dêsses números, e todo o rancor dessas admiráveis mestras fluiu literalmente pelas palavras da professôra Olga Régis, autêntica líder do movimento. Em seguida dezenas de oradoras falaram externando seus pontos de vistas [...]”. Sobre a repercussão da proposta, o jornal *Correio de Brasília*, mencionou que, “Enquanto as gestões prosseguem animadoras em tôdo o chamado Norte velho, liderado por Cambará e Bandeirantes, grassa em Curitiba generalizado descontentamento”²⁷⁸.

No dia 16 de fevereiro de 1963, o *Diário do Paraná* noticiou o fim da greve, em matéria de capa que a categoria conseguiu um aumento de 20% da gratificação para professoras/es primárias/os sem habilitação e regentes, e aumento de 25% para as professoras/es normalistas. Porém, Maria Lorena e outras professoras consideradas lideranças do movimento, sofreram forte repressão e foram exoneradas em meados de fevereiro de 1963. Nesse mesmo mês, Maria Lorena lançou sua candidatura a vereadora, pelo PSD e utilizou como nome eleitoral “Professora Lorena”, a fim de angariar o capital político que havia conseguido na defesa da categoria. No rascunho de uma carta, apreendida pela DOPS/PR, ela havia escrito, “Aceitei a

²⁷⁶ Depoimento de Nilton Gomes de Oliveira. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 50.

²⁷⁷ JORNAL 30 DE AGOSTO. Especial 50 anos. APP-Sindicato 50 anos de História. 1947- 1997, edição especial, abr. 1997.

²⁷⁸ Recorte de jornal Correio de Brasília. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Sindicato dos Professores de Ensino secundário e Primário de Curitiba. Ofício nº. 004033. Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, Departamento da Polícia Civil, Divisão de Segurança e Informações. Nomenclatura: BR_PRAPPR_PB4_0_PT_1899_d00001de00001, p. 12.

minha candidatura a vereança devido a insistência de minhas colegas, porém esta foi lançada em fevereiro próximo passado, em sinal de protesto contra as injustiças causadas pelo Dep. M. D. [Miguel Dinizo] durante a greve das professoras exonerando a mim e mais por dizer a verdade²⁷⁹. Na eleição 1963, Maria Lorena foi a primeira suplente ao cargo de vereadora pela legenda do Partido Social Democrático, com 123 votos²⁸⁰.

A exoneração era uma tentativa do Estado de desmobilizar as trabalhadoras, uma vez que punia financeiramente, com o desemprego, as sindicalistas. No trabalho de Edson, conforme Ibá recorda-se, “que muitas vezes não tinham como pagar em dinheiro e “pagavam” com galinhas, legumes e produtos da roça. [...] Já empregados do comércio pagavam em dinheiro. Mas, meu pai tinha a segurança básica de seu salário como militar aposentado”²⁸¹. Porém, com a exoneração e as perseguições políticas que iniciaram-se, a família de Maria Lorena ficou com menos recursos financeiros e no período, Ibá havia ido estudar em outras cidades e necessitava de auxílio dos pais. Na documentação do Brasil Nunca Mais Processo n.º 139 / Inquérito Policial Militar 406, está uma carta que o filho Ibá enviou para Maria Lorena no dia 03 de janeiro de 1963, desde Piracicaba/SP, dando notícias e enviando suas considerações sobre assuntos familiares. Após contar como estava, Ibá seguiu dizendo, “Quantas vezes eu desejei repartir-me em dois, em três, para poder estar em todos os lugares onde necessitam de mim, e nêsse caso não só vocês que necessitam, [...], eu necessito de vocês”. Porém a distância era encarada como um imperativo, uma vez que, conforme suas palavras, “Urge que nós nos esforcemos para que compremos todos nós o máximo os nossos sonhos”²⁸².

A carta escrita por Ibá contém afetuosidade, pois ele escreve sobre sonhos, sobre suas ações pessoais serem exemplos para um país mais justo e de um mundo melhor, que talvez reflitam as esperanças que possuíam no período. Conforme outro trecho, “Quando via o Nemer através da janela do ônibus eu via também um mundo [?] de fantasia que começavam a delinear, pensei também nas decisões que êle tem que sofrer e que vida oferece, porque quase não há apreensão na nossa parte da humanidade, devido a estrutura do regime que é a do amor a si, de

²⁷⁹ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo n.º 139 – IPM 406, p. 105-112.

²⁸⁰ Resultados eleitorais. Município Cambará/PR, ano de 1963. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19631006A74691.pdf>>. Acesso em 27 de nov. de 2022.

²⁸¹ SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

²⁸² Carta de Ibá Santos Silva. Piracicaba, 03 de janeiro de 1963. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo n.º 139 – IPM 406, p. 113.

se pensar nos que nos cercam”²⁸³. O Nemer citado na carta era Nemer Lahud Joaquim Antônio, sobrinho de Ibá, filho sua irmã Eni.

A carta também traz o desejo de Maria Lorena ver sua mãe, Maria Amélia dos Santos, que na época, residia no Rio Grande do Sul. Conforme Ibá, a “Senhora quer ir ao Rio Grande visitar a sua mãe, e eu dou plena razão à senhora, porque pelo mesmo motivo com que eu desejava ver a senhora que sei que a senhora deseja ver sua mãe”. Entretanto, a saudade esbarrava na questão financeira, que a carta indica como um problema: “Há o problema financeiro e que com compreensão tem que procurar resolvê-lo, mas note bem só a compreensão vocês poderão resolvê-lo. Sem compreensão haverá impasse”. Naquele momento, Edson e Maria Lorena trabalhavam como dentista e como professora, mas haviam os gastos com um terreno que haviam adquirido em Antonina/PR, além das despesas com a casa, locomoção e a ajuda financeira aos filhos. No documento, Ibá mencionava com tristeza e preocupação, “No momento em que eu deixei São Paulo, sentí meu coração deprimido, “que situação a minha [...] tanto tempo sem vê-los, vê-los agora tão pouco e mais como os [?] gastar dinheiro”. Sentia-me [?] diante de vocês”²⁸⁴.

Após, escreve sobre seu irmão Hugo. Nas palavras de Ibá, Hugo era desmotivado e “Qualquer pessoa que sabe pouco de psicologia sabe que Hugo sofre da mente”. Hugo era filho de uma relação anterior de Edson e convivia com a ausência da mãe biológica, além, de ter enfrentado o falecimento de seu irmão Wilson. Ibá tentava entender nessas questões a causa do desânimo. A carta trazia, “Acho, por exemplo, e vejo como a situação é propícia, que Hugo gosta imensamente de ser útil, entretanto é preciso deixa-lo livre, porque foi sempre criado por si mesmo, se êle der errado não tem importância, acabará acertando. A dia que êle deveria de ir trabalhar nas terras, nas que são os sonhos de papai”²⁸⁵. No documento os sonhos de Edson estão ligados à terra e os de Ibá, para realizarem-se ele tem que estar distante.

Em outro trecho, Ibá insistia que, mesmo estando separados, “Repito que escreví em outra carta: - É preciso nos unirmos para que sejamos pouco mais felizes. Em caso contrário de que valerá nossas vidas? Nós todos temos sonhos diferentes, mas nenhum de nós conseguirá nunca [...] se não unirmos coletivamente, num esforço sincero de cada um ajudar o outro”. Na tentativa de união, ele reiterava dialogando com a mãe, “Aliás isso é exemplo claro de

²⁸³ Carta de Ibá Santos Silva. Piracicaba, 03 de janeiro de 1963. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 114.

²⁸⁴ Carta de Ibá Santos Silva. Piracicaba, 03 de janeiro de 1963. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 113.

²⁸⁵ Carta de Ibá Santos Silva. Piracicaba, 03 de janeiro de 1963. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 115.

socialismo”. Possivelmente neste trecho estava o sonho de Maria Lorena, pois a carta tem a mesma como interlocutora e a afirmação se insere induzindo que houve conversas anteriores sobre o tema, socialismo, entre ambos. O filho ainda complementa, “É nós que temos que dar o exemplo. Temos de ver que cada um de nós temos nossos defeitos e que cada um de nós, por mais aborrecido e intolerável que ache os defeitos dos outros temos que procurar nos controlar. Com muitas saudades, de seu filho que acima de tudo a ama, beijos e abraços”²⁸⁶.

A carta se encerra sendo uma busca de conciliação em três atos. No primeiro, Ibá havia buscado conciliar a saudade que sentia e o conflito da impossibilidade de sua mãe ir visitar a avó dele no Rio de Grande do Sul, frente a questão financeira. Sobre isso, Ibá apontou que deveria haver compreensão para resolver as questões financeiras. Segundo, o conflito com a postura do Hugo, vista como uma questão psicológica, que poderia ser minimizada com este vendo-se como útil e importante para a família. Para isso, indicava que Hugo fosse chamado para trabalhar na terra da família e os frutos que viessem, ajudariam como renda. Terceiro, um possível conflito entre o filho e a mãe, pois há a reiteração de que deveriam procurar ser tolerantes e controlados, e que acima de tudo, dos conflitos e dos desencontros, o filho a amava. A correspondência entre o Ibá e Lorena não era enviada pelos correios, o que impossibilitou a vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná. A carta havia sido levada de Piracicaba para Cambará pelo dentista Marcelino Serrano.

Sobre os sonhos de Lorena, a formação de normalista garantiu uma posição de liberdade na atuação social, da qual ela foi investida de 1950 a 1964, na condição de “professora Lorena”. Neste momento convém explicarmos que antes de 1962 a mulher que estava em matrimônio precisava de autorização do marido para exercer atividades como trabalhar e receber herança. Em 1962 foi sancionado o Estatuto da Mulher Casada, sendo um grande avanço do movimento feminista no Brasil. Então, Maria Lorena ser reconhecida e respeitada no âmbito social por uma função ligada ao trabalho formal, era singular naquele contexto. Professora Lorena seria o nome com o qual ela ficou conhecida após a greve de fevereiro de 1963. Nos depoimentos presentes no BNM 139 / IPM 406, nas perguntas realizadas pelas autoridades seu nome era Maria Lorena dos Santos e Silva, porém, nas explicações e narrativas das testemunhas, seu nome variava, sendo professora senhora Maria Lorena dos Santos e Silva, professora dona Maria Lorena dos Santos e Silva, professora Maria Lorena dos Santos e Silva, professora Maria Lorena, professora Lorena dos Santos Silva e, simplesmente, professora Lorena. “Professora” é o

²⁸⁶ Carta de Ibá Santos Silva. Piracicaba, 03 de janeiro de 1963. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 116.

substantivo mais contínuo de sua nomeação, mostrando que o trabalho adentrava como uma identidade social nas representações que os depoentes do BNM 139 / IPM 406 fizeram sobre ela.

No depoimento, quando perguntado quais eram as suas atividades, Maria Lorena teria respondido “que suas atividades, são as de uma Professora Pública, pois esta é a sua profissão”. A profissão abriu um espaço, legitimado socialmente, para a sua atuação social/política e também lhe dava acesso a espaços majoritariamente masculinos, como o fórum, a câmara dos vereadores, os comícios, as reuniões com o governador, os quais possibilitavam uma articulação do poder. Então, além de uma fonte de recursos financeiros, a atuação como professora era uma maneira de possuir mais capital social, e talvez, individualmente, se constituía uma ferramenta para o sonho de mudança social. No mesmo ano, em 1963, Maria Lorena começou a estudar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA), no curso de Filosofia e conseguiu uma vaga para lecionar no Colégio Estadual de Cambará, que havia sido inaugurado no município no ano anterior.

No município de Cambará, uma mulher adentrar nesses espaços (masculinos e brancos) enquanto atriz de poder, era algo novo, mas para Lorena a reivindicação desses espaços foi uma construção mais antiga. Na caderneta de telefones apreendida na casa de Maria Lorena, encontramos o endereço da Federação de Mulheres do Brasil, que conforme a anotação, na época localizava-se na Avenida Presidente Antônio Carlos, 201, sala 1201, no bairro Lagoinha, em Belo Horizonte/MG. A Federação das Mulheres do Brasil havia sido criada em 1944 e incluindo várias tendências de esquerda com forte influência do PCB. A organização realizou campanhas contra a carestia e pela libertação de presas políticas e em 1956, durante o Governo Juscelino Kubitschek, a entidade foi interdita²⁸⁷. Na caderneta, outro número dos contatos de Maria Lorena era o de Ambrosina Correia, que integrava a Federação das Mulheres no Rio Grande do Sul e sobre esta, lê-se “Delegada Ambrosina Correia Rua Avany, 621 Porto Alegre”²⁸⁸. A caderneta, presente no BNM 139 / IPM 406, possui, majoritariamente, contatos de mulheres e com atuação política que remontava, principalmente, a década de 1950. A maioria dos contatos era do Rio de Janeiro, como Iracema Barcelos de Araújo, cuja articulação, em 1952, possibilitou o crédito para a realização do VIII Congresso da Comissão

²⁸⁷ Após, em 1959, associada a Federação, seria criada a Liga Feminina de Guanabara, no Rio de Janeiro, que mantinha grande contato com a população e que já naquela época, abordava com seriedade as questões da mulher. No ano de 1963 havia a organização e expansão da campanha nacional da Liga, para a participação do Congresso Mundial de Mulheres²⁸⁷.

²⁸⁸ Caderneta de números de telefones. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 133-150. Sobre Ambrosina Correia, conf. Revista Momento feminino. Ano VI. Nº 98, Jan-fev. de 1953. p. 10. Acervo da fundação Maurício Grabois.

Interamericana de Mulheres²⁸⁹. Mas também havia contatos de outras localidades, como a citada, Ambrosina Correia, além de Maria Bevilacqua, liderança ligada a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo²⁹⁰.

Embora o movimento feminista fosse composto de diversas tendências, no período de 1950, Maria Lorena possuía uma atuação diretamente ligada ao Partido Comunista²⁹¹. Sobre o período em que moraram em São Gonçalo, Ibá recorda-se “Minha mãe, simpática ao Partido Comunista Brasileiro, participa de reuniões comunitárias com lideranças do PCB. Eu, minha irmã e meu irmão fomos colocados em uma Escola Particular de um líder comunista, o “Seu” Altino”. Em outro trecho, “as aulas com o Professor “seu” Altino me impressionavam, pois ele era durão. Mais tarde saberia que ele era stalinista. Meu pai não podia emitir opinião política de forma pública por ser militar”²⁹². Não conseguimos identificar o nome completo do professor Altino, que aparece como uma figura impositiva e cujo traço era também o contraponto da figura do pai. Este, somente passaria a tratar de forma externa sobre assuntos políticos após 1954, quando entrou para a Reserva do Exército Brasileiro.

Sobre Lorena, recorda-se,

Minha mãe explicava que quem acabou e venceu a [Segunda] Guerra [Mundial] foi a União Soviética e que o ocidente prometeu e cumpriu, em erguer uma Cortina de Ferro em torno dos países sob influência da União Soviética, símbolo referente a um cerco de material bélico que se constituiu e que mais tarde se transformaria na Organização do Tratado do Atlântico Norte²⁹³.

A figura de Maria Lorena também aparece como quem ensinava ao filho o que acontecia no mundo naquele momento, narrando uma explicação sobre os fatos que ele via. Maria Lorena militava enquanto residiam no Rio de Janeiro, fazendo abaixo-assinados, participando de reuniões e engajando-se em competições que auxiliavam na arrecadação de fundos. Sua atuação nesse momento, durante a década de 1940 e início dos anos de 1950, foi entremeada pela

²⁸⁹ Conf. LEAL, Luiz Fernando da Silva. A inserção de uma assistente social na “Pólicia Feminina”: uma abordagem da percepção dos impressos cariocas dos anos 1950. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Campo dos Goytacazes/RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2017, p. 80 Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2017/09/DISSERTAÇÃO_LUIZ-FERNANDO_UENF_PPGSP_2017.pdf>. Acesso em 27 de nov. de 2022.

²⁹⁰ AESP. Assuntos gerais sobre serviços, 29 de maio de 1958. Departamento de Ordem Política e Social, Serviço Secreto, São Paulo. Pasta Temática Dossiês Comunismo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nomenclatura BR_SPAPESP_DEOPSOS001930, p. 03.

²⁹¹ Sobre a heterogeneidade do movimento feminista em meados do século XX no Brasil, ver a tese *Feminismo entre ondas: Mulheres, PCB e política no Brasil*, de Iracéli da Cruz Alves (2020).

²⁹² SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

²⁹³ SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

maternidade, uma vez que as crianças estavam pequenas e havia uma idealização da própria maternidade e do papel que a mãe deveria desempenhar, como suporte principal dos cuidados e afetos. Conforme Ibá relata em sua entrevista, “Nessas reuniões a qual minha mãe não podia deixar de levar a mim e a minha irmã se passou uma rifa para pagar a passagem para uma Delegação Brasileira que iria e foram, a um Congresso na Tchecoslováquia”. Entretanto, pelo fragmento da memória podemos imaginar que talvez, além dessas, existissem outras reuniões, que ela pudesse deixar de levá-los. Mas seja pela presença das crianças, como quando fazia abaixo-assinados e as levava às ruas consigo, ou pela ausência dos filhos, nos momentos em que exercia uma atuação apenas sua, fora do papel de mãe ou esposa, a maternidade era um marco definidor dos espaços. Na reunião da rifa, Ibá conta que “minha mãe ficou em segundo lugar e não foi, pois aquele que mais vendesse números teria o direito a uma passagem. Quem venceu foi uma mulher de classe média residente em um bairro de classe média-média, residente em Niterói, RJ”.

Retornando à agenda apreendida com Maria Lorena, observando a ortografia, notamos que as anotações foram feitas por mais de três pessoas diferentes e seguem uma ordem alfabética. Alguns contatos possuem apenas o nome e o endereço, outros contêm telefone. No de “Professora Julieta” há a data de casamento “29 de maio”, no de dona Alzira está registrado o nome de Gilberto Ribeiro e Silva, seu esposo ou dono da casa em que residia. Em outra página, junto ao nome de Euneria Nogueira Martins há o endereço e o telefone, após este, a indicação “depois das 18 hs telefonar”, talvez demarcando um horário após o trabalho, em que a Euneria estaria no apartamento. Já no contato de uma pessoa chamada Dias Vasconcelos aparece entre parênteses “1 caixa para lápis”, possivelmente como um lembrete. Em outra página, há o contato da Embaixada Americana, na rua Presidente Mahatma Gandhi, 02, Centro, no Rio de Janeiro. Numa das anotações consta apenas do endereço, “R. Barão de Ipanema, 28, apt 51 4 andar”, em Copacabana. Também estão anotadas as formas de transporte até o local, se fosse de bonde, Linha Ipanema, ramal General Ozório e se fosse de ônibus, “todas as linhas que vão à Copacabana”²⁹⁴. Considerando que os contatos possuem a maioria dos endereços no Rio de Janeiro, alguns em São Paulo, também Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, mas nenhum no Paraná, podemos supor que as anotações foram feitas durante o período que Maria Lorena e sua família residiam em São Gonçalo/RJ. Ademais, a observação da caderneta nos

²⁹⁴ Caderneta de números de telefones. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 136.

deixa entrever que Lorena militava junto a movimentos femininos do período de 1940 a 1954, além da sua atuação com as reuniões e campanhas do Partido Comunista Brasileiro.

Quando a família se mudou para Cambará/PR, Maria Lorena continuou o trabalho que realizava no Rio de Janeiro através da política e da educação. O casal morava em uma casa grande, com garagem, corredor lateral e um quintal nos fundos. A casa localizava-se no centro da cidade, na rua Coronel Batista, n.º 535. No fim da década de 1950, as crianças haviam crescido. Hugo continuava a morar com os pais, mas Eni casou-se e foi morar no sítio com seu esposo, com quem teve um filho, chamado Nemer. Ibá saiu de casa e iria residir em Niterói/RJ, para cursar Agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Com menos gente na casa, resolveram dar uma utilidade comunitária ao espaço que sobrava. Passaram a ajudar na organização das entidades sindicais e esse auxílio se deu em espaços que já atuavam. Maria Lorena trabalhou na organização das professoras, como vimos na mobilização da greve de 1963. Junto a Edson, observaram as queixas dos trabalhadores rurais com relação as duas condições de trabalho e vida. Estavam próximos aos homens e mulheres do campo através do consultório de Edson, que possuía ações de saúde específicas para esse grupo²⁹⁵.

Então, em 1963, junto aos trabalhadores do campo, Maria Lorena e Edson organizam um sindicato rural e o instalam na garagem do imóvel em que moravam. Em um rascunho de carta, ela escreveu, “Organizamos ~~nesta cidade~~ aqui um Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, pois seguimos sempre as instruções determinadas por V. Exc.”²⁹⁶. Embora não conste o destinatário, com as informações que o documento apresenta na argumentação, inferimos que a carta seria endereçada ao presidente João Goulart e inseria o Sindicato nas ações possibilitadas pela aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e pela criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).

Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará

Coronel Batista, 535 – Caixa postal 112 – fone 291. Cambará – PR

Na sequência que compõem este e os próximos dois tópicos, buscaremos observar como ocorreu a fundação do Sindicato e como Maria Lorena passou a atuar formalmente na

²⁹⁵ SILVA, Ibá Santos. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em modalidade remota no dia 20 de novembro de 2022.

²⁹⁶ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo n° 139 – IPM 406, p. 105-112, grifo no original.

organização, mesmo não sendo trabalhadora do campo. Ademais, buscamos entrever quais ações a militante realizava, entendendo as formas de mobilização e articulação que ela, os demais sindicalistas e os homens e mulheres do campo teceram. As linhas que organizaram iam e vinham de Maringá/PR, Mandaguari/PR, Jandaia do Sul/PR, Apucarana/PR, Bandeirantes/PR, Andirá/PR, Jacarezinho/PR e Cambará/PR. Para tanto, observaremos a Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, as anotações de Maria Lorena e os depoimentos. Todos são documentos presentes no BNM 139 / IPM 406.

No início de 1960, houve a intensificação da criação dos sindicatos, política incentivada pelo Governo Goulart, que englobava a recente criação da SUPRA, do Estatuto do Trabalhador Rural e da possibilidade dos homens e mulheres do campo poderem reivindicar e mediar seus conflitos trabalhistas no campo da Justiça do Trabalho. O primeiro sindicato criado no Paraná foi o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, fundado em 29 de janeiro de 1956, no Cine Avenida, na presença de 146 pessoas. Dois anos depois, foi criado também o Sindicato dos Empregados Rurais de Maringá, em 04 de junho de 1958²⁹⁷. Ambas as organizações, ligados pelo PCB, articularam-se na realização do 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, em Londrina.

O 2º Congresso, que ocorreu entre os dias 13 e 15 de agosto de 1961. Na publicação do jornal *Terra Livre* de junho de 1960, a chamada do evento atentava que a união se fazia essencial, num cenário em que os direitos mínimos não estavam sendo cumpridos. Conforme a publicação, “[os trabalhadores do campo] não conseguiam, ainda, a aplicação dos direitos do salário mínimo, férias, aviso prévio, descanso semanal remunerado, acidentes do trabalho e sindicalização. Seus contratos de trabalho são regidos por costumes antiquados de exploração rural”²⁹⁸.

Assim, o evento seria uma oportunidade de buscarem soluções para essas questões e anunciava que estariam representadas associações, fazendas, águas, patrimônios e municípios de todo o Paraná. No capítulo “A Igreja Católica e a Frente Agrária Paranaense (FAP)”, do livro “História do Paraná (séculos XIX e XX)”, o pesquisador Angelo Priori e as pesquisadoras Luciana Regina Pomari, Silvia Maria Amâncio e Veronica Karina Ipólito (2012), apontam que aproximadamente 2.000 delegados representando organizações rurais de todo o Estado do Paraná, junto as autoridades locais, participaram do evento. Uma das pautas debatidas seria a

²⁹⁷ Conf. STEIN, Leila de Menezes. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. p. 110.

²⁹⁸ *Terra Livre*, junho de 1960, p. 05.

Reforma Agrária, descrita como prioridade para os presentes no encontro, além da aplicação da legislação social do campo, fim do trabalho gratuito, do pagamento por meio de produtos em armazéns e barracões, entre outros. Numa tentativa de desmobilizar os trabalhadores, os grandes produtores rurais fizeram o lançamento da Frente Agrária Paranaense, nos mesmos dias e também em Maringá, com uma missa de abertura, proferida pelo bispo de Jacarezinho, Dom Geraldo de Proença Sigaud, junto com os bispos de Londrina, Maringá e Campo Mourão. Conforme as estimativas levantadas por Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012), 10.000 pessoas teriam comparecido à missa. Nesta, a Igreja teria tentado fazer que o evento dos trabalhadores não ocorresse, uma vez que o bispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes Bijos, havia condenado a presença de parlamentares e autoridades, taxando-os de comunistas ateus²⁹⁹.

Na noite de 14 de agosto de 1961, o auditório no qual o Congresso estava sendo realizado, foi invadido e depredado, com cadeiras quebradas, dano em material fotográfico, documentos e com a faixa aonde se lia “reforma agrária” sendo rasgada³⁰⁰. De acordo com o autor e as autoras, no dia seguinte, houve uma manifestação contra o evento e, “só não houve um confronto direto entre os congressistas e os manifestantes da Frente Agrária Paranaense, porque a polícia, garantindo a segurança do representante do Presidente Jânio Quadros, interveio, procurando dispersar com jatos de água a multidão de manifestantes” (PRIORI *et al* 2012, p. 190).

No dia seguinte, Nestor Veras teria proposto que fosse enviado um telegrama ao Papa João XXIII, no qual os trabalhadores denunciariam os sacerdotes católicos desta região, alegando, conforme o Ângelo Priori, “que ameaçam o conceito de religião, insuflando menores, tentando impedir a realização do conclave” (1997, p. 211). Entretanto, a partir da criação da FAP, esta também atuou na sindicalização rural, com a criação de sindicatos, cooperativas, realização de encontros e debates, competindo com os pecebistas e outros grupos de organização trabalhista. As resoluções aprovadas no 2º Congresso versavam sobre a realização do 3º Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná em 1962, o envio de delegações para o I Congresso Nacional (que se realizaria no mês de novembro do mesmo ano em Belo Horizonte), a busca pelo reconhecimento dos Sindicatos Rurais, junto ao Ministério do Trabalho, entre outras³⁰¹.

Em 1964, a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná apreendeu na casa de Maria Lorena e Edson o rascunho de uma carta, que ela havia escrito, possivelmente entre setembro e

²⁹⁹ Folha de Londrina, 15 agosto de 1961 *apud* PRIORI *et al*, 2012.

³⁰⁰ Terra Livre, agosto de 1961.

³⁰¹ Terra Livre, agosto de 1961, p. 07.

outubro de 1963, para João Goulart. No rascunho, Lorena relata que organizaram o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, mas que Miguel Dinizo, deputado pelo PTB e ex-aliado de Edson, estaria combatendo as ações sindicais e que ele teria sido culpado pela exoneração de Lorena em fevereiro de 1963. No documento ela relata que o conflito entre os dois teria começado durante a campanha para as eleições de 1960, quando Miguel Dinizo era vereador em Cambará, pela legenda do PTB. Concorriam à presidência Jânio Quadros (PTN), Marechal Henrique Teixeira Lott (PSD) e Ademar de Barros (PSP) e à vice-presidência João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (PDC).

No rascunho da carta, Maria Lorena segue explicando, “V. Exc. foi candidato junto a S. Dr. Jucelino K. para Vice-presidente, procurando a pessoa do Dep. para trabalharmos juntos, porém, êste recusou terminantemente indo fazer campanha p/ o A. B.”³⁰². A candidatura de Lott era formada pela coligação do PSD, PTB, PST, PSB e PRT, por isso, como as legendas às quais Miguel Dinizo (PTB) e Maria Lorena (PSD) pertencia, faziam parte da coligação que apoiava o Marechal Henrique Teixeira Lott, ela o procurou para fazerem campanha juntos. Porém com a recusa e o apoio de Miguel Dinizo a Adhemar de Barros (PSP), teria se dado o primeiro distanciamento. Para a campanha, no documento ela explica que “abrimos um comitê no centro desta cidade e mais ~~e lá lutamos com demore~~; dentro dêste município abrimos 10 sub-comitês recriando-se a anunciar o nome de V. Exc. para o qual segue provas”³⁰³. Uma possibilidade para a criação dos sub-comitês era a formação destes a partir de diferentes espaços de trabalho e sociabilidades, pois esta era uma técnica comum dos diretórios do PCB, como vimos no Capítulo 2, nesta tese. A divisão dos comitês auxiliaria em dialogar com os grupos e as demandas específicas, criando argumentos favoráveis aos candidatos conforme os interlocutores.

Retomando as relações entre Lorena e Miguel Dinizo, o segundo rasgo teria ocorrido em 1961, quando houve a tentativa de golpe contra a posse João Goulart. Sobre o período, Ibá mencionou que, “Há uma crise política no Brasil, minha mãe e meu pai queriam a posse de João Goulart por ser legítima”. Seguindo nesse sentido, os escritos de Lorena narram, que “Quando na Campanha da Legalidade, fomos novamente procurar o Dep. Acima mencionado a resposta foi negativa dizendo ~~que a rádio era dele~~ que não ia emprestar a reação, ~~dos fazendeiros~~ e que aguardava os acontecimentos”. Preocupada em garantir a posse, mas sem o apoio do vereador

³⁰² Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 105-112.

³⁰³ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 105-112, grifos no original.

Dinizo, ela relata que se organizaram para resistir, “~~a ponto de termos [...] com [...] alguns para por sacos de área nas ruas mais estradas da cidade.~~”. Após o episódio, teria se sentido injustiçada, pois escreveu recriminando, “depois da posse [?] Dep. E V. Exc. foi abraçar êle e seus asseclas. V. Exc. enquanto que fomos eu e meu marido e meus filhos que enfrentamos a reação”.

Segundo o documento, o terceiro conflito com Miguel Dinizo ocorreu com a greve dos professores, quando Maria Lorena foi exonerada, por ter dito verdades. Com a organização do sindicato, o distanciamento entre ambos aumentou ainda mais, conforme se vê na denúncia na carta que estamos analisando:

[...] o Dep. Dr. M. Dinizo, que se diz do Partido Trabalhista Brasileiro, nos combate ferozmente, a ponto de anunciar em seus demagógicos discursos feitos em seu comício que V. Exc. instalou a sucursal em Cambará, para incendiar as igrejas e que V. Exc. estava entre[gan]do o Brasil para a Rússia. ~~Por várias vezes tentei lhe advertir a vontade de lhe escrever contando~~ [...].

Nesse sentido, os discursos contrários ao Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará utilizavam a semântica anticomunista da FAP e da Igreja Católica, dialogando com ações, que o Bispo Dom Geraldo e outros, vinham fazendo na região desde a década de 1940³⁰⁴. Consta no rascunho que, “Os patrões não querem sob forma alguma cumprir a lei. Os trabalhadores estão ~~em ponto de [?]~~ desesperados, pelos ataques que sofremos através dêste dep. E seus comparsas. Quis por todas os meios tirar o sindicato de minha casa, para transformar em fins eleitoreiros, enganando os trabalhadores como sempre”.

Ademais, como o documento foi escrito em setembro, podemos inferir que a organização dos trabalhadores se deu entre o fim de 1962 e início de 1963, pois naquele texto a professora Lorena relata as formas de repressão que já vinham sendo empregadas:

Diz êle [Miguel Dinizo], numa reunião com os fazendeiros que para acabar com o Sindicato, teriam que jogar o trabalhador contra o mesmo, e que para isso teriam os fazendeiros que despedir ~~e não a~~ os trabalhadores sindicalizados e ainda não receber nenhum que pertence ao Sindicato. Enquanto isso se processasse êle faria campanha pela emissora de sua propriedade, que ~~era sua para de~~ nada fazia pelos trabalhadores em vista disso, prometeram liquidar-me. Assim sendo, não poderíamos nós ficarmos ao lado de quem é contra o povo, contra as liberdades [...] ³⁰⁵.

³⁰⁴ Sobre, conf. SILVA, Juliana Carolina da. CARRERI, Marcio Luiz. Usos do conservadorismo como política no Norte Pioneiro do Paraná (1947-1964). Contemporâneos, Revista de Artes e Humanidades, n. 22, abr/set., pp. 01-30, 2022.

³⁰⁵ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 105-112.

Ao mesmo tempo que relata o que teria ocorrido, Maria Lorena justifica o motivo de ter deixado de apoiar Miguel Dinizo e escreve a João Goulart no sentido de alertá-lo contra esse político, que naquele momento era deputado. No documento também demonstra considerar o valor das políticas implantadas durante o governo, quando aponta que, “V. Exc. que tem feito tudo para dar ao trabalhador de modo geral seus direitos ~~que até então muitos somente os trabalhadores e operários tinham direitos. Os trabalhadores querem a reforma agrária~~”. O Estatuto do Trabalhador Rural estendia aos homens e mulheres do campo direitos que antes apenas existiam para os trabalhadores urbanos, como a seguridade social e essa política era vista com muito bons olhos por Maria. Porém, ela aponta que os trabalhadores demandavam o direito assegurado a terra, com a distribuição desta na forma de uma reforma agrária no país. Em outra folha de seus escritos, ela anotou “Constituição é atender as necessidades do Povo Brasileiro”³⁰⁶, sobre a qual tratava da precisão de uma reforma das leis fundamentais, possivelmente que contemplasse as reformas de base:

~~A reforma da Constituição será a salvação~~
~~1. Sindicatos do Norte do Paraná querem as~~
~~Reformas de Bases~~
~~Os trabalhadores do Norte do Paraná exigem as~~
~~Reforma~~
~~Sindicatos dos Trabalhadores do Norte Velho do~~
~~Norte do Paraná~~
~~Reformas de Bases~~
~~Queremos~~
~~Exigimos a Reforma da Constituição”.~~³⁰⁷

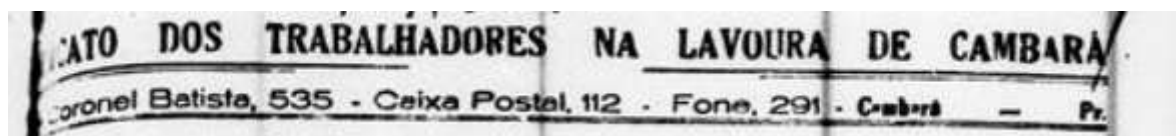
No trecho acima vemos o estudo para encontrar a melhor frase, que demonstrasse a intenção e a força dos trabalhadores. Na primeira linha a frase tem um tom mais vago, onde aponta a reforma da Constituição como uma solução. Abaixo, o início de uma lista, que demarcava o desejo dos sindicatos, mas que logo é riscada, pois demarcar a categoria talvez fosse melhor do que a divisão sindical, além disso, salienta as Reformas de base como uma exigência e não apenas um desejo, os trabalhadores não só “querem”, mas “exigem”. A imposição demarcava uma posição dos trabalhadores como protagonistas de poder político, como portadores de direitos sociais, como desejosos das reformas de base. Ao final, um novo “queremos” e uma nova exigência de reforma da Constituição são redigidos e riscados, como a indicar a dificuldade de definir o melhor caminho a seguir na luta.

³⁰⁶ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 110.

³⁰⁷ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 110.

Na próxima página, Maria Lorena criou um rascunho para o chamado da fundação oficial do Sindicato, “Convite [outra linha] Convidamos os T. [trabalhadores] em Geral para a Assembleia de Fundação da União dos Trabalhadores em Geral de Cambará”. Embora na anotação esteja “União”, a organização trabalhista utilizava o nome Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, tal que essas anotações são escritas num bloco de notas impresso do Sindicato.

Imagem 33 – Sindicato



Fonte: Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 109.

Acima, notamos a ampliação de uma folha de bloco de notas de Maria Lorena, com o nome do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, que se localizava na rua Batista, n.º 535 e possuía a caixa postal 112 e fone 291, em Cambará/PR. Nesse sentido, União seria uma mudança de denominação, que faria alusão à União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB), sendo claramente uma demonstração de proximidade com o PCB, cujos membros a haviam fundado em 1954, em São Paulo, com a finalidade de coordenar as associações camponesas então existentes. Mas a mudança da designação Sindicato para União dos Trabalhadores em Geral de Cambará não se concretizou, pois foi fundado como Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, mantendo o mesmo nome que já utilizava.

A Ata de Assembleia Geral de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará foi escrita no dia 28 de julho de 1963, quando trabalhadores da lavoura se reuniram no Clube Recreativo Esportivo Operário, na rua João Manoel dos Santos, n.º 797, para oficializarem a entidade³⁰⁸. A reunião foi presidida pelo comerciante Bonesso, da União dos Trabalhadores e Lavradores em Geral de Andirá, que teria convidado Maria Lorena para secretariar os trabalhos. Após terem sido explicados os objetivos da reunião, o lavrador Noel Soares teria pedido a palavra. Este falou sobre os passos de legalizar a instituição, em formularem o pedido de investidura sindical ao Ministério do Trabalho, e que essa formalização serviria no amparo da legislação, para dar assistência nas reivindicações e na busca pelos direitos. A seguir, foi feita a leitura do Estatuto do Sindicato que estava sendo criado e tentou-

³⁰⁸ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 117-121.

se iniciar uma discussão para aprovação do documento. Nesse momento, José Cardoso Lima teria pedido a palavra e explicado que os estatutos eram padronizados pelo Ministério do Trabalho e, por isso, seria desnecessária a votação. Propôs que os estatutos fossem lidos e, que, se o plenário desejasse, fosse introduzido um dispositivo, como anexo. Assim procederam, fazendo a leitura do Estatuto e escolheram de uma diretoria provisória, composta pelos seguintes membros:

- Presidente Noel da Silva.
- Secretário Teodorico Amadeu.
- Tesoureiro José Cardoso da Silva.
- 1º Suplente da presidência Inácio Teodoro.
- 2º Suplente da presidência José Mello.
- 3º Suplente da presidência Sebastião Cardoso.

Já o conselho fiscal ficaria a cargo de João Jorge Augusto, João de Barros e Vicente Adão Germano, tendo como suplentes Maria das Dores de Souza, José Aparecido dos Santos e Maria Augusta. A contribuição dos sindicalizados foi aprovada no valor de Cr\$ 100,00. Entretanto, convém compararmos que como visto no *Capítulo 4 – “Antes que o mal cresça, diz o velho adágio, convém suprimi-lo”*, a contribuição dos sindicalizados de Palmital/SP, em fevereiro de 1963, era de Cr\$ 30,00 e nos primeiros meses em 1964, contribuía com Cr\$ 50,00 por mês. O valor da contribuição de Cambará era consideravelmente alta, o que nos leva a supor que as pessoas sindicalizadas fossem em sua maioria pequenos produtores com terra, que talvez possuíssem condições melhores de pagar as cotas ou que a média salarial no Norte do Paraná fosse mais alta do que no Sul de São Paulo. Ademais, a insistência pela sindicalização, mesmo frente a alta cobrança das mensalidades era mais um indicativo da confiança dos homens e mulheres do campo de que no sindicato estaria uma importante ferramenta para a melhoria de suas condições de trabalho e de vida.

O presidente, Noel da Silva, era casado, morava com sua família na Fazenda Santa Maria. Ele sabia assinar seu nome, mas não tinha pleno domínio sobre a língua portuguesa escrita, assim como possivelmente os demais membros da diretoria. Por isso, algumas semanas após a fundação do Sindicato, os cargos começaram a ser reestruturados. Foi proposto por Noel da Silva que Maria Lorena assumisse a gestão, no cargo de presidente, mas tendo em vista que ela não era trabalhadora do campo, não poderia assumir legalmente essa posição. Tentando driblar a questão, Maria Lorena e Noel foram ao cartório e ele assinou uma procuração, para que a professora Lorena pudesse assinar em seu nome, como sua procuradora, assim poderia

firmar os documentos do sindicato, na condição de representante da Presidência. A procuração foi assinada por ele e registrada pelo tabelião no dia 19 de agosto de 1963. Outros cargos foram cogitados de serem modificados, como o de Tesoureiro, que aparece com o nome de Edson Campos Silva. Essa mudança consta na versão datilografada da Assembleia de Fundação a qual, porém, não foi assinada.

Após a ida ao cartório para o registro da procuração, foi convocada uma assembleia extraordinária, para os trabalhadores sindicalizados dialogarem com os outros membros do sindicato sobre a decisão. Aproximadamente um mês após a fundação, em 25 de agosto de 1963, os trabalhadores ligados ao sindicato se reuniram na assembleia geral extraordinária, a fim de delegarem oficialmente os poderes do Presidente à professora Maria Lorena dos Santos e Silva. Conforme a Ata da reunião, “o Sr. Presidente expôs a imperativa necessidade da delegação de poderes [...] por ser esta Sra. a grande incentivadora do Sindicato, da defesa dos princípios trabalhistas em favor dos Trabalhadores, e por ter todos o conhecimento necessários para o desenvolvimento do Sindicato”³⁰⁹. Na leitura de Noel Silva, o parágrafo 3º do Estatuto do Sindicato permitia que fossem delegados poderes, salientando que havia o amparo legal para aquela proposta.

O secretário Teodorico Amadeu argumentou que as leis são como uma ferramenta, que deveriam ser usadas por quem saberia fazer uso, apontando Maria Lorena, pois em suas palavras, “por ser ela a pessoa mais indicada para fazer os latifundiários de nosso município obedecer as leis Trabalhistas”³¹⁰. Convém ressaltarmos que até aquele momento a educação formal privilegiava os espaços urbanos, relegando a educação no campo aos interesses privados. Até mesmo a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº.4.024, de 1961, que desde 1941 estava sendo debatida num longo processo de consensos e conflitos, não trouxe grandes mudanças, pois omitiu-se sobre a Educação do Campo. Então, os índices de alfabetização dos trabalhadores rurais eram baixos e para o acesso às leis, a escrita e a leitura eram imprescindíveis, sendo estas, de fato ferramentas que o Estado lhes havia negado. Ademais, a fala de Teodorico Amadeu salienta uma grande confiança em Maria Lorena, e sinaliza o reconhecimento da altivez dela diante dos proprietários de terras. Naquele espaço, Maria Lorena ser uma mulher inteligente e firme eram traços ressaltados e desejáveis. Após as

³⁰⁹ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 110, p. 120-121.

³¹⁰ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 110, p. 121.

argumentações, outros lavradores falaram em defesa de Maria Lorena como presidente e Noel colocou em votação a proposta, que teve aprovação unânime.

Mobilização dos camponeses

Tabela 10 – Assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Lavoura de Cambará (1963)

Ata	Data	Local	Objetivo	Número de participantes	Fonte
Ata de Assembleia Geral de Fundação	28 de julho de 1963	Rua João Manoel dos Santos, n.º 794	Aprovação do Estatuto, diretoria e fundação.	Não consta	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 118-120.
Ata de Assembleia Geral extraordinária	25 de agosto de 1963	Não consta	Delegar poderes do Presidente a Maria Lorena dos Santos e Silva	423	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 120-121.

O Clube Recreativo Esportivo Operário, local de fundação do sindicato, possuía arquibancadas e comportava centenas de pessoas. O número de participantes da votação na assembleia extraordinária registrado em ata também indica uma grande movimentação de camponeses pela entidade. Elencando dados de instituições fundadas anteriormente, podemos ter parâmetros para avaliar a participação em Cambará. O Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, primeiro sindicato rural do Paraná, havia sido criado em 1956, com 146 trabalhadores presentes (PRIORI *et al*, 2008). Em 07 de outubro de 1956 foi fundado o Sindicato Rural de Maringá, com centenas de trabalhadores e novas 300 sindicalizações, conforme o jornal *Terra Livre*. Em 1960, na fundação do União Geral dos Trabalhadores em Geral de Cascavel/PR, o jornal mencionava de maneira genérica que eram numerosos os associados. Na fundação da ULTGA, em Andirá no ano de 1962, estiveram presentes cerca de 50 trabalhadores, conforme noticiou o jornal *Terra Livre*. Na formalização da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande/SP compareceram 69 pessoas, enquanto na fundação da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes/SP foram 113, e na de Assis/SP, a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Assis,

compareceram cerca de 50 trabalhadores³¹¹. Nesse sentido, o número de participantes na formalização do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará era expressivo e denotava a mobilização que Maria Lorena, Edson Campos, Noel da Silva, Teodorico Amadeu, José Cardoso da Silva, Inácio Teodoro, José Mello e outras lideranças vinham empreendendo. A participação social na realização das assembleias em Cambará/PR se inseria como uma das participações mais expressivas da região e do Estado do Paraná.

Em Cambará, a organização mobilizava os trabalhadores buscando registrar as queixas trabalhistas, promover a sindicalização, os acompanhando ao Fórum da Comarca de Cambará, orientando posições quando ocorria conflitos entre os funcionários e os empregadores, entre outros. Conforme Onofre Pavesi, motorista e funcionário da M. Trautwein S.A., ~~Onofre Pavesi~~, “diariamente havia agrupamentos dos trabalhadores”³¹². Os lavradores procuravam Maria Lorena, que realizava as seguintes tarefas:

- Recebia as reclamações dos trabalhadores e convocava os empregadores para reuniões de acordo.
- Fazia a comunicação de ambas as partes (empregado e empregador) para a resolução dos conflitos.
- Orientava os trabalhadores rurais conforme as estratégias adotadas pelas entidades sindicais.
- Quando não havia resolução no sindicato, protocolava no Fórum as reclamações dos trabalhadores.
- Levava os trabalhadores para as audiências no fórum.

A organização dos trabalhadores e o número de queixas teria gerado o descontentamento entre os fazendeiros, pois conforme relatou o contador Ivo José Creddo, a atuação do sindicato foi “criando com isso muitas questões que foram sendo levadas a Juízo, desta Comarca de Cambará, e por conseguinte trazendo insegurança aos proprietários agrícolas, desta Região”³¹³. Onofre também relatou sobre o descontentamento dos proprietários, contando que, “segundo a

³¹¹ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá: Terra livre, 1º Quinzena de Dezembro de 1956, p. 02. ULTGA: Terra Livre, dezembro de 1962, p. 06. União dos Trabalhadores em Geral de Cascavel: Terra Livre, novembro de 1960, p. 02. Sobre as organizações paulistas: AESP. Ata de fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande, Estado de São Paulo, de 22 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 74-77. AESP. Ata da Assembleia Inaugural da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes, realizada em 28 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 70-71.

³¹² Depoimento de Onofre Pavesi. Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 61-62.

³¹³ Depoimento de Ivo José Creddo. Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 74.

opinião geral dos agricultores proprietários, a professora Lorena, havia criado uma desarmonia entre trabalhadores rurais e empregadores”. O professor Celso Pirollo, do Colégio Estadual de Cambará, em consonância com os dois outros moradores, disse em seu depoimento que, “constatou que o espírito único era de subversão da ordem, devido reclamações de proprietários agrícolas”³¹⁴. Em outro depoimento, do comerciante Taufik Mussalam, o escrivão registrou que “foi perguntado se sabe das atividades de MARIA LORENA nesta Cidade respondeu que ouviu dizer que a referida Professora dirigia um Sindicato e que estava criando casos com os Fazendeiros”³¹⁵.

Para observarmos alguns aspectos do descontentamento dos fazendeiros, separamos dois depoimentos, sendo um de Armando Alves de Araújo, da Fazenda São Judas Tadeu e Oswaldo Leal, proprietário da Fazenda São João, ambas em Cambará/PR. Armando conheceu Lorena devido à negociação de um acordo trabalhista, através do sindicato, na qual, segundo seu depoimento, “[...] através de uma intimação feita pela mesma, para que o declarante comparecesse na Séde do Sindicato, para tratar de assuntos relacionados, ou melhor Reivindicações para os seus lavradores, pois o declarante é proprietário da Fazenda São Judas Tadeu”³¹⁶. O fato das mulheres e homens do campo apresentarem suas reivindicações e de o dono de terras ter que ir até a entidade trabalhista era algo novo no município, sendo a primeira vez em que os fazendeiros, grandes beneficiários dos favores do Estado, estavam tendo de ir ouvir as demandas de seus trabalhadores, que na ocasião, foram proferidas pela boca de uma mulher, professora e esposa de militar, a quem deveriam respeitar. A existência de uma intimação, um chamado imperativo por parte do Sindicato e a ida do proprietário de terras até a entidade era uma delimitação da nova relação de trabalho que surgiu com a legislação trabalhista e, conseqüentemente, de um campo de poder que estava tendo os trabalhadores como atores e interlocutores. Ademais, a presença das mulheres em posição de comando de organizações e atuando no campo do trabalho formal, era parte das mudanças que se inseriam nas conquistas feministas do século XX.

Armando continuou depondo e conforme o registro do escrivão, “disse que considera a referida SRA uma pessoa que instigava os trabalhadores contra os patrões, pois numa certa ocasião em sua Fazenda, foi admoestado pelo seu empregado de nome ANTONIO CORREIA,

³¹⁴ Depoimento de Celso Pirollo. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 60-61.

³¹⁵ Depoimento de Taufik Mussalam. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 43.

³¹⁶ Depoimento de Armando Alves de Araújo. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 86.

que disse que não se afastaria da Fazenda, pois não havia LEI e JUSTIÇA, que o fizesse sair de lá”. O não afastamento de Antônio Correia correspondia à orientação que os trabalhadores e sindicatos receberam das federações e nos eventos sindicais. Na fala Antônio Correia estaria usando o argumento de que não havia legislação que o obrigasse a sair sem ter recebido o pagamento devido, além de que a recusa em sair, pressionaria o patrão a pagar os valores devidos. Mas no discurso do empregador, o lavrador Antônio não queria sair da propriedade pois não respeitaria nenhuma lei e justiça, onde o sentido é alterado visando criar aspectos de desordem ou subversão da ordem.

Nos dias 14 e 15 de setembro de 1963 ocorreu o I Encontro dos Sindicatos dos Trabalhadores da Lavoura do Paraná, realizado na cidade de Apucarana. Maria Lorena esteve presente no evento, acompanhada de Edson Campos e também de Francisco Alves Cabral, que teriam ido juntos, conforme depoimentos de ambos à Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná³¹⁷. Francisco, como já foi dito no primeiro capítulo desta tese, foi presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá (ULTGA) entre os anos de 1963 e 1964.

No I Encontro dos Sindicatos, os trabalhadores aprovaram oito resoluções. Estas continham estratégias como a pressão para a criação de uma junta de Conciliação e Julgamento em cada sede de Comarca onde existissem sindicatos e possuíam orientações para os trabalhadores e os sindicatos, como a de que em face de dispensa que não se cumprissem os direitos estabelecidos no ETR, os trabalhadores deveriam permanecer nos locais de trabalho, plantar e contatar os sindicatos para as medidas legais³¹⁸. Nesse sentido, a organização trabalhista construía e repassava estratégias e os trabalhadores sindicalizados aderiram às orientações. Essa ação organizativa era lida pelos proprietários rurais como uma instigação de trabalhadores contra patrões.

A dispensa sem acerto era uma reclamação comum na região do Norte do Paraná e no Sul de São Paulo, porém com os trabalhadores organizados, os fazendeiros resistindo a cumprir as leis, reagiram com estratégias para a desmobilização dos funcionários, ora por vias legais ora ilegais e violentas. Destas últimas, numa anotação de Maria Lorena, presente no BNM 139 / IPM 406, encontramos o seguinte trecho:

[...] quanto, os trabalhadores sem terra são devorados em tôda a sua plenitude, conforme tenho registrado queixa nêste sindicato; que patrões sem escrúpulos queimam-lhe seu único milho que lhe havia de sustento, para obrigar a sair da F.

³¹⁷ Depoimento de Maria Lorena dos Santos Silva. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 232. Depoimento de Francisco Alves Cabral. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64, p. 90.

³¹⁸ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 124.

[fazenda], outros prendem-lhes seu dinheiro, outros, não lhes fazem pagamento algum para obrigar-lhes a pedir as contas; outros só porque são sindicalizados suspendem sem motivos; e ainda mais só querem dar emprêgo para quem sair do Sindicato. Aqui têm chegado trabalhadores em quantidade, desmaiando de fome. Os patrões não querem sob forma alguma cumprir a lei.³¹⁹

No documento, que seria encaminhado ao presidente João Goulart, Lorena relata as violências e cerceamentos postos em prática contra a organização dos trabalhadores. Uma das estratégias legais que os patrões empregaram contra Lorena foi a tentativa de retirar o sindicato do mesmo endereço que sua residência, para tanto, teriam sido auxiliados pelo Deputado Miguel Dinizo. Possivelmente a argumentação que utilizaram foi a questão de que Maria Lorena não era trabalhadora do campo e por isso, não poderia estar à frente da entidade. Essa questão aparece em diversos depoimentos, como nos de Armando Alves e no do promotor Alberto Ribeiro, o qual argumentava, “que essa senhora, sabendo que por lei não poderia exercer qualquer cargo dentro de um sindicato de trabalhadores colocou um trabalhador semi-alfabeto como Presidente, como testa de ferro, como se diz, más quem em verdade fazia funcionar o dito sindicato era Da. Lorena”³²⁰. Em uma anotação apreendida no sindicato, um rascunho de uma carta, ela escreve: “Os trabalhadores estão em ponto de [?] desesperados, pelos ataques que sofremos através dêste dep. e seus comparsas. Quis por todas os meios tirar o sindicato de minha casa, para transformar em fins eleitoreiros, enganando os trabalhadores como sempre”³²¹. Buscando ajuda, Maria Lorena escreveu denúncias ao Procurador da Justiça do Estado e a outras autoridades, como aponta o rascunho da carta ao presidente João Goulart, que se fazia como mais um pedido de auxílio à realidade que via em Cambará.

Retomando o depoimento de Armando, este afirma que, após a primeira intimação, “que através do SINDICATO, acima mencionado, foi pela segunda vez intimado para comparecer no mesmo para solucionar o caso de WALDOMIRO, de tal, ocasião esta, em que foi tratado por “moço”” e salienta “olhe aqui, pela SRA LORENA”. O trato de “moço” ele interpretou como uma afronta, pois, conforme o documento, teria “retrucado que se chamava ARMANDO DE ARAÚJO”³²². A abordagem que ela usou ao se referir a ele não era a de “senhor”, “doutor” ou “coronel”, como no passado eram chamados os proprietários de terra. Mas sim, como “moço”, na qual, além de que uma proximidade e informalidade, havia uma clara não-

³¹⁹ Rascunho de carta. In: In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 110.

³²⁰ Depoimento de Alberto Ribeiro. In: In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 71-72

³²¹ Rascunho de carta. In: In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 110, grifo no original.

³²² Depoimento de Armando Alves de Araújo. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 86.

diferenciação de classe ou melhor, continha a dessacralização da posse como elemento de distinção social. Com a indisposição de acerto entre as partes, não houve acordo nessa conversa e Maria Lorena encaminhou a reclamação ao Juiz de Direito no Fórum da Comarca de Cambará. Armando também relata outro episódio no qual teria sido lesado, conforme depoimento, “que PEDRO DOS SANTOS e outros, o lesaram na importância de Trezentos mil cruzeiros, de forjão”, mas neste caso houve acordo durante a negociação no sindicato.

Em 30 de maio de 1964, Oswaldo Leal, proprietário da Fazenda São João, depôs no Tiro de Guerra 89 sobre as ações consideradas subversivas em Cambará. No depoimento, quando perguntado sobre a atuação da professora Lorena, consta “que o depoente sentiu de perto sua atuação, pois é Fazendeiro deste Município, que testemunhou fatos em que MARIA LORENA, arrebanhava os colonos e os levava ao “FORUM”, para assistir a audiência trabalhista, quando estava em jogo interesses de empregados e empregadores”. A presença dos trabalhadores no fórum causaria pressão para a execução da Justiça, uma vez que o número de pessoas, as visões da pobreza, da precisão e da carência, junto à repercussão social da decisão, tinham o potencial de causar uma deliberação favorável à causa trabalhista. Na leitura do fazendeiro, essa ação era vista como coação, segundo o qual, “isso era mais destinado a exercer coação moral sobre o empregador e a própria justiça”³²³. O descontentamento era aparentemente compartilhado entre os fazendeiros e a funcionários do Fórum.

No depoimento do advogado Osmar Godinho, este relata “que à propósito o depoente pode confirmar que assistiu na Sala de entrada do Fórum local uma quase discussão, digo, discursão entre a referida Professora e o Doutor Alberto Ribeiro, Promotor Público, na qual essa autoridade recriminava a atuação da referida Professora, alegando mesmo que ela sem a necessária competência legal inclusive se intrometia em assuntos específicos no Ministério Público”³²⁴. Quando chamado para depor, o Promotor Público da Comarca de Cambará, Alberto Ribeiro, acusava Maria Lorena de que, em suas palavras, “as atividades dessa mulher era com pretexto de defender os direitos dos trabalhadores, dava-lhes direitos que os mesmos não possuíam, induzindo-os ao erro, a sua parte subversiva, estava justamente, em aconselhar os trabalhadores, em não trabalharem, nas fazendas onde residiam”. Além de Alberto Ribeiro e Armando, o fazendeiro Oswaldo também menciona a permanência dos funcionários.

³²³ Depoimento de Oswaldo Leal. In: Depoimento de Armando Alves de Araújo. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 37.

³²⁴ Depoimento de Osmar Godinho. In: Depoimento de Armando Alves de Araújo. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 81.

Nesse sentido, as orientações que o sindicato buscava nos eventos da categoria, eram repassadas aos trabalhadores e podem ser encontradas nos registros relativos às duas fazendas, na São João e na São Judas Tadeu. Embora os proprietários não tenham relatado a causa da paralização do trabalho de seus funcionários, na fala do advogado Osmar Godinho há indicação de que era pela falta de pagamento que estes consideravam devido. Conforme Oswaldo Leal menciona em seu depoimento, a orientação do sindicato seria: “deveriam eles [os trabalhadores] permanecerem nas casas ocupando-as com suas famílias, más não prestando qualquer serviço a essas fazendas, com isso, importava na quase paralização do serviço por falta de braços [...]”. Então, nas paralizações talvez outros trabalhadores tenham se juntado à causa, porém diferentemente das organizações em Ourinhos, Canitar, Chavantes, Palmital e Ipaussu, não havia ou não era seguida, uma orientação do Partido Comunista no sentido de arregimentar pautas coletivas e a paralização total das fazendas em prol destas. Mas sim, havia uma postura clara do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Cambará em optar pela Justiça do Trabalho, dialogando com advogados de Maringá e com o auxílio jurídico do capitão Nilton Gomes³²⁵. A organização coletiva era realizada por meio do Sindicato, que amparado na legislação, procederia com os diálogos, intimações e reclamações escritas.

Nilton era advindo de uma das famílias ditas pioneiras, filho de Pio Gomes, nascido em Jacarezinho/PR. Tinha sete irmãos, e sua família era dona de terras e produtora pecuária, atuando na criação de animais e no transporte de burros até o Rio Grande do Sul. Da família, seu irmão Nelson Gomes de Oliveira, se formou dentista, possuiu consultório e depois engajou-se na política, sendo vereador e após, prefeito de Jacarezinho/PR entre 1963 a 1967 e de 1973 a 1977. Já Nilton, formou-se em Direito e foi Delegado da Polícia Militar de Cambará e também engajou-se na política, elegendo-se vereador em 1963, pela legenda do PTB. Também chamado de Caxambú, era casado, capitão da Polícia Militar e filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Foi organizador do Sindicato dos Ensacadores de Cambará e auxiliou os trabalhadores com orientações do âmbito jurídico no município.

No contexto de Cambará na época, a busca do Sindicato e dos trabalhadores rurais para acessarem à Justiça era vista como uma intromissão por parte de Maria Lorena, aspecto este que podemos notar na fala de Osmar Godinho, citada acima, e na de Oswaldo Leal. Este, argumentou em seu depoimento que “com essa atitude, essa mulher causou desarmonia entre empregados e patrões, tirando até a autoridade de quem evidentemente teria, para resolver os

³²⁵ Depoimento de Alcides de Souza Cardoso. In: Depoimento de Armando Alves de Araújo. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 66.

casos surgidos entre essas pessoas”. Dentre os depoimentos presentes no BNM 139 / IPM 406, apenas nas falas do fazendeiro Milton Paschoalino, que também atuava como médico no município, podemos notar uma denotação positiva sobre Lorena. Segundo o depoimento, Milton “Informa também que a Senhora Professora MARIA LORENA tinha influência no Sindicato de Trabalhadores Na Lavoura tomando sempre as questões daqueles Sindicalizados, com toda força de vontade e dedicação extrema”³²⁶.

Possivelmente a organização dos trabalhadores conseguiu conquistas efetivas das queixas dos homens e mulheres do campo, uma vez que, mobilizava cada vez mais camponeses e Maria Lorena tornava-se mais popular nessa atuação. De acordo com Osmar Godinho, “que o depoente pela sua própria profissão teve contacto com vários Sindicatos e pode verificar que para tais pessoas o mentor a Chefe efetivo da instituição Classista era exatamente a Professora LORENA que, por sinal se tornou popularíssima”. Em depoimento de Roosevelt de Oliveira Chueire, comerciante de Bandeirantes, há o registro de que, no dia 01 de abril de 1964, “MARIA LORENA havia promovido uma reunião em Bandeirantes de cêrca de mil a quinhentos homens”³²⁷. Embora a imprecisão dos números, supomos que a repercussão das ações do sindicato e o engajamento dos trabalhadores na organização aumentou consideravelmente entre julho de 1963 (fundação da organização em Cambará) e abril 1964 (golpe de Estado).

Tessitura da rede

Edson e Maria Lorena possuíam um carro, que utilizavam em viagens para ir a Jacupiranga/PR e Antonina/SP, afim de visitarem as terras que haviam comprado e tratarem dos documentos, além de irem a cidades próximas, como Ourinhos/SP, Jacarezinho/PR, Bandeirantes/PR e Andirá/PR³²⁸. Para várias destas cidades as viagens eram motivadas pelas movimentações do Sindicato, pois o casal passou a auxiliar o processo de sindicalização e mobilização das cidades próximas. Em depoimento prestado no Tiro de Guerra de Cambará,

³²⁶ Depoimento de Milton Paschoalino. In: Depoimento de Armando Alves de Araújo. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 27

³²⁷ Depoimento de Roosevelt de Oliveira Chueire. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Têrmo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 310.

³²⁸ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 70.

em 30 de maio de 1964, Arnaldo Coelho relata que “conhece a SRA MARIA LORENA DOS SANTOS SILVA, observava que a mesma tinha ligação com os Irmãos BONESSO, de ANDIRÁ, onde a mesma frequentava reuniões Secretas, na séde do Sindicato, digo, Ex Sindicato, que ficava nos fundos da loja dos BONESSO”. Os irmãos Alexis, Alcides e Edmundo foram da organização e fundação da ULTGA e atuaram na instituição de 1962 a 1964. Arnaldo era um proprietário de terras, natural de Cambará, cuja família possuía posses e acumulava cargos políticos na região. Seu irmão, Arthur Coelho, também era proprietário de terras e ao longo dos anos de 1962 a 1967 exerceu forte influência política na região e participou das ações de repressão contidas no BNM Processo nº 238 – IPM 384/64. Além da participação e apoio na violência institucional, o nome de Arthur Coelho consta em denúncia de trabalhadores rurais, publicada no jornal *Terra Livre*³²⁹. Nesse sentido, ambos os irmãos Arnaldo e Arthur Coelho possuíam forte interesse na desmobilização dos trabalhadores, atuando para a criminalização das organizações sindicais. No BNM Processo nº 139 / IPM 406, Arnaldo afirmou que “[...] as reuniões se verificavam entre dez horas da noite e meia noite [...] as ligações entre MARIA LORENA e os BONESSO, eram contínuas, pois se faziam todas as semanas, duas a três vezes por semana, e isso prolongou-se até as vésperas da Revolução”³³⁰. Considerando que na época, 1963, Maria Lorena cursava faculdade em Jacarezinho/PR, trabalhava no ensino primário em Cambará e possuía suas atividades particulares, entendemos que os números de Coelho buscaram salientar sua denúncia através do exagero, porém, havia uma proximidade entre a atuação política da família Bonesso e de Maria e Edson, confirmadas também por outros documentos, como a Ata de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará.

Além da ligação com o sindicato de Andirá, Maria Lorena trabalhou na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Mariana/PR, pois conforme o depoimento de José Mania, funcionário público e sindicalista de Bandeirantes, ele teria a encontrado lá, enquanto estava no Sindicato, num domingo. Nas palavras dele, “na oportunidade conduziu em seu carro o declarante, a cidade de BANDEIRANTES”, numa carona. José Mania era vice-presidente do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro em Bandeirantes, tinha 48 anos de idade em 1964, era casado e trabalhava na Secção de Identificação do Ministério do Trabalho daquele município.

³²⁹ TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, ano XIV, n. 199, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>>.

³³⁰ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 34

Algum tempo após esse encontro entre Maria e José, na propriedade de Shoici Takashe, em Cambará, houve um conflito entre o proprietário e os trabalhadores. Segundo depoimento de João Mattar, “teve conhecimento de que trabalhadores Rurais em sua propriedade sita em CAMBARÁ, tentaram promover greve, insuflados por elementos ligados ao SINDICATO DO TRABALHADOR RURAL, dirigido por DNA LORENA, greve essa que não foi efetivada tendo havido posteriormente ação judicial”³³¹. Durante o conflito, tendo se lembrado de José Mania, Maria Lorena enviou a ele um recado, segundo o qual, “de outra feita recebeu um comunicado de MARIA LORENA, para que o declarante comparecesse em Cambará, afim de resolver uma greve que se processava em uma Fazenda, da Comarca”³³². A esse chamado ele teria respondido que ela deveria comunicar-se com a Delegacia Regional do Trabalho de Curitiba. Tendo em vista que José era Fiscal do posto de Bandeirantes, estaria fora de sua competência atuar em notificações e reclamações trabalhistas em Cambará.

Posteriormente, Maria Lorena retornou a Bandeirantes e junto com José, auxiliou na organização e fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes. No depoimento de José Mania ele afirmou que “ao tomar conhecimento da Legislação Sindical, falou aos trabalhadores em BANDEIRANTES, para que se organizassem em Sindicato”³³³. Numa das idas de Maria Lorena a Bandeirantes, Francisco Alves Cabral a teria acompanhado, pois além dele ser homem do campo, conhecia muitos trabalhadores, uma vez que havia trabalhado como feitor de turma e em trabalhos volantes, em diversos locais do município, onde teve contato com os diferentes trabalhadores que passaram pelas fazendas. Então, conforme Maria Lorena em seu depoimento a DOPS/PR, ela teria conhecido Manoel Nascimento Trindade (de Bandeirantes) por intermédio de Francisco Cabral (de Andirá). Além dos contatos, Francisco possuía mais experiência na ação sindical do que Maria Lorena ou os demais, uma vez que a ULTGA foi fundada oficialmente em dezembro de 1962. Sobre as suas viagens a Andirá, Lorena informou no depoimento a DOPS/PR, que havia ido ao Sindicato algumas vezes, em suas palavras, para “inteirar-se, junto ao Senhor CABRAL de procedimento e do funcionamento dos casos dos trabalhadores, no Sindicato”³³⁴.

³³¹ Depoimento de Peres João Mattar. AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 36.

³³² BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: ACE 005896 de 1985 / Z7: Ofício n.º 225-CE da 5º RM/DI, de 02 de setembro de 1964. Serviço Nacional de Informações, 1985. Nomenclatura: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_85005896_d0001de0001.

³³³ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: ACE 005896 de 1985 / Z7: Ofício n.º 225-CE da 5º RM/DI, de 02 de setembro de 1964. Serviço Nacional de Informações, 1985. Nomenclatura: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_85005896_d0001de0001, p.10.

³³⁴ Depoimento de Maria Lorena dos Santos Silva. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 232.

Em depoimento prestado na Delegacia de Polícia de Bandeirantes, em 26 de maio de 1964, o comerciante e farmacêutico Roosevelt de Oliveira Chueire, relatou que “sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, foi organizado com o apoio financeiro do senhor Ysamu Matida, orientado pelo senhor José Mania e instalado na residência do Senhor NASCIMENTO TRINDADE, que com o aparecimento desse Sindicato começou um clima de intranquilidade na zona rural”³³⁵. Na interpretação de Roosevelt, o desassossego dava-se pelas seguidas indenizações que eram pedidas pelos sindicalistas, as instigações de greve por parte do sindicato e do fato de que a organização não teria levado nenhuma assistência social, como “nem sequer médico hospitalar divergindo, portanto da sua verdadeira finalidade”. Porém, conforme o Estatuto do Trabalhador Rural, o auxílio médico não era dever dos sindicatos, mas sim, um benefício por parte do Instituto de Previdência e Seguro Social ou do poder público estadual e municipal. As ações dos sindicatos seriam no sentido de solicitarem carteira de trabalho, notificar as autoridades sobre reclamações dos trabalhadores, dialogar com patrões e empregados para a resolução dos conflitos, com caráter justamente de organização da classe para a efetivação de seus direitos³³⁶. Mas vale percebermos o desconhecimento por parte do comerciante local, pois a categoria dos comerciantes teve suas vozes ouvidas ao longo das investigações do Capitão André Luiz dos Santos, Presidente da Comissão de Inquérito Policial Militar.

O senhor Roosevelt ainda afirmou que, “JOSÉ MANIA, comunista vindo de Jundiá São Paulo, sempre pregou ideologia extremista nas campanhas políticas” e seguiu informando, “Fazia pronunciamentos SUBVERSIVOS pela Rádio e em comícios, adepto de LEONEL BRIZOLA, JOÃO GOULART, AMAURI e NELSON MACULAN, que é funcionário do Ministério do Trabalho pois que distribuía carteiras profissionais”. Vincula José a outros nomes e segundo Roosevelt, “[...] que fazia reuniões aos domingos no Sindicato, nas quais compareciam NASCIMENTO TRINDADE, TARCISO DE LACERDA e MARIA LORENA. [...] MARIA LORENA vinha seguidamente aos domingos em sua residência”.

Possivelmente o trânsito entre as pessoas de cidades diversas para a organização tenha sido algo que levou Roosevelt a prestar atenção no tanto de vezes e no que faziam naquela cidade. Mas mesmo sendo recorrente que os via, afirmou: “não sabe o cargo que a mesma ocupava no Sindicato, porém via-os sempre muito interessados pelo problema e por muitas

³³⁵ Depoimento de Roosevelt de Oliveira Chueire. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 310.

³³⁶ Lei n.º 4.214, de 02 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

vezes falava e estabelecia contacto com os lavradores, dentro e fora do Sindicato”. Os outros personagens mencionados por Roosevelt são também citados em depoimentos de Izidro Teritoriano Baldissera, Wilson de Oliveira, ambos ouvidos como testemunhas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná. Sobre Manoel Nascimento Trindade, este era um trabalhador rural e Tarcísio de Lacerda era professor do Colégio Estadual de Bandeirantes e teria atuado na União Bandeirantense de Estudantes Secundários (UBES), proferido pronunciamentos favoráveis à greve dos Bancários e foi acusado de promover agitação³³⁷.

Em fins de 1963, devido a reclamações salariais, os trabalhadores e trabalhadoras da fazenda Nomura entraram em greve. Em seguida também aconteceram greves nas fazendas Catete e Vera Cruz, todas em Bandeirantes³³⁸. Nestas fazendas, os trabalhadores possivelmente obtiveram alguma solução satisfatória rápida ou alguma argumentação contra a continuação da greve, pois mesmo sendo citadas por dois depoimentos em cidade diferentes (Bandeirantes e Cambará), não houve publicações de notícias nos periódicos utilizados nesta pesquisa. Sobre o ocorrido, o industrial Wilson Oliveira, em depoimento prestado em Bandeirantes, relatou que os sindicalistas “recebia orientação da Professora MARIA LORENA, que vinha repetidas vezes ao Sindicato, foi responsável pelas grèves na fazenda Catete, Moura e Vera Cruz, orientada por esses elementos”. Indicando possíveis temores particulares, Wilson ainda informava aos militares, “inclusive já estava planejando uma greve para a safra do mês de junho [de 1964] na firma Usina Bandeirantes”³³⁹. Ademais, outros depoimentos e relatórios da DOPS indicam que existiram atuações de Maria Lorena para a organização dos trabalhadores também em Jacarezinho.

A cooperativa, o empréstimo e o hospital

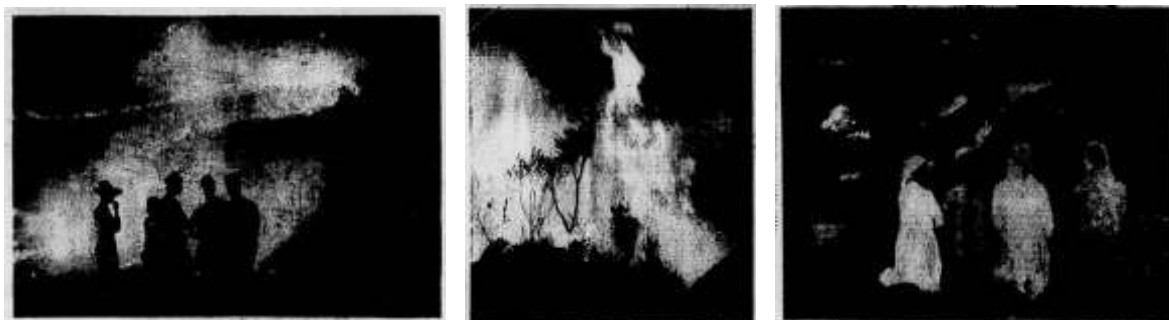
³³⁷ Depoimento de Roosevelt de Oliveira Chueire. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Têrmo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 312.

³³⁸ Relatório Sôbre os indiciados de Bandeirantes. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: ACE 005896 de 1985 / Z7: Ofício n.º 225-CE da 5º RM/DI, de 02 de setembro de 1964. Serviço Nacional de Informações, 1985. Nomenclatura: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_85005896_d0001de0001, p.14.

³³⁹ Depoimento de José Mania. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: ACE 005896 de 1985 / Z7: Ofício n.º 225-CE da 5º RM/DI, de 02 de setembro de 1964. Serviço Nacional de Informações, 1985. Nomenclatura: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_85005896_d0001de0001, p.12.

O ano de 1963 foi muito ruim para a região, pois as mudanças climáticas daquele período prejudicavam as plantações. Com o forte período de geadas naquele ano, o clima ficou seco e ocasionou grandes queimadas na região do Norte Velho do Paraná e do Sul de São Paulo.

Imagem 34 – Morte e destruição no rastro do fogo



Fonte: *Novos Rumos*, 13 a 19 de setembro de 1963, p. 08.

Acima vemos as imagens que ilustram a matéria *Paraná: morte e destruição no rastro do fogo*, publicada no jornal *Novos Rumos* em setembro de 1963³⁴⁰. As três fotografias registram o maior dos incêndios daquele ano, que ocorreu em setembro de 1963, atingindo toda a região. As imagens são em preto e branco e estão desbotadas. Da esquerda para a direita, notamos em primeiro plano cinco homens, dos quais podemos distinguir apenas as silhuetas, escuras. Atrás deles, há um rastro claro esfumaçado, que sobe por entre a imagem. Numa linha fina, que passa por trás de todos e da fumaça, percebemos pequenos pontos claros no horizonte, delineando talvez uma cidade ou outros focos de incêndio, distantes. As pessoas que estão em primeiro plano formam um grupo, de frente umas para as outras e um homem, à esquerda, está vestido com um chapéu e tem um de seus braços dobrado, levando a mão ao rosto, em sinal de apreensão. Na segunda imagem, do centro, vemos o fogo consumindo a vegetação, que arde com a silhueta dos caules e folhas, em cor escura, por entre as chamas e fumaça em branco. Na imagem à direita, notamos três pessoas em primeiro plano, possivelmente mulheres, vestidas com roupa cumprida e com panos envolvendo suas cabeças. Uma delas está de costas e é possível ver uma mecha de cabelo que cai no tecido de suas costas. Em segundo plano, há uma quarta pessoa, a qual mal podemos distinguir na escuridão, que é recortada apenas por reflexos que sobem como fumaça. Os homens e mulheres do campo aparecem nas cenas, preocupados e em grupos, em meio a escuridão, diante dos bens que queimam. As imagens ilustram o que o

³⁴⁰ *Novos Rumos*, 13 a 19 de setembro de 1963, p. 08.

texto explica como sendo um incêndio de proporções nunca observadas no país e ressaltam ideia de que os trabalhadores seriam os mais afetados.

Conforme o jornal *Novos Rumos*, o fogo estaria “há duas semanas, devastando as florestas de pinheiros e os campos de plantações de vastas zonas do Estado do Paraná. A catástrofe ocasionou, até agora, a morte de mais de 400 pessoas, tendo ferido milhares de outras, muitas delas gravemente”. O texto segue informando que até aquele momento haviam sido recolhidos os corpos de 200 trabalhadores rurais mortos e 450 homens e mulheres do campo estavam sendo assistidos, em decorrência das queimaduras, inalação de fumaça, desabamentos de moradias, entre outros. Os trabalhadores foram os mais atingidos, uma vez que 20.000 se encontravam desabrigados. A matéria explicava que “Êstes são vítimas indefesas ante ao fogo que se alastra, porque as casas que habitam são construídas com madeira, sendo facilmente destruídas, assim como tudo o mais que pertence a êsses homens”. Não conseguimos distinguir se nos números que o texto cita estão apenas contabilizados os homens ou também os demais membros das famílias, como as mulheres e as crianças. As pessoas que perderam entes queridos, plantações inteiras, animais, casas e sofreram prejuízos inestimáveis. Diante das perdas, os sindicatos procuraram criar formas de ajudar os trabalhadores. Nas anotações de Maria Lorena, encontramos a seguinte lista:

Desemprego
Dificuldades encontradas para o bom desenvolvimento pelas próprias autoridades locais
Desrespeito às leis
A comissão Organizadora do Salário-mínimo apesar dessa organização os trabalhadores ainda não estão recebendo nenhum deles.
Logo depois sabem que o trabalhadores está no Sindicato, despacham na mesma hora.
Plantas – milho e feijão – queimam tomam
Vão plantar capim e alfafa
Terras – Cooperativa.³⁴¹

Algumas reclamações dessa lista, como as dificuldades com as autoridades locais, o desrespeito às leis, a violência dos fazendeiros em queimar as plantações de subsistência dos trabalhadores e a demissão de trabalhadores sindicalizados pelo fato de terem se sindicalizado, já constavam em denúncias observadas anteriormente. Porém, sobre o último tópico, acreditamos na hipótese de que ele se refere à criação de uma cooperativa e, conforme apontam os documentos, essa era uma possibilidade que, para a organização dos trabalhadores, não havia sido cogitada anteriormente na região. Em março de 1963 havia sido fundada a Cooperativa de

³⁴¹ Rascunho de carta. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 140.

Cafeicultores de Maringá (COCAMAR), mas está era uma entidade de proposta para unir o os grandes proprietários e fazer o processamento dos grãos³⁴².

Nos rascunhos escritos por Maria Lorena também consta outra ideia buscada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambará, a solicitação de um empréstimo no Bando do Brasil. Conforme o bloco de anotações apreendido pela DOPS/PR, Maria Lorena teria conversado com “[...] o Presidente da Carteira de Crédito Agrícola do B. do B. [Banco do Brasil] para pagar meia dúzias de pés de café que a geada havia queimado, tanto o milho do trabalhador que o patrão não deixa colher, deixando-o apodrecer na roça, a [?] a do pequeno agricultor e também do trabalhador sem terra”³⁴³. Nesse trecho, Lorena aponta que havia a intenção de trabalhar em comum as causas de diferentes grupos de homens e mulheres do campo, fossem os posseiros e sitiantes (pequenos agricultores) ou parceiros, meeiros, colonos e outros mensalistas (sem terras). Podemos supor que a ideia de uma cooperativa dialogasse com o empréstimo, pois com recursos os camponeses sem terras poderiam pagar pela meia improdutiva e refazer o plantio, já os com terra, poderiam conseguir recursos para a subsistência e o plantio de uma nova colheita. Com os cultivos ligados a uma cooperativa, os pequenos produtores, fossem meeiros, posseiros ou sitiantes, conseguiriam maior competitividade para negociação e venda. Porém, para conseguir o crédito usando uma unidade coletiva, seja o sindicato ou uma cooperativa, teriam que possuir o registro da organização.

O processo de registro dos sindicatos na região já havia sido iniciado, mas se intensificou em fins de 1963 e início de 1964. A Ata de Assembleia Geral de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, escrita no dia 28 de julho de 1963, era um dos passos da oficialização, que ocorreu anteriormente ao incêndio de setembro de 1963. Retornando ao bloco de anotações da Maria Lorena, presente no BNM 139 / IPM 406, encontramos anotado o endereço “Rua José Loureiro, 133 – 17º andar, sala 117”. Refere-se à Sede Social da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná, em Curitiba/PR, cujo presidente era Antônio Mendonça Conde³⁴⁴. Segundo o depoimento de Maria Lorena, prestado ao DOPS/PR, ela havia conhecido Conde por intermédio de Francisco Alves Cabral³⁴⁵. Por sua vez, Cabral conhecia Mendonça em virtude do registro da ULTGA. O contato de Lorena e Mendonça tratou do registro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambará em junho de

³⁴² Fundada a COCAMAR – 1963. *Maringá Histórica*, [s/d]. Disponível em: <<https://www.maringahistorica.com.br/publicacoes/2202/fundada-a-cocamar-1963>>. Acesso em 27 de nov. de 2022.

³⁴³ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 141.

³⁴⁴ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 495 – IPM 390, p. 187.

³⁴⁵ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 232.

1963. Conde também retornaria à região para registrar e orientar a atuação dos sindicatos em Bandeirantes e Santa Mariana, entre setembro de 1963 ao início de 1964. A rede de relações que estabeleciam, levava informações e possibilitava caminhos compatíveis com a legislação em vigor.

O caminho inverso – a ida dos sindicalistas no Norte Velho para as cidades do Norte Novo, como Londrina, Maringá, Apucarana, Mandaguari, Jandaia do Sul – também foi realizado por Lorena, Edson Campos, Francisco Cabral e José Mania. Em Maringá, Maria Lorena conheceu o advogado Jorge Haddad, Agliberto Azevedo e outras lideranças do Partido Comunista no Estado. Na documentação apreendida no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambará, a Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná apreendeu um exemplar do jornal *Tribuna do Povo*, de 05 de abril de 1958, um *Terra Livre*, de fevereiro de 1964, um suplemento especial do *Novos Rumos*, de 24 a 30 de janeiro de 1964, que possuía uma entrevista Prestes, o livro *Defendamos el campo socialista* (1963)³⁴⁶. Na época, Antônio Mendonça Conde possuía intensa atuação na região, dialogando com dirigentes do Partido Comunista no Paraná, como Agliberto Vieira, com o Deputado Hercules Correia, da Guanabara, e recebendo e distribuindo jornais, como o *Novos Rumos*, *Revista Rural*, *Última Hora*, *Terra Livre*, entre outros³⁴⁷. Então, com o sindicalista de Mandaguari/PR, Maria Lorena recebeu os jornais publicados em 1964.

Esses jornais eram repassados por Mendonça Conde aos sindicatos e os periódicos eram lidos com os trabalhadores da região. Sobre Antônio Mendonça Conde, no relatório do BNM 495 / IPM 390, encontramos o seguinte trecho, “Foi orientador nos casos de organização de SINDICATOS de FRANCISCO ALVES CABRAL, com o qual por questões ideológicas brigou e irmãos BONESSO de ANDIRÁ; MARIA LORENA DE CAMBARÁ; JOSÉ MANIA em BANDEIRANTES. Tentou fundar um SINDICATO COMUNISTA em JACARÉZINHO”³⁴⁸. O conflito de Cabral com Maria Lorena e Edmundo Bonesso, que foi tratado no capítulo primeiro desta tese, ocorreu no fim de 1963 e ocasionaria a retirada da sede da ULTGA da casa de Bonesso e o término das idas de Lorena à organização de Andirá.

No depoimento a DOPS/PR, em 17 de junho de 1964, ela menciona que foi com Francisco ao Congresso dos Sindicatos, em Apucarana/PR e lá teriam conhecido Flávio Ribeiro que, conforme o escrivão, registrou “cuja atuação era identida, digo, idêntica a da declarante”, de auxiliar os trabalhadores com a documentação e com o acesso à Justiça do Trabalho. Assim,

³⁴⁶ *Defendamos el campo socialista*. Ediciones en lenguas extranjeras. Pyongyang: RPDC, 1963. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 170.

³⁴⁷ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 495 – IPM 390, p. 205.

³⁴⁸ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 206.

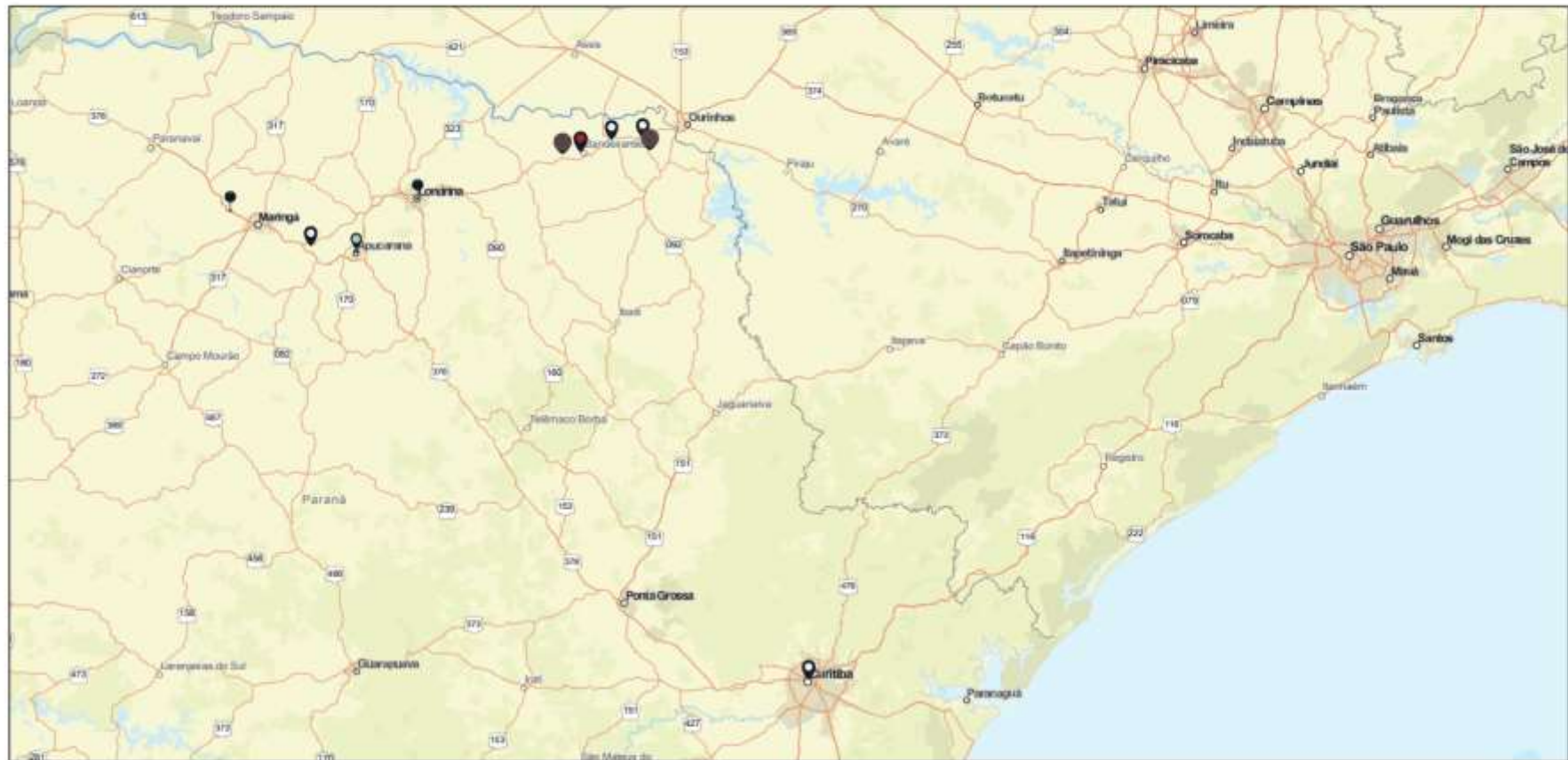
Maria Lorena, Edson Campos, Antônio Mendonça Conde, Francisco Cabral, José Mania, Noel Soares, Manoel Trindade teceram uma rede de relações que interligava cidades do Norte Velho do Paraná com a Maringá/PR, Mandaguari/PR e Apucarana/PR. Conforme o relatório produzido pelo Capitão Presidente da Comissão do Inquérito Policial Militar, André Luiz dos Santos, “MARIA LORENA mantinha estreita ligação não só com órgãos da imprensa comunista [...] como, também, com as figuras de prôa do comunismo Paranaense e NACIONAL: Ex CAPITÃO AGLIBERTO AZEVEDO, MIGUEL PAN, JORGE KARAM, FRANCISCO JULIÃO e outros, com os quais deixava-se fotografar”. Possivelmente o capitão André Luiz relaciona Maria Lorena a Francisco Julião devido à presença do político no 2º Congresso, de Maringá em 1962 e aos depoimentos, colhidos sob tortura, de Francisco Alves Cabral. Não consideramos que Julião e Lorena se comunicassem, devido à inexistência de anotações nesse sentido.












Ainda, o advogado que orientava os trabalhos do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará era José Wilson Seixas Santos e possuía atuação junto com o advogado Salim Saab, em Maringá/PR. Em 1963, Seixas Santos se mudou para Ribeirão Preto/SP, tendo integrado a militância pecebista e após o golpe de 1964 e seria investigado por suposta ligação com a Frente Armada de Libertação Nacional, entre 1967 e 1969³⁴¹. Outro contato de Lorena era seu irmão, João Pedro dos Santos, que morava em Porto Alegre e era advogado e atuante na Universidade do Rio Grande do Sul, conforme ficha da vigilância do Sistema Nacional de Informações³⁴⁹. No início dos anos de 1960, João integrou as fileiras do Partido Comunista e mais adiante, no fim da década, ele foi professor na UFRGS e atuaria de 1978 a 1981 na composição da diretoria do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul. Assim, a rede de Lorena, era tecida por relações familiares, pessoais e profissionais, que se relacionava aos sindicalistas, professores, militantes pecebistas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e com os movimentos femininos. Na página a seguir, tentamos representar as relações mais próximas à

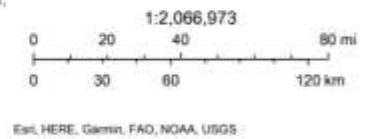
³⁴⁹ O primeiro registro em nome de João Pedro nos órgãos de vigilância foi em outubro de 1957, como “elemento comunista” fichado na Delegacia de Polícia de Pelotas e o mesmo documento possui 25 anotações, das quais a autoridade policial informa que podem se tratar de diversas pessoas. Esse documento relata ações em Pelotas, ligadas a camponeses, em 1957. Alguns anos depois, em março de 1962, constam ações em Porto Alegre e que João Pedro dos Santos teria participado de um festejo do aniversário do Partido Comunista. Um pouco mais adiante, indo de 11 de agosto daquele ano até 13 de novembro de 1967, há registros de que ele teria assistido a conferência de Jacob Gorender, “O marxismo e a realidade brasileira”, ido a outras palestras e em reuniões ligadas a universidades na capital gaúcha. O documento encerra com dois registros finais, um em 1968, de que João Pedro teria participado de uma paralização entre os metalúrgicos da empresa Wallig, distribuindo panfletos, e outro, sem data, que havia assinado uma ficha da Associação dos Agricultores Sem Terra de Santa Barbara do Sul, sendo casado e agricultor. Possivelmente os registros são de três ou quatro pessoas diferentes, mas uma delas é o irmão de Maria Lorena.

atuação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Andirá, tomando por referência os documentos encontrados no BNM 139 / IPM 406 e no BNM 495 / IPM 390.

Imagem 35 – Organizações e eventos de diálogo



- | | | | |
|---|--|---|---|
|  União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andará |  Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná |  Escritório do advogado Flávio Ribeiro |  Sindicalistas na Fazenda Nomura, entre Bandeirantes/PR e Santa Mariana/PR |
|  Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes |  Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari |  União Bandeirantense de Estudantes Secundários |  I Encontro dos Sindicatos dos Trabalhadores da Lavoura do Paraná |
|  Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará |  Escritório de advocacia - Salim Saab e José Wilson Seixas Santos |  Sindicalistas na Fazenda Nazaré, em Jacarezinho/PR | |



No mapa acima buscamos representar imagetivamente as instituições e locais que estavam em relação com o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará. Estão representadas a instituição sindical rural de Cambará, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari e a União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de Andirá. Ainda, podemos notar a Federação dos Trabalhadores da Lavoura do Estado do Paraná, com sede em Curitiba e a localização de Apucarana, que sediou o I Encontro dos Sindicatos dos Trabalhadores da Lavoura do Paraná, ambos municípios ligados por uma longa estrada, que passa por Ponta Grossa, do centro em direção ao norte do Estado. Nas relações costuradas por Maria Lorena, Francisco e outros sindicalistas, também representamos no mapa os escritórios dos advogados Salim Saab e José Wilson (em Maringá) e o de Flávio Ribeiro (em Londrina). Em Bandeirantes, incluímos no gráfico a União Bandeirantense de Estudantes Secundários, da qual Tarcizo Telino era integrante, enquanto estudante de comércio, ao mesmo tempo em que atuava no Sindicato daquele município.

A representação do mapa traz a dimensão geográfica das ações de mobilização e articulação de Maria Lorena e do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, pontilhando contatos entre as cidades do Norte do Paraná de maior densidade populacional. Nesse sentido, podemos observar na imagem os canais pelos quais eram interligadas a comunicação dos trabalhadores rurais do interior das fazendas do Norte Velho com os debates regionais, estaduais e nacionais acerca da luta por melhores condições de trabalho no campo e pela terra. Entre Bandeirantes e Santa Mariana e Jacarezinho notamos a presença de trabalhadores sindicalizados, em fazendas cujos trabalhadores discutiram greve e paralização, mas optando apenas pela via dos processos trabalhistas. Os militantes pecebistas foram profícuos em ramificar a atuação política através das instituições sindicais, visando contribuir na melhoria da vida dos camponeses, com o acesso às leis trabalhistas. De modo que, mesmo distante cerca de 300 km das capitais (São Paulo e Curitiba), a região e os trabalhadores eram inseridos na construção das discussões e políticas, com representação em debates, leitura de periódicos, assessoria jurídica, subcomitês para conscientização e campanhas, entre outros.

Vemos até este momento que a atuação política de Maria Lorena não era necessariamente ligada à de Edson Campo, seu esposo, pois em espaços que apenas ela transitava, como no movimento dos professores, ela engajou-se, mobilizou e articulou ações que deram início à primeira greve da categoria no Estado do Paraná. Nesse sentido, a militância do casal era próxima, com Edson atuando no sindicato e acompanhando a esposa em viagens a Maringá e a outras cidades, mas não era imprescindível, pois as articulações e estratégias

partiam da própria agência dela, das ações de Lorena. Com a rede que estabeleceu, Maria Lorena marcou uma reunião em Curitiba/PR com o Ministro do Trabalho, Amaury Silva. Conforme depoimento prestado a DOPS/PR, consta que, “nesta reunião solicitou ao Ministro, um ambulatório médico completo e escola para os filhos dos trabalhadores, dos Sindicato”. No mesmo depoimento, quando perguntada se havia provas ou alegações que justificassem sua inocência pelos supostos crimes de desordem, “RESPONDEU que, tudo o que fez, não considera Ato Subversivo”³⁵⁰.

De fato, na busca de criar espaços efetivamente democráticos, a atuação de Maria Lorena foi uma ferramenta de acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho e aos espaços que apenas as pessoas letradas, de *status* social e de pele branca adentravam. Em Cambará, Maria Lorena e o capitão de polícia Nilton Gomes ofereciam serviços gratuitos, na organização dos sindicatos e com advocacia³⁵¹. Lorena datilografava as queixas dos trabalhadores e as enviava ao Fórum, escrevia as atas e trabalhava no registro dos sindicatos junto com Antônio Mendonça Conde, José Mania, Francisco Alves Cabral. Durante a semana, ela ministrava aulas no Colégio Estadual de Cambará e administrava a rotina doméstica de sua casa; em fins de semana, viajava para visitar os sindicatos de Bandeirantes, Andirá, Santa Mariana, ouvir os trabalhadores, conversar com os sindicalistas, além receber e enviar os documentos. Além das ações que realizava com os trabalhadores rurais, também atuava com as professoras nos sindicatos da categoria. Conforme as memórias de Ibá, “Meu pai organiza o Grupo dos Onze de Cambará. Grupo de conscientização e em defesa da Reforma Agrária. Minha mãe organiza sindicatos de professores”.

Sobre a atuação no Partido Comunista, trabalho com a hipótese de que Maria Lorena buscou um distanciamento das suas ações com as do Partido Comunista, uma vez que a legenda que escolheu para concorrer ao posto de vereadora foi a do PSD, de cunho patronal e não o PTB. Além disso, não foram publicadas nos periódicos do PCB, como o *Terra Livre*, as ações das organizações de Cambará, Bandeirantes, Jacarezinho ou Santa Mariana. O nome escolhido para o sindicato era ligado à Federação estadual e não à ULTAB, tendo optado por Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará ao invés de União dos Trabalhadores em Geral de Cambará. Entretanto, a não associação direta com o nome e com os órgãos reconhecidos publicamente como ligados ao Partido Comunista, não excluía que existia de fato uma relação entre as orientações do Partido e a atuação do Sindicato, em Cambará e na região.

³⁵⁰ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 233-234.

³⁵¹ Depoimento de Alcides de Souza Cardoso. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 66.

Possivelmente, a não associação se dava pela busca em driblar a maior vigilância e possível repressão. Deveras, comparado com outras lideranças, como Mário Urias (Jataizinho/PR), João Bento (de Ourinhos/SP) e Barroso (Palmital/SP), que eram vigiados desde 1949 pela polícia política paulista, os documentos analisados demonstram que as ações de Lorena no Paraná foram profícuas em se esconder.

As ações de Lorena no movimento dos trabalhadores rurais só constaram nos registros após o golpe de 1964, que utilizou diversos depoimentos como fontes para investigar o que os sindicalistas faziam na região. As viagens de carro, a correspondência e periódicos entregues por particulares e não pelo sistema de correios, bem como o uso de telefonemas e não dos telégrafos, ajudou na não detecção de ações de Maria Lorena pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná. Em nível local, possivelmente, o fato de Edson ser militar reformado, o apoio do Capitão Nilton na Delegacia de Polícia de Cambará e o fato de Lorena ser professora, ajudaram na contenção das denúncias.

Maria Lorena utilizou seus privilégios como professora, mulher branca e esposa de militar para dialogar e abrir caminhos. Fez da sua atuação um projeto de mudança social, que dialogava com os movimentos sindicais, femininos e de setores da esquerda. Em março de 1964, Lorena e Edson foram ao Rio de Janeiro e estiveram presentes no Comício das Reformas, na Central do Brasil³⁵². Conforme depoimento de Reinaldo Bernardelli, prestado no Tiro de Guerra 86 em Cambará, “Soube por informações que DNA MARIA LORENA e seu marido, tomaram parte do comício do dia treze de março, ocasião essa que foi assinado o Decreto da SUPRA; que quando da volta para esta cidade, da referida MARIA LORENA, esta chegou toda eufórica”.

Planos políticos, construções para o futuro

Sobre os vínculos de Maria Lorena com o Partido Comunista, observamos estes na trajetória de militância desde o início da década de 1950 no Rio de Janeiro, como relatado por Ibá dos Santos Silva; nas relações com os pecebistas como Antônio Mendonça Conde (Mandaguari/PR), João Pedro dos Santos (Porto Alegre/RS), Flávio Ribeiro (Londrina/PR), José Wilson Santos Seixas (Maringá/PR), entre outros, no auxílio a organizações do sindicalismo rural e, ainda, na posse de publicações. Quanto ao último ponto, vários textos

³⁵² AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 232.

foram apreendidos pelo DOPS/PR no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambará (residência de Maria Lorena): *Programa do Partido Comunista do Brasil*, de novembro de 1954; *Problemas Revista Mensal de Cultura Política*, maio-junho de 1955, n.º 67, do diretor Diógenes Arruda; *El Triunfo del Marxismo-Leninismo em China*, de Liu Shao-Chi, publicado pela Pekin, Ediciones en Lenguas Extranjeras, em 1959; *Revista Soviética*, n.º 12, de 1961; *Saúde Pública da URSS*, [s/d]; Panfleto *Liberdade para Jofre Correa Neto*, da Comissão Permanente de Solidariedade a Jofre (São Paulo/SP).

No texto *O Partido Comunista e o Governo João Goulart*, Jorge Ferreira (2013) retoma as ações do PCB e do PCdoB entre 1961 e 1964, distinguindo os períodos e as posições tomadas pelo Partido, em oposição, negociação e/ou apoio ao governo do presidente João Goulart. O autor argumenta que dentro do espectro das esquerdas, existiram no início de 1960 “movimentos, frentes e organizações de diversas variações, sendo muito difícil reduzir o conjunto das esquerdas apenas ao PCB e à AP, bem como a pequenos partidos políticos, como o PCdoB, o POR-T e a Polop” (2013, p. 118). Em sua análise, Jorge Ferreira buscou encontrar uma perspectiva hegemônica do PCB, mapeando os discursos presentes em publicações do Partido, em especial, no jornal *Novos Rumos*. No presente estudo, considerando essa heterogeneidade que formava as próprias esquerdas e o Partido Comunista, observamos que entre os militantes pecebistas circulavam diferentes projetos de luta social e de igualdade, tendo os militantes atuado de diversas formas, seja mais engajados aos movimentos operários e/ou do campo, reformistas, conciliadores ou com vieses disruptivos. Então, pensaremos como eram as posições de Maria Lorena, a fim de entendermos os projetos políticos e de futuro que ela ajudou a veicular na região. Buscamos perceber a sua agência e negociação, seja em conformidade ou em distanciamento, com as posições do Partido Comunista.

No rascunho de uma carta apreendida na casa de Maria Lorena, em terceira pessoa, ela descreve a sua atuação da seguinte maneira: “vem trabalhando, incansavelmente, na luta pela libertação e promoção do [?] campo, para que seja transposto um nível de vida menos indigno e mais decente”. Esse trabalho seria feito através da sindicalização dos homens e mulheres do campo, ~~os quais ela estaria, descreve o texto,~~ “incentivando os camponeses a se organizarem, [e assim] conseguiu que êstes começassem a fundar seu sindicato de classe que, afinal, vinha a ser reconhecido e registrado no Ministério do Trabalho”. Nesse esboço de correspondência não há data, mas devido à fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambará, de Bandeirantes e Santa Mariana ter ocorrido em meados de 1963, podemos inferir que a carta tenha sido escrita no segundo semestre daquele ano. O documento ainda informava a defesa

que Lorena fez na campanha de João Goulart, por “apoio e aplauso às suas iniciativas de melhores dias para o povo a pátria”³⁵³.

Ademais, naquele momento, Maria Lorena estaria a “dedicar-se à tarefa de alfabetização do adultos, principalmente no município, onde aproximadamente 700 camponeses continuam como diante d’outras, mergulhados em profundas e criminosas ignorância”. O trecho mostra que houve um levantamento dos trabalhadores analfabetos e que a ação de alfabetização não se restringiria aos sindicalizados, que conforme a Ata de Fundação, eram cerca de 430 pessoas em julho de 1963. O documento menciona a reunião com o ministro Amaury Silva, na qual “êste tem lhe indicado o comício que segue” e a carta se encerra por pedir a autorização para participar de um curso que seria ministrado pelo senhor Paulo Freire.

A carta, se enviada, se destinaria a Darcy Ribeiro, na época, ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e solicitava a participação no curso de Paulo Freire, que também atuava no Governo naquela época. O método de alfabetização de Paulo Freire teve sua principal experiência em Angicos, Rio Grande do Norte, na qual foram 300 adultos alfabetizados em 40 horas ao longo de 40 dias nos chamados círculos de cultura³⁵⁴. Paulo Freire começou a tornar-se conhecido no Brasil no início de 1963, quando o seu método de alfabetização de adultos foi divulgado em ampla campanha publicitária promovida pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. Assim, diante da eficácia do método e com vistas na implantação das reformas de base, Paulo Freire foi convidado para coordenar, no Ministério da Educação e Cultura, a criação do Programa Nacional de Educação e o Plano Nacional de Alfabetização (1963).

Na caderneta de Antônio Mendonça Conde, apreendida pela Delegacia de Ordem Política e Social vemos uma anotação “Fundação da Associação dos Trabalhadores em Construção e Mobiliários inclui [Jandaia?], Araongas, Apucarana, Rolândia e Astorga. Associação obedece a estatuto padrão”³⁵⁵, que trazia as tarefas de Mendonça com relação à sindicalização de categorias trabalhistas. Antônio era presidente da presidente da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná, mas atuava em outros setores para a organização dos trabalhadores com vistas a acesso aos direitos, sendo ligado ao Partido Comunista. Na mesma página também está anotado “Alfabetização e Política”, que sinaliza que

³⁵³ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 547.

³⁵⁴ Conf. FERNANDES, Calazans; TERRA, Antonia. 40 horas de esperança: o método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.

³⁵⁵ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 495 – IPM 390, p. 46.

talvez existissem discussões sendo travadas sobre essa questão e a educação como uma preocupação do próprio Partido Comunista na região.

Nesse sentido, o pedido de participação em curso ministrado por Paulo Freire, no rascunho de carta a ser enviada a Darcy Ribeiro sugere que Maria Lorena acompanhava as experiências de alfabetização de adultos. Ainda, a relação da anotação de Mendonça Conde e o pedido de Lorena sinalizam a gestação de ações de alfabetização pelo Partido Comunista no Norte do Paraná. Essas ações poderiam conciliar a educação e o acesso a sindicalização, através da leitura e escrita, garantindo a autonomia dos trabalhadores e o fortalecimento de espaços democráticos. A alfabetização se configurava como uma peça chave contra essa exclusão e desigualdade social e educacional e poderia ser um caminho que estivessem a construir para o futuro.

Retomando as ideias do texto “O Partido Comunista e o Governo João Goulart”, de Jorge Ferreira (2013), o autor nos contextualiza o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, o desenvolvimentismo do Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e os debates provenientes do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, iniciaram uma reformulação das políticas do partido. A *Declaração de Março de 1958*, reorientou as mudanças políticas pecebistas, as quais passaram a favorecer as lutas pela democracia, uma vez que, no documento, reconheciam o capitalismo no país como irreversível. Conforme Ferreira, a partir da *Declaração de Março*, “a revolução brasileira, nesse sentido, seria anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. No processo revolucionário brasileiro haveria aliança com a burguesia e com outras classes em uma Frente Única, mas, à frente do processo estaria o proletariado” (2013, p. 115). Esse diálogo dos pecebistas com outras classes e partidos pode ser notada na região que observamos, por exemplo, através das alianças traçadas com Miguel Dinizo, na busca de uma aproximação com este em momentos nos quais haviam a confluência de interesses entre o PCB e o PTB, com Campanha de Lott e Jango (1960) e a Campanha da Legalidade (1961). A nova orientação do Partido Comunista significava uma abertura deste para a sociedade e foi um marco na história do PCB. As alianças tecidas a partir dessa nova posição resultou na liderança de militantes do Partido Comunista em várias entidades governamentais, sindicais, em federações, confederações, fato que aumentou a expressão do Partido na política brasileira (FERREIRA, 2013).

Em 1960, na campanha de Jango a vice-presidente, o PTB apresentou programa que unia pautas das esquerdas, num conjunto de reformas sociais que seriam aplicadas a fim de diminuir a desigualdade social e o PCB o apoiou. Entre 1962 e 1964, nas palavras de Jorge

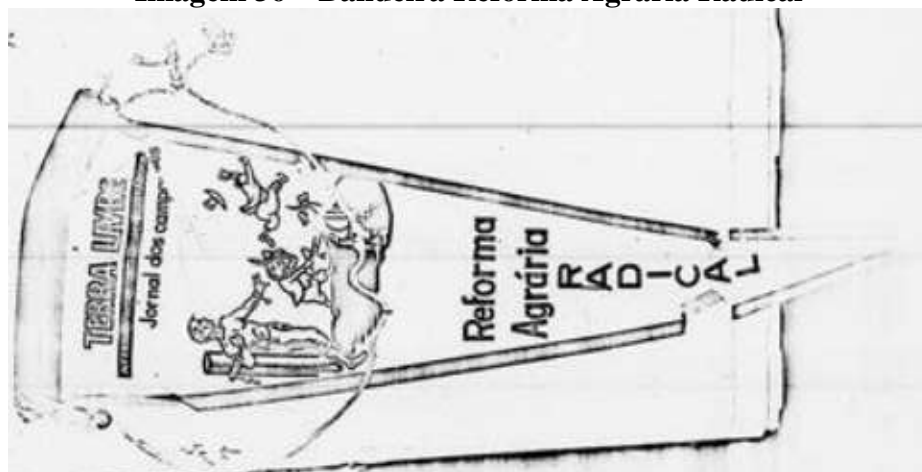
Ferreira, as reformas “se tornaram a grande bandeira da luta comunista, trabalhista, nacionalista e de outras forças de esquerda” (2013, p. 116). As reformas de base eram compostas pela reestruturação agrária, administrativa, eleitoral, tributária, universitária e constitucional, para que viabilizasse as demais mudanças. Nesse sentido, essas medidas apresentavam uma possibilidade de ampliação ou efetivação da democracia e seriam o caminho mais favorável naquele contexto para a luta revolucionária. Na perspectiva do intelectual pecebista Giocondo Dias, “para as classes trabalhadoras as reformas de estrutura devem representar um elo no processo revolucionário que culminará com o advento e a construção do socialismo” (DIAS *apud* FERREIRA, 2013, p. 117). Seguindo nessa linha, reformar as estruturas seria necessário para que pudessem ter condições para a “revolução brasileira”, sendo esta entendida não como uma luta armada, mas sim, como a luta anti-imperialismo por vias democráticas.

As reformas de base poderia ser uma contribuição real de melhoria da vida da população do campo, pois acessariam possibilidades de organização, inclusão, atuação e poder. Nesse sentido, a posição política de Maria Lorena dialogava com o reformismo encampado pelo presidente João Goulart, pois em fins de 1963, o próprio PCdoB traçava essa comunicação, apoiando as reformas e o Governo e ocupando cargos centrais nos sindicatos, federações e em órgãos governamentais, como a SUPRA. A relação de Maria Lorena com as políticas de Jango era tão firme que ela rascunhou uma carta ao presidente, conforme vimos, justificando-se por não apoiar Miguel Dinizo do PTB. Porém, mais do que confiança, havia a relação de negociação, uma vez que na carta ela se justificava, mas também pedia o auxílio frente a situação relatada. De forma semelhante, o apoio do PCB e do PCdoB a João Goulart também era uma aliança, pois a pressão exercida pelo Partido Comunista e pelas esquerdas para a efetivação das Reformas de Base foram elementos essenciais para que o Governo reafirmasse essas, alicerçando nesse apoio parte de sua própria legitimidade política, em contestação pelos setores conservadores do país.

Então, as anotações de Lorena e o contexto político do período corroboram a inserção do PCB e do PCdoB dentro do jogo político nacional. As atuações de Mendonça Conde na sindicalização rural e das demais lideranças do Partido Comunista, como as dos advogados Flávio Ribeiro e José Wilson Santos Seixas, no auxílio aos sindicatos, além dos projetos de Maria Lorena na educação e também na sindicalização, nada tinham de violentos, pois não apelavam para a força e não preconizavam a luta armada. Inseriam-se dentro do campo democrático do período, mas, quando lidos sob a lógica das configurações conservadoras da política nacional, eram considerados radicais. Porém, a ruptura brusca e intransigente que o

significado do adjetivo “radical” pressupõe, não se efetivava na prática dos militantes. Observando Maria Lorena notamos que suas atividades eram tecidas pelo diálogo, negociação e/ou conciliação, a exemplo sua inserção na legenda do PSD, a posição de não de incentivar a deflagração da greve nas fazendas Catete, Vera Cruz e Nomura, além de buscar negociar através de um fiscal do Ministério do Trabalho, como no caso da paralização na propriedade de Shoici Takashe. Então, a radicalidade seria uma composição discursiva dentro da pressão pela ampliação dos direitos sociais e não um sinônimo de inflexibilidade ou não-comunicação. O caráter radical das reformas não estava na imposição do socialismo e as ações consideradas subversivas tampouco eram armadas ou revolucionárias. A subversão da ordem era a busca pela horizontalização desta, que viria por meios legais, na reforma da educação, da terra, da saúde e, para tanto, em reformas constitucionais.

Imagem 36 – Bandeira Reforma Agrária Radical



Fonte: Objeto apreendido no Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Lavoura de Cambará. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 604.

Acima, vemos uma bandeira do jornal *Terra Livre*, da campanha pela Reforma Agrária Radical, que foi apreendida no Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Cambará, em 1964. A reforma, com as questões de indenização e desapropriação de terras, foi debatida na região, estando este tema presente, como receios, nas falas dos fazendeiros Orlando Stradiotto e Arnaldo Coelho.

Desfazendo os nós

Após voltar do comício da Central do Brasil, Edson e Maria Lorena viram a escalada de discursos anticomunistas que permearam o país. Os discursos de criminalização das esquerdas e das reformas de base enfiaram a região e legitimaram ações de violência e exclusão, até mesmo contra grupos que antes eram blindados pelo seu *status* social. Circularam na cidade ataques ou críticas às atuações políticas da professora Lorena, do militar reformado Edson, do médico Miguel Dinizo, do capitão Nilton Gomes, do vereador do PTB Sebastião Machado, entre outros. Conforme a historiografia, a suposta subversão foi também fortemente associada às pautas dos costumes, onde as ações políticas também se relacionavam a mudanças que a sociedade não havia visto até aquele momento, como as discussões sobre a legalização do divórcio, a venda de anticoncepcionais, as informações que começavam a circular sobre o controle da natalidade, entre outras. Na dissertação *“O Terror Renegado” Uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*, a pesquisadora Alessandra Garparotto (2008) observa os discursos de retratação pública veiculados na década de 1970. Sobre o período que estudou, Gasparotto (2008) contextualiza as transformações que estavam ocorrendo, argumentando que “as referidas mudanças, tanto oficiais como não-oficiais, coincidiram com as décadas de 1960 e 1970, transformando este período em um momento de extrema liberalização, tanto para os heterossexuais, sobretudo para as mulheres, quanto para os homossexuais”. Essa liberdade que estava sendo construída no período chegava às regiões rurais do Brasil através de revistas, filmes, músicas, e mesmo diante de uma estrutura social rígida, de poderes conservadores (como a forte atuação Igreja Católica), algumas mudanças puderam ser notadas. A inserção das mulheres em alguns espaços de trabalho formal, fora do restrito espaço privado do trabalho doméstico era uma novidade do período e dialogava com o incentivo estatal para a educação formal. Sobre as possibilidades de trabalhos formais para as mulheres, Carla Rodeghero (2003) salienta que “a participação da mulher no trabalho, no estudo, na política e na definição de novos comportamentos, está na base da revolução cultural que ocorreu a partir daí [...]”. Entre outros labores, notamos neste capítulo que mulheres de classes média e alta na região, como Maria Lorena, formaram-se professoras e adentraram aos espaços de trabalho, em escolas secundárias e primárias, mas já as mulheres empobrecidas laboravam em serviços domésticos e na lavoura, na colheita do algodão, café e no corte da cana-de-açúcar.

Então, no pré-golpe como um período de caça às bruxas, todos os comportamentos considerados desviantes, como a homossexualidade, o protagonismo feminino e as questões

raciais foram associados ao comunismo. Os boatos sobre política, sobre possíveis crimes de um complô secreto e sobre supostas imoralidades, rastejavam pela cidade. Em depoimento de 09 de maio de 1964, o advogado Carlos Betini: “disse a respeito do Deputado MIGUEL DINIZO, saber por bôca de terceiros, isto é, por intermídio do Deputado Estadual Waldemar Daros, que era o portador de uma fotografia com respeito ao Deputado Miguel Dinizo, de se achar em C, digo, em um CLUB NOTURNO, trocando carícias com outro elemento do mesmo sexo, inclusive trocando beijos; que também por boca de terceiro de uma senhora vizinha do referido Deputado era um pederasta [...]”. Já o magistrado Plínio Cachuba, em 29 de maio daquele ano, teria dito, “Que é voz corrente na cidade que o Sr. Sebastião Machado de Oliveira, Edson Campos Silva e Professôra Lorena, professam ideologia comunista”³⁵⁶. Legitimado pelos discursos de que haveriam ações criminosas ligadas ao sindicalismo rural, no fim de março, Silvio Tavares, diretor do Colégio Estadual de Cambará impediu Lorena de dar aulas. Segundo o depoimento de Silvio, prestado em 24 de maio de 1964, a impediu, “por achar, tendo em vista observações, que a mesma era elemento de agitação dentro da cidade, visto que, sendo professôra primária, de preocupou em fundar – sindicatos de trabalhadores rurais, propagando nos mesmos os nomes – João Goulart e Leonel Brizola”. O autoritarismo crescia em setores da população, irradiando formas de violência.

No dia 31 de março, Maria Lorena e Edson chamaram os trabalhadores rurais até a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambará e informaram sobre as movimentações políticas e possivelmente, de violência física ou invasões ao Sindicato, que poderiam acontecer. Os trabalhadores passaram o restante do dia e a noite aguardando o desenrolar dos acontecimentos na casa do casal. Consta no depoimento do comerciante Moacyr Trautwein, que quando perguntado sobre Maria Lorena “disse que viu nos primeiros dias do movimento revolucionário, diversos elementos armados por instrumentos agrícolas, fazendo guarda em sua residência [...]”. O depoimento de Pedro Angelo Mouro corrobora a informação, pois os teria visto no caminho para a cidade, “No dia primeiro de abril, quando regressava da cidade de São Paulo, alcançou na BR 87, próximo a cidade de CAMBARÁ, um grupo de agricultores, munidos de instrumentos agrícolas, tais como foices, enxadas, machadinhas e etc, que se deslocavam a pé na direção de CAMBARÁ”. Estranhando a movimentação, Pedro teria perguntado para aonde estavam indo e o documento registra que “se dirigiam para CAMBARÁ, afim de guardar a casa de DNA LORENA SANTOS SILVA, a séde do Sindicato de

³⁵⁶ Depoimento de Carlos Betini. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 67. Depoimento de Plínio Cachuba. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 81.

Trabalhadores na lavoura de Cambará”. Otávio Rodrigues Ferreira teria visto os lavradores quando já estavam no sindicato e informou que, “no dia que estourou a Revolução Democrática em frente ao Sindicato encontraram-se várias pessoas, todas armadas, que ali permaneceram até altas horas da noite”. O fazendeiro Tancredo Fortes Alcantara passou pelo endereço da organização por volta das 20h30 e conforme relatado, “viu cêrca de trinta pessoas mais ou menos no corredor do SINDICATO ao lado da casa de MARIA LORENA, e até no interior de sua casa”. Algumas horas mais tarde, Alberto Ribeiro, promotor público, passou pelo Sindicato e segundo o depoimento, “Também relata que no dia 01 de abril de 1964, por volta das 23h00 houve uma reunião com aproximadamente 100 trabalhadores armados de facas e fações na casa de Maria Lorena, causando medo na vizinhança”³⁵⁷. Naquele dia, conforme os depoimentos de João Bertagli de Lima, Ivo José Creddo, Otávio Rodrigues Ferreira, Emerson Ciribeli Espanhol e Albano Bergamaschi, ouviram na programação da emissora local a transmissão dos pronunciamentos de Brizola, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro³⁵⁸.

No fim do dia 31 de março possivelmente Maria Lorena e Edson já sabiam o que estava para acontecer, pois deixaram os lavradores a guardar o Sindicato e foram para Maringá avisar os sindicalistas. Na iminência de uma ruptura tão drástica com a democracia, os contatos de Edson no Rio de Janeiro e as informações passadas pelo deputado Miguel Dinizo deram uma vantagem sobre as movimentações que precisariam fazer. Antônio Mendonça Conde fugiu com sua família.

Maria e Edson voltaram de Maringá algumas horas após, e chegaram na madrugada do dia 01 de abril de 1964 em Bandeirantes. Avisaram o que havia acontecido e que precisavam desfazer os nós da rede que haviam ajudado a criar. Pelo que ouviu dos acontecimentos, o dentista Benedito Bernardes de Oliveira relatou à Delegacia de Polícia de Bandeirantes:

[...] que a Senhora MARIA LORENA e seu marido Senhor EDSON haviam na madrugada de trinta e um para primeiro de abril às três horas da manhã, estiveram nesta Cidade em casa do Presidente do Sindicato, que estava com pessoa da família adoentada, dirigiram-se até o Sindicato afim de apanhar MATERIAL SUBVERSIVO, o qual foi levado pela mesma para a cidade de Cambará, tendo a Senhora LORENA dito ao presidente do Sindicato em **tom assustado**, “pucha você não sabe o que está

³⁵⁷ Depoimento de Moacyr Trautwein. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 75. Depoimento de Pedro Angelo Moura. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 67. Depoimento de Otávio Rodrigues Ferreira. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 27-28.

³⁵⁸ Depoimento de João Bertagli de Lima. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 67-68. Depoimento de Ivo José Creddo. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 74. Depoimento de Otávio Rodrigues Ferreira. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 27-28. Depoimento de Emerson Ciribeli Espanhol. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 37. Depoimento de Albano Bergamaschi. In: AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 42.

acontecendo? É um perigo estar com esse MATERIAL aqui” dizendo que estava chegando de Maringá. [Grifo nosso]³⁵⁹.

Grifamos o tom pois ele é o indicativo do conhecimento sobre o cenário que se apresentava. No trecho também consta o propósito de se desfazer de publicações que poderiam ser consideradas subversivas pela repressão. Maria Lorena e Edson não voltaram para Cambará. Manoel Trindade, de Bandeirantes, fugiu com sua esposa. José Mania também não seria encontrado pelas autoridades. No início de abril de 1964, as delegacias de Andirá, Bandeirantes, Cambará, Itambaracá e Jacarezinho realizaram a operação limpeza na região e os sindicalistas que permaneceram foram presos. A fim de que se apurassem as supostas subversões na zona Norte do Estado do Paraná, foi formada uma comissão de investigação, cujos integrantes eram o capitão André Luiz dos Santos e o próprio Delegado da Delegacia de Ordem Política e Social, Jorge Cunha Gama Malcher, que foram até a região. Coordenaram diligências de busca e apreensão, realizaram prisões, interrogatórios e tomaram o depoimento de testemunhas em Cambará, Cornélio Procópio, Itambé, Jandaia do Sul, Londrina, Nova Esperança, Ourizona, Paissandú, Paranavaí, Santo Antônio da Platina, Andirá, Apucarana, Bandeirantes, Ivatuba, Mandaguari, Maringá, Munhoz de Melo, Porecatu e Ribeirão do Pinhal³⁶⁰.

Desses municípios para os quais as autoridades da DOPS/PR se dirigiram nos primeiros dias após o golpe de 1964, seis localizavam-se na região que estudamos nesta tese, sendo Cambará, Cornélio Procópio, Santo Antônio da Platina, Bandeirantes, Andirá e Ribeirão do Pinhal, enquanto e as outros seis eram do Norte Novo. Nesse sentido, é interessante percebermos que embora as cidades de maior população do Norte do Paraná fossem Maringá e Londrina, havia o florescimento de ações em outras localidades, que dialogavam e construía políticas e projetos e integravam todo o Norte do Paraná, independente das zonas de repovoamento. Saliento esse aspecto pois a historiografia sobre o Paraná tem focado a atenção no Norte Velho para estudar e enfatizar a trajetória conservadora, especialmente ligada à atuação da Diocese de Jacarezinho, liderada pelo Bispo Dom Geraldo de Proença Sigaud, Entretanto, entender a atuação de resistência apenas em Maringá, Londrina, Mandaguari, Apucarana, Jandaia do Sul e Porecatu, como se vê nos estudos de Angelo Priori, Luciana Regina

³⁵⁹ Depoimento de Benedito Bernardes de Oliveira. In: BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Têrmo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 310.

³⁶⁰ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Têrmo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 310.

Pomari, Silvia Maria Amâncio e Veronica Karina Ipólito (2012) e no relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná (2017), fragmenta a riqueza das ações interligadas que os militantes e sindicalistas construíram no Norte do Paraná. Então, embora ainda seja uma região pouco estudada nesse aspecto, a não observação do Norte Velho como local de importante trajetória política de esquerda no Estado, talvez seja mais um sinal da forte repressão sofrida nessa localidade, justamente, por ter sido importante. Além disso, as ações de ocultação do que poderia ser utilizado como provas e as estratégias de Maria Lorena, Edson e dos sindicalistas da região, foram também elementos que dificultaram o fácil encontro das fontes necessárias para a composição dessa história.

Inquérito Policial Militar 406

Quando o capitão André Luiz dos Santos esteve em Cambará, foram ouvidas 32 pessoas, além de 2 em Bandeirantes e 2 em Andirá, que mencionavam em seus depoimentos a atuação de Maria Lorena e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Lavoura de Cambará.

Tabela 11 – Testemunhas BNM 139 / IPM 406

Testemunha	Data	Local	Fonte
Silvio Tavares, 33 anos, natural de Guarapuava/PR, professor e diretor do Colégio Estadual de Cambará.	24/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 60.
Celso Pirollo, 30 anos, natural de Cambará/PR, casado e professor no Colégio Estadual de Cambará.	24/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 60-61.
Onofre Pavese, 41 anos de idade, natural de Cambará/PR, motorista e funcionário da M. Trautwein S.A.	24/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 61-62.
Alcides de Souza Cardoso, 45 anos de idade, natural de Jacarezinho/PR, casado e secretário da Prefeitura Municipal de Cambará	09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 65-66.
Lauro Ferreira Leite, 58 anos de idades, natural de Taquaritinga/SP, desquitado, serventuário de Justiça.	09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 66.
Pedro Angelo Mouro, 45 anos de idade, natural de Platânea de São Manoel/SP, corretor.	09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 67.

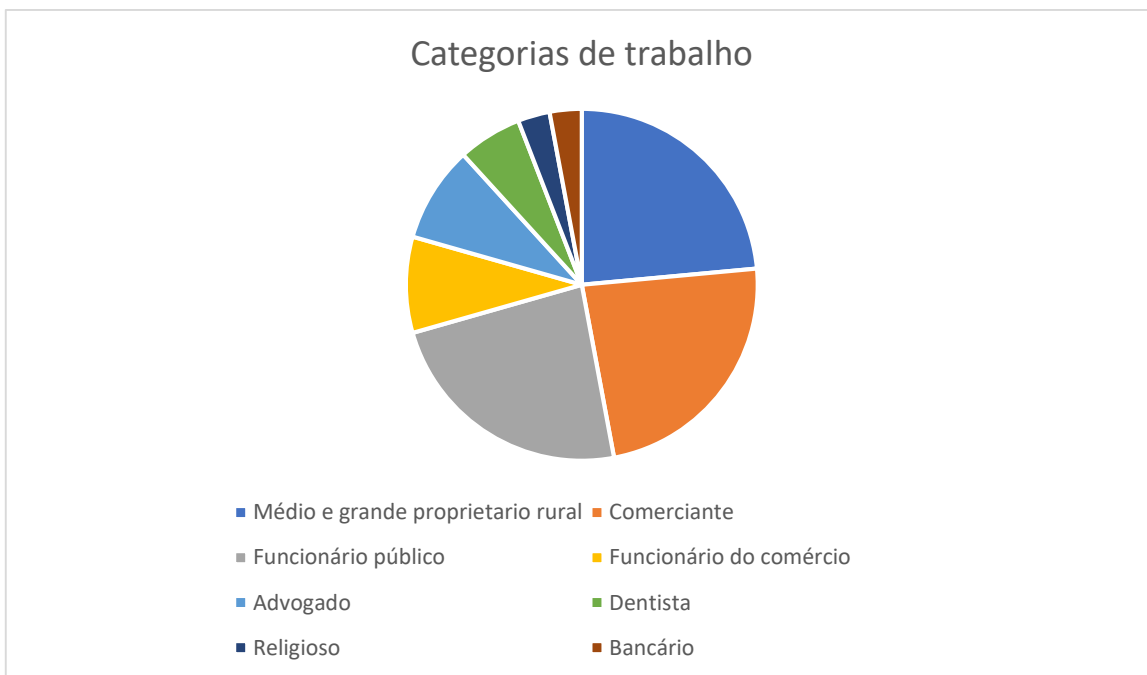
Carlos Betini, 29 anos de idade, natural de Cambará, solteiro, advogado.	09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 67.
João Bertagli de Lima, 27 anos de idade, natural de Cambará, solteiro, funcionário público do 7º Distrito Fiscal.	09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 67-68.
Alberto Ribeiro, 47 anos de idade, natural de Paranaguá/PR, casado, Promotor Público da Comarca de Cambará.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 71-72.
Ivo José Credde, 37 anos de idade, natural de Botucatu/SP, casado, contador na firma Rodrigues e Leal.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 74.
Moacyr Trautwein, 45 anos de idade, natural de Jardinópolis/SP, casado, comerciante e funcionário da Agência Willys.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 75.
Reinaldo Bernardelli, 36 anos de idade, natural de Ariranha/SP, casado e farmacêutico.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 75-76.
Orlando Stradiotto, 36 anos de idade, natural de São Manuel/SP, casado e fazendeiro.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 76.
Plínio Cachuba, 38 anos de idade, natural de Curitiba/PR, casado, magistrado do Fórum da Comarca de Cambará.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 78.
Francisco Balbino, 44 anos de idade, natural de Arceburgo/MG, casado, comerciante.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 79.
Osmar Godinho, 38 anos de idade, natural de Minas Gerais, casado e advogado.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 81.
Milton Paschoalino, 35 anos de idade, natural de Garça/SP, casado, médico e agricultor.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 27.
Otávio Rodrigues Ferreira, 64 anos de idade, natural do Estado de São Paulo, fazendeiro, residente na Fazenda Santana.	29/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 27-28.
Alcides de Souza Cardoso, 45 anos de idade, natural de Jacarezinho/PR, casado e secretário da Prefeitura Municipal de Cambará.	29/05/1964 O mesmo depoimento também consta com data de 09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 30.
Lauro Ferreira Leite, 58 anos de idades, natural de Taquaratinga/SP, desquitado, serventuário de Justiça.	29/05/1964 O mesmo depoimento também consta com data de 09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 30.

Pedro Angelo Mouro, 45 anos de idade, natural de Platânea de São Manoel/SP, corretor.	29/05/1964 O mesmo depoimento também consta com data de 09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 31.
Carlos Betini, 29 anos de idade, natural de Cambará, solteiro, advogado.	29/05/1964 O mesmo depoimento também consta com data de 09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 31-32.
João Bertagli de Lima, 27 anos de idade, natural de Cambará, solteiro, funcionário público do 7º Distrito Fiscal.	29/05/1964 O mesmo depoimento também consta com data de 09/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 31-32.
Arnaldo Coelho, 40 anos de idade, natural de Cambará/PR, casado e agricultor.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 34.
Ivo José Creddo, 37 anos de idade, natural de Botucatu/SP, casado, contador na firma Rodrigues & Leal.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 34-35.
Peres João Mattar, 32 anos de idade, natural de Macatuba/SP, casado e comerciante na BR 87, km 20.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 36.
José Benedito de Souza de Marco, 35 anos de idade, natural de Guanésia/MG, casado, contador e comerciante.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 36.
Emerson Ciribeli Espanhol, 31 anos de idade, natural de Cambará/PR, solteiro, dentista.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 37.
Oswaldo Leal, 38 anos de idade, natural de Itápolis/SP, casado, fazendeiro – Fazenda São João, em Cambará/PR.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 37.
Tancredo Fortes Alcantara, 55 anos de idade natural de Jacarezinho/PR, fazendeiro – Fazenda Santa Rita de Cássia, em Cambará/PR.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 38.
Sebastião Mendes, 46 anos de idade, natural de Curitiba/PR, casado, funcionário público da Recebedoria de Rendas Estaduais.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 38.
Albano Bergamaschi, 62 anos de idade, natural do Estado de São Paulo, casado, agricultor.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 42.
Taufik Mussalam, 31 anos de idade, natural do Estado de São Paulo, solteiro, comerciante.	30/05/1964	Tiro de Guerra de Cambará	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 43.

Armando Alves de Araujo, 62 anos de idade, natural de Santos/SP, filho de João Alves de Araujo e Aurora Alves de Araujo, casado lavrador e proprietário da Fazenda São Judas Tadeu	29/05/1964	Tiro de Guerra, 86	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 86.
Esteban Saborit, vigário da Igreja de Cambará	29/05/1964	Tiro de Guerra, 86	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 86.
Lazinho Maziebo, 24 anos de idade, natural de Cambará/PR, bancário, casado	29/05/1964	Tiro de Guerra, 86	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 94
Paulo Evangelista Barreiros, 37 anos de idade, natural de Serrano/SP, casado, advogado	30/05/1964	Tiro de Guerra, 86	AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 90
Benedito Bernardes de Oliveira, 45 anos de idade, natural de Cajuru/SP, casado, cirurgião dentista e agricultor	26/05/1964	Delegacia de Polícia de Bandeirantes	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 310.
Rososevelt de Oliveira Chueire, 42 anos de idade, natural de Jabetí, comarca de Tomazina/PR, casado, farmacêutico e comerciante.	26/05/1964	Delegacia de Polícia de Bandeirantes	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 310.

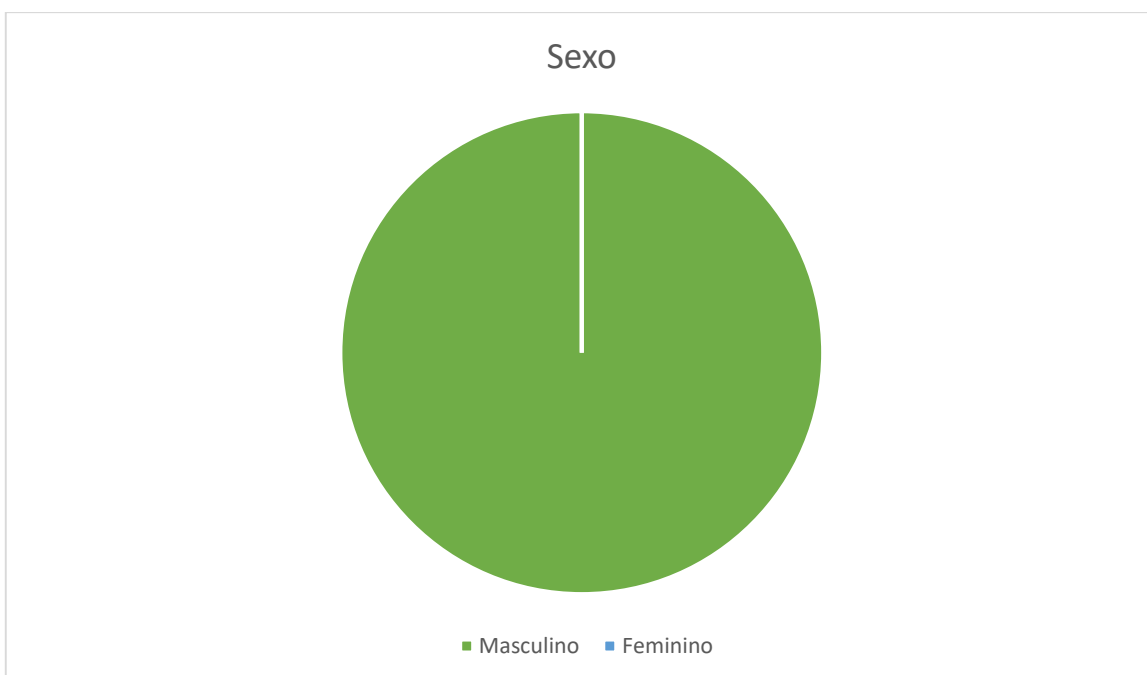
Na tabela acima podemos observar os nomes, idade, profissão, naturalidade e estado civil das pessoas que depuseram no BNM 139 / IPM 406. Com esses dados, podemos perceber os grupos que participaram do BNM e assim, quais categorias foram ouvidas e de onde partiram as queixas. Abaixo, reorganizamos os dados disponíveis, compilando em categoria de trabalho, sexo e idade.

Gráfico 1 – Dados dos depoentes do BNM 139 / IPM 406 - Categorias de Trabalho



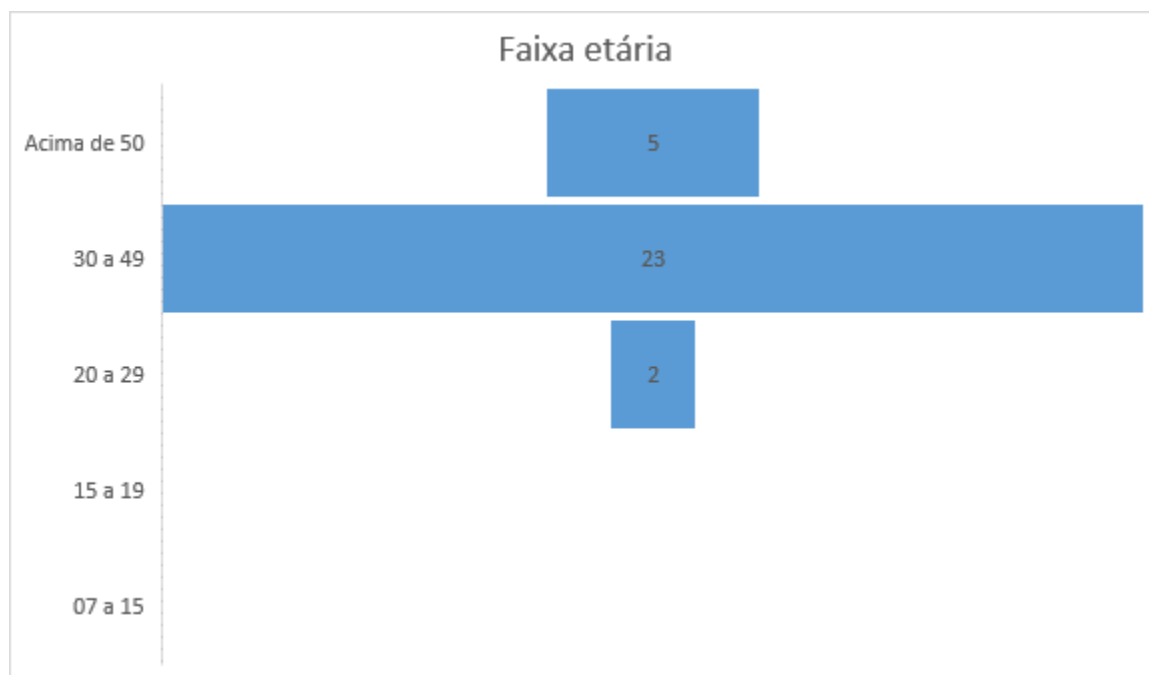
Fonte: Informações organizadas a partir dos dados do BNM 139 / IPM 406. Conf. AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406.

Gráfico 2 - Dados dos depoentes do BNM 139 / IPM 406 - Sexo



Fonte: Informações organizadas a partir dos dados do BNM 139 / IPM 406. Conf. AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406.

Gráfico 3 - Dados dos depoentes do BNM 139 / IPM 406 - Idade



Fonte: Informações organizadas a partir dos dados do BNM 139 / IPM 406. Conf. AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406.

Sobre as atividades laborais, percebemos que as categorias que foram ouvidas em maior número eram de comerciantes, funcionários públicos e proprietários rurais. No processo de sindicalização que lutava a favor de uma organização trabalhista que defendesse os interesses de classe, contra justamente as “indignas” condições de trabalho e vida, os principais opositores eram os proprietários rurais. Eram parte interessada dos processos trabalhistas que foram movidas pelos sindicatos, uma vez que eram representantes de uma organização de cunho patronal. Note-se que não foi escutado nenhum trabalhador rural sem-terra e nenhum pequeno produtor, como posseiros e sitiantes. Ademais, nenhum dos advogados ouvidos representavam os sindicatos, mas sim, eram defensores dos proprietários rurais. Sobre os funcionários públicos, metade dos ouvidos, quatro, eram do Fórum da Comarca da Cambará, que observando o conteúdo dos depoimentos, denota uma clara defesa da classe patronal por parte da Justiça local. Nesse sentido, os dados refletem que as testemunhas constituíam um grupo hegemônico de classes média e alta, de meia idade, que dialogavam com seus próprios interesses nas acusações que teceram. A criminalização dos sindicatos beneficiaria a maiorias dos depoentes e a não participação das mulheres na política, beneficiaria a todos, pois todos os ouvidos eram homens. Todos eram homens e destacavam uma mulher, Maria Lorena, como liderança sindical e a maioria a acusava de exercer liderança.

Conforme o relatório presente no BNM 139 / IPM 406, o capitão André Luiz dos Santos e o Delegado da Delegacia de Ordem Política e Social Jorge Cunha Gama Malcher, colheram as denúncias de que Maria Lorena, nas palavras destes, “tumultuou a população rural, coagindo as autoridades judiciais, sempre em favôr dos empregados, isto quando não ameaçava diretamente os patrões”. O texto deu ênfase à atuação supostamente subversiva da acusada, que seria “Cognominada “A Chefe””. Sobre os demais sindicalistas, o relatório informa que estes seriam “todos COMUNISTAS perigosos e entrosados perfeitamente quanto a DIRETRIZ seguida, qual seja a de COMUNISAR os SINDICATOS de Trabalhadores Rurais”³⁶¹. Segundo relatório, apuraram que “Na região de Cambará e Andirá se situa o QUARTEL GENERAL de todo o movimento SINDICAL RURALISTA” e que esse movimento teria um viés ideológico, “de fundo e cunho nitidamente SUBVERSIVO e COMUNISTA, chefiado por MARIA LORENA DOS SANTOS E SILVA, acompanhada de seu esposo EDSON CAMPOS SILVA, atuando diretamente em CAMBARÁ”. Os depoimentos colhidos em Bandeirantes e Andirá, denunciaram, conforme o texto, os “Irmãos BONESSO, ALCIDES e EDMUNDO, atuando diretamente em ANDIRÁ, [...] desde JACAREZINHO até MARINGÁ, incitando e fomentando a SUBVERSÃO da ordem e a AGITAÇÃO, para implantação do COMUNISMO no país”³⁶².

No Inquérito Policial Militar BNM 139, Maria Lorena dos Santos e Silva é descrita como “COMUNISTA incontestável personalidade forte, dominadora e inteligente manobrava e era a verdadeira dirigente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS de CAMBARÁ”. Para entendermos a leitura que as autoridades e as testemunhas fizeram da atuação de Maria Lorena, a categoria de gênero (SCOTT, 1990), como elemento estruturante das relações sociais e forma primeira de significar as relações de poder, da pesquisadora norte-americana Joan Scott (1990) é útil. -O gênero foi o filtro usado na leitura que as autoridades fizeram sobre Lorena e a sobre a atuação de seu esposo, Edson Campos Silva, que foi relegada a um segundo plano.

Segundo os documentos produzidos pelo inquérito, este era um “homem fraco, dominado inteiramente pela mulher, foi conivente e serviu como instrumento, de sua consciência e espontaneamente, para os fins de AGITAÇÃO e SUBVERSÃO da ordem destinados a facilitar a implantação do COMUNISMO NO PAÍS”. Edson assume um papel diametralmente oposto a Maria Lorena, como se vê em outro relatório, também no BNM 139 / IPM 406, segundo o qual “vale ressaltar-se a personalidade fraca de EDSON CAMPOS SILVA,

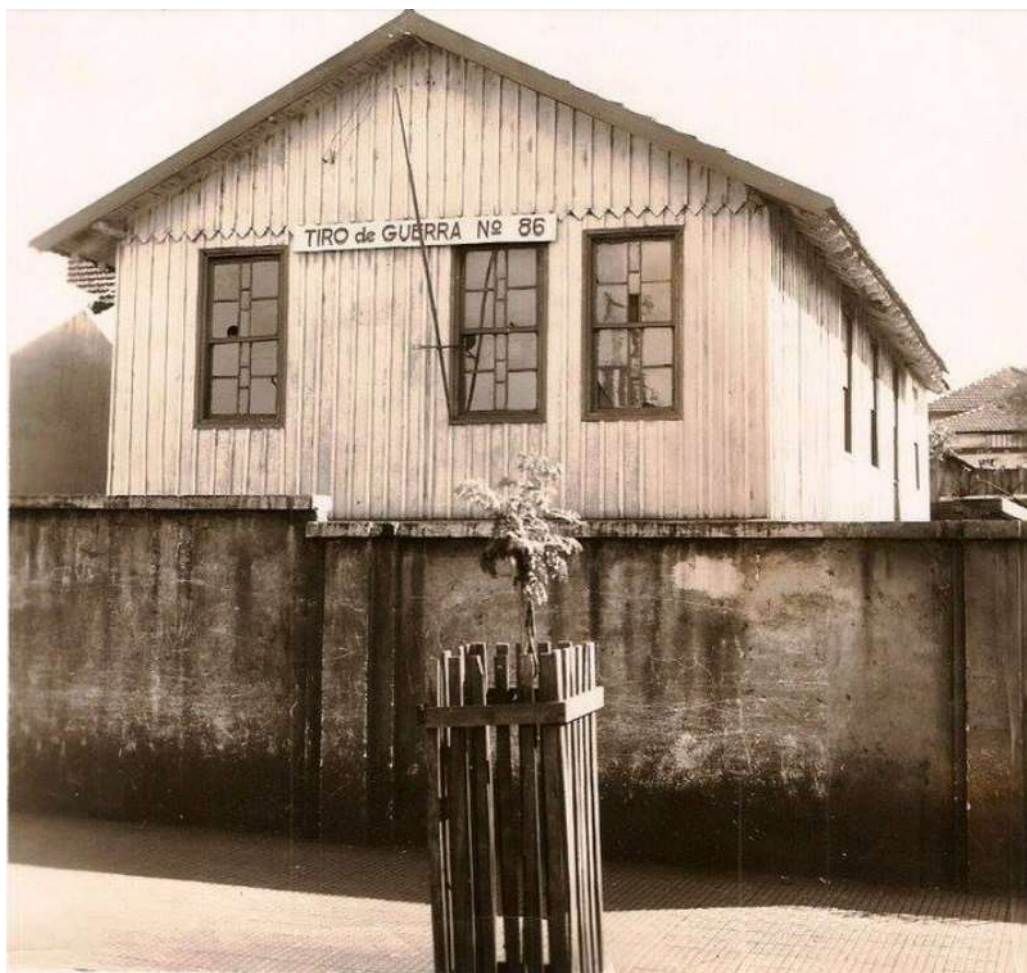
³⁶¹ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 605.

³⁶² AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 606.

marido da acusada – envolvido nos fatos aqui apontados, completamente dominado pela esposa. Sua participação, inda que por omissão – não o exculpa [...]”³⁶³. Em ambos os trechos, Edson é retratado como aquele que se omite, pois na lógica do discurso que utilizavam, apenas assim a figura de Maria Lorena poderia assumir a posição central e política que assumiu. Portanto, o crime de Edson estaria residindo numa suposta omissão em controlar a esposa, e esta, em liberdade de ação, foi dominadora e inteligente e liderou o Sindicato. Podemos entender que além do crime de “subversão”, Maria Lorena estava sendo acusada de transgredir seu papel de gênero.

Em Cambará, os depoimentos foram realizados no Tiro de Guerra 86, cuja sede é retratada a seguir.

Imagem 37 – Tiro de Guerra n.º 86 – Cambará/PR



Fonte: Postagem da página *Cambará-Paraná*, de 05 de julho de 2015. *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=678982845579612&set=d41d8cd9fazen>>. Acesso em 27 de nov. 2022.

³⁶³ AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo n.º 139 – IPM 406, p. 1140.

Na imagem acima vemos em primeiro plano uma simpática muda de árvore plantada na calçada e em segundo plano, ao fundo, o muro e uma construção de madeira. O local, com seis janelas de vidro retangulares, porta lateral à direita e numa elevação, era a sede do Tiro de Guerra n.º 86. Todos os depoimentos colhidos em Cambará foram ouvidos neste local. O capitão André Luiz dos Santos, o Delegado da Delegacia de Ordem Política e Social Jorge Cunha Gama Malcher e os soldados e oficiais do Tiro de Guerra 86 conduziram a repressão empregada contra o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará. Foram realizadas diligências, para busca e apreensão de materiais que fossem considerados subversivos. Dos materiais pegos, foram levados livros, jornais, caderneta de números de telefones, revistas e anotações, que constam como anexos no Brasil: Nunca Mais 139.

Em meados de abril de 1964, Maria Lorena e Edson se entregaram no Tiro de Guerra de Ourinhos/SP. Possivelmente no início de maio foram conduzidos à Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, em Curitiba/PR e presos no Presídio do Ahú, na mesma cidade. No dia 17 de junho de 1964, Maria Lorena Campos e Silva (sic) estava nas dependências da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná, para a realização do interrogatório que tinha por tema atividades subversivas na cidade de Andirá/PR. Os depoimentos e interrogatórios conduzidos após o golpe civil-militar de 1964, fundamentaram a incriminação conduzida contra Edson Campos Silva, Maria Lorena Santos e Silva e contra os políticos ligados ao PTB, Sebastião Machado Oliveira (vereador) e Miguel Dinizo (deputado). Todos foram investigados e exonerados de seus cargos em 1964.

As prisões e depoimentos seriam vestidos de legalidade com a instauração do Inquérito Policial Militar n.º 406, em 1966. Este teria sido aberto para apurar as denúncias colhidas em 1964, de propaganda subversiva, incitação a crime contra a segurança nacional e crime contra a administração militar, fundamentadas pela legislação de Segurança Nacional, a Lei n.º 1.802 de 1953, nos artigos 11 e 12. As acusações também se fundamentaram no artigo 248 do Código Penal Militar e foram julgados pela Justiça Militar, na Auditoria da 5ª Comissão de Justiça Militar, em Curitiba/PR. Após o término do IPM, a sentença foi expedida em 29 de julho de 1968, absolvendo os acusados, porém, o Ministério Público Militar apelou e houve um novo julgamento em 15 de agosto de 1969. Nesse dia, Miguel Dinizo foi absolvido, enquanto Edson Campos, Sebastião Machado e Maria Lorena foram condenados a seis meses de reclusão.

O que veio depois

Imagem 38 – Fotografia de Maria Lorena dos Santos Silva



Fonte: Acervo particular de Ibá Santos Silva.

A imagem acima é uma fotografia de Maria Lorena, tirada em 22 de julho de 1971. Maria Lorena tinha 49 anos na época. Na imagem, algumas linhas de expressões caem sobre seu rosto, que por trás dos óculos, olha firme para o observador. Seus cabelos, escuros, estão presos, sua roupa é estampada e de fundo preto ou azul escuro. A foto é em branco e preto, por isso, se faz difícil distinguir as cores. Porém, sua expressão é nítida, no lado esquerdo do rosto, seus lábios (direito de quem a olha) estão ligeiramente caídos e seus olhos profundos ilustram alguma tristeza. A foto foi enviada por seu filho, Ibá, que nos documentos, aparecia como jovem estudante que estava distante da família para cursar faculdade. Como vimos, sua carta possuía os sonhos de todos.

Contatei o senhor Ibá dos Santos Silva, em novembro de 2022. Ele agora é um senhor de 81 anos, que mora no Rio de Janeiro/RJ e trilhou uma importante carreira dentro de sua profissão. Solicitei que me concedesse uma entrevista, pedido que, com imensa gentileza, Ibá aceitou e compartilhou suas experiências. Respondeu por escrito minhas questões e conversou comigo virtualmente em alguns encontros. As informações que compartilhamos auxiliaram

numa melhor compreensão do que havia ocorrido. Até o momento de nossa conversa, Ibá não havia tido acesso ao processo da Justiça Militar sobre os seus pais e nem à resolução da Comissão da Anistia, julgada *post mortem*, sobre a solicitação de sua mãe. Enviei o *link* de acesso ao BNM 139 / IPM 406 e aos documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas, bem como, o contato do advogado Wilson Quinteiro, procurador de Maria Lorena no pedido da Comissão da Anistia.

Encerrarei o presente capítulo com um trecho das respostas que Ibá havia me enviado por escrito, após nosso primeiro contato por correio eletrônico. A escrita de Ibá nos mostra o que houve após os processos, as violências e alguns meandros das desumanidades e crimes dos agentes repressivos, além de que, a política na América Latina se emaranha nas recordações. Os ecos dos caminhos que foram impostos à família ressoam sobre suas memórias. Um contínuo de “e se tivesse sido diferente?” e “o que teria acontecido?” são questionamentos que perpassam as interrogações que Ibá fez a si mesmo durante as conversas. O golpe civil-militar de 1964 e a ditadura de segurança nacional, produziram torturas, mortes e desaparecimentos forçados. Nos que sobreviveram, as angústias são sinais das (des)rotas sofridas, que semearam adoecimentos e sofrimentos de uma doença nacional.

Nos trechos abaixo, mantenho o formato do texto enviado por Ibá.

Juliana Carolina da Silva: Existiram dificuldades que decorreram dos processos criminais contra Maria Lorena dos Santos e Silva?

Ibá Santos Silva:

Sim houve várias dificuldades.

Como disse, meu pai foi militar e serviu no 3º RI, em São Gonçalo, RJ.

Ali meu pai foi lotado no almoxarifado.

Ali no material que foi dado baixa foi incluído cobertores do exército da 2ª Guerra Mundial, facas de cozinha de campanha e binóculos.

Meu pai adquiriu por compra cobertores, duas facas e binóculos. Os binóculos serviam para que eu observasse as estrelas na minha idade infante-juvenil em São Gonçalo, RJ.

Quando houve o Golpe Militar a nossa casa foi invadida pelo Tiro de Guerra de Cambará e foram levados muitos pertences nossos, e como desculpa estavam os cobertores, as facas e os binóculos como provas de material subversivo.

Meu irmão havia se casado com a filha de um pequeno proprietário rural.

Meu pai tinha ensinado o meu irmão a fazer colchões de molas e tinha começado um próspero negócio e estava vendendo bem essa novidade. Meu irmão foi obrigado a parar de produzir colchões pois não havia clima para nós na cidade. Segundo me contaria mais tarde.

Minha irmã havia se casado com um sitiante e vivia em outra casa e não sofreu repressão. Era uma dona de casa.

O Consultório de meu pai foi fechado e desmantelado.

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro soube a notícia que chegou por um Professor de que meus pais tinham sido presos no Paraná e conduzidos para o Presídio de Ahú em Curitiba.

Disse que quando oportuno, meus pais entrariam em contato comigo.

Só isso.

Fiquei sem mais notícias.

Fiquei sem sustento na Universidade e para continuar espontaneamente comecei a tirar fotos das pessoas e pedi e me foi concedido para trabalhar no Laboratório de Fotografia do Pavilhão de Biologia.

Trabalhava até de noite e estudava.

Perdemos tudo.

Minha família teve que se mudar de Cambará.

Só tive notícia de meu pai e de minha mãe quando recebi um bilhete dizendo que se iriam para Jacupiranga, SP, perto “das terras” do meu pai.

Meu pai, quando estava em Cambará, havia comprado um sítio de 20 alqueires paulistas em Antonina, PR. Era e é um local de mata fechada.

Meu irmão montou uma casa de madeira no meio da mata e foi viver com sua esposa no “sítio” no meio da selva.

Meu pai e minha mãe foram morar em Jacupiranga, onde meu pai montou consultório ali. Mas, não ficamos muito tempo.

No local minha mãe foi lecionar na Escola local, mas não havia muitos clientes para meu pai. Ao contrário do Paraná, não havia pujança de progresso na região.

Recomeçamos do zero.

Reencontrei meu pai e minha mãe, em um abraço cheio de lágrimas, em Jacupiranga, SP.

Minha mãe me contou como foi a saída deles da Cambará quando souberam do golpe.

Disse que alguém, não me lembro quem, suponho que o dono da emissora de rádio local, sugeriu que eles saíssem de Cambará naquela noite, pois estavam correndo risco de morte, pois estava sendo preparado um grupo para invadir a nossa casa.

Minha mãe e meu pai saíram de jipe, deixaram meu irmão em Ourinhos, onde embarcou para São Paulo. De lá iria para “as terras” em Antonina, PR.

Não me lembro o périplo que fizeram durante quanto tempo. Creio que uma semana ou quinze dias, dormindo na beira da estrada, e tendo notícia pelos jornais.

Na noite anterior, já muito cansados e sem força para dirigir, resolveram se entregar em outra cidade.

Ambos choraram muito, segundo me contou a minha mãe.

Temiam pela suas mortes, é claro, mas pensavam na sorte dos filhos. Na minha irmã, Ení que havia ficado em Cambará, do meu irmão Hugo, e na minha sorte, pois havia ficado sem saber o que tinha acontecido.

Nas férias fui visitar meu irmão “nas terras”, junto com uns colegas estudantes de agronomia de minha turma.

Descemos no meio da estrada de São Paulo com o Paraná e entramos no mato. Amassamos barro o dia inteiro e chegamos na casa.

O banho era com água do rio fervido no fogão a lenha e no meio de uma bacia no pátio.

Sabonete tinha que ser poupado, pois não havia venda no local. Ficamos uma semana sem tomar banho.

Nós tínhamos levado utensílios, material de higiene e alimentos não perecíveis.

Era um local muito rústico.

Nos mudamos para Campo Limpo, São Paulo, SP.

Meu irmão vem para São Paulo e não me lembro onde foi morar às margens da Represa Billings.

Meu irmão sempre foi muito habilidoso e fabricava e vendia artesanatos, pintava quadros e pescava na represa.

Eu não pude ficar no Brasil depois de formado, senti que ia acabar sendo preso. Me formei e fui para o Peru, onde havia sido dado um golpe de Estado com perspectivas diferentes da do Brasil. Fiz curso de mestrado na Universidad de La Molina, Lima, PE, e trabalhei na Reforma Agrária para o Governo Peruano. Me casei no Peru.

Meus pais se mudaram para Santo Amaro, São Paulo, SP. Meu pai havia comprado um apartamento a prestação em um Consórcio de Sargentos do Exército e montou um consultório perto do Largo de Santo Amaro.

Minha mãe foi lecionar em Escola local e ajudava a pagar as prestações do apartamento.

As terras na divisa do Paraná com São Paulo tiveram como marca a passagem do Capitão Lamarca, que a minha família não conheceu.

Lamarca tentou formar um movimento de guerrilha nas matas nos arredores da propriedade de meu pai.

Meu irmão se inscreve e é escolhido para ser desenhista do SENAI. E compra um terreno em local perto da Represa Billings e se muda com sua esposa. Teve três filhos e uma filha.

Disse-me que estava cansado de patrão e, por mais que eu recomendasse, largou o emprego, mas um de seus filhos foi trabalhar no SENAI, onde está até hoje.

Meu pai não queria que se desmatasse a área em Antonina, PR, pois acreditava que a madeira tinha muito valor e poderia ser explorada de maneira razoável, preservando o local como mata. E frequentemente viajava de São Paulo até Jacupiranga, SP, para visitar as terras e tratar de papéis.

Eu me casei em 1973 no Peru e como Lua de Mel trouxe minha esposa para conhecer meus pais na Vila dos Sargentos em São Paulo. Voltamos para o Peru.

Eu não ganhava muito dinheiro, mas estava satisfeito com o trabalho com os povos milenares peruanos, em 1975 o Presidente General Juan Velasco ficou doente e foi substituído pelo General Morales Bermudez. As coisas não ficaram as mesmas.

Minha irmã com cinco filhos, três homens e duas mulheres, se separa de meu cunhado e vai morar muito mal em uma casa pequeníssima junto ao Centro de São Paulo.

Morre o Capitão Lamarca em confronto.

Pouco tempo depois meu pai morre em um acidente na Estrada Curitiba-São Paulo indo para visitar as terras.

O apartamento da Vila dos Sargentos já estava pago e minha mãe lecionando em Escolas em Santo Amaro, São Paulo, SP.

Pouco tempo depois, minha mãe faz a campanha para Franco Montoro e Mário Covas, minha mãe vende o apartamento da Vila dos Sargentos e compra outro financiado no bairro de Socorro, São Paulo SP.

Minha mãe entra para o Centro do Professorado Paulista e passa a lutar pelas reivindicações da classe dos professores de São Paulo.

Minha irmã se isola.

Em 1976 eu e minha esposa viemos morar no Brasil e eu fui trabalhar na Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro.

Fomos morar no Hotel da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, depois fomos morar no Centro do Rio de Janeiro.

Juliana Carolina da Silva: Como foi o fim da década de 1960, quando ela foi condenada pela Justiça Militar?

Ibá Santos Silva:

Em 1964 eu estava na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cursando Engenharia Agrônômica.

A Universidade foi invadida e muitos colegas foram presos e levados para interrogatório, outros fugiram do país para o Uruguay.

A Universidade Rural, como nós a conhecíamos, foi a única Universidade no Brasil onde os militares não só invadiram, mas também se alojaram e estabeleceram toque de recolher.

Após às dez horas da noite só se poderia andar pelo corredor entre os prédios dos alojamentos para atender os telefonemas familiares na cabine telefônica. Onde o telefonista ficava escutando o que falávamos.

Fui afetado emocionalmente e, como disse, sofri com a prisão e falta de notícias de minha família.

Tenho uma barreira psicológica até hoje que faz eu não ter certeza de que me pediram que eu não procurasse contato com o meus pais e parentes, mas que esperasse até ter notícias. Não me lembro até hoje quem foi essa pessoa que me trouxe um bilhete de minha mãe com as notícias.

Em 1968 fui contratado como Professor Auxiliar de Ensino da UFRRJ, mas as barreiras e a censura ao ensino eram grandes e eu não me adaptava.

Comecei um curso de inglês com um desertor do exército americano, que se tornou meu amigo.

Tinha havido a crise dos misseis e quase houve uma Guerra Nuclear.

Che Guevara ludibriou a ditadura, passou pelo Brasil e se internalizou na Bolívia.

A Guerra do Vietnam terminava com a vitória do Vietcong e o desastre da saída dos norte-americanos de Saigon.

Tive notícias de minha mãe e de meu pai que tinham saído do Presídio e me comunicaram tenham saído de Cambará, porque não dava mais para continuar. E me contariam o que houve.

Tinha havido no Rio de Janeiro a passeata dos cem mil pela morte do estudante Edson Luís e eu participei, assim como das outras passeatas.

Havia muita repressão e prisões no Rio de Janeiro.

Um professor me diz que seria melhor que eu fosse fazer um Mestrado no Estrangeiro e me mostrou que ia abrir um Curso de Comunicações da Universidade do Meio Oeste dos Estados Unidos na Universidad de La Molina, em Lima, no Peru.

Eu faço aniversário no dia 16 de dezembro, no dia 13 de dezembro de 1968, a Junta Militar baixa o Ato Institucional Nº 5 e eu resolvo sair do país.

Só retornei definitivamente casado em 1976.

Apesar de ter visitado meus pais por duas vezes, uma quando eu vim casado e voltei para o Peru.

Juliana Carolina da Silva: A sua percepção sobre a trajetória de vida de sua mãe e sobre os rumos que foram tomados em decorrência das dificuldades que ela sofreu na carreira devido a repressão e a perseguição política.

Ibá Santos Silva:

A minha percepção é de que a trajetória de minha mãe foi uma trajetória de luta em prol da soberania brasileira, do progresso das classes menos abastadas e da educação para todos.

Chegou a Cambará com o primário e chegou a líder do professorado da região.

Não conheceu Paulo Freire, mas quando foi lançada a Campanha Nacional de Alfabetização, no Governo de João Goulart, percebe que a pedagogia através daquele método de alfabetização era o mais importante para alfabetizar aqueles que mais necessitavam em prol de uma vida melhor e com aprendizagem por meio de sua própria realidade.

Viu o papel importante que tinha a professora para transformar a realidade.

Lutou pela classe e influenciou em municípios vizinhos a Cambará.

Sobre os rumos tomados em decorrência das dificuldades que sofreu na carreira, isso foi determinante para que nos mudássemos e influenciou a vida de toda a nossa família para todo o sempre.

Em São Paulo, SP, minha mãe não se dedicou somente a dar aulas, mas também lutou pelo professorado, mas o período da ditadura praticamente durou a maior parte do tempo de sua carreira como professora, de 1964 a 1985.

Houve um período de transição até que fosse promulgada a Nova Constituição, em 1988.

Surgiram novos líderes em São Paulo, como Mario Covas, Franco Montoro e Luís Inácio Lula da Silva que era oriundo da classe sindical e recém começava.

Minha mãe, já viúva, chegou a fazer campanha para Franco Montoro. Mas se dedicava principalmente pela luta do professorado.

Percebo também que com o fim da ditadura, e que mesmo com a Anistia, os militares continuaram atuando, usando como pretexto a segurança e eram uma força à parte.

Os repressores não foram punidos e continuavam sendo uma força. Tanto as Forças Auxiliares como as Forças Armadas.

E que a luta dos trabalhadores teria continuidade e daria frutos no futuro.

Juliana Carolina da Silva: O senhor sente-se afetado por esse período, da ditadura civil militar brasileira?

Ibá Santos Silva:

Não só eu fui afetado, mas a minha família até hoje foi afetada.

Ao perdermos tudo nos vimos diante de luta perante a impossibilidade.

Eu fui para o Peru estudar.

Estando lá cortaram a minha bolsa. Melhor dizendo nunca me mandaram nada.

Tive que ser ajudado pelo meu pai e minha mãe.

Durante três anos passei por muita dificuldade.

Mas trabalhei por lá e me casei.

Tenho duas filhas.

Ao começar a trabalhar com o meio-ambiente, pude sentir que as forças tanto da repressão como o seu antagônico, os fora-da-lei, me ameaçavam de morte por ter que defender o nosso patrimônio natural.

Juliana Carolina da Silva: Como é a sua percepção sobre a justiça em nosso país com relação aos perseguidos políticos e seus familiares?

Ibá Santos Silva:

Meu pai e minha mãe foram presos levados para um presídio sem saber quando sairiam, perderam tudo.

Minha mãe só conseguiu entrar na justiça para pedir uma indenização após a morte de meu pai.

Recebeu uma indenização de entorno de R\$ 15.000,00, na época, pela sua prisão.

Não recebeu nada pelo meu pai.

Meu irmão se sentia sem propósito no trabalho no SENAI, começou a beber. E isso unido ao tabagismo acabou com sua vida.

Minha irmã separada do marido, ficou sozinha na cidade de São Paulo, sentindo-se abandonada.

Minha mãe muito pouco podia fazer por ela. A minha irmã queria morar sozinha.

Assim, não posso sentir que houve justiça.

Até hoje sinto os reflexos daquela época.

Foi duro escrever sobre isso, é como se sentisse cortar na carne.

Considerações finais

A região do Norte Velho e Médio do Rio Paranapanema, na divisa dos estados do Paraná e São Paulo, é marcada pelos processos de reocupação desse território, das negociações e tensionamentos dos grupos sociais, bem como, pelas formas de resistências das comunidades e trabalhadores rurais. A desterritorialização e os assassinatos praticados contra os povos Otis, Kaingang, Xavantes e Guaranis, buscaram expulsá-los da maior parcela das áreas produtivas, em benefício do acúmulo de terras por parte de migrantes norte-paulistas e mineiros. Essas novas famílias que chegavam à região, em fins do século XIX e início do XX, amparavam-se no discurso de “ocupação do sertão”, “desbravamento da terra” e do “pioneirismo”. Em posse de escrituras da terra, seja comprada ou adquirida por grilagem, mudaram-se para a região com suas heranças senhoriais, patriarcais e coronelistas, recriando formas de exploração sobre outros grupos e comunidades.

O Estado incentivou esse processo através do registro, legitimando a ocupação de territórios que já eram habitados, da propagando pública da fertilidade das terras, financiamento a grandes empreendimentos, bem como, do incentivo à imigração. Muitos outros homens e mulheres, brasileiros/as e estrangeiros/as, vieram para a região, em busca de prosperidade e de melhores condições de vida. Porém, na estrutura propiciada pela Lei de Terras de 1850, pela conivência do Estado sob os monopólios rurais, além da própria estrutura social do coronelismo, muitas dessas pessoas não encontraram condições de comprar propriedades. A maioria tornou-se trabalhadora mensalista, meeira, parceira, colona, entre outras formas. No trabalho, as violências conjugavam-se em seus cotidianos devido às condições de labor, interseccionando as violências estruturais, sistêmicas e institucionais nas desigualdades.

Muitos homens e mulheres do campo engajaram-se em reivindicar melhores condições de vida e passaram a construir e lutar por projetos de futuro que fossem reais a eles. Trabalhar no campo, na maioria das vezes, implicava sobreviver as muitas violências que decorriam da vulnerabilidade e exigia a luta contra a pobreza, conflitos de terras e demais formas de violência. A luta dos trabalhadores rurais por melhores condições se processou em meio a negociações, resistências e acomodações, além de uma intensa comunicação entre diversos atores, sejam eles autoridades públicas, posseiros, fazendeiros, sitiantes ou agregados. Nesse sentido, a busca por existir e trabalhar em condições dignas se relacionava diretamente às lutas políticas, pois era no espaço coletivo que as mudanças poderiam ser duradouras e reais.

Muitos trabalhadores rurais viram no Partido Comunista Brasileiro um espaço de diálogo com as pautas e questões. Por sua vez, o PCB, mesmo que buscasse orientar pautas sob a ótica de suas lutas pela revolução ou pela reforma agrária, floresceu junto e partir dos anseios e lutas dos trabalhadores. Seus comitês e suas atuações seguiram o curso dos processos migratórios do interior de São Paulo e Paraná. Os pecebistas buscaram se organizar ao longo da divisa dos estados, entre as décadas de 1940 a 1960, com forte atuação na formação de associações, sindicatos e prestando auxílio aos levantes populares que ocorreram no período.

O Partido Comunista desenvolveu uma atuação duradoura na região, entre a década de 1940 e 1964 e a atuação do partido passou por revisões, debates e mudanças ao longo do tempo. Em fins da década de 1940 até o período de 1956, existiram discussões e iniciativas em prol da luta armada na região estudada, nas movimentações em Ibaiti e com a atuação de Gregório Bezerra. Já na década de 1950, acompanhando as reformulações nacionais da organização, os militantes da região fizeram campanhas, debateram o anti-imperialismo e lutaram pela Frente Democrática de Libertação Nacional, pelas campanhas pró candidaturas de Juscelino Kubitschek, Marechal Henrique Lott, João Goulart, campanhas do petróleo e das riquezas minerais, libertação dos presos políticos e pela própria democracia.

Caminhando com a população da região, as ideias e resistências seguiam o curso relações familiares, de trabalho e pessoais dos militantes. Os caminhos da política de resistência na região podem ser melhor percebidos na micro-história, nas trajetórias individuais dos militantes. Considerando que muitos trabalhadores transitavam entre os dois estados, negociando melhores preços e formas de trabalho para eles e suas famílias, as redes e ações políticas seguiram as lógicas de migrações e intensificavam-se com a linha férrea.

Abandonando a postura revolucionária assumida depois do fechamento do partido, os pecebistas reconheceram a importância das reformas de base e empreenderam ações focadas diretamente no cotidiano e trabalho dos lavradores, operários e ferroviários. Com as diretrizes implementadas pelo PCB a partir de 1958, os militantes na região do Norte Velho e Médio Parapanema fortaleceram a inserção das lutas na justiça e tornaram coletivos esforços que antes eram individuais. Buscaram auxiliar os camponeses em adentrar na Justiça do Trabalho em início dos anos de 1960. Observamos que no lado paulista da divisa, como ação individual, a disputa nos corredores dos fóruns começou por volta de 1940, através da atuação do advogado João Bento Vieira da Silva Neto, de Ourinhos/SP, mas não era realizada através de entidades sindicais.

Em 1940, as tentativas de organização em coletivos, como a Associação dos Camponeses Livres em Chavantes ou o Sindicato Rural de Assis, foram fortemente reprimidos pelas delegacias locais e pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. No Paraná, a intensificação dos processos trabalhistas dar-se-ia em meados dos anos 1950. Ao longo dessa década, a conjuntura nacional e regional favoreceria a luta organizada no campo, com novas entidades, regulamentações nesse âmbito, promovendo a intensificação da organização coletiva dos trabalhadores. As lideranças das organizações coletivas e os militantes privilegiaram as necessidades imediatas dos trabalhadores e usaram estas para atingir objetivos e pautas mais amplas. Dentro do espaço da coletividade, muitos pecebistas junto aos demais trabalhadores uniram-se, organizando e fundando os sindicatos e associações.

Formaram redes de atuação pelas quais transitavam informações dos grandes centros até os homens e mulheres do campo, na roça, nos canaviais e nos cafezais dos interiores dos municípios. A esperança destes em conseguirem melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida, movia essa ampla rede e promovia uma maior expansão das informações e do poder de mobilização. Nas conferências, congressos e reuniões, as novas diretrizes eram debatidas, criticadas e estudadas para aplicação, levantando ações que eram necessárias à realidade que os militantes viam e vivenciavam.

Muitas demandas e questões ligadas ao trabalho no campo e à vida do trabalhador passariam a serem organizadas nas queixas aos sindicatos e movidas as ações como causas coletivas na justiça no início dos de 1960. Os pecebistas estabeleceram alianças junto aos governos estadual e federal, além de terem traçado uma ação de conciliação com alguns políticos considerados progressistas e, assim, conseguiram criar instrumentos importantes, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a Superintendência da Reforma Agrária e o Estatuto do Trabalhador Rural. A organização de sindicatos e associações passou a ser usada como um caminho na tentativa de mudança da estrutura agrária.

As formas mais comuns de atividades das organizações sindicais rurais do Norte Velho do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo, foram:

1. Recebimento e venda de periódicos, como o Terra Livre, Novos Rumos, Voz do Povo, entre outros.
2. Organização das reclamações dos trabalhadores e convocação dos empregadores para reuniões de acordo, para a resolução dos conflitos.
3. Orientação dos trabalhadores rurais conforme as estratégias adotadas pelas entidades sindicais estaduais e nacionais.

4. Atividades de formação e debates, tecendo um diálogo do PCB com as possibilidades e demandas dos homens e mulheres do campo.

5. Campanhas de mobilização em pautas políticas, originadas nos posicionamentos do PCB.

6. Organização de comitês e subcomitês, para promover ações políticas e de conscientização social, como campanhas eleitorais, celebrações e conferências.

7. Promoção de ações através da mobilização de pessoas, estruturas físicas e financiamentos coletivos.

8. Encaminhamento as reclamações trabalhistas ao Fórum, quando não havia resolução no sindicato.

9. Incentivo para que trabalhadores/as comparecessem às audiências no fórum, realização de passeatas e protestos.

10. As organizações grevistas, que eram realizadas a partir de questões advindas de reivindicações dos trabalhadores/as e serviam como pressão para o diálogo e resolução favorável.

Em 1961, a estrutura do PCB passou por uma reorganização no Médio Paranapanema, primeiro com a saída de José Alves Portela, que foi atuar na Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de São Paulo. Após, com a criação do Comitê de Zona, que passaria a coordenar as ações dos comitês municipais, atuando com relativa autônoma, frente a uma descentralização do Comitê Estadual. Essa nova organização possivelmente buscava abarcar as especificidades de cada região do Estado de São Paulo e contribuir com a expansão das campanhas, número de militantes e quantidade de ações. Ademais, o aumento das publicações no jornal Terra Livre sobre os municípios de Ourinhos/SP, Palmital/SP, Assis/SP, Ipaussu/SP, Chavantes/SP e o distrito Canitar, nos anos de 1961 a 1964 reflete a intensificação das mobilizações e, também, que a rede de atuação dos militantes locais possuía voz com os instrumentos do partido. As conferências do Partido Comunista na região eram veículos da difusão das diretrizes e ações do Comitê Estadual do partido, mas também, da veiculação das demandas locais sobre órgãos estaduais da legenda. Os militantes não apenas recebiam e aplicavam as diretrizes, mas dialogam com elas e as (re)construíam em suas práticas.

No Norte Velho, Maria Lorena dos Santos e Silva junto com outros militantes e trabalhadores rurais, participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Cambará, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes e ambas as entidades desenvolveram ações em conjunto com a União dos Lavradores e Trabalhadores em Geral de

Andirá. Ainda, a rede sindical estabelecida no Norte Velho dialogou com a Federação dos Trabalhadores da Lavoura do Estado do Paraná, com os advogados José Wilson (em Maringá) e Flávio Ribeiro (em Londrina) e se fez representar no o I Encontro dos Sindicatos dos Trabalhadores da Lavoura do Paraná. Dialogando com outros militantes e com a sua própria atuação como professora, Maria Lorena passou a articular possibilidades para a alfabetização dos homens e mulheres do campo, além de cogitar a criação de uma cooperativa, crédito rural e de ter solicitado um hospital para a região. Essas ações demonstravam empenho de contribuir para a conquista de melhorias sociais e representavam uma esperança no contexto das reformas de base e dos nos novos espaços de diálogos que se abriam às minorias no período de 1950 e 1960.

Ademais, a visão de mundo dos caboclos e comunidades caipiras da região, marcada pelo catolicismo influenciou nas ações políticas. A exemplo, em março de 1964, Maurino Brandão e outros camponeses de Sertaneja/PR decidiram pedir a intercessão do presidente, como quem reza para um santo. Porém, na proximidade das vozes dos discursos emitidos pelo rádio, foram pessoalmente procurar falar com João Goulart, dessa vez, como quem encontra um companheiro.

Nas redes de relações e organizações da região transitavam informações dos grandes centros até os homens e mulheres do campo, na roça, nos canaviais e nos cafezais dos interiores dos municípios. A esperança destes em conseguirem melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida, moveu essa ampla rede e promoveu uma maior expansão das informações e do poder de mobilização. As vitórias demonstravam aos demais camponeses e aos outros trabalhadores pobres do campo os benefícios de unirem-se. Nessa visão, as leis validavam que eles tinham a “razão”, tinham direitos e poderiam exigí-los na justiça e o veículo para isso, eram os sindicatos e associações. Assim, a justiça, acessada por meio da rede sindical, era uma ferramenta que, naquele momento, trabalhadores e militantes da região utilizavam frente às injustiças e arbitrariedades cometidas pelos empregadores.

Esse êxito que os trabalhadores tiveram foi construído com muita perseverança e coragem, no enfrentamento das violências que lhes foram impostas ao longo do tempo, tanto por proprietários rurais, quanto por políticos, religiosos e autoridades de segurança pública. A permanência das desigualdades sociais e o esforço pela desmobilização dos trabalhadores eram recorrentes entre os setores conservadores. Observamos o peso dessas resistências no corpo dos militantes que resistiram durante décadas, na rebeldia do enfrentamento e na permanência de suas escolhas e ações.

*

O golpe civil-militar, na região estudada, teve por objetivo desmobilizar os trabalhadores, punir os sindicalistas e pessoas ligadas às organizações e reprimir todos os movimentos de resistência às violências e à ordem do capital. Conforme levantamento realizado nesta pesquisa (ver anexo), entre os anos de 1948 e 1971, por motivações políticas, foram presas, processadas e/ou torturadas aproximadamente 300 pessoas no Norte Velho e Médio do Paraná e no Médio do Rio Paranapanema em São Paulo. Os principais órgãos do Estado que atuaram nessas ações foram as Delegacias Regionais de Polícia, em Assis/SP, Ourinhos/SP, Jacarezinho/PR e Cornélio Procópio/PR e o 2º Batalhão da Polícia Militar em Jacarezinho/PR.

A ditadura tentou frear conquistas sociais que os homens e mulheres do campo conseguiram por meio da Justiça do Trabalho. Além disso, o governo privilegiou e incentivou com cargos públicos as ações de repressão e vigilância em prol da manutenção da ditadura. Um exemplo foi a carreira do Delegado de Polícia de Palmital Márcio Prudente Cruz, que após suas ações na defesa dos interesses de grandes proprietários rurais, foi alocado em Delegacias da capital paulista. Porém, as ideias de resistência continuaram a caminhar entre os homens e mulheres da região, pois o cotidiano exigia o encontro de novas maneiras de diminuir as situações de exploração.

Ao longo desta tese, vimos que as organizações camponesas no Médio Paranapanema no Sul de São Paulo e no Norte Velho do Paraná tinham suas ações delimitadas pelos estados. Mesmo que existissem vínculos, por amizades, ligações do partido ou parentesco, com militantes de outro estado, as ações eram realizadas sem ultrapassar ou conectar os dois lados da divisa. Os documentos que listamos nos anexos e que não foram objeto dessa tese, no entanto, mostram que tais articulações aconteceram ao longo do período ditatorial, como se pode ver, por exemplo na trajetória do professor e advogado Francisco de Assis Pereira.

Entre 1970 e 1988, ocorreram os processos da luta pela posse da terra, no Norte Velho e no Médio Paranapanema em São Paulo. Quatro trajetórias parecem ser relevantes nesse período: de João Flauzino Gonçalves, na militância empreendida em Ourinhos na década de 1970, a atuação do cacique Mário Jacinto, bem como, de Jonas Antônio dos Santos e João Gonçalves e do bispo Dom Pedro Filipak. Os fragmentos das ações, diálogos e negociações dessas pessoas, disponíveis no mesmo tipo de fontes que usamos na tese, podem auxiliar no entendimento da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais pela Reforma Agrária do Paraná, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte Pioneiro, do Partido

Comunista do Brasil (PCdoB), das lutas pelos direitos sociais indígenas na década de 1980 e na luta por moradia e habitação. Suas atuações envolveram trabalhadores rurais de Ribeirão do Pinhal/PR, Ibaiti/PR, Jacarezinho/PR, Cornélio Procópio/PR, Leopólis/PR, Santa Mariana/PR, Santa Amélia/PR, São Jerônimo da Serra/PR, Bauru/SP e Ourinhos/SP. Ou seja, nessas considerações finais, não podemos deixar de mencionar a existência de várias outras histórias e trajetórias de luta, na mesma região que foi objeto de estudo da tese, e que existe documentação para a sua análise. Nos anexos, apresentamos breves “trilhas” desses indivíduos.

*

Com a Constituição de 1988, e posteriores desdobramentos com a criação de comissões estaduais de indenização a perseguidos políticos, da Comissão da Anistia, da Comissão Nacional da Verdade (e de comissões estaduais, como as de São Paulo e do Paraná), houve a possibilidade de reparação aos que foram submetidos a tratamento desumano e/ou demais vítimas das ações repressivas do Estado. Porém, na região aqui estudada, essa expectativa não se realizou, pois nem todas as pessoas atingidas não foram reparadas, alguns dos desaparecidos sequer constam como tal nas listas resultantes das comissões mencionadas, como é o caso de Francisco Alves Cabral, Florismar Minocci e João Teodoro Rodrigues, e as famílias ainda se ressentem sobre o que aconteceu e o que poderia ter sido a sua vida se não fossem alvos da repressão. Por outro lado, as ações de setores conservadores, como as da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, da Frente Agrária Paranaense e dos depoentes (testemunhas de acusação) dos IPMs são celebradas nos logradouros públicos e bibliotecas universitárias. Além disso, com a passagem do tempo, a partir dos anos da ditadura, as desigualdades acentuaram-se pela malha do Norte Pioneiro do Paraná e os antigos colonos das fazendas que observamos passaram a habitar as periferias, produzindo áreas de favelização nas pequenas cidades. Ademais, perpetradores como o major Dinalberto Cardoso Moreira e o tenente José Marinho da Silva (ambos do 2º Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho), atuaram por décadas na região.

Em 2020 realizei uma entrevista com o senhor Waldemar Gomes, pequeno agricultor de São Pedro do Turvo/SP, na qual ele contou suas experiências enquanto colono, parceiro e após, como agricultor com terra. A rememoração do passado só pôde ser audível pois naquela conversa partilhamos da mesma humanidade e compartilhamos uma certa autoridade sobre as

narrativas do passado. Nesse espaço, Waldemar me narrou algumas permanências do tempo e sobre as memórias da ditadura.

Juliana Carolina da Silva - Mas por exemplo, a polícia. De 1985 em diante, já ouviu falar alguma vez que a polícia bateu em alguém ou alguma coisa assim?

Waldemar Gomes - Ah, falar para você, na nossa cidade acabou agora. Estou falando para você que não podia nem ver eles, polícia batia mesmo. Não tinha negócio igual hoje, essa lei aí que prende, essas coisas.

Juliana Carolina da Silva - Depois de 1985 também?

Waldemar Gomes - Tinha sim. Batiam sim. Batia mesmo. Oloco. Um colega meu falava... fala... está vivo ainda hoje. Foi preso a última vez e a família dele não quis nem saber de ir na cadeia. Não foi nem testemunha mais. Deus me livre. Aqui é assim. Em São Pedro vou falar pra você... já era ruim sem nada mesmo. O lugar mais ruim que teve foi aqui, na nossa cidade mesmo. Apanhava sim. Mas apanha alguns né. Outros não apanha. Falar pra você que toda vida tem essa cobertura aí. Para você ver que até hoje tem coisa errada em São Pedro, que você acha que não vai ter coisa, mas o cara não fica na cadeia toda a vida. Essa sujeira que você vê em Brasília tem nas nossas cidades pequenas até hoje. E se enfiam o meu filho na cadeia lá, é capaz dele não sair mais. Esses dias atrás foram alguns presos aí e falei "Graças a Deus os filhos meus não estavam na rua". Ladrão. Ladrão mesmo, que rouba para... mas por quê? O chefe dele é grande lá dentro né. Como que você vai fazer? Ninguém nem... tem que deixar quieto. Se vocês forem falar prejudica você. Isso aí acho que nunca vai acabar. O fraco não vai ter força em cima do grande nunca. Nunca. Se você quiser ter alguma coisa, tem que formar. Eu falo para eles "tem que formar um filho advogado", formar um filho alguma coisa. Pra você saber como funciona lá dentro. Senão você não sabe. Não fica sabendo como que funciona.³⁶⁴

Nesse cenário de medo e coerção, os resíduos de memórias sobre o período da ditadura e sobre as violências de Estado permaneceram guardados em círculos de parentesco ou amizades, buscando a proteção de quem conta e quem se lembra, reféns do autoritarismo que não passou. Para que exista a real possibilidade de reparar ou de perdoar e que essas políticas possam chegar a todos, deve existir a possibilidade de as pessoas atingidas contarem o que lhes aconteceu, sem que isso coloque em risco a sua segurança. Na temporalidade do entendimento de Justiça de Transição devem caber os dias atuais, pois o terrorismo de Estado e o estado de exceção são cotidianos nas comunidades periféricas do país.

³⁶⁴ OLIVEIRA, Waldemar Gomes. Entrevista concedida a Juliana Carolina da Silva, em São Pedro do Turvo/SP, no dia 16 de julho de 2020.

Fontes

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406.

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64.

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 495 – IPM 390.

AESP. Alerta Trabalhadores do Campo, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Marília chama a sua atenção para estes esclarecimentos a respeito do Estatuto do Trabalhador Rural. Produzido pelo presidente A. Moura em contribuição com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 119.

AESP. Assentada do depoimento de Dilmar Góis, de 18 de maio de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 96.

AESP. Assentada do depoimento de Demirval de Castro Dourado, de 18 de maio de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 98.

AESP. Ata de fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande, Estado de São Paulo, de 22 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 74.

AESP. Ata da Assembleia Inaugural da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes, realizada em 28 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 70-71.

AESP. Ata de Conferência de Zona, realizada em Ourinhos em 29 de abril de 1962. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 360-366.

AESP. Ata de Reunião DRT, 657 092/63, 04 de março de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 394.

AESP. Auto de exibição e apreensão. Delegacia de Polícia de Chavantes, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498, p. 75-76.

AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Altino Barreiros, em 29 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 85.

AESP. Auto de Qualificação e de Interrogatório, de Ana de Souza, em 22 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707.

AESP. Auto de Qualificação e de Interrogatório de Antônio Gusmão, em 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 151.

AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Benedito Musilli, em 27 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 79.

AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Daniel Ferraz da Cunha, em 16 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 42.

AESP. Relatório de indiciamento de João Bento Vieira da Silva Netto, Infração Penal Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953. Produzido em 19 de maio de 1964, pelo Delegado de Polícia Ewerton Fleury Curado. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 97.

AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Joaquim Marana, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 67.

AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de José Maria Peres, em 21 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 60.

AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Manoel Pinheiro, em 20 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 55.

AESP. Carta da Sub-Chefia de Investigações da Delegacia de Ordem Social ao Delegado Especial de Ordem Social A. P. Pinto Moreira, em 06 de junho de 1947. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 01 (doc. 01-157). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1902.

AESP. Carta de Roque Pedroso da Silva para Jeronimo, administrador da Fazenda Santo Antonio, de José Vergueiro. Canitar, 08 de março de 1964. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 140.

AESP. Carta de Marcos Batista Silva administrador desta propriedade. Chavantes, 30 de janeiro de 1964. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 141

AESP. Carta de Roque Pedroso da Silva para Jeronimo Firmino, administrador da Fazenda Santo Antonio, de José Vergueiro. Canitar, 20 de dezembro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 143-145.

AESP. Carta de Marcos Batista da Silva e Roque Pedroso da Silva para Amauri Silva, Ministro do Trabalho e Previdência Social. Ourinhos, 4 de novembro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 385-386.

AESP. Certidão escrita por José Lobo Moreira, escrivão de Polícia, Chefe do Cartório da Ordem Social, da Delegacia de Especializada de Ordem Social, do Departamento de Ordem Política e Social. A certidão atesta os documentos recebidos através do registrador, referente ao Inquérito Policial instaurado pela Delegacia de Polícia de Ourinhos, contra Joao Bento da Silva Neto e outros. [s/d]. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 278.

AESP. Certidão de antecedentes de Nestor Vera, 12 de abril de 1949. Prontuário 82.320. Fundo DEOPS.

AESP. Credencial do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, Belo Horizonte/MG, 15, 16 e 17/11/1961. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 152.

AESP. Comunicado da Chefia, 11 de mai. De 1949, n.º 372. Pasta Temática Camponeses/Agitação Rural. In: Fundo DEOPS.

AESP. Cópia Autenticada do Relatório Policial nos autos de Processo Crime que a Justiça Pública move contra o Dr. João Bento Vieira da Silva Neto e outros. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498.

AESP. Declaração de locação de imóvel de Benedito Bernardo Filho para Roque Pedroso da Silva, à rua Joaquim Bernardo de Mendonça, n.º 184, em Canitar distrito de Chavantes/SP. 01 de maio de 1960. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 117.

AESP. Declaração de Edgard Almeida ao DOPS, 1971. Prontuário Edgard Almeida Martins. Pasta Nominais. In: Fundo DEOPS.

AESP. Documentos pertencentes aos comunistas Marcos Batista da Silva e Roque Pedroso da Silva. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951.

AESP. Estatutos da Associação dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Chavantes – Estado de São Paulo, aprovados em Assembleia Geral de fundação, realizada em 28 de agosto de 1961. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 65.

AESP. Ficha Nominal de Alberto Gabeloni. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNG000006.

AESP. Ficha Nominal de Antonio Peleja. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNP001080.

AESP. Ficha Nominal de Aparecido de Souza. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS007555.

AESP. Ficha Nominal de Benedito Lucas Salles. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS000230.
AESP. Ficha Nominal de Dário de Paula. In: In: Fundo DEOPS. Nomenclatura SNP000701.

AESP. Ficha Nominal de Elizeu Ferraz Cunha. Pastas Nominais. Ficha DOPS Santos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DOPSSANTOSC04424.

AESP. Ficha Nominal de Eros Trench. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNT001168.

AESP. Ficha Nominal de Francisco Vara. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNV000210.

AESP. Ficha Nominal de Manoel Pinheiro, vulgo Manoel Lopes Pinheiro. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNP002278.

AESP. Ficha Nominal de Nestor Vera. In: Fundo DEOPS. Nomenclatura BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNV000546.

AESP. Ficha Nominal de Orlando de Melo e Silva. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS005809.

AESP. Ficha Nominal de Paulo Jacina. Pastas Nominais. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNJ000010.

AESP. Investigação n.º 203, de 18/05/1951. Relatório feito por Balthazar Lopes de Lima e José Antônio Leitão. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0498.

AESP. Processo 655.521/63. Ata de Reunião. 12 de fevereiro de 1963, Delegacia Regional do Trabalho, em Assis. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 395.

AESP. Prontuário de Leone Vicente. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DEOPSSPL001909.

AESP. Prontuário de Abílio F. Tarcha. Prontuário n.º 73784. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, Nomenclatura: DEOPSSPA000496.

AESP. Recibo de pagamento a Roque Pedroso, assinado por Hermano Sosthenes Jambo, diretor do jornal Terra Livre, 6 de maio de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 151.

AESP. Recibo de pagamento a Portela, de Roque Pedroso em pagamento de sua dívida ao Terra Livre, em 26 de janeiro de 1964. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 152.

AESP. Reclamação, enviada por Marcos Batista da Silva à Benedito Nogueira. Canitar, 02 de novembro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1959, p. 581-583.

AESP. Recorte do Jornal Estado, com a matéria “Cessou a greve na Fazenda Lageadinho”, de 13 de fevereiro de 1963. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 46 (doc. 6139-6210). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1951, p. 150.

AESP. Relação de elementos comunistas que se candidataram às eleições de 19 de janeiro de 1947. Pasta Temática Dossiês Comunismo – Vol. 2 (doc. 158-221). In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1903.

AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21.

AESP. Relatório da Delegacia de Polícia de Junqueirópolis. 19 de maio de 1964. Dossiês Delegacias do Interior. Fundo DEOPS.

AESP. Relatório de Investigação [s/n], assunto Greve na Fazenda Lageadinho, de 16 de fevereiro de 1963. Relatório feito por investigadores 1858 e 1349. Delegacia de Polícia de Ourinhos, Secretaria da Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0707, p. 59-63.

AESP. Relatório de investigação. Indiciado: Dário Neli. Produzido pelo Delegado de Polícia José Octavio Carneiro da Silva, em 22 de maio de 1964. Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Rio Pardo, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Santa Cruz do Rio Pardo. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 1948, p. 225-227.

AESP. Relatório, Documento n.º 10 de 05/03/1965. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Relatório feito pelo Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712.

AESP. Telegrama de Manoel Pinheiro para João Goulart. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 27.

Boletim Eleitoral, Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1934. Sobre a chapa estudantil de odontologia: Diário de Notícias, 14 de outubro de 1951, Segunda Seção, p. 08.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Sindicato dos Professores de Ensino secundário e Primário de Curitiba. Ofício n.º. 004033. Secretaria de Estado de Segurança

Pública do Paraná, Departamento da Polícia Civil, Divisão de Segurança e Informações. Nomenclatura: BR_PRAPPR_PB4_0_PT_1899_d00001de00001.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Mário Stasiak. In: Informe 02/90 / ARQ / ACT / 75. Difusão AMA/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1975. p.01-26.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Atividades Subversivas. In: Informe n. 25/CO/69 . Difusão E2/5ª RM/ A2 EOEG /SNI/ACT /DOPS/PR /RVPSC. Serviço Nacional de Informações, 1969.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: ACE 005896 de 1985 / Z7: Ofício n.º 225-CE da 5º RM/DI, de 02 de setembro de 1964. Serviço Nacional de Informações, 1985. Nomenclatura: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_85005896_d0001de0001, p.10.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Auto de exame. Instituto de Nacional de Criminalística, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Justiça. 1969. Nomenclatura ZD.31A.12.D0014.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Carta de Dário Alves Cabral, do dia 22 de maio de 1996, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Ministério da Justiça. In: Processo 162/04: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2004.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Certidão de Casamento. In: Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega. In: Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997. p. 26.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Mário Urias de Mello. In: Ofício n. 1810/76. Difusão ACT/SNI. Serviço Nacional de Informações, 1977.

BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997. Certidão de antecedentes de Nestor Vera, 12 de abril de 1949. In: Fundo DEOPS, AESP. Prontuário 82.320 – Nestor Vera.

CORREIO DA MANHÃ, 15 de dezembro de 1953, n. 18.628, ano LIII.

DEAP/PR. Prontuário individual PI 1226.342. Francisco Alves Cabral. Fundo DOPS/PR, 1967.

DEAP/PR. Prontuário individual PI 2367.412. Leonor Urias de Mello. DOPS/PR. 1975.

DEAP/PR. Prontuário individual FI 25.124. Leonor Urias de Mello. DOPS/PR. 1950.

DEAP/PR. Prontuário individual FI 25139. Mario Urias de Mello. 1969. p. 6.

DEAP/PR Pasta temática. DP Sertaneja. DOPS/PR.

DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Delegacia de Andirá. Fundo DOPS/PR.

DEAP/PR. Pasta Temática 521.58. Delegacia de Itambaracá. Fundo DOPS/PR.

DEAP/PR. Pasta Temática 421.47. Termo de Declarações prestadas por Albino Pontara em 1969 ao Departamento de Polícia Federal. Fundo DOPS/PR, 1969.

DIÁRIO DA SOROCABANA, 7 de fevereiro de 1963.

JORNAL 30 DE AGOSTO. Especial 50 anos. APP-Sindicato 50 anos de História. 1947- 1997, edição especial, abr. 1997.

JORNAL DO BRASIL. Brasil já começou o ensaio da guerra revolucionária. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1960, p. 10.

JORNAL POEIRA. Londrina, março de 1978, ano IV, n. 23, p. 02. Acervo CDPH/UEL.

NOVOS RUMOS, 07 a 13 de agosto de 1959. In: CARONE, Edgar. O PCB (1943 a 1964). São Paulo: Difel, 1982, v.2, p. 301 LIGA, 21 de setembro de 1963, n. 4[?], ano I, p. 01.

OURINHOS. Legislaturas 1948 a 1951 (1ª Legislatura). Câmara Municipal de Ourinhos, Poder Legislativo.

PCB. V Congresso do PCB, 1960. Postagem da página Cambará-Paraná, de 05 de julho de 2015. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=678982845579612&set=d41d8cd9fazen>>. Acesso em 27 de nov. 2022.

Resultados eleitorais. Município Cambará/PR, ano de 1963. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Disponível em: < <https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19631006A74691.pdf>>. Acesso em 27 de nov. de 2022.

TERRA LIVRE, São Paulo, 2ª quinzena de 1955. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, março, 1960. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, junho, 1960. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, setembro, 1961. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, junho de 1962. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, setembro de 1962. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, dezembro de 1962. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, fevereiro de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, março de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, maio de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, março de 1964, p. 01. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, ano I, n. 17, 17 set. 1949.

VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1949, n. 22, ano I.

VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1949, n. 27, ano I.

VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 11 de março de 1950, n. 42, ano I.

Referências

- ABREU, José dos Santos de. **Operação pequeno príncipe** – A ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas oficina e oca (Curitiba, 1978). 2015, 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2015. Acesso em 18 jun. 2019. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40919/R%20-%20D%20-%20JOSE%20DOS%20SANTOS%20DE%20ABREU.pdf?sequence=1>>
- ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. **El Viejo Topo**, Barcelona, n. 39, dic. 1979.
- ADUM, Sônia Maria S. Lopes. **Subversão no Paraíso**. O comunismo em Londrina. 1945/1951. 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH. Universidade de São Paulo, 2002.
- ALVARES, Angélica Ramos. **Luta por direitos, memória e repressão no alvorecer da ditadura civil-militar**: o caso do sindicalismo rural na cidade de Andará/PR. Dissertação (Mestrado em História). 190f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá. Maringá (PR), 2017.
- ALVES, Célia Alves; CORTÊS, Vera. **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO / NDH-UFG / FUNAPE, 2013. Acesso em 03 fev. 2020. Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/02/CA.-Mem%C3%B3rias-Transcritas-Depoimentos_compressed.pdf>.
- AMADO, Jorge. **Vida de Luiz Carlos Prestes**. São Paulo: Martins, 1945.
- ARAÚJO, Débora Fernandes de; CUNHA, Fabiana Lopes da. A ocupação da terra na formação do município de Ourinhos-SP. **Revista Geografia e Pesquisa**, Universidade Estadual Paulista, vol. 5, n. 1. p. 39-58, 2011.
- BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos dos onze?** Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai-RS. 2003. f. 167. Dissertação (Mestrado). Passo Fundo, UPF, 2003.
- BARRAZA, Ximena. **Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária**. In: MAIRA, Luís et al. América Latina: novas estratégias de dominação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil**: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas. 2013.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**. 2ª. Edição. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo, 2017. In: A partilha da vida: livros e outros escritos de Carlos Rodrigues Brandão. Acesso em 03 de fev. 2020. Disponível em: <http://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2017/03/capiras_sao_paulo.pdf>.
- BRUSATIN, Beatriz de Miranda. **Na Boca do Sertão**: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório final. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Direito à Verdade e à Memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 2007.

BRASIL. **Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)**. Lei Nº 4.214. 02 de março de 1963.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

BREPOHL, Marion. Censura e repressão (1964-1982); lembrar, mas do que?. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. v. 5, p. 138-149, 2012.

BRIZOLA, Leonel. **“O Brasil, a América Latina, os Estados e o Caso Cubano”**. Conferência Nacional dos Estudantes, Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1961.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. **O colonato na Usina Tamoio**. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Ap. de Moraes. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, formas tuteladas de condição camponesa. Vol. 1, ed. UNESP, NEAD, MDA, p. 163-183, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDIA, Nancy, SALLA, Fernando. **Um Panorama da Tortura no Brasil**. In: CARDIA, Nancy; ASTOLFI, Roberta. (Org). Tortura na Era dos Direitos Humanos. São Paulo: Edusp, p. 315-358, 2014.

CARLONI, Karla G. **Forças Armadas e Democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2012.

_____. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas. Uma biografia política**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond, 2014.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011.

CARONE, Edgar. **O PCB (1943 a 1964)**. São Paulo: Difel, 1982, v.2.

CARVALHO, Rafael de. **Carta de Alforria do Camponês**. São Paulo: Editora Jotape, 1962.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia** : agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2003.

CODATO, Adriano Nervo. OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.º 47, p. 271-302, 2004. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/SXsL7dJ66LNpS5r3GCd638p/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio. **Velhos vermelhos**: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ “TERESA URBAN”. **Relatório final**. Curitiba, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. **Relatório final**. São Paulo, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. **Aconteceu longe demais**: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CZAJKA, Rodrigo. “Esses chamados intelectuais de esquerda”: o IPM do PCB e o fenômeno do comunismo na produção cultural do pós-golpe. **Antíteses**, Londrina, n. 15, v. 8, jan./jun. 2015, p. 221–242.

DEL RIOS, Jefferson. **Ourinhos**: Memórias de uma cidade paulista. Cornélio Procópio: UENP, 2015.

DEZEMONE, Marcus. Legislação social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.21, n.42, p.220-240, jul.-dez. 2008.

DINIZ, Pompílio. **Canto da liberdade**. São Paulo: Fulgor, 1963.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973**. Campinas, Unicamp, tese de doutorado. 2002.

FALCÃO, Frederico José. **O “relatório secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB)**: desestalinização e crise. Anais XII Encontro Regional de História – ANPUH/RJ, 2006.

FERNANDES, Reginaldo Junior. 1964 – Práticas jurídicas contra o crime político em Londrina. **Patrimônio e Memória**, UNESP – FCLAs – CEDAP, p. 86-108, v. 1, n. 2, 2005.

FERNANDES, Reginaldo Junior. **Revolução e Democracia**: vivências e representações (1960-1980). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Curitiba: UFPR, 2012.

FERNANDES, Reginaldo Junior. **O delito dos proscritos**: a marginalidade política em Londrina (1956-1967) Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

FERRAZ, Socorro. Às vésperas do Golpe Militar de 1964... **Clio Série História do Nordeste**, v 22, n. 01, p. 127-148, 2004.

ESTADO DA PARAÍBA, Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória. **Relatório Final**. João Pessoa: A União Editora, 2017.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda**: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (org). O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado**. A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GARRETON, Manuel A. El miedo y las dictaduras militares. **Mensaje**, n. 37, agosto 1988.

Genealogia de Rita Maciel de Góes. **Family Search**. Disponível em: <<https://ancestors.familysearch.org/en/KHML-99P/rita-maciel-de-goes-1922-1980>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador**: consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. **Elite vermelha**: um perfil sócioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná – 1945-1964. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004.

GRANDI, Guilherme; NUNES, Ivanil. Sindicalismo e trabalho ferroviário em São Paulo : a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre o início do século XX e sua estatização . **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 28, n. 3, p. 937–961, 2019.

GUIA DOS DIRIGENTES SINDICAIS. **Caderno de Orientação Social nº 03**. Série Sindical nº 02. Serviço Social do Comércio/Divisão de Orientação Social. São Paulo, agosto de 1953.

GUIA DOS DIRIGENTES SINDICAIS. São Paulo, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio/Comissão Técnica de Orientação Sindical, 1955.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática**: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUGGINS, Marta. **Tortura em Dez Lições**. In: CARDIA, Nancy; ASTOLFI, Roberta. (Org). Tortura na Era dos Direitos Humanos. São Paulo: Edusp, p. 41-67, 2014.

IPÓLITO, Verônica Karina. **O vermelho que violenta a ordem**: os comunistas sob o olhar do DOPS no Paraná. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras / Universidade Estadual Paulista - Unesp, Assis, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Palmital**. Fundação IBGE: São Paulo, 1967. Coleção Monografias, n.º 465. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n465_palmital.pdf>. Acesso em: 19 de jul. 2022.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). (Dissertação de doutorado). Universidade de São Paulo (USP). 2008.

JOFFILY, Mariana. Mecânica do Interrogatório Político. In: Nancy Cardia; Roberta Astolfi (Org.). **Tortura na Era dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In HIRATA, Helena et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

LAJOLO, Tereza (coord.). **Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo**: relatório. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016.

LE MOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEVI, Giovanni; RAMELLA, Franco. Immigrazione e doppio lavoro lungo il corso della vita: alcune osservazioni sul Piemonte dell'ottocento. **Annali Alcide Cervi**, 11, 1989, p. 88-101.

LINS, M.S. Notas sobre as primeiras movimentações comunistas na Bahia e na Região Cacaueira. In: SENA JÚNIOR, C.Z., ed. **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2016.

MAGACHO, Leandro Nobre. SALVIO, Thiago de Souza. **A questão nacional de Stalin**. Anais VII Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo - Revolução Russa: 100 anos que abalaram o mundo “A Transição como Atualidade Histórica”. Marília: UNESP, 2017.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os pares repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist. São Paulo**, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MARAM, Sheldon. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MARTINS, Marisângela. **De volta para o presente**: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947). Dissertação.

(Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MARQUES, Paulo Passini. **Técnica, modernização e produção do espaço**: um estudo sobre o papel da estrada de ferro nas transformações sócio-espaciais da Zona Alta Sorocabana. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais do campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Simone. **Resistência e Rebelião nas Fazendas de Café de São Carlos – 1988 a 1914**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1505/DissSM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 03 de fev. 2020.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v 2, n 3, ago/nov, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 30, n. 88, jun. 2015. Acesso em: 15 dez. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0029.pdf>>.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Interrogatório**. Brasília: Ministério do Exército, 1971.

MONTEIRO, Claudia. **A luta por um partido de massas**: o PCB e os Comitês Democráticos Populares no Paraná (1945-1947). In: Anais do VII Congresso Internacional de História e XXXV Encuentro de Geohistória regional e XX Semana de História, 2015.

MONSMA Karl. **A reprodução do racismo**: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. São Carlos. EdUFSCar. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de direito do trabalho**: história e teoria geral do direito do trabalho – relações individuais e coletivas do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014.

NEVES, Juliana. Mello Peixoto: quem é o homem que dá nome para a principal praça de Ourinhos? **Solutudo**, 01 de dez. 2021. Disponível em: <<https://conteudo.solutudo.com.br/ourinhos/mello-peixoto-quem-e-o-homem-que-da-nome-para-a-principal-praca-de-ourinhos/>>. Acesso em 19 jul. 2022.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: o problema dos lugares. Revista do programa de Pós-graduados e do departamento de história da PUC-USP. São Paulo: [S.I.], 1981

Operário Futebol Clube, que deu origem ao PAC, completa 90 anos de fundação. **Jornal da Comarca**, 18 de dez. 2019. Disponível em: <<https://jornaldacomarca.com.br/operario-futebol-clube-que-deu-origem-ao-pac-completa-90-anos-de-fundacao/>>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

PALMITAL – Memórias de Uma Cidade do Interior. In: PALMITAL, Prefeitura Municipal. História. **Prefeitura de Palmital cidade feliz**. Disponível em: <<https://www.palmital.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>>. Acesso em 07 de ago. 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos *et al.* (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PRADO, Celso; SATO, Junko. **Santa Cruz do Rio Pardo: Memórias, documentos e referências**. 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=MqftDwAAQBAJ&pg=PA511&lpg=PA511&dq=Santa+Cruz+do+Rio+Pardo+%E2%80%93+Mem%C3%B3rias,+documentos+e+refer%C3%A2ncias+prado+junko+pdf&source=bl&ots=kPRsb4CAJK&sig=ACfU3U227HDECMIqkJSqI8d0nMKzLNNwug&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKewj7_LW4z7X5AhWUr5UCHdSOAgQ6AF6BAgCEAM#v=onepage&q=Santa%20Cruz%20do%20Rio%20Pardo%20%E2%80%93%20Mem%C3%B3rias%20e%20documentos%20e%20refer%C3%A2ncias%20prado%20junko%20pdf&f=false>. Acesso em: 07 de ago. 2022.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963)**. Assis: Pós-História, v.3, 1995.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **O Protesto do Trabalho - História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais do Paraná: 1954-1964**. Maringá: Eduem, 1996.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do PCB no campo**. Maringá: Eduem, 2012.

PRIORI, Ângelo Aparecido. POMARI, Luciana Regina. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. **Revista Espaço Acadêmico**, nº128. Janeiro p.102-109, 2012.

PRIORI, Ângelo Aparecido (Org.). **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

PRIORI, Ângelo Aparecido; POMARI, Luciana Regina. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950). **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 783-805, jul./dez. 2012.

PRIORI, Ângelo Aparecido; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. **A revolta camponesa de Porecatu**. In: História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. Acesso em 03 de fev. 2020. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-11.pdf>>.

PORTAL MAPAS. **105237 MME – Palmital (SP)**. IBGE, 2011. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa105237>>. Acesso em 19 jul. 2022.

REGGIANI, João Paulo de Medeiros. **Repressão aos “Grupo dos Onze” na região Norte do Estado do Paraná (1963-1964)**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória**. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004). São Paulo: EDUSC, 2004.

RESENDE, Pâmela de Almeida. “Visita ao centro da mentalidade autoritária”: os registros do DEOPS/SP e a luta dos movimentos pela anistia no final da década de 1970. **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 54, jun. 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context. **Bulletin of Latin American Research**, v. 37, n. 1, p. 33-42, 2016.

RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 148-176, 1997.

RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. **Revista Métris: história & cultura**, v. 5, n. 10, pp. 179-202, 2006.

SANT’ANNA, José Roberto. Revolução Esquecida: o movimento tenentista que derrubou o governo de SP. **Revista Efe**, 09 de jul. de 2020. Disponível em: <<http://revistaefe.com.br/geral/revolucao-esquecida-o-movimento-tenentista-que-derrubou-o-governo-de-sp/>>. Acesso em 19 de jul. de 2022.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2008, p. 225.

SELONK, Marcus José Takahashi. Jacarezinho: paradoxo de prosperidade e miséria. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 76-87, jul./dez. 1999.

SILVA, Diego Becker da. **Na luta de Nestor Vera: Os comunistas, os camponeses e a Revolução**. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos: UNIFESP, 2018.

SILVA, Emiliana Andréo. **O Despertar do campo: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SILVA, Fabricio Trevisan Florentino da. **Oposição armada aos governos militares brasileiros (1964-1985): a trajetória do Movimento Comunista Revolucionário (MCR)**. In: SILVA, Zélia Lopes da; ANHEZINI, Karina (Org.). A escrita histórica e suas múltiplas faces. Assis: FCL, UNESP, 2011.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Juliana Carolina da. **Controle, violência e política: um estudo da vigilância e repressão política em Andará/PR (1964-1982)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá. 2019.

SILVA, Juliana Carolina da. CARRERI, Marcio Luiz. Usos do conservadorismo como política no Norte Pioneiro do Paraná (1947-1964). **Contemporâneos, Revista de Artes e Humanidades**, n. 22, abr/set., pp. 01-30, 2022.

SOLIS, Ana Carol. **Los usos del miedo en torno a la última dictadura en Argentina**. In: Seminario Internacional Miedos y Memorias en Las Sociedades Contemporáneas: Vaquerías, 23-24 de Octubre de 2003: Documentos de Trabajo. Política y violencia Universidad Nacional de Córdoba. Programa de Estudios sobre la Memoria, Núcleo Memoria (IDES) Programa de Estudios Sobre la Memoria, Universidad Nacional de Córdoba, 2006.

SOUZA, Marcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

STEIN, Leila de Menezes. **Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954 a 1964)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos do Brasil**, 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

TELES, Edson Luís de Almeida. **Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia. Memória política em democracias com herança autoritária**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2007.

TOLEDO, Rodrigo Alberto. GARCIA, Aline Loretto. Sentidos vermelhos nos anos dourados: uma análise do anticomunismo católico em Londrina no período de 1955 a 1958. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 7, n. 1, p. 1-25, 2013.

VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**. 2013. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VIEITEZ, Candido Giraldez. **O movimento operário e popular na abordagem dos agentes de segurança do Estado (1946-1955)**. Marília: Lutas Anticapital, 2018.

WELCH, Clifford. **Transcrição da entrevista de José Alves Portela**. São Paulo, 23 de agosto de 1988. AEL/Unicamp.

WELCH, Cliff. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WELCH, Cliff. **The Seed was Planted**: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964. University Park, PA, The Pennsylvania State University Press, 1999.

ZAMBELLO, Marco Henrique. **A história do sindicalismo ferroviário paulista (1930-1961)**. Sindpaulista.org.br, [s/d]. Disponível em: <<http://sindpaulista.org.br/arquivos/materias/historia-do-sindicalismo-ferroviario-paulista.pdf>>. Acesso em 01 de ago. 2022.

79 Geornal – Fazenda Boa Vista. Vídeo 4min30seg. **Página do Facebook Geornal Professor Detto**. 05 de abr. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=677305169687172>>. Acesso em: 07 ago. 2022.

Anexos

Trilhas

Francisco de Assis Pereira

Francisco de Assis nasceu em 1935, em Passa Quatro/MG, residiu em Mandaguari/PR, Assis/SP e Candido Mota/SP. Foi professor e advogado, coordenou processos trabalhistas ligados a sindicatos em Ourinhos/SP, Candido Mota/SP, Piraju/SP, Assis/SP, Jacarezinho/PR, Andirá/PR e Bandeirantes/PR entre o período de 1969 a 1973. As fontes que narram as ações de Francisco são os documentos constantes no Encaminhamento n.º 1063/19/AC/74, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, presente no Banco de Dados Memórias Reveladas, processos trabalhistas da vara civil do Fórum Estadual da Comarca de Jacarezinho e fichas individuais do DOPS SP e PR, constantes no Arquivo Público de São Paulo e no Arquivo Público do Paraná, fundo DOPS.

João Flauzino Gonçalves

João Flauzino nasceu em Uberaba/SP, em 1909, era semi-analfabeto e sem profissão definida. Sua atuação política em Ourinhos/SP começou a ser registrada pelos órgãos de vigilância em 1943, ocasião em que aparece como líder do PCB em Botucatu/SP. Em 1953 apareceu seu primeiro registro em Ourinhos, como “elemento comunista procurando desmoralizar as autoridades constituídas”, conforme Informe 997, da Divisão de Segurança e Informações, do Ministério da Educação e Cultura, em 1972. Na década de 1970, mobilizou as ações da Associação Amigos de Ourinhos, criou uma campanha contra a filial da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA), foi presidente do MDB local e acusou o médico Roaldo Correa de ser um comunista. Este, era um dos idealizadores da criação da Fundação Miguel Mofarrej, que teria como objetivo a orientação de faculdades locais. Segundo o Informe citado, a criação da instituição contava com apoio do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, tendo em vista que os Mofarrej eram advogados da família Buzaid há anos. As fontes para o estudo da trajetória de João Flauzino são os arquivos do fundo Serviço Nacional de Informações, do

Banco de Dados Memórias Reveladas, além dos periódicos disponibilizados no site acervo Tertuliana, do projeto “Ourinhos: memória em movimento”, da Associação de Amigos da Biblioteca Pública – AABiP, em parceria com o Ministério da Cultura através do Instituto Brasileiro de Museus e Prefeitura Municipal de Ourinhos.

Mário Jacinto

Mário Jacinto foi um cacique guarani, da Terra Indígena Posto Laranjinha, em Santa Amélia/PR. Atuou como liderança em movimentos sociais indígenas no início da década de 1980. Ajudou os trabalhadores indígenas do campo em mobilizações como o sequestro da equipe de saúde da TI Posto Laranjinha, na ocupação e greve de fome na 12ª Delegacia Regional da FUNAI em Londrina/PR, em 1985 e participou do I Encontro Regional de Lideranças Indígenas, em Londrina, de 16 a 18 de abril de 1986³⁶⁵. As atuações desenvolvidas se relacionaram com indígenas de outras etnias e de outras localidades, movimentando lideranças de Bauru/SP, Londrina/PR, São Jerônimo da Serra/PR e inserindo-se como resistências coletivas dentro da história das lutas do campo e das lutas dos indígenas no Brasil. As fontes estão disponíveis no fundo Serviço Nacional de Informações, do Banco de Dados Memórias Reveladas, periódicos locais, além de documentos presentes no Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná “Teresa Urban”.

Jonas Antônio dos Santos e João Gonçalves

Jonas Antônio nasceu em Júlio de Mesquita/SP, em 1950, era comerciante, morava em Jacarezinho/PR e era dono do Armazinhos Jacarezinho. De acordo o Informe 1154/01/V/88, do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, foi da direção do PCdoB no município e auxiliou os trabalhadores locais, organizando assessoria jurídica e reuniões. João Gonçalves também era dono do Armazinhos, junto com Jonas. Morava em Jacarezinho, era casado e natural de Jacarezinho/PR, onde nasceu em 1951. João, além de comerciante, trabalhava como pedreiro e nesta categoria, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, na cidade onde morava. Jonas e João fomentavam encontros com os

³⁶⁵ Documento ACE 053559/86. Índios Kaingang e Guaranis ocupam a 12ª Delegacia Regional da FUNAI em Londrina/PR, em 03 set. 1985. Fundo Serviço Nacional de Informações, 1986. Nomenclatura: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86053559_d0001de0001.

trabalhadores nas organizações de bairro e em igrejas de Jacarezinho e de Ribeirão do Pinhal, ajudando no planejamento do movimento dos trabalhadores rurais pela posse da terra.

Estiveram na formulação das ocupações e dos acampamentos em fazendas de Joaquim Távora/PR, que mobilizou aproximadamente 100 famílias, de Ribeirão do Pinhal/PR, com 100 pessoas, Leopólis/PR, que movimentou 110 famílias³⁶⁶. A atuação de Jonas e João foi importante para as primeiras mobilizações do MST na região e também nos permite observar as relações dos militantes Roberto Xavier Dias e Zenir Teixeira de Almeida. Descrições sobre as atuações de Jonas e João estão em informes do Serviço Nacional de Informações e a entrevista concedida por Zenir Teixeira de Almeida ao portal online DHPAZ, cujas transcrições compõem o livro “Depoimentos para a História – A resistência à ditadura militar no Paraná” de Antonio Narciso Pires de Oliveira, Fábio Bacila Sahd e Silvia Calciolari (2014). Para a localização dos dados, confira os anexos deste trabalho.

Dom Pedro Filipak

Filipak nasceu em Araucária/PR, em 1920. Foi bispo da Diocese de Jacarezinho, entre 1962 e 1991, quando faleceu aos 70 anos. Atuou na questão de moradia e habitação popular para trabalhadores advindos do campo, em Jacarezinho/PR. Participou da criação e difusão do “Caderno de Educação Política”, junto a outros bispos do Paraná, o qual foi vendido em livrarias católicas nesse estado, em 1982³⁶⁷. Para pesquisa sobre a trajetória de Filipak, indico o acervo documental presente no Museu Sacro-Histórico “Dom Ernesto de Paula”, de Jacarezinho/PR, arquivos do fundo Serviço Nacional de Informações, do Banco de Dados Memórias Reveladas, fragmentos dos periódicos locais e livros memorialísticos.

³⁶⁶ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Informe 1154/01/V/88, do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal. Fundo Serviço Nacional de Informações, 1988. Nomenclatura BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_88068351_d0001de0001. BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Informe n.º 577/87, da 2º Seção, Estado Maior, Polícia Militar do Estado do Paraná. Fundo Serviço Nacional de Informações. Nomenclatura BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_88007475_d0001de0001.

³⁶⁷ BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Informe 176/E2/82, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações. Fundo Serviço Nacional de Informações, 1982. Nomenclatura: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82003603_d0001de000.

Imagens

Nessa sessão do trabalho também incluirei um levantamento de imagens do Norte Velho e Médio do Rio Paranapanema, que teve por busca o jornal Terra Livre. As imagens são importantes como fontes e nos ajudam a perceber os códigos sociais, a diversidade e as construções que o periódico buscava construir sobre as mobilizações e as representações da luta no campo. Após, apresentarei uma tabela com ocorrências de ação de cunhos repressivo, os quais foram pesquisados no Fundo DOPS/PR (Arquivo Público do Estado do Paraná) e Fundo DEOPS (Arquivo Público de São Paulo), bem como, na Base de Dados Memórias Reveladas, Comissão Pastoral da Terra e em bibliografias sobre a memória e a história da região. Nesses dados não conseguimos quantificar as ações contra os povos indígenas e comunidades quilombolas. Ainda, as ocorrências elencadas somam trezentas ações promovidas pelo Estado, algumas vezes em parceria com entidades privadas, contra homens e mulheres, adultos/as, jovens, idosos/as e crianças. Embora não expressem a quantidade exata dos atingidos diretos, pois muitos documentos estão indisponíveis ou foram destruídos, os números nos dão uma dimensão do quanto de pessoas foram presas, processadas, perseguidas, violentadas, entre o período de 1948 e 1971. Seguindo, apresento um levantamento temático dos dados presentes em documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas e do Fundo Sistema Nacional de Informações, do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina e na Base de Dados Memórias Reveladas, sobre a região que observamos. Quando iniciei esta pesquisa os dados do SNI ainda não estavam sistematizados no CDPH/UEL, então talvez o levantamento possa ajudar futuros pesquisadores nesse acervo. Por fim, busquei em plataformas de vídeo e no *Youtube* encontra-se disponível um fragmento de memória do militante Zenir Teixeira, no Projeto Depoimentos para a História - A Resistência à Ditadura Militar no Paraná. Esses diversos suportes são valiosos documentos sobre o passado e podem ser fontes para a história da região no período da ditadura. Ao longo da pesquisa não utilizamos todas as imagens, informações e documentos que incluo nos anexos, mas acredito que a sistematiza das informações podem auxiliar em futuras buscas, por isso, as reproduzo abaixo, na esperança que sejam úteis aos demais pesquisadores e interessados.

Imagem 39 – Trabalhadores rurais em Palmital



Fonte: Jornal Terra Livre, 1ª Quinzena de Julho de 1956, p. 01.

Imagem 40 - Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Xavantes



Fonte: Terra Livre, Março de 1964, p. 01.

Legenda: Camponeses chegando para a concentração realizada em Canitar/SP, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Xavantes. Vê-se, na porta, o dr. Cícero Silveira

Viana, procurador da SUPRA em São Paulo, palestrando com alguns trabalhadores sindicalizados.

Imagem 41 – I Conferência Estadual



Fonte: Terra Livre, São Paulo, Dezembro de 1961, p. 06.

Legenda da imagem: Trabalhadores no I Conferência Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Imagem 42 - Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Xavantes

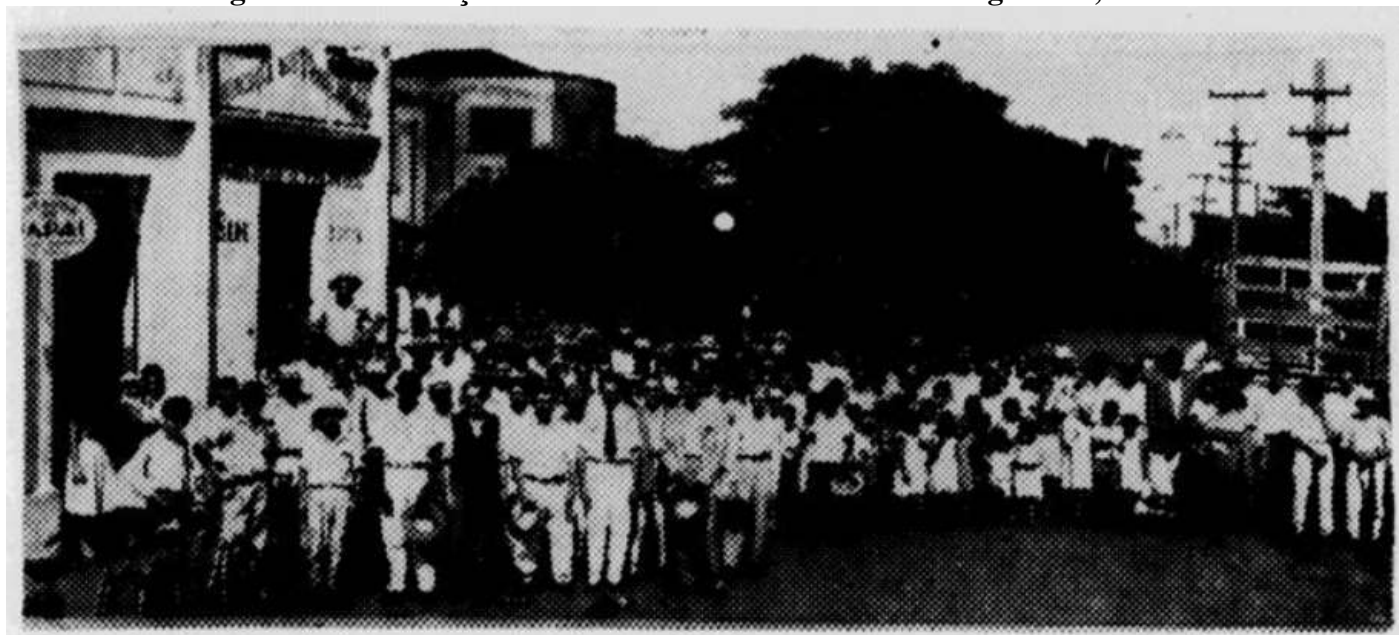


Fonte: Terra Livre, Março de 1964, p. 01.

Legenda: Apesar das chuvas que caíram fortes naquele dia, os camponeses atenderam à convocação de seu Sindicato, correndo todos a Canitar/SP, transportando-se em caminhão ou

de pés, para debater seus problemas com o representante da SUPRA, dirigentes sindicais do campo e o representante do Ministério do Trabalho, sr. Benedito Gomes Nogueira.

Imagem 43 - Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Palmital



Fonte: Jornal Terra Livre, São Paulo, Julho de 1963, p. 07.

Legenda: Na foto acima, uma concentração de trabalhadores, diante da sede da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Palmital, em ocasião da assembleia de fundação da associação.

Imagem 44 - Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande



Fonte: Terra Livre, São Paulo, setembro de 1962, p. 03.

Legenda da imagem: Delegação de posseiros de Salto Grande. Ao centro está José Pedro da Silva, presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas daquele município da Sorocabana. A foto foi feita durante a conferência do jornalista Sosthenes Jambo, em Ourinhos, no dia 7 de julho de 1962.

Levantamento de dados sobre ações repressivas na região Norte Velho do Paraná e Médio do Rio Paranapanema em São Paulo (1948-1971)

1948				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação ou ação repressiva	Fonte
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Ildfonso Ribeiro de Lima	Brasileiro, casado, carpinteiro, com 48 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	José Carlos Romêro	Brasileiro, casado, lavrador, com 48 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Gumercindo Carvalho Lobo	Brasileiro, casado, lavrador, com 37 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Francisco Feliciano de Oliveira	Brasileiro, casado, comerciante, com 43 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.

Delegacia de Polícia de Jacarezinho	André Alves de Carvalho	Brasileiro, casado, comerciante, com 43 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Benedito Manoel Batista	Brasileiro, casado, lavrador, com 39 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	João Mendes de Oliveira	Brasileiro, casado, lavrador, com 37 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	João Bruno Bernardes	Brasileiro, casado, lavrador, com 37 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	João Feliciano de Oliveira	Brasileiro, casado, lavrador, com 29 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.

Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Antônio Felix	Brasileiro, casado, lavrador, com 40 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Agenor da Fonseca Reis	Brasileiro, casado, lavrador, com 44 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	José Justino	Brasileiro, casado, lavrador, com 26 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Francisco Rodrigues da Silva	Brasileiro, casado, lavrador, com 27 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Joaquim Bonifácio	Brasileiro, solteiro, lavrador, com 27 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.

Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Francelino Buava Peixoto	Brasileiro, casado, lavrador, com 40 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Francisco Pontes	Brasileiro, casado, lavrador, com 26 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Benedito Souza de Carvalho	Brasileiro, solteiro, lavrador, com 22 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Geraldo Pereira dos Reis	Brasileiro, solteiro, lavrador, com 52 anos de idade.	Preso acusado de participarem de uma “célula comunista” denominada “Olga Benário Prestes”. Prisão realizada por Delegado Regional de Jacarezinho Eugenio Felipe de Azevedo e o escrivão de polícia José Carvalho de Mello.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 52.
1956				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação ou ação repressiva	Fonte
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	José de Lima e Silva	Não constam dados pessoais.	Preso por posse de publicações consideradas subversivas. Delegado Regional de Polícia Joaquim Narciso Pedrosa Borges.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 21.

Delegacia de Polícia de Jacarezinho	João Gonçalves Costa	Não constam dados pessoais.	Preso por posse de publicações consideradas subversivas. Delegado Regional de Polícia Joaquim Narciso Pedrosa Borges.	DEAP/PR. Pasta Temática 5275.48. Delegacia de Jacarezinho. Fundo DOPS/PR, p. 21.
1963				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação ou ação repressiva	Fonte
Delegacia de Polícia de Andirá	Hidalgo Romero	Lavrador. Não constam dados pessoais.	Interrogatório sem inquérito, privação de contato externo e de alimentação. Delegacia de Polícia de Andirá – Delegado Albino Pontara Artur Coelho Gabriel Ribeiro – Fazenda São Gabriel	TERRA LIVRE, fevereiro de 1963, ano XIV, n. 119, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra
Delegacia de Polícia de Itambaracá Fazenda Santa Alzira – Sanluca Cia. Agrícola Industrial	Funcionários da fazenda Santa Alzira	Lavradores. Sem dados individuais e pessoais.	Os trabalhadores não podiam sair de suas casas, sendo vigiados dia e noite por policiais. Ronda entre as casas e os algodoais, duas vezes por dia. Disparos de arma de fogo. Ameaça de despejo. Mataram cachorros dos trabalhadores quando estes brigavam com os cachorros das fazendas.	BNM. Processo nº 238 – IPM 384/64; AEL – Arquivo Edgar Leuenroth. Projeto BNM. Processo nº 139 – IPM 406, p. 34.
1964				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação	Fonte
Delegacia de Polícia de Andirá	Sebastião Dias Camargo	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.p >

				df?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Andirá	Antonio Miguel	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Andirá	Benedito Virgilio	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Andirá	José de Mattos	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20pre

				<p>20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.</p> <p>Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.</p>
Delegacia de Polícia de Andirá	Joaquim Lourenço da Silva	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	<p>Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.</p> <p>Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.</p>
Delegacia de Polícia de Andirá	Raul Gomes de Carvalho	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	<p>Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.</p> <p>Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.</p>
Delegacia de Polícia de Andirá	Alcides Bonesso	Comerciante. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no	<p>Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstre</p>

			Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	am/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Andirá	Alexis Bonesso	Comerciante. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Andirá	Edmundo Bonesso	Comerciante. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.

Delegacia de Polícia de Assis	José Gonçalves Pardo	Natural de Almeria, Espanha. Filho de Miguel Gonçalves e Antônia Bardo. No registro da prisão, possuía 62 anos de idade, era viúvo, comerciante e residia na rua Leonor, s/n, Assis/SP.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.
Delegacia de Polícia de Assis	Dr. Syllas de Arruda Regis	Brasileiro, natural de Itapolis/SP. Filho de Manoel Wenceslau Regis e Dilia de Arruda Campos Regis. No registro da prisão, possuía 32 anos de idade e era solteiro, dentista e residia na Av. Rui Barbosa (Hotel Paramount), Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.
Delegacia de Polícia de Assis	Irineu Teixeira	Brasileiro, natural de Itabaiana Grande/SE. Filho de Manoel Francisco Teixeira e de Maria Marcolina de Menezes. No registro da prisão, possuía 57 anos de idade, era ferroviário aposentado, casado e residia na rua Tiradentes, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.
Delegacia de Polícia de Assis	Sebastião Alves de Arruda	Brasileiro, natural de Manduri/SP. Filho de João Pereira Arruda Filho e Idalina Rabelo Arruda. No ano da prisão possuía 55 anos, era casado, lavrador e residia em Florínea, Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.
Delegacia de Polícia de Assis	João Lopes dos Santos	Brasileiro, natural de Lutécia/SP. Filho de José David Lopes e Izaulina Tereza de Camargo. No registro da prisão, possuía 36 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Catiguá, 117, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.

Delegacia de Polícia de Assis	Benedito Camargo	Brasileiro, natural de Imbaú/SP. Filho de João Camargo e Generosa Benedita de Jesus. No registro da prisão, possuía 43 anos de idade, era lavrador, casado e residia na rua Castro Alves, 97, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.
Delegacia de Polícia de Assis	José Campacci	Brasileiro, natural de Laranjal Paulista/SP. Filho de Antonio Campacci e Mariucha Campacci. No registro da prisão, possuía 36 anos de idade, era ferroviário, casado e residia na rua Campos Novos, 412, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.
Delegacia de Polícia de Assis	Aldo Delfino	Brasileiro, natural de Piranjí/SP. Filho de Abramo Delfino e Inêz Jacomini. No registro da prisão, possuía 45 anos de idade, era comerciante, casado e residia na rua Virgínio Girto, em Oscar Bressane.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.
Delegacia de Polícia de Assis	Luiz Batista Ramos	Brasileiro, natural de São Pedro do Turvo/SP. Filho de Antônio Batista Ramos e Idalina Maria de Jesus. No registro da prisão, possuía 49 anos, era solteiro, motorista profissional e residia na rua Osvaldo Cruz, 412, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.
Delegacia de Polícia de Assis	Olimpio Narcizo	Brasileiro, natural de "Sapesal/SP". Filho de Olimpio Narcizo da Cunha e Ruth Anhezini. No registro da prisão, possuía 34 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Professor Lourenço Carneiro, 428, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 3.

Delegacia de Polícia de Assis	Walter Gomes da Rocha	Brasileiro, natural de Jaraguá/MT. Filho de Francisco Ruginho da Rocha e Ilizena Gomes Cruvinel. No registro da prisão, possuía 37 anos de idade, era agricultor, casado e residia na rua S. Vasconcelos, 260, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Sorroche Sole.	Espanhol, natural de Cueva de Veras. Filho de João Sorroche e Maria Garcia Solé. No registro da prisão, possuía 62 anos, era viúvo, lavrador e residia na rua Brasil, em Florínea, Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Francisco	Brasileiro, natural de Botucatu/SP. Filho de Antonio Francisco da Silva e Eliza da Conceição. No registro da prisão, possuía 48 anos de idade, era casado, ferroviário e residia no Pátio da Estação de Ferro Sorocabana, 13, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.
Delegacia de Polícia de Assis	Luiz de Araujo Costa	Brasileiro, natural de Atalaias/AL. Filho de Antero Correa Costa e Josefa Tereza de Jesus. No registro da prisão, possuía 45 anos de idade, era casado, barbeiro e residia na rua Santa Cecília, 995, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.
Delegacia de Polícia de Assis	Mario Berti	Brasileiro, natural de Monte Santos/MG. Filho de Angelo Berti e Josefina Berti. No registro da prisão, possuía 47 anos, era casado, ferroviário aposentado e residia na rua Rosário, 53, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.

Delegacia de Polícia de Assis	Flavio Sampaio	Brasileiro, natural de Freburgo/RJ. Filho de Afonso Sampaio e Gergina Sardo. No registro da prisão, possuía 44 anos de idade, era casado, comerciante e residia na rua Joaquim Murtinho, 284, Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.
Delegacia de Polícia de Assis	José Alferes Filho	Brasileiro, natural de Botucatu/SP. Filho de José Alferes e Ana Lozano. No registro da prisão, possuía 49 anos de idade, era casado, comerciante e residia na rua Tiradentes, s/n, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.
Delegacia de Polícia de Assis	Alyrio Duarte	Brasileiro, natural de Jaquetione/MG. Filho de Felipe Duarte e Maria Martins Duarte. No registro da prisão, possuía 51 anos de idade, era ferroviário aposentado, casado e residia na rua J.V. da Cunha e Silva, s/n, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.
Delegacia de Polícia de Assis	Francisco Correa de Araujo	Brasileiro, natural de Assaré/CE. Filho de Antônio Correa de Araujo e Maria Joana da Conceição. No registro da prisão, possuía 36 anos de idade, era casado, lavrador e residia em Florinea, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.
Delegacia de Polícia de Assis	Antônio Augusto Mendes Junior	Brasileiro, natural de Presidente Prudente/SP, filho de Antônio Augusto e Idalina Maria Mendes. No registro da prisão, possuía 43 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Senhor do Bonfim, 1293, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 4.

Delegacia de Polícia de Assis	Osvaldo Flauzino	Brasileiro, natural de Lutécia/SP. Filho de José Flauzino dos Santos e Maria Pereira Albim. No registro da prisão, possuía 31 anos de idade, era solteiro, comerciante e residia na rua 5 de Julho, em Paraguaçu Paulista/SP.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Cardoso de Moraes	Brasileiro, natural de Platina/SP. Filho de Pedro Cardoso de Moraes e Joaquina Maria de Jesus. No registro da prisão, possuía 53 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Campos novos, 239, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.
Delegacia de Polícia de Assis	Agnello Cardoso de Moraes	Brasileiro, natural de Platina/SP. Filho de Pedro Cardoso de Moraes e Maria Joaquina de Jesus. No registro da prisão, possuía 54 anos, era casado, ferroviário e residia na rua General Osório, 668, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.
Delegacia de Polícia de Assis	Osvaldo Luposeli	Brasileiro, natural de Manduri/SP. Filho de Vicente Lupose e Maria Felipe Albanze. No registro da prisão, possuía 37 anos, era casado, ferroviário e resiaia na rua Aymores, 356, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Gonçalves de Carvalho	Brasileiro, natural de Jubaí/MG. Filho de José Marcelino de Carvalho e Benvinda Maria de Jesus. No registro da prisão, possuía 44 anos, era industrial, casado e residia na rua Santa Cruz, 20, em Assis,	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.

Delegacia de Polícia de Assis	Salvador Luposeli	Brasileiro, natural de Pirajú/SP. Filho de Vicente Luposeli e Maria Felipe Albanez. No registro da prisão, possuía 54 anos, era casado, ferroviário e residia na rua Capitão Francisco Rodrigues Garcia, 333, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.
Delegacia de Polícia de Assis	Leonardo Luposeli	Brasileiro, natural de Pirajú/SP. Filho de Vicente Luposeli e Maria Felipe Albanez. No registro da prisão, possuía 51 anos, era casado, ferroviário e residia na rua Capitão Francisco Rodrigues Garcia, 333, em Assis	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.
Delegacia de Polícia de Assis	Homero Leite Barros	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de João Carlos Duarte de Barros e Alice Leite de Barros. No registro da prisão, possuía 35 anos de idade, era ferroviário, casado e residia no Pátio do Lenheiro da Sorocabana, 10, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.
Delegacia de Polícia de Assis	Arlindo Pereira	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Antônio Pereira Saul e Carolina Castelo de Jesus. No registro da prisão, possuía 31 anos, era casado, ferroviário e residia na rua Luiz Pizza, 696, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.
Delegacia de Polícia de Assis	José Onofre da Silva	Brasileiro, natural de Manduri/SP. Filho de Rodolfo Onofre da Silva e Mariana Laura Conceição. No registro da prisão, possuía 50 anos de idade, era ferroviário,	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 5.

		casado e residia na rua Sebastião Leite do Canto, 381, em Assis.		
Delegacia de Polícia de Assis	Manoel de Almeida	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Augustinho de Almeida e de Rosaria Maldonado de Almeida. No registro da prisão, possuía 27 anos de idade, era ferroviário, casado e residia na rua Carlos Gomes 726, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	Lindo Arteoli	Brasileiro, natural de Socorro/SP. Filho de José Arteoli e Carolina de Oliveira Santos. No registro da prisão, possuía 54 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Campos Novos, 332, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	Francisco Freire Filho	Brasileiro, natural de “Sorocabana”/SP. Filho de Francisco Freire e Antônia da Silva Freire. No registro da prisão, possuía 34 anos de idade, era ferroviário, casado e residia no Pátio da Sorocabana, casa 5, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	Eugenio Bueno Neto	Brasileiro, natural de Bernardino de Campos/SP. Filho de Manoel Bueno e Maria Ronche Bueno. No registro da prisão, possuía 27 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Siqueira Campos, 828, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.

Delegacia de Polícia de Assis	Claudio da Silva	Brasileiro, natural de Mairinque/SP. Filho de Vergilino da Silva e Maria José da Silva. No registro da prisão, possuía 26 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Candido Mota, 183, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	José Batista	Brasileiro, natural de Itapetininga/SP. Filho de Augusto Batista e Maria Oliveira Batista. No registro da prisão, possuía 36 anos de idade, era ferroviário, casado e residia na rua Dona Senhorinha de Souza, 97, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	Francisco Cassemiro Alcantara	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de José Luiz Galdino e Leonilda Rosa Alcantara. No registro da prisão, possuía 49 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Tibiriça, 61, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	Laurentino Silva	Brasileiro, natural de Boa Nova/BA. Filho de José Benedito Silva e Pursina Maria dos Santos. No registro da prisão, possuía 47 anos de idade, era casado, ferroviário e residia na rua Machado de Assis, 220, em Assis.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	Irineu Carricondo	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Carricondo e Joana Ernandes Carricondo, casado, com 30 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS,

				Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	Narcizo Lorençon	Brasileiro, natural de Botucatu/SP. Filho de Vitório Angelo Lorençon e Genoveva Corozari, casado, com 38 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 6.
Delegacia de Polícia de Assis	Antônio Francisco de Oliveira	Brasileiro, natural de Botucatu/SP. Filho de Antônio Francisco e Maria Lorençon Francisco, solteiro, 21 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	Laudelino Jorge Morais	Brasileiro, natural de Brotas/SP, filho de João Jorge de Morais e Francisca Fermina Lepomoceno, casado, com 63 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	Augusto de Almeida	Brasileiro, natural de Botucatu/SP, filho de Augustinho de Almeida e Rosário Maldonado de Almeida, solteiro, com 38 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	Afonso Leite Machado	Brasileiro, natural de Platina/SP. Filho de Antônio Leite Machado e Maria Gonçalves Leite, casado, com 41 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	José Cirino Pinto Junior	Brasileiro, natural de Maracáí/SP. Filho de José Cirino Pinto e Laurinda Maria de Jesus, casado, com 36 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.

Delegacia de Polícia de Assis	Otávio Nunes de Moraes	Brasileiro, natural de Conchas/SP. Filho de Francisco Nunes de Moraes e Celestina Maria de Jesus, casado, com 40 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	Roberto Prata	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Osvaldo Prata e Guiomar Boquembuzo Prata, solteiro, com 22 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Bernardes	Brasileiro, natural de Manduri/SP. Filho de Joaquim Bernardes e Rita Barbosa, viúvo, com 62 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	Egídio Palomar Cruz	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Marcílio Cruz e Maria da Cruz Palomar, casado, com 39 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	Agenor Martins de Melo	Brasileiro, natural de Susui/SP. Filho de Antonio Martins Barbosa e Maria Ferreira Melo, casado, com 32 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 7.
Delegacia de Polícia de Assis	Joaquim Lucas	Brasileiro, natural de Ponta Nova/MG. Filho de Lucas Candido Silva e Maria Joana de Jesus, casado, com 52 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	Leonelo Cavani	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Milton Cavani e Julieta Lima Cavani, casado, com 23 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS,

				Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	Onofre Vergilio de Castro	Brasileiro, natural de São Pedro do Turvo/SP. Filho de João Antônio dos Santos e Messias Vergilio de Castro, solteiro, com 37 anos de idade, funcionário público estadual – Departamento de Estradas e Rodagens.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	João Batista Spanier	Brasileiro, natural de Tatui/SP. Filho de Pedro Silva Spanier e Carolina Arruda de Campos. Casado, com 45 anos de idade, ferroviário, aposentado.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	Carlos Chizzolini	Brasileiro, natural de Presidente Prudente/SP. Filho de João Chizzolini e Maria Grilli Chizzolini, casado, com 29 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	João Eduardo Almeida	Brasileiro, natural de Bernardino de Campos/SP. Casado, com 50 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	João Pereira da Silva	Brasileiro, natural de Presidente Prudente/SP. Filho de Bruno Pereira da Silva e Lazara Teodora de Souza, casado, com 39 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	Albino Balbino	Brasileiro, natural de Rio Largo/AL. Filho de José Marcelino e Maria Conceição, casado, com 52 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS,

				Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	Henrique Melo	Brasileiro, natural de Pereiras/SP. Filho de Pio de Melo Machado e Maria Veneranda Raimunda, casado, com 58 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	Benedito Silvério da Silva	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Francisco Silveiro da Silva e Emidia Bernardina de Jesus, casado, com 49 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 8.
Delegacia de Polícia de Assis	Aristeu Franco de Souza	Brasileiro, natural de Pirassununga/SP. Filho de Francisco Franco Souza e Maria Franco Souza, desquitado, com 52 anos de idade, funcionário público federal.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	Norberto Ferreira	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de João Augustinho Ferreira e Paula Maria de Jesus, casado, com 35 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	Alfredo Ribeiro Filho	Brasileiro, natural de Piracicaba/SP. Filho de Alfredo Ribeiro de Oliveira e Leonor [?]abrigate Ribeiro, casado, com 35 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	Angelo Manente	Brasileiro, natural de Piramboia/SP. Filho de Vicente manente e Anunciata Savia Manente, casado, com 39 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.

Delegacia de Polícia de Assis	Aparecido Rodrigues Barbosa	Brasileiro, natural de Santo Anastácio/SP. Filho de Joaquim Rodrigues Dias e Alice Antônia Barbosa, solteiro, com 19 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	João Francisco Xavier	Natural de Assis/SP, filho de Finador Francisco Xavier e Ana Rosa de Jesus, casado, com 29 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	Mario Aparecido Bernardes	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Antônio Bernardes e Maria Figueiredo Bernardes, solteiro, com 25 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	Osvaldo Vieira Lima	Brasileiro, natural de Varginha/MG. Filho de Gabriel Vieira Lima e Adalgisa Vieira Prado, casado, com 49 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	Pedro Vieira dos Santos	Brasileiro, natural de Aquidaban/SE. Filho de Ireno Vieira dos Santos e Maria Alira de Menezes, casado, com 42 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	Daniel Narcizo da Cunha	Brasileiro, natural de João Ramalho/SP. Filho de Olimpio Narcizo da Cunha e Rut Anhezini, casado, com 26 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 9.
Delegacia de Polícia de Assis	Osório Fernandes	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Diogo Fernandes Alves e Micaela	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS,

		Gonçalves, casado, com 37 anos de idade, ferroviário.		Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.
Delegacia de Polícia de Assis	Iracema Oliveira Mileo	Brasileira, Maracaí/SP. Filha de Antônio Oliveira Algaites e Abigail Alves de Oliveira, casada, com 33 anos de idade, doméstica.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.
Delegacia de Polícia de Assis	Elpio de Almeida	Brasileiro, natural de Lorena/SP. Filho de Clementino José de Almeida e Conceição Izaura de Almeida, casado, com 41 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.
Delegacia de Polícia de Assis	Aparecida Ferraz de Godoi	Brasileira, natural de São Roque/SP. Filha de Sebastião José Ferraz e Eliza Batista Ferraz, casada, com 46 anos de idade, doméstica.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.
Delegacia de Polícia de Assis	Cecilia Trevizol Gasparini	Brasileira, natural de Botucatu/SP. Filha de Jacomo Trevizol e Maria Tereza de Melo Trevizol, casada, com 39 anos de idade, doméstica.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.
Delegacia de Polícia de Assis	José Wanderlei Artiolo	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de Lindo Artioli e Leonor dos Santos Artioli, solteiro, com 22 anos de idade, viajante comercial.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.
Delegacia de Polícia de Assis	Sebastião Figueiredo da Costa	Brasileiro, natural de Assis/SP. Filho de José Vicente da Costa e Lindolfa Guilhermina de Figueiredo, casado, com 41 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.

Delegacia de Polícia de Assis	Damáσιο Lopes Reis	Brasileiro, natural de Botucatu/SP. Filho de Damasio Batista e Emilia Lopes, casado, com 51 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.
Delegacia de Polícia de Assis	Benjamin Sabino de Godoi	Brasileiro, natural de Santa Barbara do Rio Pardo/SP. Filho de João Sabino de Godoi e Ana Dias Batista, casado, com 55 anos de idade, ferroviário aposentado.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 10.
Delegacia de Polícia de Assis	José Machado de Oliveira	Brasileiro, natural de Maracaí/SP. Filho de Anselmo Machado do Amaral e Jeracina Maria da Silva, casado, com 36 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	Lazaro Venceslau de Carvalho	Brasileiro, natural de São Manoel/SP. Filho de José Carvalho e Alexandrina Nazária de Freitas, casado, 66 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	Paulo Bage	Brasileiro, natural de Piracicaba/SP. Filho de Marco Bage e Luiza Nardi Bage, casado, com 51 anos de idade, ferroviário,	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	João Teodoro Almeida	Brasileiro, natural de Botucatu/SP. Filho de José Teodoro Almeida e Ester Bataioli Almeida, casado, com 53 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	Aparecida Servilha Nunes	Brasileira, natural de Assis/SP. Filha de Antônio Servilha Tarifa e Beatriz Franco	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS,

		Servilha, casada, com 34 anos de idade, doméstica.		Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	José Servilha Tarifa	Brasileiro, natural de Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Filho de André Servilha Tarifa e Ana Martins, casado, comerciante, com 50 anos de idade.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Marques	Brasileiro, natural de Piraju/SP. Filho de Antonio Marques e Romana Rodrigues Marques, casado, com 54 anos de idade, ferroviário, aposentado.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	Waldemar Candota	Brasileiro, natural de Sorocaba/SP. Filho de Ernesto Candota e Benedita Aparecida Pucineli, casado, com 40 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	Francisco Laerte Binato	Brasileiro, natural de Quatá/SP. Filho de Angelo Binato e Lucila Gomes Binato, solteiro, com 21 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	Diná Martins de Almeida	Brasileira, natural de Bragança Paulista/SP. Filha de Manoel Vitor Martins e de Maria da Glória Moraes, casada, com 39 anos de idade, doméstica.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 11.
Delegacia de Polícia de Assis	José Licor Cavalcanti	Brasileiro, natural de Paulista/PI. Filho de Jonas Cavalcanti e Etelvina Neta Cavalcanti, casado, com 34 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 12.

Delegacia de Polícia de Assis	Onosor Fonseca	Brasileiro, solteiro, com 34 anos de idade, filho de José Pinto da Fonseca e Itajubá Guatemosim Fonseca, natural de São Carlos/SP. Nascido em 19 de outubro de 1929, professor secundário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.
Delegacia de Polícia de Assis	Antônio Lazaro de Almeida Prado	Brasileiro, casado, com 38 anos de idade, filho de Benedito de Almeida Prado e Maria Julia de Almeida Prado, natural de Piracicaba/SP. Nascido em 06 de outubro de 1925, professor universitário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.
Delegacia de Polícia de Assis	Leonidas Hlmuth Baebler Hegenberg	Brasileiro, desquitado, com 39 anos de idade, filho de Hugo Hegenberg Jr. E de Stella Baebler Hegenberg, natural de Curitiba/SP. Nascido em 14 de março de 1925, professor universitário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.
Delegacia de Polícia de Assis	Lívia Ferreira Santos	Brasileira, solteira, com 43 anos de idade, filha de Belmiro Ferreira Santos e de Maria Lúcia Gomes Ferreira Santos. Natural de Pedro Leopoldo/MG, nascida de 01 de janeiro de 1921, professora universitária.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.
Delegacia de Polícia de Assis	Virgílio Benjamin Noya Pinto	Brasileiro, casado, com 34 anos de idade, filho de Enéias de Souza Pinto e de Raquel Benjamin Noya Pinto, natural de Cachoeira/BA. Nascido em 24 de novembro de 1929, professor universitário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.

Delegacia de Polícia de Assis	Antônio Dimas de Moraes	Brasileiro, solteiro, com 21 anos de idade, filho de Moacir e Maria de Souza Moraes, natural de Sorocaba/SP. Nascido em 21 de novembro de 1942, estudante universitário do curso de Filosofia.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.
Delegacia de Polícia de Assis	Izabel Jorge	Brasileira, solteira, 20 anos de idade, filha de Jorge e Josefina Bolzam Jorge, natural de Pitangueiras/SP. Nascida em 15 de novembro de 1943, estudante universitária do curso de Filosofia.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.
Delegacia de Polícia de Assis	Marisa Amaral Gurgel	Brasileira, solteira, com 21 anos de idade, filha de Wantuil Amaral Gurgel e Rosa Viola Amaral Gurgel, natural de Alvares Machado/SP. Nascida em 17 de agosto de 1942, estudante universitária do curso de Filosofia.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.
Delegacia de Polícia de Assis	Maria Regina Carvalho de Oliveira	Brasileira, solteira, com 21 anos de idade, filha de Antônio Luciano de Oliveira e Alaide Carvalho de Oliveira, natural de Olímpia/SP. Nascida em 17 de julho de 1942, estudante universitária do curso de Filosofia.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 13.
Delegacia de Polícia de Assis	Maria Helena Ribeiro Tucunduva	Brasileira, solteira, com 21 anos de idade, filha de José Tucunduva Neto e de Helena Ribeiro Tucunduva, natural de Ourinhos/SP. Nascida em 02 de julho de 1942, estudante universitária do curso de Filosofia.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 14.

Delegacia de Polícia de Assis	Carlos Alberto de Oliveira	Brasileiro, solteira, com 20 anos de idades. Filho de Carlos Schubert de Oliveira e de Alzira de Castro Oliveira, natural de Assis/SP. Nascido em 12 de setembro de 1943, estudante universitário do curso de Filosofia.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 14.
Delegacia de Polícia de Assis	Carlos Erivany Fantinati	Brasileiro, solteiro, com 22 anos de idade, filho de Licínio Antonio Fantinati e de Semiranis Franco Fantinati, natural de Ourinhos/SP. Nascido em 17 de setembro de 1941, estudante universitário do curso de Filosofia.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 14.
Delegacia de Polícia de Assis	José Augusto Ribeiro	Brasileiro, casado, com 56 anos de idade, filho de Joaquim Augusto e Judith Viana Ribeiro, natural de Boituva/SP. Nascido em 02 de janeiro de 1908, ferroviário aposentado.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Antonio Collesi.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 14.
Delegacia de Polícia de Assis	Arcangelo Rosseto	Brasileiro, natural de Botucatu/SP. Filho de Ângelo Rosseto e Verônica Rosseto, com 54 anos de idade, casado, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.
Delegacia de Polícia de Assis	Edmundo Harder	Brasileiro, natural de Sorocaba/SP. Filho de Bento Harder e de Matildes Harder, com 50 anos de idade, casado, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.

Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Garcia Roldan	Brasileiro, natural de Vargem Grande do Sul/SP, filho de João Garcia Rondan e de Maria Garcia Solé, casado, com 44 anos de idade, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.
Delegacia de Polícia de Assis	Nilson Eugenio Decanini	Brasileiro, natural de Quatá/SP, filho de Afonso Decanini e de Sofia Helena Vefort Decanini, com 26 anos de idade, casado, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.
Delegacia de Polícia de Assis	Nilo Maldonado	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Eugenio Maldonado e de Maria Barreira Maldonaro, casado, com 39 anos de idade, artífice da artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.
Delegacia de Polícia de Assis	Herminio Pires	Brasileiro, natural de Araras/SP, filho de Felisberto Pires e de Maria da Conceição, casado, com 47 anos de idade.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.
Delegacia de Polícia de Assis	José Alves de Oliveira	Brasileiro, natural de Socorro/SP, filho de Justino Alves de Oliveira e de Benedita Balbina das Dores, casado, com 58 anos de idade.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.
Delegacia de Polícia de Assis	Joaquim Nogueira dos Santos	Brasileiro, natural de Barreira/SP. Filho de José Nogueira dos Santos e de Clara Francisca dos Santos, casado, com 47 anos de idade.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.

Delegacia de Polícia de Assis	Ademar Ribeiro	Brasileiro, natural de Piracicaba/SP, filho de Alfredo Ribeiro de Oliveira e de Leonor Fabrigate Ribeiro, casado, com 37 anos de idade, torneiro mecânico na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.
Delegacia de Polícia de Assis	Rivadavio Nascimento	Brasileiro, natural de Ití/SP, filho de José Simão do Nascimento e de Carolina Maria do Prado, com 53 anos de idade, ferroviário, soldador.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 15.
Delegacia de Polícia de Assis	Aparecido Portes Silva	Brasileiro, natural de Piraju/SP, filho de Roque Portes da Silva e de Ana Bueno de Souza, casado, com 47 anos de idade, chefe de trem da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.
Delegacia de Polícia de Assis	Benedito Arnaldo Domingues	Brasileiro, natural de Avaré/SP, filho de Benedito domingos e de Luzia Perulo Domingues, com 23 anos de idade, casado, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Coelho	Brasileiro, natural de São Roque/SP, filho de Antônio Coelho e Vergínia da Anunciação, casado, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.
Delegacia de Polícia de Assis	Urandi Carlos Carricondo	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Pedro Carricondo e de Joana Hernandez Carricondo, casado, com 20 anos de idade, eletricitista na Estrada de Ferro Sorocabana	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.

Delegacia de Polícia de Assis	Egesiel Silva	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Sebastião Silva e de Aparecida Mendes Silva, com 19 anos de idade, protestante, solteiro, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.
Delegacia de Polícia de Assis	Paulo Roberto Lucas	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Pedro Lucas e Benedita Lourdes Lucas, com 19 anos de idade, solteiro, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.
Delegacia de Polícia de Assis	José Zambello	Brasileiro, natural de Piracicana/SP, filho de Luiz Zambello e de Maria Groppo Zambello, com 50 anos de idade, casado, escriturário da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.
Delegacia de Polícia de Assis	Dolores Cordeiro Modote	Brasileira, natural de Assis/SP, filha de Antonio Cordeiro Modotte e de Francisca Rodrigues Cordeiro, casada, prendas domésticas.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.
Delegacia de Polícia de Assis	Lourdes Zina Luposelli	Brasileira, natural de Palmital/SP, filha de Nagib Zina e de Mariana Zina, com 39 anos de idade, casada, branca, prendas domésticas.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 16.
Delegacia de Polícia de Assis	Alzira Freire	Brasileira, natural de Indiana/SP, filha de Benedito Mendonça e de Rosária Puguim, casada, com 32 anos de idade, prendas domésticas.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.

Delegacia de Polícia de Assis	Zilda Lupozelli de Moraes	Brasileira, natural de Pirajú/SP. Filha de Vicente Lupozelli e de Maria Felipa Albanez, casada, com 47 anos de idade, prendas domésticas.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.
Delegacia de Polícia de Assis	Olinda Minati	Brasileira, natural de Maracá/SP, filha de Francisco Minati e de Natalina Minati, com 39 anos de idade, casada, prendas domésticas.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.
Delegacia de Polícia de Assis	Waldemar Mileu	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Henrique Milléu e de Antonia Sanches Milleu, com 33 anos de idade, eletricitista na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.
Delegacia de Polícia de Assis	Benedito Alves	Brasileiro, natural de São José dos Campos/SP, filho de Francisco Alves e de Maria Rosa Rodrigues, com 44 anos de idade, casado, estafeta da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.
Delegacia de Polícia de Assis	Sidiney Artioli	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Lindo Artioli e de Leonor dos Santos, com 23 anos de idade, casado, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.
Delegacia de Polícia de Assis	Pedro dos Santos Rainor	Brasileiro, natural de Cerqueira César/SP, filho de João dos Santos Rainor e de Rosa Gaspar dos Santos, com 47 anos de idade, casado, ajudante de trem na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.

Delegacia de Polícia de Assis	Geny de Oliveira Lucio	Brasileira, natural de Tabajara/SP, filho de Joaquim Paula Oliveira e de Albertina Deotéria de Jesus, casada, com 36 anos de idade, prendas domésticas.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.
Delegacia de Polícia de Assis	Nestor Lucio	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de João Lucio da Silva e de Cornélia Laurinda da Silva, casado, com 45 anos de idade, guarda noturno da Prefeitura e balconista da Cooperativa da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.
Delegacia de Polícia de Assis	Leonor dos Santos Artioli	Brasileira, natural de Cerqueira César/SP, filha de Fermino José dos Santos e Maria Rita de Jesus, com 46 anos de idade, prendas domésticas.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 17.
Delegacia de Polícia de Assis	Belarmino Marques	Brasileiro, natural de Santa Isabel do Rio Preto/SP, filho de Antonio Afonso Marques e de Nanize Ribeiro da Silva, com 48 anos de idade, casado, artífice na Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	José Pereira da Costa	Brasileiro, natural de Itararé/SP, filho de Pedro Pereira da Costa e Lilia Cavani Costa, com 25 anos de idade, solteiro e balconista.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	D AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	Henrique Mileo	Brasileiro, natural de Itapira/SP, filho de João Miléo e Grazia Oliva Miléo, com 66 anos de idade, casado, mecânico armeiro.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.

Delegacia de Polícia de Assis	Jorgina Eugenia da Silva Pereira	Brasileira, natural de Cardoso de Almeida/SP, filha de Sebastião Eugênio da Silva e de Maria Tereza da Silva, com 34 anos de idade, casada, prendas domésticas.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	Vitorino Antunes de Moraes	Brasileiro, natural de Pirambóia/SP. Filho de Antunes de Moraes e de Ambrosina Maria Leopoldina, casado, com 40 anos de idade.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Garcia	Brasileiro, natural de Bernardino de Campos/SP, filho de José Garcia e de Josefa Garcia, com 40 anos de idade, casado, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	José Antonio Teixeira	Brasileiro, natural de Capivari/SP, filho de José Antonio Teixeira Pinto e de Maria Vitalina da Conceição, casado (viúvo), com 50 anos de idade, maquinista da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	João Vieira Ramos	Brasileiro, natural de São Roque/SP, filho de João Batista Ramos e de Maria Vieira Ramos, casado, com 42 anos de idade, mestre de depósito da Estrada de Ferro Sorocabana	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	João Artero Garcia	Brasileiro, natural de Bernardino de Campos/SP, deste Estado, filho de João Artero Sanches e de Carmem Garcia	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.

		Artero, casado, com 44 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.		
Delegacia de Polícia de Assis	José Antonio Palma	Brasileiro, natural de Batista Botelho/SP, filho de Roque de Souza Palma e de Julia Biondo Palma, casado, com 21 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	José Simoni	Brasileiro, natural de Mogi Guaçu/SP, filho de João Simoni e de Maria Boralí, casado, com 41 anos de idade, trabalhador da Estrada de Ferro Sorocabana	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	Aliosio Antonio Novaschi	Brasileiro, natural de São Mateus/PR, filho de José Novaschi Filho e de Carolina Propenda, casado, com 47 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	Joaquim Lopes	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de José Lopes Simões Diniz e de Maria Augusta Lopes, casado, com 30 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Martins Almeida	Brasileiro, natural de Itapetininga/SP, filho de Horacio Martins Almeida e de Maria Aparecida Almeida, casado, com 31 anos de idade, guarda-freios da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.

Delegacia de Polícia de Assis	Ramiro dos Santos	Brasileiro, natural de Sarapuí/SP, filho de Emilio Belino e de Ana Maria Siqueira, casado, com 50 anos de idade, manobrador da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	José dos Santos	Brasileiro, natural de Itapetininga/SP, filho de Izaltino dos Santos e de Francisca de Oliveira Paula, casado, com 35 anos de idade, telegrafista da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	Tereza Costa Marques	Brasileiro, natural de Itapetininga/SP, filha de Pedro Pereira Costa e de Lilia Cavan Costa, casado, com 32 anos de idade, doméstica.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 18.
Delegacia de Polícia de Assis	Luiz Mariano Martins	Brasileiro, natural de Sorocaba/SP, filho de Angelino Mariano e de Cezina Clara Martins, casado, com 52 anos de idade, mestre de linha da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 19.
Delegacia de Polícia de Assis	Izidoro Duarte de Lima	Brasileiro, natural de Maracaí/SP, filho de Antônio Alves de Lima e de Vitorina Candida de Jesus, casado, com 33 anos de idade, ajudante de maquinista da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 20.
Delegacia de Polícia de Assis	Albano Portela	Brasileiro, natural de Regente Feijó/SP, filho de Manoel Portela e Anésia Soares, casada, com 37 anos de idade, ajudante de	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS,

		maquinista da Estrada de Ferro Sorocabana.		Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 20.
Delegacia de Polícia de Assis	Nabor Felix Pereira	Brasileiro, natural de Santo Anastácio/SP, filho de Manoel José Pereira e de Rosalina Felix Pereira, casado, com 38 anos de idade, maquinista da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	DEOPS. Nomenclatura BR_SPAPESP_DEOPSOS000417, p. 20.
Delegacia de Polícia de Assis	Lazaro de Moura	Brasileiro, natural de Botucatu/SP, filho de Durval de Moura e de Guilhermina Antunes de Moura, casado, com 35 anos de idade, ajudante de maquinista da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 20.
Delegacia de Polícia de Assis	Geraldo Dalbem	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Francisco Dalbem e Estela Geraldí, encarregado da Secção de Velocímetros da Estrada de Ferro Sorocabana	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 20.
Delegacia de Polícia de Assis	Fernandes José da Silva	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de José Joaquim da Silva e de Maria Olimpia de Jesus, casado, com 40 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 20.
Delegacia de Polícia de Assis	Vicente Dias Pereira	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Francisco Dias Pereira e de Maria Antônia Conceição, casado, com 37 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 20.
Delegacia de Polícia de Assis	Dorival Portes da Silva	Brasileiro, natural de Santo Anastácio/SP, filho de Aparecido Portes Silva e de Nadir Gregório Silva, solteiro, com 23 anos de	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS,

		idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.		Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 20.
Delegacia de Polícia de Assis	José Gimenes Penessor	Brasileiro, natural de Indiana/SP, filho de Antonio Gimenes Penessor e de Luzia de Souza Gimenes, solteiro, com 21 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	João Garcia Roldan	Brasileiro, natural de Vargem Grande/SP, filho de João Garcia Roldan e de Maria Garcia Solé, casado, com 46 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	Jander Cavani	Brasileiro, natural de Iperó/SP, filho de Noris Cavani e de Maria Cavani, solteiro, com 23 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	Benedito Alves de Lima	Brasileiro, natural de Mandurí/SP, filho de Pio Alves de Lima e de Maria Alves de Lima, casado, com 44 anos de idade, estafeta da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	Paulo Alves Fernandes	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Venceslau Alves Fernandes e de Ermelinda Maria Fernandes, casado, com 37 anos de idade, ajudante de chefe de estação da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.

Delegacia de Polícia de Assis	Nelson Calonico	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de João Calônico e de Maria Catarina Guazere Calônico, casado, com 47 anos de idade, chefe de trem da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	Oscarlino Arruda de oliveira	Brasileiro, natural de Piracicaba/SP, filho de Balduino de Oliveira e de Donária Maria Truqueiro da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	José Pedro de Oliveira	Brasileiro, natural de Cambará/PR, filho de José Pedro de Oliveira e de Maria José de Jesus, casado, com 43 anos de idade, ajudante de maquinista da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	Manoel Louzada	Brasileiro, natural de Santa Isabel do Rio Preto/RJ, filho de Manoel Ferreira e de Margarida Louzada, casado, chefe de trem da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	Antonio Andreolo	Brasileiro, natural de Santa Cruz do Rio Pardo/SP, filho de Domingos Andreolo e de Ana Tabine, casado, com 48 anos de idade, telegrafista da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 21.
Delegacia de Polícia de Assis	José Cordeiro	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Antônio Cordeiro e de Francisca Rodrigues, casado, com 31 anos de idade,	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 22.

		conferente da Estrada de Ferro Sorocabana.		
Delegacia de Polícia de Assis	Benedito Alves de Lima	Brasileiro, natural de São Roque/SP, filho de Roque Alves de Lima e de Izabel de Lima, casado, com 27 anos de idade, ferroviário, truqueiro da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 22.
Delegacia de Polícia de Assis	Oliveira da Silva Garcia	Brasileiro, natural de Pirambóia/SP, filho de José Garcia e Maria Inacia da Silva, casado, com 61 anos de idade, ferroviário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 22.
Delegacia de Polícia de Assis	Atildes Cerigato	Brasileira, natural de Bauru/SP, filho de Atilio Cerigato e de Angelina Marques casado, com 48 anos de idade, camareiro da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 22.
Delegacia de Polícia de Assis	Laerte Ebes Cipriano	Brasileiro, natural de Presidente Prudente/SP, filho de José Cipriano e de Maria das Dores, casado, com 26 anos de idade, artífice da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Manoel Ferreira Quilici.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Assis. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0417, p. 22.
Delegacia de Polícia de Cândido Mota	Saquer Chadi	Brasileiro, natural de Cândido Mota/SP, filho de Carmo Chadi e de Maria Audi, desquitado, com 42 anos de idade, lavrador.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Victorino de Oliveira Barbosa.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Cândido Mota. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0480, p.9.
Delegacia de Polícia de	Luiz Yera Cobo	Espanhol, natural de Mancha Real, Província de Jaen, Espanha, filho de João Yera Gusmão e de Maria Lazia Cobo	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Victorino de Oliveira Barbosa.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Cândido Mota. In: Fundo

Cândido Mota		Teye, casado, com 60 anos de idade, castrador de animais.		DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0480, p.9.
Delegacia de Polícia de Cândido Mota	Guido Cavichini	Brasileiro, natural de Piratininga/SP, filho de José Cavichini e de Cecília Cavichini, casado, com 48 anos de idade, contador, funcionário público municipal.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Victorino de Oliveira Barbosa.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Cândido Mota. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0480, p.9.
Delegacia de Polícia de Cândido Mota	Luiz Yera Santiago	Brasileiro, natural de Mundo Novo/SP, filho de Luiz Yera Cobo e de Francisca Santiago Garcia, solteiro, com 32 anos de idade, incapaz para o trabalho.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Victorino de Oliveira Barbosa.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Cândido Mota. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0480, p.9.
Delegacia de Polícia de Chavantes	Humberto Silvestre	Brasileiro, natural de Itatinga/P, filho de Pedro Silvestre e Catarina Silvestre, casado, com 46 anos de idade, motorista.	Indiciado/a pela Delegacia de Polícia de Chavantes. Enviado a São Paulo/SP interrogado na Delegacia Especializada de Ordem Política e Social.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0498, p.2.
Delegacia de Polícia de Chavantes	Liberato Zambelli	Brasileiro, natural de Mogi-Mirim/SP, filho de João Zambelli e Antonia Zambelli, casado, com 28 anos de idade, operário agrícola.	Indiciado/a pela Delegacia de Polícia de Chavantes. Enviado a São Paulo/SP interrogado na Delegacia Especializada de Ordem Política e Social.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0498, p.2.
Delegacia de Polícia de Chavantes	Roque Pedroso da Silva	Brasileiro, natural de São Roque/SP, filho de Bento Pedroso da Silva e Antonia Ferreira, viúvo, com 50 anos de idade, volante, ferreiro e poceiro	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Deodato de Araujo.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0498, p.55.
Delegacia de Polícia de Chavantes	Marcos Batista da Silva	Brasileiro, natural de Petrolina/PE, filho de Elpidio Ferreira da Silva e Vitalina Maria da Silva, viúvo, 74 anos de idade, sem trabalho.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Deodato de Araujo.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0498, p.55.

Delegacia de Polícia de Chavantes	Francisco José Andrade Pacheco	Brasileiro, natural de Avaré/SP, filho de Jaime Soares Pacheco e Ambrozina Andrade Pacheco, solteiros, com 55 anos de idade, ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Deodato de Araujo.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0498, p.55.
Delegacia de Polícia de Chavantes	Manoel Soliver Azevevo	Brasileiro, natural de Manho Assu/MG, filho de Manoel Guilherme e Antônia Maria, casado, com 67 anos de idade, lavrador.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Deodato de Araujo.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Chavantes. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0498, p.55.
Delegacia de Polícia de Cambará	José Pennos da Silva	Comerciante. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Cambará	Irineu Sinos dos Santos	Comerciante. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.

Delegacia de Polícia de Cambará. Tiro de Guerra de Cambará. DOPS/PR.	Maria Lorena dos Santos e Silva	Não constam dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Capitão André Luiz dos Santos, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 05.
Delegacia de Polícia de Cambará. Tiro de Guerra de Cambará. DOPS/PR.	Edson Campos Silva	Não constam dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Capitão André Luiz dos Santos, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 05.
Delegacia de Polícia de Cambará. Tiro de Guerra de Cambará. DOPS/PR.	Miguel Dinizo	Não constam dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Capitão André Luiz dos Santos, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura:

				BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 05.
Delegacia de Polícia de Cambará	Teodorico Sinodeu	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Cambará	Sebastião Machado de Oliveira	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio	Aldo Fernandes	Juiz de Direito da Comarca de Cornélio Procópio. Não constam dados pessoais.	Preso na Delegacia de Cornélio Procópio. Preso em local desconhecido. Aposentado compulsoriamente, conforme Decreto Estadual n.º 15.090/64.	Relatório preliminar. Grupo de trabalho Ditadura, Sistemas de Justiça e Repressão, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Disponível em: < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/68989/Relatoria%2

				0- %20Caso%20Dr.%20Paulo%20Oví dio%20LAB%20MA.pdf?sequence =1&isAllowed=y>.
Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio	Paulo Ovídio dos Santos Carrilho	Promotor Público de Cornélio Procópio. Não constam dados pessoais.	Preso na Delegacia de Cornélio Procópio e no Quartel da Polícia Militar de Cornélio Procópio, de 29 de maio a 29 de junho de 1964.	DEAP/PR. Prontuário individual 7740. Ovídio dos Santos Carrilho. DOPS/PR.
Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio	Erasm Garanhão	Não constam dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Capitão André Luiz dos Santos, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_ 1373_d0001de0001, p. 05.
Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio	José Brand	Não constam dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Capitão André Luiz dos Santos, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_ 1373_d0001de0001, p. 05.

Delegacia de Polícia de Bandeirantes	Pedro Miguel Trindade	Comerciante. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Enviado a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Bandeirantes	Avelino Santana	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Enviado a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Bandeirantes e DOPS/PR.	Tarcizo Telino de Lacerda	Brasileiro, natural de Cajazeiras/PB, filho de José Telino Lacerda e Josina Carvalho de Lacerda, casado, bancário no Banco do Brasil.	Indiciado na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Capitão André Luiz dos Santos, Affonso Henrique Coelho, João Baptista Bezerra e Jorge Cunha da Gama Malcher, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: ACE 005896 de 1985 / Z7: Ofício n.º 225-CE da 5º RM/DI, de 02 de setembro de 1964. Serviço Nacional de Informações, 1985.
Delegacia de Polícia de	José Mania	Brasileiro, natural de Jundiaí/SP, filho de Antonio Mania e Marcilia Mania, casado,	Indiciado na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Capitão André Luiz dos Santos, Affonso	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades

Bandeirantes e DOPS/PR.		funcionário público federal, da Secção de Identificação do Ministério do Trabalho em Bandeirantes.	Henrique Coelho, João Baptista Bezerra e Jorge Cunha da Gama Malcher, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná.	Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: ACE 005896 de 1985 / Z7: Ofício n.º 225-CE da 5º RM/DI, de 02 de setembro de 1964. Serviço Nacional de Informações, 1985.
Delegacia de Polícia de Itambaracá	João Néris Barbosa	Brasileiro, natural de São João da Gamaleira/BA. Filho de Leoncio Néris Barbosa e Bernardina Maria de Jesus, casado, lavrador. Preso devido desavença com administrador da fazenda Santana na qual trabalhava.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Janson Martins da Delegacia de Polícia de Itambaracá. Enviado a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado pelo delegado Valfrido Pilotto, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, em 28 de abril de 1964.	DEAP/PR. Pasta Temática 521.58. Delegacia de Itambaracá. Fundo DOPS/PR.
Delegacia de Polícia de Itambaracá	Anacleto Jorge dos Santos	Comerciante. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Janson Martins da Delegacia de Polícia de Itambaracá. Enviado a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Pilotto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Itambaracá	João Francelino da Costa	Brasileiro, natural de Euclides da Cunha/BA. Filho de Francelino Alves da Costa e Maria Nascimento de Jesus da Costa, com 30 anos de idade, solteiro, barbeiro na Barbearia Santini.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Janson Martins da Delegacia de Polícia de Itambaracá. Enviado a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado pelo delegado Valfrido Pilotto, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, em 28 de abril de 1964.	DEAP/PR. Pasta Temática 521.58. Delegacia de Itambaracá. Fundo DOPS/PR.

Delegacia de Polícia de Itambaracá	Nicanor Maranhão	Lavrador. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Itambaracá	Durvalino Marques Luqueto	Brasileiro, natural de Palmital/SP. Filho de Primo Antônio Luqueto e Rita Marques, com 23 anos de idade, casado, lavrador. Residente na Fazenda Santana.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Janson Martins da Delegacia de Polícia de Itambaracá. Enviado a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado pelo delegado Valfrido Piloto, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, em 28 de abril de 1964.	DEAP/PR. Pasta Temática 521.58. Delegacia de Itambaracá. Fundo DOPS/PR.
Delegacia de Polícia de Itambaracá	João Francisco da Silva	Brasileiro, natural de União dos Palmares/AL. Filho de Joaquim Francisco da Silva e Francisca Candida da Conceição, com 54 anos de idade, casado, lavrador. Preso devido desavença com administrador da fazenda Santana na qual trabalhava.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Janson Martins da Delegacia de Polícia de Itambaracá. Enviado a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado pelo delegado Valfrido Piloto, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, em 28 de abril de 1964.	DEAP/PR. Pasta Temática 521.58. Delegacia de Itambaracá. Fundo DOPS/PR.
Delegacia de Polícia de Itambaracá	Jayme Jorge Vicente	Brasileiro, natural de Angustura/MG. Filho de Jorge Vicente e Maria Marcolina da Conceição, com 44 anos de idade, casado, lavrador.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Janson Martins da Delegacia de Polícia de Itambaracá. Enviado a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado pelo delegado Valfrido Piloto, da Delegacia de	DEAP/PR. Pasta Temática 521.58. Delegacia de Itambaracá. Fundo DOPS/PR.

			Ordem Política e Social do Paraná, em 28 de abril de 1964.	
Delegacia de Polícia de Itambaracá	Francisco Cardoso	Comerciante. Sem dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Conduzido a Curitiba/PR, preso no Presídio do Ahú e interrogado e solto pelo delegado Valfrido Piloto.	Lista dos presos DOPS, acervo UFPR, disponível em < https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/61704/Lista%20presos%20DOPS%20ANO%201964.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 11 abr. 2021. PARANÁ. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban. 2014.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	João Bento Vieira da Silva Netto	Brasileiro, Mococa/SP, filho de Antenor Augusto da Silva e Leonor Aba da Silva, solteiro, com 52 anos de idade, advogado	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Dirceu Bento da Silva	Brasileiro, natural de Chavantes/SP, filho de João Bento da Silva e Benedita Sabino da Silva, solteiro, com 23 anos de idade, radialista e estudante.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Jose Maria Paschoalick	Brasileiro, natural de Botucatu/SP, filho de Francisco e Zelinda Paschoalick, casado, com 52 anos de idade, inspetor escolar.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Jorge Franula	Iugoslavo, natural de Bravo, Iugoslávia, filho de Jorge Franula e Ana Grivanik Franula, casado, com 55 anos de idade,	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo

		ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana.		DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Valentino Frangiotti	Brasileiro, natural de Descalvado/SP, filho de João Frangiotti e Ana Maria Ruchana casado, com 46 anos de idade, ferroviário da Rede Paraná.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Salvador Gomes Fernandes	Brasileiro, natural de Macaé/RJ, filho de Jose Barbosa Fernandes e Julieta Gomes Fernandes, casado, com 37 anos de idade, jornalista	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Antônio Gusmão	Brasileiro, natural de Santa Cruz do Rio Pardo/SP, filho de Manoel Gusmão e Conceição Claras, casado, com 45 anos de idade, lavrador.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Ogélío Pereira de Assis	Brasileiro, natural de Itatinga/SP, filho de Ozório Pereira de Assis e Maria Antonia de Jesus, casado, com 48 anos de idade, ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Antonio Pereira da Costa	Brasileiro, natural de Conceição de Canide/PI, filho de José Pereira da Costa e Rosa Lima das Virgens, solteiro, com 36 anos de idade, operário.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.94.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Ana de Souza	Brasileira, natural de Salinas/MG, filha de Gregório de Souza e Maria José Fernandes, viúva, data de nascimento	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.95.

		desconhecida, mas com aproximadamente 40 anos de idade, lavradora		
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Dirceu Corrêa Custódio	Brasileiro, natural de Ourinhos/SP, filho de José Corrêa Custódio e Ana Rodrigues Corrêa, casado, com 44 anos de idade, ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.95.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Benedito Gomes Nogueira	Brasileiro, natural de Caconde/SP, filho de José Gomes Nogueira e Maria Paulina Nogueira, casado, com 37 anos de idade, chefe do Posto de Identificação e Fiscalização do Trabalho em Ourinhos.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.95.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Hélio Ismael Gonçalves Lino	Brasileiro, natural de Santa Cruz do Rio Pardo/SP, filho de Antonio Honorato Lino e Anália Gonçalves Lino, casado, com 41 anos de idade, professor e advogado.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.95.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Alvaro Ribeiro de Moraes	Brasileiro, natural de Juiz de Fora, filho de Alvaro Ferreira de Moraes e Elvira Ribeiro de Moraes, casado, com 40 anos de idade, engenheiro agrônomo e vereador.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.95.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Dário de Paula	Brasileiro, natural de Bananal/SP, filho de Vicente Antonio de Paula e Ambrosina Maria da Conceição, casado, com 53 anos de idade, lavrador.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.95.

Delegacia de Polícia de Ourinhos	José Alves Portela	Brasileiro, natural de Ribeirópolis/SP, filho de Antonio Alves Portela e Maria Batista dos Santos, solteiro, com 40 anos de idade, profissão ignorada.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.95.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	José Otávio Lemes	Brasileiro, natural de Assis/SP, filho de Francisco Lemes Rodrigues e Maria Cândida de Oliveira, casado, com 43 anos de idade, empreiteiro agrícola.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.95.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Maria Alves de Souza	Brasileira, natural de Oriente/SP, filha de João Alves Santa Rosa e Ana de Souza, solteira, com 23 anos de idade, empregada doméstica.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.96.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Ary Luiz de Souza	Brasileiro, natural de Muzambinho/MG, filho de Evaristo Luiz de Souza e Amélia Belcino da Conceição, viúvo, com 30 anos de idade, lavrador.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.96.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Antônio Pereira Bueno	Brasileiro, natural de Santa Cruz do Rio Pardo/SP, filho de Francisco Pereira Bueno e Santina Rossi, casado, com 43 anos de idade, ferroviário da Rede Federal.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.96.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Jairo Corrêa Custódio	Brasileiro, natural de Avaré/SP, filho de José Corrêa Custódio e Ana Rodrigues Corrêa, casado, com 46 anos de idade, ferroviário da Rede Federal.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.96.

Delegacia de Polícia de Ourinhos	Olavo Bilac de Carvalho	Brasileiro, natural de Itararé/SP, filho de Rodrigo João de Carvalho e Amélia Bertoni, casado, com 39 anos de idade, ferroviário da Rede Federal.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.96.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Stefano Sikorski	Brasileiro, natural de Cerro Pelado/SC, filho de João e Francisca Sikorski, solteiro, com 37 anos de idade, ferroviário da Rede Federal.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.96.
Delegacia de Polícia de Ourinhos	Dante Mansane Netto	Brasileiro, natural de Ponta Grossa/PR, filho de David e Rosarina Gansano, casado, com 46 anos de idade, ferroviário da Rede Federal.	Indiciado/a na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Ewerton Fleury Curado.	AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Ourinhos. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, nº da pasta OS 0707, p.96.
Delegacia de Polícia de Palmital	Daniel Ferraz da Cunha	filho de Benjamin Ferraz da Cunha e Maria Candida Ferraz; Mario Verza, filho de Adão Verza e Amalia Zuculin.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.
Delegacia de Polícia de Palmital	Manoel Pinheiro	Filho de José Pinheiro e Antonia Pinheiro.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.

Delegacia de Polícia de Palmital	José Maria Peres	Filho de Eustacio Perez Gomes e Francisca Fernandes Peres.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.
Delegacia de Polícia de Palmital	Joaquim Marana	Filho de Emiliano Marana e Joana Escalera Marana.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.
Delegacia de Polícia de Palmital	Milan Luigi	Filho de Nuncio Musili e Maximina Soares.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.
Delegacia de Polícia de Palmital	Altino Barreiros	Filho de João Barreiros e Lucia Hespanhol.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.
Delegacia de Polícia de Palmital	João Maria Cascales	Filho de Carmelo Cascales Aguilera e Piedade Gonçalves Picão.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo

				DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.
Delegacia de Polícia de Palmital	João Barreiros	Filho de João Batista Barreiros e Egidia Camilo de Oliveira.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.
Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina	Benedito Lúcio Machado	Não constam dados pessoais.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Capitão André Luiz dos Santos, da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Assunto Atividades Subversivas em Bandeirantes/PR - IPM. In: Termo de Inquirição de Testemunhas. Comissão de Inquérito Policial Militar, Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, 1964. Nomenclatura: BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001, p. 05.
Delegacia de Polícia de Palmital	Pedro Rocha	Filho de Laudelino Batista Rocha e Laura Souza Rocha.	Indiciados na Lei de Segurança Nacional n. 1.802. Delegado Marcio Prudente Cruz	AESP. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 26.
1966				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação ou ação repressiva	Fonte

Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho	Francisco Alves Cabral		Sequestro, tortura psicológica e tortura física. Major Dinalberto e tenente Rio da Polícia Militar de Jacarezinho.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997.
1967				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação ou ação repressiva	Fonte
Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho e Polícia Federal de Brasília, em Taguatinga/DF.	Francisco Alves Cabral		Sequestro, tortura psicológica e tortura física. Major Dinalberto e tenente Rio da Polícia Militar de Jacarezinho. Geraldo Porci, Deusdeth Cruz Sampaio e Índio Bugre Machado da Polícia Federal de Brasília.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Escritura Pública de Declaração unilateral que faz Nilson Bachiega. In: Processo 303/96: Francisco Alves Cabral - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, 1997. p. 26.
Delegacia de Polícia de Jacarezinho	Raul Gomes de Carvalho	Brasileiro, natural de Laranjal/MG, nascido em 23 de março de 1896, filho de João Elizário de Carvalho e Maria Izabel de Carvalho.	Preso acusado de ter feito parte do Grupo dos Onze em 1964.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Levantamento de antecedentes, pedido de busca n.º 013/82. 02 de agosto de 1982. ACT ACE 3211/82. Origem SI/DSI/PC/PR. Difusão SNI/ACT – DPF/PR – PM 2/PMPR. Serviço Nacional de Informações, 1982.
1968				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação ou ação repressiva	Fonte

2º Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho	Hammade Aiache	Brasileiro, casado, funcionário público estadual, ocupante do cargo de Agente Fazendário Nível 18. Foi funcionário do Posto de Mello Peixoto, de julho de 1963 a agosto de 1968, em Jacarezinho/PR.	Em 27 de agosto de 1968, foi detido por 70 horas sem saber o motivo da prisão e passou por tentativas de extorsão de confissões. Delegado Ladislau Bukowski, Major Dinalberto Cardoso Moreira e sargento José Marinho da Silva da Polícia Militar de Jacarezinho. Ofício n.º 1494/68/DRI.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Comissão de Estado dos Negócios da Fazenda – Comissão de Inquérito Administrativo. Protocolo n.º 45019, de 25 de novembro de 1970. Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná. Serviço Nacional de Informações, 1970.
Jacarezinho	Florismar Minocci	Vugo Rosa Branca ou Asa Branca.	Desaparecido	FIORUCCI, RODOLFO (Org). Baú de Memórias: reminiscências de idosos nos 30 anos de redemocratização (Jacarezinho-PR). Paradiminas/MG: Virtual Books, 2015, pg. 70-85.
2º Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho	João Bertagli de Lima		Relatou ter sido detido de pijama e levado para a frente do cinema como forma de humilhação e constrangimento público. Delegado Ladislau Bukowski, Major Dinalberto Cardoso Moreira e sargento José Marinho da Silva da Polícia Militar de Jacarezinho. Ofício n.º 1494/68/DRI.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Comissão de Estado dos Negócios da Fazenda – Comissão de Inquérito Administrativo. Protocolo n.º 45019, de 25 de novembro de 1970. Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná. Serviço Nacional de Informações, 1970.
2º Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho	Noel Casemiro da Silva	Brasileiro, casado, com 31 anos de idade, servente de pedreiro.	Relatou ter sido preso, maltratado e coagido a assinar confissões. Era policial militar e relata ter sido excluído da corporação. Delegado Ladislau Bukowski, Major Dinalberto Cardoso Moreira e	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Comissão de Estado dos Negócios da Fazenda – Comissão de Inquérito Administrativo. Protocolo n.º

			sargento José Marinho da Silva da Polícia Militar de Jacarezinho.	45019, de 25 de novembro de 1970. Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná. Serviço Nacional de Informações, 1970.
2º Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho	Jair Ribeiro Bueno	Brasileiro, casado, com 36 anos de idade, servente de pedreiro.	Relatou ter sido preso, maltratado, coagido a assinar confissões e relatou que as autoridades policiais ameaçaram seus familiares. Delegado Ladislau Bukowski, Major Dinalberto Cardoso Moreira e sargento José Marinho da Silva da Polícia Militar de Jacarezinho.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Comissão de Estado dos Negócios da Fazenda – Comissão de Inquérito Administrativo. Protocolo n.º 45019, de 25 de novembro de 1970. Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná. Serviço Nacional de Informações, 1970.
2º Batalhão da Polícia Militar de Jacarezinho	Vicente Costa		Relatou ter sido preso em Ourinhos/SP, no Grupo Escolar Jacinto Ferreira de Sá. Ficou preso por 3 dias sem saber o motivo. Delegado Ladislau Bukowski, Major Dinalberto Cardoso Moreira e sargento José Marinho da Silva da Polícia Militar de Jacarezinho. Ofício n.º 1494/68/DRI.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Comissão de Estado dos Negócios da Fazenda – Comissão de Inquérito Administrativo. Protocolo n.º 45019, de 25 de novembro de 1970. Secretaria do Estado da Fazenda do Paraná. Serviço Nacional de Informações, 1970.
1969				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação ou ação repressiva	Fonte
Delegacia de Polícia de Andirá	Antônio Brandão	Brasileiro, natural de Ourinhos/SP, nascido em 17 de julho de 1938, filho de Enéas Brandão e Izabel Luiza Brandão.	Preso e indiciado em Inquérito Policial (Processo-Crime n.º 36/69), acusado de agitação	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Levantamento de antecedentes, pedido de busca n.º 013/82. 02 de agosto de 1982. ACT

		Lavrador, ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari/PR.	junto aos trabalhadores rurais do município de Andirá.	ACE 3211/82. Origem SI/DSI/PC/PR. Difusão SNI/ACT – DPF/PR – PM 2/PMPR. Serviço Nacional de Informações, 1982.
Delegacia de Polícia de Andirá	Raul Gomes de Carvalho	Brasileiro, natural de Laranjal/MG, nascido em 23 de março de 1896, filho de João Elizário de Carvalho e Maria Izabel de Carvalho.	Preso e indiciado em Inquérito Policial (Processo-Crime n.º 36/69), acusado de agitação junto aos trabalhadores rurais do município de Andirá.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Levantamento de antecedentes, pedido de busca n.º 013/82. 02 de agosto de 1982. ACT ACE 3211/82. Origem SI/DSI/PC/PR. Difusão SNI/ACT – DPF/PR – PM 2/PMPR. Serviço Nacional de Informações, 1982.
Delegacia de Polícia de Andirá	Francisco de Assis Pereira	Brasileiro, natural de Minas Gerais, nascido em 14 de setembro de 1935, filho de João Tomaz Pereira e Cacilda P. Pereira.	Preso e indiciado em Inquérito Policial (Processo-Crime n.º 36/69), acusado de agitação junto aos trabalhadores rurais do município de Andirá.	BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS. Levantamento de antecedentes, pedido de busca n.º 013/82. 02 de agosto de 1982. ACT ACE 3211/82. Origem SI/DSI/PC/PR. Difusão SNI/ACT – DPF/PR – PM 2/PMPR. Serviço Nacional de Informações, 1982.
1971				
Local	Nome	Dados pessoais	Acusação ou ação repressiva	Fonte
Delegacia de Polícia de Abatiá	João Teodoro Rodrigues	Parceleiro, sem dados pessoais.	Foi morto por forças policiais, em 25 de outubro de 1971, a mando do proprietário da fazenda onde a vítima vivia e trabalhava, a terra na região de Abatiá.	BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2), p. 108.

Levantamento temático dos documentos sobre a região do Norte Velho do Paraná

Documentos do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina e na Base de Dados Memórias Reveladas:

1. Levantamento de Antecedentes, de 02/06/1982.
 - a. Referente a região NPP: trata de pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá.
 - b. Referente a região Sul SP: o documento cita uma denúncia de agitação no meio rural, promovida por Francisco de Assis Pereira e João Batista dos Santos em Pirajú/SP, através do Sindicato dos Trabalhos Rurais de Pirajú. Ademais, o documento relata a existência de atividades políticas, promovidas por Francisco de Assis Pereira, junto aos trabalhadores rurais, em Jacarezinho/PR, Candido Mota/SP, Bandeirantes/PR, Cambará/PR, Ourinhos/SP e Cornélio Procópio/PR, no ano de 1974.
2. Mariulza Fernandes Franco, de 16/03/1982.
 - a. Referente a região NPP: Franco se mudou para Cornélio Procópio/PR em 1964 e atuou como professora e advogada no município. O documento também menciona que Fraco teria feito parte do um grupo do PCB em Cornélio Procópio. O documento ainda menciona que o grupo de militantes do PCB em Cornélio Procópio seriam liderados por Rui S. Sampaio (funcionário do Banco do Brasil) e integrado por José Baddauy, que em 1982 estaria trabalhando em um escritório de advocacia em Londrina/PR.
3. Mariulza Fernandes Franco, de 06/07/1982.
 - a. Referente a região NPP: o documento cita a sua ligação com Omar José Baddauy, que seria ex-militante do PCB em Cornélio Procópio.
4. Subversão no meio operário sindical – realização de cursos de liderança sindical, de 13/10/1981.
 - a. Referente a região NPP: o documento cita a atuação de “esquerdistas” em áreas dentro de sindicatos e associações profissionais pré-sindicais. O documento cita o Banco do Brasil, agência Cornélio Procópio/PR.
5. Atuação de militantes e ex-militantes de organizações subversivas ligadas a entidades religiosas, de 23/10/1981.
 - a. Referente a região NPP: Moacyr Reis Ferraz junto com Laudelina Ferraz teriam distribuído o jornal Tribuna do Povo, no ano de 1954, em Ibaíti/PR. O jornal é tido como comunista no informe.

6. Elementos com antecedentes negativos no Governo do Paraná, de 17/05/1983.
 - a. Referente a região NPP: o documento contém dados sobre Cacilda Calixto, Antonio Narciso Pires de Oliveira e Moacir Reis Ferraz. Calixto é natural de Ribeirão Claro/PR, foi contratada como datilógrafa da Assembleia Legislativa do Paraná, teria atuado no movimento estudantil em Curitiba/PR e seria militante do MR-8. Pires é natural de Cornélio Procópio/PR, foi preso em 1975, pela Operação Morumbi, por atividades ligadas ao PCB e em 1983 atuava como Diretor dos Serviços Públicos Especiais do Departamento de Serviços de Utilidade Pública. Ferraz é natural de Tomazina/PR, foi preso em 1975, acusado de tentar rearticular o PCB no Paraná e em 1983 atuava como Diretor da Diretoria de Rendas de Atividades Econômicas do Departamento de Fazenda da Prefeitura Municipal.
7. Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Palestino e Libanês – Londrina/PR, de 15/10/1982.
 - a. Referente a região NPP: o documento traz dados sobre Ali Aldersi Saab, engenheiro agrônomo, natural de Cornélio Procópio, que seria membro da cúpula do PCB.
8. Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Palestino e Libanês – Londrina/PR, de 15/10/1982.
 - a. Referente a região NPP: o documento relata que Saab residiu em Cornélio Procópio, em 1976, e que teria contato com Rui S. Sampaio e Erasmo Garanhão, citados como conhecidos agitadores.
9. Augusto Pinto Boal, de 29/09/1981.
 - a. Referente a região NPP: o documento trata da realização de um curso sobre o Teatro do Oprimido e o Teatro Popular, ministrado por Augusto Boal, em Londrina, entre os dias 17 e 18 de agosto de 1981. Entre os participantes estavam representantes de Uraí/PR, Jataizinho/PR, Cornélio Procópio/PR, Sertanópolis/PR, entre outras.
10. Atividades subversivas – Adalino Ignacio Agostinho e outros, de 02/04/1982.
 - a. Referente a região NPP: o documento contém um histórico sobre Elias Pedro Chueiri, residente em Jacarezinho, que seria membro da Célula Constantino Marochi da Organização Secreta do Comunismo no Paraná.
11. Julgamento de indiciado pela auditoria da 5ª RM, de 24/03/1970.

- a. Referente a região NPP: o documento porta a condenação de um ano de prisão, de Florismar Minoci de Oliveira, pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército – 5ª RM. Oliveira era natural e residente de Jacarezinho/PR.
12. Mário Stasiak, de 06/03/1975.
- a. Referente a região NPP: o documento relata que Stasiak, concorrente ao concurso de ingresso em magistratura de carreira, possuía registro de antecedentes. Em 1964, quando era residente de Jacarezinho/PR, Stasiak foi processado por ouvir os discursos de Brizola na rádio Mayrink Veiga e pela acusação de ter formado um grupo dos 11. O documento menciona que Stasiak era presidente do Círculo Literário Castro Alves, em Jacarezinho/PR e obedecia as emendas da UNE, UPES e UBES, no início da década de 1960.
13. Associações de Professores do Paraná (APP) – criação e eleição para a 1º diretoria, de 07/12/1982.
- a. Referente a região NPP: contém o levantamento dos presidentes dos núcleos da APP, sendo a diretora em Cambará/PR Ana Aparecida Senhorini Rodrigues Ferreira, em Cornélio Procopio/PR Paulo Sidrião de Alencar Freitas e em Jacarezinho/PR Rodrigo Saviani Lemos.
14. Ordem dos advogados do Brasil – Secção do Paraná (OAB/PR), de 16/02/1983.
15. O documento trata da diretoria do OAB/PR, eleita para o biênio 1983/1984.
- a. Referente a região NPP: um dos objetivos dessa diretoria seria formar subcomissões estaduais, com sedes em Jacarezinho/PR, Ponta Grossa/PR, Francisco Beltrão/PR, Maringá/PR e Pato Branco/PR. As novas comissões ajudariam na investigação de casos de violação de direitos humanos e teria na Comissão de Justiça e Paz do Paraná (CJP/PR), um ponto de apoio e orientação.
16. José Barbosa Filho e outros, de 24/10/1975.
- a. Referente a região NPP: o documento pede um parecer sobre o julgamento de pessoas relacionadas ao processo n.º 350. Entre essas pessoas está Daniel Eggeia Rodrigues, funcionário público municipal residente em Santo Antônio da Platina/PR. Rodrigues estava sendo acusado de participar do grupo dos 11, em Santo Antônio da Platina. Outras com levantamento de antecedentes nesse documento são de João Alves Ferreira (comerciante, natural de Santo Antônio da Platina), João Braga Rosendo (residente em Santo Antônio da Platina), José Barbosa (funcionário público federal, natural e residente em Santo Antônio da Platina), José Correa Gomes (funcionário público municipal, residente em Santo

Antônio da Platina), Levi Resende (residente em Santo Antônio da Platina) e Valdomiro Teixeira de Carvalho (funcionário público, municipal residente em Santo Antônio da Platina), também acusados de participarem do grupo dos 11 na mesma cidade.

17. PCdoB – Severino Araújo/Severino Nunes de Araújo, de 28/07/1982.

- a. Referente a região NPP: o documento trata de uma publicação do jornal Tribuna da Luta Operária, que traz a informação da organização de um Comitê pela Reforma Agrária em Uraí/PR, que englobaria oito municípios da região e teria como dirigente Severino Araújo. Araújo residia em Uraí, foi eleito vereador pelo MDB/Uraí em 1976 e concorreu as eleições de deputado estadual em 1978, mas não se elegeu e não possuía antecedentes no SNI/Agência Curitiba.

18. Entidades de moradores – Histórico, Atividades e Diretorias – Paraná – Junho 88, de 20/07/1988.

- a. Referente a região NPP: o documento relata a fundação da Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná (FAMOPAR) em 06 de abril de 1986, tendo como vice presidente, em Cornélio Procópio/PR, Jorge de Lima Sobrinho.

Documentos do Arquivo Público Paraná - Divisão de Documentação Permanente, sobre a região do Norte Velho do Paraná:

Documento BR PRAPPR.PB004.PT527b.58

	Título	Data	Produção	Assunto
19	Ficha de Expedição - Telegrama Rádio Mayrink Veiga Rua Mayrink 15 Rio GB	03/06/1964	p. 15-16	“Estudantes secundários Jacarezinho mobilizados contra golpismo. Mario Stasiak Secretário Regional UPES”.
20	Reforma agrária		Recorte de Jornal p. 17	O documento trata da organização de proprietários rurais do Paraná contra políticas rurais do Governo Goulart. Os proprietários teriam como representante Dom Geraldo de Proença Sigaud, ex-bispo de Jacarezinho e bispo de Adamantina.
21	Eleições em Jacarezinho		Recorte de Jornal p. 17	O documento relata a eleição da diretoria do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Jacarezinho.
22	Resposta a solicitação contida na Circular de n.º 1196	03/01/1953	Delegado Regional de Polícia. p. 18-20	Levantamento de entidades recreativas, esportivas e culturais em Jacarezinho/PR.
23	Apreensão de publicações e anotações	11/04/1956	11ª Delegacia Regional de Polícia. p. 21-26, p. 36-41, 46-49.	O documento trata da apreensão de livros do quarto de João Gonçalves Costa, na Pensão Paraná. Foram apreendidos 33 livros, “20 revistas diversas sobre Comunismo e 3 cadernos de anotações sobre assuntos comunistas”. O documento ainda contém relato sobre a apuração do inquérito aberto, informando que o dono da pensão José

				Pedro Ribeiro de Lima estava trabalhando na conscientização de trabalhadores rurais, mesmo após ser cassado o mandato do Partido Comunista.
24	Elementos comunistas	04/04/1948	Delegacia de Polícia de Ribeirão Claro, p. 28	O documento é uma resposta a uma circular do DOPS e indica que no município não existem elementos extremistas e nem células comunistas.
25	Elementos comunistas	22/04/1948	Delegacia de Polícia de Santa Mariana, p. 29-30	O documento é uma resposta a uma circular do DOPS e envia nomes dos líderes das atuações e uma lista de elementos comunistas. O documento elenca 72 nomes e endereços.
26	Contribuintes do PCB	27/04/1948	Delegacia de Polícia de Bandeirantes. p. 31.	O documento relata a apreensão de talões de 29 pessoas, que contribuiriam com o PCB.
27	Elementos comunistas	27/04/1948	Delegacia de Polícia de Bandeirantes. p. 32-35.	O documento é uma resposta a uma circular do DOPS e envia nomes dos líderes das atuações e uma lista de elementos comunistas. O documento elenca 154 nomes e endereços.
28	Instauração de inquérito e tiros	29/04/1948	Delegacia de Polícia. p. 50, p. 56-57.	O documento relata a troca de tiros em Quatiguá, de Estanislau Zsostak, contra a polícia. Zsostak seria um elemento comunista.

29	Prisão	13/04/1948	Delegacia de Polícia de Cinzas. p. 52-54, p. 58-63.	O documento relata que por ordem do Delegado Regional de Jacarezinho, foi efetuada a busca e prisão de vinte pessoas que fariam parte da Célula Comunista “Olga Benário Prestes”, sediada no município de Cinzas/PR. Os prisioneiros foram encaminhados para Jacarezinho/PR.
----	--------	------------	---	--

Documento BR PRAPPR.PB004.PT1801.216

	Título	Data	Produção	Assunto
30	Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Jacarezinho		p. 01-02	O documento mostra as chapas eleitas nos triênios 1975/1978 e 1978/1981.

Documento BR PRAPPR.PB004.PT2042.321

	Título	Data	Produção	Assunto
--	---------------	-------------	-----------------	----------------

31	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho		p. 01-03	O documento mostra as chapas eleitas nos triênios 1975/1978, 1977/1980 e 1978/1981.
----	---	--	----------	---

Documento BR PRAPPR.PB004.PT527a.58 - Documentos referentes à DP Jacarezinho Antigo

	Título	Data	Produção	Assunto
32	Comunicação	25/01/1969	Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina. p. 195-196.	O documento contém a seguinte informação “evitei perturbação da ordem localidade Santo Antônio da Platina não permitindo manifestação”.

Documento BR PRAPPR.PB004.PT630.71 - Documentos referentes à DP Santo Antônio da Platina

	Título	Data	Produção	Assunto
33	Cafeicultores do Paraná dão apoio a Figueiredo	04/04/1980	Recorte de jornal, p. 15.	Manifestação de produtores, com carreatas de máquinas agrícolas, no centro de Santo Antônio da Platina. A manifestação se posicionava contra o confisco cambial do café e contra a política agrícola do Brasil. Na manifestação foi lida uma carta aberta na

				qual os manifestantes pediam mais apoio por parte do Governo Figueiredo.
34	Pichações	19/11/1979	Termo de Declaração – Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina. p. 20.	Na declaração, Robson Margarido Audi relata ter pichado, junto com Valcir Machado Silveira, “Democracia ou Comunismo”, “Liberdade de Imprensa e Expressão” e uma suástica no muro do Colégio Rio Branco. No muro do Tiro de Guerra teria escrito “a solução...”, seguido de uma suástica e na residência do cadete Celso Bach[?]told escreveram “queremos democracia”, “abaixo a falsa democracia” e que as ideias teriam partido mais de Valcir.
35	Pichações	19/11/1979	Termo de Declaração – Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina. p. 20.	O documento é o depoimento de Valcir Machado Silveira, sobre as pichações.
36	Socos e Pontapés	11/04/1974	p. 35-43.	As páginas relatam uma briga que teria acontecido na Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina. Nesta, os vereadores Airton de Jesus Levatti e Félix Furtado Filho estariam embriagados e tentaram agredir o presidente e outros vereadores, sendo revidados com socos e pontapés. No documento também aparecem algumas

				acusações de sobre atividades consideradas subversivas.
37	Rubens Alves	27/04/1973	Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina. p 44-46.	Os documentos tratam de Rubens Alves, comerciante, que teria sido acusado e absolvido, pelo envolvimento com o Grupo dos 11.
38	Francisco Bebiano	22/12/1970	Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina. p 78-80.	O documento contém informações sobre Francisco Bebiano, comerciante, que teria assinado uma lista de organização do grupo dos 11.
39	Vicente Ribeiro Lemes	08/04/1964	Auto de declarações, Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina. p. 97-103.	O documento é o relato de Lemes e trata do recebimento de uma lista enviada pela Rádio Mayrink Veiga, referente a formação do grupo dos 11. Na lista estariam os nomes de Pedro Bastos, Benedito de Tal, Chico Preto, Sebastião Ignácio, Rezende de Tal e Laudine Biebengut. Após, nas páginas seguintes aparecem os depoimentos de José Barbosa Filho e José Braga Rosendo.
40	Joaquim Alberto Castro Esteves	03/06/1954	Delegacia de Polícia de Santo Antônio da Platina. p. 104-107.	Os documentos tratam de Esteves, que teria assinado uma lista, em 1964, a favor da reforma agrária.

Fichário Individual

	Nome	Arquivo	Produção	Assunto
41	Francisco de Assis Pereira	FI 31.401	Polícia Civil – Divisão de Segurança e Informações – Subdivisão de Informações. 5 páginas	Ex-professor da Faculdade de Mandaguari, advogado, fichado como líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá e atuante junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirajú. Possuía um escritório de advocacia em Andirá/PR e “mantém uma verdadeira indústria de reclamationárias trabalhistas” (1972, na p. 02).
42	Alcides Bonesso	FI 05.147	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Bonesso era um lavrador de Andirá/PR, que foi preso em 10/05/64 e solto em 13/06/1964. Foi novamente detido em 1967, sob a acusação de estar envolvido no grupo dos 11, no fim de março de 1964. Após, em 1968, foi acusado de promover atividades subversivas com seus irmãos, em Andirá, “tendo inclusive reorganizado o Partido Comunista em Andirá” (p. 02).
43	Alexis Bonesso	FI 05.148	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Bonesso era um lavrador de Andirá/PR, que foi preso em 10/05/64 e solto em 13/06/1964. Foi novamente detido em 1967, sob a acusação de estar envolvido no grupo dos 11, no fim de março de

				1964. Após, em 1968, foi acusado de promover atividades subversivas com seus irmãos, em Andirá, “tendo inclusive reorganizado o Partido Comunista em Andirá” (p. 02).
44	Edmundo Bonesso	FI 05.149	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Edmundo Bonesso também é identificado como lavrador Andirá/PR, preso em 10/05/64 e solto em 13/06/1964. Após, em 1968, foi acusado de promover atividades subversivas com seus irmãos, em Andirá, “tendo inclusive reorganizado o Partido Comunista em Andirá” (p. 02).
45	Orlando Bonesso	FI 05.150	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Em 1968 consta que foram realizadas “reuniões comunistas” na residência de Orlando Bonesso. Consta registro de que era suspeito de ser comunista em 1970.
46	Francisco Alves Cabral	FI 06.415	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Foi recolhido ao quartel PME em 1964, acusado de ações subversivas e consta a informação de que em 1967 estaria atuando na área entre Londrina e Jacarezinho, sendo “agitador altamente doutrinado, afeito às táticas marxistas, mestre em difusão de boatos. Realizou em Cuba, sendo homem de confiança de Arraes [...]” e “costuma apresentar-se

				como comunista, hoje arrependido e faz-se passar por informante do SNI e Exército Nacional” (p.02).
47	Sebastião Dias Camargo	FI 06.826	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Ficou preso de 05/04/64 a 12/06/64, na Prisão Provisória do Ahú, em Curitiba/PR. Também esteve detido em Jacarezinho/PR, em 1967, acusado de estar envolvido com o grupo dos 11, no fim de março de 1964.
48	Lauro Castilho	FI 08.256	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Em 1967 consta como candidato das últimas eleições, nos arquivos do SNI.
49	Lauro Castilho	FI 08.257	Polícia Civil – Divisão de Segurança e Informações – Subdivisão de Informações. 02 páginas	Fichado em 1979 como integrante da Chapa para Delegados à Convenção Regional na renovação do Diretório Municipal do MDB de Londrina (ASI/FUEL).
50	Maria Lorena dos Santos e Silva	FI 40.849	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Professora, moradora de Cambará, foi detida em 14/05/1964 e solta em 18/06/1964. Pelo Ato Institucional, foi aposentada em 1964.
51	Euclides Casemiro Teixeira	FI 43.977	Delegacia de Ordem Política e Social. 2 páginas.	Fichado em 1942 como chefe dos integralistas, em Andradas/MG.

Fichário Individual

	Nome	Arquivo	Produção	Assunto
52	Francisco de Assis Pereira	PI 1243.343	Polícia Civil – Divisão de Segurança e Informações – Subdivisão de Informações. 12 páginas	Ex-professor da Faculdade de Mandaguari, advogado, fichado como líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá e atuante junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pirajú. Possuía um escritório de advocacia em Andirá/PR e “mantém uma verdadeira indústria de reclamações trabalhistas” (1972, na p. 02).
53	Francisco Alves Cabral	PI 1226.342	Polícia Civil – Divisão de Segurança e Informações – Subdivisão de Informações. 06 páginas.	O documento apresenta informações sobre atuações na região do Norte Pioneiro, em Foz do Iguaçu, Paranaguá e sua ida ao Distrito Federal.

Demais documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas sobre a região do Norte Velho do Paraná

	Nome	Data e arquivo	Produção	Assunto
54	Atividades subversivas em Santo Antônio da Platina	18/06/1964 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_85005883_d0001de0 001	SNI	O documento contém informações sobre a atuação de Benedito Lúcio Machado e o IPM instaurado sobre ele, em 1964, acusado por atividades subversivas. O documento ainda cita que Rubens Alves (presidente do PTB local), Benedito Marques Cabral (vereador e presidente da Câmara), junto com Machado, adotaram a linha do Governo Goulart e de Leonel Brizola, eram vistos como “agitadores” e também são acusados formarem um Grupo dos 11.
55	Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia	22/10/1984 BR_DFANBSB_ZD_0_0_001 1A_0059_d0002	Departamento de Polícia Federal PR – Serviço de Informações	O documento trata do 4º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia, no Rio de Janeiro e do 4º Encontro Estadual de Estudantes de Pedagogia, em Maringá/PR. O documento aponta no item 4.2 que havia uma delegação da Faculdade de Filosofia de Jacarezinho/PR presente no ENEPe (UEM), sendo que mais levou participantes. Os acadêmicos que participaram foram Dulcines Blasco Cardoso, Margarida Alves Giraldi, Maria Aparecida de Oliveira da Luz, Marluce Resende Ferreira, Ana Maria de Carvalho, Silvana Manetta da Cunha, Vera Lúcia Vedan, Sônia Maria Galtze e Paulo Tadeu Silva. O evento contou com um total de 150 estudantes e abertura foi realizada por Dulcines Blasco Cardoso, Ione Turkewcz e Luci Frans Kira. O tema do evento era “Sociedade em Transição”.

56	Atividades Subversivas em Andirá/PR – IPM	15/07/1985 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_85005898_d0001de0 001	SNI – III Exército, 5ª Região Militar	O documento contém informações sobre Edmundo e Alcides Bonesso, acusados de atividades subversivas. No documento contém um relatório sobre o processo de ambos, tratando sobre a Associação dos Trabalhadores Rurais de Andirá, a atuação também de Francisco Alves Cabral. Ademais, outros temas são a regularização da Associação e sua passagem para Sindicato, tendo Antonio Mendonça Conde conseguido a Carta Sindical no Ministério do Trabalho, a liderança de Maria Lorena Campos e Silva, de Cambará e a atuação em Andirá em consonância com Cambará, além de que “tentaram aliciar em Bandeirantes, trabalhadores rurais para a resistência contra a revolução, sempre de acordô e em ligação com Maria Lorena Campos e Silva” (p. 06).
57	Miguel Dinizo	1982 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_82002285_d0001de0 002	SNI – Agência Curitiba	No documento contém um histórico de Miguel Dinizo, médico, em que aparecem as informações de 1966 nas quais Dinizo seria deputado estadual pelo PTB, com atuação subversiva intensa, sendo ligada a Maria Lorena Campos Silva e seu marido, Edson Campos Silva. Ainda consta que em 1964 Dinizo teria 90% das ações da Difusora de Cambará/PR, que teria feito propagando sobre o socialismo antes do golpe de 1964. O documento também cita o IPM aberto sobre Edson Campos e Silva, Maria Lorena Campos e Silva, Sebastião Machado e Miguel Dinizo.
58	Elementos condenados pela Justiça Militar e foragidos	17/04/1970 BR_RJANRIO_CNV_0_RCE_ 00092000170201505_v_02_00 35_d0001de0001	Ministério da Aeronáutica – Quarta Zona Aérea – Quartel General –	Consta a expedição de mandato de prisão ao Departamento de Polícia Federal do Paraná e Santa Catarina, em 19/08/1964 contra Edson Campos Silva e Maria Lorena Campos e Silva.

			Divisão de Segurança	
59	Militantes de esquerda compondo as equipes dos governos do Estado do Paraná e do município de Curitiba/PR	16/06/1983 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_AAA_83035012_d0001de0 001	SNI Agência Central	Entre outras informações, o documento trata de Erasmo Garanhão, que seria Secretário de Finanças do Governo, ex-líder estudantil, agitador e anarquista.
60	Nomeações de elementos possuidores de registros ideológicos na administração pública direta e indireta da esfera federal	19/09/1988 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_AAA_83035012_d0001de0 001	SNI	O documento menciona que no âmbito do Ministério do Interior, Erasmo Garanhão foi nomeado membro do Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (DOU 124, 04 jun. 88). Garanhão esteve preso em 1964, pela acusação de ter exercido atividades subversivas e militado pelo PCB.
61	Câmara Municipal de Cornélio Procópio/PR – Dulce Maria Alves	26/03/1981 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_81000848_d0001de0 001	Departamento de Polícia Federal – Serviço de Informações	O documento trata da eleição para a mesa executiva da Câmara dos Vereadores de Cornélio Procópio. A mesa executiva ficou composta por Rui Sampaio (PMDB) como 1º Secretário e devido a isso, o documento contém um histórico de Ruy Schmmelpfeng Sampaio. Alguns pontos do histórico são a atuação de Sampaio junto ao programa Opinião, sendo da equipe de Erasmo Garanhão, em 1974, a atuação como vereador, professor e militante do PCB, com citação de atuações conjuntas com Baddauy, Garanhão e Lagana.
62	Desacertos envolvendo Erasmo	31/07/1984	SNI	O documento trata de rumores de irregularidades com relação a taxas de intermediação em negociações de empréstimo em moeda estrangeira e taxas

	Garanhão, ex-secretário de Estado das Finanças do Paraná	BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_84005138_d0001de0005		favorecidas de juros bancários, envolvendo o Secretário de Estado das Finanças do Paraná, Erasmo Garanhão, que fazia parte do governo José Calil/Richa. Entre as operações citadas, está um empréstimo de Cr\$ 35 milhões a Omar Baddauy, avalizado por Garanhão, sendo concedido pelo Banco Mercantil de Descontos, a juros de 2% ao mês. Após o levantamento das operações, o documento afasta as evidências de beneficiamento próprio, mas aponta falta de zelo na condução das negociações.
63	Atividades subversivas em Cornélio Procópio	22/05/1985 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_85005742_d0001de0001	SNI	O documento trata do IPM instaurado em 1964, com a acusação de atividades subversivas ocorridas em Cornélio Procópio, que indiciava Erasmo Garanhão, Euclides Fonseca, Hamilton Pereira Bueno, José Brandt Silva, Omar José Baddauy, Paulo Ovidião dos Santos Carrilho e Pedro Nunes Faria. O documento atesta que segundo a 5ª Região Militar, foi verificado que Erasmo Garanhão, Euclides Fonseca, José Brandt Silva e Omar José Baddauy praticaram crime previsto na Lei de Segurança Nacional e no Código Penal Militar. Em 1966, o Juiz Auditor da 5ª CJM rejeitou a denúncia contra Erasmo Garanhão e não se tinha a decisão sobre os demais. O documento ainda informa que Euclides Fonseca era delegado da União dos Ferroviários da Rede Viação Paraná – Santa Catarina e que mantinha ligações com Miguel Pan, sendo este Presidente da União dos Ferroviários da Rede Viação Paraná – Santa Catarina. Fonseca teria recebido em sua residência Mario Ramão Cassal, médico, enviado do Rio de Janeiro para o Sindicato e Cassal teria agido junto ao Sindicato de Ensacadores e Ferroviários Cornélio Procópio. Fonseca teria realizando a distribuição de boletins, panfletos e propaganda subversiva recebida de Miguel Pan. Omar Baddauy era funcionário do Banco do Brasil e teria sido acusado de elogiar os atos do Governo João Goulart e “o fato assume maior gravidade porque a sua pregação extravasando o círculo de companheiros, bancários com êle, chegou aos bancos das escolas, onde é professor” (p. 07). Erasmo Garanhão era funcionário do Banco do Brasil, vereador e líder estudantil, e exercia liderança nos meios estudantis, bancários

				e comerciários, apoiando Goulart, Brizola e “incitava os trabalhadores rurais a fazer reivindicações descabidas quanto aos seus direitos e liderou greves estudantis e inclusive comerciários, quando da “lei da Semana Inglesa” promulgada pela Câmara Municipal, quando tentou fazer com que estudantes e comerciários fechassem as portas do comércio local [...] e de caso pensado, apresentou na Câmara Municipal projeto inexecutável dado a pobreza do Município e falta de verbas para êsses fins”. (p. 07). José Brandt é descrito como hábil negociante, ex-gerente da agência Assaí/PR, do Banco do Brasil. Após trabalhar no banco, começou a atuar no Ministério do Trabalho, quando teria começado a sua atuação aos sindicatos de trabalhadores rurais e de ensacadores, além de manter relações com os ferroviários, na região de Cornélio Procópio.
64	Remissiva de arquivamento de documentos especiais	Maio de 1984 BR_DFANBSB_ZD_0_0_002 8A_0005_d0004	Coordenação Regional do Arquivo Nacional do DF - CORECpp	Recortes dos jornais Diário Popular, de 16 de maio de 1984 e O Estado do Paraná, de 13 de maio de 1984, 19 de maio de 1984 e de 29/05/1984, sobre as denúncias de assuntos financeiros envolvendo Erasmo Garanhão.
65	Caso dos dólares	Maio de 1984 BR_DFANBSB_ZD_0_0_002 8A_0005_d0005		Recortes dos Jornais O Estado do Paraná, de 20 de maio de 1984, 22 de maio de 1984, do Jornal do Estado, de 22 de maio de 1984 e do jornal Folha de Curitiba, de 22 de maio de 1984, sobre as denúncias de assuntos financeiros envolvendo Erasmo Garanhão.
66	Atividades do Ex-Secretário de Estado e Finanças do	30/03/1987	Departamento de Polícia Federal PR,	O documento aponta que Erasmo Garanhão, advogado, ex-fiscal da Carteira Rural de Empréstimo Agrícola do Banco do Brasil, em Cornélio Procópio, em 1968 teria frequentado um curso de guerrilha de quatro semanas em Caracas/Venezuela, que exerceu grande atuação no Movimento Estudantil,

	Paraná – Erasmo Garanhão	BR_DFANBSB_ZD_0_0_002 8A_0005_d0008	Serviço de Informações	era ex-vereador em Cornélio Procópio e em 1983 havia sido nomeado para o cargo de Secretário de Estado. Após, o documento trata das denúncias de irregularidade em empréstimos financeiros feitos por Garanhão no Governo do Paraná e da nomeação para Secretário de Finanças do Estado de Rondônia, sendo um de seus primeiros atos o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos estaduais, em até 75%.
67	Movimento Estudantil	04/05/1971 BR_AN_BSB_VAZ_035A_00 87	Ministério da Aeronáutica – Quarta Zona Aérea – Quartel General – Divisão de segurança	O documento informa o envio de três panfletos, que teriam sido fixados nas paredes do Pavilhão de Letras e distribuídos a estudantes da USP nos dias 19 e 20 de abril de 1971. O documento relata que José Fulanete de Nadai era antigo líder estudantil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis/PR e estava frequentando o curso de Teoria Literária na USP. O primeiro dos panfletos tratam de um episódio em que uma roda de samba teria sido reprimida na USP e que ao tentarem realizar uma reunião sobre o fato, foram coagidos por professores e funcionários da universidade. Diante disso, os panfletos pediam a revogação do Decreto-Lei 477. O segundo panfleto é escrito em formato de carta enviada ao Jornal “O Estado de São Paulo” e denuncia a prisão de Rioco Kayano, aluna de Letras que foi presa em 27 de fevereiro, em circunstâncias e com motivação desconhecida. O terceiro é um manifesto ao povo brasileiro, escrito em espanhol, pela Campanha Contra a Pena de Muerte, escrito em março de 1971, em Santa Cruz, e enviado para Florismar Minoci de Oliveira, El Frente de Exilados Brasileños em Bolívia, Movimento de Solidaridad de Estudiantes Bolivianos, Orlando Bersatti T., Movimento de Estudiantes Latinoamericanos em Solidarida al Pueblo Brasilño e a Juan Ignacio Mendez.
68	Francisco Alves Cabral – desaparecido não constante do Anexo	1996/1997	Serviço Público Federal – Comissão	O documento pede a indenização de Maria Nazaré Oliveira Cabral, esposa de Francisco Alves Cabral. Cabral foi militante na região entre Londrina e Jacarezinho, atuando junto a sindicatos rurais, possuindo uma atuação conflituosa entre os sindicatos e os policiais e militares da região. No

	I – Indeferido em 30/01/1997	BR_DFANBSB_AT0_0_0_02 59_d0001de0001	de Mortos e Desaparecidos Políticos	documento contém documentos oficiais, cartas dos filhos falando sobre a atuação de Cabral, a perseguição do DOPS e os desdobramentos de seu desaparecimento, além um depoimento da esposa. Cabral teria sido morto em novembro de 1969 em dependências policiais, quando cumpria pena privativa de liberdade na Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas, em Piraquara.
69	Francisco Alves Cabral – negados!	2004 BR_DFANBSB_AT0_0_0_02 60_d0001de0001	Serviço Público Federal – Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos	O documento pede a indenização de Maria Nazaré Oliveira Cabral, esposa de Francisco Alves Cabral. Cabral foi militante na região entre Londrina e Jacarezinho, atuando junto a sindicatos rurais, possuindo uma atuação conflituosa entre os sindicatos e os policiais e militares da região. No documento contém documentos oficiais, cartas dos filhos falando sobre a atuação de Cabral, a perseguição do DOPS e os desdobramentos de seu desaparecimento, além um depoimento da esposa, recortes de jornais e os pareceres do pedido anterior. Após a recusa do pedido de indenização anterior, a esposa de Cabral formula novamente o pedido, mas também é indeferido sob o argumento de que não há provas que Cabral teria sido morto preso, sob a suspeita de ter fugido Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas e estar desaparecido.
70	Colônia Penal Agrícola (CPA) – Piraquara/PR	28/06/1985 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_85005953_d0001de0001	Polícia Militar do Estado do Paraná	O documento trata de irregularidades administrativas envolvendo a Colônia Penal, em Piraquara. No documento contém relatos de publicações de jornais, relatos de maus tratos a presos e da atuação dos funcionários e do administrador da instituição.
71	Agitação trabalhista no meio rural	07/10/1974	PRG – R1.358/74 - Difusão:	O documento contém informações sobre atuação de Pereira, em São Paulo e no Paraná, como advogado, proprietário da firma Defesa do Trabalhador, Advocacia Trabalhista (DETRA), com escritório em Candido Mota/SP e Bandeirantes/PR. O documento traz questões sobre a substituição do colonato

		BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_EEE_81009845_d0001de00 01	SNI ACT e SNI ASP	por bóias-frias, aborda o tema do financiamento agrícola e a atuação de João Batista dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piraju, junto a Pereira. Ademais, contém uma carta de denúncia escrita por um proprietário rural, uma matéria do Jornal da Divisa sobre Chico Gavião e uma cópia de uma reclamação trabalhista.
72	Levantamento de antecedentes	02/06/1982 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_82003211_d0001de0 001	Polícia Civil – Divisão de Segurança e Informações – Subdivisão de Informações	O documento contém históricos de Francisco de Assis Pereira, Marco Aurélio Nasser de Moraes, João Alves dos Santos, Raul Gomes Carvalho, Antônio Brandão e Mariano Grechinski. Em 16 de junho de 1969 Brandão, Carvalho e outras pessoas foram indiciadas por militarem como agentes incentivadores de agitação junto a trabalhadores de Andirá, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andirá. Em 1970 agricultores de Piraju/SP encaminharam denúncias reclamando de agitação reinante no meio rural, que seriam promovidas por João Batista dos Santos e Francisco de Assis Cabral. Nada constava sobre Moraes e Grechinski.
73	Francisco de Assis Pereira	1972 BR_RJANRIO_TT_0_MCP_A VU_0392	Ministério da Justiça	O documento traz um processo e os anexos, que transcorreram contra Francisco de Assis Pereira no Departamento de Polícia Federal, em 1969. O documento contém um apanhado de documentos oficiais com históricos de Pereira e uma carta de defesa, escrita por ele em 20 de junho de 1969, endereçada ao General de Brigada Darcy Lázaro.
74	II Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pela Reforma Agrária, em Santo Antônio da Platina/PR,	13/05/1991 BR_DFANBSB_H4_MIC_GN C_NNN_910009116_d0001de 0001	SNI	O documento trata do evento ocorrido entre 27 e 28 de abril de 1991, em Santo Antônio da Platina/PR, no ginásio de esportes do Parque de Exposição Feira Agropecuária, que teria coordenado por João Gonçalves, militante do PC do B, e teria tido a participação de aproximadamente 500 pessoas, oriundas dos municípios que integram o Norte Pioneiro. O documento ainda mostra a participação de vários políticos e militantes na abertura do evento e a participação de Jonas Antônio dos Santos, ex-membro do PC do B de Jacarezinho, advogado do Movimento dos Trabalhadores Rurais pela

	promovido pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) – abril 1991			Reforma Agrária e presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores de Jacarezinho/PR. O evento teve como pautas questões que definiam o que era o movimento, quais os princípios fundamentais, as plataformas de luta e organização e ocorreu a eleição de dezenove membros da Coordenação Estadual do Movimento, sendo formada por Ana Maria Romano (Wenceslau Braz/PR), Aparecido Viana (Ribeirão do Pinhal/PR), Aparecida de Lins (Jacarezinho/PR), Aparecida Lima, Claudinei Pacheco (Jundiá do Sul/PR), Francisco de Fátima Santos (Ibaiti/PR), Francisco Donizette, Iracilda Lemos (Jacarezinho/PR), João Gonçalves (Jacarezinho/PR), Léia ou Eva Xavier (Ribeirão do Pinhal/PR), Márcia ou Márcio Vicente (Carlópolis/PR), Mauro Oliveira (Jundiá do Sul/PR), Pedro Alves (Jundiá do Sul/PR), Pedro Xavier Dias (Ribeirão do Pinhal/PR), Pedro Maia (Ribeirão do Pinhal/PR), Paulo Antunes (Ibaiti/PR), Roberto Carlos (Ibaiti/PR), Sebastião Vicente (Carlópolis/PR) e Wanderlei Luiz Fernandes (Ribeirão do Pinhal/PR).
75	Questões Fundiárias – Estado do Paraná	12/04/1988 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_AAA_88065482_d0001de0 001	SNI	O documento cita que o PC do B estaria mobilizando trabalhadores sem terras e controlando cerca de oito dos vinte e quatro acampamentos instalados no Paraná, tendo a influência na organização de “invasões”, através de Jonas Antônio dos Santos e João Gonçalves. Em Jacarezinho teriam 15 famílias (aproximadamente 70 pessoas), invadido o Campo da Experiência, do Ministério da Agricultura. No espaço urbano de Jacarezinho, em 22 de dezembro de 1986 teriam se iniciado um acampamento no bairro Jardim São Luiz, com duas famílias, cerca de cinco pessoas, tendo como lideranças José Carlos Campos e Orlando Campos. O documento também traz o nome dos homens que formavam as famílias e a quantidade de crianças e Jacarezinho/PR a única cidade do Norte Pioneiro que aparece no documento.

76	Agitação no meio sindical de Jacarezinho	10/07/1984 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_84005085_d0001de0 001	SNI Agência Curitiba	O documento informa que foi constatado em Jacarezinho a atuação de um grupo de pessoas atuando no meio sindical, tendo como mentor intelectual do movimento Zenir Teixeira de Almeida, membro do Comitê Regional do Paraná do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que estaria militando na região desde a campanha eleitoral de 1982. Também são apontados como participantes João Gonçalves (líder dos trabalhadores na construção civil no município), Jonas Antônio dos Santos (proprietário do Armazinho Jacarezinho e candidato a vereador não eleito em 1982), José de Jesus dos Santos ou Souza, conhecido como Pernambuco (líder dos cortadores de cana-de-açúcar) e Euzo[?] Cruz de Oliveira. O documento fala ainda da eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacarezinho, do protesto de 300 bóias-frias em 04 de junho de 1984, em Andirá/PR, da assembleia em 06 de junho de 1984, que reuniu trabalhadores volantes de Andirá, Cornélio Procópio, Cambará, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Ribeirão Claro, com representantes de instituições patronais, além de uma concentração em Andirá, na vila São José, no dia 11 de junho de 1984, que reuniu 120 pessoas e o policiamento conjunto de Jacarezinho e Andirá no local.
77	Congresso Estadual das Associações de Moradores do Paraná – Campo Mourão/PR – 05 e 06 de abril de 1986	29/07/1986 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_86006589_d0001de0 001	SNI	O documento trata do evento e aponta como vice-presidente regional de Cornélio Procópio/PR Jorge de Lima Sobrinho. O orador da mesa no primeiro dia foi Gracialino da Silva Dias, do PC do B. Ao final do encontro foi criada a Federação Estadual das Associações de Moradores do Estado do Paraná (FAMOPAR) e aprovado seus estatutos.
78	Conselho de Segurança Nacional – Secretaria Geral – Ato Institucional n.º	1969	Conselho de Segurança Nacional –	O documento é uma espécie de dossiê, com relatórios, históricos, levantamento e panfletos, sobre Erasmo Garanhão, organizado com vista à aplicação do artigo 4 do AI-5. Erasmo Garanhão era suplente de deputado estadual no Paraná e funcionário do Banco do Brasil.

	5 – Processo de Erasmo Garanhão	BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_0530_d0001de0001 (2)	Secretaria Geral	
79	Jornal Fala, Paraná	Sem data BR_DFANBSB_ZD_0_0_0044A_0012_d0009		Na página 12 o jornal trata da situação de risco de acidentes, imposta aos trabalhadores rurais em fazendas de Uraí. Em um trecho da matéria lê-se: “Em 1975 um rapaz de Uraí chamado Luiz Gianetti denunciou a situação pela Folha de São Paulo, Folha de Londrina e um jornal de Avaré. O vereador Severino Nunes de Araújo, do PMDB de Uraí, lembra o episódio: “Imediatamente o rapaz passou a ser pressionado, foi chamado na delegacia, na prefeitura o prefeito convidou-o a entrar para a Arena. A partir daí ele parou com as denúncias, passou a sofrer esgotamento mental, até ficar muito débil, e se apagou. Há menos de um ano ele sumiu estranhamente de Uraí e ninguém sabe o que é feito dele”” (p. 12).
80	Indiciados Miguel Dinizo e outros / Ofendido União Federal	08/06/1984 BR_DFANBSB_N8_0_PRO_CSS_1373_d0001de0001	Ministério da Guerra – III Exército 5ª Região Militar e 5ª DI – Quartel General	O documento contém 418 páginas e elenca um processo contra 21 pessoas, estando dentre elas Miguel Dinizo (Cambará/PR), Maria Lorena dos Santos [Campos] e Silva (Cambará/PR), Edson Campos e Silva, Erasmo Garanhão (Cornélio Procópio/PR) e Benedito Lúcia Machado (Santo Antônio da Platina/PR).
81	Remessa de documentos	24/02/1969 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_AAA_70012266_d0003de0004	SNI	Na página 71 do documento, contém um informe cujo assunto é atividades subversivas em Londrina. O documento versa sobre cartas anônimas contendo ameaças de morte endereças a diversas autoridades militares, dentre elas o Sub. Cat. Do Batalhão de Polícia Militar, em Jacarezinho. No tópico 4 o documento trata de militantes que seriam filiados ao PCB desde 1954 e que continuavam atuando na região, “gozando de beneplácito e prestígio” (p. 72),

				dentre essas pessoas está Maria Lorena Campos Silva e Francisco Alves Cabral.
82	Dados Pessoais	1988 BR_DFANBSB_V8_MIC_P R_DTI_PRT_0143_d0001de0 01 (1)	Pedido realizado por Maria Lorena Santos e Silva	O documento contém 20 páginas e se trata do desdobramento de um pedido feito por Maria Lorena dos Santos e Silva, para Ministro-Chefe do SNI. Silva solicitou a expedição de certidão de registro referente a ela, no SNI, que seria existente desde 1964, ocasião em que, “na condição de professora foi presa e respondeu a investigação sumária e a ação penal junto a auditoria militar sem qualquer acusação formal” (p. 06), citando como amparo o inciso XXXIII, do artigo 5º da Constituição Federal. Na época de escrita do documento, 1988, Silva era professora aposentada, viúva e residia no bairro Interlagos, em São Paulo/SP. A solicitação teve um pedido de adequação em 1988 e foi respondida com os dados solicitados em 1989.
83	Mário Stasiak	06/03/1975 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_82002818_d0001de0 001 (1)	SNI Agência Curitiba	A Agência de Manaus havia realizado um pedido de informações sobre Mário Stasiak, em ocasião que este estava sendo cogitado para concurso de Ingresso na Magistratura de Carreira no Estado do Acre. Os documentos enviados apontam a atuação de Stasiak no movimento estudantil em Jacarezinho/PR no início de 1960, mensagens enviadas a Brizola e a João Goulart, acusações de falsificação cheques, dar cobertura a assaltantes, comprar documentos falsos e utilizar suborno para fuga de presos, durante a década de 1970.
84	IN (SI – 173 – M)	31/08/1971 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_AAA_71038466_d0001de0 001	SNI Agência Curitiba	O documento informa que em 17/07/1971 foi editado o primeiro número do jornal A Gazeta, em Cornélio Procópio/PR, que o diretor responsável era Henrique Muller e que Paulo Sidrião de Alencar Freitas integrava o corpo redatorial. Muller e descrito como possuindo tendências esquerdistas, tendo sido preso em 1964, “para averiguações, em face de suas ideias” (p. 02). Freitas era vereador de Cornélio Procópio/PR, eleito pelo MDB e se destacaria como “esquerdista” e por “pronunciamentos contrários aos princípios da Revolução” (p. 02).

85	Componentes da chapa “Integração”	02/05/1982 BR_DFANBSB_ZD_0_0_001 2A_0016_d0001de0001	DOPS/PR	O documento informa sobre as pessoas que faziam parte da chapa “Integração”, que concorreria as eleições da Associação dos Professores do Paraná (APP), bem como informações acerca das propostas. Paulo Sidrião de Alencar Freitas consta como componente do Magistério Unido de Cornélio Procópio.
86	Greve dos professores – região de Jacarezinho/PR	22/09/1982 BR_DFANBSB_ZD_0_0_001 4A_0028_d0001de0001	Departamento de Polícia Federal PR	O documento relata que o início da greve ocorreu no dia 08/09/1982, por professores da rede estadual de ensino e que “transcorria normal e sem incidentes” e a frase que compreende a informação entre aspas está circulada e com a palavra “não”, escrita a lápis (p. 01). Após, o documento trata da adesão em alguns dos municípios do Norte Pioneiro e das lideranças em Jacarezinho/PR e em Cornélio Procópio/PR. Uma das lideranças em Cornélio Procópio era Paulo Sidrião de Alencar Freitas.
87	Jornal Fala, Paraná	Londrina, fevereiro de 1981. BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_81000746_an_01_d0 001de0001		O exemplar contém a colaboração de Severino Nunes Araújo e em uma das matérias, sobre acidentes envolvendo trabalhadores rurais em Uraí, lê-se o seguinte trecho: “Conta o vereador Severino Nunes de Araújo que certa vez estava num bar quando chegaram com um homem que acabara de ser acidentado na “periquito”. “O próprio mutilado quis entrar, para mostrar o bagaço do seu braço para os colegas. Eu fiquei pálido na hora, vendo aquilo, todo mundo no bar se sentia mal, mas o homem calmamente pediu uma pinga, tomou uma talagada só, depois enrolou o braço num jornal e foi para o hospital. Imagine um homem com essa coragem, assim habituado ao sofrimento, lutando por seus direitos...” (p.12). O jornal também traz imagens e fala sobre a criação de um sindicato dos trabalhadores no Rami, em Uraí, contendo depoimento de trabalhadores locais.
88	Correspondente da “TLO” em Jacarezinho/PR	19/12/1983	SNI Agência Curitiba	O documento informa que Zenir Teixeira de Almeida, militante do PC do B, passou a residir, em novembro de 1982, em Jacarezinho/PR e seria correspondente do jornal Tribuna da Luta Operária (TLO). Em Jacarezinho,

		BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_83004594_d0001de0 001		Almeida estaria mobilizando a estruturação do Sindicato da Construção Civil, por meio da criação de uma associação e promovendo reuniões com trabalhadores na Igreja da Vila São Pedro. Além disso, Almeida estaria orientando a população a se organizar em associações de moradores e amigos de bairro e estaria defendendo junto aos sindicatos, a “reforma agrária radical” e o “fim do regime militar” (p. 03). O documento também contém um panfleto, que Almeida teria distribuído em Santo Antônio da Platina/PR.
89	Dados sobre cidadãos	21/08/1970 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_AAA_70019443_d0001de0 002	SNI Agência Central	O documento contém informações sobre Florismar Minoci de Oliveira (vulgo Rosa Branca), descrito, em registros de 1966, como “filho de família pobre, contando com dificuldade para realizar seus estudos” (p.12), “preto, solteiro, instrução primária completa, sem profissão e sem ocupação, 25 anos de idade” (p. 4). Oliveira foi expulso da FAB também em 1966, acusado de exercer atividade subversiva entre os anos de 1962 e 1963 e teria atuação em Jacarezinho/PR, como secretário regional da UPES/PR. Também consta o registro de 1968, em que Oliveira teria sido preso por ter pichado os muros na zona escolar de Jacarezinho/PR, com frases contrárias a ditadura e às Forças Armadas, o que teria sido seguida pela abertura de um IPM e a prisão de Oliveira se mantinha desde agosto até 13/09/68 (data de escrita do registro). Em 17/09/1968 há o registro de que a auditoria da 5ª Região Militar havia decidido indeferir sobre a prisão de Oliveira, que estava preso em Ponta Grossa, mas ao mesmo tempo, o Conselho de Justiça alega não ter tomado conhecimento do pedido de prisão do mesmo. Em 10 de março de 1970 foi julgado pelo Conselho de Justiça do Exército da 5.ª Região Militar e condenado a pena de um ano.
90	Atuação da esquerda clerical	22/07/1977	SNI Agência Central	O documento cita que em Jacarezinho/PR, Dom Pedro Filipak vem fazendo um “progressismo” moderado, com inovações sociais que estariam dando

		BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_AAA_77114603_d0001de0 001		notoriedade a diocese, como a criação da Cooperativa Habitacional, entregando casas a centenas de trabalhadores de baixa renda.
91	Situação das polícias civis e militares na área do SNI Agência Curitiba	30/08/1979 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_79000227_d0001de0 001	SNI Agência Curitiba	O documento informa que o 2º Batalhão de Polícia Militar, com sede em Jacarezinho compreendia as os municípios de suas Companhias, sendo a 1ª Companhia de Polícia Militar, com sede em Jacarezinho/PR e abrangendo as cidades de Abatia, Andirá, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Guapirama, Itambaracá, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz. A 2ª Companhia da Polícia Militar, com sede em Cornélio Procópio e abrangia Assaí, Bandeirantes, Congoinhas, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana. Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sertaneja e Uraí. A 3ª Companhia de Polícia Militar, com sede em Ibaiti abrangia Conselheiro Mairinck, Curiúva, Jaboti, Japira, Pinhalão e Sapopema e o Pelotão de Polícia de Trânsito, possuía sede em Jacarezinho.
92	Problemas de terras em Sertaneja/PR	09/06/1981 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_81001041_d0001de0 001	SNI Agência Curitiba	O documento acusa o recebimento de liminar favorável ao mandato de segurança realizado pelos agricultores da Fazenda Ribeirão Bonito Quinhão 11, em Sertaneja/PR, contra a sentença que repeliu o embargo da retenção de benfeitorias, concedendo a emissão de posse e a autorização de despeço dos moradores do Quinhão 11.
93	Açúcar e Álcool Bandeirante S/A	04/05/1976	SNI Agência Curitiba	Foi realizado um levantamento de dados sobre a Usina devido a apresentação de um projeto ao IAA, que busca a ampliação e modernização do parque industrial da Usina. Entre os dados levantados, segundo publicação realizada

		BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_82002273_d0001de0 001		<p>pelo Grupo Visão, entre 5.113 empresas do país com patrimônio líquido superior a oito milhões de cruzeiros, a Usina da família Meneghel ocuparia o lugar de 37º lugar do país, pelo valor do patrimônio líquido (38.872 mil cruzeiros) no setor do Açúcar e Álcool do País. Luiz Meneghel era diretor da empresa e foi eleito prefeito pelo ARENA, em Bandeirantes, em 1968. Ainda, Luiz Meneghel seria proprietário da Cerâmica Bandeirantes Ltda., da Auto Importadora e Exportadora PAM S/S, do Paskim S/S – Indústria Petroquímica, da Companhia Agrícola Jacarezinho S/A e do Silos Norte S/A. Paulo Antônio Meneghel (diretor comercial da Usina) era diretor presidente da Auto Importadora e Exportadora PAM S/A, sócio gerente da Agropecuária Industrial Chaparral Ltda. e coproprietário da Cerâmica Bandeirantes Ltda. Já Daniel Meneghel (diretor industrial da Usina), era diretor tesoureiro da Importadora e Exportadora PAM S/A, coproprietário da Cerâmica Bandeirantes Ltda., possuía ações da J. Alves Veríssimo S/A Com. Ind. e Importação e também possuía ações da Refinaria de Petróleo União S/A.</p>
94	Zenir Teixeira de Almeida	22/09//1983 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_83004355_d0001de0 001	Polícia Militar do Estado do Paraná	<p>O documento versa sobre a atuação de Zenir Teixeira Almeida em Jacarezinho/PR, junto com moradores do bairro Vila São Pedro e com o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e cita algumas as ações policiais realizadas para desmobilização daquelas comunidades.</p>
95	Tensão entre trabalhadores rurais da Usina Central do Paraná – Porecatu/PR	28/06/1984 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_84005062_d0001de0 001	SNI Agência Curitiba	<p>O documento trata da atuação dos trabalhadores rurais da Usina, que se organização em um sindicato e estavam pressionando a usina com o apoio do jornal Folha de Londrina, de Londrina/PR. As denúncias feitas pelos trabalhadores dizem respeito à legislação trabalhista sendo despeitada e a exploração dos trabalhadores, por parte da Usina. As denúncias foram dirigidas ao Delegado da Delegacia Regional do Trabalho do Paraná (DRT/PR) e ao Ministro do Trabalho Murilo Macedo. Segundo o Delegado</p>

				do Trabalho, General Adalberto Massa, o acordo de pagamento de salários estaria sendo cumprida. O documento ainda afirma que existe em toda a região canavieira do Estado um movimento de pressão voltada para a conquista de uma série de benefícios para os trabalhadores rurais, incluindo a melhor remuneração. Nesse sentido, reivindicações semelhantes foram registradas também nos sindicatos de Andirá, Cambará, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro e na Associação dos Plantadores de Cana do Paraná.
96	Partido Comunista do Brasil (PC do B) – Atuação em Jacarezinho/PR	21/05/1985 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_85005737_d0001de0001	Polícia Militar do Estado do Paraná	Os militantes João Gonçalves e Jonas Antônio dos Santos são apontados como líderes do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Jacarezinho/PR, que foi fundado por Zenir Teixeira de Almeida. Santos e Gonçalves eram proprietários do Armazém Jacarezinho, local em que, no dia 22/04/1985, ocorreu uma reunião do PC do B, com a participação de 6 a 8 pessoas, entre elas Edson Ferreira Cardoso, com a finalidade de estabelecer metas e diretrizes para a futura legalização do Partido.
97	Atividades de militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) – João Gonçalves e Outros – Jacarezinho/PR	01/10/1985 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_85006075_d0001de0001	Polícia Federal do PR	O documento fala da intensificação das atividades do PC do B em Jacarezinho e da atuação de José Manoel da Silva, Nelson Aparecido Braz e de João Gonçalves na paralização das atividades da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, no dia 14 de setembro.
98	Paralização “bóias-frias” cortadores de cana Usina Dacalda Andirá/PR	11/09/1985	Polícia Militar do Estado do Paraná	O documento trata da paralização de aproximadamente 400 trabalhadores do corte de cana em Andirá/PR, no dia 29 e 30 de agosto de 1985. Os trabalhadores pediam que o reajuste previsto para novembro fosse antecipado para setembro. O documento também trata do desdobramento da paralização

		BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_85006098_d0001de0 001		e das lideranças do movimento, apontando João da Cruz, João da Paixão e Edson Ferreira Cardoso, advogado.
99	Manifestação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra da região Norte Pioneiro do Paraná – Ago 86	02/09/1986 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_86006675_d0001de0 001	SNI	O documento informa que cerca de 100 trabalhadores sem terra, representando 5.600 famílias de arrendatários, meeiros e bóias-frias da região NP chegaram, dia 25 de agosto de 1986 a Curitiba, organizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) e pelo Comitê pela Reforma Agrária de Jacarezinho, com o objetivo de pressionarem os órgãos responsáveis para a implantação da reforma agrária e da desapropriação de terras do Estado. O documento também apresenta a trajetória dessas pessoas em Curitiba e aponta que João Gonçalves, em entrevista a imprensa, afirmou que os trabalhadores sem terra da região NP não descartavam a possibilidade de “invadirem” as propriedades, caso não fossem agilizados os processos de desapropriação naquela área.
100	Manifestações de agricultores “sem terra” do Norte Pioneiro em Curitiba/PR	28/08/1986 BR_DFANBSB_V8_MIC_GN C_NNN_86006675_d0001de0 001	Polícia Militar do Estado do Paraná	O documento informa que no dia 25 de agosto dois ônibus fretados levaram 90 trabalhadores a Curitiba, liderados por João Gonçalves. Os manifestantes reivindicavam a desapropriação das fazendas Curitiba, Pedra Rasgada, em Jacarezinho/PR e da fazenda Santa Filomena, em Cornélio Procópio/PR.

Vídeo em plataforma virtual:

Vídeo Zenir Teixeira. Projeto Depoimentos para a História - A Resistência à Ditadura Militar no Paraná. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=_nTRInhpfGM>. Acesso em 07 de dez. 2022. Trata de Jacarezinho/PR entre 46min24seg e 53min54seg.